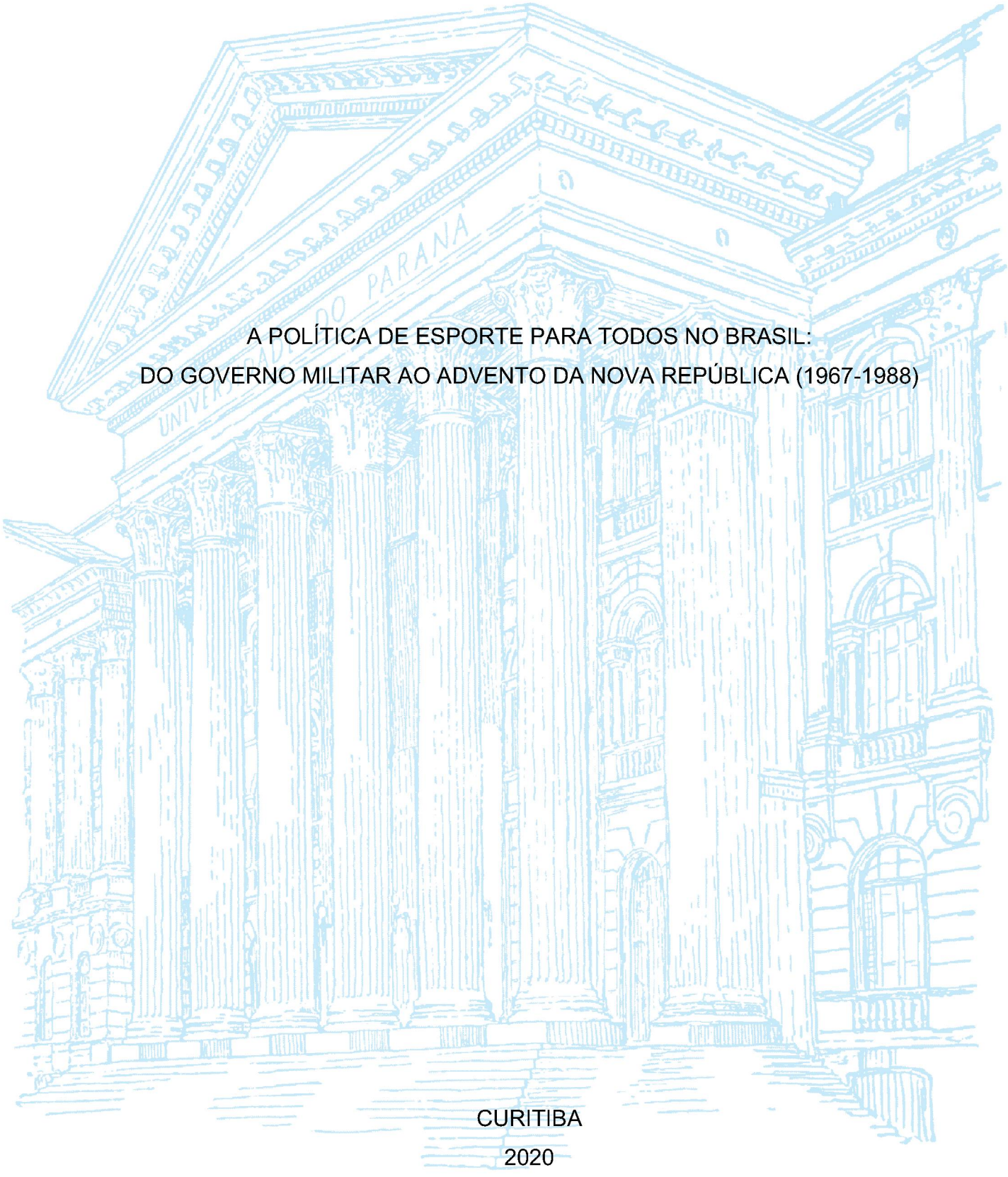
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RODRIGO TRAMUTOLO NAVARRO



A POLÍTICA DE ESPORTE PARA TODOS NO BRASIL: DO GOVERNO MILITAR AO ADVENTO DA NOVA REPÚBLICA (1967-1988)

CURITIBA

2020

RODRIGO TRAMUTOLO NAVARRO

A POLÍTICA DE ESPORTE PARA TODOS NO BRASIL: DO GOVERNO MILITAR AO ADVENTO DA NOVA REPÚBLICA (1967-1988)

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Moraes e Silva

CURITIBA

2020

Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas
(Giana Mara Seniski Silva – CRB/9 1406)

Navarro, Rodrigo Tramutolo
A política de esporte para todos no Brasil: do governo militar ao advento da nova república (1967-1988). / Rodrigo Tramutolo Navarro. – Curitiba, 2020.
369 p.: il.

Orientador: Marcelo Moraes e Silva.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

1. Esportes e Estado. 2. Esportes - História. 3. Lazer. I. Título. II. Moraes e Silva, Marcelo, 1975-. III. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

CDD (22. ed.) 796.08

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO FÍSICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **RODRIGO TRAMUTOLO NAVARRO** intitulada: **"A POLÍTICA DE ESPORTE PARA TODOS NO BRASIL: DO GOVERNO MILITAR AO ADVENTO DA NOVA REPÚBLICA (1967-1988)"**, sob orientação do Prof. Dr. MARCELO MORAES E SILVA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 19 de Junho de 2020.

Assinatura Eletrônica
06/08/2020 14:47:20.0
MARCELO MORAES E SILVA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
15/09/2020 15:09:14.0
LAMARTINE PEREIRA DA COSTA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO)

Assinatura Eletrônica
06/08/2020 14:57:13.0
WANDERLEY MARCHI JR
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
14/09/2020 14:51:58.0
FERNANDO MARINHO MEZZADRI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
06/08/2020 15:32:11.0
BERNARDO BORGES BUARQUE DE HOLLANDA
Avaliador Externo (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/SP)

Assinatura Eletrônica
06/08/2020 20:24:31.0
MARIA RITA DE ASSIS CESAR
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 49025
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 49025

A Deus, que nos criou e foi criativo nesta tarefa. Seu fôlego de vida em mim me foi sustento, me deu coragem para questionar realidades e buscar sempre um novo mundo de possibilidades.

AGRADECIMENTOS

Este manuscrito é fruto de um trabalho deveras solitário. O labor de pensar o objeto, o cansaço da rotina de pesquisa e o agastamento com o processo de escrita são momentos difíceis de enfrentar. E custosos de entender para quem olha de fora do âmbito acadêmico. Mas, se por um lado somos encorajados a extrair nosso melhor desse aparente exílio, por outro lado, o resultado que aqui se apresenta só foi possível com o suporte de muitas pessoas.

Primeiramente, e de modo inestimável, agradeço à minha família, Raquel, Caio e Yasmin – esses dois últimos, presentes que nos foram confiados no decurso dessa pesquisa – que não somente suportaram minhas ausências, mas compartilharam as alegrias e os dissabores desse tempo, trazendo o irretocável equilíbrio para que essa jornada se tornasse menos solitária e mais agradável.

À minha mãe, Sabrina, que conhece as muitas faces do que é ser mulher, trabalhadora e mãe; ao meu padrasto (pai), Valmor, estivador e mestre de obra, um grande homem. Aos meus irmãos Katia, Antônio, Rafael e Felipe: uma família incrível a quem sou grato por poder compartilhar a vida. À família com que minha esposa me presenteou: Sílvio, Lenita, Ricardo, Sandra, Flávia, Rafael, Elaine, Rafaela e agora o Vinícius, que me ensinam diuturnamente o valor da amizade, da presença e, acima de tudo, a importância dos laços familiares. A todos os membros dessa preciosa família, dedico e compartilho a realização de mais um projeto de vida.

Ao meu orientador Marcelo Moraes e Silva, pela paciência, incentivo e competência técnica com os quais conduziu a orientação, o que tornou possível não só a conclusão da pesquisa, mas a qualidade da mesma.

Não poderia esquecer de honrar também as pessoas com quem compartilhei parte da minha vida nesse tempo e espaço acadêmico. Assim, minha gratidão se estende aos estudantes do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da UFPR, em especial aos membros do grupo de pesquisa coordenado pelo meu orientador. Todos foram muito importantes nessa trajetória e contribuíram para o meu amadurecimento, não só como pesquisador, mas como ser humano.

Dedico ainda um espaço e um enorme carinho aos queridos amigos e membros de célula, que semanalmente me alimentaram com aquilo que acredito ser o que tem de mais essencial e significado na existência humana, o amor e a

comunhão. Pois “se não tivesse amor, de nada valeria”. Meu carinho e admiração especial a Roberto e Leila Prado. Sem palavras...! Aos amigos e companheiros que passaram pela minha vida nesses quatro anos e tornaram tudo mais leve e fácil. Da mesma maneira meu muito obrigado.

Aos professores que aceitaram o convite e o desafio de dedicar valioso tempo para qualificar a presente pesquisa, meus sinceros agradecimentos. Muitas das reflexões acendidas por vocês ainda esbraseiam em mim, mesmo após o término da escrita.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, especialmente aos servidores do campus Curitiba, que me possibilitaram viver esse tempo especial de dedicação exclusiva à pesquisa, condição indispensável para que de fato, e de direito, um docente possa se fazer pesquisador, qualificar-se no exercício profissional e, assim, assegurar o preceito constitucional de viabilizar uma educação pública, gratuita e de qualidade à população.

À CAPES. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Reconhecimento à relevância social e ao trabalho empreendido pela Biblioteca Nacional, uma das mais antigas instituições brasileiras que, por meio da Hemeroteca Digital, possibilitou o acesso a grande parte das fontes documentais que nutriram a presente pesquisa. Do mesmo modo, às demais bibliotecas consultadas presencialmente, pois sem elas seria incerto o acesso às demais fontes documentais. A pesquisa certamente não teria a mesma qualidade sem essas instituições e seus respectivos servidores públicos.

Por fim, leitores da presente tese, saibam que um ser humano verdadeiramente agradecido e realizado escreveu cada uma dessas linhas.

"O bom historiador se parece com o ogro da lenda.
Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça."

(Marc Bloch, *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*).

Veio para ressuscitar o tempo
e escalpelar os mortos,
as condecorações, as liturgias, as espadas,
o espectro das fazendas submergidas,
o muro de pedra entre membros da família,
o ardido queixume das solteironas,
os negócios de trapaça, as ilusões jamais confirmadas
nem desfeitas.

Veio para contar
o que não faz jus a ser glorificado
e se deposita, grânulo,
no poço vazio da memória.
É importuno,
sabe-se importuno e insiste,
rancoroso, fiel.

(Carlos Drummond de Andrade, *Historiador*, In. 'A Paixão Medida')

RESUMO

A presente tese de doutoramento analisou, em uma perspectiva historiográfica, as relações entre a política de Esporte para Todos e a inserção do esporte como direito social na Constituição Federal de 1988. A pesquisa amparou-se em um conjunto diversificado de fontes, privilegiando a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, publicada pela Divisão de Educação Física do MEC bem como a revista Comunidade Esportiva, impresso oficial da Rede EPT, publicado pela SUEPT do MEC, além de documentos oficiais e diversos outros periódicos da imprensa escrita geral e especializada que circularam no território nacional brasileiro. Conclui-se que a política de Esporte para Todos, produzida no seio de um processo de reformulação e reconceituação do esporte no Brasil, ofereceu não só substratos teórico-conceituais, mas também legitimidade ao processo de inserção do esporte, sobretudo, na sua manifestação não formal/lazer, na Carta Magna do país.

Palavras-chave: Esporte para Todos. História do Esporte. Política de Esporte. Esporte de Massa. Lazer.

ABSTRACT

This doctoral thesis analysed, in a historiographical perspective, the relations between the Sport for All policy and the insertion of sport as a social right in the 1988 Federal Constitution. The research was supported by a diverse set of sources, privileging the Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, published by the Physical Education Division of MEC, the magazine Comunidade Esportiva, an official form of the EPT Network published by SUEPT of MEC, in addition to official documents and several other journals of the general and specialized written press that circulated in the national territory. It is concluded that the Sport for All policy, produced within a process of reformulation and reconceptualization of sport in Brazil, offered not only theoretical and conceptual substrates, but also legitimacy to the process of insertion of sport, above all, in its manifestation non-formal/leisure, in the country's Magna Carta.

Keywords: Sport for All. History of Sport. Sport Policy. Mass Sport. Leisure.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1977) 42
Figura 2 - Representação da Pirâmide Esportiva 94
Figura 3 - I Passeio Ciclístico de Natal/RN 154
Figura 4 - II Passeio Ciclístico de Natal/RN 154
Figura 5 - Lançamento da Campanha EPT 157
Figura 6 - Representação da Pirâmide Esportiva do EPT 159
Figura 7 - Passeio a Pé em São João de Meriti/RJ 167
Figura 8 - Torneio Bom de Bola 173
Figura 9 - Colônia de Férias do Projeto Rondon (Rio de Janeiro) 185
Figura 10 - Colônia de Férias no Rio de Janeiro 187
Figura 11 - Tabela de Andar/Correr 190
Figura 12 - Recursos da SEED/MEC destinados ao esporte em 1980 207
Figura 13 - Representação do Sistema de Informação da Rede EPT 209
Figura 14 - Declaração de Recife 222
Figura 15 - Capa do livro Teoria e Prática do Esporte para Todos 227
Figura 16 - Projeto “Férias Quentes”, Sorocaba/SP 228
Figura 17 - Projeto “Férias Quentes”, Sorocaba/SP 228
Figura 18 - Carta do Lazer 236
Figura 19 - Capa da Revista Comunidade Esportiva 277
Figura 20 - EPT no Ciclo de Debates sobre o Esporte da Câmara dos Deputados 281

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Números da Campanha EPT relativos ao ano de 1977 147
Quadro 2 - Números da Campanha EPT relativos ao ano de 1978 148

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

Aerp	–	Assessoria Especial de Relações Públicas
CBD	–	Confederação Brasileira de Desportos
CBF	–	Confederação Brasileira de Futebol
CBRERP	–	Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquete Pinto
ICSPE	–	International Council of Sport and Physical Education
CEEPT	–	Carta Europeia de Esporte para Todos
Ciefe	–	Carta Internacional de Educação Física e Esportes da Unesco
CRD	–	Comissão de Reformulação do Desporto
DED	–	Departamento de Educação Física e Desportos da SEED/MEC
DEF	–	Divisão de Educação Física do MEC
EPT	–	Esporte para Todos
Fiep	–	Federação Internacional de Educação Física
Fundusp	–	Fundo de Construção da Universidade de São Paulo
Ipea	–	Instituto de pesquisa Econômica Aplicada
Inep	–	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MME	–	Manifesto Mundial do Esporte do ICSPE
MMEF	–	Manifesto Mundial da Educação Física da FIEP
MEC	–	Ministério da Educação e Cultura
Mobral	–	Movimento Brasileiro de Alfabetização
ONU	–	Organização das Nações Unidas
PED	–	Plano de Educação Física e Desportos
PNCSU	–	Plano Nacional de Centros Sociais Urbanos
I PND	–	Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento
II PND	–	Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
III PND	–	Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento
I PND/NR	–	I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1986-1989)
I Pned	–	I Plano Nacional de Educação Física e Desportos (1976-1979)
II Pned	–	II Plano Nacional de Educação Física e Desportos (1981-1985)
PNEFD	–	Política Nacional de Educação Física e Desportos
I PSEC	–	Primeiro Plano Setorial de Educação e Cultura
II PSEC	–	Segundo Plano Setorial de Educação e Cultura
III PSECD	–	Terceiro Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos
RBEFD	–	Revista Brasileira de Educação Física e Desportos
RCE	–	Revista Comunidade Esportiva
Seed	–	Secretaria de Educação Física e Desportos do MEC
SUEPT	–	Subsecretaria do Esporte para Todos
Unesco	–	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16
DESCRIÇÃO DAS FONTES DE PESQUISA E ESTRUTURA DA TESE 34
1 A EXPRESSÃO DE UMA MENTALIDADE ESPORTIVA PARA TODOS 46
1.1 A POPULARIZAÇÃO DO ESPORTE E A CONQUISTA DAS MASSAS 46
1.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO *SPORT FOR ALL* 52
1.3 AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DE *SPORT FOR ALL* 57
1.4 O PARADOXO DO ESPORTE NO BRASIL 60
1.5 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPORTE NO BRASIL 72
1.6 A INSERÇÃO DO ESPORTE DE MASSA NA AGENDA MILITAR 86
1.7 A POPULARIZAÇÃO DE UMA MENTALIDADE ESPORTIVA: O INÍCIO DAS CAMPANHAS ESPORTIVAS DE MASSA 95
1.8 O ESPORTE POPULAR EM UM GOVERNO AUTORITÁRIO: OS PRIMÓRDIOS DA POLÍTICA DE EPT NO BRASIL 112
2 TECENDO NARRATIVAS SOBRE A CAMPANHA EPT 133
2.1 O ADVENTO DA CAMPANHA EPT 133
2.2 HUMANIZAR AS CIDADES E VALORIZAR A NATUREZA: UMA "IDEIA-FORÇA" DO EPT 149
2.3 UM LAZER ÚTIL E RACIONAL: O EPT SE ESPECIALIZA 177
2.4 DE CAMPANHA A MOVIMENTO: O NASCIMENTO DA REDE EPT 192
3 O "MOVIMENTO" ESPORTE PARA TODOS: CONSOLIDANDO UMA MENTALIDADE ESPORTIVA PARA TODOS 212
3.1 NÃO FOI TEMPO PERDIDO: A PROPAGAÇÃO DA MENTALIDADE DE ESPORTE PARA TODOS NA "DÉCADA PERDIDA" 212
3.2 A CRIAÇÃO DA REDE EPT E A DISSEMINAÇÃO DOS IDEAIS EPETISTAS 225
3.3 EM DEFESA DE UM ESPAÇO PÚBLICO ATIVO E ESPORTIVO: OS PARQUES DE LAZER E ESPORTE PARA TODOS 237
3.4 ENTRE O URBANO E O RURAL: A INCORPORAÇÃO DO EPT NOS PROJETOS COMUNITÁRIOS 245
3.5 DA RACIONALIDADE DO LAZER AO EPT NAS EMPRESAS: A DIFUSÃO NO AMBIENTE LABORAL 256
3.6 POR UMA EDUCAÇÃO FÍSICA NÃO FORMAL: O EPT EM BUSCA DA LEGITIMIDADE ACADÊMICA 262

3.7 O EPT E O PROCESSO DE REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA ESPORTIVA BRASILEIRA 278
3.8 A METAMORFOSE DO EPT EM ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO: O ESPORTE SE TORNA UM DIREITO SOCIAL 295
CONSIDERAÇÕES FINAIS 310
REFERÊNCIAS 321

INTRODUÇÃO

> "Mas acho particularmente irrazoável a atitude do 'homem de bem' do século XX que se recusa a tomar consciência de um fato de civilização tão enormemente visível como o esporte" (Georges Magnane, 1969, p. 18)

O século XX pode ser considerado um marco no redimensionamento do esporte mundial. Se até então o esporte moderno era praticado hegemonicamente pela elite social, gradativas adaptações desse fenômeno às novas configurações sociais produziram, especialmente a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, uma reconfiguração geral do cenário esportivo (GUTTMANN, 2004; TERRET, 2019).

Após a separação das grandes potências mundiais em dois blocos econômicos (socialista e capitalista), o uso político, a popularização, a mundialização e a espetacularização do esporte ganharam proporções ainda maiores. Notadamente, no período da Guerra Fria, o investimento no desenvolvimento do esporte de alto rendimento, dada sua representatividade política e mercadológica, potencializou sua disseminação em âmbito global (BROHM, 1982; FÖLDESI, 1991; TUBINO, 1996; HOULIHAN, 2000; ALLISON; MONNINGTON, 2002; VAZ, 2006; MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008; KEYS, 2012; MANZENREITER, 2015; TERRET, 2019). Em consequência, o ideário Olímpico, fundado em uma ética esportiva apoiada no associacionismo, no amadorismo e no chamado *fair play*[1], teve seus pilares abalados com o início de uma competição mundial pelo desenvolvimento do esporte profissional (BROHM, 1982; GUTTMANN, 1992; MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008; KEYS, 2012; TERRET, 2019).

Em contrapartida, o enaltecimento de uma cultura esportiva nutrida pela ambição do rendimento e da *performance* tornou-se mais um elemento catalisador a compor a crítica da agenda política de esquerda em ascensão na Europa, sobretudo na França e na Alemanha da década de 1960. Esse contexto motivou a inserção do esporte como objeto de investigação no campo acadêmico. Inicialmente, com o objetivo de decifrar e denunciar as mazelas empreendidas pelas estruturas definidas

---

[1] Considerada um dos pilares dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, a expressão *fair play* foi cunhada por Pierre de Coubertin no início do século XX. De maneira geral, expressa a noção de que os participantes devem competir com "espírito esportivo", isto é, de acordo com valores éticos e morais traduzidos na atitude de respeito às regras estabelecidas e aos códigos de conduta do "espírito cavalheiresco" (TERRET, 2019).

na cultura da virtude esportiva, diversos intelectuais oriundos das ciências sociais e humanas passaram a tomar o esporte como objeto de investigação e, sobretudo, de crítica social. Isso contribuiu para a emergência da chamada Teoria Crítica do Esporte (TCE) e, posteriormente, para definição do campo da Sociologia do Esporte (BROHM, 1975; TORRI; VAZ, 2008; CASCO, 2018) e da História do Esporte (MELO; FORTES, 2010)[2].

Aliado à crítica ao esporte de elite/profissional, o desejo pela manutenção de um estado de direito e de bem-estar social (*welfare state*[3]) no Ocidente, em decorrência dos impactos provocados pela Segunda Guerra Mundial, produziu um movimento internacional em prol da democratização do direito ao lazer e à prática esportiva.[4] Esse ambiente possibilitou o início de um processo de revisão humanista da relação entre o Estado e o esporte. Em diversos países, a figura estatal, que até então não se envolvia de modo consistente com o esporte, adentra-o de forma abrupta, tomando-o também como meio de promoção de ideais nacionalistas e estadistas (HOULIHAN; WHITE, 2005; CUBILLAS, 2015; CANAN, 2018; TERRET, 2019).

A virada dos anos 1960 para 1970 representa um marco nas lutas pela liberdade, igualdade e pelos direitos sociais e humanos. Nesse período, Donnelly (2010) destaca especialmente o ano 1968, que marcou o vigésimo aniversário da Declaração Internacional dos Direitos Humanos, quando diversos países manifestantes reivindicavam seus direitos à paz (Guerra do Vietnã, Guerra Fria,

---

[2] "Em 1967, foi fundada a primeira sociedade internacional, o *International Committee for History of Physical Education and Sport*. Em 1973, uma nova associação foi criada, a *International Association for History of Physical Education and Sport*. Em 1989, as duas se uniram dando origem à *International Society for History of Physical Education and Sport* (ISHPES), entidade que congrega pesquisadores de vários países e leva a cabo iniciativas como a realização de eventos científicos; a edição de boletins, anais e outras publicações; a concessão de premiações anuais; a manutenção de um sítio e de uma lista de discussão na internet" (MELO; FORTES, 2010, p. 15).

[3] Desenvolvido em maior escala na Europa, principalmente nos países escandinavos, após a Segunda Guerra Mundial, o "Estado de bem-estar social", ou *welfare state*, é uma forma de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia, significando, sobretudo, o compromisso em promover o bem-estar social à população (ARRETCHE, 1995).

[4] No início dos anos 1950, no contexto europeu, o debate sobre o lazer estava incorporado oficialmente aos estudos sobre a situação social dos trabalhadores. Assim, o "direito ao lazer" já não se encontrava mais no estágio das reivindicações, mas era declarado como uma necessidade fundamental da pessoa humana. Foi nesse contexto que o assim chamado "esporte moderno" se desenvolveu como "[...] uma atividade de lazer especificamente adaptada à nossa civilização predominantemente industrial" (MAGNANE, 1969, p. 59).

desarmamento nuclear, etc.), justiça, igualdade e independência. Dentre os diversos fatos registrados pelo pesquisador, estão: nos Estados Unidos da América, os assassinatos de Martin Luther King e Robert Kennedy, na medida em que ambos simbolizavam os ideais de uma sociedade mais justa e igualitária; a invasão da Tchecoslováquia pela antiga União Soviética, pondo fim à "Primavera de Praga", isto é, a tentativa do reformista eslovaco Alexander Dubček de descentralizar a economia do país para conceder direitos adicionais aos cidadãos; concomitantemente, estudantes, pobres, minorias e maiorias étnicas provenientes de sociedades coloniais, saíram às ruas em Paris, Praga, Cidade do México, Argel, Montreal, Detroit, Chicago e muitas outras cidades; na África do Sul, a luta contra o *apartheid* estava bem encaminhada, mas o país foi proibido de participar dos Jogos Olímpicos na Cidade do México, pois a campanha internacional contra o *apartheid* esportivo, apoiada pela União Soviética e seus aliados, convenceu o Comitê Olímpico Internacional (COI) a retirar seu convite (DONNELLY, 2010).

> Apenas seis meses após o assassinato de King, em 16 de outubro de 1968, dois corajosos medalhistas olímpicos afro-americanos, Tommie Smith e John Carlos, estavam no pódio de medalhas na Cidade do México, inclinaram a cabeça e ergueram os punhos com luvas pretas [saudação ligada ao movimento *Black Power*] durante a apresentação do hino nacional dos EUA; o terceiro medalhista, o australiano Peter Norman, mostrou solidariedade ao usar o broche de seu "Projeto Olímpico de Direitos Humanos" (DONNELLY, 2010, p. 3, tradução livre).

No mesmo período iniciou-se um considerável investimento em políticas voltadas à participação de massa na prática esportiva, o que começava a ser discutido enquanto um direito social de todo cidadão (TUBINO, 2000; VAN BOTTENBURG, 2002; NICHOLSON *et al.*, 2010; PHILLPOTS, 2011; VAN BOTTENBURG; DE BOSSCHER, 2011; CUBILLAS, 2015; TERRET, 2019). Consequentemente, os recursos e demais esforços, antes destinados exclusivamente ao esporte de alto rendimento, passaram a concorrer com o investimento na promoção do chamado esporte de massa. Os compromissos distintos com o esporte ilustram que havia uma

> [...] tensão subjacente entre a visão do desenvolvimento esportivo voltado ao bem-estar da comunidade (desenvolvimento por meio do esporte) e a percepção do desenvolvimento esportivo como sinônimo de identificação de talentos e o desenvolvimento de elite (desenvolvimento do esporte). (HOULIHAN; WHITE, 2005, p. 24, tradução nossa)[5].

Como resultado da dispersão dos investimentos no âmbito esportivo, grande parte dos países ocidentais experimentou um aumento expressivo no envolvimento da população com a prática de esportes. Essa conjuntura contribuiu para o crescimento dos chamados esportes casuais e desorganizados/informais (*casual; unorganized sports)*, originários, sobretudo, do processo de massificação do esporte ocorrido em grande parte no ocidente a partir dos anos 1960 (VAN BOTTENBURG; DE BOSSCHER, 2011; TERRET, 2019).

O incremento da prática esportiva "informal" foi potencializado por um cenário mais amplo, ocorrido especialmente no continente europeu, que Van Bottenburg e De Bosscher (2011) denominaram informalização. Isto é, a disseminação de maneiras mais "permissivas" de se comportar na década de 1960 e no início da década de 1970, que, no âmbito esportivo, foi impulsionada e acelerada pelo incremento na renda per capita e no tempo de lazer da população, decorrentes da mudança na dinâmica do mundo do trabalho – a diminuição das exigências físicas do trabalho para um modo produtivo supostamente sedentário. As políticas de bem-estar social começaram a se tornar proeminentes naquele período, visando em parte melhorar a qualidade de vida e, por sua vez, a aptidão física da população.

Em muitos países, o Estado demonstrou maior disposição para investir em políticas destinadas à promoção do esporte e do lazer para todos os cidadãos. Houve ainda uma crescente preocupação com a socialização da juventude, o que acabou por se tornar um dos temas centrais das políticas de bem-estar. Esse ambiente convergiu para a adoção de políticas voltadas à promoção do esporte para todos, convencionalmente denominado *Sport for All*. Em um primeiro momento, essa nova mentalidade esportiva que se evidenciava produziu na Alemanha a campanha

---

[5] "[...] *underlying tension between the community welfare view of sports development* (*development through sport*) *and the perception of sports development as a synonym for talent identification and elite development* (*development of sport*)."

Der zweite Weg e na Escandinávia a campanha *Trim* (HOULIHAN; WHITE, 2005; VAN BOTTENBURG; DE BOSSCHER, 2011)[6].

Pode-se dizer, portanto, que como consciência premonitória, emergiram na Europa, especialmente nos países escandinavos, as primeiras iniciativas e debates voltados à promoção dos esportes a população de modo geral, que culminaram com a escrita de documentos sobre o chamado *Sport for All* (Esporte para Todos). Para Van Bottenburg (2002), o movimento *Sport for All* foi um dos catalizadores da promoção dos esportes praticados fora dos auspícios dos clubes e associações esportivas que, com o passar dos anos, se viram obrigados a oferecer a prática esportiva aos diversos grupos sociais.

A ruptura com a hegemonia do esporte profissional produziu novos sentidos e significados para o que, atualmente, é considerado fenômeno esportivo.

> [...] a diferenciação contínua no mundo esportivo levou à criação de novos tipos de atividades e estruturas esportivas, algumas com quase nenhuma relação com o esporte de competição. O esporte tornou-se um fenômeno fortemente diferenciado e difuso, praticado para diversos fins, de diversas maneiras e em contextos e formas organizacionais divergentes. Como as pessoas experimentam o esporte está relacionado a isso. Mais do que nunca, as pessoas tendem a rotular suas atividades físicas no lazer como "esporte". Uma das consequências disso é que o esporte hoje abrange um amplo espectro com os Jogos Olímpicos em um extremo, como a manifestação final do esporte competitivo organizado e, no outro, todos os tipos de atividades físicas que as pessoas percebem como comportamento esportivo. (VAN BOTTENBURG; DE BOSSCHER, 2011, p. 603, tradução livre)[7].

---

[6] Van Bottenburg (2002) relata que, em 1959, a organização esportiva alemã *Deutscher Sportbund* lançou uma campanha visando estimular a prática esportiva para públicos diversos. A campanha, denominada *Die Zweiter Weg*, era vista como uma alternativa ao modelo de competição, até então predominante, restrito ao contexto dos clubes e associações esportivas. O autor entende que a referida campanha motivou outros países a promoverem ações no mesmo sentido, o que teria culminado com a iniciativa do Conselho Europeu de produzir uma série de documentos oficiais visando promover o *Sport for All* naquele continente. No mesmo sentido, Hardman (2005) afirma que a iniciativa alemã foi uma precursora influente de um dos primeiros programas nacionais de *Sport for All*, estabelecidos em 1967 na Noruega, sob o nome de *Trim*. De Knop et al. (2016) indicam que, em 1965, na Assembleia Geral das Associações Esportivas Norueguesas (*Algemene Vergadering van de sportverenigingen van Noorwegen*) – a maior autoridade do esporte norueguês – foi apresentado um documento descrevendo os objetivos do esporte para aquela sociedade. Esse texto incluiu o *Sport for All* como uma das questões principais e foi aprovado por unanimidade. Pouco tempo depois, na Assembleia Geral de 1967, o projeto *Trim* foi apresentado e aprovado por unanimidade novamente.

[7] "[...] *the sporting world has led to the creation of new kinds of sports activities and structures, some of which have hardly any relationship with the achievement-oriented competition sport. Sport has become a strongly differentiated and diffuse phenomenon, that is practised for many different ends,*

No Brasil, a institucionalização do esporte por parte da esfera estatal iniciou-se no Estado Novo (1937-1945)[8], especialmente com a publicação da primeira lei orgânica do esporte brasileiro, o Decreto n.º 3.199 de 1941 (MIRANDA, 1995; MANHÃES, 2002; SARMENTO, 2006). O Decreto estabeleceu as bases de organização dos esportes no país e, consequentemente, o controle do Estado sobre o esporte, impondo limites à autonomia organizativa e ao pluralismo representativo das suas associações. A grande inovação consistiu a criação do Conselho Nacional de Desportos (CND) que, conforme descrito no art. 3.º, tinha a competência de:

> a) estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais (BRASIL, 1941, on-line).

Seguindo a argumentação de Sarmento (2006, p. 65), entende-se que o Decreto de 1941 foi um documento que espelhou as características do regime de governo no Estado Novo, isto é, "[...] esboçava um desenho institucional altamente centralizado e apresentava uma incontestável interpretação de que os esportes constituíam importante ferramenta de controle da sociedade e de promoção dos ideais de nacionalidade". O Governo Vargas identificou no esporte um terreno privilegiado para a produção de um ideal de brasilidade.

Uma série de legislações infraconstitucionais foram publicadas em seguida, como: o Decreto-Lei n.º 3.617/41, que estabeleceu as bases de organização dos esportes universitários; o Decreto-Lei n.º 5.342/43, que estabeleceu as

---

in diverse ways and in divergent contexts and organizational forms. How people experience sport is related to this. More than ever before, people have the tendency to label their leisure-time physical activities as 'sport'. One of the consequences of this is that sport today encompasses a broad spectrum with the Olympic games at one extreme, as the ultimate manifestation of organized competitive sport, and at the other, all kinds of physical activities that people perceive as sporting behaviour"

[8] O Decreto-Lei n.º 3.199, publicado em 14 de abril de 1941, estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país e, dentre outras medidas, institui o Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos e os respectivos Conselhos Regionais de Desportos, visando orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país (BRASIL, 1941). "Essa lei contribuiu em três pontos básicos da estruturação do esporte: a regulamentação das entidades esportivas, a definição da função do Estado brasileiro frente ao esporte e a indicação de como administrar as práticas esportivas. Até a elaboração da lei, a presença do Estado era insignificante na área, pois o esporte não possuía uma regulamentação única, sendo desenvolvido sem sistematização apropriada" (MEZZADRI, 2000, p. 38).

competências do CND, impondo ainda, a exigência de alvará de funcionamento às entidades esportivas; o Decreto-Lei 7.674/45, que disciplinou a gestão administrativo financeira das associações esportivas; o Decreto-Lei n.º 8.458/45, que regulamentou o registro dos estatutos das entidades. Mas, apesar desse ordenamento legal, até o ano de 1964 não ocorreram alterações significativas na política esportiva, hegemonicamente voltada ao desenvolvimento do esporte de elite/profissional (LINHALES, 1996; TUBINO, 1996; MEZZADRI, 2000; BUENO, 2008; STAREPRAVO, 2011; MEZZADRI *et al.*, 2015; CANAN *et al.*, 2017).

A aparente homeostase na esfera esportiva foi abalada no período da ditadura militar (1964-1985), momento no qual, segundo aponta Skidmore (1988), um aparato estatal burocratizado e de tendência tecnocrática foi introduzido no país. Essa tecnocracia militarizada engendrou e sustentou um período de crescimento econômico no país, rigidamente controlado pelo Estado, produzindo o que foi propagandeado no governo Médici como "milagre econômico"[9].

Linhales (1996), Mezzadri (2000) e Starepravo (2011) afirmam que o estilo de administração tecnocrática do governo da época também ocorreu na esfera esportiva. Por meio de uma abordagem intervencionista no esporte, foi produzida uma série de diretrizes, planos, projetos e ações, acompanhados de um ordenamento legal altamente regulador. A presença do Estado como regulador da política esportiva se mostrou como continuidade da estrutura clientelista estabelecida desde o período do governo Getúlio Vargas.

O acelerado crescimento econômico, que beneficiou especialmente a classe média[10], foi um dos fatores utilizados pelo governo para alimentar um clima de ufanismo nacional. Sendo assim, não por acaso, o esporte foi introduzido ao texto

---

[9] Para Fausto (2014), o termo "milagre econômico" brasileiro designa uma época de elevado crescimento econômico, somado a taxas relativamente baixas de inflação, e diz respeito ao período entre 1969 e 1973. Seu apogeu ocorreu entre os anos de 1970 e 1972, os "anos de ouro", de progresso contínuo, de abertura de horizontes, de confiança e de celebração patriótica, com apogeu em 1972, quando se comemorou a conquista do tricampeonato mundial de futebol e o Sesquicentenário da independência do país.

[10] Reis (2014b) destaca que, durante o milagre econômico, houve um aumento significativo na concentração de renda, o que gerou um incremento da parcela da população pobre. Ao analisar as características da propaganda oficial veiculada na televisão no período de 1969 a 1973, Matos (2003, p. 63) identificou que o alvo principal das mensagens eram justamente os extratos médios da população, diretamente beneficiados pelo crescimento econômico, "[...] com a consequente melhoria do padrão de consumo e acesso aos benefícios gerados pelos programas sociais do governo. Os tipos modais utilizados na maioria dos filmetes representam estes extratos médios, aos quais são mostrados modelos de vida como desafio e promessa para alcançar o progresso".

constitucional pela primeira vez em 1969, por meio da Emenda Constitucional n.º 1 (BRASIL, 1969), que alterou substancialmente, em diversos outros aspectos, o texto original da Constituição do Brasil de 1967 (BRASIL, 1967). A EC 1/69 no artigo 8.º, inciso XVII, alínea "q", uma referência direta ao interesse do Estado pela segurança jurídica no mundo esportivo. Conforme o documento oficial: Art. 8.º – Compete à União: [...] XVII - legislar sôbre: q) diretrizes e bases da educação nacional; normas gerais sôbre desportos; (BRASIL, 1967, on-line).

O uso da propaganda para a construção da imagem de país se beneficiou ainda da vitória do Brasil na Copa do Mundo do México (1970), em consequência do apoio do governo à seleção "canarinho", aproveitando a paixão do brasileiro pelo futebol (MATOS, 2003; MAGALHÃES, 2014). Era notório ainda o interesse do empresariado em se apropriar do esporte – leia-se do futebol e da imagem que a "escrete canarinho" representava para os ideais nacionalistas – visando construir representações positivas sobre si mesmos, isto é, uma estratégia de *marketing* e de auto projeção na arena pública (MATOS, 2003; MAGALHÃES, 2014; CORDEIRO, 2015; ROCHA, 2019)[11].

> A propaganda era clara: se, no passado, havia um *gap* entre a agência do empresariado e os sentimentos populares, no Brasil de 1969 os empresários viviam e sentiam os problemas da nação como se fossem os seus próprios. Não havia conflito entre as classes subalternas e as dominantes, de modo que ambas viviam e sentiam os problemas de um só Brasil. O discurso dos anseios da pátria em comunhão ia ao encontro da narrativa do discurso oficial do regime político. Essa narrativa, sem dúvida, foi vulgarizada pelos órgãos institucionais de propaganda, em particular pela Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), mas permeou atores da sociedade civil (ROCHA, 2019, p. 662).

"Participação coletiva", "solidariedade", "mobilização cívica", "empreitada comum", eram algumas das expressões utilizadas especialmente nos documentos

---

[11] Havia certo ressentimento da iniciativa privada com relação à hegemonia de uma visão estatista da economia. Nesse sentido, era interesse da iniciativa privada projetar publicamente a suposta preocupação com a Seleção de Futebol, o que poderia tornar a opinião pública mais sensível à atividade empresarial. Em 1970, motivados por João Havelange, presidente da CBD, a recém criada União de Bancos Brasileiros, deu início à "Campanha do Empresariado Pró Copa do Mundo de 1970", cujo objetivo era, afora os interesses particulares dos empresários, arrecadar recursos financeiros para subsidiar o "Planejamento México" – que consistia no envio de membros da comissão técnica da CBD para o exterior, visando longa estadia e adaptação à altitude do México e na capacitação de profissionais com cursos de formação – e a aquisição de recursos suficientes para assegurar a presença do futebol brasileiro na Copa do Mundo de 1970 (ROCHA, 2019).

oficiais que formalizaram o compromisso do empresariado em subsidiar o envio da seleção ao México, e ilustram as intenções da campanha de dar concretude ao sentimento de nacionalidade (ROCHA, 2019). Estrategicamente, ou não[12], o esporte foi um excelente recurso utilizado para produção de sentimentos nacionalistas, especialmente no contexto de celebração dos resultados conquistados pela seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970, no México[13]. O futebol acabou se transformando em uma marca indenitária de brasilidade. Assim, tornou-se o símbolo de uma nacionalidade inventada, como se o país fosse feito de um "nós" natural ou essencial, pouco passível de dúvidas e questionamentos. O próprio uso do "nós", presente no hino nacional e nas falas e documentos oficiais, "[...] faz com que o sentimento de pertença se sobreponha à ideia de individualidade e apague o que existe de "eles" e de diferença em qualquer sociedade" (ANDERSON, 2008, p. 16).

Dessa forma, não se pode negar o notório uso político da imagem da seleção e seus impactos na construção e legitimação do governo militar, o que foi ainda mais fortalecido pela aliança estabelecida com setores do empresariado (MAGALHÃES, 2014; ROCHA, 2019). Nesse sentido, parece haver certo consenso de que o êxito da *escrete canarinho* de 1970 foi capitaneado e capitalizado exclusivamente pelos militares. "Seriam eles os responsáveis por ampliar a euforia nacionalista provocada pelo milagre econômico com o triunfo da equipe de Mario Jorge Lobo Zagallo" (ROCHA, 2019, p. 671). Mas a recepção das mensagens sobre a seleção brasileira de 1970 ocorreu de modo heteróclito (FLORENZANO, 2009), e a mudança na conjuntura política e econômica do país demonstraria a volatilidade do suposto ambiente de otimismo social e esportivo vivido até então.

---

[12] A construção de um ideal de nação (*nation-ness*) é, do ponto de vista antropológico, correlato à noção de comunidade política imaginada. Para Anderson (2008, p. 11), o nacionalismo é a patologia da história do desenvolvimento moderno. Nesse sentido, nação é "[...] o valor de maior legitimidade universal na vida política moderna e que se tornou "modular", no sentido de que pode ser transplantado e traduzido, com diversos graus de autoconsciência e oficialidade. Sendo assim, entende-se que nem todo investimento a favor da produção de nacionalidades, patriotismos e do sentimento comunitário pode ser entendido como estratégia do Estado. Não há, portanto, comunidades (ou nações) "verdadeiras", pois qualquer uma é sempre imaginada e, nesse sentido, são sempre concebidas como estruturas de camaradagem horizontal, a partir da ideia de um "nós" coletivo, irmanando relações em tudo distintas.

[13] Vale mencionar que, pela primeira vez, os jogos da Copa do Mundo seriam transmitidos ao vivo pela televisão, o que se tornou uma "arma nas mãos" da propaganda oficial do governo militar. Esse conseguiu associar o "milagre econômico" com a possibilidade de adquirir televisores e, assim, acompanhar a seleção ao vivo em casa. Com essa estratégia, mesmo antes da vitória brasileira, o evento já gerava benefícios políticos (MAGALHÃES, 2014).

Apesar dos esforços do governo em produzir nas massas, não só o sentimento nacionalista, mas a percepção de um ambiente economicamente promissor, especialmente durante o milagre econômico, o que se via nas grandes cidades era a intensificação da espoliação urbana e social (KOWARICK, 1979). Com o processo de abertura (distensão) política, que se iniciou em meados dos anos 1970, intensificaram-se ainda mais os movimentos reivindicatórios visando à garantia dos direitos sociais.

Poucos anos depois, o clima de desencantamento político e social alcançaria seu ápice, culminando em um processo de "transição democrática"[14], quando o governo militar se viu obrigado a investir mais efusivamente em campanhas publicitárias visando (re)construir sua imagem no país (REZENDE, 2013; REIS, 2014a).

> As entonações incisivas, realçadas por terminologias de intimidação ligadas a um sentimento patriótico efusivo, foram substituídas por uma retórica que dava um sentido mais ameno aos discursos, conclamando a participação da população, a fim de que ela se envolvesse nas atividades físicas. Não se abandonaram, no entanto, as injunções de controle social, pelo contrário, foram reforçadas e direcionadas à população, com a assunção de um novo viés (TEIXEIRA, 2008, p. 127).

O esporte não ficou fora desse projeto (LINHALES, 1996; TABORDA DE OLIVEIRA, 2001; TUBINO, 1988a; 1992; 2003b; 2011; CUBILLAS, 2015; CANAN, 2018). Sob várias justificativas – democratizar a prática esportiva, propagar ideais nacionalistas, promover hábitos saudáveis e, sobretudo, desenvolver o esporte de rendimento –, o governo militar investiu na promoção do esporte de massa, nomenclatura esta adotada oficialmente no Brasil em 1975 (BRASIL, 1975b).

As normas gerais de disciplina do esporte, mencionadas no texto da Carta Magna de 1967 (EC 1/69), foram consolidadas com a promulgação da Lei n.º 6.251 de 1975 (BRASIL, 1975b), que reiterou em seus 52 artigos o esporte sob a tutela do Estado. Sem revogar expressamente o Decreto-Lei n.º 3.199/1941 do Estado Novo,

---

[14] Processo iniciado na presidência do general Ernesto Geisel (1974-1979) caracterizado pela "abertura lenta, segura e gradual" do país, e que ganhou dinâmica própria com a intervenção de atores imprevistos, fugindo do controle dos governantes até configurar-se a Constituição de 1988. Durante esse período de transição de um regime notadamente ditatorial para uma democracia reconhecida, sucederam-se dois governos: o do general João Figueiredo (1979-1985) e o de José Sarney (1985-1988) (REIS, 2014a).

a legislação de 1975 concedeu ao CND poderes legislativos, executivos e judiciários sobre o esporte no Brasil, estabelecendo logo em seu Art. 1 que "[...] a organização desportiva do País obedecerá ao disposto nesta Lei, à regulamentação subsequente e às Resoluções que o Conselho Nacional de Desportos expedir no exercício de sua competência" (BRASIL, 1975b). Os artigos 5 e 6 da referida legislação conferiam ainda, ao Estado, o compromisso de estabelecer, respectivamente, uma Política Nacional de Educação Física e Desportos (PNEFD) e um Plano Nacional de Educação Física e Desportos (I PNED 1976-1979).

Em consonância com o ordenamento da época, uma série de campanhas foram estrategicamente implementadas pelo governo militar, dentre as quais destacaram-se: a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED)[15]; a Campanha Mexa-se[16]; e a Campanha[17] Esporte Para Todos (EPT). Mas, no que diz respeito especificamente à promoção do esporte de massa, a Campanha EPT teve destaque em território nacional. Conforme destacou Starepravo (2011), a política da manifestação do esporte de massa se deu basicamente por meio do EPT no Brasil. A Campanha foi lançada oficialmente no final dos anos 1970, em um contexto de fragilidade do governo militar, quando o processo de transição democrática estava significativamente amadurecido.

Torna-se oportuno mencionar que a década de 1970 foi um período importante também para o desenvolvimento dos estudos relativos ao lazer no Brasil

---

[15] Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED), realizada entre junho de 1971 e agosto de 1974, foi veiculada nos meios de comunicação (jornais, revistas e TV) e compunha um conjunto de estratégias de governo visando produzir uma "mentalidade esportiva" na população, alavancando o esporte como indicador econômico de sucesso, e construindo, assim, uma imagem favorável e de otimismo sobre o país (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001; PINTO, 2003; OLIVEIRA, 2014; PAZIN, 2014; FONSECA; SANTOS, 2017).

16 A Campanha Mexa-se foi uma ação organizada nacionalmente pela Rede Globo de Televisão, em meados dos anos 1970, com o objetivo de incentivar a prática de atividades físicas na população (BRAMANTE *et al.*, 2002; TEIXEIRA, 2015). Lamartine Pereira da Costa, assessor técnico da ação, afirma que ela não obteve inicialmente o sucesso desejado, por contar exclusivamente com o meio televisivo para divulgação, o que para DaCosta (1977a) não possibilitou a mudança de hábitos da população. O mesmo entende que faltou a atuação dos chamados agentes de mudança (monitor ou voluntário esportivo), justamente o que foi considerado um dos fundamentos do EPT (TAKAHASHI, 1981b). A partir de 1975, essa estratégia foi incorporada também à Mexa-se (DACOSTA, 1977a). Contudo, Lamartine reconhece que os meios de comunicação de massa, em especial a televisão, foram particularmente importantes também para o desenvolvimento da Campanha EPT.

[17] A expressão "Esporte para Todos" é tratada em distintos documentos como "Movimento", "Programa" ou "Campanha". Optou-se por manter as terminologias utilizadas de acordo com os momentos históricos em que ela foi desenvolvida, isto é, até o ano de 1978, utilizou-se o termo Campanha Esporte para Todos. A partir de então, utiliza-se o termo Movimento Esporte para Todos.

(REQUIXA, 1977; SANT'ANNA, 1994; GOMES, 2003; 2005; PEIXOTO, 2007). Nessa década, o desenvolvimento de um campo de estudos do lazer parece ter impactado diretamente na redefinição e reconceituação do fenômeno esportivo, especialmente no que diz respeito à manifestação do esporte de massa. O debate nacional encontrou inspiração, principalmente, nas obras do sociólogo francês Joffre Dumazedier[18]. Seus escritos foram difundidos em diversos eventos científicos, palestras, cursos e consultorias pelo Brasil (GOMES; PINTO, 2009; GALANTE, 2018). Dentre os manuscritos que mais impactaram inicialmente os estudos do lazer no Brasil, destacam-se em especial as obras *Vers une civilization du loisir?* (1962), que foi traduzida para a língua portuguesa em 1973, e *Sociologie empirique du loisir* (1974), traduzido em 1979 (GOMES, 2005).

Os escritos de Dumazedier influenciaram também os ensaios que viriam a impactar na constituição do campo da Sociologia do Esporte no Brasil. Dentre esses, destaca-se os escritos do francês Georges Magnane, mais especificamente o livro *Sociologie du Sport* (1964), traduzido para a língua portuguesa (Sociologia do Esporte) e publicado no Brasil em 1969. No prefácio do livro, Magnane (1969) reconhece Joffre Dumazedier como aquele que o guiou passo a passo em seus estudos, cujo enfoque recaía no debate sobre a massificação e a extensão dos lazeres na vida quotidiana, assim como a estandardização da cultura, no contexto de desenvolvimento da sociedade industrial. Nesse contexto, o esporte é analisado como uma dimensão da vida cotidiana, como uma atividade de lazer e um fato social produtor e transmissor de cultura.

> Como tôdas as atividades de lazer, a prática esportiva situa-se nesta parte do não-trabalho que a expressão "tempo livre" valoriza de forma significativa: é o tempo da liberdade, aquêle em que o indivíduo, desembaraçado das suas obrigações e também dos "papéis" tradicionais que a sociedade lhe impõe, tem acesso a uma consciência renovada da sua unidade vital e, especialmente, lembra-se de sua infância. Neste estado de disponibilidade o homem se torna mais aberto, mais ligeiro, mais móvel, mais sensível a comunicações improvisadas e que conferem à linguagem, seja verbal ou mímica, as suas possibilidades de descoberta e de liberação (MAGNANE, 1969, p. 111-112).

---

[18] Sobre a vida, obra e o legado de Joffre Dumazedier no Brasil, conferir Camargo (2016).

Na mesma linha, é necessário reconhecer ainda, a contribuição de Renato Requixa. Em entrevista, o pesquisador afirmou que o lazer começou a circular na imprensa geral (jornais) da época, de modo mais evidente, posteriormente à realização dos primeiros eventos, organizados pelo Serviço Social do Comércio (Sesc), dedicados ao tema do lazer. Possivelmente referindo-se ao "Seminário sobre o Lazer – Perspectivas para uma cidade que trabalha", promovido pelo SESC/SP em 1969:

> Eu abri o Congresso com uma palestra chamada As dimensões do lazer. Aí o lazer nessa palestra, o lazer entrou nos jornais. A palavra lazer entrou nos jornais. Não existia isso em 1969 [...] então foi o primeiro congresso que saiu, e a primeira vez que se falou em lazer no Brasil (REQUIXA *apud* GALANTE, 2018, p. 23)[19].

O próprio Dumazedier, no prefácio do livro, se referiu aos escritos de Renato Requixa como sendo "[...] a primeira expressão de uma moderna sociologia do lazer no Brasil" (REQUIXA, 1977). Em 1971 Requixa publicou os livros: "Esporte, atividade de lazer" e "Conceito de Lazer", na Revista Problemas Brasileiros; em 1973, publicou "Lazer e ação comunitária" pelo Sesc[20] e; em 1974, "Lazer na grande cidade", "Espaços urbanizados" e "As Dimensões do Lazer". Nesse especificamente, o autor introduz suas primeiras reflexões acerca da relação entre o trabalho e o lazer no contexto de industrialização, urbanização e a consequente expansão do tempo livre dos trabalhadores. Em suas obras, os conceitos de lazer estão ancorados nas teorias de Dumazedier, e tiveram grande repercussão nos periódicos RBEFD e RCE. O relacionamento entre o campo do lazer e o esportivo foi frutífero, não só para o EPT, mas também para a redefinição e ampliação do conceito de esporte no país.

O cenário ajudou a produzir uma tendência que exigia cada vez menos a tutela estatal no esporte. Isso se materializou em 1985, com o fim do governo militar e início de um novo período democrático denominado "Nova República" (TUBINO, 1996). Nesse período, foi criada a Comissão de Reformulação do Desporto

---

[19] A conferência foi revista, atualizada e ampliada pelo autor em 1973, sendo posteriormente publicada pelo Sesc em formato de livro (REQUIXA, 1977).

[20] O Serviço Social do Comércio (Sesc) foi criado em 13 de setembro de 1946, por meio do Decreto-Lei n.º 9.853/46, com o propósito de prestar assistência social aos empregados do comércio e seus familiares. Acerca da relação do Sesc com as políticas de Esporte e de Lazer no Brasil, conferir Nunes (2012) e Bickel (2013).

Brasileiro (CRD), que produziu uma série de reformas operadas em grande medida por novos agentes políticos inseridos no cenário esportivo do país. Alguns desses indivíduos buscavam rever o lugar social do esporte. Tal movimento parece ter impactado diretamente na inserção e revisão conceitual do esporte nos debates da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e, consequentemente, no documento final da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988.

Sob um olhar macro, a mudança no ordenamento jurídico esportivo, aliada ao processo de reconceituação do esporte e à inserção de novos agentes, especialmente na segunda metade do século XX, convergiu para que no final dos anos 1980, o esporte fosse introduzido como direito social de todo cidadão brasileiro, nas dimensões de alto rendimento, educacional/escolar e de lazer/participação, na Carta Magna do país promulgada em 1988 (BRASIL, 1988; CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE, 2005; 2006; TUBINO, 2013).

Diante do exposto, a presente tese propõe investigar o fenômeno do Esporte para Todos e suas possíveis relações com o processo de constitucionalização do esporte no Brasil. A proposta de investigação pode ser resumida no seguinte problema de pesquisa: **A construção discursiva acerca do "Esporte para Todos" (EPT) na imprensa escrita, entre a Ditadura Militar e o advento da Nova República, evidencia aproximações com o processo de inserção do esporte como direito social na Carta Magna do país?**

Até o presente momento, no Brasil, grande parte da produção acadêmica se concentrou em investigar a lógica interna do movimento EPT, assumindo um tom denunciativo acerca do viés disciplinar e de controle, que supostamente teria caracterizado essa política esportiva. Dentre os pesquisadores que se dedicaram exclusivamente à análise da política de Esporte para Todos no Brasil, Cavalcanti (1982) foi uma das precursoras. Em sua dissertação de mestrado, defendida na Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a autora se preocupou em denunciar o chamado viés ideológico e coercitivo do EPT no Brasil, acusando-o de dissimular as desigualdades sociais, ao expressar a consciência tecnocrática do governo militar, e atuar como fator de dependência sociocultural a serviço da despolitização da massa.

Na década seguinte, foi a vez de Edison Valente – outro agente epetista – defender sua dissertação de mestrado e tese de doutorado, em Educação Física, ambas pela Universidade Estadual de Campinas. Em um primeiro momento, Valente

(1993) procurou analisar o que denominou "lógica interna do movimento EPT no Brasil". Referindo-se ao EPT como um projeto governamental de caráter conservador. O pesquisador analisou as fases dessa política, procurando descrever suas características, assim como indicar diversas formas de apropriação comunitária. Alguns anos depois, Valente (1996) empenhou-se em investigar os presumíveis nexos existentes entre o Olimpismo, o Esporte Para Todos e a Desescolarização no Brasil.

Sem pormenorizar, destaca-se aqui o fato de o pesquisador questionar o argumento de que a gênese do Movimento Esporte Para Todos no Brasil seja um projeto oriundo exclusivamente da iniciativa de alguns pioneiros, ou ainda, a ideia-força de um programa governamental com características simplesmente burocráticas. Valente (1996, p. 140) defende que "[...] a essência do EPT brasileiro, a partir da propalada crise da Educação Física e do Esporte, foi sendo progressivamente construída no Brasil [...]". Ao que parece, trata-se de uma resposta às críticas destinadas à política de EPT – produzidas no período de enfraquecimento do governo militar – especialmente àquelas ancoradas em teorias de cunho marxista e neomarxistas, como foi o caso de Cavalcanti (1982). Valente (1996) desenvolveu sua pesquisa ao lado de outros agentes de EPT, como Lamartine Pereira da Costa e Antonio Carlos Bramante. Assim, mesmo se tratando de uma pesquisa de caráter científico, não é de se estranhar a construção de uma narrativa que busque contornar as críticas dirigidas ao movimento EPT.

Já no início do século XXI, inicialmente distante da esfera política do movimento Esporte para Todos, Pazin (2004, p. 24) pode ser considerada uma das pesquisadoras pioneiras a investigar o EPT no Brasil. Em sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina, a autora advoga ser o EPT uma nova pedagogia corporal que, "[...] por meio de um aprendizado continuado e sutil, inscrevia nos corpos e mentes das pessoas formas de se comportar", o que estaria em consonância com as intenções do governo militar, especialmente no que tange aos pilares da Doutrina da Segurança Nacional. Uma década depois, a mesma pesquisadora defendeu sua tese de doutorado pela mesma instituição de ensino superior, quando teve a oportunidade de aprofundar os olhares sobre o EPT, observando-o como um esforço conjugado de diversos interesses específicos do governo militar: "[...] maquinaria e industrialização, emulação das classes trabalhadoras, um meio desencadear a prática do esporte de

modo massivo [...]" (PAZIN, 2014, p. 15), na tentativa de produzir um novo indivíduo, alegre, competitivo, grupal e o uso útil do tempo livre.

No mesmo período, Teixeira (2015, p. 18) defendeu sua tese de doutorado pela Universidade Federal de Uberlândia que, de modo geral, após pesquisa realizada, confirmou a hipótese inicialmente levantada, de que o EPT se tratou de "[...] um movimento idealizado para promover o controle social, por meio da instalação de táticas de convencimento sobre as massas, a fim de que prevalecessem as estratégias suaves na condução das condutas da população". Alguns anos antes, em 2008, o mesmo autor havia defendido sua dissertação de mestrado pela mesma universidade, ocasião em que tomou como fonte de análise primeira a RBEFD, procurando identificar as prescrições sobre lazer e recreação no período militar. O pesquisador constatou que tais prescrições traduziam os interesses dos militares em regulamentar a população por meio da disciplina corporal, o que segundo o pesquisador se materializou, por exemplo, na política de Esporte para Todos (TEIXEIRA, 2008).

Guardadas as específicas posições ocupadas pelos agentes/pesquisadores citados e as distintas bases epistemológicas que sustentaram seus manuscritos – frisando que se tratam de relevantes contribuições que, em conjunto, contribuem para análise e compreensão do objeto em questão –, em comum, pode-se verificar que os pesquisadores depositaram responsabilidade demasiadamente grande, por vezes quase que exclusiva, sobre o poder de coerção e disciplinamento das massas, proveniente das estratégias do regime militar.

Foram pouco explorados outros fatores que possibilitaram a produção de uma política de esporte de massa no país que, paradoxalmente, se consolidou justamente em um regime de governo autoritário. Ademais, percebe-se que havia uma nova mentalidade esportiva que há tempos se constituía internacionalmente, e que impactou diretamente a política esportiva nacional. Outrossim, até o momento não houve interesse dos pesquisadores em analisar os desdobramentos e influências da política de EPT no universo da Educação Física e dos esportes no Brasil, o que pode ser considerada a principal contribuição deixada pela presente tese.

Como hipótese, acredita-se que a política de Esporte para Todos, produzida no seio de um processo de reformulação e reconceituação do esporte no Brasil, ofereceu não só substratos teórico-conceituais, mas também legitimidade ao

processo de inserção do esporte, sobretudo na sua manifestação de lazer/não formal, na Carta Magna do país.

Para tanto, a investigação buscou compreender como o Esporte para Todos se constituiu e se disseminou no Brasil, olhando para a narrativa dos documentos oficiais[21] e de periódicos (revistas e jornais) que circularam na época. Nesse caso, atenção especial foi dada àqueles produzidos no estado do Rio de Janeiro[22], por se tratar de um dos principais eixos esportivos e midiáticos do país (HOLLANDA, 2012) e por ser nessa unidade federativa, especialmente na capital carioca, onde atuavam os principais agentes epetistas. Esse fato se deve, em grande parte, a ter sido o Rio de Janeiro a sede da "Central de Difusão do EPT", o que segundo Bramante (2013)[23] contribuiu para que a cidade fosse o centro de maior desenvolvimento de "atividades não formais" do país.

Mais ainda, considerando o fato do Rio de Janeiro ter sido a capital federal até pouco tempo antes do recorte temporal colocado para a presente pesquisa, além de continuar sendo sede de diversos órgãos públicos e ministérios, aglutinava os debates políticos de grande influxo e repercussão nacional, constituindo-se também enquanto principal centro cultural do país, produzindo tendências e ressoando as mudanças vividas na sociedade brasileira.[24] Sendo assim, os impressos que circulavam na antiga capital do país, guardavam um peso político significativo.

Dito isso, com relação aos documentos oficiais, foram tomadas como material empírico outras fontes como leis, decretos, relatórios, transcrições de

---

[21] Entende-se que "documento" pode ser qualquer tipo de registro histórico – fotos, diários, arte, música, entrevistas, depoimentos, filmes, jornais, revistas, sites e outros – que constitui a base empírica de uma pesquisa. Na presente tese, a expressão "documentos oficiais" designa os relativos a política educacional e esportiva do país. Em consonância com o entendimento de Booth (2005), refere-se aos registros de estados, governos, corporações e organizações formalmente constituídas, o que inclui: legislações e estatutos, declarações de política, relatórios e atas de reuniões, etc.

[22] Não serão negligenciados periódicos publicados em outras localidades, que em momento oportuno e, se necessário, serão tomados como referência no diálogo com as demais fontes.

[23] Antonio Carlos Bramante, na época, diretor da Faculdade de Educação Física da ACM de Sorocaba/SP e consultor do Sesc/SP, promoveu diversas ações em parceria com a SEED/MEC, inclusive durante a Campanha EPT, e atuou diretamente na Associação Brasileira de Recreação (ABDR).

[24] A cidade do Rio de Janeiro foi capital brasileira até 1960, ano em que a sede do governo foi transferida para a então recém-construída Brasília. Com a mudança da capital do país, o antigo Distrito Federal passou a ser reconhecido como estado da Guanabara (1960-1975), de acordo com a Lei n.º 3.752, de 14 de abril de 1960, Lei Santiago Dantas (BRASIL, 1960).

conferências e demais materiais impressos que tiveram alguma relação com a difusão de políticas educacionais e esportivas no período em questão.

Como objetivos específicos, destacam-se: a) compreender o movimento internacional de reconceituação do esporte na segunda metade do século XX e suas repercussões na construção de uma nova mentalidade esportiva no Brasil; b) analisar documentos oficiais e notícias publicadas na imprensa geral e especializada da época que versam sobre o Esporte para Todos no Brasil; c) investigar, à luz das fontes documentais elencadas, a constituição da política de Esporte para Todos no Brasil; d) compreender a teleologia, os elementos constitutivos e a fundamentalidade do Esporte para Todos no Brasil materializados na imprensa geral e na imprensa especializada da época; e) apreender elementos analíticos nas fontes de pesquisa, visando identificar possíveis conexões entre o EPT e o processo de constitucionalização do esporte no Brasil.

O recorte temporal inicial repousa no final da década de 1960, especificamente no ano de 1969, quando por meio da Emenda Constitucional n.º 1, o esporte foi incluído pela primeira vez em um texto constitucional (BRASIL, 1969), isto é, na Constituição do Brasil de 1967. Outrossim, a virada dos anos 1960 para 1970 foi marcada por uma política externa de "opção europeia" (LOHBAUER, 2000), sucedendo a aproximação do Brasil com a Alemanha. Dentre outras iniciativas, da parceria entre os países resultou a assinatura de um "*Convênio de Assistência Técnica Brasil/Alemanha Ocidental*" visando construir um "Projeto de Promoção do Esporte no Brasil" (DIEM; LÖCKEN; HUMMEL, 1983; DIEM, 1984). Mais ainda, trata-se do momento histórico no qual se fomentou o debate acerca da reconceituação e democratização do direito ao esporte no país (CANAN, 2018), quando ocorreu a primeira fase institucional da Campanha Esporte para Todos, inaugurada oficialmente no mês de março de 1977 (DACOSTA 1977a; 1981; 1988). Como marco temporal final da pesquisa foi estabelecido o ano de 1988, pois identifica-se na constitucionalização do esporte, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, uma nova atuação institucional do Estado frente às políticas públicas de esporte.

DESCRIÇÃO DAS FONTES DE PESQUISA E ESTRUTURA DA TESE

A presente tese caracteriza-se como histórica, e se valeu de um conjunto diversificado de fontes documentais. Com relação ao método historiográfico, parte-se do pressuposto de que um estudo que verse sobre a história do esporte – o que envolve também história das políticas esportivas – deve considerar mais do que o esporte (ou o objeto) em si, abordando também o cenário mais amplo, localizando a prática em seu contexto social complexo identificando questões e tendências sociais, partindo do pressuposto de que o esporte se caracteriza como uma prática social (STRUNA, 2000).

O *corpus* documental selecionado constitui-se de jornais, revistas e documentos oficiais[25] produzidos no período em questão. O conjunto das espécies documentais foi consultado presencialmente e por meio de repositórios digitais e *sites* de diversas instituições, a saber: no Arquivo Nacional (*on-line*); no Repositório Digital da Fundação Biblioteca Nacional, a Hemeroteca Digital Brasileira[26] (*on-line*); no *site* da Revista de Educação Física (*Journal of Physical Education*) da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx); na Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF) (*on-line*); na Biblioteca da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (presencial); na Biblioteca Pública do Estado do Paraná (presencial); nas Bibliotecas de Ciências Humanas e de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) (presencial); e na Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) (presencial).

Também foram consultados artigos publicados no periódico "Em Aberto" (*on-line*), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)[27] que, por estarem mais voltados ao campo da Educação, ao abordar a

---

[25] O termo "oficial", conforme adotado aqui, refere-se aos registros federais, estatuais, municipais e de organizações formalmente constituídas, abrangendo legislações, portarias, estatutos, declarações de política e relatórios produzidos no contexto das instituições direta e indiretamente envolvidas com a política de Educação Física e de esportes do país.

[26] Acerca dos limites e possibilidades do uso de ferramentas digitais, especificamente da Hemeroteca Digital Brasileira, na pesquisa e na escrita da história, conferir Brasil; Nascimento (2020).

[27] O antigo Instituto Nacional de Pedagogia foi instituído oficialmente no dia 13 de janeiro de 1937. Foi o Decreto-Lei n.º 580, de 30 de julho de 1938, regulamentou a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep). No ano de 1944, foi publicada a primeira edição da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), periódico responsável por fazer circular o conhecimento produzido pela autarquia, até hoje em circulação. Em 1952, assumiu a direção do Instituto o

temática da Educação Física e do Esporte, no limite, materializavam o discurso ao qual se queria dar visibilidade naquele período. De modo correlato ao que ocorria na esfera da Educação Física na década de 1980, o campo da Educação também foi marcado pela intensificação dos debates sobre a natureza e a "cientificidade" da pesquisa. Nesse sentido, com o objetivo de estimular e promover reflexões e debates na área, o Inep criou, em 1981, o periódico "Em Aberto". Sua criação coincide com um momento decisivo para o país, marcado por tensões em prol da reabertura política e redemocratização, que, no campo da educação (Educação Física inclusa), culminou com a efervescência de discussões sobre um projeto nacional de educação (e de Educação Física/Esporte Escolar), a criação de importantes entidades e associações representativas do segmento educacional brasileiro[28] e uma ampla produção intelectual e acadêmica de estudos e pesquisas (FÁVERO, 2012; SARAIVA, 2012).

No conjunto dos documentos oficiais analisados foram também contempladas leis, decretos, relatórios, transcrições de conferências e outros, disponibilizados nos *sites* da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, especificamente aqueles que, de alguma maneira, tiveram relação com a temática do esporte no contexto da Assembleia Nacional Constituinte.

No que se refere aos veículos da imprensa, especificamente os jornais impressos, parte-se do pressuposto de que são importantes agências informais educativas, isto é, têm muito a dizer sobre o modo complexo pelo qual as culturas e mentalidades de cada época foram produzidas, mantidas e transformadas. No

---

professor Anísio Teixeira, conferindo maior ênfase ao trabalho de pesquisa. Em 1972, o Inep foi transformado em órgão autônomo, passando a ser denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, com a missão de realizar diagnósticos sobre a situação educacional do Brasil e, assim, subsidiar a reforma do ensino em andamento – prevista na Lei n.º 5.692/71 –, bem como ajudar na implantação de cursos de pós-graduação. No ano de 1976, seguindo a linha estratégica do governo militar na época, a sede do Inep foi transferida para Brasília. Na Nova República, em 1985, foi suprimido do Inep o compromisso pelo fomento à pesquisa, mantendo sua função básica de suporte e assessoramento ao MEC. Atualmente, o Instituto responde por um sistema de levantamentos estatísticos que tem como eixo central avaliar todos os níveis educacionais (INEP, 2015).

[28] Dentre as quais Fávero (2012) destacou a Associação Nacional de Pós-Graduação (mais tarde de Pós-Graduação e Pesquisa) em Educação (ANPEd), criada em 1978; o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), fundado em 1979; a Associação Nacional de Educação (Ande), em São Paulo, de 1979; a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), criada em 1988 e que, depois da promulgação da Constituição, foi transformada em sindicato nacional (Andes-SN); o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed); e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

âmbito esportivo, considerando o esporte como um fato social, Magnane (1969, p. 19) sublinhou que "[...] é precisamente na imprensa escrita que o esporte, a criança difícil do século [referindo-se ao século XX], manifesta a sua presença da maneira mais discreta", sinalizando a necessidade de investigação sobre o tema. Os jornais e revistas[29] são, portanto, fontes básicas de pesquisa para aqueles que se propõem a investigar especificamente o esporte, na medida em que possuem uma face oculta que "[...] dissemina e organiza informações, cria valores, atitudes e ideias sobre uma multiplicidade de temas e, pois, quer queiram ou não, influenciam seus leitores, ouvintes e espectadores" (PALLARES-BURKE, 1998, p. 145).

A imprensa escrita não só contribui relatando percepções locais e entendimentos sobre a cultura esportiva, mas realiza campanhas educativas a fim de difundir um estilo de vida próprio para um cidadão que almeja ser civilizado (LUCENA, 2001; MORAES E SILVA, 2011; MELO, 2012). O *modus operandi* da imprensa latino-americana, especialmente no contexto brasileiro da terceira parte do século XX, pode ser encarado como um "agente modernizador", nos termos de Pallares-Burke (1998), ou como "sacerdócio modernizador", nos dizeres de Vieira (2007). Similar ao que ocorria na Europa na virada do século XIX para o XX, o jornalismo latino-americano assumiu um viés mais cultural do que noticioso, na medida em que se queria prioritariamente "modernizar" a sociedade e educar o seu público (PALLARES-BURKE, 1998).

Cabe então destacar que, não se trata de uma obra do acaso o fato de várias ações de *Sport for All*, realizadas em diversos países do mundo, utilizaram-se da imprensa como estratégia de *marketing*, visando propagar seus ideais e educar a população para novos hábitos (PALM, 1977; MCINTOSH, 1980; DACOSTA, 1981e; DACOSTA; TAKAHASHI, 1983; MCINTOSH; CHARLTON, 1985; BRAMANTE *et al.*, 2002). De modo similar à política de EPT no Brasil, valeu-se dos canais da imprensa escrita, além do rádio e da televisão, com intuito de propagar e legitimar seus discursos (DACOSTA, 1977a; DACOSTA; TAKAHASHI, 1983; CAVALCANTI, 1982; 1984; VALENTE, 1993; 1997; BRAMANTE *et al.*, 2002; PAZIN, 2004; 2014; TEIXEIRA, 2008; 2015), visando produzir uma nova mentalidade esportiva (de

---

[29] Sobre o uso da Revista como fonte histórica, conferir Martins (2003).

massa) no país – o que, segundo o relato da própria imprensa geral, tratava-se de uma das principais metas do DED/MEC no âmbito da política esportiva.

Apesar dos múltiplos esforços em produzir determinadas mentalidades, vale ressaltar o entendimento de que essas estão sempre colocadas em um campo de concorrências e de competições, que se enunciam em termos de poder e de dominação. Portanto, na perspectiva de análise aqui adotada, considera-se que as fontes documentais não têm sentido estático e universal.

Os elementos acima elucidados ajudam a compreender a necessidade de um olhar mais atento e pormenorizado aos veículos da imprensa escrita, especialmente naquilo que diz respeito à compreensão do fenômeno esportivo. Sendo assim, discorridas as considerações preliminares, é necessário explicitar o arranjo do material empírico selecionado. Em um primeiro momento, foram organizados dois conjuntos de fontes documentais, classificadas aqui como Imprensa Geral/Ampla e Imprensa Especializada. O primeiro concentra os jornais com circulação diária e abordagens de temas cotidianos. A seleção de tais conjuntos se deu por meio da Hemeroteca Digital Brasileira, pelo acionamento da ferramenta de "busca avançada" (pesquisa por periódico, período e palavra-chave). Inicialmente foi utilizada a expressão "Esporte para Todos" para identificar os periódicos que abordaram a temática dentro da temporalidade delimitada. Também a expressão "esporte de massa" foi posteriormente adotada na busca de material empírico para pesquisa, dada sua relevância para o objeto de análise do presente estudo.

Após a seleção do material empírico, foram analisados diversos jornais impressos, porém, uma atenção maior foi dada ao Jornal dos Sports. Tal periódico é de importância ímpar no conjunto das fontes, por se tratar de um dos primeiros jornais diários, especializado em esportes, com alcance nacional (KONDER, 2004; COUTO, 2011; 2016; HOLLANDA, 2012)[30]. Ele foi fundado no dia 13 de março de 1931, em um cenário de ausência de jornais, e tampouco de profissionais, especializados em discutir o esporte, o que lhe conferiu destaque por se tratar de um

---

[30] O periódico seguia o *design* gráfico dos principais jornais da época, sendo confeccionado inicialmente em preto e branco. Pouco tempo depois, adotou o que veio a ser uma marca registrada do jornal, o papel cor-de-rosa, o que foi determinante para que popularmente fosse reconhecido como "O cor-de-rosa" – uma estratégia de *marketing* inspirada no jornal esportivo francês *L'Auto* (KONDER, 2004; HOLLANDA, 2012), apesar da grande semelhança também com o jornal italiano *La Gazzetta dello Sport*, o popular *Gazza e Rosea*.

locus de formação de profissionais que vinham de outras áreas de atuação no jornalismo, como a cobertura policial e/ou dos demais fatos cotidianos da cidade (COUTO, 2011; 2016).

O Jornal dos Sports, que nos anos 1970 era o principal diário esportivo do Rio de Janeiro e um dos principais periódicos esportivos do país, consolidou-se ainda mais quando o jornalista Mario Rodrigues Filho assumiu sua direção (HOLLANDA, 2012; COUTO, 2016)[31]. A partir de então ocorreram mudanças em sua linha editorial, dada a influência do estilo da escrita de Mário Filho, com grande ênfase nas crônicas, especialmente sobre o futebol brasileiro. As mudanças implementadas por Mário Filho inauguraram uma nova forma de fazer jornalismo esportivo, contribuindo, sobretudo, para popularizar o futebol no Brasil, aproximando jogadores, clubes, torcedores e consumidores do esporte (ALMEIDA, 2012).

No período entre 1960 e 1970, os eventos esportivos promovidos pelo "Cor de Rosa" influenciaram sobremaneira o cotidiano, não só na cidade do Rio de Janeiro, mas também nacionalmente, especialmente os Torneios de Pelada, os Jogos Infantis e os Jogos de Primavera. Sucesso de público e crítica, eram também utilizados como estratégia de *marketing* para o jornal. "Muitas vezes, parecia que o Jornal dos Sports se nutria apenas de noticiar os próprios feitos" (ALMEIDA, 2012, p. 3). Alguns dos eventos eram realizados em parceria com a Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED), do Ministério da Educação e Cultura (MEC), e contribuíram na disseminação do Esporte para Todos no Rio de Janeiro, servindo de modelo para outras unidades federativas brasileiras[32].

---

[31] Em 1936 os jornalistas Mário Rodrigues Filho e Roberto Marinho compraram o Jornal dos Sports. Mário Filho permaneceu a frente desse até 1966, ano em que faleceu. Assim, cabe mencionar que a presente tese analisa a produção do jornal na temporalidade posterior à Era Mário Filho, período em que a gestão do jornal passou grande parte do tempo nas mãos de distintas pessoas em uma linha sucessória familiar. Primeiramente, assumiu sua esposa Célia Rodrigues. Após o falecimento, o único filho do casal, Mário Júlio Filho, passou a administrar o jornal. Com o falecimento, a Sra. Cacilda Fernandes de Souza, segunda esposa de Mário Júlio Filho, tornou-se a diretora do JS. A crise econômica do país, ocorrida na virada dos anos 1970 e 1980, forçou a então proprietária a vender o jornal para a família Velloso. Climério Pimenta Velloso ficou como diretor-presidente do periódico. Em dezembro de 1980 a morte de Nelson Rodrigues, que ainda escrevia para o JS, encerrou definitivamente o ciclo familiar da família Rodrigues nas páginas do Jornal dos Sports (HOLLANDA, 2012). Mais recentemente, em 22 de fevereiro de 2008, o Jornal passou a ser propriedade do publicitário Arnaldo Cardoso Pires (COUTO, 2016).

[32] A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos. As unidades federativas do Brasil são entidades subnacionais com certa autonomia (autogoverno, autolegislação e autoarrecadação) e dotadas de governo e constituição próprios (BRASIL, 1988). No ano de 1960, o Brasil era

O segundo conjunto de fontes contempla a imprensa especializada no campo da Educação Física e dos Esportes: a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (RBEFD), e a Revista Comunidade Esportiva (RCE) e o Jornal do Esporte para Todos (Jornal EPT). Esses foram selecionados por se tratarem de veículos de comunicação oficiais do MEC e pela relevância que alcançaram no campo da Educação Física e dos Esportes no Brasil. Consequentemente, conferiam maior legitimidade aos discursos sobre o Esporte para Todos (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001; BRAMANTE, 2013; PAZIN, 2014; TEIXEIRA, 2015). Nesse sentido, são materiais privilegiados para análise das disputas travadas para conformar e/ou legitimar determinados ordenamentos discursivos sobre o esporte e, porque não dizer, a Educação Física da época.

O Comunidade Esportiva, lançado em janeiro de 1980, foi a primeira mídia do movimento EPT. Impresso inicialmente no formato de jornal/tabloide, foi elevado ao status de Revista Comunidade Esportiva (RCE) no ano seguinte, em 1982, incorporada Rede EPT (DIAS et al., 1986; BRAMANTE et al, 2002). O periódico circulou em território nacional até o ano de 1986. Com sede editorial na cidade do Rio de Janeiro/RJ, o periódico iniciou como publicação do Mobral, com circulação dirigida de distribuição gratuita e tiragem de 3 mil exemplares, passando para 5 mil no segundo número, 10 mil no terceiro e de 20 a 25 mil exemplares nos anos de 1980 e 1981. Seu quadro editorial incluía Lamartine Pereira da Costa e Sonia Silveira bem como consultoria de Person Cândido Matias e de George Takahashi, representante da Subsecretaria/Superintendência de Esporte para Todos (SUEPT) na Rede EPT. Todos esses profissionais eram ligados à SEED/MEC ou ao Mobral, instituições governamentais responsáveis pela gestão do EPT no Brasil.

Paralelamente ao lançamento do Boletim Informativo da Rede, também foi criado o Jornal Esporte para Todos (JEPT). O periódico foi idealizado em uma reunião de avaliação do EPT na cidade de São Paulo, em 1982, que congregou diversos agentes atuantes no movimento (empresas, professores universitários, agentes institucionais e agentes independentes). O escopo do Jornal EPT era similar ao Boletim Informativo, mas a periodicidade o colocava em desvantagem em relação ao noticiário quinzenal do Boletim Informativo (DIAS *et al.*, 1986).

---

constituído por 21 unidades federativas. Atualmente, são 27 os estados que constituem o território do país.

A RCE n.º 23 de 1983 veiculou uma nota, assinada pela Rede EPT, anunciando a realização dos programas de Rádio Semanal transmitidos aos domingos (às 9h e às 10:30h pela manhã) em 800 emissoras espalhadas em território nacional, e o lançamento do Jornal do Esporte para Todos encadernado mensalmente junto ao Jornal dos Sports, complementar àquele bimestral já enviado por mala direta aos agentes epetistas (REDE EPT. Comunidade Esportiva, n.º 23, mar./abr. 1983, n.p.).

Apesar da menor periodicidade, o Jornal EPT tinha maior alcance. Lançado em abril de 1983, tinha tiragem de três mil exemplares distribuídos em mala direta para os agentes epetistas e setenta mil encartados na segunda terça-feira de cada mês, junto ao Jornal dos Sports. Já o Boletim Informativo era distribuído de forma restrita aos Núcleos EPT. Torna-se importante ressaltar que o editor do Jornal EPT foi Lamartine Pereira da Costa, o que torna ainda mais importante a análise de tal periódico, pois se trata do coordenador da Campanha EPT.

O Jornal EPT influenciou e foi influenciado pelo Comunidade Esportiva, uma vez que aquele "[...] foi concebido tomando por base o modelo empregado nos primeiros números da "Comunidade Esportiva" (do n.º 1 ao n.º 7), em formato de Jornal se apresentando como um noticiário" (DIAS *et al.*, 1986, p. 23). Após o término do acordo com o Jornal dos Sports, em fevereiro de 1984, a circulação do JEPT foi interrompida por um período de três meses, sendo relançada em junho de 1984 sob nova denominação, "Jornal Comunidade Esportiva/EPT"[33], distribuído por mala direta a agentes epetistas de todo o Brasil, especialmente àqueles treinados em cursos EPT (DIAS *et al.*, 1986). Pode-se dizer, portanto, que o Jornal EPT, assim como a RCE, são periódicos ainda mais específicos no contexto da imprensa especializada em esportes naquele período.

A RBEFD era também um veículo governamental privilegiado na propagação de princípios e normas sobre a Educação Física e o Esporte no Brasil. No entendimento de Teixeira (2008), o periódico, lançado em 1968 e, portanto, no período considerado mais rígido do regime militar, era um dos mecanismos difusores do ideário daquele governo. Nesse momento:

---

[33] Não foi possível ter acesso ao Jornal Comunidade Esportiva/EPT.

> [...] a criação da RBEFD não se deu de maneira espontânea, mas foi um acontecimento no âmbito de um contexto que apontava as práticas corporais como mecanismos importantes e necessários para o controle social. Ao longo de suas edições, é possível observar a intensa preocupação do engajamento dos professores de Educação Física e, consequentemente, também na distribuição do periódico, para esses profissionais, respaldando-se muitas vezes em colaborações de autores estrangeiros, mas também enfatizando a necessidade de formar autores brasileiros identificados com o governamento implementado naquele momento (TEIXEIRA, 2008, p. 78).

Apesar de expressar o ordenamento oficial, em suas páginas também circularam distintas compreensões (nacionais e internacionais) acerca do esporte e da Educação Física, muitas delas antagônicas aos próprios interesses do regime militar (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001; REI *et al.*, 2016), fato esse que revela, em um primeiro momento, que não havia um direcionamento único acerca do entendimento que se queria dar à política esportiva e de Educação Física. Entre os anos de 1941 e 1958, a RBEFD circulou como o nome de "Boletim de Educação Física". Foi somente em 1968 que o periódico passou a ser editado pela Divisão de Educação Física (DEF) do MEC, quando passou a se chamar "Boletim Técnico Informativo"[34], nomenclatura que permaneceu até o número 8 da edição de 1969 (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001).

No ano seguinte, o periódico foi elevado à categoria de revista, sendo denominado "Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva". Entre 1971 e 1974, o impresso teve novamente o nome modificado para "Revista Brasileira de Educação Física". Novamente, em 1975, a nomenclatura da revista foi alterada para "Revista Brasileira de Educação Física e Desportos", permanecendo em circulação com tal nome até o ano de 1984 (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001). Até o ano de 1980, a RBEFD foi editada pela Divisão de Educação Física (DEF) do MEC. No ano seguinte, a DEF/MEC passou a se chamar Departamento de Educação Física e Desportos (DED), incorporado à recém-criada Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED) do MEC, que ficou responsável pela RBEFD até o final da sua edição, em 1984 (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001).

Tinha como público-alvo professores e pesquisadores dessas áreas. Nesse sentido, o periódico não era simplesmente um instrumento propagador das diretrizes

---

[34] As edições de n.º 1 à n.º 8 (1968-1969) do Boletim Técnico Informativo foram acessadas por meio da biblioteca digital do Centro Esportivo Virtual, no endereço eletrônico http://cev.org.br.

oficiais para a Educação Física e os Esportes no Brasil, ainda que em suas páginas circulassem formas de organização oficiais e até hegemônicas. Mas havia espaço para o debate de ideias que revelavam modelos pedagógicos ancorados em compreensões muitas vezes antagônicas.

> Constantemente os professores de Educação Física eram convocados a contribuir com sua experiência para a ampliação da importância da própria Revista [...] tanto os editoriais quanto artigos variados reclamavam uma maior inserção do professorado nos rumos da Educação Física brasileira (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 82).

O periódico do MEC contou com a participação de Lamartine Pereira da Costa, que atuou como editor-chefe até o ano de 1973 e foi autor de vários artigos. Desde o ano de 1967, ao deixar suas funções junto à Comissão de Desportos das Forças Armadas (CDFA), Lamartine havia se integrado à equipe do MEC, dada sua aproximação com o tenente coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira, diretor da antiga Divisão de Educação Física (DEF) (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001). No ministério, o intelectual atuou diretamente na DEF, sendo uma de suas atribuições a edição de materiais impressos, dentre eles a revista em questão.

Na edição de n.º 35 da RBEFD de 1977, ano de lançamento da Campanha EPT, a revista publicou uma edição exclusivamente dedicada ao Esporte para Todos, na qual foi publicado o Documento Básico da Campanha EPT, o que evidencia a relevância desse periódico para a política epetista no país (Figura 1). O referido texto inicialmente traz um prefácio escrito por Lamartine Pereira da Costa, no qual apresenta um panorama da aludida Campanha no Brasil.

Figura 1 - Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1977)



Fonte: Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, Ano 9, n.º 35, 1977, página de capa. A imagem é similar àquela publicada na capa do Documento Básico da Campanha EPT (DACOSTA, 1981e).

A publicação de uma edição dedicada ao EPT denota a relevância que essa política tinha no conjunto de ações do MEC. Na edição em questão, o editorial e o primeiro capítulo, intitulados respectivamente “Implantação e Desenvolvimento da Campanha Esporte para Todos no Brasil” e “Documento Básico da Campanha”, foram escritos por Lamartine Pereira da Costa. Em sequência, encontra-se publicado o texto “A visão e a realidade”, escrito por Jürgen Palm, que aborda a relevância do *Sport for All* no contexto internacional da época, finalizando com uma breve descrição da campanha TRIM alemã que foi idealizada pelo autor do texto. Os outros cinco capítulos trazem um relato das ações de *Sport for All* desenvolvidas na Bélgica, Canadá, Suécia, Finlândia e Noruega. As edições subsequentes da revista continuaram veiculando informações e propagandas de ações epetistas.

No que se refere ao exercício de leitura das fontes documentais, considera-se seu caráter de documentação jornalística ou de fontes oficiais coligidas e produzidas, em um primeiro momento, pelos próprios agentes epetistas e/ou pelos membros da comunidade de informações do governo da época. Nesse sentido, a interpretação das fontes ponderou não só o contexto histórico em questão, mas também o universo específico, com o objetivo de acessar, ainda que de forma indireta, a mentalidade esportiva por meio da qual os agentes que produziram o Esporte para Todos no Brasil.

Ainda, parte-se do entendimento de que o campo da comunicação que constitui a imprensa escrita configura-se como um lugar, um tipo particular, de

escrita histórica (ou de produção escrita da história). Isto é, uma Operação Midiográfica[35], nos dizeres de Silva (2011), capaz de articular várias formas de produção de sentidos históricos. Nesse sentido, na presente tese o conteúdo jornalístico é tratado como *práxis* social, isto é, um conjunto de práticas comunicacionais que integram circuitos mais amplos e complexos de produção de sentidos, portanto, dinâmico, sujeito a tensões culturais, políticas e históricas (MATHEUS, 2010)[36].

Sobre a estrutura do texto da presente tese de doutoramento, optou-se por uma narrativa cronológica que acompanha a emergência e os primeiros desdobramentos da política de Esporte para Todos no país no período entre Constituições (1967-1988), adotada como um eixo central de investigação da temática em questão. No entanto, em alguns momentos não se evitou o encadeamento de reflexões que extrapolam a construção da narrativa. Seguindo tais pressupostos, a pesquisa está organizada em três capítulos, além da introdução e das considerações finais.

O Capítulo 1 aborda o movimento de reconceituação do esporte na segunda metade do século XX, inicialmente no âmbito internacional, e suas repercussões na construção de uma nova mentalidade esportiva no Brasil, o que repercutiu na revisão dos marcos legais e na realização de ações políticas, dentre elas o Esporte

---

[35] Ao estabelecer as relações com a noção de "operação historiográfica" cunhada pelo historiador francês Michel de Certeau, Silva (2011) opera como conceito de "operações midiográficas" com intuito para analisar os lugares e elementos que conformam a produção midiática, possibilitando assim analisar a complexa engenharia de elaboração social. Segundo a autora, a midiografia se realiza em dois estágios: a escritura e a inscrição de significados e sentidos atribuídos aos eventos disposta na cena pública. "O primeiro é aquele no qual a escritura – compreendida como construção narrativa em imagens, textos e sons – compõe significados sobre os eventos e ocorrências cotidianas, re-textualizando o vivido e oferecendo-o através dos veículos de mediação [...]. O segundo momento tem início quando o produto se torna resíduo, rastro de informação que transpõe a temporalidade na qual foi elaborado. A escritura se torna inscrição, mas também nova forma de escrita re-significada em outra temporalidade. Realiza-se assim a inscrição de novos significados no cotidiano, ou seja, aquilo que imprime, monumentaliza e institui marcos memoráveis no tempo e no espaço" (SILVA, 2011, p. 31-32).

[36] Matheus (2010, p. 4) argumenta que o fazer jornalístico, ou seja, o jornalismo caracteriza-se como "[...] uma experiência comunicacional compartilhada cotidianamente por um conjunto de indivíduos, seja na produção, seja no consumo direto e indireto. Jornalismo aqui será tudo aquilo que, consensualmente ou conflituosamente, é experimentado como jornalismo, nas suas múltiplas dimensões informativo-noticiosa, estético, ficcional, opinativo-retórica, imagética, cômica. Ou seja, ele não poderá ser entendido como fruto exclusivo de deliberação profissional, mas como resultado momentâneo e parcial da dinâmica cultural". Sendo assim, vale registrar que o foco da presente pesquisa recai sobre o conteúdo produzido e não sobre as múltiplas e complexas maneiras pelas quais foram consumidos.

para Todos, visando à promoção do esporte de massa. Além da literatura acadêmica e dos documentos oficiais produzidos na época, o conjunto de fontes que subsidiou o debate nesse primeiro momento constituiu-se da produção escrita de agentes diretamente envolvidos com o campo esportivo da época, dentre eles Manoel José Gomes Tubino e Lamartine Pereira da Costa, além dos manuscritos que circularam especialmente nas páginas da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos.

O Capítulo 2 adentra o debate acerca da teleologia do Esporte para Todos no Brasil por meio de seus elementos constitutivos e de sua institucionalidade e fundamentalidade, especificamente no período de realização da Campanha EPT no Brasil no fim dos anos 1970. O fio condutor da investigação está amparado na análise das relações entre o ordenamento discursivo que sustentou a noção de esporte na Campanha naquele que subsidiou a legislação esportiva da época, que se materializou como Primeiro Plano Nacional de Educação Física e Desportos (BRASIL, 1975a). Além dos documentos oficiais, as fontes utilizadas como arcabouço de análise nesse momento foram aquelas ligadas à imprensa geral e à especializada da época, com ênfase na RBEFD e no JEPT.

Por fim, no Capítulo 3, a investigação avança à década de 1980, período no qual ocorreu uma série de iniciativas visando dar continuidade, legitimidade, capilaridade e autonomia ao que passou a ser denominado Movimento EPT, posteriormente à criação da Superintendência (Subsecretaria) de Esporte para Todos do MEC, que por sua vez instituiu uma Rede EPT e o seu periódico oficial o Comunidade Esportiva. Na mesma década, teve início uma série de debates que objetivaram "atualizar" o conceito de esporte na legislação nacional, culminando com a criação de uma Comissão do Esporte e Turismo, na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional. Essa, por sua vez, promoveu no início dos anos 1980 um ciclo de debates intitulado "Panorama do Esporte Brasileiro", que teria sido o ponto de partida para que, por meio do Decreto n.º 91.452/85 (BRASIL, 1985b), o MEC fosse encorajado a instituir uma Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro, responsável por produzir o relatório que serviu de base aos debates que sustentaram a inclusão do esporte como direito na Constituição da República Federativa do Brasil em 1988.

1 A EXPRESSÃO DE UMA MENTALIDADE ESPORTIVA PARA TODOS

1.1 A POPULARIZAÇÃO DO ESPORTE E A CONQUISTA DAS MASSAS

Desde o surgimento dos esportes modernos até meados do século XX, o modelo elitista de esporte predominou em quase todos os países ocidentais. Praticado inicialmente pela aristocracia e alta burguesia inglesa do século XIX, foi fortalecido com a restauração dos Jogos Olímpicos, por Pierre de Coubertin[37], no ano de 1896 (FÖLDESI, 1991; TUBINO, 2011; CASCO, 2018; TERRET, 2019). Se até então o esporte era praticado como diversão e passatempo da aristocracia inglesa, no último quartel do século XIX a prática começou a ser disseminada para outros países e organizada formalmente, enquadrando-se em estruturas institucionais estabelecidas por uma série de órgãos governamentais e associações esportivas (HOULIHAN, 1997; TERRET, 2019).

Desde o final do século XIX tem início um conjunto de esforços visando a disseminação e popularização do esporte, o que em grande medida foi capitaneado por Coubertin por meio de uma corrente pedagógico-filosófica denominada Olimpismo. Para ele era necessário "restaurar" os valores dos Jogos Olímpicos helênicos e criar um Comitê Olímpico Internacional, que teria a missão de restaurar os Jogos e difundir o esporte, e a ideologia olímpica, em todos os continentes. Destarte, o esporte moderno se disseminou pelas Ilhas britânicas em grande medida impulsionado pelo Movimento Olímpico e ganhou ainda maiores proporções com a ocorrência das duas grandes guerras mundiais (CUBILLAS, 2015; TERRET, 2019).

O século XX demarcou o que Coubertin afirmou ser a fase de democratização do esporte, momento em que o esporte passa a ser tratado como um elemento cultural a ser assumido por todas as pessoas ao longo da vida. No ano

---

[37] Nos anos 20 os Jogos Olímpicos de Coubertin eram tão restritos a grupos específicos que a classe trabalhadora europeia organizou as Olimpíadas dos Trabalhadores e um grupo feministas da classe média criou os Jogos Mundiais Femininos (KIDD; DONNELLY, 2000; TERRET, 2019). Torna-se conveniente mencionar que, paradoxalmente, o Barão Pierre de Coubertin, pioneiro no desenvolvimento do esporte profissional e considerado o 'pai' dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, foi um dos primeiros a reivindicar a democratização do esporte. O Comitê Olímpico Internacional, criado sob sua iniciativa, fortalecia a dicotomia de classe no esporte (FÖLDESI, 1991). Mesmo assim, alguns pesquisadores chegam a afirmar que os ideais do *Sport for All* foram lançados por Coubertin para realizar a doutrina do Olimpismo (JESPERSEN, 2015).

de 1919 muitos afirmam que ele utilizou pela primeira vez a expressão "esporte para todos" quando, no mês de janeiro daquele ano, escreveu e célebre frase:

> Todos os esportes para todos, eis aqui uma fórmula que irá ser taxada como utópica. Eu não ligo. Eu tenho pensado e examinado ela há muito tempo: sei que é exata e possível..." (*Lettres Olympiques. Gazette de Lausanne*, 13 de janeiro de 1919 *apud* COMITÉ FRANÇAIS PIERRE DE COUBERTIN, 1992b, p. 7)[38].

Vale mencionar que Coubertin fazia uso do termo esporte para o exercício físico de modo geral. Eis a sua definição de esporte segundo o Comitê Francês Pierre de Coubertin: "O esporte é o culto voluntário e habitual ao exercício muscular intenso, baseado no desejo de progresso e podendo chegar até o risco [...]" (COMITÉ FRANÇAIS PIERRE DE COUBERTIN, 1992a, p. 6). O mesmo Comitê reconhece ainda no mesmo documento, que "as lições de pedagogia esportiva dadas por Coubertin valem menos em forma e didatismo (que são fracos) do que nos valores que transmitem". Assim, nota-se que eram os ideais, os valores morais ou o chamado "espírito olímpico" que norteavam suas ações.

O estágio seguinte do desenvolvimento do esporte, conforme salienta Terret (2019), se deu com o incremento e a maior relevância das competições internacionais, o que ocorreu a partir dos anos 1930 e, com a interrupção imposta pela Segunda Guerra Mundial, mais fortemente a partir do final dos anos 40. Assim como ocorreu com a sexta edição dos Jogos Olímpicos (1916-1920), suspensa em decorrência da I Guerra Mundial, o confronto entre as nações na II Guerra malogrou os projetos dos Jogos Olímpicos de 1940 e 1944. Diversos países que se valiam do esporte como estratégia de promoção de valores nacionalistas e propaganda militar, especialmente aqueles governados por poderes totalitários como o Japão, a Alemanha e a Itália, foram destruídos durante a guerra.

Mas, como aponta Cubillas (2015, p. 73), "[...] en estas circunstancias en deporte se brindaba en la posguerra a dar 'caballerosa' revancha a los vencidos, y ocasión de revalidar la victoria a los ganadores". Em vista disso, o ideário olímpico forjado na ética esportiva e sustentado pelo associacionismo e pelo *fair play*, que havia prevalecido até então, teve seus pilares abalados. A tão almejada trégua entre

---

[38] "*Tous les sports pour tous: voilà sans doute une formule qu'on va taxer de follement utopique. Je n'en ai cure. Je l'ai longuement pesée et scrutée: je la sais exacte et possible…*"

os países não deu à Coubertin a sonhada satisfação, mas, por outro lado, não prejudicou a continuidade do movimento Olímpico e tampouco o desenvolvimento do esporte como um fenômeno mundial. Muito pelo contrário. Uma nova ordem mundial insurgiu da carnificina da Segunda Grande Guerra, com os Estados Unidos da América e a União Soviética disputando o domínio global também no âmbito do esporte (HOULIHAN, 1997; TORRES; DYRESON, 2005; CUBILLAS, 2015; TERRET, 2019).

Com o desenvolvimento do esporte como um fenômeno global, muitos Estados se interessaram em promovê-lo e controlá-lo sob diversos interesses. Durante a Guerra Fria, tanto os países do bloco capitalista quanto do socialista passaram a fazer uso político do esporte, subvertendo a lógica amadora até então vigente, como estratégia para o desenvolvimento de interesses nacionalistas (FÖLDESI,1991; SÁNCHEZ, 1992; TORRES; DYRESON, 2005; HOULIHAN, 1997; TERRET, 2019). As "comunidades imaginadas", elemento central do nacionalismo moderno, ganhavam vida nas performances das equipes olímpicas nacionais (ANDERSON, 2008).

O nacionalismo produzido no ambiente da Guerra Fria se manifestou também nas diversas frentes olímpicas, incluindo as práticas administrativas do COI. Logo após a Segunda Guerra Mundial, o COI concedeu direitos especiais de hospedagem olímpica às nações aliadas que sofreram o impacto do combate ou ocupação pela Alemanha nazista. A concessão dos Jogos Olímpicos à Grã-Bretanha (Jogos de Londres de 1948) e à Noruega (Jogos de Inverno de Oslo de 1952) parecia ter recompensado os vencedores. Os perdedores da guerra, Áustria, Alemanha, Itália e Japão, foram conspicuamente excluídos de todos os eventos olímpicos de 1948. A proibição aos alemães continuou vigente durante os Jogos Olímpicos de Inverno de Oslo em 1952. Mais ainda, o COI não concedeu o direito ao bloco oriental de sediar os Jogos Olímpicos até os anos 1980, quando a União Soviética (Jogos de Moscou em 1980) e a Iugoslávia (Jogos de Inverno de Sarajevo em 1984) organizaram festivais olímpicos. Com essas e outras ações, o Comitê procurou globalizar o movimento olímpico realizando os Jogos em diferentes partes do mundo, como o México (os Jogos da Cidade do México de 1968) e a Coréia do Sul (os Jogos de Seul, em 1988) (TORRES; DYRESON, 2005).

O COI também usou cidades-sede para dar as boas-vindas aos antigos 'vilões' do Eixo de volta ao rebanho da civilização. Primeiro, a Itália (Jogos de

Inverno de Cortina d'Ampezzo de 1956, Jogos de Roma de 1960), depois a Áustria (Jogos de Inverno de Innsbruck de 1964 e 1976), então o Japão (Jogos de Tóquio de 1964 e Jogos de Inverno de Sapporo em 1972) e, finalmente, a Alemanha (Jogos de Munique de 1972) foram apresentados ao mundo como membros redimidos e pacificados da comunidade global (TORRES; DYRESON, 2005).

O estágio mais recente da história do esporte, no que tange ao seu desenvolvimento em âmbito global, parece ter se evidenciado especialmente a partir dos anos 1960, em grande parte catalisado pelos avanços da radiodifusão por satélite, que ajudaram a disseminar o esporte em escala mundial. Ao mesmo tempo, em decorrência da conjuntura política e social movida pelos princípios do *welfare state*, especialmente nos países escandinavos, iniciou-se um movimento internacional de revisão humanista da relação entre Estado e esporte, o que levou os governos centrais a incorporarem o fenômeno esportivo em suas agendas políticas, visando fomentar não só o esporte profissional, mas promover seu acesso a todas as pessoas (CLAYES, 1987; COALTER, 2007; VAN BOTTENBURG; DE BOSSCHER, 2011; PHILLPOTS, 2011; JANUÁRIO, 2013; CUBILLAS, 2015; CANAN, 2018; TERRET, 2019). A partir do momento em que a Europa se colocava diante dos códigos da democracia e como "[...] defensora dos valores do mundo ocidentalizado, o alastramento das práticas corporais, na configuração do desporto de massa, carimbava o verniz de democratização do acesso ao lazer e à recreação" (TEIXEIRA, 2015, p. 96). Como consequência, o ocidente experimentou um aumento maciço no envolvimento da população com as práticas esportivas (VAN BOTTENBURG; DE BOSSCHER, 2011).

Esse cenário político e social produziu reações importantes no âmbito internacional, dentre as quais destacam-se: a) escrita de documentos oficiais que advogavam à promoção e o direito ao esporte de massa; b) criação de políticas de *Sport for All*; c) formação de grupos intelectuais interessados em debater e produzir pesquisas sobre o esporte, elemento que culminou com a emergência da Teoria Crítica do Esporte e, por sua vez, de uma Sociologia do Esporte[39] (TORRI; VAZ, 2008; TUBINO, 2011; CUBILLAS, 2015; CANAN, 2018; CASCO, 2018).

---

[39] Sobre a gênese do campo da Sociologia do Esporte no Brasil, conferir Marchi Júnior (2017).

> A sociologia marxista do esporte surgiu na esteira do radicalismo cultural e político de meados ao final da década de 1960. A década de 1960 foi o "ponto alto" das formas de resistência anticolonial e do nacionalismo "terceiro-mundista" que surgiram durante a década de 1950. Esse foi um período marcado pela revolta estudantil mundial, protestos pelos direitos civis, greves dos trabalhadores, movimentos anti-guerra e distúrbios civis em geral (MCDONALD, 2015, p. 43, tradução nossa)[40].

Nesse período, os movimentos contestatórios emergiram em contraponto aos rumos pelos quais o esporte vinha tomando, especialmente no que diz respeito à sobrevalorização da dimensão de alto rendimento e do chamado "chauvinismo esportivo" em detrimento da promoção do esporte à população geral (BROHM, 1982; TUBINO, 1987). Na França do início dos anos 1960, um grupo de estudantes da Escola Normal Superior de Educação Física (*École Normale Supérieure d'Éducation Physique*) de Paris se reuniram com Michel Bernard, na época professor de filosofia em Nanterre (comuna francesa localizada na região metropolitana de Paris). O grupo, de extrema esquerda, organizou uma série debates sobre Educação Física e Esportes, juntamente a Jean-Marie Brohm, Christian Lidove, Françoise Longone, Jean-Pierre Famose e, posteriormente, Pierre Laguillaumie, Ginette Berthaud, Dominique Robert e Guy Bonhomme. Participante das lutas internas no Sindicato Nacional de Educação Física, entre 1963 e 1964, mantinham contatos com a Organização Comunista Internacional (CASCO, 2018).

Casco (2018), indica que, sob grande influência das teses freudianas/marxistas escritas por Jean-Marie Brohm, esse movimento ganhou destaque pela crítica a instituição esportiva e, após Maio de 1968[41], assumiu o embate político ao denunciar a utilização ideológica do esporte pelo Estado:

---

[40] *Marxist sociology of sport emerged in the wake of the cultural and political radicalism of the mid-to-late 1960s.The 1960s was the 'high point' for forms of anti-colonial resistance and Third Worldist nationalism that had emerged during the 1950s.This was a period marked by world- wide student revolt, civil rights protests, workers' strikes, anti-war movements and general civil unrest.*

[41] Cubillas (2015, p. 82) entende que "[...] *popularización del deporte nace con el sello oficial de la revolución de mayo del 68, es decir, contra lo preestablecido. Se pide un "Deporte para todos" no competitivo, no elitista, no sujeto a la "tiranía" de resultados y performances*".

> Um dos traços mais significativos da utilização ideológica promovida pelo ideário esportivo refere-se à tentativa de dotá-lo de atributos trans-históricos. Para os seus ideólogos, a restauração dos ideais de "lealdade" e "honra", virtudes dos Jogos Olímpicos da Antiguidade grega, dotaria o esporte moderno de potencialidades humanas necessárias para a harmonização das tensões entre os povos e para a unificação e manutenção da ordem nacional (CASCO, 2018, p. 181).

No meio acadêmico, ganharam maior visibilidade as produções oriundas das ciências sociais e humanas, que passaram a reconhecer o esporte como objeto de pesquisa, o que convergiu para o surgimento da Teoria Crítica do Esporte (TCE). Essa nasceu de um forte impulso dos movimentos de contracultura e dos fundamentos preconizados pela Escola de Frankfurt nos anos 1960 e 1970. Seus principais nomes foram o alemão Bero Rigauer[42] e o francês Jean-Marie Brohm[43] (TORRI; VAZ, 2008; MCDONALD, 2015; RITCHIE, 2015; CASCO, 2018). As produções oriundas da TCE e as teses que Rigauer e Brohm, dentre outros, tiveram uma grande repercussão não apenas na Europa, mas também na América do Norte e em países latino-americanos (MCDONALD, 2015).

No caso brasileiro, essa teoria crítica do esporte – e de vários outros artefatos culturais e da sociedade como um todo – tornou-se também uma das interpretações hegemônicas do fenômeno esportivo, mais notadamente no início dos anos 1980, constituindo um "estilo de pensar" próprio não só no campo acadêmico (*intelligentsia*), mas também no imaginário popular, a exemplo do que ocorreu primeiramente na Europa (SOUZA *et al.*, 2018). Vaz (2006) argumenta que as ideias

---

[42] Bero Rigauer nasceu em 30 de outubro de 1934, em Wilhelmshaven/Alemanha. Sua tese central defende que o esporte e o trabalho "estruturam-se no mesmo esquema de ação", isto é, analisa o esporte de modo interligado com o desenvolvimento social, considerando sua origem na sociedade burguesa e capitalista. "O esporte não é um sistema à parte, mas de diversas formas interligado com o desenvolvimento social, cuja origem está na sociedade burguesa e capitalista. Embora constitua um espaço específico de ação social, o esporte permanece em interdependência com a totalidade do processo social, que o impregna com suas marcas fundamentais: disciplina, autoridade, competição, rendimento, racionalidade instrumental, organização administrativa, burocratização, apenas para citar alguns elementos. Na sociedade industrial, formas especificas de trabalho e produção tornaram-se tão dominantes como modelo, que até o chamado tempo livre influenciou normativamente [...]" (RIGAUER, 1969, p. 7 *apud* VAZ, 2006, p. 8).

[43] Jean-Marie Brohm é um sociólogo e filósofo francês nascido em 14 de dezembro de 1940, em Mulhouse/França. Sua produção teórica é considerada o eixo fundamental de um conjunto de críticas radicais à instituição esportiva que emergiram de modo mais contundente após maio de 1968, na França. Seu principal manuscrito, *Sociologie Politique du Sport*, foi publicado em 1976, período de crise de valores no esporte e de debates de questões relacionadas ao esporte e o mundo do trabalho, os meios de comunicação e a sua comercialização. O autor francês denuncia a utilização ideológica do esporte por parte do Estado, analisando o esporte como uma instituição da competição física que reflete estritamente a concorrência econômica industrial (CASCO, 2018).

críticas em relação ao esporte estavam atreladas à resistência ao período ditatorial, especialmente no final dos governos militares. Grande parte das críticas foram associadas à necessidade de renovação dos discursos educacionais, visando superar o tecnicismo pedagógico e encontrar um lugar fértil em uma área de conhecimento que no final dos anos setenta e início dos oitenta dava seus primeiros passos acadêmicos, a Educação Física.

Foi, portanto, em meio a esse cenário de intensos debates sobre os usos e rumos do esporte no âmbito internacional, especialmente europeu, que emergiu a *política* do *Sport for All*. Isso ocorreu posteriormente às revoluções sociais que ocorreram no final dos anos 1960, quando esse fenômeno experimentou um decisivo processo de democratização que culminou com o compromisso oficial de diversos países em promover a democratização do esporte para todos os cidadãos.

1.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO *SPORT FOR ALL*

Pode-se dizer que foi no âmbito do Conselho Europeu (CE)[44], entre as décadas de 1960 e 1970, que ocorreram as primeiras manifestações do *Sport for All* como política de Estado (TROEGER, 1991; HARTMANN-TEWS, 1999; VAN BOTTENBURG; DE BOSSCHER, 2011; DE KNOP *et al.*, 2016). Inicialmente, em 1962, foi criado o Conselho para Cooperação Cultural (*Council for Cultural Co-operation*) que, por sua vez, instituiu o Comitê para Educação Extraescolar e Desenvolvimento Cultural (*Committee for Out of School Education and Cultural Development*). Foi esse último que introduziu um debate sobre o *Sport for All* nos documentos oficiais do CE. No ano de 1966 foi escrita uma Declaração de Princípios

---

[44] O objetivo do Conselho Europeu é descrito na Resolução n.º 41 (1976) como sendo: "[...] conseguir uma maior unidade entre os seus membros com vista a salvaguardar e concretizar os ideais e princípios que constituem o seu patrimônio comum e a facilitar o seu progresso econômico e social, em particular através da prossecução de objetivos comuns proteger e promover a cultura europeia" (COUNCIL OF EUROPE, 1976, p. 52). Para Henry (2011) trata-se de um órgão intergovernamental estabelecido em 1949, e tem como objetivo central fornecer uma "liderança moral" (*moral leadership*) em diversos campos políticos europeus. As primeiras reuniões ainda não oficiais da cúpula do Conselho, constituído por líderes da Comunidade Europeia, foram realizadas no ano de 1961, nas cidades de Paris/França e Bona/Alemanha, respectivamente. A primeira reunião oficial ocorreu no dia 09 de dezembro de 1974, em Paris, organizada pelo então presidente francês Valéry Giscard d'Estaing. A reunião de cúpula (cimeira) inaugural realizou-se em Dublin-Irlanda, entre os dias 10 e 11 de março de 1975, na ocasião da primeira presidência do Conselho da União Europeia (CONSELHO EUROPEU, 2018).

que afirmava que todas as instituições deveriam unir esforços para garantir o acesso ao esporte a todos os cidadãos europeus (COUNCIL OF EUROPE, 1966).

Dentre as recomendações feitas pelo Conselho para Cooperação Cultural aos representantes dos países europeus, destacam-se as seguintes: a) dar ampla publicidade entre os órgãos que influenciam a opinião pública, enfatizando o valor para as próximas gerações do uso adequado do lazer; b) assegurar o reconhecimento da educação física, esportes e das atividades realizadas ao ar livre em todas as fases do processo educacional; c) garantir que as ações sejam conduzidas por professores e líderes treinados, remunerados e voluntários, realizadas em meio período não só em estabelecimentos de ensino, mas também em centros esportivos de diversas naturezas; d) assegurar a parceria entre os setores públicos e privados, assim como a utilização de infraestrutura escolar e extraescolar (COUNCIL OF EUROPE, 1966).

Nota-se que o CE começou a tratar o esporte não só como uma prática corporal de rendimento, mas sobretudo como uma "atividade física livre", "espontânea" e praticada no âmbito do lazer, com funções recreativas, para o divertimento e o desenvolvimento humano (COUNCIL OF EUROPE, 1966; MCINTOSH; CHARLTON, 1985). A tônica dos debates girava em torno da crítica à predominância do esporte de alto rendimento em detrimento do acesso ao esporte da população de modo geral. Mas apesar das iniciativas precursoras do CE em incorporar distintas compreensões acerca do fenômeno esportivo no âmbito das políticas de Estado, pode-se dizer que o primeiro documento intergovernamental a denunciar a chamada "crise do esporte" e propor uma revisão conceitual para esse fenômeno foi o Manifesto Mundial do Esporte (MME).

Editado em 1964 pelo Conselho Internacional de Educação Física e Esporte (*International Council of Sport and Physical Education* - ICSPE)[45] em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), e assinado por Phillip Noel-Baker[46], premiado com o Nobel da Paz, o MME

---

[45] Atualmente denominado International Council of Sport Science and Physical Education (ICSSPE).

[46] Philip John Noel-Baker, Barão de Noel-Baker (1889-1982) foi um político, diplomata e atleta olímpico britânico. Noel-Baker foi premiado com o Nobel da Paz em 1959, pelos seus esforços voltados à construção de relações pacíficas e à cooperação internacional. Em sua homenagem foi criado o prêmio *Philip Noel Baker Research Award*, considerado o Nobel do esporte. Noel-Baker Acreditava que o esporte poderia ser utilizado como meio para desenvolver a compreensão

incorporou as dimensões do esporte escolar e de lazer ao seu conteúdo. Já naquela época seu conteúdo enfatizava os três domínios do desporto (escolar; tempo livre; alta competição) (ICSPE, 1964; MANIFESTO SOBRE O DESPORTO, 1973), isto é, os mesmos que foram sugeridos por Manoel Tubino no Relatório Conclusivo da Comissão de Reformulação do Esporte (BRASIL, 1985f) e que, por sua vez, subsidiaram a escrita do artigo 217 da Constituição de 1988. O lançamento do MME se deu logo após os Jogos Olímpicos de Tóquio, quando o mundo assistia a exacerbação do esporte de alto rendimento, o que o motivou a questionar os supostos efeitos deletérios desse modelo esportivo e, consequentemente, defender o esporte no contexto escolar e para o "homem comum", isto é, aquele praticado no tempo livre da população (TUBINO, 2000; 2005a; 2011; BUENO, 2008; CANAN *et al.*, 2017; PAZIN; FREITAS, 2017). Conforme previa o Manifesto:

> Do Direito de Todos em Praticarem o Desporto.
> 1. As atividades esportivas devem fazer parte integrante de todo o sistema de educação. Elas são necessárias ao equilíbrio e à formação geral dos jovens. Preparam-nos para uma sã utilização dos seus lazeres de adulto (MANIFESTO SOBRE O DESPORTO, 1973, p. 9).

O MME advogava o direito de todos à prática esportiva e evidenciava que já naquela época havia um ordenamento discursivo direcionado à promoção do esporte para população de modo geral. No Brasil, a edição n.º 14 de 1973 da Revista Brasileira de Educação Física (RBEF) publicou o documento traduzido para língua portuguesa (MANIFESTO SOBRE O DESPORTO, 1973)[47]. O texto inicial trouxe uma mensagem de Philip Noel-Baker, que fazia uma série de críticas à lógica do esporte profissional/olímpico. Para ele, a importância exagerada atribuída à

---

internacional e promover o curso da paz. Foi, portanto, a única pessoa a ganhar uma medalha olímpica e também um Prêmio Nobel (PHILIP, 2019). Atuou como Presidente do Conselho Internacional de Educação Física e Esporte (ICSPE) e, dentre outros manuscritos, foi autor do Manifesto Mundial do Esporte (1964), documento considerado por Tubino (2000) como um marco institucional nos anos 1970, período em que o esporte começou a se popularizar ao mesmo tempo em que era cada vez mais pressionado pelo mercantilismo, profissionalismo e pelos usos político-ideológicos que culminaram na busca pela vitória a qualquer preço.

[47] Para Taborda de Oliveira (2001), percebe-se que nas páginas do periódico em questão materializava-se também um debate internacional, que em alguns casos chegava ao Brasil com uma década de atraso. Outrossim, Bracht (1996) argumenta que a intensificação das teorizações com caráter científico e a emergência do fenômeno esportivo (especialmente orientado para o rendimento) absorvidos no âmbito da Educação Física mundial, sobretudo entre os anos 1960 e 1970, apresenta um atraso em relação aos países capitalistas desenvolvidos.

vitória, ao dinheiro e ao chauvinismo comprometiam os ideais olímpicos e principalmente o *fair play*, que segundo Noel Baker é a essência de todos os jogos e esportes (profissional e amador).

Ao considerar que no Brasil dos anos 1960 o ordenamento discursivo sobre o esporte ainda privilegiava o modelo de rendimento, e que a crítica a esse e os debates sobre o esporte de massa ainda eram muito embrionários, pode-se entender o fato do MME circular nos periódicos decorridos quase dez anos após sua publicação. O Manifesto havia sido publicado em um período de emergência e efervescência das Teorias Críticas do Esporte no continente europeu, como mencionado anteriormente. Esse cenário veio a influenciar o Brasil anos mais tarde, notadamente no período de transição democrática iniciado nos anos 1970, quando começaram a insurgir novos debates no campo do esporte e da Educação Física, muitos desses ancorados em produções europeias.

Convém mencionar que o conteúdo do MME espelhava a polissemia do conceito de esporte, definindo-o como "[...] toda atividade física com caráter de jogo que toma a forma de uma luta consigo mesmo, ou uma competição com os outros [...]" (MANIFESTO SOBRE O DESPORTO, 1973, p. 8). Paradoxalmente, quando se trata de apresentar, por exemplo, as "obrigações dos desportistas", o texto da RBEF assim as descreve:

> 1. O desportista deve observar lealmente a regra na letra e no espírito.
> 2. O desportista deve respeitar os seus adversários e os árbitros antes, durante e depois da competição. Deve, em qualquer circunstância, permanecer correto em relação ao público.
> 3. O desportista deve permanecer sempre seguro de si, conservar serenidade e medida. Ele conjuga todas as suas forças para a vitória, mas sabe evitar o desânimo que pode seguir o mau êxito e a vaidade que pode nascer do sucesso. A sua melhor recompensa é o bem-estar e alegria que resultam do esforço (MANIFESTO SOBRE O DESPORTO, 1973, p. 9).

O trecho acima parece traduzir o esporte especialmente na sua manifestação de rendimento. Por um lado, a presença de um vocabulário próprio do ordenamento olímpico, notadamente a valorização do amadorismo, da noção de *fair play* e do "espírito do desportista". Por outro lado, o rigor atribuído às regras, a forte presença da figura de um árbitro, à busca pelo sucesso/vaidade decorrente da dimensão do espetáculo esportivo e o esforço necessário ao aprimoramento constante (busca do *record*) traduzem elementos que caracterizam o esporte de

rendimento. Ao mesmo tempo, ao destacar os "deveres do dirigente desportivo", o MME denotava a intenção pela preservação dos ideais do amadorismo.

> O dirigente assume uma missão de educação e de formação física e moral; deve mostrar-se digno dessa responsabilidade. Tem especialmente o encargo de preservar o ideal do amadorismo, sem o qual o desporto perderia uma das suas principais virtudes (MANIFESTO SOBRE O DESPORTO, 1973, p. 9).

Essa variedade de sentidos e significados atribuídos ao esporte era inclusive reconhecida no conteúdo do próprio documento. Após uma breve discussão sobre os desdobramentos do "desporto na escola" e "nos tempos livres", o MME apresentava o que entendia ser um dos maiores dilemas no campo esportivo da época, ou seja, a relação entre o esporte profissional e o amador.[48] Como solução, sugere a criação de uma nova categoria de esportistas, os "não-amadores", o que parece uma alternativa para possibilitar a remuneração dos esportistas amadores. Como já mencionado, durante a Guerra Fria teve início uma corrida pelo desenvolvimento do esporte profissional. Desde então o amadorismo teve seus pilares abalados justamente com o processo de exacerbação da competição decorrente do interesse pela vitória a qualquer custo, dada a representatividade nacional e individual que o esporte passou a conferir aos vencedores.

Foi nesse período que surgiram as primeiras iniciativas institucionais de *Sport for All* até então registradas. Enquanto alguns grupos investiam na corrida pelo desenvolvimento do esporte profissional, surgiram outros questionando o chamado "chauvinismo esportivo" e, sob diversos argumentos, reivindicado o esporte como um direito de todos os cidadãos. Foi nesse contexto que surgiram as primeiras iniciativas institucionais de *Sport for All* até então registradas.

---

[48] Um debate filosófico sobre os limites e contradições dessa polarização emergiu justamente nesse período, e pode ser evidenciado no livro *Sport: a philosophic Inquiry*, especificamente no capítulo intitulado *Amateurs and Professionals*, escrito pelo norte-americano Paul Weiss e publicado em 1969.

1.3 AS PRIMEIRAS INICIATIVAS DE *SPORT FOR ALL*

Poucos anos depois da publicação do MME, no ano de 1967, Per Hauge-Moe criou na Noruega a Campanha *TRIM*, considerada por muitos pesquisadores a primeira ação do *Sport for All* no mundo (ICSPE/UNESCO, 1980; DACOSTA, 1981; CAVALCANTI, 1982; 1984; VALENTE, 1993; 1997; TUBINO, 2003b; TELLES, 2008; TABORDA DE OLIVEIRA, 2009; VAN BOTTENBURG; DE BOSSCHER, 2011; ALMEIDA, GUTIERREZ; MARQUES, 2013). Em um texto publicado na edição n.º 35 da RBEFD de 1977, Hauge-Moe destacou que a Campanha TRIM foi desenvolvida em parceria com organizações esportivas (confederações e clubes esportivos locais). As atividades esportivas eram ofertadas ao público local, onde 500 clubes esportivos, distribuídos em todos os 20 municípios do país escandinavo, foram mobilizados para desenvolver as ações da campanha. Para alcançar seus objetivos, o idealizador destacou a importância da imprensa escrita jornalística como estratégia de divulgação das ações (HAUGE-MOE, 1977).

Em 1971, na cidade de Arnhem/Holanda, foi realizada a segunda edição da Conferência *TRIM and Fitness International*[49], que contou com a adesão da Iugoslávia e da Islândia. A denominação em inglês da Conferência expressa a variedade de interpretações das iniciativas de prática esportiva "não formal" que começavam a se espraiar no continente europeu e posteriormente, americano. No final dos anos 60 *Trim* foi o termo adotado por grande parte das campanhas de *Sport for All* desenvolvidas no norte da Europa, que "[...] acabou se conjugando com *fitness* (forma física) diante da "onda" das corridas de rua (*jogging*) e dos exercícios físicos surgidos na metade dos anos 60 e até hoje em crescimento (CONFERÊNCIA "Esporte para Todos" – Murren/Suiça - 1981. Comunidade Esportiva, n.º 15, jul./ago. 1981, p. 24).

---

[49] Em 1967 foi realizado o primeiro Encontro Internacional de Esporte para Todos (*Sports for All International Encounter*), na cidade de Ruit, na antiga Alemanha Ocidental, que contou com a participação de representantes de cinco países: Noruega, Alemanha, Suécia, Holanda e Bélgica (PALM, 1977; DACOSTA, 1981b; CAVALCANTI, 1982; 1984; TUBINO, 2003b). Dois anos depois, a cidade de Oslo/Noruega sediou a primeira edição da "*Trim and Fitness Conference*", evento criado a partir do primeiro Encontro Internacional do Esporte para Todos, e reuniu 11 países: Noruega, Alemanha, Suécia, Holanda, Bélgica, Finlândia, França, Inglaterra, Áustria, Itália e Suíça.

O primeiro país a aderir ao movimento *Sport for All* fora do contexto europeu foi o Canadá, com o lançamento oficial da Campanha *Participation* no ano de 1971 (TUBINO, 2003b). Dois anos depois, o Canadá e a Austrália, que haviam recém-inaugurado a Campanha *Like. Be In It.*, participaram da terceira edição da Conferência *TRIM and Fitness International,* realizada na cidade de Frankfurt, que contou com 18 representantes incluindo, além daqueles que participaram da segunda edição, Polônia, Japão, Canadá, EUA e México (PALM, 1977).

Com a crise mundial do petróleo de 1973[50] – que abalou a economia mundial e a crença na política keynesiana[51], e subsequentemente os ideais do *welfare state* –, o suposto consenso sobre a política esportiva parecia desmoronar. No entanto, mesmo com cortes orçamentários na área do esporte, o que se viu foi o redirecionamento dos recursos financeiros para determinados esportes em regiões comunitárias, visando promover o esporte de massa, o que indicava a manutenção das políticas de promoção do esporte de massa, dentre elas o SFA (NAVARRO, 1991; HOULIHAN; WHITE, 2005)[52].

Nesse contexto a estratégia do *Sport for All* acabou servindo para amenizar os problemas sociais provocados pela crise da época. As prioridades políticas, tanto para esporte quanto para recreação/lazer, foram direcionadas aos objetivos de bem-estar social e à provisão e construção de instalações públicas de esporte e lazer para toda população. Para Houlihan; White (2005), tratava-se da continuidade das políticas de bem-estar social de abordagem keynesiana que motivou investimentos em ações esportivas, sobretudo, para populações menos favorecidas, especialmente jovens residentes em regiões de periferia.

---

[50] A crise petrolífera de 1973 ocorreu em consequência do embargo petrolífero proclamado pelos membros da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP), em protesto às nações que eram vistas como apoiadoras de Israel durante a Guerra do Yom Kipur (LUCA, 2001). Em 1979 uma nova crise do petróleo, gerada pelo conflito entre Irã e Iraque (dois grandes produtores), que somado a outros fatores produziu fortes impactos na década de 1980.

[51] A Escola Keynesiana ou Keynesianismo refere-se a uma teoria econômica idealizada pelo economista inglês John Maynard Keynes, sistematizada no livro "Teoria geral do emprego, do juro e da moeda" (*General theory of employment, interest and money*). Está fundamentada na compreensão de que o Estado é o agente indispensável na organização político-econômica do país. Portanto, defende a intervenção direta do Estado no sentido de garantir à população uma vida com qualidade, isto é, um "Estado de bem-estar social", o chamado *welfare state*.

[52] Ao analisar os gastos de países capitalistas centrais (Grã-Bretanha, França, Alemanha Ocidental, Itália, Suécia e EUA), entre os anos de 1951 e 1980, Navarro (1991) constatou que grande parte dos cortes governamentais ocorreu nos gastos sociais, afetando diretamente na política esportiva.

Ao mesmo tempo, os objetivos de promover a prática esportiva para toda população foram justapostos com o aumento do investimento no desenvolvimento do esporte de rendimento, em resposta à suposta demanda pública para tal. Os dois compromissos aparentemente distintos ilustram uma tensão entre diferentes interesses com o esporte. A política esportiva parecia ser um recurso politicamente útil na manutenção da ordem social e do prestígio local e nacional (HOULIHAN; WHITE, 2005). Por um lado, uma visão de bem-estar da comunidade, o que justificava o investimento no esporte de massa. Por outro, o desejo pelo desenvolvimento do esporte de rendimento, dada a continuidade das políticas voltadas à promoção do país pelas vias do esporte.

Nesse ambiente de reavaliação/reconceituação do esporte, a Federação Internacional de Educação Física (FIEP)[53] entrou em cena anunciando sua nova missão: superar a chamada "crise de identidade" da Educação Física e do Esporte. Tal lógica buscava democratizar a prática esportiva utilizando para tal a Educação Física escolar, que passaria a ter como um de seus objetivos disseminar valores morais por meio do esporte (TUBINO, 2005b). Sob esse ideal a FIEP publicou em 1970 o Manifesto Mundial da Educação Física (MMEF), que dentre outros temas, enfatizou a necessidade dos profissionais de Educação Física de terem como foco o chamado "esporte para todos".

---

[53] A *Fédération Internationale d'Éducation Physique*, ou *International Federation of Physical Education*, foi fundada no dia 02 de julho de 1923, na cidade de Bruxelas. Trata-se de uma organização internacional que atua no campo da Educação Física. Tem como objetivo contribuir com a promoção das atividades físicas, educativas, recreativas e de lazer, além da formação de professores que atuam na área. A FIEP é também um dos membros do ICSPE, junto à Unesco. O envolvimento do Brasil junto à FIEP teve início no ano de 1949. Para saber mais sobre essa instituição, conferir Gruhn (2009) e Targa (2012).

> De um lado, há o desporto profissional e o desporto de alta competição (mais ou menos profissionalizado), que apenas podem atingir uma minoria de indivíduos, particularmente dotados. Temos de aceitar este profissionalismo ou semiprofissionalismo como sendo realidade incontestável - lógica em um mundo dominado pelo espírito de competição, pela satisfação da glória nacional e pelos interesses financeiros mas, sobretudo, como um fato que pode adquirir certo valor humano e social. Pode ser profissão honesta e, como toda profissão, ter sua utilidade, suas alegrias e sua grandeza. Porém, o desporto deve tornar-se mais claro em suas intenções, mais bem estruturado e mais social em sua organização. Ele deve servir à promoção humana e social dos especialistas e não ao seu aviltamento. Por outro lado, existe o desporto essencialmente animado por preocupações educativas, higiênicas e recreativas, que é necessariamente o desporto para todos, aquele que mais se integra no sistema geral da Educação Física (FIEP, 1970, on-line).

Tubino (1975) entende que ambos os documentos, o MME (ICSPE, 1964) e o MMEF (1970), foram as maiores manifestações de resistência ao pragmatismo da Educação Física e dos esportes da época, se referindo à ênfase até então dada ao esporte de rendimento. No entanto, há de se refletir sobre esse argumento, em especial pelo fato de Manoel José Gomes Tubino ter sido um membro ativo da FIEP naquele período. Analisando o conteúdo do MMEF, pode-se depreender outras compreensões sobre o documento. Quando se trata de abordar o objetivo do "esporte de massa", consta no MMEF que:

> Deste "desporto-jogo", deste "desporto-lazer", verdadeiro desporto de massa, surgirá naturalmente uma elite, entre os jovens, que, tal como acontece atualmente, se desenvolverá até ao mais alto nível, podendo então esperar-se um espírito diferente, um "desporto mais puro, mais cavalheiresco, mais calmo", como sonhou Pierre de Coubertin (FIEP, 1970, on-line).

O trecho demonstra que apesar de reconhecer e valorizar o "esporte de massa", a justificativa para promoção desse parecia subordinada ao desenvolvimento do esporte de alto rendimento, haja vista que o incremento do número de praticantes favoreceria a revelação de campeões. Essa polissemia no campo esportivo, por vezes paradoxal, impactou diretamente no ordenamento esportivo brasileiro daquele período.

1.4 O PARADOXO DO ESPORTE NO BRASIL

Em consonância com o cenário esportivo internacional, o paradoxo anteriormente evidenciado parecia movimentar também as esferas do esporte e da

Educação Física no Brasil. Ao mesmo tempo em que se enaltecia o esporte no tempo de lazer, em diversas ocasiões percebe-se que a finalidade maior recaía na promoção do esporte profissional. Similar ao que se viu no MME e no MMEF, a meta era a seleção de novos talentos esportivos, mas agora alimentada por um ordenamento discursivo que justificava a importância da prática esportiva pelas vias da saúde e da formação do caráter (TEIXEIRA, 2015).

No Brasil, esse aparente paradoxo – que também pode ser entendido como um processo de mudança na mentalidade esportiva – ficou evidente no conteúdo do Decreto n.º 69.450/71, publicado poucos meses depois da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 5.692/71[54].

> Art. 2.º A educação física, desportiva e recreativa integrará, como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino.
> Art. 3.º A educação física, desportiva e recreativa escolar, segundo seus objetivos, caracterizar-se-á:
> I - No ensino primário, por atividades físicas de caráter recreativo, de preferência as que favoreçam a consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, a melhoria da aptidão física, o despertar do espírito comunitário da criatividade, do senso moral e cívico, além de outras que concorram para completar a formação integral da personalidade.
> II - No ensino médio, por atividades que contribuam para o aprimoramento e aproveitamento integrado de todas as potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, possibilitando-lhe pelo emprego útil do tempo de lazer, uma perfeita sociabilidade a conservação da saúde, o fortalecimento da vontade, o estímulo às tendências de liderança e implantação de hábitos sadios.
> III - No nível superior, em prosseguimento à iniciada nos graus precedentes, por práticas, com predominância, de natureza desportiva, preferentemente as que conduzam à manutenção e aprimoramento da aptidão física, à conservação da saúde, à integração do estudante no campus universitário à consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade.
> § 1.º A aptidão física constitui a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da educação física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino.
> § 2.º A partir da quinta série de escolarização, deverá ser incluída na programação de atividades a iniciação desportiva (BRASIL, 1971a).

Apesar da notória orientação ao esporte de alto rendimento que o Decreto confere à Sistemática da Educação Nacional e à Educação Física escolar, a incorporação do termo recreação e a valorização de uma educação voltada ao

---

[54] O art. 7.º da LDB 5.692/71 torna obrigatória a Educação Física, além da Educação Moral e Cívica, Educação Artística e Programas de Saúde, nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus em todo território brasileiro (BRASIL, 1971b).

tempo de lazer evidenciam um caráter mais amplo também no ordenamento jurídico da época. O termo lazer torna-se mais amplamente utilizado para se referir às atividades realizadas no tempo livre, sobretudo o esporte de lazer, que prometiam muito mais do que simplesmente o descanso e a ludicidade.

> [...] afirma-se uma tendência em conceber o lazer como sendo um estatuto que certas atividades, espaços, equipamentos e atitudes adquirem na medida em que respondam não somente às necessidades de descanso e de diversão do trabalhador mas, ao fazê-lo, implementem também valores e normas à organização de esferas e interesses sociais do mundo do trabalho, da política e da economia (SANT'ANNA, 1994, p. 10).

Ao mesmo tempo havia grande influência de instituições e agentes internacionais no campo do esporte e da Educação Física no Brasil. Isso é bem perceptível nos textos que circulavam nos periódicos nacionais. Na RBEF de n.º 13 de 1973, por exemplo, o então presidente da FIEP, Pierre Seurin, publicou um texto intitulado "educação física e desportos: cooperação ou conflito?". No artigo é possível detectar de forma contundente o questionamento sobre a influência negativa do "desporto espetáculo" no âmbito escolar:

> [...] no plano mundial, levando-se em conta a Influência social considerável do desporto e de sua evolução para o desporto-espetáculo, torna-se claro que nós nos encontramos quase sempre em uma situação de conflito e que podemos, mais e mais, duvidar dos valores educativos do desporto [...]É absolutamente necessário livrar-se da atual confusão, resultante da tendência lastimável a limitar, de um lado, o sentido da Educação Física (que compreenderia, por exemplo, unicamente os exercícios de flexibilidade e de desenvolvimento muscular) e, de outro, a extensão abusiva do termo "Desporto", que pretende incluir todas as atividades físicas, recreativas, educativas, profissionais, competitivas, etc. [...]. Os efeitos físicos e morais de atividades tão fundamentalmente opostas são evidentemente muito diferentes (SEURIN, 1973, p. 6-7).

Na sequência do artigo, Seurin (1973) compara a função da escola à dos clubes esportivos, afirmando que a primeira tinha a responsabilidade de alcançar principalmente os "mais fracos", enquanto caberia aos clubes o desenvolvimento do chamado "desporto moderno" (espetáculo/profissional). Para justificar seus argumentos, o autor descreveu os cinco elementos que caracterizavam o "desporto moderno" e que, por sua vez, comprovariam a necessidade de direcionar essa manifestação esportiva aos clubes, e não à escola:

> 1.º – o desporto moderno é, sobretudo, desporto de competição, rigorosamente seletivo, baseado no campeonato. Procede pela eliminação dos fracos. Aparece mais e mais reservado a uma minoria de elementos fisicamente dotados e fortemente ajudados pelo clube, a cidade ou o Estado. É finalmente um desporto de "privilegiados", aos quais se concedem vantagens e honras quase sempre excessivas. É um desporto de "vedetes";
>
> 2.º – tornou-se um fato social considerável, mas do qual os educadores e os dirigentes desinteressados já não são os mestres. Ele é agora animado e orientado pelos agenciadores de espetáculos, o público, a imprensa, as paixões e os interesses financeiros ou políticos. Seu valor educativo sobre os jovens e o público adulto é cada vez mais duvidoso, quase sempre, mesmo, negativo;
>
> 3.º – o papel dos dirigentes e dos treinadores dos clubes já não é, essencialmente, o de educar, mas o de formar, a qualquer preço, campeões. Mesmo no desporto dito "amador", as transferências recompensadas dos jogadores, as retribuições clandestinas, as manobras fisiologicamente perigosas (como doping) são coisas correntes, sempre crescentes. Aquele que não é dotado e está disposto a todos os sacrifícios (em detrimento de sua vida profissional e familiar) pela glória do clube não é um elemento interessante, e é logo abandonado. O desportista de alta competição já não é um homem livre: ele pertence a seu clube, a seu país e, algumas vezes, simplesmente a seu "patrão";
>
> 4.º – o desporto moderno, cada vez mais escravizado ao dinheiro, é por seu turno um aprisionamento do desportista a técnicas fortemente especializadas. É o contrário da cultura. E torna-se para muitos um encargo absorvente, um verdadeiro trabalho ao qual convém sacrificar numerosas horas em detrimento dos estudos, para os jovens, e dos encargos profissionais ou da vida familiar, para os adultos. Ele evolui também irresistivelmente para o profissionalismo;
>
> 5.º – o desporto moderno não alanca, em realidade, na hora atual, senão muito pequena minoria de jovens e ainda menos de adultos. Dizer que alguém é "desportista" porque paga sua contribuição a um clube, porque assiste a competições ou porque joga duas ou três vezes por ano tênis ou basquetebol, parece amável brincadeira, muito frequente, todavia. E, na evolução atual, essa minoria, já reduzida, será cada vez menos, ficando o desporto mais reservado a uma elite de campeões. O fato social desportivo será o "desporto-espetáculo" e não aquele dos praticantes [...] nessas condições, o desporto não pode servir utilmente, em plano individual e social, à causa da educação pelas atividades físicas (SEURIN, 1973, p. 9).

Inicialmente o texto parece levar o leitor a crer que não existe lugar para o esporte (de modo geral) na escola. Entretanto, após apresentar elementos do esporte profissional/de espetáculo, que segundo ele não condizem com o propósito da Educação Física escolar, o presidente da FIEP argumenta que era possível "[...] salvar os inegáveis valores educativos do desporto, reintegrá-lo no sistema geral de Educação Física" (SEURIN, 1973, p. 10). Nesse sentido, o mesmo apresenta cinco argumentos que justificariam a sua inclusão nas aulas de Educação Física:

> 1. aplicação em sua mais pura concepção: jogo, luta, atividade física intensa, permitindo, antes de tudo, conhecer-se, provar-se e superar-se (como dizia Pierre de Coubertin); o desporto permanece um poderoso meio de educação, pois é um real centro de interesse e compromete fortemente toda a personalidade;
> 2. a necessidade de atividades físicas recreativas e equilibrantes é reclamada de modo sempre crescente em uma civilização técnica, que se tornou a do "homem sentado", da qual a atividade corporal é insuficiente e o sistema nervoso é traumatizado pela agitação, o barulho, a inquietação, etc.;
> 3. as possibilidades materiais de prática do desporto: estádios, ginásios, piscinas, instalações para a prática ao ar livre, etc. e o tempo disponível necessário a essa prática são bastante grandes para a massa dos indivíduos em numerosos países;
> 4. o nível geral de cultura e a formação científica e pedagógica dos educadores físicos são, hoje em dia, suficientemente elevados para permitir a eficácia da ação educadora;
> 5. devemos, enfim, constatar com alegria – que existem ainda jovens e adultos que, nos clubes desportivos, praticam-no de maneira leal e desinteressada, por simples prazer, por amor à luta e ao esforço. Isso até no mais alto nível, algumas vezes. E no plano mundial desenvolve-se nitidamente, desde alguns anos, poderoso movimento em favor do desporto para todos, "desporto-jogo", "desporto familiar", no qual muitos adultos de todas as idades encontram alegrias e benefícios fisiológicos apreciáveis (SEURIN, 1973, p. 10-11).

Na mesma linha discursiva do MMEF (1970), Seurin advogava pela necessidade de uma "revolução pedagógica" na escola que, no caso da Educação Física, levasse os "educadores físicos" a utilizarem o esporte como meio para educação, visando "[...] a fim de prepará-los para a vida de amanhã por meio de ampla cultura" (SEURIN, 1973, p. 11).

Ao vincular nas páginas da RBEF o texto do presidente da FIEP, o MEC chancelou o discurso apregoado por ele. O mesmo periódico veiculou também, na mesma edição, um texto intitulado "Desporto e Cultura", escrito pelo então Diretor Geral da Unesco, René Maheu. De modo similar a Seurin (1973), o Diretor da Unesco apresenta uma reflexão sobre o lugar do esporte na sociedade, mas agora considerando-o como elemento cultural, buscando ainda aproximar elementos educativos do esporte amador e da Educação Física com aqueles entendidos como próprios da esfera cultural.

Para Maheu (1973a) tanto a cultura (espetáculo cultural) quanto o esporte (espetáculo esportivo) promovem a participação do público, que atua ao mesmo tempo como ator e espectador dos espetáculos. Similar à atmosfera do teatro, da dança e de outras "formas expressivas da cultura", o esporte é entendido como um fenômeno que propicia uma espécie de liberação de emoções e sentimentos, isto é, assume uma função catártica na sociedade. Outro elemento que, segundo René

Maheu, aproxima o esporte da cultura, e vice-versa, diz respeito ao aspecto estético. Para o autor, que se referia ao espetáculo esportivo como o "verdadeiro teatro moderno", os gestos esportivos poderiam ser equiparados àqueles produzidos nos espetáculos de dança, por exemplo. Ritmos arquitetônicos e esculturais, cadências da linguagem, jogos de cores e de luzes e especialmente o estilo ou o gesto esportivo/do dançarino evidenciam dimensões individuais e coletivas presentes nas manifestações culturais e, por sua vez, nos esportes.

Mas apesar dos esforços em ampliar a compreensão sobre o esporte comparando-o com as inúmeras características das manifestações culturais, sobretudo artísticas, o texto produzido por Maheu (1973a) evidencia, em alguns momentos, que esporte (e a educação física) caracteriza-se como uma prática mais "racional e inteligente" se comparada com os outros domínios da cultura, que estariam muito mais envolvidos no desenvolvimento da dimensão "sensível".

> Se considerarmos o desporto e a educação física sob seu aspecto fundamental, como disciplinas humanas dotadas de uma função social e que contribuem para a formação e desenvolvimento da personalidade, vemo-nos compelidos imediatamente a perguntar que relação, que interação pode haver entre essas atividades e a cultura. Porque desporto e cultura concorrem ambos, para o enriquecimento do patrimônio humano: o primeiro, pelo desenvolvimento inteligente e raciocinado do nosso corpo; a segunda, mediante paciente busca, que parece ampliar constantemente o campo de nossa inteligência e de nossa sensibilidade (MAHEU, 1973a, p. 49).

Mas o entendimento do esporte como elemento da educação e da cultura humana não parecia estar incorporado ao ordenamento oficial do MEC naquele momento. A análise de um documento que versa sobre a Política Nacional de Cultura, publicado pelo ministério, revela a fragmentação das políticas de educação, cultura e esporte no país. Conforme consta na apresentação do documento supracitado:

> Com a Política Nacional de Cultura, ora entregue à divulgação, terá o Ministério da Educação e Cultura completado a elaboração de políticas específicas para as três áreas de sua atuação, somando-se esta iniciativa às duas outras em fase de execução – a Política Nacional Integrada da Educação e a Política Nacional de Educação Física e Desportos (BRASIL, 1975c, p. 5).

Apesar de reconhecer a necessidade de integração entre as ações, o documento não menciona o esporte como um elemento da cultura brasileira em

momento algum. Assim, considerando os limites dos debates sobre a relação do esporte com o desenvolvimento humano, nas dimensões cultural e educacional, deve-se reconhecer nas produções de René Maheu, Pierre Seurin e de outros teóricos da época as relevantes contribuições que, no limite, anunciaram a emergência de uma nova mentalidade esportiva[55].

Maheu (1973a) advogava o esporte como um domínio da cultura, realizando sobretudo a função de cultura no âmbito do lazer da população. O Diretor da Unesco defendia o argumento de que tanto o esporte amador – definido a partir do conceito de *agon* e classificado como um jogo-combate[56] – quanto a cultura procedem da mesma fonte, o lazer. Segundo o autor "[...] não há cultura, assim como não há desporto, sem esse luxo que se chama lazer, sem esse tempo e essa energia disponíveis que o trabalho deixa ao homem, e com os quais pode fazer o que quiser" (MAHEU, 1973a, p. 50). Já o esporte exercido como atividade profissional, em contraposição ao esporte amador, distancia-se do lazer e, portanto, não poderia ser considerado um elemento da cultura.

> O desporto [amador], portanto, realiza a mesma função que a cultura, já que, como esta, empresta dignidade e essa liberdade, a essa parte de nossa energia não absorvida pelo trabalho útil. Por isso o desporto que se parece com o trabalho não é desporto. Não há desporto mais verdadeiro que o desporto amador. Desde que ele se torne atividade profissional, orientada para o lucro, perde o contato com aquela fonte primitiva, o lazer, do qual extrai sua dignidade essencial e através do qual se torna parente próximo da cultura (MAHEU, 1973a, p. 50).

Apesar da noção de lazer que subjaz a argumentação de Maheu estar mais atrelada às sociedades que viviam o *welfare state*, o que não parecia corresponder a realidade brasileira da época[57], percebe-se o esforço em ampliar o entendimento

---

[55] Para Tubino (2010, p. 27), além dos Manifestos produzidos por organismos internacionais, um grupo de intelectuais na época reagiram aquilo que consideravam ser "exacerbações do esporte de alto rendimento" ou o "chauvinismo pelos resultados". Produziram então importantes reflexões e questionamentos sobre os rumos que as competições esportivas estavam tomando. Dentre os diversos intelectuais, além de René Maheu, o autor destacou José María Cagigal, Cazorla Prieto, Phillip Noel-Baker, Norbert Elias, Eric Dunning entre outros.

[56] Para definir e classificar os tipos de jogos, René Maheu se orienta a partir de uma taxionomia sugerida pelo sociólogo francês Roger Caillois.

[57] Camargo (2011) lembra que a Sociologia do Lazer surgiu na Europa Ocidental e na América do Norte como um produto das condições criadas a partir do século XIX, quando a redução da jornada de trabalho diário e a política de bem-estar social implementada nessas localidades fez emergir o que se convencionou chamar de "civilização do lazer". Mas o mesmo pesquisador salienta que no

sobre o esporte (amador), tratado pelo autor como uma das formas de lazer mais atrativas e dignas da humanidade, dado o suposto valor cultural que ele poderia agregar à população.

Além da cultura, René Maheu também discursava sobre a relação do esporte com a educação. Em resposta ao crescente desenvolvimento industrial nas cidades, o esporte seria capaz de educar a população para o uso mais ativo e, portanto, adequado do tempo livre, o que propiciaria um equilíbrio entre as tensões decorrentes do trabalho e as outras dimensões da vida cotidiana. O esporte era visto pelo diretor da Unesco como um subproduto da expansão dos tempos livres, originados pela mecanização do trabalho, e o seu desenvolvimento devia-se sobretudo ao "horror ao vazio" que impelia à ocupação dos tempos de ócio, que diziam-se ser cada vez mais numerosos na vida moderna, "[...] do que ao ideal de virtude dos seus apologistas do início do século" (MAHEU, 1973b, p. 13)[58].

> Esse regresso à autenticidade e ao à-vontade físico impõe-se nos nossos dias mais do que nunca, para compensar o desequilíbrio crescente introduzido na nossa maneira de viver pelo desenvolvimento da maquinização e pelas condições artificiais de existência que predominam nos aglomerados urbanos. Na sua origem o movimento desportivo foi principalmente uma evasão dos citadinos para o ar livre. O seu significado profético era advertir a humanidade dos perigos da civilização industrial. Não poderíamos esquecer esse aspecto altamente salutar do desporto, na medida em que parece que esta civilização destrói e polui cada vez mais o ambiente natural do homem. É necessário que o desporto não participe também no processo de desnaturação que nos ameaça (MAHEU, 1973b, p. 22).

A identificação do esporte como elemento cultural e educacional era uma noção emergente na época, e sua relação com o lazer parecia cada vez mais evidente. Renato William Jones, na época Secretário-Geral do Conselho

---

Brasil ocorreu justamente o caso inverso. Durante o Regime Militar, mesmo com a limitação da jornada de trabalho definia pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) promulgada em 1.º de maio de 1943, era comum a prática abusiva de horas extras à revelia da lei (SANT'ANNA, 1994). Não demorou para que, no período de maior fragilidade do regime de governo ditatorial (a partir de meados dos anos 1970), o lazer fosse incorporado como pauta de reivindicações da classe trabalhadora e de órgãos sindicais que, dentre outras questões, clamavam pela redução da jornada de trabalho e melhores condições para fruição do lazer.

[58] O manuscrito em questão é a transcrição do discurso proferido por René Maheu no Congresso Científico promovido pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos de Munique de 1972, dias antes de seu início. O Diretor da Unesco, ao proferir a palestra, destacou que o esporte deveria abranger também a formação e preparação para a vida, isto é, uma Educação Permanente. Maheu valeu-se da ocasião para dirigir críticas contundentes à manifestação do esporte de espetáculo, incluindo Pierre de Coubertin, cujos ideais estão manifestos nos discursos em prol dos Jogos Olímpicos.

Internacional para a Educação Física e Esportes e da Federação Internacional de *Basketball* Amador (FIBA), da qual foi um dos fundadores, foi outro que explorou a relação do esporte com diversos domínios da cultura e o lazer. Em um texto publicado na mesma edição da RBEF supracitada, intitulado "Notas sobre o desporto em nossa sociedade", Jones (1973), aborda o esporte como elemento da cultura por múltiplas dimensões: atividade física praticada no tempo de lazer, fenômeno social, espetáculo profissional e experiência espiritual.

> De qualquer forma, o desporto é uma cultura. Como todos os outros aspectos da cultura, o desporto tem sua origem nos lazeres, coloca o homem em contato com o universo, no qual vive condicionado ao tempo e ao espaço, com os outros homens, quer como adversários, quer como *équipiers*, mas sempre como parceiro em uma empresa comum. Mas o desporto coloca principalmente, o homem em contato consigo mesmo (JONES, 1973, p. 79-80).

Os diversos raciocínios sobre o esporte evidenciam que as ideias não eram estaques, mas circulavam por entendimentos e interesses distintos. Se por um lado havia a força do ordenamento discursivo dos defensores do esporte de rendimento, por outro ocorreu também a emergência do discurso que valorizava o esporte de massa. Cabe ainda destacar que no mesmo sentido de Maheu (1973a) e Seurin (1973), Jones (1973, p. 80) argumentou que o esporte ensinado nas aulas de Educação Física escolar precisava ser pensado na sua dimensão do lazer:

> A educação física, os desportos e os jogos de competição devem constituir parte integrante da educação. O professor responsável por essa parte educacional não deve limitar-se a ensinar *skills físicos* e técnicas desportivas: será igualmente responsável pela educação, saúde, educação moral e cívica. O mundo desportivo é um microcosmo, no qual todos os valores, atitudes e relações de nossa sociedade estão representados.
>
> A educação deveria igualmente preparar a criança na ocupação de seus lazeres, no decorrer de sua juventude, assim como no transcurso de sua vida ulterior. O processo de socialização da criança começa no selo da família e da escola, porém continua, no decorrer de sua juventude e na idade adulta, no trabalho e principalmente, durante suas atividades de repouso, em que grande parte é consagrada aos desportos, jogos e atividades ao ar livre.
>
> Das observações precedentes, podemos concluir que, em uma época em que os lazeres constituem o pólo de atração, o desporto não pode permanecer atividade relegada à margem de nossa sociedade. O desporto deve ser integrado em nossa sociedade de forma tão completa quanto possível.
>
> É tão-somente nesse momento que ele poderá trazer toda sua contribuição ao desenvolvimento do homem, quer como individuo, quer como membro da sociedade em que vive. (JONES, 1973, p. 80).

Jones (1973) apresentou seis temas que poderiam ser objeto de discussões e consultas para elaboração de um programa de ação destinado aos órgãos competentes nas áreas da educação e do esporte. Citou o COI, federações esportivas e de Educação Física, o Escritório Internacional de Educação da Unesco e seus 121 Estados-Membros. Os temas listados por eles foram: a) proteção e desenvolvimento da ética esportiva; b) democratização do esporte; c) o esporte como instrumento de desenvolvimento; d) o esporte e o entendimento universal; e) esporte e saúde; f) esporte e ciência.

O Secretário-Geral do ICSPE mencionou a importância dos esforços dessa instituição em redigir uma "Declaração sobre o Esporte", o que poderia contribuir para a revisão no "domínio dos esportes" e da Educação Física, em favor do *sportsmanship* (espírito esportivo), presente nos ideais do *fair play*. Sobre a democratização do esporte, o autor entendia que esse ideal surgiu da iniciativa de determinados grupos sociais de ocupar o tempo de lazer, e por este motivo, defendia a necessidade de adaptação do esporte profissional, restrito a grupos sociais de elite, a fim de promover os "esportes de massa". Tal conceito era bastante caro ao debate dos anos 1960 e 1970 e fundamentou em grande medida as discussões que culminaram com a mentalidade do *Sport for All*. Paradoxalmente, no plano internacional e intergovernamental, o MME de 1964 já advogava a necessidade do "espírito de competição" como condição *sine qua non* para o "progresso da sociedade desportiva", afirmando que o desenvolvimento do desporto de alta competição era condição para promover a adesão e, consequentemente, o "descanso ativo" das massas (MANIFESTO SOBRE O DESPORTO, 1973).

Percebe-se nos artigos publicados na RBEF na década de 1970 a construção de uma mentalidade que operava também na compreensão do esporte como um fenômeno social de múltiplos sentidos e significados, relacionados, sobretudo, com as dimensões do lazer (como elemento cultural da formação humana, desenvolvimento comunitário e como meio para o condicionamento físico), da escola e do espetáculo profissional. Essa mentalidade possibilitou mais tarde a

elaboração de uma política de Esporte para Todos no Brasil, que almejava promover esporte de massa/lazer em ambientes comunitários[59].

Cabe destacar que em meados dos anos 1970, no âmbito internacional, o *Sport for All* havia ganho força com a publicação de outros documentos que enfatizavam a necessidade de garantir o esporte como um direito de todo cidadão. A Carta Europeia do Esporte para Todos (CEEPT)[60] foi o documento marco nas políticas mundiais relacionadas ao *Sport for All.* Inspirada na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Unesco – que defendeu indiretamente o acesso à participação esportiva ao conceber o direito ao descanso e ao lazer como direitos humanos –, a CEEPT endossou o direito de todos os cidadãos à prática esportiva, tornando-se uma das primeiras declarações internacionais relacionadas especificamente com o direito de participar da prática esportiva e de atividades físicas no âmbito do lazer (DONNELLY, 2008). Por meio da Carta um papel ativo foi atribuído aos Estados, que deveriam promover estratégias visando garantir esse direito. A assinatura da Carta marcou, inicialmente na Europa, o lançamento oficial do movimento *Sport for All* (CAVALCANTI, 1982; 1984; HARTMANN-TEWS, 1999; VALENTE, 1993; 1997; TUBINO, 2005b; VAN BOTTENBURG; DE BOSSCHER, 2011; TEIXEIRA, 2015; DE KNOP *et al.*, 2016; CANAN *et al.*, 2017).

Cubillas (2015) afirma que a CEEPT mudou a fisionomia do esporte popular no ambiente geográfico da Europa ocidental. Publicada em 1975 com intuito de institucionalizar a ideia de democratização esportiva e de direito ao esporte aos países membros do Conselho Europeu, a Carta foi destinada especialmente às autoridades governamentais e reafirmava a necessidade de envolver a população no desenvolvimento do *Sport for All*, ressaltando a importância das estruturas de cooperação entre as nações do continente europeu (COUNCIL OF EUROPE,

---

[59] O desenvolvimento comunitário também é bastante presente na retórica do EPT no Brasil, sendo inclusive mencionado como uma das características indenitárias principais que o diferencia das ações de *Sport for All* internacionais. Lamartine Pereira da Costa entende que a Campanha EPT foi "[...] o primeiro movimento de amplitude nacional realizado no Brasil, dentro da filosofia da semelhante ação internacional e dentro da perspectiva de desenvolvimento comunitário" (DACOSTA, 1977a, p. 10).

[60] A *European Sport for All Charter* foi publicada posteriormente à realização da primeira "Conferência dos Ministros Europeus responsáveis pelo Esporte" (*1st Conference of European Ministers responsible for Sport*), sediada na cidade de Bruxelas, entre os dias 20 e 21 de março de 1975, mas foi adotada oficialmente a partir de 24 de setembro de 1976 (COUNCIL OF EUROPE, 1975a).

1975a). Em 1976, ano em que o CE adotou a CEEPT, foi publicada também a Resolução 41/76[61], que estabeleceu os princípios da política de *Sport for All*.

Durante a "Primeira Conferência de Ministros e Altos Funcionários responsáveis pela Educação Física e Esportes", realizada em 1976, a Unesco em parceria com o ICSPE publicou o documento intitulado "*The role of physical education and sport in the education of youth*", texto que orientava os países membros da ONU a promoverem políticas de promoção da Educação Física e do Esporte, com destaque especial à juventude. O documento também sinalizava aos países a necessidade de incluir o esporte e a Educação Física em suas respectivas Constituições (UNESCO, 1976).

No mesmo ano o Comitê Internacional para o *Fair Play* (*International Fair Play Committee - IFPC*)[62] publicou o Manifesto sobre o *Fair Play* (MFP)[63], que apesar de não exprimir como objetivos a democratização esportiva e o direito ao esporte, foi relevante especialmente por defender a chamada "essência humanística" do esporte, afigurada nas dimensões conceituais existentes em torno da expressão *fair play*. Dois anos depois a Unesco publicou Carta Internacional da Educação Física e do Esporte[64] (UNESCO, 2016) que segundo Tubino (2000; 2005a) e Canan (2018), sintetizou e ratificou os demais documentos[65].

Nesse sentido, não demorou para que os ideais do *Sport for All* alcançassem outros países, inicialmente aqueles que adotavam o modelo político-administrativo do *welfare state*, notadamente as nações escandinavas[66]. Dentre os programas de *Sport for All* desenvolvidos ao redor do mundo, foram identificados inicialmente as seguintes ações: a) *TRIM* (Alemanha, Dinamarca, Holanda, Islândia, Noruega,

---

[61] *Resolution* n.º 41 (1976), *on the Principles for a Policy of Sport for All, adopted by the Committee of Ministers on* 24 *September* 1976 (COUNCIL OF EUROPE, 1976).

[62] O *International Fair Play Committee* (IFPC) é uma organização internacional não-governamental criada no ano de 1963 com os mesmos objetivos do MFP (IFPC, 2015).

[63] O documento foi traduzido para a língua portuguesa e publicado na edição n.º 33 da RBEFD, no ano de 1977.

[64] *International Charter of Physical Education and Sport* (ICPES).

[65] Segundo Canan *et al.* (2017, p. 2950) "[...] por mais que o MME tenha sido redigido em parceria à UNESCO, é assinado pelo ICSPE, enquanto a CIEFE é assinada pela própria UNESCO, organização intergovernamental que atua para além da esfera esportiva e possui vinculação direta à Organização das Nações Unidas (ONU), o que lhe confere maior representatividade internacional e legitimidade para orientar políticas esportivas em nível nacional e internacional".

[66] Skille (2011), indica que na Escandinávia, três países (Dinamarca, Noruega e Suécia) adotaram o *Sport for All* como o objetivo principal de sua política esportiva.

Suíça); b) *Kuntourheilu* (Finlândia). c) *Contamos Contigo* (Espanha); d) *Particip-Action* (Canadá); e) *Fit-Aktion* (Áustria); f) *Sport Pour Tous* (França); g) *Deport por Todos* ou *Deport para Todos* (Chile e grande parte dos países da América Latina); h) *Life.be in It* (Austrália); i) *Come alive* (Nova Zelândia); j) *Zabar* (Israel); k) *Physical Fitness and Sport* (Estados Unidos da América); l) *Esporte para Todos* (Portugal, Brasil e outros países de língua portuguesa); m) *Sport for All* (Japão, Tailândia, Reino Unido) (DACOSTA, 1977a; ICSPE/UNESCO, 1980; PALM, 1984); BAKER; TEAFF; TORRANIN, 1990; VALENTE, 1997; VAN BOTTENBURG; DE BOSSCHER, 2011; BRAMANTE *et al.*, 2002; DE KNOP *et al.*, 2016).

Ao considerar o ambiente político e social então explicitado, percebe-se que a formulação de uma mentalidade esportiva para todos ocorreu de maneira premonitória no âmbito internacional, e que produziu um impacto no contexto brasileiro. Nesse sentido, o propósito do próximo tópico foi o de explorar de modo mais específico como a noção de esporte para todos foi introduzida na política esportiva brasileira.

1.5 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPORTE NO BRASIL

Foi durante o Estado Novo (1937-1945)[67] que a legislação esportiva brasileira começou a esboçar-se, o que ocorreu inicialmente com a criação do Conselho Nacional de Cultura (MIRANDA, 1995), criado por meio do Decreto-Lei n.º 526 de 1938. Ao CNC foi atribuída a tarefa de coordenar todas as atividades relacionadas ao desenvolvimento cultural do país que, conforme o artigo 2.º da lei, incluía a educação física (ginástica e esportes) (BRASIL, 1938).

Mas foi com a promulgação da primeira lei orgânica do esporte brasileiro que o Estado passou a controlar de maneira centralizadora o esporte no país, isto é, com a com publicação do Decreto-Lei n.º 3.199/41[68], que estabeleceu as bases de

---

[67] "O Estado Novo foi o regime político brasileiro instaurado com o golpe de 10 de novembro de 1937, e se encerra em 29 de outubro de 1947, com a deposição de Getúlio Vargas. Era caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo. É parte do período da história do Brasil conhecido como Era Vargas" (GOMES, 2011).

[68] O Decreto-Lei n.º 3.199, publicado em 14 de abril de 1941, estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país e, dentre outras medidas, institui o Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos e os respectivos Conselhos Regionais de Desportos, visando orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o país (BRASIL, 1941). "Essa lei

organização dos desportos em todo o país e marcou o início da institucionalização do esporte no país e, consequentemente, o controle do Estado sobre o esporte, impondo limites a autonomia organizativa e ao pluralismo representativo das associações esportivas (MIRANDA, 1995; MANHÃES, 2002).

> [...] é irrecusável que este Decreto-lei n. 3.199/41 nasceu objetivando o controle, pelo Estado, das atividades desportivas, menos talvez com intuito de promovê-las e dar-lhes condições de progresso, que pela necessidade política de *vigiar* as associações desportivas de molde a impedir e inibir as atividades contrárias à segurança, tanto do ponto de vista interno, quanto externo (MIRANDA, 1995, p. 26).

Até o ano de 1964 não ocorreram alterações significativas na política esportiva, hegemonicamente centralizadora e voltada ao desenvolvimento do esporte rendimento (LINHALES, 1996; TUBINO, 1996; 2002; MEZZADRI, 2000; BUENO, 2008; STAREPRAVO, 2011; MEZZADRI *et al.*, 2015; CANAN *et al.*, 2017). Essa homeostase do campo esportivo foi abalada somente no período da ditadura militar (1964-1985)[69], momento no qual, segundo aponta Skidmore (1988), um aparato de Estado burocratizado e de tendência tecnocrática foi introduzido no país, o que garantiu o monopólio governamental do poder por meio do uso da força física. A tecnocracia militarizada engendrou e sustentou um período de crescimento econômico rigidamente controlado pelo Estado, produzindo o chamado "milagre econômico"[70]. Houve um aumento significativo na concentração de renda na população e, consequentemente, o aumento da parcela da população pobre.

---

contribuiu em três pontos básicos da estruturação do esporte: a regulamentação das entidades esportivas, a definição da função do Estado brasileiro frente ao esporte e a indicação de como administrar as práticas esportivas. Até a elaboração da lei, a presença do Estado era insignificante na área, pois o esporte não possuía uma regulamentação única, sendo desenvolvido sem sistematização apropriada" (MEZZADRI, 2000, p. 38).

[69] "Ditadura Militar do Brasil refere-se ao regime instaurado em 1º de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares. De caráter autoritário e nacionalista, teve início com o golpe militar que derrubou o governo de João Goulart, o regime acabou quando José Sarney assumiu a presidência, o que deu início ao período conhecido como Nova República (ou Sexta República)" (DITADURA MILITAR DO BRASIL, 2019, on-line).

[70] O termo "milagre econômico" brasileiro designa uma época de elevado crescimento econômico somado a taxas relativamente baixas de inflação, e diz respeito ao período entre 1969 e 1973 (FAUSTO, 1995). O apogeu foi entre os anos de 1970 e 1972, os "anos de ouro", de progresso contínuo, de abertura de horizontes, de confiança e de celebração patriótica, com ápice em 1972, quando se comemorou a conquista do tricampeonato mundial de futebol e o Sesquicentenário da independência do país. Para a oposição foram "anos de chumbo", marcados por violenta repressão em todos os níveis da sociedade (REIS, 2014b).

> O milagre brasileiro, idéia-força do discurso ufanista, se apresentava como evidência do sucesso da política econômica e era enunciado pelas obras grandiosas de infraestrutura em construção, implantação de tecnologia avançada e ampliação do mercado consumidor. A melhoria do nível de vida do brasileiro foi creditada essencialmente com o resultado do esforço conjugado entre governo e povo (MATOS, 2003, p. 55).

Para alguns sujeitos sociais, distantes do enfrentamento armado com os militares, foram "anos de ouro", de progresso contínuo, de abertura de horizontes e de celebrações nacionalistas e patrióticas que alcançaram seu apogeu no início dos anos 1970, ocasião em que a nação comemorava a conquista do tricampeonato mundial de futebol e festejava o Sesquicentenário da Independência do país. Para os opositores ao regime ditatorial, corriam os "anos de chumbo", isto é, de repressão, clandestinidade, prisões e violações de direitos humanos (CORDEIRO, 2009; 2015; REIS, 2014b)[71]. Não obstante, mesmo diante da complexidade dos comportamentos sociais que caracterizou o período, "[...] foi possível construir um pacto social que evocava o *Brasil pra frente* [...]" (CORDEIRO, 2015, p. 323).

Em termos de infraestrutura, o avanço tecnológico em telecomunicações foi um dos marcos do período governado por Médici, e um dos principais investimentos foi a transmissão televisiva a cores da Copa do Mundo de 1970. Não obstante, ainda que tivesse importância fundamental na conformação de um consenso ditatorial, as expectativas de ganho material constituíram apenas uma das faces do *milagre brasileiro*. É necessário compreendê-lo de modo mais abrangente:

> [...] como um *modo de estar no mundo* naquele momento e que, para além das possibilidades de ascensão econômica, oferecia também uma determinada visão do passado e expectativas de um futuro promissor, a partir de um presente no qual essas pessoas deveriam apenas viver de acordo com as normas sociais estabelecidas. Em outros termos, o *milagre* oferecia a camadas expressivas da sociedade uma ideia segundo a qual o *trabalho* e a obediência às normas e às instituições do presente significavam o respeito pela pátria, pela sua história e pelos grandes homens da nação, e, ao mesmo tempo, a construção de um futuro próspero (CORDEIRO, 2015, p. 325. Grifo do autor).

---

[71] Para além dos binarismos, Cordeiro (2009, p. 90-91) argumenta que "[...] os anos 1970, particularmente o período que vai de 1969 a 1974, não foram anos de ouro ou anos de chumbo. Foram, muitas vezes, os dois ao mesmo tempo, ou ainda: se foram um e outro, é preciso perceber que há um enorme espaço entre quem os viveu como anos de ouro e quem os viveu como anos de chumbo, configurando, entre um polo e outro, uma diversidade enorme de comportamentos sociais".

Estrategicamente, o governo militar se valeu da ocasião ímpar para investir na produção de sentimentos nacionalistas e na imagem patriótica do país. No que tange à política esportiva de modo geral, e apesar Decreto-Lei 3.199/41 ter transferido ao Estado a tutela sobre o esporte, Miranda (1995) ressalta que, por se tratar de uma lei federal, o mesmo não tinha o poder de imposição por não ser uma norma constitucional, obrigando assim os estados a não legislarem sobre os esportes. O autor reitera que, assim mesmo, esse princípio salutar do Decreto foi observado pelos estados na época. Mas foi durante o governo militar, com a promulgação da Constituição de 1967, que o desporto foi introduzido pela primeira vez ao texto constitucional, mais especificamente por meio da Emenda Constitucional n.º 1 (BRASIL, 1969).

Mas o preceito constitucional de legislar sobre as normas gerais dos desportos, segundo Miranda (1995), só veio a se materializar com a publicação da Lei n.º 6.251/75, que instituiu uma Política Nacional e o primeiro Plano Nacional de Educação Física e Desportos, que serão posteriormente elucidados. Apesar de Miranda (1995) e Manhães (2002) entenderem que a legislação militar operou mudanças meramente formais e periféricas, referendando o Decreto n.º 3.199/41 do Estado Novo, no que diz respeito à ação estatal centralizadora e tutelar sobre o esporte, entende-se aqui que o governo militar foi responsável por materializar, no ordenamento oficial e na vida cotidiana, uma mudança na mentalidade esportiva no país. No decorrer da presente tese de doutoramento, evidenciaremos, por exemplo, que a introdução da expressão "desporto de massa" no inciso III do artigo 5.º da Lei 6.251/75, que trata dos objetivos da PNEFD (BRASIL, 1975b), não ocorreu como mera formalidade, mas se trata de uma evidência da emergência de uma nova mentalidade esportiva de massa no ambiente nacional.

O governo aproveitou ainda para "surfar na onda" e explorar ao máximo a vitória da seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970. O futebol conquistava cada vez mais relevância nacional e, portanto, investimentos por parte do Estado. Mais de 15 novos estádios públicos foram construídos ao longo da década de 1970 e até 1985. Praticamente todo estado da federação passou a ter seu próprio estádio (MAGALHÃES, 2014; CORDEIRO, 2015).

O esporte bretão parecia ser o elemento que permitiria ao regime promover a tão almejada união nacional. "A seleção de futebol era um elemento comum, um espaço de diálogo e de identificação entre a ditadura e importantes parcelas da

sociedade brasileira, e a música enfatiza esse caráter" (MAGALHÃES, 2014, p. 109). Em um ambiente de festividades e celebrações em torno da Copa do Mundo de 1970, cantava-se a marchinha "Pra Frente Brasil"[72]:

> Noventa milhões em ação
> Pra frente Brasil, no meu coração
> Todos juntos, vamos pra frente Brasil
> Salve a seleção!!!
> De repente é aquela corrente pra frente,
> parece que todo o Brasil deu a mão!
> Todos ligados na mesma emoção,
> tudo é um só coração!
> Todos juntos vamos pra frente Brasil!
> Salve a seleção!
> (MARTINS, 1970).

Em um período em que o prestígio nacional e internacional do país era colocado em dúvida, os esforços pela manutenção de sentimentos nacionalistas pareciam ser intensificados[73]. O governo militar soube canalizar intensas e diversas aspirações e tendências, convergindo-as em eventos que levavam o seu selo: o da ordem e do progresso. De modo semelhante, Brohm (1982) argumenta que o esporte acaba sendo utilizado pelo Estado[74] como uma estratégia de exaltação nacionalista e chauvinista. Isso ocorre em grande medida pelas vias da produção de coletividades, entidades abstratas que necessitam de um conjunto de imagens e símbolos para fazer "recordar" a seus membros que formam parte delas, que as distingam de outros ou que afirmem sua existência aos olhos dos outros.[75]

---

[72] A música foi composta pelo radialista Miguel Gustavo Werneck de Souza Martins, e alude a união nacional, a participação do país como torcedor e responsável pela conquista da Copa do Mundo de Futebol de 1970 (MAGALHÃES, 2014).

[73] O sucesso esportivo internacional há muitos anos, e ainda hoje, é considerado uma ferramenta valiosa para alcançar diversos objetivos indiretos, o que inclui a produção simbólica de sentimentos nacionalistas e patrióticos (BROHM, 1982; HOULIHAN, 1997; GREEN; HOULIHAN, 2005; HOULIHAN; GREEN, 2008).

[74] Vale mencionar que a definição de Estado, na perspectiva de Brohm (1982), envolve um conjunto de aparelhos (*aparatos ideológicos*) e atividades de "hegemonia política e cultural das classes dominantes". (p. ??)

[75] A imagem na publicidade ocupava lugar central no governo militar, sobretudo durante o governo Médici. A propaganda da AERP valorizava sobremodo a imagem, em detrimento do texto (OLIVEIRA, 2014). Não por acaso no início dos anos 1970 foi promulgada a "Lei dos Símbolos Nacionais", Lei 5.700, de 1º de setembro de 1971, que estabeleceu padrões de símbolos nacionais, estes descritos em seu Art. 1º: a Bandeira Nacional; o Hino Nacional; as Armas Nacionais; e o Selo Nacional. A título de exemplo, a referida lei estabelecia que a Bandeira Nacional poderia ser utilizada "[...] em todas as manifestações do sentimento patriótico dos brasileiros" (BRASIL, 1971c),

> *Tal es el caso de las colectividades nacionales o étnicas que se nos representan mediante distintos símbolos: una bandera, escudos de armas, un himno, un color distintivo, un hombre de Estado...; una institución política, un animal... un personaje típico. Estos símbolos no sólo representan concretamente a esas colectividades, sino que pueden asimismo servir para provocar o mantener el sentimiento de pertenencia y la solidaridad de sus miembros. Esto es lo que procura y provoca, por ejemplo, el canto del himno nacional por parte de una multitud... El izado de la bandera o el juramento de la bandera». Los símbolos nacionales testifican, pues, el pasado nacional siempre vivo y las gestas de la colectividad, funcionando como el espejo de las masas que en ellos se reconocen* (BROHM, 1982, p. 111).

Ao mesmo tempo, apesar das profecias da época dizerem o contrário, a crescente redução do tempo livre, com o alargamento da jornada de trabalho, à revelia da lei, suprimiu ainda mais o tempo de lazer da vida do trabalhador (LUCA, 2001)[76]. É fato que no decorrer da primeira metade século XX começaram a ser produzidos os primeiros ordenamentos legais referentes à limitação da jornada de trabalho, da necessidade do repouso semanal e das férias. Sem entrar no mérito de discutir a questão de que muitas conquistas sociais foram historicamente garantidas legalmente mas não se materializaram na vida dos cidadãos, o que se quer destacar é que a preocupação com a redução (ou delimitação) da jornada de trabalho e o consequente uso do tempo disponível foi outrora objeto de preocupação no Brasil (GOMES, 2003). A título de exemplo, é oportuno mencionar que na Era Vargas foi promulgado o Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Dentre as inúmeras medidas, a referida legislação impôs limites à jornada de trabalho e determinou o direito a férias para todo trabalhador brasileiro (BRASIL, 1943). No mesmo ano foi criado ainda o Serviço de Recreação Operária (SRO)[77]. Nesse período, Sant'Anna (1994) argumenta que

---

o que demonstra o investimento do governo na consolidação de ideais e sentimentos nacionalistas e patrióticos.

[76] O cenário não era favorável à classe trabalhadora. Com a intervenção do Estado junto aos sindicatos e órgãos representativos da classe dos trabalhadores, foram produzidas condições favoráveis para que os patrões comprimissem os salários. Consequentemente, a alternativa era aumentar o número de horas extras, ou ainda, o ingresso de outros membros da família no mercado de trabalho, dentre esses mulheres e crianças. Outro marco da política trabalhista naquele período foi criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1966, que dentre outras consequências, pôs fim à estabilidade no emprego, que era garantida aos que completassem mais de 10 anos de vínculo empregatício. Em consequência, houve o aumento na rotatividade de mão-de-obra em virtude da facilidade que o empregador passou a ter para a demissão dos trabalhadores (LUCA, 2001).

[77] Sobre o Serviço de Recreação Operária, conferir Gomes (2003).

políticos e empresários se preocupavam com os supostos perigos da ociosidade e do alcoolismo que poderiam se tornar hábito nas horas vagas reivindicadas.

Mas se até no Governo Vargas havia mecanismos legais que determinavam um limite para a jornada de trabalho, durante a Ditadura Civil-Militar, sobretudo após o "milagre econômico" o cenário passou a ser diferente, isto é, desfavorável à classe trabalhadora. Em um cenário de intensa expansão capitalista, impulsionado por grandes empresas concentradas do ponto de vista do investimento e concentradoras de renda e de populações, as relações sociais de exploração foram reordenadas, fazendo do controle da terra urbana e dos recursos de infraestrutura das cidades, importantes instrumentos para espoliação urbana (KOWARICK, 1979).

Aliado ao processo de desenvolvimento do capital, a intervenção do Estado junto aos sindicatos e órgãos representativos dos trabalhadores produziu condições para que os empresários comprimissem os salários. Consequentemente, a alternativa encontrada em muitos casos, por parte dos trabalhadores, era aumentar o número de horas extras, ou ainda, o ingresso de outros membros da família no mercado de trabalho, dentre esses, mulheres, crianças e especialmente os idosos[78].

> Assim, frise-se, de um lado, que, no período por muitos denominado de "milagre brasileiro", os salários mínimo e mediano dos trabalhadores urbanos decresceram em termos reais em contraste com que ocorreu em períodos anteriores. De outro, aponte-se o aumento da mortalidade infantil, da jornada de trabalho e do tempo de locomoção gasto por aqueles que utilizam os transportes coletivos, bem como a alta taxa de desemprego que atinge substancialmente os grupos etários mais idosos (KOWARICK, 1979, p. 25-26)[79].

---

[78] Alves Junior (2004) identificou, especialmente nos anos 1980, forte influência do movimento EPT na emergência de uma nova política para a população idosa, que defendia um estilo de vida ativo em detrimento do modelo asilar até então predominante. Via de regra a população idosa era citada no ordenamento epetista, o que inclui o Decálogo do EPT, que contemplou no eixo Integração Social o objetivo de "[...] estimular a congregação e a solidariedade popular, incluindo a valorização do idoso". Outro destaque foi dado na edição n.º 7 de 1980 do Comunidade Esportiva, que abordou no texto introdutório da capa, escrito pelo presidente do Mobral, a importância da Terceira Idade no âmbito do EPT (TERCEIRA Idade do EPT. Comunidade Esportiva, n.º 7, ago./set. 1980, p. 1).

[79] A dinâmica de deslocamentos e de transporte são imperiosos para compreensão dos resultados produzidos pelo crescimento desordenado das grandes metrópoles brasileiras no período em questão. Como bem destaca Kowarick (1979), referindo-se à cidade de São Paulo nos anos 1970, a frase... "é o preço do progresso" traduz e ao mesmo tempo justifica o crescimento caótico da metrópole em questão. No que se refere ao trânsito urbano e às condições de transporte da classe trabalhadora, o sociólogo afirma: "Filas, superlotação, atrasos, perdas do dia de trabalho e às vezes a fúria das depredações não constituem apenas simples "problemas do trânsito". As horas de espera e de percurso antes e depois do dia de trabalho, via de regra extremamente longo,

Desenvolvimento, riqueza e miséria acabaram por constituir tramas de uma mesma história. No enredo principal, a espoliação urbana, privações ou carências parecem dispersas ou casuais. A deterioração dos níveis de remuneração e das condições de vida de grande parte dos trabalhadores se acentuou justamente quando a economia cresceu a taxas 10% ao ano. Assim, o autor interroga: "[...] que tipo de milagre é esse que, ao mesmo tempo, reflete um crescimento acelerado e exclui deste crescimento a maioria da classe trabalhadora? Trata-se, certamente, de um santo perverso que com uma mão dá a alguns o que com outra retira de muitos" (KOWARICK, 1979, p. 42).

A título de exemplo, para os gastos básicos de uma família (nutrição, moradia, transporte, vestuário e outros), aqueles que ganhavam até um salário mínimo, que no ano de 1975 representavam na Grande São Paulo cerca de 19% dos empregados[80], deveriam trabalhar 466 horas e 34 minutos mensais, ou seja, 16 horas durante 30 dias por mês. (DIEESE, 1975). Os dados publicados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)[81] revelam que o tempo de trabalho ocupava grande parte do dia dos trabalhadores, o que revela o pouco tempo disponível para outras atividades, incluindo o lazer.

Outro marco da política trabalhista daquele período foi criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em 1966, que dentre outras consequências, pôs fim à estabilidade no emprego, que era garantida aos que completassem mais de dez anos de vínculo empregatício. Em consequência, houve o aumento na rotatividade de mão-de-obra em virtude da facilidade que o empregador passou a ter para a demissão dos trabalhadores (LUCA, 2001). Mais ainda, e de modo paradoxal, em um contexto de espoliação urbana, dilapidador de grande parte da mão-de-obra que levava adiante os processos produtivos no país, falava-se cada vez mais de

---

expressam o desgaste a que estão submetidos aqueles que necessitam do transporte de massa para chegar a seus empregos. Em outras palavras, submetido à engrenagem econômica da qual não pode escapar, o trabalhador, para reproduzir sua condição de assalariado e de morador urbano, deve sujeitar-se a um tempo de fadiga que constitui um fator adicional no esgotamento daquilo que tem a oferecer: sua força de trabalho" (KOWARICK, 1979, p. 36).

[80] De acordo com a mesma fonte, 54% dos trabalhadores da Grande São Paulo ganhavam até dois e 75% até três salários mínimos mensais em meados dos anos 1970.

[81] Foi fundado em 1955, o DIEESE é uma associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro com o objetivo de desenvolver pesquisas visando subsidiar as demandas dos trabalhadores (DIEESE, 2015).

lazer, orientando o trabalhador ao uso adequado, saudável, moral e alegre do suposto tempo livre.

> A primeira impressão que temos ao lançar nossas atenções sobre esta época é a de que vivíamos simultaneamente dois movimentos distintos e opostos: por um lado, a exaltação a uma série de conteúdos do tempo livre permeados de ludicidade e, por outro, a ênfase no trabalho preconizada pelo Governo Militar e fortalecida pela política do "Milagre Econômico", que contribuiu para reduzir drasticamente o tempo livre da maior parte dos assalariados. Assim, poder-se-ia imaginar que a exaltação a determinados usos do tempo livre, a recomendação e a legitimação de certas atividades e espaços de diversão consistiam num lado a salvo do rosto pálido da ditadura militar. [...] afirma-se uma tendência em conceber o lazer como sendo um estatuto que certas atividades, espaços, equipamentos e atitudes adquirem na medida em que respondam não somente às necessidades de descanso e de diversão do trabalhador mas, ao fazê-lo, implementem também valores e normas à organização de esferas e interesses sociais do mundo do trabalho, da política e da economia (SANT'ANNA, 1994, p. 9-10).

Em decorrência das transformações urbanas produzidas em grande medida pela intensificação dos processos de industrialização, na década de 1970 detecta-se um fenômeno demográfico que marcou a história da demografia do país. O censo do IBGE indicava pela primeira vez que a maior parte da população brasileira vivia nos centros urbanos. Essa revolução demográfica, produzida pelo processo de expansão capitalista, provocou uma série de mudanças nas estruturas urbana e social, dentre elas: o aumento dos índices de mortalidade infantil e da natalidade; mudanças nas estruturas familiares; na expectativa de vida; na participação das mulheres no mercado de trabalho, entre outras (KOWARICK, 1979; REIS, 2014b).

A despeito da situação de pobreza e da crescente deterioração das condições urbanas nas grandes cidades, para muitos que migravam de diversas regiões do país, fixar-se nos centros urbanos representava melhorias nas condições de vida. No entanto, em última instância esse processo migratório foi provocado pela exclusão econômica e social experimentada nas áreas rurais.

> Ademais, em vista da queda do padrão de consumo básico é viável supor que, se para muitos perdura a imagem que "a vida melhorou", tal auto avaliação é decorrente de uma impressão de participação que se dá mais ao nível simbólico do que no real, fruto de uma dinâmica inerente à sociedade de massas que forma através dos meios de comunicação aquilo que pode ser designado de "mercado de ilusões": é o mundo das vitrines, da televisão, dos painéis publicitários onde os que subiram servem de exemplo e esperança para aqueles que só podem consumir na fantasia o sucesso do estilo de vida daqueles que venceram (KOWARICK, 1979, p. 49).

Ao tentar atender diversas recomendações a respeito dos novos problemas urbanos que se apresentavam, dentre eles o sedentarismo populacional, o governo brasileiro intensificou esforços visando fomentar a prática de esportes e atividades físicas para toda população (DIAS, 2017). Embora as campanhas em prol do esporte e das atividades físicas visando a melhora da saúde da população fossem anteriores ao período em questão[82], foi durante o Regime Militar que se instituiu uma **política** específica visando a promoção do esporte de massa (LINHALES, 1996; BUENO, 2008; TABORDA DE OLIVEIRA, 2009; MENEZES, 2013; DIAS, 2017). Nesse sentido o esporte tornava-se objeto de investimento no tempo livre.

No plano internacional, já no MME de 1964 foi registrada a preocupação com o crescente desenvolvimento urbano e industrial das grandes cidades. Ao mesmo tempo em que anuncia o aumento do tempo livre na vida das populações – o que não parecia corresponder à realidade brasileira e de diversos outros países, sobretudo àqueles em desenvolvimento – o documento advoga a importância do chamado "descanso ativo", nomeadamente a prática esportiva, para compensar os malefícios gerados pelo novo estilo de vida nas sociedades industriais e urbanas.

> O desporto afirma, com efeito, o elemento compensador indispensável às inibições da vida de hoje. Só ele pode criar e proteger o equilíbrio físico e psíquico do homem, ameaçado pelas consequências da industrialização, da urbanização e da mecanização (MANIFESTO SOBRE O DESPORTO, 1973, p. 12).

A retórica do MME havia não somente sido incorporada ao ordenamento discursivo do MEC, mas representava a mentalidade esportiva da época. O editorial da RBEF n.º 10 de 1971, de modo a introduzir o texto do Manifesto Mundial de Educação Física da FIEP, apresenta inicialmente a "filosofia da Educação Física Desportiva e Recreativa" do ministério, destacando que o esporte deveria contribuir para o uso racional e utilitário do tempo livre da população. E seria a escola o *locus*

---

[82] A título de exemplo, em 1958 foi promulgado o Decreto n.º 3.177, que instituiu a "Campanha Nacional de Educação Física", promovida pela Divisão de Educação Física do MEC, seguido da Portaria Ministerial n.º 79 de 1958, que aprovou as instruções para a organização e execução da Campanha, realizada nas praças, ruas e praias, e objetivava oportunizar o acesso ao esporte para população. Reconhecido como "Ruas de Recreio", "Praias de Recreio" e "Ruas de Lazer". No mesmo ano a Divisão de Educação Física (DEF) do MEC publicou a Portaria n.º 101, que baixou o Regulamento para as Praias de Recreio, promovidas e patrocinadas pelo referido órgão governamental.

privilegiado para introduzir na juventude o hábito da prática esportiva no tempo e espaço de lazer, o que supostamente acarretaria na formação de uma massa populacional adulta praticante de esportes. Mesmo considerando que ao lazer atribuía-se uma dimensão de liberdade e, portanto, de divertimento, parecia paradoxal a recomendação da prática esportiva não como "simples ocupação" ou fruição do tempo livre, mas como uma atividade educativa.

> Os períodos de ócio são – ou devem ser – para o adulto o que a escola e a universidade são para o adolescente e o jovem, não o reverso, o outro aspecto da existência, senão aquêle sossegado intervalo em que se dispõe de tempo para experimentar a vida, em que imparcialmente se reflete sobre seu verdadeiro. É uma aberração consagrar-se os períodos de ócio ao divertimento, ou seja, no seu sentido literal, ao esquecimento de si mesmo: o seu verdadeiro destino é, pelo contrário, encontrarmo-nos liberados, purificados de obrigações e das deformações do útil e do convencional. Até nos momentos de lazer, como na educação sistemática, há necessidade de equilíbrio, porque a vida o pede, porque lhe é imprescindível, cujas bases são o repouso e a atividade. O desporto, que por suas diferentes formas, ocupa o lugar tão importante nos períodos de ócio, pode desempenhar papel fundamental na conversão de tais períodos em fator que contribua para o pleno desenvolvimento da personalidade humana. Sem dúvida para conseguir isto é preciso que o desporto não seja concebido e praticado como simples ocupação de tempo livre, e sim como atividade predominantemente educativa (EDITORIAL. Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva, n.º 10, 1971, p. 5-6).

Considerado a prática corporal ideal, o esporte poderia contribuir ainda para combater os maus hábitos morais e físicos, como a ociosidade e o sedentarismo, supostamente oriundos da sociedade em crescente processo de urbanização. O esporte deveria realizar no tempo livre do adulto um processo de educação continuada (educação permanente)[83], o que corresponderia, na visão do MEC, aos objetivos da educação escolar para o público jovem. Para esses o esporte também contribuiria para uma "educação equilibrada e completa", isto é, para "sã utilização de seus lazeres na idade adulta". Vale ressaltar que desde os primórdios dos anos 1970 as campanhas governamentais escolhem como público-alvo o jovem brasileiro, entendido como estudante, esportista, trabalhador rural e urbano (MATOS, 2003).

---

[83] O conceito de *lifelong learning* (educação ao longo da vida) surgiu na Europa dos anos 1970, materializado a partir de inúmeros debates e pesquisas no Relatório da Comissão da Unesco (Relatório Edgar Faure), dirigido pelo antigo primeiro ministro da educação Edgar Faure (1972). Tornou-se um dos pilares para construção dos sistemas educacionais em nível global e, no Brasil, foi denominado por "Educação Permanente". Para maior aprofundamento acerca do conceito de Educação Permanente, conferir Arouca (2016).

> No caso dos adultos, a dedicação ao desporto de seus momentos de lazer pressupõe, desde logo, organização tão cuidadosa pensada e ainda mais complexa do que a que geralmente se encontra nas escolas e universidades. Essa organização é nula ou rudimentar em muitos países e, onde existe, não é sempre orientada em sentido educativo e muito menos com vistas a uma educação desinteressada, consagrada exclusivamente ao desenvolvimento da livre personalidade do indivíduo. Não nos devemos limitar a recordar as virtudes, inerentes ao espírito esportivo, que constituem a contribuição específica do desporto à educação dos adultos, e que determine as medidas práticas e técnicas que igualmente são necessárias para que o desporto disponha de meios adequados às dimensões dos momentos de ócio, que tem a missão de dinamizar (EDITORIAL. Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva, n.º 10, 1971, p. 6).

Soares (2006) argumenta que nesse contexto o esporte encarna os novos códigos da vida urbana moderna e industrial, concorrendo para a afirmação do chamado "lazer ativo". Caminhadas, corridas, esportes, jogos, recreações, colônias de férias e uma série de prescrições foram criadas para educar a população, em especial àquela parcela que se concentrava cada vez mais nos grandes centros urbanos. Nos dizeres de Corbin (2001), tratava-se de uma "ideologia do lazer racional", pois existia uma antipatia pela ociosidade somada ao desejo de modelar o lazer do outro, considerado imoral, inútil e perigoso para a sociedade.

> O desporto afirma, com efeito, o elemento compensador indispensável às inibições da vida hoje, ameaçada pelas conseqüências da industrialização, da urbanização e da mecanização. Êle se impõe como uma atividade especialmente adotada às necessidades do mundo contemporâneo. E contribuirá, no futuro, de maneira mais decisiva do que no passado, para a expansão do Homem e para sua melhor interação social (Editorial. Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva, n.º 10, 1971, p. 7).

Especialmente nos anos 1970 foram produzidas diversas formas de conceber e institucionalizar os divertimentos e o tempo de lazer da população. Ocorreu uma distribuição heterogênea e móvel de diversas estratégias de codificar o tempo livre, de ordená-lo e transformá-lo institucionalmente em atividade física e/ou esportiva. Seguindo essa racionalidade, a prática esportiva era entendida como "[...] uma forma de contribuir para racionalizar a utilização do lazer, moldar novo esquema de coesão social, enriquecer a disciplina de grupo e melhorar os padrões de higiene para a vida comunitária" (BRANDÃO, 1978).

Sant'Anna (1994), argumenta que a década de 1970 foi uma época de intensificação da produção desses dispositivos. Um esforço de produzir uma vontade de autogoverno do tempo livre que extraísse prazer por meio de uma

disciplina. Daí a indagação exaustiva sobre a natureza do lazer, assim como a produção de um tipo de esporte destinado ao tempo livre e que fosse para todos.

Na cidade do Rio de Janeiro reivindicava-se o esporte para todos. Nas páginas do Jornal do Brasil, a capital carioca era reconhecia como o centro criador e disseminador da cultura europeia e adotou o "esporte público" como um dos elementos potenciais para construir uma cultura física visando "forjar o cidadão moderno" (VOCAÇÃO do Rio. Jornal do Brasil, 01 de maio de 1970, p. 6).

Aqui corrobora-se com a tese defendida por Taborda de Oliveira (2012) de que é forçoso reconhecer que a construção da nação brasileira se deu a partir de matrizes eurocêntricas. Caso fosse o período da ditadura brasileira pós-1964, não teria sido marcado por um debate sobre o "nacional autêntico", aquele genuinamente popular ou àquele associado com iniciativas e modelos internacionais.

> Mais que apenas expressar o teor das próprias teorias do desenvolvimento em voga desde os anos 1950, esse debate expressava uma ânsia pela afirmação do Brasil (e da brasilidade) em um mundo marcadamente "nacionalista", no qual a autoestima de um país passava, necessariamente, pela afirmação do seu espírito (e das realizações deste) na arena dos embates internacionais, mesmo que se tratasse, no caso brasileiro, de uma operação do tipo nacional por subtração [...]. (TABORDA DE OLIVEIRA, 2012, p. 157).

Ao mesmo tempo, não se pode negar que os códigos europeus inspiravam diversas iniciativas na época, pois foi justamente na tensão entre o nacional e o internacional (ou universal) que se construiu o tom dos debates sobre o papel político que o esporte assumia na organização da vida brasileira (TABORDA DE OLIVIERA, 2012). As atividades recreativas tinham, em muitos casos, sua razão de existir justificada no que ocorria na Europa e nos Estados Unidos. Na RBEF n.º 12 de 1972, encontra-se um texto publicado por Manoel José Gomes Tubino, intitulado Colônia de Férias. Nesse artigo o autor apresentou de maneira sistematizada uma proposta para organização de Colônias de Férias, dividida em quatro fases: planejamento, preparação, execução e avaliação. Tubino entendia a Colônia de Férias como uma "[...] imposição do caráter industrial dos países civilizados, cujas cidades principais aumentam consideravelmente sua densidade populacional à

custa do despovoamento dos campos" (TUBINO, 1972, p. 54)[84]. O trecho leva a entender que a colônia de férias tinha sua legitimidade por se tratar de uma estratégia utilizada em países civilizados.

Percebe-se que o discurso nacionalista produzido no país, que caminhava junto com um ideal de progresso e grande parte das ações políticas, foram influenciados pelos ideais europeus. Não por acaso uma série de documentos oficiais específicos sobre o esporte foram escritos tomando como referência documentos intergovernamentais. Esse foi o caso do Diagnóstico da Educação Física e dos Desportos do Brasil, que se apoiou teoricamente no Manifesto Mundial do Esporte de 1964 (DACOSTA, 1971; TUBINO, 1996).

No governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969 - 1974), no dia 06 de maio de 1969 foi celebrado um convênio entre a Divisão de Educação Física (DEF) do MEC e o Instituto de Pesquisas Econômicas e Avançadas (Ipea) vinculado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, visando a formulação do Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil (DACOSTA, 1971; VALENTE, 1993; 1997; TEIXEIRA, 2015). O ato foi noticiado pelo MEC no Boletim Técnico Informativo do MEC (FERREIRA, 1969a) e no Jornal do Brasil:

> O Ministro interino da Educação e Cultura, Sr. Favorino Mércio, assinou portaria constituindo comissão interministerial para estudar as deficiências existentes na educação física e propor medidas para a expansão dêsse setor em todo país. A Comissão terá representantes dos ministérios da Educação, Marinha e Planejamento e à presidência caberá ao diretor de Educação Física do MEC, Tenente-Coronel Artur Orlando da Costa Ferreira [...] Além do presidente, participam da comissão o Comandante Lamartine Pereira da Costa, do ministério da Marinha; Sr. Arlindo Lopes Corrêa, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral; Sr. Oscar Seixas, do Conselho Nacional de Desportos e os Professores Maurício Rocha e Ema Hulba Lenk Cicler, ambos da Escola Nacional de Educação Física da UFRJ (Educação Física tem comissão. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 04 de junho de 1969, Caderno B, p. 13).

O envolvimento de Lamartine Pereira da Costa, Artur Orlando da Costa Ferreira e de Arlindo Lopes Corrêa com essa ação demonstra que já havia grande

---

[84] Dalben (2014) localiza as primeiras colônias de férias no Rio de Janeiro entre os anos 1930 e 1940, que em grande medida eram iniciativas imersas nos pensamentos higienistas e patrióticos gestados no Estado Novo. O autor identificou grande influência da circulação de conhecimentos sobre as colônias de férias oriundos da Europa e de outros países da América em solo brasileiro, o que teria ocorrido por meio de eventos científicos, da imprensa especializada e da imprensa comum, de viagens e estágios internacionais, correspondências e pela própria imigração.

aproximação desses agentes com o MEC. O que se confirmou poucos anos depois, quando assumiriam posições estratégicas nesse ministério. O tenente-coronel Arthur Orlando da Costa Ferreira, diretor da Divisão de Educação Física (DEF) do Ministério da Educação e Cultura (MEC), em um ato solene como paraninfo de uma turma de formandos da Escola de Educação Física de Bauru, em 1969, mencionou o objetivo do Diagnóstico.

> O convênio entre a DEF e o Instituto do Planejamento Econômico Social (IPEA) do Ministério do Planejamento e Coordenação-Geral para o levantamento das atuais condições da Educação Física, Desportiva e Recreativa em todo o território nacional, o qual servirá de diagnóstico e base para a elaboração de planos que efetivem a citada política nacional de Educação Física e tornem a melhoria de estado físico dos nossos patrícios numa realidade, está em pleno andamento (FERREIRA, 1969b, p. 13).

Mesmo antes da conclusão dos trabalhos do Diagnóstico, coordenados por Lamartine Pereira da Costa, a estrutura administrativa do Ministério da Educação e Cultura já havia sido alterada. Por meio do Decreto n.º 66.296 de 04 de março de 1970 (BRASIL, 1970a), que prevê a estrutura do MEC, foi criado o Departamento de Educação Física e Desportos (DED). Para Teixeira (2015) esses foram os primeiros passos de inserção do esporte de massa no horizonte de ações do governo militar. Sob administração de militares, o DED passou a ser responsável pela implementação das ações governamentais no setor esportivo que, motivadas pelo ambiente político, econômico e social daquele período, foram em grande parte direcionadas à promoção do esporte de massa.

1.6 A INSERÇÃO DO ESPORTE DE MASSA NA AGENDA MILITAR

> Há indícios seguros de que o papel do esporte na formação e no desenvolvimento do homem, bem como sua influência sobre a sociedade contemporânea, ainda não foram percebidos claramente por parcelas relevantes das camadas dirigentes de inúmeros países, entre os quais se inclui o Brasil. Permanece pouco estudada, também, a clara correlação existente entre a performance dos vários países nas competições internacionais e algumas de suas características sociais e econômicas. A pesquisa esportiva, por seu turno, compreendendo inúmeras incursões científicas no campo do esporte de competição – buscando a causalidade anatômica, fisiológica, intelectual, tática e ambiental na quebra dos recordes e no aperfeiçoamento técnico em geral –, permanece restrita a diminutos grupos, florescendo em poucos países.

> Finalmente, faz-se necessário um balanço do progresso ou retrocesso relativo do esporte brasileiro nas competições mundiais, assim como apontar novos rumos para essas atividades no País, que ainda não dispõe de uma política, declarada ou mesmo tática, para fazer dêle o que êle, potencial e intrinsecamente, já é: um instrumento de aperfeiçoamento individual e social. São essas, em síntese, as preocupações dominantes dêste trabalho, que ora iniciamos com os olhos fitos no progresso do esporte brasileiro (CORRÊA, 1970, p. 6).

O fragmento acima, retirado de um texto escrito por Arlindo Lopes Corrêa – na época membro do Conselho Federal de Educação e Secretário-Executivo do antigo Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – foi publicado em 1970 na edição de n.º 9 da Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva, intitulado "esporte e desenvolvimento", que discute o lugar do esporte no cenário brasileiro na época.

Apesar de incorporar distintas compreensões sobre a manifestação do fenômeno esportivo, percebe-se no texto uma ênfase ao esporte profissional. Outorga-se a esse o status de "esporte brasileiro". O autor concordava com pesquisadores que na época dedicavam-se ao debate sobre o esporte em basicamente duas vertentes: como uma atividade-meio, importante no processo educativo, no aperfeiçoamento da saúde, na integração social e no tempo de lazer da população; e o esporte com fim em si mesmo, isto é, o esporte profissional.

Buscando legitimar seus argumentos, Corrêa (1970) publicou um quadro contendo a síntese dos resultados obtidos por diversos países nos Jogos Olímpicos de Tóquio, correlacionando-os com os dados demográficos e socioculturais de cada país, como o percentual da população urbanizada, o Produto Interno Bruto (PIB) e o percentual de escolarização da população no nível médio. O autor advogava haver uma correlação positiva entre o desenvolvimento socioeconômico de um país e o progresso esportivo desfrutado por ela. No entanto, para justificar o resultado insatisfatório do Brasil nos Jogos Olímpicos de Tóquio, entre os inúmeros culpados para o fracasso esportivo brasileiro, Corrêa (1970) levantou os seguintes aspectos: falta de atenção a Educação Física sistemática; poucos incentivos oficiais para o esporte; estrutura inadequada da organização esportiva brasileira; e ausência de uma política orientadora do esporte por parte das administrações setoriais e gerais.

Ao atribuir uma correlação positiva entre o desenvolvimento do esporte e fatores socioeconômicos, pretendia-se legitimar a relevância do esporte para o país. Mas, paradoxalmente, quando se trata de decidir sobre as áreas que mereciam

maior aporte de investimentos visando a melhoria dos resultados no esporte de alto rendimento, os mesmos fatores socioeconômicos não eram mencionados.

Corrêa (1970) apresenta na sequência três quadros, indicadores de saúde e causas de mortalidade, densidade demográfica, taxa de analfabetismo e escolarização e parcela de trabalhadores com ensino superior no Brasil e em outros países. Tais dados estatísticos foram utilizados para apresentar um cenário preocupante e, assim, legitimar a discussão sobre o a importância de maiores investimentos na área da saúde e, por sua vez, na promoção da prática esportiva, pois:

> Um país com problemas como tem o nosso, certamente, só pode destacar-se no caso de haver uma motivação particular muito forte para a prática de determinada modalidade ou – o que não acontece – se existir uma política eficaz que produza efeitos positivos capazes de suplantar os obstáculos naturais assinalados (CORRÊA, 1970, p. 11).

O trecho acima traduz em certa medida a mentalidade da época na qual o esporte, ao mesmo tempo em que era considerado uma estratégia para promoção da imagem do país no cenário nacional e internacional, era reconhecidamente o meio ideal para promover melhor qualidade de vida para a população. Nesse sentido, não tardaria para que os resultados do Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil, encomendado pelo MEC, reiterassem essa retórica discursiva.

Torna-se importante perceber que o próprio Lamartine Pereira da Costa (1971) também questiona a validade de tais correlações para avaliar o investimento no esporte. No Diagnóstico de 1971, o autor citou um estudo produzido por Arlindo Lopes Corrêa[85], que parece ter subsidiado àquele publicado na RBEF de 1970. Para DaCosta (1971) o ideal seria tomar como parâmetro a aptidão física da população, na medida em que o objetivo da Educação Física e dos esportes era justamente desenvolver a aptidão física da população. Mais ainda, as conclusões do *Diagnóstico* indicavam que pequena parcela da população brasileira (0,6%) praticava atividades físicas e esportivas regularmente, ainda que entre os anos de 1964 e 1970 tivesse ocorrido um aumento quantitativo:

---

[85] CORREA, Arlindo Lopes. *O Desporto no Brasil e no Mundo*. Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Rio de Janeiro, 1966 *apud* DaCosta (1971, p. 22). Não foi possível localizar o referido manuscrito para análise.

> Estudos estatísticos de JOKL sobre participação internacional nos Jogos Olímpicos, abrangendo índices demográficos, taxa de competidores do sexo feminino, raça, idade, status social, área geográfica, condições climatológicas, nutrição, mortalidade infantil, tipo de atividade econômica predominante, renda per capita e distância do país competidor à sede dos Jogos, mostraram correlação significativa apenas nos indicadores econômicos, assim mesmo quando grupados em duas grandes categorias: país desenvolvido ou subdesenvolvido.
>
> Resultado semelhante é encontrado em ARLINDO LOPES CORRÊA, ao correlacionar a premiação de Tóquio, em 1964, com parâmetros indicadores de desenvolvimento, representados pela população urbanizada, renda per capita e percentagem, representados pela população urbanizada renda per capita e percentagem de escolaridade do nível médio. [...]
>
> [...] Somente uma visualização global pode discernir as principais agregações, e estas são orientadas segundo os países que possuem massa praticante ou organização e técnica dirigidas para o resultado de modo permanente, i.e., os países desenvolvidos [...]
>
> A melhor alternativa para a caracterização visada, no estágio atual da evolução da Educação Física/Desportos, situa-se na verificação em massa da aptidão física da população. Mesmo com as limitações já relevadas quanto ao significado das medições dentro do complexo social, ambiental, cultural e biológico, os valôres observados isoladamente para determinada população permitem antever têrmos de referência para a planificação do desenvolvimento [...] (DACOSTA, 1971, p. 22).

A intenção do MEC ao produzir um diagnóstico era de oferecer subsídios para criação de uma Política Nacional de Educação Física e Desportos, com intuito de superar o Decreto-Lei n.º 3.199/41 que ainda se encontrava em vigor. Para Tubino (1996) o Diagnóstico de 1971 foi um dos principais avanços da época, pois a legislação esportiva até então vigente, oriunda do Estado Novo, era na opinião do autor, o principal obstáculo para a modernização do esporte no Brasil.

Teixeira (2015), salienta, amparado nos resultados do Diagnóstico de 1971, que ainda na presidência de Emílio Médici, foi publicado o Plano de Educação Física e Desportos (PED 1971/1974), seguido do documento "Eu sou o DED", em analogia ao recém-criado Departamento de Educação Física e Desportos da SEED/MEC, os quais ampliavam o papel da Educação Física com intuito de aproximá-la dos parâmetros de países desenvolvidos.

Nessa linha argumentativa, o editorial da RBEF n.º 12 (1972) assinado pelo Coronel Eric Tinoco Marques[86] e intitulado "O tempo de colher" acabou por enaltecer a realização do Diagnóstico de 1971 e prometia também a efetivação de um Plano de Educação Física e Desportos para o país. Para o diretor do recém-criado Departamento de Educação Física e Desportos da SEED/MEC, "novos ventos sopravam" sobre a Educação Física e os esportes. Pouco importava se a ideologia do Olimpismo sofrera um duro golpe com os atentados nos Jogos Olímpicos de Munique de 1972, ou os resultados pífios do Brasil no mesmo evento.

Segundo o Diretor-Geral do DED, as realizações do "governo revolucionário" no âmbito esportivo, incluindo a Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo, eram motivos suficientes para que fosse possível, em pouco tempo, exigir resultados dos professores de Educação Física das escolas. Afinal, se aquelas iniciativas oficiais de apoio ao esporte, marcavam um "tempo de produzir" oportunizado pelo governo militar, então "amanhã será tempo de colher" (MARQUES, 1972, p. 4).

> Todos nós que militamos na Educação Física brasileira podemos conscientemente estabelecer duas épocas bem distintas na evolução de nossa atividade profissional: antes e depois da criação do Departamento de Educação Física e Desportos [...]. Então foi procedido o "DIAGNOSTICO DE EDUCAÇÃO FISICA/DESPORTOS NO BRASIL", com base no qual se estruturou o DED: depois de analisar cuidadosamente todas as variáveis, passamos à elaboração da linha de trabalho, através do PLANO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS, onde era apresentada, pela primeira vez, uma sistemática de trabalho para a Educação Física; pouco antes, os Estados recebiam a solicitação da criação dos respectivos órgãos especializados, pois constatáramos que, em alguns, o órgão fora extinto!!! (MARQUES, 1972, p. 4-5).

Na mesma edição da RBEF de 1972, circulou o texto intitulado "Educação Física e desportos no Brasil de 1970 para 1980", cuja autoria não foi identificada, no qual discute-se, dentre outras questões, o modelo político administrativo adotado no Brasil e as intenções do MEC para a Educação Física e o Esporte naquela década. No que diz respeito ao modelo administrativo brasileiro:

---

[86] Sob a gestão do Ministro da Educação e Cultura Jarbas Gonçalves Passarinho (03 de novembro de 1969 à 15 de março de 1974), Eric Tinoco Marques (ex-pentatleta olímpico e coronel do exército brasileiro) atuou como Diretor-Geral do DED, ao lado de Octávio Teixeira, Diretor-Adjunto.

> No ordenamento das prioridades de ação, o Governo brasileiro, após 1964, fez do homem a sua meta prioritária. Partindo deste enfoque, foi elaborado em 1968/69 o "Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil". Conhecida a situação real, e as possibilidades de ação oferecidas pela tecnologia, qual a opção? As próprias determinantes de cada uma das correntes existentes levaram à conclusão de que, por sua formação étnica, status econômico e orientação político-social, a melhor opção para o Brasil era a da "Orientação Mista" [...]. Estabelecida a linha geral de conduta, foi estruturado o sistema político administrativo a ser instalado por etapas, observando-se os *feedbacks* que agiriam sobre as variáveis do sistema. Esta forma de ação elimina qualquer ingerência estranha ao setor na distribuição orçamentária e assegura o controle efetivo da execução dos projetos: ao Estado, e somente a este, cabe programar o seu desenvolvimento (EDUCAÇÃO Física e desportos no Brasil de 1970 para 1980. Revista Brasileira de Educação Física, n.º 12, 1972, p. 85).

Por "Orientação Mista" entende-se uma forma de gestão que chama para si a responsabilidade de orientar a Educação Física no setor escolar. Comprova-se aqui a decisão tomada por um modelo estatal de gestão centralizador. Ficaria a cargo da iniciativa privada atuar conjuntamente no âmbito do esporte de rendimento, mas sob normas previamente estabelecidas pelo Estado. Após enfatizar a opção do governo por centralizar as decisões sobre os direcionamentos acerca da Educação Física e dos esportes no Brasil, o texto explicitava o lugar e os objetivos do DED:

> Pelos pontos abordados, depreendem-se a importância dada pelo Governo ao setor da educação física e dos desportos no País e o acerto das medidas administrativas adotadas. Pretendendo fomentar a criação de uma "mentalidade desportiva" e dar ao povo uma adequação física condizente a nossa posição de nação em desenvolvimento, adotou o Governo a sistemática ora em execução, que, ao final do prazo estabelecido, nos propiciará o devido destaque nas competições esportivas internacionais, tais como jogos olímpicos e campeonatos mundiais. Como conseqüência do trabalho global, nunca como objetivo específico de efeito imediato. E aí reside o ponto fundamental da opção brasileira: chegaremos ao tratamento da elite, mas o ponto de partida é a massa estudantil, tratada de modo uniforme, sem distinções nem muito menos privilégios. Amanhã, para aqueles que se sobressaírem do todo, será dada a atenção especial, quer do Governo, quer das entidades privadas; mas para a massa, prosseguirão nossas atenções genéricas. Nos anos 80, não nos surpreenderemos com os destaques internacionais que empolgarão as cores brasileiras - eles estão sendo cuidadosamente plantados hoje. Pelo menos, estamos nos esforçando neste sentido. A alimentação básica do sistema foi proveniente do "Diagnóstico de Educação Física/Desportos no Brasil", mais os conhecimentos de ordem prática da antiga Divisão de Educação Física do MEC. Em linhas gerais, pelas possibilidades previsíveis, foi estimado um período de dez anos para que o sistema alcançasse seu funcionamento pleno e efetivo (EDUCAÇÃO Física e desportos no Brasil de 1970 para 1980. Revista Brasileira de Educação Física, n.º 12, 1972, p. 85).

Apesar dos objetivos do DED/MEC estarem direcionados à "[...] elevação no País do nível da educação física Integral[87]; elevação no País do nível do desporto, em todas as suas áreas; elevação no País do nível da recreação ativa e passiva" (EDUCAÇÃO Física e desportos no Brasil de 1970 para 1980. Revista Brasileira de Educação Física, n.º 12, 1972, p. 85), o texto demonstra que a "mentalidade desportiva" que se queria produzir era especialmente aquela endereçada ao esporte de rendimento. Melhores resultados em competições internacionais significariam projetar uma imagem positiva do Brasil. Para aqueles que se sobressaíssem, ou seja, aqueles que alcançassem resultados expressivos nas competições internacionais, a promessa era de uma atenção especial. Para os demais, somente atenções "genéricas".

Ainda na mesma edição da RBEF de 1972, um dos membros da equipe técnica que elaborou o Diagnóstico de 1971, Ovídio Silveira Souza, escreveu o texto intitulado "Munique 72: culpados e inocentes". Nesse artigo o autor inicia tratando dos resultados do Diagnóstico de 1971, sublinhando elementos que demonstravam a precariedade das condições sociais da população brasileira e que, segundo o autor, explicavam o fracasso do país nas competições olímpicas.

> Querer, nessas condições, dentre o que aí temos, selecionar nossos representantes, já com suas fases de desenvolvimento praticamente encerradas, com as precariedades assinaladas, sem a Imprescindível assistência no seu decorrer, e transformá-los em atletas de categoria olímpica é humanamente impossível. Quando muito, eles poderão adquirir a técnica e a tática de melhor competir em seu desporto preferido; todavia, sem as habilidades inatas desenvolvidas e aprimoradas ao máximo. Jamais alcançarão, e muito menos suplantarão os índices desportivos daquela categoria [...]. Felizmente, para júbilo dos brasileiros, o Governo Revolucionário [sic] já vem adotando providências que darão nova estrutura e meios à política nacional da Educação Física e dos Desportos [...] Deixando bem claro, insistimos, que os culpados do insatisfatório rendimento olímpico da representação brasileira são a nossa estrutura e a deformação ou insuficiente utilização das atividades físico-desportivas como fator educativo, marcantes em nosso passado (SOUZA, 1972, p. 14,18).

Os pontos levantados por Corrêa (1973), diretor do DED/MEC, e Souza (1973), membro da equipe técnica que elaborou o Diagnóstico de 1971, sinalizam a

---

[87] Como educação física integral entendia-se a educação física escolar em todos os níveis e a educação física do adulto (períodos de lazer e de ócio) (EDUCAÇÃO Física e desportos no Brasil de 1970 para 1980. Revista Brasileira de Educação Física, n.º 12, 1972).

finalidade das ações do DED na área do esporte, isto é, alcançar melhores resultados em competições internacionais. O Diagnóstico de 1971 projetava a necessidade de um sistema de organização esportiva que pudesse produzir atletas de rendimento por meio da promoção do esporte de massa.

Linhales (1996) chama atenção para o fato de que algumas mudanças no setor esportivo ocorreram antes mesmo da conclusão do Diagnóstico de 1971, o que segundo a autora, demonstra que o documento apenas conferiu respaldo técnico para ações centralizadoras que já estavam sendo realizadas. Dentre elas, destaca-se a criação da Loteria Esportiva, principal fonte de recursos financeiros para os programas de Educação Física/Esportes, instituída pelo Decreto-Lei n.º 594, de 27 de maio de 1969; e a criação do Departamento de Educação Física e Desportos (DED) da Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED) do MEC, considerado o órgão central do Ministério para o desenvolvimento das ações para o setor.

> Tal medida [a criação do DED] unificou as ações do poder público, que, desde a década de 30, atuava em separado, tendo uma divisão responsável pela Educação Física e o CND como o órgão coordenador do sistema esportivo. Essa unificação, realizada antes mesmo de publicados os resultados do Diagnóstico, possuía dois sentidos básicos. Primeiro, o de conter a autonomia que começava a ganhar força no sistema esportivo, na medida em que o CND se encontrava permanentemente pressionado pelos interesses da Confederação Brasileira de Desportos - CBD - responsável pela coordenação do futebol. O segundo sentido refere-se ao projeto de subordinação da Educação Física escolar ao sistema esportivo (LINHALES, 1996, p. 139).

Igualmente, com a criação do DED/MEC, a Educação Física passou a ser identificada na base de um sistema piramidal construído para o esporte, cujo estágio superior seria a vertente de alto rendimento. O modelo esportivo internacional da chamada pirâmide esportiva[88] parecia ainda presente não só na simbologia dos documentos da política esportiva brasileira, mas também na política de Educação Física (DACOSTA, 1971; LINHALES, 1996; TABORDA DE OLIVEIRA, 2001).

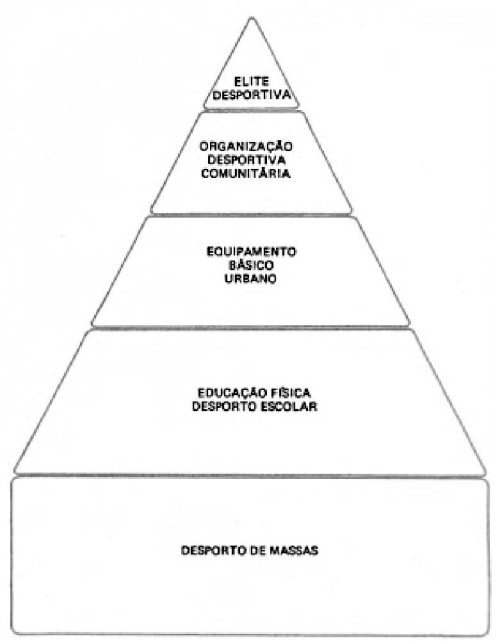
Na edição de nº. 26 da RBEFD de 1975, Lamartine Pereira da Costa publicou o artigo denominado "Caracterizações para uma política esportiva

---

[88] O modelo da pirâmide esportiva foi inspirado na célebre declaração de Pierre de Coubertin, de que cada mil atletas produziam uma centena de talentos excepcionais e, por sua vez, esses cem produziam um atleta de nível mundial (HOULIHAN; WHITE, 2005; VAN BOTTENBURG; DE BOSSCHER, 2011).

nacional", no qual reitera a afirmação de que o modelo esportivo piramidal do Diagnóstico de 1971 (Figura 2) foi adotado para "montagem" do sistema de Educação Física e esportes brasileiro (DACOSTA, 1975).

Figura 2 - Representação da Pirâmide Esportiva



Fonte: DaCosta (1971, p. 21).

Apesar da evidente preocupação com a elite esportiva do país, questionava-se os resultados do modelo tradicional orientado para a seleção de atletas, julgando ser esse inconstante por utilizar a comunidade como meio e não como fim (DACOSTA, 1971). Amparadas nesse raciocínio as iniciativas do governo voltadas à promoção do esporte de massa, também ganharam lugar nas estratégias governamentais. Nesse sentido, uma das primeiras ações idealizadas a partir do PED 1971/1974 foi a chamada Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED)[89].

[89] Segundo Dias (2017, p. 24), o objetivo dessa campanha foi "[...] tentar convencer a população a praticar esportes e atividades físicas. A partir de 1972, a Campanha produziu filmes, panfletos, cartazes e outdoors, distribuídos por todo o país em grandes tiragens, contando com a partição de jogadores de futebol conhecidos, como Pelé, Rivelino e Jairzinho".

1.7 A POPULARIZAÇÃO DE UMA MENTALIDADE ESPORTIVA: O INÍCIO DAS CAMPANHAS ESPORTIVAS DE MASSA

A CNED foi projetada, pois segundo o MEC, havia desinformação da população sobre o assunto, tanto no meio especializado quanto junto ao público, conforme resultados apontados pelo Diagnóstico de 1971 (Revista Brasileira de Educação Física, n.º 12, 1972). Seu objetivo era incentivar a população brasileira a adotar como hábito a prática esportiva, visando desenvolver uma vida mais ativa. A intenção da CNED era também unir forças ao conjunto de ações do governo que visavam produzir a imagem de um país forte e em crescimento, neste caso, por meio de iniciativas visando a promoção de um estilo de vida mais dinâmico e ativo e sobretudo esportivo (NASCIMENTO, 2016; DIAS, 2017).

Conectada ao Plano de Intercâmbio e Difusão Cultural (PIDIC)[90] do país, a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED) – assim como a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, o manual "Eu sou o DED" e outros Boletins Informativos e Cartilhas Técnicas e Didáticas – integrava um conjunto de ações realizadas na fase experimental do projeto (Ensino e Cultura. Correio Braziliense. Brasília, 24 de março de 1972, p. 11).

A Campanha ocorreu durante a vigência do PED 1971/1974, e contou com vasto material publicitário com diversos *slogans* (esporte é saúde; esporte é educação; esporte é progresso; esporte é vida) e com o apoio de órgãos públicos federais. Foram produzidas peças publicitárias como: cadernos técnicos, cadernos didáticos, folders, jornais, pôsteres e a revista de história em quadrinhos intitulada "Dedinho"[91]. Todos os materiais eram enviados gratuitamente em território nacional,

---

[90] Para alcançar os objetivos do Plano Nacional de Educação Física e Desporto (PED) divulgado pelo MEC em 1971, foram definidos três grandes programas: o Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos (PRODED); o Programa de Assistência Técnica e Financeira a Programas de Educação Física (PATEF); e o Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural (PIDIC) (PINTO, 2003). Apesar de não mencionada, a temporalidade coincide com a fase preparatória do Convênio de Assistência Técnica Brasil/Alemanha Ocidental (1972-1974), coordenado pela alemã Liselott Diem (DIEM; LÖCKEN; HUMMEL, 1983; DIEM, 1984), que culminou com a elaboração de um projeto de "Promoção do Esporte no Brasil".

[91] A revista em quadrinhos "Dedinho" tinha como personagem principal o Dedinho, nome diminutivo do DED. O personagem representava simbolicamente uma figura central de liderança e estímulo à prática esportiva (PINTO, 2003). A revista tinha as crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade como público-alvo. Foram publicados um total de seis números, distribuídos gratuitamente para estudantes de Educação Física em todo território nacional, totalizando uma tiragem de 9 milhões de

afim de atingir um público amplo e diverso. Outros meios de comunicação como a TV, o rádio e o cinema também foram utilizados como veículos de publicidade da Campanha (DIAS, 2017; FONSECA; SANTOS, 2017).

O público alvo de maior atenção da CNED eram os estudantes das escolas públicas – o segundo nível da pirâmide esportiva –, pois almejava-se que a prática esportiva fosse entendida e incorporada desde cedo como um dever cívico (LINHALES, 1996). Mas, além da preocupação com a promoção do esporte de massa e do desenvolvimento de um estilo de vida ativo, o sucesso da CNED representava também uma ação em prol do esporte de alto nível. Era necessário estimular a prática esportiva para que fosse possível produzir ou identificar talentos esportivos e, assim, apostar no futuro melhor para o Brasil (NASCIMENTO, 2016).

"Governo quer Brasil líder nos esportes". Este foi o título de uma reportagem veiculada em uma edição do Jornal do Brasil em 1972. A notícia explora os objetivos da CNED, e reforça sua missão em promover o esporte profissional.

> A fim de que, em curto prazo, o Brasil se torne uma das potencias esportivas do mundo, o Ministério da Educação iniciará – a partir deste ano – uma campanha de divulgação dos esportes amadores em todo país. A Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo, conta com Cr$ 15 milhões e pretende atingir a população em três anos.
> Além de utilizar o nome de atletas famosos, o Governo lançará uma cartilha (explicativa), uma revista para professores de Educação Física e filmes institucionais e educativos. Na primeira fase, serão atingidos os colegiais, depois os professores e, finalmente, os torcedores de futebol, em 1974, ano da Copa (GOVERNO quer Brasil líder nos esportes. Jornal do Brasil, 30 de abril e 01 de maio de 1972, p. 1).

Na mesma data o jornal O Fluminense também publicou uma reportagem cujo conteúdo era muito semelhante. No dia 03 de maio de 1972 foi a vez do Diário de Natal veicular em suas páginas o mesmo conteúdo. Apesar dos periódicos se referirem a CNED como a maior campanha de divulgação esportiva realizada até então, essas foram algumas das poucas menções da campanha identificadas nos periódicos disponíveis para consulta na Hemeroteca Digital, o que levanta um questionamento sobre sua relevância naquele período, na medida em que os periódicos eram um dos principais meios de divulgação junto à população.

---

exemplares. A intenção inicial era que a revista circulasse entre os anos de 1971 e 1974. No entanto, os três primeiros números foram reeditados entre os anos de 1975 e 1978 (PINTO, 2003).

Para avaliar o impacto da CNED, o ministério olhava para os resultados das competições esportivas, nomeadamente os Jogos Estudantis Brasileiros (JEBs) e os Jogos Universitários Brasileiros (JUBs)[92]. Tratava-se de um raciocínio lógico, mas de certa forma ingênuo, visto que ao promover ações visando motivar a prática esportiva de massa o governo acreditava que seria possível além de combater os malefícios do sedentarismo revelar ou produzir 'talentos esportivos'. Poucos anos depois a mesma retórica foi relacionada a Campanha Esporte para Todos.

> [...] A partir de 1977, o DED passou a desenvolver outro programa de interesse esportivo: a instalação e a ativação de parques de lazer [...]. Foi feita a previsão de gastos de Segundo o Coronel Osny Vasconcelos, os primeiros resultados deste trabalho começam a ser colhidos. Ele considera muito importante a campanha "esporte para todos", que já foi lançada em 2.500, dos 4 mil municípios brasileiros, para a conscientização popular do valor do esporte. **O resultado mais palpável, segundo o diretor do DED, é a melhoria dos índices técnicos dos atletas brasileiros, obtidos nas mais recentes disputas nacionais e internacionais** (VERBAS da L. Esportiva deram infra-estrutura ao amadorismo brasileiro. Diário de Natal, 30 de janeiro de 1978, p. 2, grifos nossos).

No caso da CNED, alegava-se ainda que a intenção era romper com a chamada "monocultura do futebol", diversificando o acesso e a prática de outras modalidades. Destarte, uma vez identificados em programas de atividade física mais amplos, os jovens seriam orientados a participar de equipes de treinamento esportivo (FERRAZ, 1999; PINTO, 2003; TABORDA DE OLIVEIRA, 2001; 2009).

> "Precisamos acabar com esse negócio de brasileiro só jogar futebol", afirmam os técnicos do DED que está projetando a "Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo". Por isso uma das partes mais importantes do programa será o lançamento de "cartilhas" que ensinarão basicamente a prática de esportes pouco difundidos no Brasil. Na parte publicitária não serão usados apenas jogadores de futebol, mas também grandes nomes do atletismo brasileiro (Calção nele para divulgar os esportes menos populares, O Fluminense, 2 de abril e 1.º de maio de 1972, 3.º Caderno, p. 5).

---

[92] O investimento no esporte universitário nesse período pode ser evidenciado na própria obrigatoriedade da prática de Educação Física, de caráter prioritariamente esportivo, nos currículos das universidades (o que se deu por meio do Decreto n.º 705/1969) a partir da reforma universitária de 1968 (expressa na Lei n.º 5.540/1968). Para Taborda de Oliveira (2009, p. 405), esse investimento se justificou, em grande medida pelo fato de a universidade ser um *locus* potencial e estratégico "[...] para formar uma mentalidade nacionalista ufanista, e o esporte um elemento da cultura potencialmente afeito à disseminação do nacionalismo, o que interessava sobremaneira aos governos ditatoriais brasileiros"

Além do foco na promoção de um estilo de vida ativo, imaginava-se quase de maneira mecânica que o estudante-atleta viria a compor equipes nacionais, para então representar o país em competições internacionais. Taborda de Oliveira (2009, p. 394) é taxativo ao analisar as práticas esportivas na temporalidade em questão:

> Daí a ideia, tão difundida naqueles anos e que com frequência volta à tona em algumas falas na mídia, no governo e na comunidade de professores de Educação Física ainda hoje, que o esporte educa, é saúde, combate a criminalidade e a pobreza, evita os vícios e tantos outros jargões que estão longe de serem comprovados, ainda que gozem de grande divulgação e apropriação no senso comum, sobretudo pela força da mídia no desenvolvimento de um senso esportivo (TABORDA DE OLIVEIRA, 2009, p. 394).

Esse conjunto de argumentos que buscam justificar e legitimar a relevância social do esporte compõem uma retórica que se atualiza constantemente. Somada ao discurso de que as práticas esportivas poderiam conduzir os indivíduos para fora da linha da pobreza, dado o suposto prestígio decorrente das vitórias conquistadas, o ordenamento discursivo contribuía também para fortalecer os ideais de "brasilidade" apregoados pelo governo militar, traduzidos na proclamada frase da época: "Brasil: ame-o ou deixe-o!" (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001).

Mais ainda, ao relatar o panorama do setor esportivo transcorrido o primeiro semestre de 1975, Osny Vasconcellos, no editorial da edição n.º 27 da RBEFD, afirmou serem os JEBs o "acontecimento maiúsculo" no setor estudantil e um reflexo do "esporte comunitário", conceito que seria incorporado pouco tempo depois no artigo 11 da Lei 6.251/75:

> Art. 11 - O desporto comunitário, amadorista ou profissional, sob a supervisão normativa e disciplinar do Conselho Nacional de Desportos, abrange as atividades das associações, ligas, federações, confederações e do Comitê Olímpico Brasileiro, integrantes obrigatórios do Sistema Desportivo Nacional (BRASIL, 1975b).

Para o diretor do DED os JEBs eram uma "injeção de sangue novo" no esporte brasileiro e o "embrião das competições de alto nível" (VASCONCELLOS, 1975b). O esporte estudantil era considerado uma etapa importante para a vertente de rendimento. O editorial da RBEF n.º 15 de 1973, escrito pelo Coronel Eric Tinoco Marques, também demonstra isso. Com o título "Desporto Estudantil", o texto introdutório do periódico iniciava com a seguinte frase: "A importância do desporto

estudantil é óbvia por si mesma e dispensaria outros comentários", e continuava, "[...] mas falar do desporto estudantil é falar do futuro desportivo nacional; apontar acertos e desempenhos é antever performances e alegrias" (MARQUES, 1973, p. 3). Em seguida, o autor comentou sobre a competência e a responsabilidade pelo esporte estudantil, dado que na época não existiam federações estudantis. Por fim, questionou o fato de muitos administradores/gestores públicos não possuírem formação especializada para compor um "celeiro", o que ficava muitas vezes a cargo de ex-atletas, praticantes e/ou daqueles que gostavam de esporte.

Como bem destacou Taborda de Oliveira (2001, p. 146-147), "[...] é interessante observar como no discurso oficial o forte acento liberal se confundia com uma perspectiva nacionalista, que é negada em seguida". Em um texto publicado na RBEF n.º 21 de 1974, intitulado "Jogos Estudantis Brasileiros", ao discutir o panorama dos JEBs, Cornélio Souza Lima Franco demonstra a falácia do discurso oficial, fruto do sincretismo acima apontado:

> Em seis anos, os JEBs conseguiram firmar-se no sistema desportivo brasileiro como uma competição verdadeira de massa, reunindo 26 unidades da federação e 5.000 atletas, o que por si só seria um sucesso. Embora não seja meta do DED-MEC a criação de uma elite esportiva, relativamente ela está aparecendo, pois, na verdade, nos Estados, Distrito Federal e Territórios, são realizados os Jogos Estudantis Regionais, onde milhares de estudantes lutam por uma vaga na representação do seu Estado (FRANCO, 1974, p. 24).

Taborda de Oliveira (2001) questiona a afirmativa de Franco de que "[...] não era a meta do DED-MEC a criação de uma elite esportiva", mencionando a pirâmide esportiva como prova incontestável desse objetivo. Franco acaba por se contradizer ao final do texto, após destacar os avanços ocorridos nos JEBs, afirmou que "[...] o esporte estudantil brasileiro, que procurava nos clubes os atletas para suas competições, hoje já está contribuindo decisivamente para a mudança da imagem olímpica do Brasil" (FRANCO, 1974, p. 28). Tal passagem evidencia a preocupação que havia no período em desenvolver o esporte de rendimento para, nesse caso, projetar a imagem do país no âmbito internacional.

Os diversos textos supracitados são editoriais da RBEF, ou seja, de responsabilidade exclusiva do diretor do DED. Taborda de Oliveira (2001) enfatiza tal questão no depoimento que colheu de Lamartine Pereira da Costa, quando esse fala sobre a linha editorial do referido periódico:

> Lembremos do depoimento do Professor Lamartine Pereira da Costa, no qual o professor afirma que o editorial era a única sessão da Revista sobre a qual não havia qualquer controle da comissão editorial. Ou seja, sobre o Editorial os editores não opinavam. Todas as demais sessões eram amplamente plurais e publicavam absolutamente tudo o que chegava à comissão editorial, sem qualquer tipo de restrição [...] segundo Da Costa, até 1973 editor-chefe da Revista, a política editorial seguia uma lógica quantitativa, uma vez que a produção de artigos no plano nacional era irrisória. Daí a grande entrada de artigos estrangeiros e a grande pluralidade de orientações teóricas na Revista que, segundo o Professor Lamartine, não sofria qualquer tipo de controle externo, excetuando-se o seu Editorial (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 147).

Se for lançado um olhar específico para os editoriais do periódico em questão, denota-se de fato que nenhum desses, "[...] até a reforma editorial que a Revista sofreu a partir do número 47, deixa de mencionar a clara vinculação entre a Educação Física escolar, resumida ao esporte, e o desempenho esportivo do país nas grandes competições internacionais" (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 147). Nessa seção não deixam dúvidas sobre o interesse do governo no desenvolvimento do esporte profissional. No entanto, seria um equívoco não admitir que havia outras compreensões acerca do fenômeno esportivo manifestas nas páginas do periódico, que em sua pluralidade expressavam o discurso oficial do DED/MEC.

Evidencia-se assim que haviam distintos posicionamentos de agentes e instituições que buscavam conquistar espaço na esfera esportiva da época. Portanto, mesmo que predominante em alguns momentos, não é possível afirmar que o esporte de rendimento era a meta exclusiva na época. Fosse assim, muitas das ações voltadas à promoção do esporte de massa, como o "Convênio de Assistência Técnica" estabelecido com a Alemanha Ocidental (DIEM; LÖCKEN; HUMMEL, 1983; DIEM, 1984) e a Campanha EPT, não teriam ocorrido. No limite, essas e outras iniciativas evidenciaram, mesmo que em determinados aspectos contraditórios em si mesmas, o interesse na promoção de uma outra forma de esporte para além da dimensão de rendimento.

As tensões no âmbito esportivo eram manifestas também nas páginas da imprensa geral. No Jornal do Brasil, na edição de 29 de outubro de 1972, foi publicada uma matéria sobre o Simpósio intitulado "O Caminho Olímpico", organizado pela Associação Cristã de Moços (ACM). O evento, segundo aponta a matéria, teve a intenção de reunir pessoas ligadas ao esporte para discutir estratégias para o desenvolvimento do esporte amador no país, visando desenvolver uma "mentalidade esportiva de massa". Dentre os participantes, compareceu como

convidado ao referido simpósio Lamartine Pereira da Costa, que parece não ter poupado esforços para denunciar e aos embates políticos correntes no meio esportivo, direcionando duras considerações aos clubes e associações esportivas. Reunido com representantes da Confederação Brasileira de Desportos, do Conselho Nacional de Desportos e outros agentes envolvidos diretamente com o esporte, notadamente intencionados em desenvolver o esporte profissional.

> Para o professor Lamartine não há condição para que um técnico funcione a contento no Brasil esportivo. O técnico é alijado das estruturas funcionais dos clubes. Tem ele que se adaptar à política ou então perderá o emprego. A política no esporte brasileiro é tão grande que os professores de Educação Física ou técnicos, realmente formados, podem galgar postos de direção nos órgãos de direção, a nível de federação e confederação. Em todas as atividades esportivas, em âmbito de Confederação são os mesmos homens que dirigem há mais de 30 anos. Isto para não falar no Comitê Olímpico Brasileiro [...]. Há uma necessidade imperiosa de haver a prática em massa no sentido educacional. Não podemos deixar que leigos orientem nossas crianças em idade escolar (O CAMINHO Olímpico. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1972, p. 52).

Como será explorado mais adiante, a essa altura Lamartine Pereira já estava envolvido com o movimento internacional *Sport for All*, o que ajuda a entender seu posicionamento. Nesse caso, defendia a necessidade do professor de Educação Física ou do técnico esportivo atuar de maneira mais autônoma – sem a interferência de instituições tradicionalmente interessadas na promoção do esporte profissional – em ações voltadas à promoção do esporte de massa. Os desdobramentos na esfera da política esportiva evidenciavam cada vez mais, especialmente a partir de meados dos anos 1970, que a vertente de rendimento passaria a concorrer ainda mais com outros domínios do esporte. Essas tensões parecem se intensificar no início dos anos 1980, na Nova República, quando o então presidente José Sarney reuniu uma Comissão visando a Reformulação do Esporte no país. A partir de então os jogos de poder entre os grupos defensores do esporte de rendimento (sobretudo clubes, federações e confederações esportivas) e aqueles defensores do direito à democratização da prática esportiva ficaram ainda mais evidentes. Esse cenário será objetivo de discussão nos capítulos seguintes.

Na segunda metade dos anos 1970, ocorreram as alterações mais significativas no ordenamento jurídico do setor esportivo nacional herdado do Estado Novo. Linhales (1996), Tubino (1996) e Starepravo (2011) relatam que apesar de não terem ocorrido mudanças profundas no *modus operandi* do campo esportivo, o

braço do Estado em relação ao esporte foi bastante ampliado. Uma das maiores proposições legais foi a instituição de Normas Gerais para o esporte no Brasil, com a promulgação da Lei n.º 6.251, em 8 de outubro de 1975, assinado pelo presidente Ernesto Geisel, pelo Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, e pelo Ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Antônio Jorge Corrêa.

A Lei n.º 6.251/75 instituiu a Política Nacional de Educação Física e Desportos (PNEFD)[93], o Sistema Desportivo Nacional[94], conferiu mais autonomia ao Conselho Nacional de Desportos[95] e confiou ao MEC a responsabilidade de elaborar o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED 1976-1979)[96]. A referida lei dispunha sobre as seguintes questões:

> Art. 5.º - O Poder Executivo definirá a Política Nacional de Educação Física e Desportos, com os seguintes objetivos básicos:
> I – Aprimoramento da aptidão física da população;
> II – Elevação do nível de desportos em todas as áreas;
> III – Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa;
> IV – Elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais;
> V- Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer.
> Art. 6.º - Caberá ao Ministério da Educação e Cultura elaborar o Plano (BRASIL, 1975b).

A promulgação da Lei n.º 6.251/75, apesar de manter a autoridade estatal sobre o esporte, avançou no sentido de integrar os órgãos públicos existentes e as autoridades esportivas. Em termos de financiamento, essa legislação indicava que o apoio pecuniário deveria vir do governo, mas que não poderia ser dado à iniciativa privada, que até então direcionava grande parte dos investimentos ao esporte de

---

[93] O texto da Lei n.º 6.251/75 e da Política Nacional de Educação Física e Desportos foram publicados na íntegra na edição de n.º 29 da RBEFD de 1976.

[94] O artigo 10 da Lei n.º 6.251/75 estabelece a forma de organização do Desporto Nacional, sendo: I - comunitária; II - estudantil; III - militar; e IV – classista. Por comunitária entendia-se os atletas do sistema federado; estudantil os alunos de escolas e universidades; militar os membros das Forças Armadas; classista os empregados e dirigentes de empresas que criassem uma associação esportiva classista (BRASIL, 1975b).

[95] O órgão normativo e disciplinador do Desporto Nacional (BRASIL, 1975b).

[96] O PNED 1976-1979 foi lançado nas dependências do MEC, em Brasília, em uma solenidade realizada no dia 28 de maio de 1976. Apesar da expectativa de melhora no acesso à prática esportiva no âmbito escolar – na medida em que o Diagnóstico de 1971 havia apontado a fragilidade de equipamentos esportivos e recursos humanos qualificados nessa área –, dizia-se que a novidade do Plano era a promoção do esporte de massa. Mas essa era vista como um meio quantitativo de expansão da prática esportiva. O desenvolvimento do esporte de alto nível, notadamente o Olímpico, era o indicador qualitativo para aferir o resultado da promoção do esporte no país (MEC lança hoje o Plano Nacional de Desportos. Jornal dos Sports, 28 de maio de 1976, p. 4).

rendimento. A nova lei indicava que os investimentos do Estado com esporte deveriam apoiar, sobretudo, os programas e projetos que estivesse de acordo com o Plano Nacional para o Desenvolvimento da Educação Física e Esportes (MEZZADRI *et. al.* 2015), o que impactou diretamente na promoção do esporte de massa. Com a promulgação da Lei n.º 6.251/75, além do esporte estudantil e o de alto nível, o de massa passou também a ser oficialmente um compromisso do Estado:

> Art. 6.º - Caberá ao Ministério da Educação e Cultura elaborar o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED), observadas as diretrizes da Política Nacional de Educação Física e Desportos.
> Parágrafo único - O PNED atribuirá prioridade a programas de estímulo à educação física e desporto estudantil, à prática desportiva de massa e ao desporto de alto nível (BRASIL, 1975b).

Até então a legislação esportiva brasileira estava amparada no Decreto-Lei n.º 3.199/41, que contemplava exclusivamente o esporte de rendimento. No entanto, apesar desse cenário sinalizar a mudança da "mentalidade esportiva", o que se percebeu foi que o esporte de rendimento continuou recebendo maior atenção nas iniciativas governamentais. "Democratização do esporte é o grande objetivo", esse foi título de uma notícia publicada no Diário de Pernambuco em novembro de 1974. Apesar do enunciado dar ênfase à democratização da prática esportiva, paradoxalmente, o que se lê no conteúdo da notícia é que a vertente de rendimento ocupava o lugar de destaque. Mais especificamente, buscar melhores resultados nas competições esportivas, o que poderia promover a imagem do país, especialmente naquele contexto de abertura política. Ao antever o conteúdo da Lei n.º 6.251/75 e o I PNED (1976-1979)[97], o periódico apontou a necessidade de superar a chamada crise do esporte brasileiro, referindo-se aos resultados pouco representativos do esporte brasileiro:

---

[97] DaCosta (1981c, p. 21) entende que "o PNED caracteristicamente apoiava-se na fragilidade básica do esporte nacional: o lazer esportivo, praticado por grande quantidade de pessoas, ainda não existia em proporções e diversificações suficientes para originar motivação e suporte para o esporte estudantil ou para o de alto nível, originando-se assim um círculo vicioso com a insuficiência de recursos humanos, financeiros e de organização".

> As tão prometidas reformas do Esporte brasileiro devem, desta vez, deixar as gavetas dos Ministérios e dos vários assessores para serem, realmente, transformadas em realidade. De promessas eleitoreiras, elas estão, finalmente, sendo realizadas pelo grupo de trabalho chefiado pelo professor Nelson Mello e Souza, assessor especial para assuntos esportivos do ministro da Educação e Cultura Nei Braga. Um levantamento do Esporte está sendo feito e o próprio Nelson admite que a tarefa não é das mais fáceis em virtude daquilo que poderíamos chamar de crise do esporte brasileiro. Por isso, o próprio ministro Nei Braga está interessado, e vivamente, na aplicação de um plano de 3 a 4 anos, que possa estruturar e compor as diretrizes fundamentais para o ressurgimento do esporte. (DEMOCRATIZAÇÃO do esporte é o grande objetivo. Diário de Pernambuco, 22 de novembro de 1974, p. 3).

Vale lembrar que poucos meses antes a Alemanha havia conquistado o título da Copa do Mundo de Futebol, o que, somado ao ambiente político da época, ajudou a enfraquecer ainda mais a imagem do governo. A mesma notícia, em seguida, discorre sobre as etapas da política de desenvolvimento do esporte nacional, evidenciando que sua dimensão de massa seria incluída na linha de ação do governo, visando ampliar a base da pirâmide esportiva:

> A massificação do esporte através da criação de módulos esportivos de baixo custo, sejam a nível de conjuntos habitacionais, sejam ao nível de Prefeituras do interior, para levar o esporte àqueles que por razões econômicas ou sociais, não podem ser sócios de clubes. Isto tem a finalidade de ampliar as bases da pirâmide esportiva e revelar talentos que até agora estão escondidos ou não revelados pela ausência total de oportunidades na prática do esporte orientado (DEMOCRATIZAÇÃO do esporte é o grande objetivo. Diário de Pernambuco, 22 de novembro de 1974, p. 3).

Mas as tensões entre os interesses em promover o esporte de massa e sua manifestação de rendimento se evidenciam também no periódico oficial do ministério. No editorial da RBEFD n.º 26, o Diretor do DED, Cel. Osny Vasconcellos (1975c) registrou que os ideais Olímpicos traduzidos na célebre frase de Coubertin "O importante é competir" já haviam perdido significado, defendendo a necessidade do desenvolvimento do esporte de rendimento. No texto intitulado "O Momento Decisivo", o autor discorre sobre importância do esporte como estratégia para promoção de valores nacionalistas e projeção da imagem do país:

> O desporto tornou-se definitivamente um fator de coesão social; as conquistas e vitórias desportivas refletem-se no moral nacional, além de traduzirem prestígio internacional [...] para os países considerados não desenvolvidos é questão de honra vencer para se projetar no cenário mundial [...]. (VASCONCELLOS, 1975a, p. 4).

No final de 1975, ano de publicação da Lei n.º 6.251, que instituiu as Normas Gerais do esporte brasileiro, Osny Vasconcellos publicou outro texto no editorial da RBEFD n.º 28, intitulado "Estamos no caminho certo". Ao fazer um breve diagnóstico das ações do MEC, o diretor do DED argumentava que o trabalho desenvolvido estava gerando bons frutos, justificando o argumento nos recentes resultados obtidos em competições esportivas nacionais e internacionais. Após apresentar um breve quadro de medalhas conquistadas durante o ano em diversos eventos, Vasconcellos mencionou a mudança na legislação esportiva, em alusão a Lei n.º 6.251/75, que segundo ele ofereceria novas e modernas bases ao esporte nacional. O autor defendia também um direcionamento dos recursos da Loteria Esportiva no aprimoramento de infraestrutura esportiva e na formação de recursos humanos para atuar nesses espaços. Na sequência, Vasconcellos apresentou as estratégias de atuação do governo nos anos seguintes, organizadas em três grandes frentes:

> a) educação física em geral, para todos, visando melhorar a aptidão física do povo brasileiro; b) o esporte de massa, ao alcance de todas as camadas da população, em todos os recantos do território nacional; e, consequentemente: c) esporte de competição ou de alto nível, conseguindo resultados que se traduzem e, prestígio internacional para o Brasil, que já vem se impondo em outros aspectos [...]. (VASCONCELLOS, 1975a, p. 5, grifo nosso).

Os editoriais da RBEFD demonstram que não foi obra do acaso o modelo esportivo piramidal ser adotado para representar a organização da estrutura esportiva nacional. Esse sistema representava a ordem discursiva da época, na qual o esporte de alto nível era o termômetro para medir, ainda que simbolicamente, os resultados das ações estatais na esfera da Educação Física e do esporte. Ambos os textos da RBEFD de 1975 supracitados evidenciam a relevância que o esporte de rendimento tinha na agenda do Departamento responsável pelas políticas de Educação Física e esportes no período em questão. Isso indica que as ações subsequentes à incorporação do esporte de massa na agenda do Estado concorriam com distintos interesses em promover a manifestação de rendimento.

Esse tensionamento também era evidente no ambiente esportivo internacional. Ao mesmo tempo em que o debate emergente questionava o *modus operandi* do esporte de rendimento e advogava em prol da promoção da prática esportiva para toda a população, havia um *lobby* que pressionava os governos a investirem em instalações esportivas especializadas e centros de excelência

(HOULIHAN; WHITE, 2005; GREEN, 2006; KEECH, 2011), ou seja, no desenvolvimento do esporte de rendimento.

No Brasil, esse ambiente de disputas se manifestou também nos periódicos de instituições militares, especificamente na Revista de Educação Física (REFex)[98] da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx)[99], que em grande medida representava, e ainda representa, o pensamento militar sobre o Esporte e Educação Física e o esporte no Brasil. Ao analisar as edições da REFex que circularam entre 1976 e 1979, Rei (2018) constatou em suas páginas diversos textos cujo conteúdo tinha forte aproximação com o desejo de consolidar novas orientações para a área, conforme previsto na Política e no Plano Nacional de Educação Física e Desportos em vigor. O autor destaca que a REFex não era um impresso monolítico e, portanto, não é possível defini-la:

> [...] como uma mera propagadora das novas orientações para a Educação Física escolar expressas na Política e no Plano Nacional de Educação Física e Desportos. Nas edições do periódico lançadas entre 1976 e 1979, a maioria dos artigos que tratam do tema "Fundamentos pedagógicos da Educação Física" apresenta pontos de vista contrários aos veiculados nesses documentos oficiais (REI, 2018, p. 89).

No editorial da REFex de 1975, circulou um texto escrito pelo Cel. Glênio Pinheiro, comandante da EsEFEx, no qual explorava sobre a necessidade de superação da dicotomia entre as visões dogmática e pragmática presentes nos debates na área da Educação Física da época, defendendo sobretudo o abandono de uma "monocultura desportiva", para que fosse então possível implementar as mudanças propostas nas recentes reformulações legais – referindo-se à Lei n.º

---

[98] A Revista de Educação Física/*Journal of Physical Education* é uma publicação de divulgação científica do Exército Brasileiro, considerado o periódico nacional mais antigo da área de Educação Física. A primeira edição foi publicada em 1932, pela Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) (Revista de Educação Física, 2015). Para mais informações sobre esse periódico, conferir Ferreira Neto, Maia e Bermond (2003).

[99] A Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), oriunda do Centro Militar de Educação Física (1922), foi uma das primeiras escolas de educação física do país. Os cursos eram destinados aos militares, mas, eventualmente, os civis poderiam realizar cursos de monitor. A EsEFEx inspirou a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), a primeira escola brasileira de Educação Física ligada a uma instituição de ensino superior, a Universidade do Brasil (UB). Fundada em 1939 por meio do Decreto-Lei n.º 1.212 de 1939, a ENEFD integra atualmente a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em conjunto com a Juventude Brasileira e a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, formaram o tripé que sustentou o projeto de educação física durante o Estado Novo (MELO, 1996).

6.251/75 – em especial ao esporte de massa e a atividade física no tempo de lazer, que segundo ele traduziam os novos rumos da Educação Física e do esporte no Brasil. Porém, de forma paradoxal, o autor iniciou o manuscrito citando um trecho de uma fala atribuída ao então Presidente do Brasil, Ernesto Geisel, quando esse versou sobre a importância do "esporte amador" para o país:

> O esporte amador tem dois aspectos importantes: um é o individual, a promoção do homem, que se realiza e se educa fisicamente. Isto é importante. Acho que, se conseguirmos elevar o nível físico da população brasileira, teremos resultados extraordinários para o desenvolvimento do país. O segundo aspecto é o da representatividade, a projeção do País no exterior. Os resultados alcançados já fazem com que muitos saibam o que é o Brasil, o que o Brasil tem, o que é que pode produzir, onde está situado, qual a sua capital, coisas que anos atrás não aconteciam (PINHEIRO, 1975, p. 1).

Apesar de reconhecer que o esporte pode contribuir para o desenvolvimento individual, a passagem deixa claro que que a preocupação maior era com a projeção da imagem do país. Como já mencionado, a mentalidade esportiva do período era nutrida por uma ordem discursiva que estava impregnada pelo *modus operandi* do esporte de rendimento. Era recorrente o debate sobre esporte como meio para alcançar algum objetivo e/ou como fim em si mesmo. Alguns pesquisadores traduziram essas tensões em duas visões: dogmática e pragmática. Dentre aqueles com maior inserção na esfera da Educação Física e do Esporte no Brasil da época, destacou-se o professor Manoel Tubino.

No ano de 1975 Tubino publicou um texto na edição n.º 26 da RBEFD, intitulado "As Tendências Internacionais da Educação Física". Inicialmente analisou o que ele considerava ser as três grandes "linhas doutrinárias" predominantes na área da Educação Física até os anos 1970, baseando-se, segundo ele, nos debates ocorridos durante o Congresso Mundial de Educação Física realizado na cidade de Bruxelas, no ano de 1973. As três vertentes indicadas no artigo eram a sueca, a francesa e a alemã (TUBINO, 1975). Cabe destacar que essas três linhas já haviam sido apresentadas por Jayr Jordão Ramos, na época Delegado geral da Fiep no Brasil, em um texto publicado 5 anos antes na edição de n.º 9 da Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva (RAMOS, 1970).

Após citar as "linhas doutrinárias" predominantes, Tubino (1975) destaca dois conceitos que para ele traduziam as orientações presentes em seu conteúdo: pragmática e dogmática. As vertentes teóricas de orientação pragmática

consideravam o ser humano como "matéria-prima" para o desenvolvimento do esporte e, sendo assim, a Educação Física escolar tinha o lugar na pirâmide esportiva como um celeiro de atletas. Já as linhas com orientação dogmática entendiam que a Educação Física e o esporte deveriam estar preocupados e atuar como meio para a formação do chamado "homem total", o que poderia contribuir para "neutralizar" os efeitos nefastos das sociedades em decadência. O "Esporte para Todos" e a "Ginástica Voluntária" seriam produtos dessa última orientação. Esse debate também se materializou de certa forma na Política Nacional de Educação Física e Desportos:

> [...] podem ser sintetizadas em duas as doutrinas adotadas pelos países na condução de sua política de desportos: o Pragmatismo, que orienta o indivíduo para o resultado – a competição, e o Dogmatismo, que adota posição diversa, orientando a prática de Educação Física e desportos para fins educacionais. Onde pode ser claramente observada a diferença entre as duas doutrinas é na Educação Física escolar, interpretada pelo Pragmatismo como iniciação desportiva, ao passo que o Dogmatismo estabelece apenas a educação do movimento, até cerca de dez anos. Entretanto, ambas as concepções convergem para a prática da Educação Física ou desporto de massa, derivando daí o desporto de alto nível, característica das competições nacionais e internacionais (BRASIL, 1976b, p. 32).

Os posicionamentos de Manoel Tubino e de Jayr Jordão Ramos, demonstram que a RBEFD era um veículo aberto à divulgação de ideias plurais. O caráter polissêmico do periódico foi também mencionado por Taborda de Oliveira (2001), que ao analisar todas as edições da RBEFD identificou nos volumes publicados até meados dos anos 1970 a mesma dicotomia de teorias que defendiam o esporte "como fim" ou "como meio". Já nas edições posteriores a esse período, o autor identificou a consolidação de um discurso eminentemente esportivo (esporte como fim) para a disciplina escolar de Educação Física. Posição que segundo Taborda de Oliveira (2001), predominou até o final da década de 1970, quando entrou em cena a Psicomotricidade e debates sobre as políticas públicas de Educação Física e esporte voltadas à promoção do esporte de massa.

O panorama do periódico constatado por Taborda de Oliveira (2001) corrobora, não só com a ordem discursiva da época, pois realmente existia a predominância de uma visão pragmática sobre o esporte (rendimento), isto é, o esporte como fim, em detrimento de uma visão dogmática em emergência (esporte de massa) (LINHALES, 1996; TABORDA DE OLIVEIRA, 2001; VERONEZ, 2005;

STAREPRAVO, 2011). Isso se materializou na adoção do diagrama piramidal que subsidiou a política de Educação Física e de esporte no país. Na edição de n.º 28 da RBEFD, na sequência dos textos de Vasconcellos (1975a) e Tubino (1975) encontra-se um artigo intitulado "Caracterizações para uma política desportiva nacional", escrito por DaCosta (1975, p.34), no qual ele advogava que a pirâmide esportiva "[...] traduz o consenso internacional para o ideal de política nacional".

O mesmo parecia ocorrer com no campo da Educação Física escolar. Ao investigar o processo de escolarização do esporte no Brasil, González *et al.* (2014) identificaram, entre as décadas de 1960 e 1980, uma crescente subordinação da Educação Física escolar ao esporte de rendimento, fato que segundo os pesquisadores deu origem à expressão "esportivização" da Educação Física[100]. Em contrapartida, ao analisar as concepções de Educação Física escolar expressas nas edições da REFex da Escola de Educação Física do Exército (1976-1979), Rei *et al.* (2016) identificaram que o periódico fez circular majoritariamente ideias antagônicas ao discurso oficial da época. Esse fato é curioso na medida em que muitos atribuem às instituições militares a responsabilidade pelo caráter esportivo, doutrinador, tecnicista e outras adjetivações que identificam tal instituição com a vertente pragmática da área. Entretanto, a REFex não parece traduzir esse discurso, mais evidente até os anos 1970 no periódico do MEC, que por sua vez contava com um corpo editorial coordenado por indivíduos com formação militar.

Para Nascimento (2016, p. 75), o modelo da pirâmide esportiva, somado à legislação da época, reforçavam a hegemonia do esporte profissional, pois priorizavam "[...] a formação de equipes para competições escolares, sem o adequado tratamento ao conteúdo e a abordagem pedagógica do esporte praticado nas escolas". O raciocínio de que a promoção do esporte de massa poderia estabelecer as bases para viabilidade de um projeto de representatividade esportiva nacional, outrora presente no MMEF (FIEP, 1970), foi também incorporado ao ordenamento relativo ao Esporte para Todos. No final de 1978, Lamartine P. da Costa e George Massao Takahashi organizaram um livro técnico sobre o Esporte para Todos, editado pelo DED/MEC em convênio com a Escola de Educação Física

---

[100] O objetivo aqui não é o de discutir a inserção, ou ascensão, do esporte no currículo escolar. Para tal questão sugere-se a leitura de Taborda de Oliveira (2001; 2009) e González *et al.* (2014).

da Universidade de São Paulo (USP), para ser distribuído gratuitamente aos especialistas na área de Educação Física e esporte no país. Nesse manuscrito os autores apresentam algumas características que identificam o esporte de massa:

> O esporte de massa é muito mais recreacional do que competitivo e portanto apoia o esporte tradicionalmente conhecido de modo indireto: a ampliação do número de praticantes induz a uma seletividade natural de atletas excepcionais e um crescimento de atividades desportivas nos clubes, escolas, casernas, etc. (DACOSTA; TAKAHASHI, 1978, p. 9).[101]

Percebe-se aqui uma notória continuidade, bem como a incorporação de uma narrativa que visualizava o esporte de massa como uma etapa da base da pirâmide esportiva. Contudo, apesar da evidente predominância do aparato discursivo da vertente de rendimento, percebe-se concomitantemente um processo de ressignificação e reconceituação do esporte no Brasil que, como abordado, culminou em meados dos anos 1970 com a incorporação do conceito de "desporto de massa" na legislação esportiva, o que por sua vez corrobora com o cenário desenhado por Taborda de Oliveira (2001) ao analisar as edições da RBEFD.

Mezzadri (2000) e Mezzadri *et al.* (2015), na mesma linha argumentativa, enfatizam que pela primeira vez houve a preocupação do Estado em fomentar o esporte para além de sua dimensão de rendimento, pois ainda que modestas, os autores indicam que ocorreram ações tanto para o esporte educacional quanto para a sua vertente de massa. Fato que demonstra uma ampliação do conceito de esporte na visão estatal. O segundo ponto destacado por Mezzadri (2000) e Mezzadri *et al.* (2015), foi o início da privatização do esporte brasileiro que representou uma das mudanças que mais afetou a estrutura esportiva brasileira, pois conferiu maior grau de autonomia na gestão das organizações esportivas.

O final dos anos 1970 sinaliza uma ampliação na mentalidade sobre o esporte, o que não ocorreu "naturalmente". Em grande medida essa mudança foi também produzida por agentes políticos que transitavam no campo da Educação Física e do esporte da época. A título de exemplo, o texto de Manoel Tubino acima mencionado foi publicado em outros impressos com grande inserção nos campos da Educação Física e do Esporte, como a Revista de Educação Física da Escola da

---

[101] O conteúdo do livro técnico é muito similar àquele publicado posteriormente em DaCosta e Takahashi (1983, p. 4).

EsEFEx, da qual o autor havia sido aluno (TUBINO, 1976) e na dissertação de Mestrado defendida na UFRJ no ano de 1976, intitulada "Os conceitos de eficiência e eficácia como orientadores administrativos de curso superior de educação física", que no ano seguinte foi publicada em formato de livro com os direitos autorais cedidos ao MEC, para fins de Cursos e Estágios de Educação Física promovidos pelo DED (TUBINO, 1977)[102]. Questões que evidenciam a posição e o esforço desse intelectual em legitimar o seu discurso, cujo conteúdo traduzia em certa medida um posicionamento contrário ao previsto na PNEFD.

Pode-se citar também Lamartine Pereira da Costa, que como já mencionado, atuou ativamente como empreendedor político na escrita de documentos oficiais e mobilizando agentes e instituições em prol do desenvolvimento do EPT. Outrossim, é necessário citar o grupo de professores, pedagogos e demais assessores oriundos do Convênio celebrado entre o Brasil (MEC) e a Alemanha Ocidental (Escola Superior de Esporte de Colônia), que atuaram ativamente no Brasil entre os anos de 1970 e 1990, cujas contribuições são manifestas no campo da Educação Física escolar e do esporte até os dias de hoje.

Mesmo que de forma paradoxal, pode-se dizer em certos momentos que a polissemia presente no ordenamento discursivo sobre o esporte na época possibilitou a elaboração das políticas públicas de Educação Física e esporte no Brasil. Nessa linha argumentativa, Rei (2018) entende que ao pôr em circulação concepções alternativas sobre a Educação Física, a REFex gerou, contraditoriamente, condições para que os profissionais da área pudessem se apropriar de fundamentos distintos dos contidos no modelo propagado na época e expressos no Plano Nacional de Educação Física e Desportos.

Especificamente, a incorporação de uma racionalidade voltada à promoção esportiva de massa produziu uma nova mentalidade esportiva no país, o que culminou com uma série de ações governamentais direcionadas a promover, sob diversas justificativas, o acesso ao esporte a toda população, dentre as quais destacou-se a política epetista.

---

[102] No material do MEC o título foi modificado para "Os conceitos de eficiência e eficácia como orientadores administrativos de cursos de graduação em Educação Física".

1.8 O ESPORTE POPULAR EM UM GOVERNO AUTORITÁRIO: OS PRIMÓRDIOS DA POLÍTICA DE EPT NO BRASIL

Pode-se dizer que, no âmbito do ordenamento jurídico, ao incorporarem o esporte de massa em seu conteúdo, a Lei n.º 6.251/75 e por sua vez o I PNED (1976-1979) e o Decreto n.º 80.228/77 foram os primeiros documentos oficiais a introduzirem os pressupostos do Esporte para Todos no Brasil. Dentre outros objetivos, tais documentos registram a necessidade de políticas voltadas ao envolvimento popular com o esporte (de massa), o que deveria ocorrer por meio da mobilização de comunidades locais, visando a apropriação dos espaços públicos de lazer das cidades. Dizia-se que o Esporte para Todos era a "grande novidade" do I PNED (ESPORTE para Todos. Jornal dos Sports, 10 de Junho de 1977, p. 10).

Para Ammann (1992) a intenção da política de Ação Comunitária e de distintos programas de Desenvolvimento de Comunidade criados nos anos 1970[103] era, mormente, utilizar o Desenvolvimento de Comunidade como estratégia para obter maior rendimento aos recursos do governo, por meio da utilização gratuita e até voluntária da força de trabalho local. "A tal estratagema se ousa dar o nome de participação popular" (AMMANN, 1992, p. 117). É possível extrair da política epetista objetivos similares, guiados por mecanismos de coordenação e mais diretivos no que tange à incorporação da população aos seus planejamentos. Ao acionar a retórica do Desenvolvimento Comunitário, o EPT alegava que suas ações partiam de "baixo para cima", ou seja, foram gestadas no seio das comunidades locais. Mas, ao que parece, grande parte das iniciativas não partiram das intenções comunitárias. Essa questão será abordada mais detalhadamente posteriormente.

Para o momento, seguindo a veia analítica de Kowarick (1979, p. 26), é necessário retomar a tradicional noção de cidadania. Na sua acepção clássica é tratada como "[...] um conjunto de direitos e deveres de participar não só na criação

---

[103] Em 1970 o Ministério do Interior (Minter) criou um órgão nacional de coordenação de Programas de Desenvolvimento de Comunidade (CPDC), sendo substituído em 1973 pela Unidade de Coordenação dos Programas de Desenvolvimento de Comunidade (UPDC). Dentre as diversas justificativas, advogava a importância da participação das comunidades no contexto do desenvolvimento local, regional e nacional; que essa participação deveria ser suscitada por meio da dinâmica do processo de Desenvolvimento da Comunidade; que a comunidade deveria ser "induzida" a utilizar racionalmente seus recursos visando acelerar seu desenvolvimento; e que a integração dos projetos locais de Desenvolvimento de Comunidade em programas mais amplos deveriam obedecer os objetivos gerais da política nacional de desenvolvimento (AMMANN, 1992).

das obras sociais como no controle destas obras". Assim, a ampliação e garantia dos direitos e deveres implícitos no exercício da cidadania, nesse caso o acesso à prática esportiva (o esporte para todos), deveria supor de imediato "[...] a possibilidade não só de usufruir dos benefícios materiais e culturais do desenvolvimento, como também, sobretudo, a de interferir nos destinos desse desenvolvimento" (KOWARICK, 1979, p. 26), o que parece não ter sido o fio condutor da política epetista.

A referida política foi construída em um contexto em que o governo militar procurava contornar o cenário de descontentamento que se instaurava com o fim do milagre econômico. Uma série de Estratégias Psicossociais (CASTRO NETTO, 2013) e outros dispositivos foram criados com intuito de inculcar na população um sentimento de otimismo como um dos lastros de legitimidade para o projeto de abertura política instaurado em meados dos anos 1970. Na mesma linha, segundo indica Pazin (2014), a política esportiva do MEC adotou um conteúdo de teor otimista e buscava introduzir novos canais de comunicação entre governantes e governados, com intuito de obter a legitimação das ações de governo.

Nesse sentido, o governo militar se valeu de uma Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), que ficou encarregada de fazer circular conteúdos de teor otimista para consolidar uma imagem de país potente e coeso, possível de ser alcançado por meio das medidas de integração nacional postas em funcionamento pelo governo. As campanhas esportivas produzidas nos anos 1970 ancoravam-se nas "ideias-forças" de solidariedade, coesão e espírito comunitário (MATOS, 2003; OLIVEIRA, 2014)[104]. Estavam lançadas as bases para o que viria a ser a política de EPT no Brasil. Ao que parece, não foi por acaso que a expressão "ideia-força", gestada no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG)[105], foi também utilizada no

---

[104] A Aerp, subordinada ao Gabinete Militar da Presidência, surgiu da necessidade do governo militar de estruturar um sistema de comunicação do Poder Executivo com a função de reproduzir e legitimar o discurso governamental, responsável pela manutenção da imagem do governo, o que foi cogitado desde primeiro período de implantação do regime militar. Sua função inicial era coordenar os fluxos e mensagens de comunicação entre o poder central, órgãos setoriais e vinculados e a sociedade civil como um todo. "Tal sistema se consolidou no período Médici e sobrepôs-se ao caráter personalista do seu antecessor, com a proposta de usar a comunicação como forma de resgatar o diálogo entre Estado e sociedade para a formação de uma nova consciência de brasilidade orientada para as metas de segurança e desenvolvimento" (MATOS, 2003, p. 56).

[105] A Escola Superior de Guerra foi criada em 1949 com o intuito de dirigir e planejar a segurança nacional em prol do desenvolvimento do país. Durante a Ditadura Civil-Militar a ESG teve papel estratégico no governo, especialmente para consolidação de uma Doutrina de Segurança Nacional

ordenamento epetista, mais especificamente na proposição de um conjunto de dez eixos considerados a espinha dorsal da política epetista, o chamado Decálogo do EPT (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977), que será posteriormente abordado.

Foi na presidência de Ernesto Geisel, em um ambiente de "crise moral" e de "pessimismo" econômico e social, que ocorreram os maiores investimentos militares visando conquistar a confiança da população, sobretudo das classes média e trabalhadora. Dizia-se que era preciso "dedicação ao trabalho", "amor à pátria" e "dignificação do homem brasileiro" construir a "verdadeira imagem do Brasil". Portanto, no momento de crise econômica e para garantir que o inevitável processo de abertura política ocorresse dentro dos limites impostos pelos generais, o discurso tornava-se cada vez mais moralizador e fundamentado em sentimentos caros a nação como amor à família, amor à comunidade, esperança, união, natureza, congraçamento, coesão nacional (PAZIN, 2014).

As campanhas esportivas buscavam ajudar a criar um clima de otimismo, incitando a busca por um corpo são, equilibrado e "alegre" (SANT'ANNA, 1994; PAZIN, 2014)[106]. Como já mencionado, a política epetista foi implementada no final dos anos 1970. Antes, outras iniciativas e campanhas de mobilização para um lazer ativo e a prática esportiva foram desenvolvidas, como a CNED, a Campanha Mexa-se e outras que inspiraram a Campanha EPT. Assim, especialmente entre 1977 e 1985, desenrolaram-se as políticas públicas para Educação Física e esportes, tomando como um dos pressupostos o que havia sido apontado pelo Diagnóstico de 1971, isto é, a falta de "aptidão física do povo brasileiro":

---

e Desenvolvimento (DSN). No Manual Básico da ESG previa-se um conjunto de "operações psicológicas" – ações políticas, militares, econômicas e psicossociais planejadas e conduzidas para criar em um grupo emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução dos Objetivos Nacionais – que deveriam ser implementadas por meio da difusão de "ideias-forças" nas campanhas do governo, visando mobilizar a população para aderir ao projeto de governo, produzir um clima de otimismo e consolidar um ideal de nação. Conforme consta no manual, "cada manobra psicológica deve corresponder a uma idéia-força (idéia-apelo), como elemento capaz de influenciar e mesmo persuadir o público-alvo no sentido do cumprimento da missão psicológica" (ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1975, p. 318).

[106] A propaganda epetista esforçava-se em produzir imagens e *slogans* a partir de frases como "gente EPT é mais feliz", "gente EPT participa", "gente EPT faz sua comunidade feliz", convidando todos a se envolver em um movimento autodeclarado em prol do esporte (DACOSTA; TAKAHASHI, 1983).

> [...] investiram em práticas e discursos que criassem e enaltecessem a própria noção de "aptidão física", designando com o termo não apenas a aquisição de uma "boa forma e capacidade orgânica", mas, antes de tudo, a adesão a um novo modo de ser e de comportar-se, a construção de um novo *ethos* da felicidade e do otimismo (PAZIN, 2015, p. 06).

Se por um lado deve-se considerar o contexto político, social e econômico onde nasceu o EPT brasileiro, por outro é necessário considerar diversos outros fatores que influenciaram na sua constituição. O embrião da política epetista data do início dos anos 1970 (DACOSTA, 1981a). Em 1970 a cidade de Buenos Aires sediou um evento que foi considerado um marco na história do EPT brasileiro, a "*Jornada Internacional de Estudio sobre el Deporte*", em que o lançamento da campanha latino-americana "*Deporte para Todos*". A *Jornada* consolidou o compromisso da América Latina em promover o esporte para população de modo geral, e contou com a participação de dois representantes brasileiros: Lamartine Pereira da Costa e Octávio Teixeira, que na época atuavam DED/SEED do MEC. Durante o evento houve uma seção específica denominada "Deporte para Todos", que contou com a participação de diversos professores e representantes internacionais, dentre eles Jürgen Palm (idealizador da campanha *TRIM* na Alemanha Ocidental), que encorajou os representantes brasileiros a desenvolverem uma política semelhante no Brasil (PALM, 1977; DACOSTA, 1981a; 1981b).

A participação desses agentes no evento argentino foi um acontecimento relevante, pois por terem uma posição importante no DED/MEC, os mesmos foram os responsáveis pelo lançamento e gestão da Campanha EPT no Brasil. Lamartine Pereira da Costa, conforme já salientado anteriormente, tinha uma inserção de destaque, visto que havia coordenado as atividades de elaboração do Diagnóstico de Educação Física publicado em 1971, atuando posteriormente na contribuição da reformulação da legislação esportiva brasileira, especialmente na escrita do Plano Nacional de Educação Física e Desportos (DACOSTA, 1971; 1977a; CAVALCANTI, 1982; VALENTE, 1993; 1997; TABORDA DE OLIVEIRA, 2001; TUBINO, 2003b; TEIXEIRA, 2015). Tais questões demonstram a posição privilegiada do intelectual não só no MEC, mas como em todo a o universo da Educação Física e do esporte, o que posteriormente contribuiu na materialização do EPT no Brasil.

Em entrevista concedida a Telles (2008), Lamartine Pereira da Costa afirmou que após o término da *jornada* na Argentina, onde teve oportunidade de compor uma mesa de debates juntamente com o alemão Jürgen Palm, foi convidado

por esse para ir à Alemanha conhecer mais detalhadamente a campanha *TRIM*. Pouco tempo depois o alemão foi convidado pelo MEC para assessorar a elaboração da Campanha EPT no Brasil, que foi desenvolvida como parte do conjunto de ações previstas no Plano Nacional de Educação Física e Desportos (BRASIL, 1975b; 1976b) que estava sendo escrito naquele período. Lamartine Pereira da Costa resume bem estes elementos na seguinte passagem:

> [...] um ano depois [da *Jornada Internacional de Estudio sobre el Deporte*, na Argentina] o alemão [Jürgen Palm] me convidou para ir à Alemanha, ver as coisas acontecerem [referindo-se a um estágio realizado na *Deutscher Sportbund*/Confederação Alemã de Esportes, em Frankfurt/Alemanha]. Bom, aí eu visitei vários lugares, fui à Hungria com esse cara. Imagine você, eu vi então que era um pouco diferente que eu estava imaginando na prática, eu até me atentei no seguinte: não tem teoria para isto, os eventos nada mais eram do que oportunidades. Então eu fiquei impressionado com isso, porque havia uma demonstração pratica, mas não tinha teoria esse é que é o problema da coisa. É que as pessoas aderiam porque aderiam, não sabiam explicar também o "porquê". Na Europa era um conjunto de princípios, democratização no esporte. Mas atrás disso é diferente da educação física da época, exatamente o oposto. Bom, quando voltei ao Brasil, meti na cabeça que iria começar um negócio desta espécie, aí eu comecei a me mexer para organizar aqui no Rio de Janeiro [...]. Quando eu voltei para o Brasil, aí então eu comecei a reunir várias pessoas, pessoal do Sesc que lidava com lazer naquela época fiz uma palestra em 1973 que ainda existe por escrito em 1974/75 fiz um congresso internacional aqui, aí apresentei a proposta (DACOSTA *apud* TELLES, 2008, p. 159-160).

Para corroborar com o relato de Lamartine Pereira, utiliza-se uma notícia publicada no jornal O Fluminense em 14/01/1977. O escrito comentou sobre uma reunião que havia ocorrido entre Jürgen Palm e o então Ministro da Educação, Ney Braga, na qual o alemão foi convidado a assessorar o DED na elaboração de um programa de esporte de massa.

> O Ministro da Educação receberá hoje, para uma conversa em seu gabinete, o especialista alemão Jurgen Palm, que será contratado para assessorar o Departamento de Educação Física e Desportos do MEC na elaboração de um programa de "desporto de massa", área também abrangida pelo PNED. O alemão é especialista em programas de "esporte para todos", bastante difundido na Alemanha e em grande número de países da Europa, que é considerado pelo MEC bastante semelhante ao programa de "desporto de massa" que o DED pretende executar (PLANO de "desporto de massa" terá os primeiros recursos. O Fluminense, 14 de janeiro de 1977, p. 5).

No Jornal dos Sports de 23/09/1977 circulou a notícia sobre a prorrogação, por mais 3 anos, do acordo firmado entre o Brasil e a Alemanha, que previa os

seguintes objetivos: a) implantação de um Instituto de Biomecânica em São Paulo; b) ida de equipes estudantis brasileiras de diversas modalidades esportivas para Alemanha; c) vinda de especialistas alemães para ministrar cursos nas áreas de EPT, esporte de alto nível, educação física, arquitetura e medicina esportiva (DED acerta acordo de cooperação com alemães. Jornal dos Sports, 23 de setembro de 1977, p. 10). Constava também no Relatório Geral do Ministério da Educação e Cultura, como uma das ações do DED previstas para o ano de 1978, o registro do plano de continuidade da cooperação técnica entre a Alemanha Ocidental e o Brasil, o que foi feito por meio de um Ajuste Complementar (BRASIL, 1978b).

Durante o Regime Militar até o final dos anos 1990, a política externa brasileira foi marcada pela busca de maior autonomia dentro de uma vertente universalista. Entre os países que passaram a estabelecer acordos com o Brasil, a República Federal da Alemanha teve um papel de destaque como expoente do que se convencionou chamar de "opção europeia". Para Lohbauer (2000) a parceria com a Alemanha Ocidental representou o mais significativo componente dessa escolha da política externa brasileira, no seu constante esforço de conquistar maior liberdade de ação perante os Estados Unidos no sistema das relações internacionais.

O acordo de cooperação a que se refere o Jornal dos Sports era, possivelmente, o *Convênio de Assistência Técnica Brasil/Alemanha Ocidental,* coordenado por Diem (DIEM; LÖCKEN; HUMMEL, 1983; DIEM, 1984), oriundo do 'Acordo Básico de Cooperação Técnica com a República Federal da Alemanha' assinado em 30 de novembro de 1963, promulgado no Decreto Legislativo n.º 6, assinado em 1964 (SENADO FEDERAL, 1976). O referido Convênio tinha como um dos objetivos obter colaboração alemã para construção do projeto de "Promoção do Esporte no Brasil"[107]. Liselott Diem, alemã que atuou como coordenadora da ação

---

[107] As ações de cooperação técnico-científica entre o Brasil e a Alemanha Ocidental tem início nos anos 1960. O resultado dos projetos desenvolvidos até os anos 1980, foi produzidos Relatórios assinados pela professora Liselott Diem (DIEM; LÖCKEN; HUMMEL, 1983; DIEM, 1984). Apesar do Acordo de Cooperação Técnica ter sido assinado em 1963, ambos os documentos informam que foi somente na década de 1970 que começou a ser desenvolvido um projeto para o desenvolvimento do esporte no país, coordenado por Diem. No Relatório produzido por Diem; Löcken; Hummel (1983, p. 5-6, traduzido por SANTOS, 2017, apêndice 5), consta o capítulo seis intitulado "Esporte recreativo – Esporte para todos". Esse foi subdividido em três partes: Concepção política do esporte recreativo; Análise de situação Mobral/DED/SEED; Colaboração alemã para a promoção dos esportes recreativos no Brasil. Isso evidencia a presença alemã na construção de uma política de EPT Brasil.

no Brasil, ao escrever um relatório sobre as ações realizadas durante o convênio de cooperação entre a Escola Superior de Esporte de Colônia (*Deutsche Sporthochschule Köln*), da República Federal da Alemanha, e o MEC, afirmou que o objetivo era construir um plano de ações para promoção do esporte no Brasil (DIEM; LÖCKEN; HUMMEL, 1983; DIEM, 1984). Para Celi Taffarel (2004), intelectual bastante atuante no movimento renovador ocorrido na Educação Física brasileira no começo da década de 1980, o acordo de cooperação entre os países produziu uma nova orientação para o esporte e a Educação Física e o esporte no Brasil, "[...] do desporto competitivo de alto rendimento para o enfoque do esporte para todos e das aulas abertas à experiência, à criatividade" (TAFFAREL, 2004, p. 85-86).

O relatório apresentado por Diem (1984) descreve as fases do projeto, que teve a duração de 10 anos, da seguinte maneira: 1) 1972-1974 - análise preparatória; 2) 1975-1977 - Parte I do projeto; 3) 1978-1980 - Parte II do projeto; 4) 1981-1982 - avaliação final. Entre os anos de 1975 e 1980, Diem relata que foi realizado um projeto piloto em Brasília, visando a reformulação do ensino da Educação Física em três jardins de infância, com foco em melhorias nos equipamentos e *playgrounds*. A intenção era replicar tal modelo para outras regiões do Brasil. Foram ainda, realizados seminários objetivando contribuir na reforma curricular no ensino primário, secundário e superior, com ênfase no ensino do esporte. No bojo desse processo de investimento três programas de pós-graduação foram criados: Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Além do ensino superior, foram desenvolvidos projetos visando a promoção do "esporte recreacional" em estados e municípios do Brasil, por meio da elaboração de livros didáticos, cartazes e a realização das denominadas Ruas de Lazer (também denominadas Ruas de Recreio). No que diz respeito ao Esporte para Todos (*Sport for All*), houve a cooperação da Federação de Esportes da Alemanha, que auxiliou a elaborar o plano de diversas ações, incluindo o treinamento de professores para atividades recreativas e a criação de infraestruturas diversificadas. Os planos de desenvolvimento do esporte de alto nível foram discutidos em conjunto com o Comitê Olímpico Nacional da República Federal da Alemanha.

Dentre os 79 peritos alemães convidados por Diem para assessorá-la no desenvolvimento do projeto, dos quais 36 eram oriundos da Escola Superior de Esporte de Colônia, local de atividade de Diem, destacam-se: Jürgen Palm, Jürgen

Dieckert[108] e August Kirsch, cujas contribuições foram descritas por Dieckert (2007); Reiner Hildebrandt-Stramann e Ralf Langing, considerados um dos autores precursores das teorias críticas na área da Educação Física escolar do Brasil e cujas contribuições estão registradas em Taffarel; Hildebrandt-Stramann (2007) e Kunz; Hildebrandt-Stramann (2004). O cenário acima descrito demonstra a contribuição de agentes e instituições alemãs na criação de uma política esportiva no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, o que também incluiu o desenvolvimento de uma política de Esporte para Todos. Muito embora as propostas apresentadas no *Convênio Brasil/Alemanha* afirmassem o objetivo de desenvolvimento cultural, econômico e social tanto do Brasil quanto da Alemanha, Santos (2017) identificou um equilíbrio diferenciado de poder na relação entre os dois países, na medida em que uma série de práticas, ações, proposições pedagógicas e científicas sugeridas e realizadas por instituições educacionais alemãs "[...] em muito influenciaram a demarcação do campo científico da Educação Física brasileira, especialmente a partir da década de 1970" (SANTOS, 2017, p. 18)[109].

No depoimento de Lamartine Pereira da Costa, concedido à Telles (2008), ao descrever seu envolvimento com a Alemanha por intermédio de Jürgen Palm, evidencia que apesar da notória influência desse agentes e instituições na constituição do EPT brasileiro, já havia ações correspondentes ao que se entendia por *Sport for All* na Alemanha ocorrendo no país. Elemento que sinaliza para uma existência prévia de um pensamento esportivo para todos, mesmo antes do contato de DaCosta com Palm e da celebração do *Convênio* entre ambos os países:

---

[108] Desde 1977 o professor Dr. Jürgen Dieckert vinha contribuindo como assessor do projeto de "Promoção do Esporte no Brasil", a convite de Liselott Diem, mas posteriormente atuou também na formação de professores, no desenvolvimento de diversas pesquisas e na construção de teorias no campo da Educação Física, do Esporte e do Lazer no Brasil. Atuou ainda como professor visitante na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e professor honorífico na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em especial na Linha de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Esporte e Lazer (LEPEL/FACED/UFBA) (DIECKERT, 1984; TAFFAREL, 2015).

[109] Jürgen Dieckert (2007), apesar de reconhecer que no limite pode ter ocorrido o que ele denominou como um processo "colonização", alertou ao fato de que "[...] sempre que as condições básicas culturais e políticas forem diversas, uma pura transferência não só é duvidosa, mas também é de recusar" (DIECKERT, 2007, p. 157).

> Aqui no Brasil, o interessante é que deu o documento básico do negócio [Documento Básico do EPT] com a mente voltada para a Europa. Várias pessoas que estavam neste encontro [*Jornadas Internacionales de Estudio sobre el Deporte*], estavam discutindo, sobretudo a questão que o lazer não pode se distanciar muito da cultura, a gente não estava falando sobre o esporte para todos não. Estava falando em Lazer que é um negócio mais amplo. Eu até achei que eles tinham razão. Então eu comecei a procurar atividades que se aproximassem daquelas que eles chamavam de esporte para todos lá na Europa. Aí eu tive uma grande surpresa. Acabei descobrindo que em Sorocaba já faziam tudo aquilo que estavam fazendo na Europa, só que não chamavam de esporte para todos, tinha um município perto de Campinas, como é mesmo o nome não me lembro o nome do município onde tinha vários idosos que também é a mesma coisa. Lá eles chamavam de Lazer, o Bramante estava lá em Sorocaba ele era funcionário da prefeitura e fazia aquilo mesmo que a gente via. Ele deu um sentido comunitário às atividades, só isso, só isso. Agora na outra cidade era uma coisa impressionante, ele me impressionou um bocado. É uma cidade inteira que fazia prática desportiva [...]. Ficou na história. Aí cheguei à seguinte conclusão: nós não temos que copiar os caras de lá. O negócio é fazer o que já se faz aqui e nós fizemos não tínhamos princípios como eles tinham que era uma coisa internacional ou fazer um decálogo. Reunimos o pessoal que entendia e pegamos o que existia e jogamos num decálogo. Foi assim que nasceu o decálogo. Tirar o que já era feito aqui e alí. É uma história curiosa nós estávamos querendo copiar, eu estava querendo copiar uma coisa que não precisava copiar, já era feito aqui com outro nome. Nós apenas demos o nome de Esporte para Todos. Era interessante o que o Esporte para Todos fazia nesses dois municípios (DACOSTA *apud* TELLES, 2008, p. 159-160).

O trecho acima demonstra que, apesar da influência alemã na elaboração do projeto, houve também tensionamentos contrários ao modelo germânico. Na época, DaCosta levantou suspeitas sobre sentido manipulativo das atividades de massa desenvolvidas pela Campanha TRIM, assim como na ênfase publicitária e no "estilo agressivo" de "vender" a referida campanha para a população:

> [...] passamos a dar mais valor aos pioneiros brasileiros das atividades não-convencionais, como os criadores das colônias de férias da década de 30 e aos iniciadores das ruas de lazer no final dos anos 50. Pelo menos, esses inovadores não tinham diante de si as vantagens das tendências sociais favoráveis e agiram intuitivamente no sentido da transformação, condição oposta aos formais dirigentes do EPT não-formal (DACOSTA, 1981a, p. 2).

O registro do autor aponta para uma identidade do EPT brasileiro que, mesmo sob grande influência alemã, buscou desenvolver-se no Brasil em um diálogo com as especificidades sociais, históricas e culturais do país. Ainda, o relato de DaCosta (1981a) destacava a crítica desse ao formalismo do EPT europeu, em especial alemão, por entender que esse estaria em grande medida subordinado aos formalismos do esporte "tradicional". A preocupação do intelectual brasileiro refletia

os tensionamentos vividos na área da Educação Física e do esporte da época, especialmente no que diz respeito à crítica à hegemonia do esporte de rendimento:

> Com tais posicionamentos em mente e quando do aparecimento da oportunidade de lançar uma campanha nacional com recursos do então Departamento de Educação Física e Desportos (DED) do Ministério da Educação e Cultura, resolvemos, no final de 1976, orientar a iniciativa num sentido diverso dos europeus. Para tanto, a rede do Mobral, serviu de base para a campanha, o que por si só já garantia um ponto de partida nas comunidades e não em grupos elitistas [...]. Assim procedemos para criar o fato consumado do EPT no Brasil, antes que a burocracia e os tradicionais esquemas de poder do esporte nacional se fizessem presentes, anulando a inovação (DACOSTA, 1981a, p. 2-3).

Outrossim, é necessário registrar que o acordo de cooperação Brasil-Alemanha deixou de ser bem visto pela liderança epetista nos anos 1980. Em 1984 o JEPT publicou um uma nota, com tom de celebração, anunciando a anulação do convênio entre os países. Havia uma preocupação com relação aos esforços internacionais, somados a um determinado grupo que atuava no âmbito do esporte nacional[110], de forçar o governo federal a adotar oficialmente o modelo do *TRIM* alemão. Segundo o periódico na época, a própria SEED/MEC se mobilizou nos "bastidores" para "neutralizar" tais esforços, por entender que as "técnicas epetistas brasileiras" eram as mais avançadas do mundo, motivo pelo qual se questionava a necessidade de importação de um modelo internacional (VENCEMOS! Jornal do Esporte para Todos, 10 de fevereiro de 1984, p. 1).

Portanto, a influência dos alemães foi mais um dos elementos presentes no jogo político da época, mas não o único. Sob a égide de um governo militar, o esporte serviu a distintos interesses estatais e de grupos defensores do esporte, mais notadamente na sua manifestação de rendimento (CAVALCANTI, 1982; LINHALES, 1996; TABORDA DE OLIVEIRA, 2001; 2009). Taborda de Oliveira (2009), indica que mesmo que nesse período houvesse uma aliança entre o poder militar e significativos segmentos da elite civil que almejavam a promoção do esporte de alto rendimento, foi no âmbito das políticas oficiais, tendo à frente normalmente

---

[110] O texto refere-se ao 1.º Ciclo de Debates de Debates "Educação Física na Formação do Atleta, Massificação e Recreação", promovido pela Câmara dos Deputados em outubro de 1983, que marcou a instalação de uma Comissão de Esportes e Turismo visando estabelecer uma política para a Educação Física e os esportes no país (EPT ouvido no ciclo de debates da Câmara dos Deputados. Jornal do Esporte para Todos, n.º 7, 08 de novembro de 1983, p. 5).

oficiais militares de baixa patente, que se viu um vigoroso movimento para o desenvolvimento do esporte de massa (TABORDA DE OLIVEIRA, 2009).

Portanto, entende-se que o EPT se desenvolveu no Brasil como produto de distintos interesses e investimentos que produziram não só um ordenamento jurídico, mas buscaram sobretudo consolidar uma "nova" mentalidade esportiva. Fato que também foi observado na narrativa dos jornais da época:

> Um dos primeiros passos dados pelo DED foi a criação de uma mentalidade desportiva no brasileiro, que inexistia, em termos de massa, antes de 1970. Para isso a entidade precisou concentrar esforços na propaganda, na informação ao público, ou seja, procurando despertá-lo para o desporto.
> Além dos cartazes, para incentivos ao público, o DED se dedicou à edição de revistas especializadas em desporto. Foi instituído um prêmio de literatura desportiva e existe a preocupação de traduzir para o português artigos estrangeiros sobre o esporte, visando formação de uma boa fase de informações. Entre 1972 e 1977 foram impressos mais de 8 milhões de publicações técnico-pedagógicas. Neste setor, foram empregados recursos de Cr$ 14.749.106,00 (VERBAS da L. Esportiva deram infra-estrutura ao amadorismo brasileiro. Diário de Natal, 30 de janeiro de 1978, p. 2).

Apesar da presença marcante dos ideais de desenvolvimento do esporte de rendimento, a assunção dos discursos participativos no contexto de crise econômica da época acarretou na elaboração de um conjunto de medidas para atenuar as privações das massas, expressas na legislação da época e mais notadamente no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND 1975/1979)[111]. Existia uma preocupação relativa à política populacional que, conforme apontado no II PND, residia nos desafios emergentes ao fenômeno demográfico de intenso crescimento populacional vividos nos anos 1970 no Brasil, diante do não aumento imediato da renda *per capita*, bem como das possibilidades iminentes de falta de alimento, escassez de energia e deterioração do meio ambiente (BRASIL, 1975b; 1976b).

---

[111] Torna-se necessário mencionar que desde o I PND (1972-1974) a Política Social apresenta uma retórica de integração social, apontando formalmente para a necessidade de assegurar a participação de todas as categorias sociais no desenvolvimento do país. Segundo o documento, devia-se assegurar a "[...] abertura social, para assegurar a participação de todas as categorias sociais nos resultados do desenvolvimento, bem como a descentralização do poder econômico, com a formação do capitalismo do grande número e a difusão de oportunidades. São instrumentos financeiros dessa política os programas de Integração Social, corno o PIS, o PASEP, o PRO-RURAL e a abertura do capital das empresas (BRASIL, 1971d, p. 9). Contudo, foi somente no governo Geisel, com o II PND que se inaugurou uma nova era para a Política Social. Repudia-se a teoria economicista concentradora de renda e não se aceita mais esperar o crescimento econômico para então realizar a distribuição de renda. A estratégia passou a focar na manutenção do crescimento concomitantemente à realização de políticas redistributivas.

Foi ainda no âmbito do PND que a dimensão urbana do desenvolvimento do país adquiriu maior visibilidade. Ganharam vulto as problemáticas relativas ao adensamento das grandes cidades. Para implementar a política de desenvolvimento, por meio do Decreto n.º 74.156/1974 foi criada a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), com a atribuição de "[...] acompanhar a implantação do sistema de regiões metropolitanas e de propor as diretrizes, estratégia e instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como de acompanhar e avaliar a sua execução" (BRASIL, 1974). Para Requixa (1977) essa foi a primeira providência do governo federal no que diz respeito a uma clara referência à palavra lazer, temática evocada a fim de enfrentar os baixos índices de qualidade de vida e as precárias condições dos equipamentos urbanos.

Na medida em que a sociedade cada vez mais deixava de apoiar o governo, ele lançava mão de artifícios de caráter participativo, o que significava contemplar os interesses de segmentos incompatíveis ideologicamente com os núcleos militares mais duros. Como enfatizou Teixeira (2015, p. 112), "[...] no transcurso da elaboração do II PND, o Brasil deparava-se com um intenso processo de urbanização, e a aplicação de atividades físicas e esportivas alinhavava-se aos interstícios do controle das condutas da população, a fim de esquadrinhá-la em seus territórios". Esse cenário corrobora com a ideia de que havia um contexto específico e, consequentemente, um ordenamento discursivo em evidência que possibilitou a emergência de uma "nova" mentalidade esportiva, agora também contando com a presença do esporte de massa. Outrossim, há de se considerar também a influência de agentes políticos e instituições envolvidos com a criação do EPT, como investigaram Valente (1993; 1997), Pazin (2004; 2014) e Teixeira (2015).

A RBEFD n.º 29 de 1976 evidencia o entendimento do MEC sobre a necessidade de investimento no esporte de massa/comunitário. No texto intitulado "Comunidade e Desporto", Cantarino (1976) defendia a necessidade de o Estado estimular a população à prática de atividades físicas e esportes, por entender como premissa a ligação entre a prática esportiva e a promoção da saúde, além de educar a comunidade a ocupar adequadamente o tempo ocioso. Para Cantarino o ente estal deveria destinar recursos para instalação de áreas livres, construção de estádios, centros esportivos, piscinas e equipamentos que possibilitassem a prática esportiva.

Cabe destacar que o conceito de esporte comunitário utilizado por Cantarino (1976) se assemelha com aquele apresentado na PNEFD, porém não possui o

mesmo significado se comparado com o termo utilizado para definir uma das dimensões do Sistema Desportivo Nacional, conforme consta no art. 10 da Lei 6.251/75. Esse diz respeito ao "desporto amadorista ou profissional", supervisionado pelo CND, abrangendo as associações, ligas, federações, confederações e o Comitê Olímpico Brasileiro (BRASIL, 1975b). Já o conceito de esporte comunitário previsto na Política Nacional de Educação Física e Desportos, utilizado por Cantarino (1976), se refere à dimensão do esporte de massa. Conforme consta no texto da PNEFD:

> O desporto é, sem dúvida, um dos mais valiosos elementos de apoio à formação do homem e de coesão nacional e social, contribuindo também para o intercâmbio e o melhor conhecimento entre os povos. Na verdade, o desporto pode ser concebido como um dos instrumentos utilizados pelo estado e pela comunidade para a solução de problemas atuais, gerados pela moderna sociedade industrial, como o aumento da faixa do tempo destinado ao lazer e à diminuição da necessidade de esforço físico no trabalho humano [...]. As atividades físicas, desportivas e recreativas têm sido reconhecidas pelo consenso mundial como poderoso instrumento de ação para aperfeiçoamento e valorização do homem. Daí a justa preocupação dos governantes em propiciarem programas de desenvolvimento desportivo entendidos como mecanismos de política social de atuação profunda, com vista à melhoria dos níveis e padrões de vida das comunidades (BRASIL, 1976b, p. 27, 57).

No mesmo sentido da PNEFD, Cantarino (1976) utilizou o conceito de comunidade para tratar da importância do esporte de lazer no cotidiano da população, especificamente dos grupos organizados de uma determinada comunidade. Esse entendimento sobre a importância do esporte de massa para o desenvolvimento do "espírito comunitário" foi uma das justificativas para o fomento do EPT no Brasil. Não por acaso o "desenvolvimento comunitário" apareceria mais tarde como um dos eixos do Decálogo descrito no Documento Básico da Campanha EPT (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977).

Outrossim, ao abordar a relação entre o Estado e o esporte, Mário Cantarino (1976) enfatizava a necessidade de reconhecimento dos valores educacionais, recreativos e competitivos do esporte. Interessante constatar que justamente essas três dimensões do esporte foram aquelas sugeridas no Relatório Conclusivo da Comissão de Reformulação do Esporte (BRASIL, 1985f), comissão presidida por Manoel José Gomes Tubino e adotadas em parte para fundamentar o artigo 217 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988).

Todavia, apesar de entender a abrangência do fenômeno esportivo, mencionando sua importância para a comunidade, a justificativa apresentada por

Cantarino (1976) para promoção do esporte no Brasil repousava nos elevados índices de rejeição ao serviço militar naquele período que, por razões de ordem física (obesidade e inatividade física), comprovaria a necessidade urgente de intervenção estatal na promoção de um estilo de vida ativo e da prática esportiva para população. O autor cita dois programas alemães vistos como bem-sucedidos nessa área: "Os programas 'Mantenha-se em forma com o desporto" – organizado pela Federação Alemã do Desporto – e "Correr para tua saúde" – da República Democrática Alemã – são testemunhos da preocupação em elevar a boa saúde dos habitantes das duas Alemanhas (CANTARINO, 1976, p. 62).

Tais elementos demonstram as tensões que se desencadearam na adoção de políticas participativas no Brasil, dentre as quais a Campanha EPT. Teixeira (2015) salienta que, apesar de ter sido idealizada como uma estratégia para difusão do esporte de massa, esteve também sujeita às tensões inerentes à esfera esportiva e governamental. Como já destacado anteriormente, o nascimento do epetismo no Brasil se deu em um contexto em que incidiam sobre o país os efeitos da crise internacional pós-1973, período em que ocorreu ainda a reformulação das políticas de Educação Física e de esportes que, articuladas ao II PND (1975/1979), buscavam o incremento do "bem-estar social", almejando maior distribuição de renda e a democratização de oportunidades.

Além da suposta melhoria na saúde e na qualidade do lazer da população, a dimensão educacional era outra utilizada como argumento para legitimar a importância e a necessidade de democratização do acesso à prática esportiva. Ao considerar a educação como um direito social, o esporte, pela sua contribuição para o desenvolvimento da educação da população, deveria ser então garantido a todos. Assim, se esporte é educação, como afirmava Maheu (1973b), nada mais coerente do que garantir o direito à democratização dessa manifestação cultural e educacional. Para Teixeira (2015), construído a partir dos nascentes arquétipos neoliberais, o esporte de massa encaixava-se no escopo das prerrogativas da educação permanente, o que para ele explica o fato de René Maheu defender a humanização das práticas corporais, o esporte com elemento educacional e cultural, em detrimento dos efeitos nocivos do esporte na sua manifestação de rendimento e espetáculo. Para Taborda de Oliveira (2001) os manuscritos de René Maheu e de outros intelectuais da época evidenciam o forte apelo utilitarista dado à Educação Física e aos esportes naquele período.

> [...] no discurso oficial ela deveria estar a serviço da humanização da sociedade. Isso implicava estar a serviço da nação que, por sua vez buscava a consolidação do seu desenvolvimento econômico e social. Fosse no plano da preparação de mão-de-obra, na ocupação do tempo livre ou no atendimento de uma política assistencial de saúde [...] a lógica institucional indicava um vínculo claro com as agências internacionais de fomento à educação e à cultura, em geral e dos organismos financeiros em particular (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 98).

A RBEFD n.º 31 de 1976 traz um texto escrito por Octávio Teixeira (1976), coordenador adjunto do DED, intitulado "O momento desportivo". Nesse artigo, o autor apresenta em linhas gerais o conceito de Educação Permanente proposto no *Relatório da Comissão Internacional para o Desenvolvimento* da Unesco[112], que no que se refere à Educação Física escolar e ao esporte, entendia que esses devem fazer parte da formação do "homem completo", não só durante período de escolarização, mas durante todas as fases da vida da população.

Teixeira (1976) menciona que, amparado no II PND (1975/1979), o MEC elaborou um conjunto de diretrizes visando o desenvolvimento da Educação Física e do esporte: 1) a Legislação que versa sobre a área (Lei n.º 6.251/75); 2) no âmbito do Poder Executivo uma PNEFD; 3) no âmbito do ministério o I PNED; 4) reorientação das ações de órgãos normativos do Sistema Desportivo Nacional, dentre eles o CND. Após apresentar esse breve panorama, o autor conclui que:

> [...] que a educação física e os desportos são um recurso indispensável à política educacional, contribuindo para o enriquecimento do elenco de soluções necessárias à vida moderna, ajudando a equacionar e racionalizar a utilização do tempo de lazer, a moldar um novo esquema de coesão social e a estimular a identificação da juventude com os destinos maiores do País. Para assegurar a eficácia das medidas governamentais relativas à educação física e aos desportos, o MEC espera a colaboração dos educadores, dos administradores públicos dos diversos níveis e da empresa privada no sentido de que a educação física e os desportos não se definam em função de vitórias, mas pelo nível de melhoria que pode trazer aos valores físicos, intelectuais e morais, à eficácia social e, finalmente, às oportunidades de felicidade de cada indivíduo (TEIXEIRA, 1976, p. 23).

---

[112] O final dos anos 1970 foram um marco para o movimento *Sport for All*. Nesse período a Unesco promoveu um movimento em prol do que foi denominado como Educação Permanente, que impactou diretamente nas recomendações sobre as políticas educacionais e esportivas aos países membros dessa organização. Tubino (1981), na apresentação do livro "Teoria e prática do esporte comunitário e de massa" (DACOSTA, 1981b), ressaltou que o Esporte para Todos no Brasil pode ser entendido como um "subsistema" no conceito de Educação Permanente da Unesco, mencionando ainda que pode-se considerar que o EPT se constituiu como a própria "Educação Física Permanente".

Fica evidente no trecho acima o teor crítico à predominância da dimensão do esporte de rendimento. Octávio Teixeira atuou em conjunto com Lamartine Pereira nas ações promovidas pelo DED nos anos 1970. Percebe-se que o texto, ao menos neste caso, não apresentou um conteúdo paradoxal. Ao advogar a importância da Educação Física e do esporte na Educação Permanente, o artigo não apresenta o entendimento de que a finalidade desse processo era promover uma vida de mais qualidade para a população, pela via do uso racional e útil do tempo livre.

Taborda de Oliveira (2001) associa o movimento em prol da Educação para Todos e da Educação Permanente, iniciado no interior da Unesco, à origem do Esporte para Todos no Brasil.

> Movimento típico a partir da década de 1950 no âmbito mundial, a perspectiva de Educação para Todos, à qual se liga a Educação Física de massa, comunitária ou para todos, representou um esforço dos organismos internacionais, capitaneados pelos países industrializados, de assistencialismo social. Diante da óbvia negativa por parte desses países de se fazer frente a demandas sociais, no sentido não de amenizar, mas de superar as desigualdades entre ricos e pobres, foram geradas políticas, programas e toda sorte de cartas de intenções que visavam diminuir a pobreza, a desigualdade, a exclusão socioeconômica (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 99).

Apesar do EPT não ter sido objeto de análise do autor, de fato é possível identificar a marcante influência da Unesco na constituição do epetismo brasileiro, sobretudo, para legitimar as ações que estavam sendo produzidas naquele período. Entretanto, há de se considerar que houve diversos outros fatores que contribuíram para produção de uma política de EPT no país. Os documentos da Unesco, principalmente aqueles produzidos no final dos anos 1970, reiteravam o debate sobre a democratização do esporte que já estava em evidência em diversos países europeus. Outrossim, discute-se aqui o contexto histórico brasileiro que, inegavelmente, contribuiu para a consolidação de uma nova mentalidade esportiva que, por sua vez, possibilitou a implementação de uma política de promoção do esporte de massa, nomeadamente o Esporte para Todos.

O editorial da RBEFD n.º 32 de 1976, Osny Vasconcellos (1976) apresentou o Esporte para Todos como a "ideia-força do PNED". O autor também sinalizou para as transformações demográficas e urbanas da época para justificar a necessidade de promover o EPT no Brasil. Destacou que, naquele contexto, o acesso ao esporte era privilégio das classes mais abastadas, por terem entrada facilitada aos clubes e

associações esportivas. Diante disso defendeu a necessidade de estratégias para garantir às comunidades brasileiras formas diversificadas de lazer.

Ao seguir esse raciocínio Vasconcellos (1976) entende que, integrado ao Sistema Nacional de Educação Física e Desportos e por se tratar de uma estratégia de sucesso internacional, o EPT deveria ser utilizado visando a mobilização e "fixação" do esporte no interior da sociedade. O propósito seria motivar e mobilizar especialmente as comunidades a um estilo de vida ativo por meio do acesso à prática esportiva e ao lazer diversificado, garantindo iguais oportunidades para todos. As ideias de Vasconcellos (1976) evidenciavam o caráter "democrático", "popular" e comunitário atribuído ao EPT. Em teoria, a proposta era que as iniciativas partissem de modo voluntário, isto é, autônomo e espontâneo, a partir de distintos grupos sociais. Era necessário, nesse sentido, que o espaço público das cidades estivesse "preparado" e, mais ainda, incentivasse as ações populares e comunitárias. A Campanha EPT investiu esforços para destinar ruas, avenidas, parques e praças às suas ações.

O caráter gratuito e direcionado as comunidades de baixa renda parecem ter sido uma das características que diferenciou o EPT brasileiro das iniciativas internacionais de *Sport for All*. Afinal grande parte das ações globais foram desenvolvidas por clubes e associações esportivas privadas, caracterizando uma prestação de serviços remunerada, paga pelos participantes, como foi o caso da TRIMM na Noruega (HAUGE-MOE, 1977) e de grande parte das ações realizadas na Europa e no Reino Unido (MCINTOSH; CHARLTON, 1985; HOULIHAN, 1997).

Ao que parece, na medida em que se aproximava o final dos anos 1970, cada vez mais a promoção do esporte de massa, e também a Educação Física escolar (mais notadamente o esporte escolar) consolidava-se na política esportiva brasileira. Antes mesmo do lançamento da Campanha EPT, outras ações foram propostas visando promover o esporte de massa, de acordo com os pressupostos do PNED, traduzidos nas seguintes estratégias:

- mobilização das comunidades para as atividades desportivas informais;
- promoção de campanhas de publicidade e esclarecimento;
- mobilização de elementos voluntários para a organização das atividades físicas;
- ativação das atividades físicas, desportivas e recreativas nos CSUs;
- montagem de um sistema de supervisão e treinamento em bases permanentes de voluntariado;

> - aproveitamento, balizamento e sinalização de espaços livres, áreas verdes, parques, praças e praias das cidades para a prática de atividades físicas;
> - recuperação ou adaptação das áreas livres das cidades para as atividades do desporto de massa, em cooperação com a comunidade e com os governos locais.
>
> As atividades pertinentes ao desporto de massa são preferencialmente as de caráter coletivo – futebol, voleibol, basquetebol, andebol e outros –, realizadas de modo flexível e informal em locais improvisados, e preferencialmente orientadas por animadores. As de natureza individual e de pequenos grupos – corridas, natação e caminhada — serão desenvolvidas em áreas livres.
>
> A população-alvo do desporto de massa é preferencialmente a urbanizada, das faixas de renda média e baixa, localizada em qualquer concentração comunitária dos municípios, distritos, bairros, conjuntos habitacionais, ruas e quadras.
>
> Sendo um movimento de massa, de participação comunitária em sua essência, o apoio financeiro do governo deve ser localizado nos meios de orientação e de divulgação, sempre em condições de baixo custo. Isto significa também que o prazo de início de atividades será curto, com pré-requisitos reduzidos, e a implantação progressiva (BRASIL, 1976a, p. 67-68).

No Rio de Janeiro a Campanha Vida marcou o início das ações de promoção do esporte de massa alinhadas ao PNED 1976-1979. Lançada no dia 26 de novembro de 1976, era parte de um projeto-piloto desenvolvido inicialmente no estado do Rio que seria multiplicado em território nacional (O desporto de massa. O Fluminense, 05 de novembro de 1976, Esportes, p. 10). A iniciativa foi criada pelo "Programa de Desenvolvimento de Esportes (Prodesporte), que possuía suas diretrizes amparadas no Plano Nacional de Educação Física (CAMPANHA Vida. Jornal dos Sports, 04 de novembro de 1976, p. 11). O Prodesporte era coordenado pela Fundação Mudes, uma instituição privada com sede na cidade do Rio de Janeiro, e tinha o objetivo de difundir a prática de atividades físicas, esportivas e recreativas para toda população.

O sucesso da Campanha Vida no bairro Cordovil (Cidade Alta), situado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, foi noticiado pouco tempo depois do seu lançamento no diário carioca Luta Democrática (CAMPANHA Vida vai de novo a Cordovil. Luta Democrática. 21 de dezembro de 1976, p. 8), e também no Jornal dos Sports (CAMPANHA Vida. Jornal dos Sports, 17 de novembro de 1976, p. 12). Ambos os periódicos elogiaram a iniciativa da Ação Comunitária Brasileira (ACB), uma associação de bairro, de divulgar a Campanha nas escolas do bairro, que teria envolvido cerca de 30 mil pessoas, o que denota grande envolvimento comunitário.

No início do ano seguinte, a imprensa ampla continuou noticiando o sucesso e as possibilidades de expansão da Campanha Vida a nível nacional (CAMPANHA Vida passa a ter dimensão nacional. Jornal do Brasil, 05 de janeiro de 1977, p. 29; Campanha Vida vais ser ampliada a todo país em 77. Jornal dos Sports, 05 de janeiro de 1977, p. 7; CAMPANHA Vida começa sua quarta etapa na Quinta da Boa Vista. Esporte para Todos. O Fluminense, 20 de dezembro de 1976, p. 10). Vários outros jornais noticiaram a ação como o Diário de Pernambuco (PE), Jornal do Commercio (AM), Tribuna da Imprensa (RJ), Diário do Paraná (PR), Diário de Natal (RN) para citar aqueles que estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Não foram localizadas reportagens sobre a Campanha Vida em edições posteriores ao mês de janeiro de 1977.

O projeto piloto da Campanha Vida foi desenvolvido pela Fundação Mudes (Movimento Universitário de Desenvolvimento Social), e tinha como foco principal promover o esporte de massa nas comunidades carentes de diversos municípios do estado do Rio de Janeiro. Nas palavras do Ministro Ney Braga:

> [...] o desporto de massa passou a desempenhar papel importante e de efetiva contribuição para a melhoria da aptidão física do povo brasileiro, uma vez que foram democratizadas as oportunidades de acesso às práticas físicas e de lazer, bem como para o indispensável processo de seleção de valores, com vistas à competição, sobretudo na formação de equipes, identificação e preparação de talentos representativos do Brasil em disputas internacionais (BRAGA, 1981, p. 9).

No início dos anos 1980, o MEC reconheceu que o projeto da Fundação Mudes foi o embrião para as suas iniciativas do MEC relacionadas à promoção do esporte de massa, influência que também foi destacada por Bramante *et al.* (2002). Ney Braga enfatiza a realização do Programa de Iniciação Esportiva (Priesp), criado no final de 1970 a partir de uma parceria do MEC com a Fundação Roberto Marinho. Apesar da justificativa de promoção do esporte de massa e outras ações como Colônias de Férias e Ruas de Lazer, fica evidente que o foco se dava também na promoção do esporte profissional. Enalteciam-se na imprensa geral os feitos realizados pelos participantes revelados nas ações comunitárias.

> Acreditamos nós que, além da "Campanha Vida", que visa estimular o povo à prática dos esportes, é necessário manter a discussão em torno do problema apresentado pelo esporte amador. Para que não fiquemos com o exemplo de 1978, cujo ano foi encerrado com um saldo tão negativo. Para que não se repita índices baixos: apenas 2 medalhas de bronze nas olimpíadas, perda da hegemonia sul-americana no Basquete, falta de renovação no Tênis (onde Thomas Koch e José Edison Mandarino são os nossos eternos representantes) e em outros esportes (ESPORTE Amador: dois títulos mundiais, duas medalhas de bronze. Tribuna da Imprensa, 03 de janeiro de 1977, p. 11).

A conjugação de interesses e entendimentos, por vezes antagônicos, acerca dos objetivos da promoção do esporte de massa no Brasil era uma marca característica da época, o que será mais bem explorado nos capítulos seguintes da tese. Apesar do esporte de massa, e o educacional, consolidaram-se como estratégia política do período, a vertente de rendimento predominante no ordenamento da época. O esporte de rendimento continuava sendo a mola propulsora da política esportiva no país. Todavia, cabe mencionar que a retórica oficial utilizada para justificar a importância da Campanha Vida era muito semelhante àquela utilizada na Campanha EPT, inaugurada um ano depois.

A dimensão do esporte de rendimento não estava somente no conteúdo da imprensa escrita, mas também no discurso oficial. Apesar de não existir um viés monolítico nas narrativas, em que era possível encontrar discursos que valorizavam o esporte comunitário, percebe-se que a narrativa oficial indicava a associação da Educação Física escolar e do esporte de massa aos preceitos da pirâmide esportiva. Tais questões podem ser visualizadas na fala do Ministro da Educação, Ney Braga, ao tratar da Política Nacional de Educação Física e Desportos:

> Definimos claramente a Política Nacional de Educação Física e Desportos, orientando e consolidando a terceira das atribuições do MEC. Essa Política contém uma estratégia que se expressa em três linhas básicas de ação: Educação Física Escolar; Desportos de Massa e, Desporto de Alto Nível. Pretende-se estimular a prática da educação física nas escolas de todos os níveis. Na medida em que esse objetivo seja atingido, ter-se-á incutido a compreensão e o hábito do exercício físico, saudável e imprescindível, que deverá acompanhar o cidadão por toda a vida. A partir dessa base, o desenvolvimento do desporto de massa deverá abranger camadas cada vez mais amplas da população, com todos os conhecidos benefícios que se deve esperar de tal comportamento. Atletas de todas as modalidades poderão assim, ser selecionados, quer através da primeira linha de ação como da segunda. Esses então, objeto de atenção especial, é que irão compor as equipes competitivas com que o Brasil poderá aspirar a fazer presença e figura sempre melhores nos grandes torneios internacionais (BRAGA, 1977, p. 22-23).

Destaca-se aqui o cuidado na análise da natureza das ações das políticas de esporte do período, buscando-se não atribuir um teor monolítico às mesmas. Mesmo não sendo o objetivo da presente pesquisa, entende-se a importância de se refletir, assim como enfatizou Teixeira (2015), em que medida os postulados foram levados a termo e de que forma se refletiram nos hábitos da população. A título de exemplo, por vezes as competições esportivas e outras ações regionais, algumas delas tradicionais e até de caráter folclórico, foram também tratadas como ações do EPT, e acabavam conferindo certa identidade ao epetismo brasileiro.

O capítulo seguinte se dedicará em compreender a EPT no Brasil à luz da imprensa escrita, considerando-a como parte de um conjunto de estratégias políticas gestadas em consonância com a mentalidade esportiva do período. A existência de uma Campanha empreendida pelo Governo Federal em contextos tão díspares – a ditadura militar, a transição democrática nos anos 1980 – é um desafio para compreender as dinâmicas fluidas e fragmentadas da história recente do Brasil. Nesse sentido, o fio condutor está voltado a identificar elementos de aproximação e/ou distanciamento entre a ordem discursiva de EPT e o processo de constitucionalização do esporte no Brasil.

2 TECENDO NARRATIVAS SOBRE A CAMPANHA EPT

2.1 O ADVENTO DA CAMPANHA EPT

O ano de 1977 foi o marco oficial do início da Campanha EPT no Brasil, produzida em resposta ao recém-publicado Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED 1976-1979). No primeiro mês daquele ano o MEC convidou o alemão Jürgen Palm, idealizador da Campanha TRIM, para auxiliar na elaboração de Esporte para Todos no Brasil. Dias depois realizou um evento para divulgar a distribuição orçamentária de recursos do PNED, confirmando a destinação de recursos para promoção de uma política voltada ao esporte de massa.

> O Ministro Nei Braga entregará, dia 19, em solenidade no auditório do MEC, os primeiros recursos destinados à execução do Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED) para 1977, no valor de Cr$ 75 milhões. Do ato participarão o presidente do Conselho Nacional de Desportos, o diretor do Departamento de Educação Física e Desportos do MEC, o presidente da CBD e presidentes de confederações esportivas [...]. (PLANO de "desporto de massa" terá os primeiros recursos. O Fluminense, 14 de janeiro de 1977, p. 5).

A notícia evidenciava as intenções do governo de iniciar uma nova fase rumo ao desenvolvimento do esporte nacional. Se até meados dos anos 1970 a expressão "esporte de massa" nos periódicos ainda se referia aos esportes comumente praticados pelas camadas populares, como era o caso do futebol, percebe-se de modo mais evidente que, a partir dos anos 1970, ocorreu um processo de ressignificação dessa expressão. Ao ser introduzida no ordenamento jurídico pela primeira vez na Lei n.º 6.251/75, especificamente no PNED (1976-1979), a expressão "desporto de massa" traduzia o reconhecimento e os esforços do governo militar em promover o acesso ao esporte para todas as camadas da população (a base da pirâmide esportiva), sob o argumento de que a prática esportiva encontrava-se ainda concentrada em clubes e, portanto, restrita à parcela da população com condições financeiras para frequentar tais espaços.

Por um lado, entende-se que a prática esportiva, por si só, é um elemento cultural importante na educação da população. Por outro lado, e em certo sentido paradoxalmente, a justificativa de sua oferta para todos recaía na necessidade de formar e/ou revelar novos atletas profissionais. Em reunião junto à "Comissão de

Educação e Cultura" do Senado Federal, realizada no dia 28 de abril de 1977, o então senador Itamar Franco, alegando os resultados insatisfatórios do Brasil nos Jogos Olímpicos, questionou o Ministro Ney Braga se os motivos desse cenário seriam estruturais ou falha dos próprios atletas. Em resposta, o ministro argumentou:

> Creio que poderíamos somar os dois. Nós estamos procurando agrupar isso e estudar através do Conselho Nacional de Desportos, dos setores de confederações etc. V. Exª pode observar que até agora, ainda, a CBD, que trata primordialmente de futebol, tem dentro de si o atletismo e a natação. Estamos procurando tirar essas duas e criar a Confederação de Atletismo e a de Natação. Então, tenho a impressão de que estamos procurando a estrutura válida e a busca de técnicos que orientem em todos os setores esses nossos jovens que estão surgindo [...]. Estamos procurando formar o atleta e despertar o desporto de massa também, para que a oferta, isto é, a base da pirâmide de oferta do atleta, seja maior, começando na escola de 1º Grau [...]. Aqui, no Brasil temos o futebol. Na hora em que pudermos dar mais cancha, e estamos dando, e que a massa estudantil, desde o 1º Grau, jogue mais basquete, mais vôlei; não há pista, é muito raro. Até pouco tempo não havia uma pista de atletismo e creio que em 95% das cidades do Paraná, como em quase todos os outros Estados. Então, se a criança não pratica o atletismo como vai surgir o atleta do futuro? Nós estamos dando infraestrutura, nessa estruturação geral, para que haja treino nas escolas de 1º e 2º Graus, nos jogos universitários. Vamos disputar, agora, vários campeonatos, e inclusive estamos com um projeto pedindo às TVs que despertem na juventude, na adolescência, inclusive nos pais, o sentimento de que há necessidade de se fazer educação física. Estamos tendo bons resultados e acredito que com essas reformulações que estamos fazendo nas estruturas gerais de análise de clubes, de confederações, de escolas, de esportes mais no sentido olímpico, vamos ter bons resultados (SENADO FEDERAL, 1979, p. 4193).

A posição do ministro é especialmente representativa por ter sido realizada no mês seguinte ao lançamento da Campanha. A passagem também revela o peso que tinha o esporte de rendimento no ordenamento oficial. Evidencia ainda, que o modelo da pirâmide esportiva servia de inspiração e estratégia para o planejamento do governo. Interessava também aos clubes que o Estado arcasse com o ônus da promoção da prática esportiva de massa, pois restaria a eles somente a tarefa de "colher os frutos" da semeadura. O próprio ministro reiterava essa lógica:

> "[...] os clubes – esteios do esporte no Brasil – além de arcarem com pesados investimentos na formação e preparação de atletas, não dispõem de ofertas satisfatórias de jovens já iniciados para serem selecionados, porquanto inexiste uma base adequada para sustentação do esporte competitivo – esporte de massa (NEY Braga recebe o Plano de E. Física. Correio Braziliense, 26 de fevereiro de 1975, p. 10).

Portanto, a introdução do esporte de massa na legislação esportiva não representou necessariamente um movimento de oposição à elitização do esporte. Os clubes esportivos poderiam "colher os frutos" da nova geração que supostamente surgiria da prática esportiva em massa. Para consolidar esse projeto foi necessário produzir uma nova mentalidade esportiva na população brasileira, o que em grande medida motivou o governo a elaborar o primeiro PNED (1976-1979).

> O Ministro Ney Braga, da Educação e Cultura, visando criar uma nova mentalidade esportiva no País, lançará, sexta-feira próxima, as diretrizes gerais para os esportes. É a mais nova meta de Ney Braga frente ao MEC, depois da cultura e dos programas educacionais já lançados. As diretrizes a serem lançadas para o esporte de "alto nível, esporte de massa e esporte estudantil", objetivam implantar uma mentalidade e um interesse geral pelas mais variadas modalidades de esportes [...]. O programa de Ney Braga neste setor tem objetivos mediatos. Através dele serão formados e aperfeiçoados atletas para, futuramente, comparecermos com dignidade aos jogos internacionais, disputas nas quais nem sempre conseguimos lugares destacados, sofrendo derrotas frente a países muitas vezes menores e distantes de nossa importância no cenário internacional (AGORA o esporte. Correio Braziliense, 10 de dezembro de 1975, primeiro caderno, p. 10).

É notório que a razão de existência do PNED estava integralmente alinhada com a política voltada a garantir melhores condições de vida às comunidades, como previa o II PND (1975/1979). Como explicitado no capítulo anterior, desde a Guerra Fria o esporte passou a ser encarado internacionalmente como símbolo de prosperidade de uma nação, e a política esportiva brasileira também estava impregnada por esse ideal.

Outro fenômeno que será melhor explorado adiante diz respeito à emergência de uma racionalidade sobre o tempo de lazer, configurando o que se convencionou chamar de lazer ativo. Com o crescimento e a urbanização das cidades, alegava-se que a população estava sendo cada vez mais exposta às "doenças da civilização", especialmente o sedentarismo e os males deste decorrentes, o que já havia sido anunciado no Diagnóstico de 1971 (DACOSTA, 1971). Nesse sentido, era necessário incentivar a população a praticar atividades físicas no tempo de lazer, pois manter o corpo ativo era o remédio para os males urbanos. Assim, à expressão "esporte de massa" se atribuía cada vez mais um

significado amplo, não só referente à prática de esportes, mas de toda e qualquer atividade física realizada no tempo de lazer[113].

Além do interesse no desenvolvimento de uma elite esportiva, para representar o país nas competições internacionais, especialmente nos Jogos Olímpicos, justificava-se a importância do esporte e, portanto, da Educação Física como vetor para o desenvolvimento da aptidão física e mental da população, bem como para o uso racional e útil (ativo e esportivo) do tempo de lazer e dos espaços públicos das cidades.

Desde o início dos anos 1970 a então denominada Divisão de Educação Física (DEF) do MEC discutia a necessidade de o Estado investir na formação de recursos humanos qualificados e na infraestrutura para prática esportiva comunitária. Nesse sentido, o I PNED era visto como uma referência de sucesso, na medida em que o próprio conceito de "desporto de massa" estava alinhado às necessidades de investimento em condições adequadas para que as comunidades pudessem ter acesso à prática esportiva, seguindo os princípios da pirâmide esportiva. O coronel Eric Tinoco Marques, diretor do DEF/MEC afirmava que:

> É considerado ideal o sistema de organização que produz uma elite desportiva originária da massa praticante, enquanto o que se orienta para a seletividade de representação demonstra inconstância nos resultados, além de usar a comunidade como meio e não como fim. Em termos econômicos, isto significa ser o investimento – traduzido por instalações e na infra-estrutura: rede escolar, equipamento básico urbano, centros de educação física, etc. – encargo prioritário do Estado (UM PLANO de educação física e desportos. Correio Braziliense, 23 de setembro de 1971, terceiro caderno, p. 10).

A política epetista foi criada em resposta a tais demandas e à elaboração do I PNED. Poucos dias após sua publicação, Ney Braga discursava sobre "o fim do

---

[113] Na virada dos anos 1960 e 1970 havia uma forte preocupação com a prevenção de doenças e a promoção da saúde relacionada à prática de exercícios físicos. Nesse período o médico Kenneth H. Cooper, criador do Método Cooper, teve grande influência no Brasil especialmente na difusão do hábito de correr regularmente. O objetivo do método era desenvolver a condição cardiovascular por meio de um protocolo de corridas de resistência aeróbica. A adesão foi tamanha que a palavra "cooper" inaugurou um neologismo no vocabulário brasileiro, significando sinônimo de "exercício de corrida", como hoje se encontra em diversos dicionários brasileiros de língua portuguesa. Diversos espaços públicos das cidades foram adaptados para corridas e sinalizados com instruções e distâncias a percorrer. O método se tornou ainda referência para treinamento de atletas brasileiros, inclusive da seleção brasileira de futebol. Após o campeonato mundial de futebol de 1970, o Método Cooper ganhou ainda mais popularidade, motivando diversas pessoas a incorporarem seus preceitos no tempo de lazer (FRAGA, 2006; PAZIN, 2014; DIAS, 2017; ROJO *et al.*, 2017a; 2017b).

lazer passivo". Estrategicamente o governo propunha investimentos especialmente em duas frentes: na Educação Física (esporte estudantil) e no esporte de massa. O ministro registrou na imprensa a intenção do MEC que era de:

> [...] assegurar o interesse e a participação crescente de brasileiros em todas as modalidades desportivas, para grande resposta que merece o presente e grande desafio que é o de transformar uma maioria de espectadores em praticantes, no prazo mais curto possível (NEY Braga quer o fim do lazer passivo. Correio Braziliense, 13 de dezembro de 1975, Caderno 1, p. 5).

Cabe destacar que havia um jogo de tensões entre o CND e a Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Essa última passava por um período de crise. Com a noticiada "renúncia" de João Havelange, novas eleições foram convocadas e, em 10 de janeiro de 1975, o Almirante Heleno Nunes foi eleito o novo presidente[114]. Aliado do governo militar – homem que ganhara expressão nacional ao presidir o partido do governo, a Arena – o dirigente não só defendia o novo PNED, mas alegava que esse poderia ser a solução para livrar a instituição da crise financeira. O almirante registrou que "[...] antigamente tudo era feito com o sacrifício pessoal e financeiro dos dirigentes. O plano do Ministério da Educação é excepcional e nós estamos tranquilos, pois teremos bastante assistência" (HELENO Nunes o homem que mudara a CBD. Manchete, 08 de fevereiro de 1975, n.º 1.190, p. 37),

Em um período em que as lágrimas da derrota na Copa do Mundo de 1974 ainda eram evidentes, o novo presidente da CBD não poupou esforços para tentar recuperar a crença na seleção brasileira e, porque não dizer, no próprio governo militar. Um dos primeiros anúncios do Almirante Heleno foi a criação da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), com o objetivo de emancipá-la da tutela sobre os demais esportes, que segundo ele deveriam continuar com suas próprias federações e responder diretamente ao CND subordinado ao DED/MEC.

---

[114] Em 1975 o Almirante Heleno Nunes substituiu João Havelange na presidência da CBD. Esse último, após uma gestão de 16 anos, sob forte acusação de corrupção (MAGALHÃES, 2014), deixou a confederação (ou foi forçado a se retirar) para assumir a presidência da FIFA. Na época os grandes clubes estavam quase falidos e a CBD acumulava dívidas na ordem de 10 milhões de cruzeiros (HELENO Nunes o homem que mudara a CBD. Manchete, 08 de fevereiro de 1975, p. 36). Sobre a história de constituição da CBF, conferir Sarmento (2006).

> Se a gestão de Heleno Nunes em relação à estrutura política e administrativa da CBD, bem como em relação ao Campeonato Brasileiro, pode ser caracterizada pelo extremo centralismo e pelo uso das estruturas desportivas para servir a finalidades políticas do regime militar, tais características também podem ser identificadas no trato dos assuntos relativos à representação esportiva internacional, e em especial das seleções brasileiras do período (SARMENTO, 2006, p. 142).

No início de 1975 o MEC se pronunciou, por meio do Assessor Especial de Ney Braga, Nelson de Melo e Souza, reconhecendo a necessidade de emancipar o futebol dos demais clubes esportivos e do orçamento do ministério (Futebol não terá ajuda do MEC. É independente. Jornal dos Sports, 05 de março de 1975, p. 4). As condições para que a CBD realizasse seus projetos viriam a se consolidar com o novo aparato legal do governo. Poucos meses após a saída de Havelange da CBD, o Congresso sancionou a Lei n.º 6.251/75, que estabeleceu novos dispositivos regulatórios ao esporte e fortaleceu o potencial de atuação das duas maiores instâncias de atuação do Estado no setor esportivo, a CND e a CBD.

No âmbito do MEC, a criação de novas confederações e a emancipação da CBF era também, para o presidente do CND, o Brigadeiro Jerônimo Bastos, o projeto prioritário inicial do PNED 1976-1979 (O PLANO está aí. A hora do esporte amador. Jornal dos Sports, 23 de setembro de 1976, p. 10). Assim, no planejamento do MEC, a partir de 1977 o DED deveria ser o "órgão central" do Sistema Desportivo Nacional, o que resolveria um conflito histórico entre o CND e o DED. Na mesma linha o diretor do DED, Osny Vasconcellos, também reconhecia que era necessário transformar a CBD em CBF e criar confederações para cada um dos outros esportes que assim o desejassem (A HORA e a vez da massa passar da plateia às quadras. Correio Braziliense, 30 de novembro de 1976, primeiro caderno, p. 17).

Como dito anteriormente, além das tensões produzidas no jogo político orientado por distintos interesses, por vezes antagônicos, entre o MEC, os clubes e os dirigentes esportivos, havia a retórica em prol de melhores condições para a população. Mas esse discurso não parece ter surgido de maneira despropositada, ou melhor, por espontânea vontade do governo militar. Afinal, em meio à crise econômica que assolava o país em meados dos anos 1970, com o fim do milagre econômico, emergiram movimentos sociais que reivindicavam melhores condições de vida e trabalho para a população, colocando em risco o suposto *establishment* daquele período. A assunção de discursos participativos parecia ser a única saída do governo para tentar conter a onda de insatisfação da população. Nesse sentido,

foi elaborado o II PND (1975/1979), que ancorado em uma política social serviu de subsídio para elaboração de diversos outros programas, incluindo aqueles voltados à promoção do esporte de massa:

> Caracterizado como um movimento de participação popular espontâneo, o desporto de massa é visto como a idéia-força do PNED. Suas atividades, preferencialmente de caráter comunitário, deverão se dirigir à população urbana de renda média a baixa e, em termos gerais, essa área propõe incluir as atividades físicas e desportos-recreativos entre os hábitos da população, sendo considerada uma inovação no desporto nacional [...]. O programa deverá atuar nos centros sociais urbanos a serem instalados em 600 localidades brasileiras, utilizar instalações já existentes e promover o aproveitamento dos espaços livres, áreas verdes, parques, praças, praias, além de outras iniciativas (O PLANO está aí. A hora do esporte amador, Jornal dos Sports, 23 de setembro de 1976, p. 10).

Nada mais estratégico nesse contexto do que investir em políticas que mobilizassem os recursos materiais e humanos (voluntários) já existentes. Assim, era necessário produzir argumentos e motivar a população para se envolver nesse projeto. George Takahashi, um agente epetista, ao escrever sobre os fundamentos da mobilização no EPT, assim definiu a importância do voluntariado:

> Eles são membros de entidades relacionadas com as atividades esportivas, funcionários governamentais ou simples cidadãos interessados em trabalhar pelo esporte ou pelo progresso do povo brasileiro. Como o Esporte para Todos é sobretudo cruzada, uma missão para mudança de hábitos da população, há necessidade de aparecimento de líderes, de indivíduos de energia, capacidade de improvisação, de paixão que representem e materializem o movimento, em seus termos ideais (TAKAHASHI, 1981b, p. 173).

Na medida em que a sociedade cada vez mais deixava de apoiar o governo, foram produzidas ações visando selecionar e treinar agentes comunitários para atuar junto às coletividades, o que poderia inclusive auxiliar o governo militar, por meio de ações esportivas e recreativas, a reconquistar sua imagem. Em síntese, com poucos recursos seria possível promover o esporte de massa e ainda produzir maiores oportunidades para o desenvolvimento do esporte de rendimento.

Mas como seria possível alcançar grande parcela da população nos diversos municípios brasileiros, com o mínimo de recursos financeiros e o máximo de produtividade? Essa parece ter sido uma das grandes "sacadas" do governo militar. Para realizar a Campanha EPT o DED/MEC se valeu estrategicamente da estrutura administrativa do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). O Mobral foi

escolhido por se tratar de uma instituição consolidada junto ao MEC, possuindo uma estrutura logística, financeira e de pessoal, capilarizada, constituída por Comissões Municipais (Comun) que por sua vez estavam subordinadas às Coordenações Estaduais (Coest), com amplo potencial de mobilização popular em comunidades de grande parte do território brasileiro. Mais ainda, tratava-se de uma organização polivalente que já desenvolvia atividades esportivas, que eram conjugadas com programas de educação para adultos, de atividades culturais e de desenvolvimento comunitário, alcançando mais de seis milhões de pessoas na quase totalidade dos municípios brasileiros. Para execução das ações contava com a participação de 35 mil voluntários, prefeitos das cidades, monitores gratificados e profissionais assalariados (CORRÊA, 1979; DACOSTA, 1979; VALENTE, 1993).

Em relato, Lamartine Pereira da Costa, coordenador da Campanha EPT, explicitou como se deu a aproximação do MEC com o Mobral:

> Eu era do Ipea no início dos anos 70 e já atuava também como professor no mestrado de geografia na UFRJ, e por estas condições acompanhei vários colegas do Ipea que criaram o Mobral e, no Mobral eu vivenciei um ambiente que permitia a inclusão esportiva como uma solução a ser tentada no Brasil. Então, fiz a proposta para o Arlindo Lopes Corrêa, presidente do Mobral, e ele me disse que isso fazia parte dos princípios da entidade que ele dirigia. A razão que ele concordou foi porque, na verdade quem dirigia a área do esporte estava dentro da área da educação do Ipea que ele dirigia antes do Mobral. Então, ele também participou dessa coleta de informações que vinham do exterior. Ele também descobriu, entre aspas, o EPT. Então, ele inclusive costumava dizer que mais cedo ou mais tarde o esporte não formal tinha que ocorrer no Brasil. Então, era melhor dar partida ao EPT no Mobral, o qual tinha muitos programas envolvidos com a comunidade. Então, aparentava que o Esporte para Todos poderia ser um desses programas, como de fato ocorreu. Nesse momento, não havia a figura do Ministério da Educação. Era uma coisa mais dentro do Mobral. Acho que houve uma participação do Arlindo ao ministro da época que era o Ney Braga (DACOSTA *apud* TEIXEIRA, 2015, p. 109).

O depoimento evidencia os primeiros arranjos políticos que mobilizaram e contribuíram para materializar a política epetista no país. Outrossim, demonstra o grau de autonomia do Mobral perante o MEC. O reconhecimento da extensão dos trabalhos desenvolvidos pelo Mobral era evidenciado também nas páginas dos jornais da época. Já no início dos anos 1970, identifica-se nas páginas do Jornal do Brasil, por exemplo, a sugestão de incorporação das ações de promoção esportiva do país ao Mobral. O periódico aborda o tema da Ginástica Olímpica, atribuindo à ascensão desse esporte os bons resultados alcançados pelos atletas brasileiros nos Jogos Olímpicos de Munique. Diante disso, Celina Luz, autora do texto, advoga a

necessidade de oportunizar essa prática esportiva para toda população, uma Ginástica para Todos, o que poderia desenvolver ainda mais a modalidade. Para a autora isso deveria ser feito pelo Mobral, ou melhor, o Mobral do Esporte.

> As motivações são as mais variadas e o interesse geral está voltado para a ginástica, principalmente agora, após o festival os atletas olímpicos. Mas os nossos campeões só surgirão a longo prazo, com mais crianças e jovens praticando atividade física desde o primeiro ano escolar. Essa é a conclusão a que chegam todos. Há quem queira, inclusive, que se crie um Mobral do Esporte (LUZ, 1973, p. 1).

Torna-se importante mencionar que em meados dos anos 1970 o Mobral usufruía do *status* de Fundação. Por este motivo tinha uma maior autonomia administrativa e financeira, contando com alto volume de recursos oriundos de doações via Imposto de Renda de empresas e da Loteria Esportiva, além das instituições privadas e órgãos públicos, oriundos especialmente do MEC.

O Mobral iniciou a promoção da Campanha EPT no primeiro semestre de 1977, sendo sua primeira iniciativa a realização do I Seminário Esporte para Todos, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro. O evento teve como objetivo construir um plano de ação para a Campanha, nome que foi oficializado durante o seminário. Dentre os palestrantes esteve presente o alemão Jürgen Palm, que apresentou a concepção, as características e a evolução da campanha TRIM. O evento culminou com o desenho de ações voltadas especialmente às comunidades, visando educar os hábitos dos indivíduos no tempo de lazer, direcionando-os especialmente para prática esportiva. O que ficou evidenciado posteriormente no Documento Básico da Campanha (1977)[115].

Após o I Seminário EPT ocorreu, no mês de março de 1977, o lançamento oficial da Campanha. A partir de então diversas estratégias publicitárias foram utilizadas para propagar os ideais epetistas, nas quais os jornais e revistas tiveram grande contribuição. Teve início o treinamento de supervisores do Mobral, os chamados agentes estaduais de EPT. Para tanto foram utilizados recursos de fita K-

---

[115] Vários programas do Mobral tinham também seus respectivos Documentos Básicos. O da Campanha Esporte para Todos foi publicado em formato de livro, com diversas ilustrações e orientações detalhadas visando subsidiar interessados em desenvolver ações regionais e/ou locais. Uma versão com menos ilustrações foi publicada na edição n.º 35 da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos de 1977.

7 e textos, especialmente o Documento Básico da Campanha, considerado o primeiro material didático do EPT lançado pelo MEC (DACOSTA, 1977a; 1981f). Distribuído gratuitamente nas escolas e órgãos dos municípios, nele constava o chamado Decálogo do Esporte para Todos, isto é, um conjunto de 10 eixos considerados as "ideias-força" da Campanha:

> 1. Lazer: Orientar o tempo livre para a prática esportiva com prazer e alegria, de modo voluntário e sem prejudicar as demais possibilidades educacionais e culturais.
> 2. Saúde: Criar oportunidades de melhoria de saúde do povo, no que se refere à prática de atividades físicas e recreativas, nas medidas possíveis e adequadas às condições locais das diferentes comunidades.
> 3. Desenvolvimento Comunitário: Aperfeiçoar a capacidade de organização e mobilização das comunidades para o trabalho em conjunto, em mutirão e dentro do necessário sentimento de vizinhança, de bairro, de região e de município.
> 4. Integração Social: Estimular a congregação e a solidariedade popular, dando ênfase à unidade familiar, às relações pais e filhos, à participação feminina e à valorização da criança e do idoso.
> 5. Civismo: Reforçar o sentimento de povo, de nacionalidade e de integração social.
> 6. Humanização das Cidades: Criar meios de prática de esportes recreativos com participação de grande número de pessoas, para a conscientização geral quanto aos benefícios de áreas livres nos grandes centros urbanos.
> 7. Valorização da Natureza: Orientar a prática esportiva ao ar livre, principalmente das crianças, de maneira a dar valor e a preservar áreas verdes, parques, bosques, florestas, praias, rios e lagos, etc.
> 8. Adesão à Prática Esportiva: Criar oportunidades e atividades esportivas simples e improvisadas, de modo a ampliar o número de praticantes, diversificar esportes a serem praticados e aumentar o uso das instalações e áreas existentes.
> 9. Adesão ao Esporte Organizado: Motivar, através do contágio de emoções da prática com grande número de pessoas, o apoio e a participação nas atividades da Educação Física estudantil e do esporte em clubes e outras entidades.
> 10. Valorização do Serviço à Comunidade: Congregar o apoio popular às entidades públicas e privadas que participam dos mutirões esportivos (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 14-15).

Além de traduzir as expectativas de inclusão do EPT no escopo do II PND (1975/1979), os eixos do Decálogo aproximam o Documento Básico da Campanha do ordenamento europeu, especialmente da CEEPT e da CIEFE da Unesco. Expressões como desenvolvimento humano e sociocultural, acesso à natureza e construção de instalações esportivas, bem como a articulação entre Educação

Física, esporte voluntário e estudantil, demonstravam que a matriz do EPT estava alinhada com os programas europeus de bem-estar social (TEIXEIRA, 2015).

Outrossim, tanto o Decálogo quanto o texto integral da CEEPT foram publicados por Lamartine Pereira da Costa no capítulo 1.3 do livro "Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa", intitulado "Bases Institucionais do Esporte para Todos" (DACOSTA, 1981c). O que evidencia a relevância desses documentos para construção dos fundamentos teóricos do EPT brasileiro. Não cabe aqui fazer uma apreciação detalhada do conteúdo presente nos documentos e na legislação supracitados, dado que não se constitui no objeto desta tese. No entanto, a análise é importante para indicar que a política petista se enquadrava no ordenamento discursivo da época.

Apesar da intenção propagada pelo discurso oficial epetista de desenvolver a autonomia e a identidade local por meio de ações "de baixo para cima", isto é, oriundas das próprias comunidades e que fugissem da implementação burocrática de atividades previamente estipuladas por órgãos políticos (DACOSTA, 1977a), foi notória a influência internacional na consolidação das estratégias iniciais da Campanha. Nesse sentido, Teixeira (2015) chama a atenção para as pretensões brasileiras de fabricar um modelo de sociedade – e de promoção esportiva - que se comparasse à realidade europeia. O que parecia paradoxal, ao mesmo tempo, é que mesmo em um contexto político autoritário o Decálogo parecia evocar preceitos democráticos, procurando anunciar uma conjuntura social de liberdade da população em definir os seus rumos. O conteúdo do texto parecia incidir sobre a universalidade de valores, assim como também o fazia a CEEPT e a CIEFE da Unesco.

O governo parecia transitar em uma linha tênue entre agir com firmeza ou atuar com cautela diante das contingências emergentes do processo de distensão política vivido naquele período de "transição democrática", no qual o tensionamento de grupos sociais em prol da democratização dos direitos sociais era evidente. Nos limites isso pode ajudar a entender o investimento em ações em prol da democratização de direitos, o que incluía o esporte. Mas é necessário acrescentar que as intenções em promover o EPT não eram unívocas. Mesmo no âmbito do MEC, havia órgãos com diferentes pretensões em promover o esporte de massa.

Outros documentos internacionais já haviam sido anteriormente tomados como referência pelo MEC, não só para formulação do EPT mas de toda a política esportiva brasileira. No início do ano de 1977, a edição n.º 33 (janeiro/março) da

RBEFD publicou o Manifesto sobre o *Fair Play* na íntegra. No editorial, Osny Vasconcellos assim justifica a publicação do manifesto:

> Achamos muito importante difundi-lo, particularmente numa ocasião em que o desporto, inegavelmente, fator que contribui para a formação da juventude, para a recreação e para a cultura dos povos, que favorece as relações humanas, o espírito comunitário e a compreensão internacional, se encontra ameaçado por excessos, má orientação social, *doping*, comercialização e outras finalidades escusas... [...]. Essas as colocações que desejávamos fazer para explicar a publicação desse manifesto, que, juntamente como da Educação Física [MMEF] e do Desporto [MME], deve estar, como a Bíblia, na cabeceira dos verdadeiros desportistas! (VASCONCELLOS, 1977, p. 3).

Ao publicar documentos oficiais internacionais em seu periódico oficial, o MEC reconheceu a legitimidade do conteúdo do Manifesto sobre o *Fair Play* (1976), assim como o fez com o Manifesto Mundial da Educação Física (1970), na RBEF n.º 10 de 1971, e com o Manifesto Mundial do Esporte (1964), na RBEF n.º 14 de 1973.

Até então, a Lei n.º 6.251/75 trazia o esporte estudantil, o de alto nível e o de massa como manifestações do esporte nacional, para efeito do I PNED. Mas o DED/MEC utilizava a expressão esporte para todos como nomenclatura oficial, em muitos casos, ao invés de esporte de massa (VASCONCELLOS, 1977). Tratá-los como sinônimo era recorrente nos periódicos da época, o que ocorria também com o uso da expressão "esporte não formal". Ao se referir ao esporte para todos como uma das dimensões oficiais do desporto nacional, o diretor do DED, Osny Vasconcellos, demarcou o lugar de importância do EPT na política esportiva brasileira. O uso legal da expressão esporte para todos é um elemento que evidencia o lugar conquistado pela manifestação na política esportiva do período.

As iniciativas da Campanha ocorreram em articulação com estados, municípios e também com a iniciativa privada. Inicialmente a meta era desenvolver ações de baixo custo e que envolvessem grande quantidade de pessoas. As ações deveriam ser realizadas majoritariamente ao ar livre, em ruas, praças, praias, parques e outros espaços públicos. Em síntese eram três as orientações gerais: 1) desenvolver um programa nacional com promoções a nível local e nacional; 2) realizar a campanha através de promoções "bem marcantes" (de impacto), de curta duração e espaçadas durante o ano; 3) padronizar a identificação da campanha em todo país (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977).

As ações de abrangência nacional, também denominadas como "promoções de impacto", eram atividades realizadas em diversas regiões do país com propósito de consolidar um "sentido cívico" e, ao mesmo tempo, um "sentimento de integração" junto à população. Deveriam seguir um calendário previamente estipulado, isto é, ocorrer em determinados dias do ano, especialmente em datas comemorativas e feriados, com intuito de envolver o maior número de pessoas. Por exemplo: no dia 1.º de maio deveriam ocorrer Passeios Ciclísticos e Corridas de Bicicleta; dia 7 de setembro (ou durante a Semana da Pátria) Caminhadas (Pedestrianismo) e Corridas a Pé; nos meses de junho Torneios de Futebol com regras e em locais adaptados (Torneio Gigante de Futebol); no dia 15 de novembro sugeria-se jogos de quadra, praia e rua; Nos meses de julho, janeiro e fevereiro, as Colônias de Praia e Colônias de Férias; e aos finais de semana, Ruas de Lazer (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977).

Já as ações de natureza local, ou de permanência, tinham a intenção de criar uma cultura esportiva transferindo aos estados e municípios a tarefa de desenvolver o EPT de modo autônomo, o que segundo os idealizadores da Campanha poderia garantir a continuidade do programa mesmo após sua desativação. Conforme afirmou o próprio ministro Ney Braga:

> No que diz respeito ao incentivo do desporto de massa ou esporte para todos, que é trabalho pioneiro no País, a responsabilidade direta de sua execução foi confiada aos setores desportivos dos Estados, com o que se alcança um elevado índice de mobilização saudável das comunidades. As primeiras iniciativas já foram postas em prática. Um programa dessa natureza, que não requer instalações especializadas senão de forma muito limitada, depende fundamentalmente da criatividade e da iniciativa dos líderes locais, o que vem sendo obtido com êxito (BRAGA, 1977, p. 24).

Torna-se oportuno mencionar que, paradoxalmente, o conteúdo do Documento Básico da Campanha demonstrava um teor prescritivo, aparentemente distinto do ideário comunitário/popular, voluntário, espontâneo e autônomo presentes no discurso oficial. Como destacaram Cavalcanti (1982; 1984) e Teixeira (2015), há de se considerar que o discurso sobre as práticas comunitárias estava, nos limites, subordinado a uma estrutura hierarquizada.

O DED era entendido como o órgão que traçava as linhas gerais para a Campanha e, muito embora houvesse a intenção em conferir autonomia aos estados e municípios na gestão do EPT, dizia-se que era necessário o "[...] estabelecimento

de algumas direções a serem seguidas por todos". Sendo assim em cada estado deveria haver uma única autoridade equivalente ao DED, sob a gestão do Governo Estadual. Ao Mobral foi confiada a missão de garantir "coerência" às ações nos quase 4 mil municípios onde ele já atuava (ESPORTE para Todos. Jornal dos Sports, 10 de Junho de 1977, p. 10).

Outra preocupação importante do governo na época era propagar e valorizar o sucesso das iniciativas epetistas. Após cada ação procurava-se contabilizar a participação da população e então divulgar os resultados de seu impacto, "[...] de modo a criar o símbolo e a percepção do grande acontecimento" (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 16). Para Teixeira, (2015), a divulgação dos dados quantitativos era uma estratégia para exaltar o sucesso da Campanha[116], conforme pode ser visualizado na seguinte de DaCosta (1977a, p. 12):

> Em agosto de 1977, 2.138 municípios estavam filiados à campanha (54% do total no País), onde atuavam 3.744 voluntários esportivos. No torneio gigante de pelada houve o comparecimento de 16.467 equipes, com 239 mil participantes. Estavam implantadas, também, 1.600 ruas de lazer e 154 colônias de férias. Do lado da divulgação, 66 jornais, 60 estações de rádio, 30 emissoras de televisão estavam filiados com o patrocínio de quase duas mil organizações. Estava definitivamente comprovada a aceitação popular do Esporte para Todos no Brasil.

O ministro Ney Braga, em uma conferência proferida na Escola Superior de Guerra, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 de setembro de 1977, se utilizou de estratégia semelhante:

> No momento estamos implantando a "Campanha Esporte para Todos". Com apenas 5 meses de execução já atingiu quase 40% dos municípios brasileiros, contando com uma rede de cerca de 4.100 voluntários desportivos. No ano em curso estão destinados à campanha cerca de Cr$ 24,1 milhões. (BRAGA, 1977, p. 23).

---

[116] O propósito aqui não será analisar a intencionalidade das publicações. Entretanto, apesar da suposta intenção dos agentes epetistas de exaltar a Campanha, divulgando os resultados das ações, convém considerar também que a imprensa da época vivia um novo *modus operandi* no que diz respeito ao tratamento da informação. Como assinala Zicman (2012) até os anos 1950 a ausência de dados era muito comum na imprensa, que se caracterizava como "Imprensa de Opinião". Com a sua profissionalização da estatística se tornou uma das marcas que caracterizou a emergência de um novo tipo de imprensa com pretensa objetividade, a "Imprensa de Informação".

Outro exemplo foi o relatório produzido em 1979 pelo presidente do Mobral, Arlindo Lopes Corrêa, endereçado ao Ministro da Educação e Cultura à época, Euro Brandão, no qual realiza um balanço retrospectivo das ações desse órgão entre os anos de 1974 e 1978 (Quadro 1).

Quadro 1 - Números da Campanha EPT relativos ao ano de 1977

EVENTOS	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	NÚMERO DE PARTICIPANTES*
Passeio de Bicicleta	2.400	1.940.017
Torneio Gigante de Pelada	1.200	300.480
Passeio a Pé	2.100	2.822.522
Ruas de Lazer	1.464	250.000
Total	-	5.313.019

* DaCosta; Takahashi (1978) relataram o quantitativo total de 2.300.000 participantes no primeiro Passeio de Bicicleta e 2.200.000 no Passeio a Pé.

Fonte: (MOBRAL, 1979, p. 28)

Ao considerar os dados apresentados, percebe-se que de fato houve grande impacto das ações promovidas no primeiro ano da Campanha. No Relatório Geral do MEC (BRASIL, 1978b), que apresenta de maneira sintética as ações desenvolvidas por cada um dos seus órgãos no ano de 1977, tendo como base o II Plano Setorial de Educação e Cultura (PSEC 1975-1979), destacou-se o investimento em equipamentos e instalações esportivas feitos durante o período:

> O Sistema Educacional Brasileiro, no que se refere à Educação Física e Desportos, obteve em 1977 um considerável acréscimo em sua rede física de instalações desportivas, no conhecimento de técnicas e métodos de aprendizagem e treinamento desportivo e nas instalações destinadas à pesquisa, desenvolvimento e treinamento de estudantes-atletas (BRASIL, 1978b).

O mesmo relatório cita a Campanha ao justificar a instalação e ativação de Parques de Lazer. Evidencia-se a preocupação em descrever os feitos relacionados ao desenvolvimento do esporte de rendimento, seja por meio dos equipamentos construídos ou adquiridos (ginásios, quadras e materiais esportivos), pela implementação de projetos de apoio estudantil ao esporte ou por meio da inauguração de laboratórios e centros de pesquisa nas universidades (VERBAS da L. Esportiva deram infra-estrutura ao amadorismo brasileiro. Diário de Natal, 30 de janeiro de 1978, p. 2).

Ao considerar a veracidade dos dados e do o aparente sucesso no alcance das ações em território nacional no ano de 1977, em 1978, apesar da maior diversificação de atividades propostas, houve uma queda do número de participantes nos eventos nacionais. O que Arlindo Corrêa atribui ao recuo da mobilização em virtude da falta de divulgação em mídia eletrônica (Quadro 2).

Quadro 2 - Números da Campanha EPT relativos ao ano de 1978

EVENTOS	MUNICÍPIOS ABRANGIDOS	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Torneio Bom de Bola	666	267.356
Passeio de Bicicleta	1.040	701.295
Passeio a Pé	803	197.455
Torneio Gigante de Pelada	746	151.093
Colônia de Férias	224	58.621
Outras atividades	942	412.300
Total	-	2.569.419[117]

Fonte: (MOBRAL, 1979, p. 28)

Seria precipitado associar o recuo na mobilização da população exclusivamente à ausência de divulgação por parte dos meios de comunicação. O que não afasta a necessidade de se considerar que, na época, os periódicos eram os principais meios de divulgação das ações do governo. Os próprios coordenadores da Campanha afirmavam que a mídia, dentre eles os jornais, estavam entre as principais estratégias de disseminação dos ideais epetistas (DACOSTA, 1977a; DACOSTA; TAKAHASHI, 1983; DACOSTA; BRAMANTE *et al.*, 2002).

Dentre as várias ações noticiadas nas páginas dos periódicos, as promoções de impacto nacional foram as primeiras a ganhar destaque. Isso porque na ocasião do lançamento da Campanha, foram realizados Passeios Ciclísticos concomitantemente em diversas regiões do país. Em consonância com o Documento Básico da Campanha, o jornal O Fluminense assim classificou as atividades realizadas:

---

[117] Nesse campo a soma do montante total e de participantes está incorreta, pois o resultado exato não é 2.569.419, mas sim 1.778.120.

> Esporte para todos seguirá duas orientações básicas: uma de caráter municipal, através da incentivação à prática de esportes já conhecidos e outras atividades a serem introduzidas; a segunda de caráter nacional, através de promoções simultâneas de uma única atividade num mesmo dia (feriados), período (época de férias) ou fins de semana. Dessa segunda orientação constarão a promoção de passeios e corridas a pé de bicicleta, jogos de quadra, praia e rua, torneios gigantes de futebol e colônias de férias (ESPORTE para Todos, campanha do MEC-MOBRAL, já tem Niterói. O Fluminense, 01 de julho de 1977, p. 10).

As primeiras notícias sobre o EPT que circularam nos periódicos investigados referem-se às promoções de impacto local e nacional. Em consonância com o Documento Básico da Campanha (1977), no período de realização da Campanha (1977-1978) foram noticiadas diversas ações. Nesse sentido, optou-se por organizar a sequência do texto em tópicos específicos que representam as principais atividades desenvolvidas nas ações/promoções de impacto (locais e nacionais), conforme noticiado nos periódicos investigados. Buscou-se respeitar a temporalidade em que as notícias aparecem nos jornais, com intuito de explicitar o alinhamento das ações com o Documento Básico da Campanha.

2.2 HUMANIZAR AS CIDADES E VALORIZAR A NATUREZA: UMA "IDEIA-FORÇA" DO EPT

Humanizar as cidades e valorizar a natureza! Duas "ideias-força" proclamadas no Decálogo do EPT e materializadas nas justificativas das promoções de impacto desenvolvidas na Campanha. Se por um lado, dizia-se que era necessário combater os supostos males provocados pela urbanização, retórica esta que ecoava nos discursos oficiais desde o início dos anos 1970 e que servia de argumento para justificar a profilaxia epetista. Por outro lado, o apelo ao contato com a natureza e a importância das atividades ao ar livre era latente em seu ordenamento discursivo. Não por acaso grande parte das ações da Campanha eram direcionadas aos espaços públicos ao "ar livre" das cidades. O relato do diretor do DED Osny Vasconcellos, ratifica essa narrativa.

> A tendência para o aumento das concentrações humanas com base num rápido crescimento urbano evidencia um fenômeno que, ao que tudo indica, em grau que depende das peculiaridades sociais e econômicas do País e mantidas as condições atuais, tende a não se modificar sensivelmente no futuro próximo [...]. O novo estágio de evolução industrial, preconizado pelo II PND, impele o País ao ajustamento de sua estrutura econômica e social, que enfatiza a valorização e promoção do homem, e ainda "a consolidação de uma sociedade industrial moderna e de um modelo de economia competitiva. Na complexidade dessas dimensões afloram, como resultantes do processo de urbanização, as "doenças da civilização", destacando-se problemas circulatórios, problemas psicológicos, aumento do consumo de álcool e fumo, uso de tóxicos e a ausência de movimentos determinados pelas facilidades tecnológicas [...]. As considerações expostas pela análise da realidade urbana permitem que se atente para o fato de que as diferenciações dos pequenos aglomerados humanos identificam uma multiplicidade de comunidades, as quais, por sua vez, exigem que vivam formas diversificadas de lazer, em grau de maior, ou menor intensidade (ESPORTE para Todos (I). Jornal dos Sports, 30 de novembro de 1977, p. 6).

Diante dos supostos prejuízos produzidos pelo adensamento das cidades, em decorrência dos processos de urbanização e industrialização acelerados, seguindo a retórica do texto publicado no editorial da RBEFD n.º 32 de 1976, Osny Vasconcellos reiterava a importância da promoção de um estilo de vida ativo por meio da prática de atividades físicas, esportivas e recreativas, como uma solução para cura das "doenças da civilização". Nas páginas do Jornal dos Sports o diretor do DED assim registrou seu posicionamento:

> Nesse contexto, a ação governamental deverá concentrar-se na mobilidade da população para a prática de atividades físicas, desportivas e recreativas, levando em conta suas necessidades e potencialidades, procurando de forma racional e criativa maximizar os recursos existentes através de atuação descentralizada, com base em esforço comunitário.
> Embora já adotado em vários países, com diferentes denominações, o Esporte para Todos constitui no Brasil, uma inovação no sistema desportivo, representando a idéia-força do PNED.
> Iniciativa pioneira, vem de constituir-se em instrumento tático da mobilização e fixação do esporte como resposta natural às necessidades de aptidão física, de desporto, de lazer e de recreação, sendo instrumento catalizador e integrativo dos processos operacionais do próprio Sistema Nacional de Educação Física e Desportos (ESPORTE para Todos (Final). Jornal dos Sports, 01 de dezembro de 1977, p. 6).

Caberia ao MEC promover ações que mobilizassem a população para a prática de atividades físicas no tempo de lazer. Essa foi outra justificativa para a criação da Campanha. Mais ainda, a ocupação do tempo ocioso visando não somente a diversão e o lúdico, mas também o desenvolvimento e a integração social

eram elementos presentes nos planos de governo dos anos 1970 (BRASIL, 1971a) e, notadamente, evidenciados nos eixos do Decálogo.

Os Passeios Ciclísticos foram a mola propulsora das ações, por serem considerados estratégias para atrair a atenção e o envolvimento de grande quantidade de pessoas. Argumentos utilitaristas, de ordem médica e econômica, eram evocados para legitimar a importância do ato de andar de bicicleta. Pedalar era recomendado pelos médicos, servindo como compensação à vida sedentária do indivíduo civilizado[118]. Promover o uso da bicicleta era também uma alternativa para contornar a escassez de combustível diante da crise que preocupava o país. Nesse sentido, reivindicavam-se ciclovias e estruturas viárias para as bicicletas.

> O I Passeio Ciclístico de Niterói visa estimular aos participantes o uso da bicicleta como opção de transporte e lazer, tendo em vista seu custo baixo, baixa manutenção e benefícios que a prática constante traz para a saúde. Em Niterói, uma bicicleta custa por volta de Cr$ 1 mil, com a vantagem de não usar combustível e exercitar as pernas, massageando o coração e afastando a possibilidade do enfarte. Seu uso é recomendado por isso, pelos médicos (PROGRAMA fluminense é aberto em Niterói. O Fluminense, 01 e 02 de maio de 1977, p. 9).

Apesar de ser uma atividade voltada ao tempo de lazer da população, a prática do ciclismo também serviu aos interesses das federações esportivas, que tinham a intenção de fomentar sua vertente competitiva. Vale mencionar que algumas das federações estaduais foram criadas na mesma época em que se percebia o grande volume de ciclistas adeptos aos eventos da Campanha, como foi

---

[118] Andar sobre duas rodas já há algum tempo havia se tornado o símbolo da modernidade e sobretudo um elemento civilizador do ideário burguês importado da Europa (GABORIAU, 1991). Difundida na Europa a ponto de ser considerado o primeiro esporte de massa de escala continental, gozava de popularidade no Brasil desde o final do século XIX, quando chegavam ao Brasil as primeiras bicicletas (ainda chamadas velocípedes) (JESUS, 1999; MELO, 2009). Não só os passeios de bicicleta, mas também a promoção de corridas, para fins de publicidade, levara a capital carioca a construir o Velódromo Nacional e a promover eventos competitivos no Passeio Público e no Parque de Vila Isabel (ARAÚJO, 1993; MELO, 2009). No início de 1976 o JS noticiou o Ciclismo como um esporte que estaria "ressurgindo" na capital carioca. O texto apresenta os feitos da empresa Caloi relacionados a promoção do ciclismo na cidade, assim como o esforço em potencializar as ações da Federação de Ciclismo do Rio de Janeiro (FCRJ), nas palavras do diretor da Caloi, João Neves Filho: "O ciclismo voltou, as bicicletas retornaram às ruas, crianças, jovens, adultos e pessoas já de idade bastante avançada redescobriram o prazer de pedalar sem maiores compromissos – deixar simplesmente as pernas se movimentarem seguindo qualquer direção, o vento batendo no rosto e voltando a reencontrar a natureza perdida" (CICLISMO. O ressurgimento de um esporte dado como morto. Jornal dos Sports, 11 de janeiro de 1976, Caderno Automóveis-JS, p. 5).

o caso da Federação de Ciclismo do Distrito Federal (CAPITAL cria Federação de Ciclismo. Jornal dos Sports, 12 de março de 1978, p. 11).

Vários estabelecimentos comerciais também promoviam suas marcas de bicicletas pelas vias dos jornais – as fabricantes brasileiras *Caloi* e *Monark* –, associando-as aos grandes eventos ciclísticos da época. Essa análise corrobora com o depoimento de Cagigal[119] concedido à DaCosta (1984), publicado na revista Comunidade Esportiva, em que afirmou que em muitos casos as promoções de massa se caracterizam como "[...] sensacionalismos naturais da sociedade, principalmente de natureza comercial [...]", que se aproveitam da política de EPT com finalidades particulares (CAGIGAL *apud* DACOSTA, 1984, p. 2). Assim, não é de se estranhar que a primeira promoção de impacto nacional da Campanha ocorresse com um Passeio Ciclístico. Somados, os eventos realizados simultaneamente em diversos municípios no dia 1.º de maio de 1977, envolveram aproximadamente 1,7 milhão de participantes, conforme apontaram DaCosta (1977a) e diversos jornais da época.

Apesar da ausência de justificativa para a escolha da data de 1.º de maio para celebrar o lançamento da Campanha, cabe ao menos chamar a atenção para o fato de se tratar do Dia do Trabalhador. Observa-se na narrativa epetista que grande parte das ações eram direcionadas ao tempo de lazer dos trabalhadores. Estrategicamente foram estabelecidas parcerias com o Centro de Integração Empresa-Escola, o Sistema S (especialmente o Serviço Social da Indústria-Sesi e o Serviço Social do Comércio-Sesc)[120] e empresas privadas (LINHALES, 1996). Vale

---

[119] José María Cagigal nasceu em 1928 (Deusto-Bilbao, 10/21/1928; Barajas-Madrid, 07/12/1983). É reconhecidamente um dos maiores filósofos e teóricos do esporte espanhol. Em 1972 recebeu da Unesco o prêmio *Philip Noel-Baker Research Award*, pela relevância de seus estudos filosóficos sobre o esporte (RIVERO-HERRAIZ; SÁNCHEZ-GARCIA, 2018). Esteve diretamente envolvido em 12 organizações internacionais de Educação Física e esporte existentes na época, com especial participação no Conselho Internacional de Educação Física e Esporte da Unesco (MARTINES; FUGI; SOUZA, 2020). O pesquisador foi identificado por Lamartine P. da Costa como um dos maiores nomes da Educação Física mundial na época (DACOSTA, 1984). Para melhor compreensão acerca da trajetória profissional e das especificidades do programa de pesquisa construído por José María Cagigal, conferir Martines, Fugi e Souza (2020).

[120] A atuação do Sesc no campo do lazer foi mais ampla e profunda se comparada com outras instituições na época, servindo-lhes inclusive de modelo. Uma série de seminários e encontros (nacionais e internacionais) realizados pelo governo contaram com a participação de técnicos dessa entidade que, desde 1978, passou a ter um Centro de Estudos do Lazer (Celazer), criado no período em que Renato Requixa assumiu o cargo de Diretor do Departamento Regional do Sesc São Paulo e que, sob consultoria de Joffre Dumazedier, atuou efetivamente na produção e

mencionar que na medida em que o regime militar se desenvolveu, as ações do Sesi aproximaram-se do interesse governamental. Tal instituição, mesmo antes do governo militar, já promovia eventos de caráter recreativo e esportivo em datas comemorativas, como o Dia do Trabalhador e a Semana da Pátria (NUNES, 2012).

A década de 1970 foi um marco na organização do campo de estudos e de intervenções no campo do lazer, período em que se percebe a crescente realização de pesquisas acadêmicas e ações relacionadas ao tema (GOMES, 2005; PEIXOTO, 2007; GALANTE, 2018)[121]. No capítulo 3 será abordada mais especificamente a relação da política epetista com o campo de estudos do lazer. Por hora, é oportuno registrar que grande parte das sugestões de atividades propostas na Campanha, incluindo os passeios ciclísticos, já eram promovidas em diversas cidades brasileiras, o que evidencia o peso que a dimensão do esporte de massa havia ganhado naquele período.

A título de exemplo, o jornal Diário de Natal contabilizou a participação de 3 mil ciclistas no I Passeio Ciclístico realizado no mês de agosto de 1976 na capital potiguar (I PASSEIO Ciclístico. 3 mil ciclistas na inédita promoção. Diário de Natal, 30 de agosto de 1976, p. 8). No início do ano seguinte o mesmo jornal publicou uma notícia informando que houve a participação de 12 mil ciclistas no evento (Figura 3). Independentemente das divergências numéricas, o I Passeio Ciclístico de Natal foi reconhecido pelo Diário de Natal como o maior evento ciclístico do Nordeste.

---

disseminação dos estudos do lazer no Brasil (SANT'ANNA, 1994; PEIXOTO, 2007; BICKEL, 2013; GALANTE, 2018).

[121] Outro marco que impulsionou os estudos do lazer na década de 1970 foi a realização do "Seminário sobre o Lazer – Perspectivas para uma Cidade que Trabalha", realizado em São Paulo entre os dias 27 e 30 de outubro de 1969. Evento esse promovido pela Secretaria do Bem-estar Social da Prefeitura em parceria com o Sesc/SP. Uma série de outros grandes eventos foram deflagrados a partir desse Seminário (REQUIXA, 1977; GOMES, 2005; GALANTE, 2018).

Figura 3 - I Passeio Ciclístico de Natal/RN



Fonte: Diário de Natal, 15 de fevereiro de 1977, p. 13.

No Rio Grande do Norte o jornal O Poti publicou na edição de 25 de setembro 1977 uma notícia sobre a realização do II Passeio Ciclístico organizado pelo Mobral na cidade de Natal em comemoração à Semana da Pátria. No entanto, o anúncio faz menção ao sucesso da primeira edição do evento, realizado no ano anterior, em 29 agosto 1976, antes do lançamento da Campanha. Segundo o periódico, a previsão inicial era que 5 mil pessoas participassem do I Passeio Ciclístico, conforme anunciado no dia do evento. Já o anúncio da segunda edição trazia a informação de que participaram 10 mil ciclistas (Figura 4).

Figura 4 - II Passeio Ciclístico de Natal/RN



Fonte: O Poti, 25 de novembro de 1977, p. 15.

No ano seguinte, o Diário de Natal anunciou o III Passeio Ciclístico de Natal, realizado no dia 03 de setembro de 1978 (III PASSEIO Ciclístico de Natal. Diário de Natal, 02 de setembro de 1978, p. 9). O evento ocorreu durante as festividades da Semana da Pátria na cidade de Natal, e foi anunciado como parte da programação da Campanha Esporte para Todos.

Portanto, em virtude do seu potencial mobilizador, catalisado pela estrutura publicitária da Campanha, o ciclismo foi escolhido como uma das principais atividades realizadas nas promoções de impacto nacional. Entre os dias 26/03 e 03/05/1977, o jornal O Fluminense noticiou em 10 edições distintas o lançamento da Campanha EPT, e todas as notícias se referem ao Passeio Ciclístico: "Numa promoção do MEC e do Mobral, vem aí o programa "Esporte Para Todos". Será lançado em todo Brasil, no dia 1.º de maio com um passeio de bicicletas em diversas cidades brasileiras" (RUAS, 1977, p. 23).

No Jornal dos Sports o lançamento da Campanha foi noticiado nas edições entre os meses de abril e maio de 1977.

> [...] foi lançada pelo Ministério da Educação e cultura – MEC – a campanha nacional "Esporte para Todos", que apresentava uma nova filosofia do esporte, salientando o seu caráter adesivo e não apenas seletivo ou competitivo. O programa nacional prevê atividades dias 1.º de maio, 7 de setembro e 15 de novembro, como também durante os meses de junho (torneio gigante de futebol nos fins de semana) e julho, janeiro e fevereiro (colônias de praias e de férias).
> No Rio, já está marcado para o dia 1.º de maio, um passeio e corrida de bicicletas na Ilha do Governador, promoção da Região Administrativa do bairro, com saída do Aterro do Cocotá (Parque Poeta Manoel Bandeira), a partir das 14 horas. O percurso será 8 quilômetros, e antes do seu início haverá shows de ginástica olímpica, capoeira e de música popular brasileira (RECREAÇÃO nas praças do Rio. Jornal dos Sports, 17 de abril de 1977, Caderno Educação-JS, p. 5).

Em 22 de abril o I Passeio Ciclístico de Niterói foi tema nas páginas de O Fluminense. Ao citar os eixos do Decálogo, o texto ressaltou que o foco da Campanha era o de fortalecimento do esporte estudantil e o de alto nível. Aqui se encontra uma questão paradoxal, visto que de modo recorrente o esporte de rendimento aparecia como a razão de existir do próprio EPT.

> Somente com o incremento desse setor [do EPT] acredita-se que será possível a criação de infraestrutura para o desenvolvimento do esporte estudantil e do esporte organizado ou de alto nível, ora prejudicados com a insuficiência de recursos humanos, financeiros e de organização (ORGANIZADA 1.ª corrida em Niterói. O Fluminense, 22 de abril de 1977, p. 9)[122].

Apesar do grande destaque dado à cidade do Rio de Janeiro, os periódicos também noticiaram Passeios Ciclísticos que ocorreram em municípios como Duque de Caxias, Niterói, Magé, Araruama e São Pedro da Aldeia. Esse foi o caso do "I Passeio de Bicicleta" de São Pedro D'Aldeia, realizado no dia 1.º de maio como parte da programação da Campanha, em parceria do Mobral com o Departamento de Turismo da Prefeitura local, noticiado no periódico O Estado do Rio.

O prefeito da cidade, Rubem Arruda Câmara, político ligado à Arena, ao convidar os cidadãos a participarem do evento, aproveitou a publicação nas páginas do jornal para divulgar um "memorial de reivindicações" ao governador do estado do Rio, com 11 pedidos sobre: asfaltamento de ruas, reabilitação de estradas, implementação de um "corpo da Política Militar" com módulos policiais, construção de viaduto, escolas de nível de 1º grau, alargamento das praias, postos de saúde e solicitação para que a Telerj construa uma rede elétrica para levar energia ao meio rural da região. Tal fato demonstra que paralelamente ao envolvimento nas ações epetistas, havia outras intenções, negociações e relações de poder em disputa (ARRUDA convoca o povo para o I Passeio de Bicicleta. O Fluminense, 29 de abril de 1977, Estado do Rio. Edição: Cabo Frio/São Pedro D'aldeia/Araruama, p. 2).

Evidencia-se em diversos momentos o jogo político nas páginas de alguns periódicos quando se noticiavam os eventos da Campanha. Fato que demonstra que as ações epetistas alcançaram repercussão nacional e motivaram diversos agentes, inclusive aqueles que exerciam posições de destaque no governo da época, a se valer de tais oportunidades para outros fins para além do esporte.

O Presidente do Mobral, Arlindo Lopes Corrêa, fazia questão de enfatizar em suas falas que a finalidade de promover o esporte de massa era promover a melhorar da saúde da população, que também desenvolveria o esporte profissional. Nas palavras do presidente do Mobral: "É intenção do Mobral levar o esporte

---

[122] A mesma reportagem é repetida nas edições de 28 e 29 de abril de 1977.

diretamente ao povo, promover os benefícios saudáveis que ele traz e os subprodutos que ele cria, pois entre esses garotos pode estar um futuro campeão." (CICLISMO. Jornal dos Sports, 02 de maio de 1977, p. 13).

Torna-se importante mencionar que a referida notícia foi publicada abaixo de uma imagem de crianças e adultos andando com bicicletas de modo aparentemente descontraído. Ao que parece, a imagem veiculada na notícia não revela uma competição de ciclismo organizada com fins competitivos e de rendimento (Figura 5). Quando utilizadas, muitas imagens publicadas junto às notícias sobre o EPT evidenciam a manifestação esportiva de lazer.

Figura 5 - Lançamento da Campanha EPT



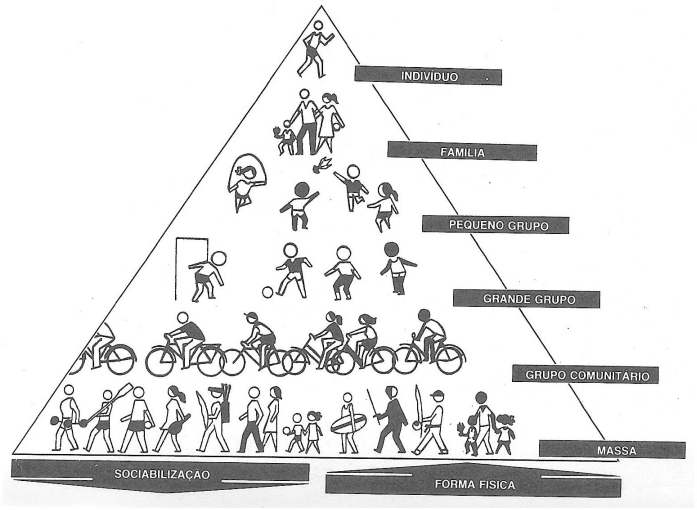
FONTE: Jornal dos Sports, 02 de maio de 1977, p. 13.

A capa da edição de 1.º de maio de 1977 do Jornal do Brasil também noticiou o evento de inauguração da Campanha, mencionando que o mesmo ocorreu logo após uma partida de futebol entre os times do Flamengo e do Vasco da Gama. Na notícia principal publicada na capa, abaixo do título "Cardeal faz sermão sobre família no Rio" destaca-se, dentre outros assuntos, o evento de lançamento da Campanha como uma ação que celebra o Dia do Trabalhador (Jornal do Brasil, 1.º de maio de 1977, capa). O tema da família é representativo e recorrente na retórica epetista, sendo evocado para afirmar o caráter espontâneo e agregador das atividades promovidas.

A política epetista era noticiada como uma ação resultante da necessidade de desenvolvimento do chamado esporte de lazer, visando regular e complementar outras iniciativas locais oriundas do "Governo" e de entidades particulares que já promoviam o esporte de modo descentralizado e diversificado. Mas apesar de atribuir características municipalistas/locais, espontâneas e diversificadas às iniciativas epetistas, percebe-se que o DED/MEC e o Mobral insistiam na necessidade de existir um representante regional para "representa-los" junto à Diretoria de Educação Física e Esporte dos estados e municípios, cuja função era supostamente de buscar "contatos de alto nível" da organização estadual para subsidiar as ações municipais, além de lideranças locais. (DED lança Esporte para Todos, num incentivo ao lazer. O Fluminense, 02 de abril de 1977, p. 11).

Vale lembrar que o modelo da pirâmide esportiva permanecia latente no ordenamento político e na mentalidade da época. Ao mesmo tempo em que ao EPT era atribuído um caráter de lazer, esperava-se que o sucesso dessa política potencializasse o desenvolvimento do esporte profissional. Não por acaso uma representação piramidal foi utilizada para representar as ações de EPT (Figura 6), evidenciando sua aproximação com aquela expressa no Diagnóstico de 1971 (DACOSTA, 1971, p. 21), na qual o "desporto de alto nível" era o alvo do processo de promoção esportiva do país. Ao discutir o propósito EPT, utilizando uma representação piramidal, DaCosta (1980e) argumentou que o topo da pirâmide no EPT pode ser considerado "[...] o receptor, em condições ideais, dos indivíduos de qualificações excepcionais que surgem de modo espontâneo, do fluxo de baixo para cima, nas atividades referenciadas aos grupos sociais" (DACOSTA, 1980e, p. 60).

Figura 6 - Representação da Pirâmide Esportiva do EPT



Fonte: DaCosta (1980c, p. 62).

Ao mesmo tempo, a representação piramidal no EPT traz diferenças substanciais se comparada com o modelo apresentado no Diagnóstico de 1971. Naquela não existe uma parte destinada ao "equipamento básico urbano", possivelmente por ser este o *locus* principal das ações epetistas. As atividades do EPT foram classificadas em três categorias: individuais, familiares e coletivas (DACOSTA; TAKAHASHI, 1978; 1983). Entende-se que o volume maior de praticantes deveria estar concentrado na chamada "modalidade esportiva simplificada" (ou "não formal"), definida como o:

> [...] conjunto de todas as atividades esportivo-recreativas que visem, em graus diferentes, a sociabilização e a forma física dos praticantes; que ocorre em locais e com equipamentos improvisados, sob orientação ou autocondução simplificada; e que tenham acesso a todos os grupamentos naturais da sociedade, sem limitações excessivas de condições econômicas, sexo ou faixa etária [...] é qualquer atividade desportiva que não seja praticada nas condições de alto nível, mas que lhe possa servir de apoio quando assim for desejável. (DACOSTA, 1980e, p. 60).

Ao traçar um paralelo com a pirâmide esportiva do Diagnóstico de 1971, percebe-se que em ambas o primeiro nível concentra a maior parte da população, independentemente de idade, sexo, condição física, social ou econômica, que deveriam ser levados a adquirir novos hábitos relacionados à prática de atividades físicas, esportivas e recreativas. Sobre essas questões os apontamentos realizados por Taborda de Oliveira (2009, p. 391-392), são bastantes esclarecedores:

> Nesse nível, o modelo se caracteriza por um conjunto de atividades não necessariamente formais, das quais participa a maior parte possível da comunidade. São os jogos de final de semana, os torneios amadores, as atividades de lazer para população, as quais têm a participação do estado no seu incentivo e financiamento, mas são organizadas basicamente pela própria comunidade. Desde 1967, parte dessas atividades são pensadas a partir da noção de "Esporte para Todos" [...].

Vale mencionar que, tanto o Diagnóstico de 1971 quando os documentos do EPT, assinalam que o esporte de massa era entendido como o fim (a razão de ser) da política de Educação Física e de Esportes. Segundo consta no conteúdo do Diagnóstico, essa seria uma das grandes diferenças entre o modelo brasileiro e aquele desenvolvido em alguns países europeus. Neste, o sistema de organização teria como objetivo produzir uma elite esportiva a partir de uma massa praticante (DACOSTA, 1971). Apesar do ordenamento oficial apontar um suposto avanço no que diz respeito à superação da ênfase no esporte de rendimento, percebe-se em diversos momentos que a política esportiva no país se desenvolveu, em muitos aspectos, por vias no mínimo paradoxais. É possível identificar no decorrer dos anos 1970 e 1980 uma preocupação constante com o desenvolvimento do esporte profissional, que por vezes parece "roubar a cena" da política esportiva do país.

Outra questão que ganhava cada vez mais evidência naquele contexto se refere à utilização da expressão "esporte não formal", em alusão ao domínio do esporte praticado no tempo e espaço de lazer e, portanto, em 'substituição' à expressão Esporte para Todos. Os conceitos de "esporte formal", "esporte não formal" e "esporte informal", parecem ter sido incorporados no campo esportivo, e posteriormente na Educação Física, pelos próprios agentes envolvidos com a política epetista (DACOSTA, 1981d; 1988; DACOSTA; TAKAHASHI, 1983). Posteriormente, a mesma expressão "esporte não formal" acabou servindo de fundamento para produzir o arcabouço conceitual que Tubino (1986; 1988) transplantou para o texto da Comissão de Reformulação de Esporte Brasileiro (CRD) (BRASIL, 1985b), e que guarda semelhança com o conceito de "esporte de participação". Poucos anos depois, os mesmos conceitos introduzidos no ordenamento epetista foram utilizados no artigo 217 da Constituição Federal do Brasil de 1988, para descrever as dimensões do esporte previstas como direito na Carta Magna do país. Esse é mais um dos elementos que evidencia a influência da política epetista no processo de constitucionalização do esporte no Brasil.

De fato, o 'motor primeiro' do discurso oficial da política epetista estava direcionado à promoção do esporte de massa. A própria imprensa geral dava visibilidade a esse tema:

> Para falar sobre a campanha Esporte para Todos, lançada em todo o Brasil no Dia do Trabalho, esteve com a imprensa ontem, no Rio, o coronel Osni Vasconcellos, diretor do Departamento de Educação Física e Desportos do MEC. Inicialmente, lembrou que nossa legislação esportiva datava de 1941, e portanto se fez necessária, sua reformulação com a lei 6.251 de 1975, que estabeleceu a política nacional de Educação e Desportos e possibilitou a criação, em 1976, do Plano Nacional de Educação Física e Desportos. Atendendo aos objetivos do PNED, prosseguiu o diretor do DEF, partiu-se para a divisão em três áreas de atividades do esporte nacional. A primeira, o setor estudantil, no qual prevalece a Educação Física, envolve a orientação de professores, equipamentos e instalações, enquanto que o esporte organizado, exige regras, disciplinas e estádios. Finalmente, **a terceira área, a maior de todas, e não menos importante, é a que comporta as atividades esportivas improvisadas sem o espírito de competição, informais, de prática espontânea e recreativa, ao alcance de qualquer pessoa.** No lançamento da campanha, no dia 1.º de maio, concluiu o coronel Osni Vasconcellos, verificou-se pleno êxito, com a participação de centenas de milhares de pessoas, em todo o país, do passeio de bicicleta. Espera-se o mesmo sucesso em junho próximo, quando será realizado o campeonato nacional de peladas (Tribuna da Imprensa, 27 de maio de 1977, capa, grifos nossos).

Mesmo a dimensão do lazer, imputada ao EPT, parecia ter pouca relação com as produções comunitárias. Alguns autores argumentam que o caráter espontâneo e comunitário atribuído às ações epetistas era nada mais do que uma tentativa de propagar no imaginário nacional a crença de que a prática de atividade física seria capaz de produzir benefícios capazes de transformar não só a vida individual, mas, sobretudo, coletiva das comunidades (CAVALCANTI, 1982; PAZIN, 2004; 2014; TEIXEIRA, 2008; 2015).

Influenciada pelos pressupostos da Teoria Crítica do Esporte, especialmente pelas teorias do francês Jean-Marie Brohm, Cavalcanti (1982), identificada no Catálogo da Rede EPT como uma "agente especialista" (BRASIL, 1985g), questiona as finalidades sociais do esporte, de modo geral, e os discursos epetistas empregados para sua democratização, criticando o que a autora chamou de "elitização" das atividade esportivas e o caráter ideológico do EPT. A autora argumenta que as ações promovidas pela Campanha não correspondiam aos desejos populares. Para Cavalcanti (1982), um movimento popular deveria emergir das vontades inscritas em seu próprio seio, ao contrário das diretrizes epetistas, que

supostamente se serviam das massas para produzir discursos ideológicos disfarçados em ideais de democratização.

Ao afirmar ser o EPT uma estratégia ideológica para manter as massas ativas, a serviço dos interesses das classes dominantes, Cavalcanti (1984, p. 90) conclui que as ações epetistas não podiam ser classificadas como manifestações populares, mas como estratégias de desvio cultural, uma vez que "[...] procurar contato popular é bem diferente de facilitar o surgimento de um movimento de base popular". A análise da autora, apesar de relevante, é insuficiente para tratar de um fenômeno complexo ou multifacetado como o Esporte para Todos. Corrobora-se com Proni (2002) quando afirma que o modelo analítico (teoria geral) elaborado por Jean-Marie Brohm, e por sua vez tomado como pressuposto por Cavalcanti (1982; 1984), é insuficiente para compreender o lugar do esporte na sociedade e na cultura brasileira, especialmente por contemplar predominantemente o esporte de rendimento, considerado a matriz constitutiva de todo sistema esportivo, em detrimento do "esporte de recreação", e por condicionar (e limitar) a pesquisa histórica, direcionando a análise para determinada problemática[123].

Ao considerar que houve um único direcionamento de classes dominantes sobre as dominadas, Cavalcanti (1982; 1984) negligencia, por exemplo, os distintos interesses existentes no interior do governo militar daquele período. É fato que as tensões entre lutas de classes perpassavam o cenário. No entanto, o Estado não deixou de mediá-las. Mesmo desconfiando dos aportes culturais atribuídos ao EPT, há que se considerar que as atividades esportivas carregam essas propriedades e, em grande medida, foram também ambições comunitárias, como revelou, por exemplo o Diagnóstico de 1971. Outrossim, como destacou Sant'Anna (1994) ao analisar a produção de regimes de verdade sobre o lazer na temporalidade em questão, afirmar o lazer, e porque não dizer também a política esportiva, como instrumentos ideológicos. É uma tarefa arriscada que pode conduzir a pensar o

---

[123] Proni (2002) reconhece que a consistência do modelo analítico de Brohm, foi capaz de dialogar com os principais críticos do esporte na época. O autor brasileiro reforça que a análise sociológica de Brohm intenta ser uma teoria geral do esporte, válida para o estudo do esporte em qualquer tipo de formação social urbano-industrial. E que a força do seu modelo é, ao mesmo tempo, a causa de suas insuficiências. Ao mesmo tempo, Proni alerta para o fato de que o sociólogo francês reconheceria que seu modelo de análise não é o mais adequado para uma pesquisa histórica, pois seu esforço está concentrado na identificação e análise de questões que ele considera fundamentais para examinar o esporte na sociedade em que vive, isto é, sob a influência da lógica capitalista.

Estado e os mecanismos de dominação social como um bloco homogêneo, que funciona exclusivamente a partir de estratégias previamente planejadas e bem-sucedidas em todos os seus propósitos.

Já Stigger (2002) argumenta que o direcionamento teórico e analítico, oriundo em grande parte de teóricos marxistas, produziu uma leitura institucional e homogênea do fenômeno esportivo, desconsiderando as múltiplas possibilidades de manifestação do esporte e, nesse sentido, obscurecendo a heterogeneidade presente na sua relação com os praticantes, o que se expressa na diversidade de interesses e práticas cotidianas.

Teixeira (2015) propõe que a problemática seja desenvolvida à luz de uma investigação entre as configurações políticas do regime militar e a trajetória do EPT, procurando compreender se esse se apresentava como prioritário no panorama governamental. Conforme consta no último eixo do Decálogo, "Valorização do serviço à comunidade" (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977), diante de um período em que o regime militar procurava angariar maior apoio popular, parece evidente que as práticas culturais de matriz popular não eram objeto de grande preocupação, senão promover o esporte de massa no cenário participativo anunciado nas políticas governamentais. O conteúdo do Decálogo corroborava a conjuntura nacional na qual, mesmo produzido em um contexto de governo autoritário, disseminava um conjunto de preceitos universais que procuravam responder às demandas da população. Mesmo em um momento de enfraquecimento do governo, a retórica circunscrevia o apelo participativo.

Todavia, os olhares lançados para a imprensa escrita revelam outros interesses e disputas colocadas em jogo sobre a política epetista. O que demonstra a complexidade que esse fenômeno assumiu na época. Sendo assim, compreender o EPT pelas vias de uma estratégia de disciplinarização das massas pode nos conduzir a discursos deterministas e bastante parciais. Ao mesmo tempo, negar os interesses do Estado em um contexto de crise econômica e, consequentemente, de crise "moral" do Regime Militar também seria um caminho equivocado. Torna-se necessário compreender a mentalidade da época, para então identificar as diversas estratégias institucionais e táticas utilizadas pelos inúmeros agentes interessados em se valer do EPT para finalidades distintas.

É fato que muitos eventos promovidos pelo DED e por agentes e instituições vinculados à Campanha tinham por finalidade o viés eminentemente competitivo e,

sendo assim, pareciam corresponder aos interesses dos grupos defensores do esporte de rendimento. Não era raro ao final dos eventos serem distribuídos prêmios e medalhas aos melhores classificados nas competições. Isso denota mais um campo de interesse sobre as ações epetistas.

Em maio de 1978 o jornal Correio do Sul do estado de Minas Gerais noticiou a "Volta Ciclística de Varginha". O evento foi organizado em parceria pelo Sindicato dos Metalúrgicos, empresa de bicicletas Caloi, Dpaschoal, Promossom e Mobral. Apesar de organizada pelo diretor da Promossom, o evento contou com a parceria da Comissão do Mobral, cujo presidente participou do ato (bandeirada inicial) de largada da competição ciclística (UM SUCESSO a primeira Volta Ciclística de Varginha. Correio do Sul, 18 de maio de 1978, p. 4).

Além do ciclismo, também as Corridas (ou *jogging*) e as Caminhadas (Pedestrianismo) faziam parte do cronograma das ações de orientação geral, previstas para ocorrer durante a "Semana da Pátria" (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977). Foi justamente na década de 1970 que teve início, de modo mais proeminente, a construção histórica das corridas de rua. Embora outros fatores tenham contribuído para a situação, não se pode negar que as ideias de Kenneth Cooper foram de grande contribuição, se não para inaugurar, para promover, legitimar e disseminar a rápida difusão dessa prática no Brasil (DIAS, 2017; ROJO *et al.*, 2017a; 2017b).

O cenário ajuda a entender a escolha pelos Passeios a Pé e Corridas de Rua como estratégia para mobilizar a população e disseminar os ideais da Campanha. Em setembro de 1977 havia uma profusão de notícias sobre os benefícios das caminhadas e corridas de rua na imprensa geral e específica, especialmente do Rio de Janeiro. O hábito de correr, muito influenciado pelos preceitos do estadunidense Kenneth Cooper, estava se tornando cada vez mais uma "mania" que tomava conta das grandes cidades brasileiras.

No cronograma da Campanha as caminhadas e corridas rústicas foram previstas para ocorrer com parte dos eventos de comemoração da Semana da Pátria. O Fluminense publicou a primeira notícia sobre essa ação em 30 de agosto de 1977. O evento estava programado para ocorrer entre os dias 01 e 07 de setembro daquele ano, na cidade de Niterói/RJ, durante as festividades de celebração da Semana da Pátria, cujo "tema cívico" foi "O Brasil é feito por nós". Era notório nos temas dos eventos o interesse em promover o sentimento nacionalista e

valores patrióticos. Além dos temas, gestos como hastear a bandeira, cantar o hino nacional e outros procedimentos cívico-militares eram comuns não só nos eventos de ciclismo e corrida, mas também em outros como as Colônias de Férias.

Na programação do evento acima mencionado ocorreu um Passeio a Pé, no dia 04 (domingo), cujo percurso abrangia 16 ruas da cidade, finalizando na Avenida Amaral Peixoto, que foi interditada para realização de uma Grande Avenida de Lazer (Rua de Lazer), onde foram propostas diversas atividades e ambientes como pista de patins, futebol de salão, xadrez, tênis de mesa, competições de skate, *handball*, voleibol, pista para carrinhos infantis, competições de peteca, câmbio, gincana de bicicletas e judô. A programação ainda contou com Festival de Ginástica, encontro dos Centros Cívicos Escolares, apresentações de Escolas de Samba e desfile Escolar e Militar. Segundo o depoimento do Prefeito da cidade, Moreira Franco, o tema do evento foi proposto com intuito de dar

> [...] um sentido comunitário às comemorações partindo da compreensão de que o slogan que reúne as festividades tem um significado muito profundo e que nos dias de hoje adquire uma dimensão ainda maior, que é o de nós todos sermos, de alguma maneira, responsáveis pela construção de uma nação mais forte, rica e poderosa, na certeza de que nós poderemos chegar a isto quando todos os brasileiros, unidos, encontrarem juntos os caminhos que nos levarão a esses objetivos (PASSEIO a pé em Niterói já tem trajeto definido para o domingo. O Fluminense, 30 de agosto de 1977, p. 5).

Abaixo da notícia descrita acima, houve outra que noticiou o evento da Semana da Pátria realizado na cidade de Volta Redonda. O tema e a data de realização do evento foram os mesmos, o que leva a entender que parece ter sido uma ação organizada sob a tutela do estado do Rio de Janeiro. A programação do evento em Volta Redonda foi um pouco distinta. Além de Passeio a Pé, foi realizado uma Prova Ciclística, Feira da Primavera, Plantio de Ipê Amarelo, realizado por estudantes de escolas públicas, shows musicais, competições de Basquetebol e Mini-Basquetebol, competições de futebol em diversas categorias, apresentação de ginástica rítmica, competição de atletismo, jogo de "caça ao pato" na piscina e desfile cívico. Ao lado dessa outra notícia na coluna Civismo, que informa o percurso feito para levar a Tocha do Fogo Simbólico da Pátria, na capital carioca (PASSEIO a pé em Niterói já tem trajeto definido para o domingo. O Fluminense, 30 de agosto de 1977, p. 5).

No dia seguinte O Fluminense noticiou a expectativa de 200 mil pessoas no Passeio a Pé, realizado na cidade do Rio de Janeiro, no bairro Copacabana. Durante o evento a Secretaria de Turismo distribuiu camisetas da Campanha EPT, que deveriam ser usadas pelos participantes no trajeto (Secretaria de Turismo espera 200 mil no passeio a pé em Copacabana. O Fluminense, 01 de setembro de 1977, p. 5). O evento foi anunciado posteriormente na capa da edição de O Fluminense de 04 e 05 de setembro de 1978. O município de São João de Meriti/RJ também convocou a população para um Passeio a Pé:

> Com a participação do Mobral e da Prefeitura de São João de Meriti, foi realizado mais um "Passeio a Pé", dentro da campanha "Esporte para Todos", que vem sendo levada a efeito, semanalmente, em diversos bairros do município. O passeio saiu da Praça da Matriz, empreendendo um percurso que abrangeu os bairros do Centro, Agostinho Porto e Vila Rosali. Toda a equipe do Mobral de São João de Meriti, tendo à frente seu presidente, padre Josef Titone, participou da iniciativa, bem como o Prefeito Celestino Cabral: assessor de Comunicação e Imprensa da Municipalidade; Hidilberto Gama: Secretário de Educação e Cultura, prof. José Gildo Gonzaga; e do secretário de Turismo, Cândido Matos. A promoção foi abrilhantada pela Banda Coca, que executou vários dobrados e marchas, durante o passeio (PASSEIO a pé em Meriti. O Fluminense, 17 de setembro de 1977, p. 9).

A notícia exprime o impacto da Campanha especialmente nos municípios menores. Percebe-se que a ação política do MEC mobilizava distintos setores da sociedade, dentre eles a imprensa local, igreja, secretaria de educação e cultura, secretaria de turismo entre outros. A imagem vinculada na notícia evidenciou o destaque que se pretendia dar às ações (Figura 7). Nesse caso estão em evidência os representantes dos setores da sociedade acima descritos, o que reforça a noção de que havia distintos interesses sobre as ações epetistas. Além dos agentes envolvidos, a imprensa escrita noticiava os feitos da Campanha sob diversos olhares e interesses.

Figura 7 - Passeio a Pé em São João de Meriti/RJ



Fonte: O Fluminense, 17 de setembro de 1977, p. 9.

As ações eram enaltecidas nas páginas de diversos periódicos. No dia 06 de setembro de 1978 O Fluminense informou que o Passeio a Pé realizado na Semana da Pátria teve grande aceitação. Segundo o periódico a população solicitou que a ação fosse repetida (POVO quer outro passeio a pé. O Fluminense, 06 de setembro de 1977, p. 5). No entanto, poucos dias após o término do evento, o mesmo periódico veiculou um texto escrito pelo colunista Jota Malves, no suplemento "Encontro/Mulher", intitulado "Domingo está sempre na carne do espírito". O colunista questionava a ideia de que os passeios a pé promovidos pela prefeitura carioca produziam na população a "descoberta da alegria do lazer":

> Um deles é que naquela tarde [se referindo ao Passeio a Pé realizado no último dia 04 durante a Semana da Pátria] não foi mostrado como se fosse um grande passeio a pé. Segundo depoimento de um dos assessores da Prefeitura, "não esqueça de que o carioca é diferente do paulista e, portanto, o que houve em Copacabana, no primeiro domingo deste mês, antes da Primavera, não foi uma passeata bonita e singela. Muito Pelo contrário [...]. No Rio, perto de uma praia conhecida e admirada, mulheres ficaram em casa com todo o lazer de prendas domésticas, enquanto os homens foram *curtir* uma pelada do Pelé, como sempre diz um comentarista esportivo [...] aquelas poucas pessoas que marcharam só tiveram um sublimado desejo de desabafar, de cantarolar ou, simplesmente falando, ou fendo tente nas ruas de Copacabana. Não conhecem um povo italiano chamado milanês que sempre sai às ruas para um grande passeio e nada parece com aquele que se dispersou rapidamente lá em Copacabana (MALVES, 1977, p. 2).

Sem entrar no mérito de analisar o olhar generificado para os comportamentos de lazer da população carioca, o que se quer evidenciar é o teor

crítico sobre as ações desenvolvidas. Apesar da crítica não ser direcionada à Campanha de modo geral, procura-se desconstruir a suposto consenso da adesão e, sobretudo, o efeito positivo em promover novos hábitos e despertar a "alegria do lazer" na população.

Ao mesmo tempo em que era evidente a intenção de conferir às práticas lúdicas a missão de formar um trabalhador disciplinado, tornando "útil" e racional o uso do tempo de lazer, como assinala Sant'Anna (1994), há de se questionar o sucesso de tais esforços, principalmente no que tange ao silenciamento de modos diferentes de usar o tempo livre. O Secretário-Geral do MEC Euro Brandão, em uma Conferência proferida na Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica, em 23 de novembro de 1977, assim definiu o lugar do esporte na política do ministério:

> O desporto, na atuação desenvolvida pelo MEC, é compreendido como uma forma de contribuir para racionalizar a utilização do lazer, moldar novo esquema de coesão social, enriquecer a disciplina de grupo e melhorar os padrões de higiene para a vida comunitária. Uma política desportiva, adequada à realidade, representa um dado a mais nos esforços da promoção da justiça social e no caráter democrático que lhe é inerente. Caracteriza-se, assim, perfeitamente a importante atividade social que está envolvida na prática desportiva. Obtém-se a própria valorização do homem no sentido de lhe dar condições físicas adequadas para enfrentar, durante toda a sua vida, as necessidades de locomoção, de trabalho, de intensa atividade e de dinamização pessoal. Essas condições são necessárias ao próprio desenvolvimento socio-econômico, pois da atuação decidida de seus filhos é que se obtém o progresso brasileiro (BRANDÃO, 1978, p. 59-60).

No caso das Corridas Rústicas, como se tratavam de eventos que envolviam não só uma logística mais complexa, mas investimento em recursos humanos e em material especializado, parecia estratégico por parte do governo se aproximar das ações já realizadas para carimbar o selo epetistas nelas. Esse foi o caso da tradicional Corrida Rústica do Humaitá. Nos primeiros dias do ano de 1978 o Jornal dos Sports noticiou a sétima edição da tradicional "Volta da Avenida do Contorno (Niterói)" (também conhecida como Corrida Rústica do Humaitá), realizada no dia 08 de janeiro do mesmo ano. Segundo o jornal, a corrida foi promovida pelo Humaitá Atlético Clube e tinha o objetivo de envolver as unidades e agremiações militares. Não se tratava de uma promoção da Campanha, mas a notícia destacou o evento com uma promoção epetista e enfatizou ainda o interesse do clube em integrar a competição na programação oficial do EPT (CORRIDA Rústica. Jornal dos Sports, 05 de janeiro de 1978, p. 9).

O jornal O Fluminense, nas edições de 04, 05 e 06/01/1978, também noticiou a VII edição da Corrida Rústica do Humaitá, integrada à programação da Campanha EPT do MEC. Segundo o jornal a "Rústica do Humaitá" foi instituída no ano de 1967, quando o Clube Humaitá recebeu o troféu "O Fluminense" – mesmo nome dado ao troféu entregue aos atletas vencedores da competição. Nesse sentido, o periódico informou que o evento de 1978 ocorreu em homenagem ao centenário desse jornal. O periódico também destacou que naquele ano a corrida havia sido integrada à Campanha EPT (CORRIDA Rústica do Humaitá tem tudo para corresponder. O Fluminense, 04 de janeiro de 1978, p. 11). Percebe-se que alguns dos eventos anunciados como ações epetistas não foram iniciativas do DED ou do Mobral, mas sim festividades comemorativas à Semana da Pátria e competições esportivas que já ocorriam nas cidades. Estrategicamente o Mobral e o DED se valiam de tais oportunidades para propagar seus ideais.

Os eventos tradicionais, esportivos e até folclóricos acabavam também recebendo o "carimbo" da Campanha. Esse foi o caso da Regata do Tamanco. Nos meses de outubro e novembro de 1977 o jornal O Fluminense noticiou o evento no suplemento Pingo de Gente, destinado especialmente ao público infantil. A Regata foi promovida pela Escola de Vela Leste 1, em comemoração ao centenário do jornal O Fluminense e em apoio à Campanha EPT. A primeira notícia veiculou uma imagem explicitando as dimensões do "Tamanco" regulamentadas para competição (REGATA do Tamanco Leste 1 – Pingo de Gente. O Fluminense, 09 e 10 de outubro de 1977, Pingo de Gente, p. 15; REGATA do Tamanco. Inscreva seu barco. O Fluminense, 16 e 17 de outubro de 1977, Pingo de Gente, p. 11). O regulamento da competição foi publicado nas edições de 30-31 de outubro de 1977 e 06-07 de novembro de 1977. A edição de 13-14 de novembro de 1977 veiculou uma pequena nota informando o acontecimento da Regata do Tamanco na manhã (9h) do dia 13.

Assim vários eventos tradicionais foram incorporados à lista de "atividades físicas" ou "esportes informais" do EPT. Para Teixeira (2015) o fato das ações epetistas reconhecerem o universo cultural popular revelavam suas "boas intenções" em valorizar os conhecimentos comunitários. Ao seguir esse *modus operandi*, como já mencionado, o futebol também foi incluído no rol das ações a Campanha EPT. Vale lembrar que o relacionamento do brasileiro com o futebol começou muito antes. Conforme destacou Franzini (2009), já na virada do século XIX para o XX as mudanças do e no cotidiano urbano nos aproximaram do "velho esporte bretão".

Seguindo esse *modus operandi*, como já mencionado, o futebol também foi incluído no rol das ações de impacto local (permanentes) da Campanha EPT. Vale lembrar que o relacionamento do brasileiro com o futebol começou muito antes. Conforme destacou Franzini (2009), já na virada do século XIX para o XX as mudanças do e no cotidiano urbano nos aproximaram do futebol.

Mais ainda, como apontam Melo; Santos Junior (2018), é necessário considerar o fato de que quando se trata dos arrabaldes ou subúrbios das cidades, em geral o futebol, que de fato se tornou muito apreciado, é o esporte mais abordado desde a virada do século XIX para o XX. São largamente desconhecidos fatos relacionados a outras modalidades que se estruturaram nas zonas suburbanas, especialmente porque tem sido menos usual a investigação das regiões periféricas das cidades, detendo-se os pesquisadores nas ocorrências das zonas mais ricas, experiências majoritariamente protagonizadas pelos estratos socioeconomicamente superiores.

No entanto, há de se considerar também que nos "anos de ouro" do Regime Militar, como já mencionado no capítulo anterior, os resultados conquistados pela seleção brasileira de futebol masculino na Copa do Mundo de 1970 motivaram ainda mais a população a se envolver com o futebol e, paralelamente, o governo a valer-se desse esporte, conforme aponta Guedes (2009), como estratégia política para produção de identidades e propagação de ideais nacionalistas. Na mesma linha, Reis (2014b) salienta que o investimento do governo militar na promoção do esporte foi potencializado com os resultados conquistados pela seleção brasileira de futebol na Copa do Mundo de 1970, no México. Sustentado na premissa de que o Brasil precisava alcançar melhores resultados em competições esportivas internacionais, o que representaria maior poder econômico, político e simbólico da nação, durante o Regime Militar o esporte foi objeto de grande zelo por parte do Estado. Não por acaso, o esporte passou a ser tratado como um setor no planejamento econômico (LINHALES, 1996; TABORDA DE OLIVEIRA, 2001; 2009), o que provocou algumas mudanças na esfera da Educação Física e do esporte no Brasil. Vários profissionais da área realizaram intercâmbios internacionais visando qualificar sua formação em

cursos que, posteriormente, viriam proporcionar mudanças teóricas e metodológicas na área da Educação Física e esportes no Brasil[124].

Apesar da retórica da Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo, desde o início dos anos 1970 advogar a necessidade de ruptura com a "monocultura do futebol", esse ganhou ainda mais espaço na política esportiva da época. A preferência por esse esporte foi assim justificada nas páginas da edição de 22/08/1977 do Jornal dos Sports:

> Como consequência lógica da preferência nacional pelo futebol e ainda partindo-se da existência de milhares de campos de várzea e terrenos baldios onde o esporte pode ser praticado sem maiores investimentos, segundo técnicos do Mobral, os torneios de pelada já conseguiram reunir perto de 239.525 jogadores congregados em 16.467 equipes (ESPORTE para Todos. Jornal dos Sports, 22 de agosto de 1977, p. 11).

A prática do futebol também foi inserida na "onda" de adesão a uma vida alegre, atlética e saudável, sendo incorporada não só nos espaços públicos das cidades (futebol pelada), mas também no conjunto de atividades de lazer promovidas por Colônias de Férias, Ruas de Lazer e diversas competições esportivas. As iniciativas divulgadas ocorriam em sintonia com o previsto pelo Documento Básico da Campanha.

> O Coronel Osny Vasconcellos tem recebido informações dos Estados sobre o êxito da campanha Esporte para Todos, que é coordenada pelo Departamento de Educação Física e Desportos (DED), do MEC. O diretor geral do DED/MEC declarou que mais de 300 mil times participam do Torneio Gigante de Futebol, o Peladão 77, em todo Brasil, iniciado no sábado. Só em Goiânia, 296 equipes estão em atividades, aparecendo até a cidade de São Bento do Sul, em Santa Catarina, com 28 times oferecendo como curiosidade a presença do prefeito da cidade na posição de ponta-de-lança, em uma delas. Também na Bahia, Ceará, entre outros, tem chegado informações sobre o sucesso do torneio. O Cel. Osny Vasconcelos lembrou ainda o grande número de participantes do II Passeio Ciclístico do Rio de Janeiro, realizado domingo passado, com muito êxito. O Torneio Gigante de Futebol é de caráter popular, aberto a qualquer equipe do sexo masculino, em diversas categorias de idade ou grupos de representação. Os jogos são realizados durante o mês de junho (ESPORTE para Todos. Jornal dos Sports, 09 de junho de 1977, p. 10).

---

[124] Dentre os inúmeros intercâmbios realizados, destacam-se aqueles realizados em solo Alemão, por intermédio do *Deutscher Akademischer Austauschdienst* (DAAD), do qual participaram Lamartine Pereira da Costa, Liselott Diem, Jürgen Dieckert, entre outros.

Chama a atenção novamente a divergência no quantitativo declarado sobre o público participante das ações. No Relatório produzido por Arlindo Lopes Corrêa em 1979, presidente do Mobral, foi informado um total de 300.480 participantes no Torneio Gigante de Futebol Pelada (Quadro 1). Já no trecho acima o diretor do DED relatou a participação de 300 mil times de futebol no Peladão 77. Sabe-se das dificuldades de mensuração do público participante. Mas os números noticiados representam uma diferença quantitativa expressiva. Entretanto, independentemente do quantitativo anunciado, percebe-se em todos os periódicos e relatórios investigados que, de fato as ações mobilizavam grande quantidade de pessoas.

Outro evento associado ao futebol e que fazia parte da programação da Campanha era o Torneio Coca-Cola Bom de Bola. Durante a Campanha a competição ocorreu na cidade do Rio de Janeiro no dia 11 de março de 1978, organizado pelo DED e Mobral. Um coquetel realizado no Othon Palace Hotel marcou a solenidade de abertura do evento, que contou com a presença do governador do estado e do prefeito do Rio de Janeiro. O Tribuna da Imprensa divulgou a participação de 2 milhões de crianças com idade entre 10 e 16 anos de idade, que competiram em provas de "[...] habilidade, técnica e precisão com a bola: dribles, passes e cobranças de pênaltis" (QUEM será o Bom de Bola? Tribuna da Imprensa, 24 de fevereiro de 1978, p. 12). O quantitativo anunciado evidencia o impacto da Campanha no estado. Novamente há de se ter cautela sobre os dados, na medida em que o relatório produzido por Arlindo Lopes Corrêa em 1979 registrou um quantitativo de participantes no Torneio Bom de Bola de 267.356 mil no ano de 1978 (Quadro 2). No início do ano a imprensa divulgou a fase final do evento.

> Crianças provenientes de todos os Estados do Brasil, ao todo 126, disputarão hoje e amanhã, no Estádio Célio de Barros – Maracanã – as finais do "Torneio Bom de Bola", promovido pelo Mobral. O torneio, que faz parte da Campanha "Esporte para Todos", é disputado em duas fases: a primeira, em 25 e 26 de fevereiro, foi realizado em centenas de municípios, e apontou os três finalistas de cada Estado. A segunda fase, final, reúne os vencedores, divididos em três categorias: de 10 a 12, de 13 a 14 e de 15 a 16 anos. Serão realizadas três provas: de drible, controle de bola e gols. Os prêmios aos três primeiros colocados são, respectivamente, uma viagem de ida e volta, estada, com uma responsável, à Argentina, para assistir à Copa do Mundo; uma viagem de ida e volta, com um responsável, a qualquer parte do País; e, ao terceiro, materiais esportivos. As provas terão início às 8 horas da manhã (CRIANÇAS nas finais do "Bom de Bola". Tribuna da Imprensa, 11 e 12 de março de 1978, p. 5).

O Jornal dos Sports também anunciou a realização do mesmo evento, cuja fase classificatória foi realizada na cidade de Brasília/DF, no ano de 1979. Já a fase final estava prevista para ocorrer naquele ano na cidade do Rio de Janeiro/RJ (Figura 8).

Figura 8 - Torneio Bom de Bola



Abertas inscrições ao Torneio Bom de Bola

Continuando com a Campanha "Esporte para Todos", o Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação (DEFER), em conjunto com a Administração das Unidades Desportivas (AUD), fará realizar o Torneio Coca-Cola Bom de Bola, nos dias 25 e 26 de fevereiro, a partir das 8 horas, no Estádio do Centro Desportivo Presidente Médici.

O torneio será distribuído em provas de diversas categorias. A primeira será de "drible e chute". Nesta prova, o participante terá que driblar 5 (cinco) estacas dispostas a uma distância de 1 metro uma da outra, em percurso total de 20 metros, não podendo tocá-las com o corpo ou com a bola, e em seguida, chutar a bola até o interior de um círculo, não sendo necessário que ela permaneça dentro dele ao parar. A prova é de caráter eliminatório.

Na segunda prova "controle de bola", o participante terá que percorrer 15 metros controlando a bola com os pés, pernas ou cabeça (fazendo "embaixadas"), sem tocá-la com as mãos ou deixar cair no chão. A prova também é eliminatória. Na terceira e última prova, "gols", os participantes terão que executar uma série de 5 (cinco) chutes a gol. Os pontos serão computados em função do exato local onde a bola penetrar no gol, que estará marcado com placas de madeira numeradas. Em caso de empate, será vencedor o participante que tiver conseguido o maior número de pontos no primeiro chute; se o empate persistir, será observado o segundo chute e assim sucessivamente. Mas se no quinto chute persistir o empate, será realizada nova prova entre os empatados.

As provas serão divididas em 3 categorias, de ambos os sexos e por faixas etárias. A primeira categoria será de 10 a 12 anos; a segunda, de 13 a 14 anos e a terceira, de 15 a 16 anos.

PRÊMIOS E INSCRIÇÕES — Os candidatos deverão comparecer aos postos de inscrição, no DEFER, na AUD e em postos do MOBRAL até o dia 23 de fevereiro, munidos da certidão de nascimento original (não vale fotocópia).

Os três primeiros classificados em cada categoria receberão medalhas oferecidas pelo DEFER e serão transportados, com acompanhantes, ao Rio de Janeiro, onde será realizada a fase final do torneio. Na Cidade Maravilhosa, os concorrentes estarão concorrendo a uma viagem de ida e volta à Argentina, para a Copa do Mundo, com um responsável (primeiros colocados em cada categoria). Aos segundos colocados, o patrocinador oferecerá uma viagem ida e volta a qualquer parte do Brasil; aos terceiros colocados, serão oferecidos materiais esportivos.

Fonte: Jornal dos Sports, 16 de fevereiro de 1978, p. 14.

Esse e outros eventos promovidos pelos agentes epetistas pareciam destoar dos pressupostos não competitivos, espontâneos, comunitários e recreativos propagados pelo ordenamento oficial da Campanha. A lógica competitiva dos torneios tinha grande peso no planejamento do governo da época. O Ministro Ney Braga, o Amigo dos Desportos, registrou nas páginas do Jornal dos Sports que havia o interesse do MEC em promover o futebol brasileiro profissional.

> Assim é o futebol. Em cada lugar existe um campo de pelada. Isso produz milhares de bons jogadores. Nós podemos ter perdido a última copa do mundo, mas em nenhum outro país se poderia fazer 10 times iguais aos que podemos fazer [...] por isso acredito que é provável que conquistemos a copa do mundo, na Argentina (MINISTRO, o Amigo dos Desportos. Jornal dos Sports, 12 de janeiro de 1978, p. 6).

A preocupação com o esporte de rendimento era tamanha que mobilizou o governo da época a editar leis específicas visando "cuidar" do plano de carreira

profissional dos atletas, sobretudo, dos jogadores de futebol. Para isso, foi criado o Fundo de Assistência ao Atleta Profissional (FAAP), por meio da Lei n.º 6.269, de 24 de novembro de 1975, regulamentada pelo Decreto n.º 77.774 de 1976. Nas palavras do Secretário-Geral do MEC:

> O MEC, através do Conselho de Administração do FAAP, que é um Conselho Interministerial com a presença do Ministério do Trabalho e Previdência Social, procura reunir fundos que propiciem ao atleta profissional a preparação para o exercício de outra profissão ao deixar as suas atividades de atleta. Prevê o sistema a realização de cursos profissionalizantes de 1º e 2º graus, adaptados aos horários dos atletas, sem necessidade de que eles se ausentem de seus clubes. Além disso, está incluída a vinculação do atleta à Previdência Social com garantia na fase de transição para a nova profissão. Prevê ainda assistência financeira ao atleta, sob forma de empréstimo para que possa desenvolver, na época apropriada, novas atividades e ainda o levantamento de oportunidades de trabalhos para atuais profissionais do esporte, segundo capacitação desenvolvida nos cursos profissionalizantes (BRANDÃO, 1978, p. 60).

Foram criados cursos de formação técnica voltados ao ensino do esporte nas aulas de Educação Física e em outros campos de atuação, incluindo o Esporte para Todos. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 5.692/71 (BRASIL, 1971b), o ensino de Educação Física de caráter esportivo passou a ser obrigatório nos processos de escolarização. Consequentemente, o termo "esporte educacional" foi aos poucos sendo introduzido no vocabulário esportivo, capilarizando ainda mais o braço de atuação do Estado no campo esportivo.

> Pretende-se estimular a prática da educação física nas escolas de todos os níveis. Na medida em que esse objetivo seja atingido, ter-se-á incutido a compreensão e o hábito do exercício físico, saudável e imprescindível, que deverá acompanhar o cidadão por toda a vida.
> A partir dessa base, o desenvolvimento do desporto de massa deverá abranger camadas cada vez mais amplas da população, com todos os conhecidos benefícios que se deve esperar de tal comportamento.
> Atletas de todas as modalidades poderão assim, ser selecionados, quer através da primeira linha de ação como da segunda. Esses então, objeto de atenção especial, é que irão compor as equipes competitivas com que o Brasil poderá aspirar a fazer presença e figura sempre melhores nos grandes torneios internacionais.
> No momento estamos implantando a "Campanha Esporte para Todos" [...] No campo do desporto de alto nível ou competitivo a principal iniciativa foi a concretização de um velho sonho: a criação do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional, ao qual foram destinados Cr$ 30 milhões em 1977. Dotado de um Conselho Interministerial, propõe-se a promover cursos profissionalizantes, empréstimos, orientação sobre mercado de trabalho e outras iniciativas (BRAGA, 1977, p. 22-23).

A legislação da época descrevia as competências necessárias para a formação e atuação de ambos os profissionais: o professor de Educação Física e o Técnico Desportivo:

> Do professor de Educação Física se espera que demonstre, dentre outras: domínio de técnicas de Educação Física, visando essencialmente a aptidão física do indivíduo, embasamento científico da Educação Física, domínio de técnicas didáticas e conhecimento geral variado de técnicas desportivas. Quanto às competências específicas do técnico desportivo, destacamos como principais: domínio da profundidade da técnica específica, a um ou mais desportos; domínio de técnicas de treinamento aplicadas a determinada modalidade desportiva, embasamento científico do treinamento de sua área; conhecimento de técnicas de liderança e de organização (BRASIL, 1976b, p. 19).

No Jornal dos Sports circulava a ideia de que "Todo jogador poderá ser técnico de Educação Física em nível médio". Esperava-se que o atleta de futebol, por possuir um "domínio técnico desportivo", atuasse também nas ações de EPT. Quando interrogado sobre o mercado de trabalho dos Técnicos de Desportos, o presidente do Conselho de Administração Rubem Barreto Ribeiro relatou que:

> O potencial do mercado de trabalho para o técnico de nível médio na área de Educação Física e Desportos é muito grande, principalmente agora com a dimensão do Desporto de Massa, Esporte para Todos, que o Governo, através dos órgãos específicos vem desenvolvendo [...]. O apoio ao desportista profissional, aliado aos outros programas de difusão e desenvolvimento da educação física e do desporto em todos os níveis, representa substancial contribuição à melhoria da aptidão física da população (TODO jogador poderá ser técnico de Educação Física a nível médio. Jornal dos Sports, 24 de julho de 1977, p. 9).

O então ministro Ney Braga conferiu prioridade absoluta a esse projeto. Para o MEC o Esporte para Todos também poderia ser um espaço de atuação profissional de ex-atletas. Em conferência realizada na Escola Superior de Guerra do Rio de Janeiro, o ministro assim justificou essa questão:

> A experiência tem demonstrado que, em muitos casos, o atleta profissional, após sua curta existência nesta qualidade, encontra embaraços por vezes difíceis de superar na sua adaptação a um novo estilo de vida. Esse organismo pretende ajudá-lo e orientá-lo neste mister, através de associações de garantia ao atleta profissional (NEY Braga destaca o apoio ao atleta profissional na ESG. Jornal dos Sports, 23 de setembro de 1977, p. 5).

Portanto, ao mesmo tempo em que MEC se dizia interessado em democratizar o esporte de massa com a política epetista, o entendimento do EPT como um espaço de atuação profissional de ex-atletas evidenciava que havia outros interesses sobrepostos a essa política. Paradoxalmente, quando se tratava de descrever os objetivos da Campanha, os agentes de governo e a impressa escrita recorriam à narrativa que a definia como:

> [...] um movimento municipalista, espontâneo, improvisado e comunitário, cujo objetivo final é a fixação das idéias contidas no decálogo junto ao povo e suas instituições. Por isso, a campanha se baseia em promoções simples, que permitem ampla participação [...]. (ESPORTE Para Todos. Jornal dos Sports, 10 de junho de 1977, p. 10).

A mesma definição aparece em uma nota de apoio a setores esportivos municipais escrita por Ney Braga, visando incentivá-los a se engajarem na Campanha, cujo objetivo era "[...] levar o maior número de pessoas a participar de realizações coletivas em que se requer o emprego de esforço físico" (A FALA do ministro no Senado: um balanço sobre o trabalho e os planos do MEC. Jornal dos Sports, 15 de maio de 1977, Educação-JS, p. 8).

Para garantir menor investimento financeiro e o sucesso das ações epetistas nas comunidades, visando contornar a crise financeira que assolava o país na época, os chamados "voluntários esportivos" eram de suma importância para o MEC. Foram considerados os "vetores de sustentação" das suas promoções (DACOSTA, 1978). Muitos já atuavam nas campanhas de alfabetização e atividades comunitárias promovidas pelo Mobral e, portanto, já exerciam papel de liderança junto às comunidades (ESPORTE para Todos. Jornal dos Sports, 22 de agosto de 1977, p. 11). No ano de 1977 o Mobral treinou 4.467 voluntários esportivos para atuar em 2.772 municípios brasileiros (cerca de 69% de todo território nacional) (DACOSTA; TAKAHASHI, 1978).

Os interesses plurais sobre o EPT produziram um espaço de atuação diverso para os agentes que coordenavam as iniciativas. Alguns entendiam que era necessária a atuação de professores e outros profissionais com formação técnica específica, especialmente para o ensino do esporte. Para outros, bastava mobilizar "voluntários esportivos" oriundos das próprias comunidades, que atuariam incentivando a população a se envolver nas atividades "não formais".

Mas os "voluntários esportivos" nem sempre eram pessoas da comunidade local sem formação específica. Muitos eram estudantes e profissionais de instituições de ensino superior, principalmente dos cursos de formação em Educação Física. Vários projetos nomeadamente de EPT, idealizados e coordenados por professores e estudantes universitários, foram noticiados nos periódicos da época. Esses pareciam ser os primeiros indícios da materialização do discurso epetista nas instituições de ensino superior.

2.3 UM LAZER ÚTIL E RACIONAL: O EPT SE ESPECIALIZA

O crescimento das cidades produziu novas sensibilidades que impactaram nas maneiras de uso e apropriação dos tempos e espaços de lazer. O uso adequado e útil do tempo de não trabalho tornava-se cada vez mais objeto de atenção e justificativa para as ações epetistas, que começaram a ser desenvolvidas e recomendadas nos diversos tempos e espaços das cidades. Os espaços públicos, vistos como meios para "re-humanização", tiveram lugar de destaque no ordenamento das agendas públicas (DIAS; MELO, 2009). O planejamento racional de espaços especializados para o exercício das atividades esportivas e de lazer da população foi incluído como uma meta na política epetista.

A criação de "áreas de lazer" e de "equipamentos para todos" foram as estratégias utilizadas pelo governo da época para "adequar" o espaço público das cidades às intenções de motivar e educar a população para o lazer. Cabe destacar que o chamado "equipamento básico urbano" estava previsto no terceiro nível da pirâmide esportiva, o que corrobora com a ideia de que havia outras finalidades sobrepostas para tais investimentos. O MEC iniciou em 1978 um "Projeto Instalação e Ativação de Parques de Lazer" (BRANDÃO, 1978), como parte do PNED e alinhado à política epetista. Como bem destacou Santini (2003), não por acaso o lazer era o primeiro mandamento do Decálogo, pois de fato suas promoções privilegiaram essa dimensão.

O investimento nos espaços públicos estava intimamente ligado ao desejo de retorno à natureza. O rápido crescimento das cidades catalisado pelo intenso processo de urbanização havia desencadeado no Brasil a partir da segunda metade do século XX "[...] uma nova sensibilidade diante da natureza que, por sua vez, também foi acompanhada por outras maneiras de gozar o tempo livre; ambas, da

mesma forma, influenciaram nos rumos da nova cidade" (DIAS; MELO, 2009, p. 262). Nesse sentido o ordenamento epetista também valorizava a produção e ocupação das áreas verdes para o lazer, como ficou evidente no projeto "Parques e Praças de Lazer e Esporte para Todos" (DIECKERT; MONTEIRO, 1983).

A edição n.º 42 da RBEFD (1979) publicou uma matéria sobre o convênio de assistência técnica firmado entre a SEED-MEC, a Universidade de São Paulo (USP) e o Fundo de Construção da Universidade de São Paulo (FUNDUSP), visando a construção de Parques EPT.

> O homem brasileiro, nas suas horas livres, se limita a ligar um aparelho de TV, ir (de condução) a um cinema ou teatro, enfim, passa horas sendo um mero espectador. Se, ao contrário, sai em busca de lugares de recreação, tais como parques, praias, etc., vê-se envolvido por uma multidão sem orientação que, como ele, procura dar motivação às suas horas de lazer.
> O problema, então, se agrava, pois uma recreação sem a devida orientação especializada acaba gerando situações em que o homem se perde, se anula, se aborrece com imprevistos, agindo então, nas suas horas de lazer, como agente catalisador de contrariedades.
> A solução do problema, como na Europa, virá através de Parques "Esporte para Todos" (Parques "Esporte para Todos". Projeto MEC-USP/SEED-Fundusp. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, n.º 42, jul./set. 1979, p. 47).

Ser ativo nos espaços públicos era a solução prevista para curar os indivíduos dos males produzidos pelo suposto "conforto" da vida urbana. O aumento das funções burocráticas e de atividades laborais que compelem o ser humano a ficar sentado eram lembradas como causas dos males provocados ao organismo. "Em certo sentido, é para compensar a subtração cotidiana do encontro do homem com o seu próprio corpo no tempo de trabalho que, inversamente, no tempo livre, se procura exaltá-lo, exibi-lo com roupas coloridas, colocá-lo em atividades lúdicas e descansá-lo" (SANT'ANNA, 1994, p. 85). Como parte do planejamento e da educação de uma "sensibilidade esportiva" e do lazer ativo, a Campanha investiu na construção de espaços públicos de lazer e, consequentemente, em orientações para o uso adequado desses.

Os parques europeus eram as referências que asseguravam a aproximação com preceitos democráticos de matriz ocidental. A valorização da natureza traduzia a credibilidade de governos que se pautavam por cuidar do bem-estar social:

> Caberia ao EPT, nesse ínterim, fomentar as condições para que se aproveitassem ao máximo as áreas verdes disponíveis, ancorando-se, sobretudo nos exemplos europeus. Porém, no Brasil, acreditava-se que os indivíduos encontravam-se mal preparados para a fruição de seus lazeres, o que era constatado pela SEED-MEC, asseverando sobre o imperativo de conduzir os indivíduos em suas horas de folga (TEIXEIRA, 2015, p. 125).

Em se tratando da cidade do Rio de Janeiro, não só a natureza verde dos parques e praças era valorizada, mas também as praias eram lugares propícios para as atividades de lazer. Essa vocação para o prazer corporal nos parques, praças e nas praias da cidade do Rio de Janeiro, foi notadamente inscrita na virada do século XIX para o século XX. Porta de entrada de uma variedade de novos costumes, na medida em que comportava uma série de práticas corporais ao ar livre, na então capital da República nasceria o desejo pela apropriação da natureza existente na cidade, como os elegantes passeios realizados pelas elites na avenida beira-mar e no Passeio Público carioca. Era fato que na virada do século XX, diante da hostilidade do espaço urbano, a família carioca poderia recorrer à grandiosa paisagem natural de mar, montanha e floresta para fazer uso do espaço público da cidade (ARAÚJO, 1995; MELO, 2001; DALBEN, 2014).

Operações maquinadas no interstício do EPT na "cidade esportiva" (o Rio de Janeiro), e também em outras cidades e estados, carregam consigo fragmentos da mentalidade forjada na virada do século, quando o esporte chegava ao Brasil, em especial no Rio de Janeiro e em São Paulo (MELO, 2001). O lazer ativo e, sobretudo esportivo, impregnou o vocabulário político do governo. Exercitar-se nos espaços públicos das cidades se tornou a mensagem principal do EPT.

No discurso do governo militar, sobretudo a partir do II PND (1975/1979), era latente a intenção de investir principalmente nos espaços urbanos de regiões de maior vulnerabilidade social, produzindo espaços públicos de lazer. Apesar da justificativa para as ações epetistas estar pautada na promoção de hábitos mais saudáveis para a população, havia a preocupação do governo militar de limpar a mácula de sua imagem perante a população. Esse parecia ser outro motivo para o investimento na qualificação dos espaços públicos de lazer, certo de que assim poderiam propiciar trocas sociais prazerosas e amenizar o desgosto da população com o governo. Parecia um contrassenso, pois, por um lado a crescente redução do tempo livre do trabalhador, devido ao alargamento da jornada de trabalho, contribuía para suprimir a condição primeira para fruição do lazer, o tempo. Por outro lado, o

estímulo incessante e cada vez mais amplo sobre a importância das atividades físicas de lazer e de formas específicas de viver o lúdico se tornaram as matrizes que sustentaram o planejamento urbano e arquitetônico das cidades.

Nesse período o país adotava políticas voltadas ao Desenvolvimento de Comunidade. "Projeto Bosquinho" e, especialmente, o "Projeto Rondon" ganharam grande visibilidade na imprensa nacional. O Projeto Rondon chegou a se tornar um órgão da Administração Direta com autonomia administrativa e financeira, subordinado ao Ministério do Interior. No ano de 1977 foi transformado em Fundação Projeto Rondon e passou a captar recursos de incentivos fiscais por fundo próprio (PROJETO Rondon aproxima realidades nacionais. Jornal do Senado, 20 de março de 2012, on-line)[125].

Sua política – "integrar para não entregar" –, voltada à produção de uma mentalidade nacional favorável às mudanças que se almejavam para o país, repousava no fundamento básico de participação crescente do universitário no processo de desenvolvimento da nação. Foi considerada ainda uma estratégia para afastar os universitários das manifestações de oposição ao governo, na medida em que as atividades realizadas voluntariamente por universitários em regiões interioranas do Brasil, por meio de um projeto oficial, constituíam-se como elementos de propaganda governamental (AMATO, 2019)[126].

---

[125] A ideia de levar a juventude universitária a conhecer a realidade brasileira e a participar do processo de desenvolvimento surgiu em 1966, durante reunião realizada no Rio de Janeiro, com a participação da antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro, do MEC e de especialistas em educação. "O Projeto Rondon foi semeado em 11 de julho de 1967, quando uma equipe formada por 30 universitários e dois professores de universidades do antigo Estado da Guanabara, Wilson Choeri e Omir Fontoura, conheceram de perto a realidade amazônica no então território federal de Rondônia. A primeira missão teve a duração de 28 dias. Tão logo os estudantes retornaram de Rondônia, propuseram a criação de um movimento universitário que desse prosseguimento ao trabalho iniciado no território visitado. A esse movimento deram-lhe o nome de Projeto Rondon, em homenagem ao bandeirante do século XX, o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. No ano seguinte, o trabalho expandiu-se para a Amazônia e Mato Grosso, com 648 jovens, exigindo maior participação do Governo no seu apoio. Durante o período em que permaneceu em atividade, integrando a estrutura do Governo, o Projeto envolveu mais de 350.000 universitários em todas as regiões do País" (PROJETO RONDON, c2016, on-line; Projeto Rondon aproxima realidades nacionais. Jornal do Senado, 20 de março de 2012, on-line).

[126] A ampla adesão de universitários ao Projeto Rondon permite problematizar como se deram as acomodações de interesses do governo por meio de mecanismos traduzidos em ganhos materiais e/ou simbólicos para a sociedade. Considerando que a participação nos diversos programas e ações de extensão supria demandas e interesses heterogêneos, por vezes ambíguos (AMATO, 2019).

O Projeto Rondon foi o maior programa de extensão universitária ocorrido durante a ditadura militar. Sua proporção era tão agigantada que ele chegou a ofuscar outros programas de extensão criados durante o período. Pautado no pressuposto de "economia da educação", tratava o estudante como um capital humano capaz de gerar dividendos compensatórios para o crescimento do país. Mas suas ações estariam mais centradas em "ofertar serviços" do que em subsidiar o desenvolvimento das comunidades locais (AMMANN, 1992; AMATO, 2019).

Em março de 1968 o Jornal dos Sports noticiou o apoio institucional do governo federal ao Projeto Rondon, um "[...] instrumento interno de arregimentação voluntária dos brasileiros para participação efetiva no processo de desenvolvimento" do país (PROJETO Rondon. Jornal dos Sports, 23 de março de 1968, Noticiário da UEG, p. 8). O fato da notícia circular em um periódico esportivo não se deu por acaso. A prática esportiva era um dos componentes estratégicos utilizados nesse projeto.

Apesar de Amato (2019) e Ammann (1992) não relacionarem às iniciativas do Projeto Rondon com a política epetista, percebe-se que essa teve relação direta com aquele projeto. Isso ficou evidente não só na imprensa geral, mas também nas publicações oficiais da Rede EPT. No periódico oficial epetista, chegava-se a identificar o Rondon como uma modalidade de EPT. Ainda, ao Rondon foi dedicado um capítulo exclusivo no livro Teoria e Prática do Deporto Comunitário e de Massa. O texto, escrito por Salgado (1981), apresenta brevemente as primeiras ações do Projeto Rondon e o processo de transformação que o levou a incorporar a Colônia de Férias como estratégia principal de atuação em comunidades carentes. A intenção não era somente promover atividades recreativas e lúdicas nas comunidades. Havia uma perspectiva utilitarista e pragmática que sustentava um ideal de uso racional do tempo de lazer. Contudo, a rotina de várias ações era notadamente marcada por atividades voltadas à educação moral e cívica dos participantes. Ao descrever as ações promovidas pelo projeto, o autor assim o faz:

> Anualmente, milhares de crianças no Brasil, no mês de janeiro, têm se ocupado não só em atividades físicas, jogos, recreação, mas também em trabalhos escritos e de Educação Moral e Cívica. Além disso, recebem orientação na Colônia de Férias, visando uma preparação no setor agrícola, dentre outros, bem como realizam trabalhos manuais em que são utilizados materiais da própria região (SALGADO, 1981, p. 254).

A política epetista serviu aos interesses do governo militar. Como afirmou o Secretário-Geral Euro Brandão (1978, p. 61), a intenção do MEC era "[...] criar condições reais e objetivas para o pleno desenvolvimento não só cultural e intelectual, mas também físico do homem brasileiro". Nesse sentido, a política de EPT parecia se adequar perfeitamente a esse projeto, sobretudo, no período de crise econômica e política desencadeado na segunda metade dos anos 1970.

Nesse contexto as Colônias de Férias foram escolhidas como estratégias educativas. Almejavam produzir dispositivos racionais para o correto aproveitamento do tempo livre, educando o "colonin" por meio de um suposto conteúdo social ensinado em favor da comunidade. Para Sant'Anna (1994), tratava-se de mais uma tecnologia que naturalizava o caráter educativo do lazer em detrimento das diversões e do descanso gratuitos, isto é, *locus* de ascese onde se exercitam determinadas posturas e silenciam-se outras.

Com relação ao Projeto Bosquinho, desenvolvido por professores e estudantes da Faculdade Dom Bosco de Educação Física, em Brasília, caracterizava-se como um "[...] laboratório de pesquisas esportivas em comunidades de 48 municípios das regiões nordeste e sudeste do estado de Goiás". Os resultados anunciados dizem respeito à criação de comissões locais de esportes, colônias de férias, ruas de lazer, construção de quadras esportivas e o desenvolvimento de diversas outras práticas denominadas esportivas como as danças folclóricas e os jogos recreativos (BOSQUINHO tem êxito na dinamização do esporte. Jornal dos Sports, 25 de novembro de 1977, p. 10).

Ao analisar o discurso do EPT na revista Comunidade Esportiva, Pazin (2014) identificou a utilização do esporte como profilaxia social, concepção que teria motivado o desenvolvimento desse e de outros projetos sociais. Na edição de novembro de 1980, os coordenadores do projeto, Marco Antonio Morais e Mileno Tonissi, relataram os resultados da realização da segunda versão do Projeto Bosquinho. A primeira, realizada durante a Campanha em 1977, foi considerada bem-sucedida por atingir a interiorização de modalidades esportivas não convencionais nas comunidades de municípios goianos. Na segunda edição os resultados foram considerados mais promissores: setenta universitários envolvidos; quarenta e oito municípios atingidos; criação de treze Comissões Municipais de Esportes (além das trinta e nove que já haviam sido criadas); trinta e duas Comissões de Esportes Reestruturadas; quarenta e cinco leigos lecionando

Educação Física; construção de quarenta e sete quadras polivalentes de cimento, três ginásios de esportes e oito quadras de Terra/Saibro (MORAIS; TONISSI, 1980).

Percebe-se que, sob diversas finalidades, as Colônias de Férias[127] e as Ruas de Lazer[128] foram duas estratégias muito utilizadas nos projetos universitários e em outras iniciativas epetistas que envolviam grande quantitativo de pessoas. Para acontecer, ambas as ações contavam com a parceria de clubes e instituições de ensino superior[129] que, em alguns casos, se valiam dos eventos para dar visibilidade à marca institucional e legitimidade aos profissionais de Educação Física, além de promover o esporte. No âmbito da política epetista, a intenção era:

> [...] diversificar progressivamente as atividades esportivas locais; aperfeiçoar de modo permanente a capacidade técnica e administrativa das pessoas e entidades que se filiarem à campanha, como também reforçar ou criar entidades esportivas comunitárias que possam garantir a fixação das idéias do decálogo, junto à população (ESPORTE Para Todos. Jornal dos Sports, 10 de junho de 1977, p. 10).

Pode-se dizer que se tratavam de dispositivos pedagógicos para educação corporal dos cidadãos, em geral dirigidas para o público infantil e jovem (TEIXEIRA, 2008). Havia manuais técnicos que norteavam o planejamento das ações. Tais documentos podem ser considerados importantes elementos auxiliadores na difusão das normas de comportamento alinhadas a nova percepção de sociabilidade que se instaurava no período da distensão (1973-1979) e, mais intensamente, de abertura política (1979-1984), reforçando a participação, a disciplina e o sentimento de amor à pátria (PAZIN, 2014).

Por sua vez, as Colônias de Férias eram realizações contínuas da Campanha e definidas como um:

---

[127] As Colônias de Férias são realizadas no Brasil desde o início do século XX (DALBEN, 2014). As primeiras ocorrências do termo "Colônia de Férias" nos periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira datam justamente desse período.

[128] No Brasil uma das primeiras iniciativas oficiais de promoção das Ruas de Recreio foi a "Campanha de Difusão das Ruas de Recreio" de 1958, proposta pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura e instituída pela Portaria Ministerial n.º 3, de 6 de janeiro de 1958, prevista para ocorrer em todo o país (MUNHOZ, 2004).

[129] Desde os anos 1950 as então denominadas Ruas de Recreio compunham ainda um conjunto de ações que objetivavam justificar e legitimar a criação da cadeira Recreação nas Escolas de Educação Física (SILVA, 2006).

> [...] conjunto de atividades recreativas e de iniciação esportiva desenvolvidas de modo informal durante algumas horas do dia nos períodos de férias escolares; é, também, um "jeitinho" brasileiro de orientar os alunos em férias para as necessidades educacionais, culturais e esportivas com um mínimo de gastos e o máximo de alegria, sendo também em alguns casos, complementação ideal para a Merenda de Férias (EQUIPE TÉCNICA DA COMUNIDADE ESPORTIVA, 1981, p. 77).

No caso específico da cidade do Rio de Janeiro, além das Colônias de Férias, também ocorriam as "Praias de Férias". Da mesma maneira que as Ruas de Lazer tinham orientações técnicas para serem realizadas, também as Colônias e Praias de Férias deveriam ser realizadas com um "mínimo" de orientação para que obtivessem os resultados almejados:

> Já que movimenta um grande número de pessoas e entidades, não é recomendável qualquer excesso ou complicação administrativa na execução do plano. A coerência será obtida se os objetivos forem perseguidos seguindo-se um mínimo essencial de orientações gerais (ESPORTE para Todos. Jornal dos Sports, 10 de junho de 1977, p. 10)

Algumas orientações foram aos poucos sendo construídas e posteriormente publicadas em materiais impressos. Esse foi o caso do livro "Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa", organizado por Lamartine Pereira da Costa, que conta com quarenta e oito textos escritos por diversos autores envolvidos direta e indiretamente com o EPT no Brasil. Dentre os diversos capítulos há os que se propuseram a orientar a promoção de Ruas de Lazer, Colônias de Férias, Equipamentos de Lazer, Atividades Recreativas e Esportivas diversas, Matroginástica e outras estratégias, visando dar densidade e capilarizar o EPT no Brasil (DACOSTA, 1981).

Em se tratando das Colônias de Férias, planejar, preparar, executar e avaliar eram os quatro passos básicos para garantir o sucesso das ações (EQUIPE TÉCNICA DA COMUNIDADE ESPORTIVA, 1981). No Rio de Janeiro, Jorge Steinhilber, que atuava na época como gestor da Assessoria de Educação Física da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, foi um dos agentes epetista que ajudou a coordenar as Colônias de Férias do município, chegando a inaugurar um "Programa de Colônia Férias" direcionado a aproximadamente 40 escolas da rede municipal de ensino, alcançando cerca de 24 mil crianças (STEINHILBER, 1980).

No início de 1977, poucos meses antes do lançamento da Campanha, a Diretoria de Parques e Jardins (DPJ) [130] do Rio de Janeiro organizou sua "I Colônia de Férias", em parceria com a Fundação Mudes (Projeto Rondon) (Figura 9).

Figura 9 - Colônia de Férias do Projeto Rondon (Rio de Janeiro)


COLÔNIA DE FÉRIAS

O engenheiro Gildo Alves Borges e o Professor Celby Rodrigues Vieira estavam satisfeitos com o sucesso alcançado pela I Colônia de Férias

Os palhaços fizeram a alegria da garotada na inauguração da I Colônia de Férias da Diretoria de Parques e Jardins

Fonte: Jornal dos Sports, 05 de janeiro de 1977, p. 10.

Segundo o periódico a atividade contou com a participação de aproximadamente 320 crianças. Após o cerimonial de abertura com bandas musicais e shows com palhaços, foram propostas várias atividades esportivas (futebol de salão, basquetebol e volibol), orientadas por estudantes universitários de Educação Física, e realizadas no Parque "Campo de Santana", localizado na Praça da República, na região central do município do Rio de Janeiro. A I Colônia de Férias da DPJ foi realizada de segunda à sexta-feira, no horário das 7h30min às 11h. Cada participante (*colonin*) deveria apresentar-se com uniforme previamente estabelecido,

[130] A Diretoria de Parques e Jardins (DPJ), do Departamento Geral de Obras Públicas (DGOP) da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, foi criada pelo Decreto n.º 6, de 14 de maio de 1975, após a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, tendo esse se transformado no município do Rio de Janeiro, capital do novo estado. "A DPJ possuía uma Divisão de Paisagismo, que incorporava, dentre outros, o Serviço de Normas Paisagísticas e uma Seção de Estética Urbana. Sua Divisão de Obras de Conservação previa 10 setores de Serviços de Obras e Conservação e Seções de Arborização, Ajardinamento e Manutenção de Praias. A Divisão de Reservas Florestais contava com Serviços de Reflorestamento e de Proteção Florestal. A Divisão de Recreação e Lazer era composta pelos Serviços de Recreação Cultural e de Recreação Esportiva" (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2015, p. 30).

sendo calção preto, camiseta branca e sapato tipo tênis (COLÔNIA de Férias. Jornal dos Sports, 05 de janeiro de 1977, p. 10).

Poucos meses depois o Jornal dos Sports noticiou o que seria um "programa saudável" promovido pela DPJ, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se das Colônias de Férias e Praias de Férias, realizadas às quintas-feiras, sábados e domingos, nos períodos da manhã e tarde, com objetivo de "promover a integração social e despertar o interesse pelo esporte".

> Um programa saudável para crianças, jovens e adultos: todas as quintas-feiras, sábados e domingos, a Diretoria de Parques e Jardins do Município do Rio de Janeiro e a Universidade Federal do Rio de Janeiro promovem recreação esportiva comunitária em várias praças e parques da cidade, na parte de manhã, das 8 às 12 horas, e da tarde, das 14 às 18 horas.
> O objetivo da realização, segundo informação do supervisor geral das atividades, prof. Person Cândido Matias da Silva, é "promover uma integração social, além de despertar o interesse pelos esportes". Ele conta que o objetivo tem sido conseguido, pois "temos visto crianças e jovens, bem como adultos, participando das atividades, independentemente de posição social, raça ou cor."
> As atividades recreativas, orientadas por universitários os professores de Educação Física, são pedagogicamente selecionadas e de acordo com a faixa etária dos grupos [...]. (RECREAÇÃO nas praças do Rio. Jornal dos Sports, 17 de abril de 1977, Educação-JS, p. 5)

A passagem acima foi reproduzida de um pequeno texto localizado ao lado esquerdo de uma reportagem sobre o lançamento da Campanha. Demonstra que já havia promoções esportivas desenvolvidas por professores e estudantes dos cursos de Educação Física de Instituições de Ensino Superior do Rio de Janeiro. O periódico denominou tais ações de "recreação esportiva comunitária para crianças, jovens e adultos". Acima do texto há duas imagens que retratam crianças participando de atividades orientadas em locais que aparentam ser próximos a uma praia, a julgar pelo fato das crianças estarem usando touca de banho e por se tratar de uma ação da Diretoria de Parques e Jardins do município do Rio de Janeiro, cujas ações eram realizadas, em sua maioria, em praças e parques públicos da cidade (Figura 10). Com o título "Recreação nas praças do Rio", a notícia divulgava uma ação desenvolvida em parceria entre a DPJ e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Figura 10 - Colônia de Férias no Rio de Janeiro



Fonte: Jornal dos Sports, 17 de abril de 1977, Caderno Educação-JS, p. 5.

As notícias que tratam sobre a Campanha nos periódicos investigados não exploram em detalhes como aconteciam as Colônias de Férias, mas essas são recorrentemente citadas como iniciativas de EPT, promovidas pelo DED/MEC, Mobral e Projeto Rondon, em sua grande maioria nos meses de julho, conforme o calendário sugerido no Documento Básico da Campanha (1977). Além da cidade do Rio de Janeiro, os periódicos noticiaram a realização das Colônias de Férias em municípios circunvizinhos.

As Ruas de Lazer, ou Ruas de Recreio, como também eram chamadas, da mesma maneira como as Colônias de Férias, foram ações permanentes da Campanha, alinhadas com os ideais utilitarista e esportivo de uso dos corpos nos tempos e espaços públicos das cidades (PAZIN, 2014). No ano de 1977 a Campanha promoveu cerca de 1900 Ruas de Lazer em 1.057 municípios brasileiros (DACOSTA; TAKAHASHI, 1978). Eram compreendidas também como ações que possibilitavam maior "humanização das cidades", uma "ideia-força" do Decálogo:

> Outra atividade desenvolvida pela Campanha, que marca a preocupação de humanização das cidades, é o das *Ruas de Lazer*, fechadas nos fins de semana para que a comunidade possa praticar esportes e se dedicar a atividades competitivas e de lazer. Particularmente nas grandes metrópolis, onde escasseiam as áreas verdes e são poucos os terrenos disponíveis, os domingos têm feito a alegria de crianças e adultos, reunindo uma média de 150 participantes de um total de 1.600 *Ruas de Lazer* nas capitais e interior [...]. (ESPORTE para Todos. Jornal dos Sports, 22 de agosto de 1977, p. 11).

Nas cidades menores as Ruas de Lazer eram noticiadas como eventos que se destacavam no cotidiano das localidades, mobilizando não só o comércio local, mas também a Polícia Militar, os órgãos de trânsito e até os jornais. Esse foi o caso

do jornal O Fluminense que, em parceria com o MEC e as lojas Mesbla, promoveram Ruas de Lazer e outras atividades para trabalhadores e moradores próximos à ponte Rio-Niterói, na cidade de Niterói/RJ (NA HORA do almoço, a opção da pelada nos gramados da Ponte. O Fluminense, 09 de agosto de 1977, p. 3). No mês de outubro o mesmo periódico reportou a realização da "Rua Gigante de Lazer", organizada pelo Mobral e prefeitura do município, em uma das maiores avenidas da cidade de Cabo Frio (ESPORTE para Todos. Rua do Lazer reuniu centenas de estudantes na Avenida Assunção. O Fluminense, 21 de outubro de 1977, O Estado do Rio. Edição: Cabo Frio/São Pedro D'Aldeia/Araruama, p. 2).

Apesar de tais ações já estarem previstas no Documento Básico da Campanha (1977), reforçava-se o caráter improvisado e espontâneo (de "baixo para cima") das atividades promovidas junto à comunidade. Na edição n.º 38 da RBEFD, publicada no segundo semestre de 1978, o coordenador da Campanha, Lamartine Pereira da Costa, publicou um texto intitulado "As atividades do Esporte para Todos". Apesar de reafirmar que o EPT se constitui de elementos diversos e conhecidos de acordo com as peculiaridades de cada região, privilegiando segundo ele a "[...] a conjugação de atividades desportivas comunitárias típicas locais (balão, malha, peteca, etc.) com a programação nacional" (DACOSTA, 1978, p. 17), o que se percebe nas notícias dos jornais analisados é que as ações realizadas eram justamente aquelas denominadas no Documento Básico da Campanha e também por DaCosta (1978) como "atividades de massa": Passeios Ciclísticos, Passeios e Corridas a Pé, Colônia de Férias e Ruas ou Áreas de Lazer.

Há de se considerar, no entanto, que tais atividades não estavam fora do contexto da população, pois, caso contrário, como destacou Teixeira (2008), haveria dificuldade na sua receptividade. Portanto, as ações da campanha se caracterizavam por práticas de fácil compreensão,

> [...] capazes de oferecer soluções simples, para que se obtivesse a máxima participação dos indivíduos. Estando amparado pelo Plano Nacional de Educação Física e Desportos, o EPT pretendia contar com entidades que desburocratizassem o processo de implantação de atividades, buscando a autonomia dos municípios quanto às decisões e privilegiando os anseios que a população local possuía em relação ao lazer. Quando ministrado em grandes municípios, esta autonomia poderia ser estendida aos bairros ou regiões administrativas (TEIXEIRA, 2008, p. 136).

Mas o sentido existencial dos espaços públicos urbanos alinhava-se também ao desejo de promover também o lazer esportivo. Não por acaso o esporte de massa foi inserido oficialmente na legislação esportiva da época. A atividade esportiva passou a ser mais divulgada e valorizada, especialmente nos espaços públicos. Além do futebol, o neologismo do Fenômeno *Cooper* contribuiu sobremaneira para reforçar a racionalidade utilitarista do uso do tempo e do espaço público na época, evidenciando a intencionalidade que se almejava conferir aos tempos e espaços de lazer:

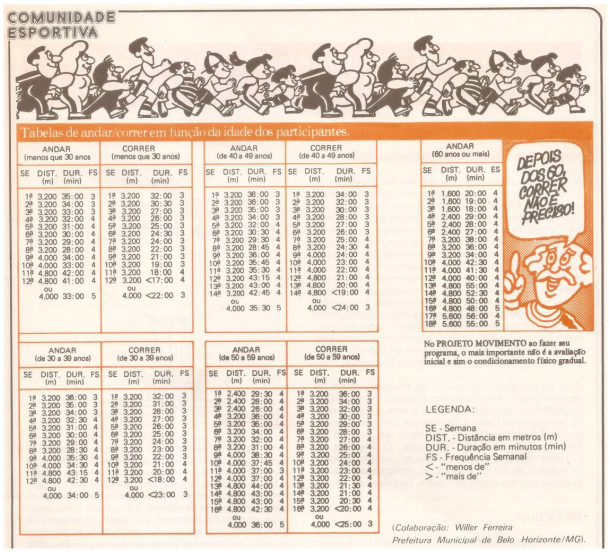
> A CRIAÇÃO de áreas específicas para a prática de esporte amador e atletismo, notadamente, nos bairros da Zona Norte, subúrbios e Zona Rural, foi sugerida ao prefeito Israel Klabin, através da indicação do vereador Jorge Felipe, do Partido Popular. O representante de Bangu, ao justificar sua indicação, afirmou que os adeptos do "Cooper" por exemplo, não tem, senão na Zona Sul, onde praticá-lo (ESPORTE para Todos. Jornal dos Sports, 16 de abril de 1980, p. 8).

Sant'Anna (1994) afirma que nesse período o "suor estava na moda" e, nesse sentido, era necessário motivar a prática de corridas e caminhadas disciplinadas. A revista Comunidade Esportiva noticiou diversas iniciativas e projetos que evidenciavam a influência do método *Cooper* e, consequentemente, das corridas e caminhadas em velocidade que se somavam ao conjunto de prescrições para o tempo de lazer da população. O "Projeto Movimento", que seguia o modelo do projeto de "Parques de Esporte para Todos" planejado pela SEED/MEC (PARQUES "Esporte para Todos". Projeto MEC-USP/SEED-Fundusp. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, n.º 42, jul./set. 1979, p. 47-68; DIECKERT; MONTEIRO, 1983), foi idealizado pelo Departamento de Esportes da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte da cidade de Belo Horizonte e tinha a intenção de "[...] oferecer à comunidade novas e melhores condições para o desenvolvimento de suas possibilidades físicas e psíquicas, através da prática de exercícios físicos, desportivos e recreativos". A administração local estabeleceu praças e avenidas onde foram fixadas placas com indicação de quilometragem e percurso de pistas para caminhadas e corridas (PROJETO Movimento. Comunidade Esportiva, n.º 08, out. 1980, p. 2).

Foram elaborados folhetos com orientações aos praticantes interessados em iniciar a "prática esportiva". Também foram elaboradas fichas para controle e avaliação da condição física individual (Figura 11). A todos era recomendado aderir

ao projeto, mas antes era aconselhada a realização prévia de um exame médico. Uma equipe de monitores de Educação Física e médicos especialistas foi disponibilizada durante os 15 primeiros dias de implantação do Projeto (PROJETO Movimento. Comunidade Esportiva, n.º 08, out. 1980).

Figura 11 - Tabela de Andar/Correr



Fonte: Comunidade Esportiva, n.º 8, out. 1980, p. 3.

Algumas Associações de Moradores também foram incentivadas a organizar eventos de corrida no Rio de Janeiro (Guadalupe, Quinta da Boa Vista e outros bairros), que até então ocorriam somente na Zona Sul. Na comunidade do Morro dos Guararapes, no Cosme Velho, Rio de Janeiro, 12 favelas organizaram uma corrida rústica. Uma promoção do jornal "O Vinte", em parceria com o Mobral e patrocínio da empresa Coca-Cola (CORRIDA de Rua. Comunidade Esportiva, n.º 9, nov. 1980, p. 24-25).

Definido como o "perfeito entrosamento entre corrida rústica e natureza", o DPJ do Rio de Janeiro, em parceria com a Corja (Associação de Corredores do Rio de Janeiro)[131], organizaram uma Corrida Rústica na qual os corredores foram

[131] Fundada por Rodolfo Eichler, Fernando Azeredo e José Inácio Werneck, a associação de Corredores de Rua do Rio de Janeiro (Corja) foi o primeiro clube de corrida brasileiro. Um de seus fundadores, o jornalista José Werneck, era na época colunista do Jornal do Brasil, em que divulgava os benefícios das corridas para saúde da população. Posteriormente Werneck se tornou o editor da Revista Viva, considerada a primeira publicação brasileira especializada em corridas (CONTRA RELÓGIO, 2015, on-line). A Corja esteve envolvida, sobretudo no estado do Rio de

convidados a plantar mudas de árvores na cidade. Outros eventos organizados por diversas associações e federações esportivas de várias regiões do país começaram a surgir: Volta Pedestre de São Bernardo/SP (Folha de São Bernardo); Corrida Rústica de Belo Horizonte/MG (Federação Mineira de Atletismo e Diretoria de Esportes de MG); Preliminar de São Silvestre (Federação Brasiliense de Atletismo); IV *Cross Country* de Sobradinho/BA do Programa EPT (Faculdade Dom Bosco) (CORRIDA de Rua. Comunidade Esportiva, n.º 9, nov. 1980, p. 24-25).

Na medida em que os dispositivos de politização da velocidade adentravam o contexto urbano e, consequentemente, os preceitos e regramentos do tempo de lazer[132], um nível mais performático de corrida de rua começou a ganhar visibilidade no país, surgindo as primeiras maratonas brasileiras. A RCE noticiou, já nos anos 1980, a II Maratona Internacional do Rio de Janeiro, realizada no dia 14 de setembro (pouco depois da Semana da Pátria). Tal evento ganhou destaque nas páginas da Revista Comunidade Esportiva:

> Depois de alguns ensaios tímidos, a onda das maratonas de massa chegou ao Brasil. O Rio de Janeiro é o portão de entrada desse tipo de promoção que no estrangeiro consegue reunir multidões de dezenas de milhares de participantes. Sendo sede da Printer (empresa especializada em promoções esportivas), da CORJA (Associação de Corredores de Rua) e de uma Federação de Atletismo que compreendeu o valor do esporte de massa, a terra carioca já entrou no segundo ano de grandes maratonas bem sucedidas e progressivamente bem organizadas (CORRIDA de Rua. Comunidade Esportiva, n.º 8, out. 1980, p. 15).

Se na primeira edição houve a participação de 200 corredores, na segunda edição 750 corredores percorreram um percurso de 42,195 quilômetros por diversos bairros da cidade do Rio (CORRIDA de Rua. Comunidade Esportiva, n.º 08, out.

Janeiro, juntamente à Printer – primeira empresa a organizar uma maratona no Brasil –, em grande parte dos eventos organizados para corredores noticiados na imprensa geral e específica dos anos 1980. Vale ressaltar que as competições de corrida no Brasil já eram noticiadas na imprensa ampla desde as últimas décadas do século XIX, como é possível verificar, por exemplo, nas páginas do Jornal do Commercio. Diversos clubes e associações esportivas promoviam competições e eventos de corrida. Já no início do século XX, o chamado "pedestrianismo" havia se tornado uma prática bastante disseminada nos grandes centros urbanos brasileiros. Não tardaria para surgirem as primeiras federações de atletismo (DIAS, 2017). A título de exemplo, a Federação de Atletismo do Estado do Rio de Janeiro (FARJ), considerada uma das mais antigas do país, foi fundada em 28 de junho de 1938 (FARJ, 20--, on-line).

[132] Assim como Sant'Anna (1994 p. 99) identificou nos anos 1970 na cidade de São Paulo, percebe-se que também no Rio a velocidade tornou-se "[...] o instrumento mais divulgado e reivindicado para a conquista da sobrevivência humana e da dominação pública. Seja para atravessar as grandes avenidas, para ganhar dinheiro ou para se divertir [...] era preciso, cada vez mais, ser veloz".

1980, p. 14). De exames antropométricos à eletrocardiogramas, o laboratório de fisiologia da Universidade Gama Filho (UGF), em parceria com um grupo de médicos, se encarregaram de conferir mais "segurança" e cientificidade ao evento. A ciência adentrava cada vez mais as prescrições racionais voltadas ao uso do tempo de lazer, que assumia cada vez mais o papel de protagonista nas discussões sobre a promoção do esporte de massa no país.

Na virada dos anos 1970 para os 1980 ocorreram profundas mudanças no ordenamento político nacional e, consequentemente, na estrutura organizacional do MEC, com desdobramentos significativos para a política epetista. Os discursos de elogio à cultura democrática que era gestada na sociedade civil pareciam ganhar mais espaço nas páginas dos periódicos, sem necessariamente indicar, conforme aponta Napolitano (2017), a adesão liberal a um projeto de derrubada abrupta da ordem institucional criada pelos militares.

A mentalidade esportiva que se consolidava naquele período foi substancialmente impactada pela política social de esporte de massa e pela centralidade dada à temática do lazer naquele período. Aliadas aos diversos esforços de agentes epetistas, parecem ter corroborado não só para continuidade das iniciativas de EPT, mas para sua legitimidade no contexto das políticas de Educação Física e de esporte. A criação de uma Rede Nacional materializou, em grande medida, a relevância que o EPT adquiriu no contexto brasileiro e, nesse sentido, a emergência de um Movimento de EPT deu provas de que os ideais epetistas ecoavam junto à mentalidade daquele período.

2.4 DE CAMPANHA A MOVIMENTO: O NASCIMENTO DA REDE EPT

O biênio de 1978 e 1979 caracterizou-se pelo processo de abertura política que vinha sendo conduzida pelo general Ernesto Geisel. No ano de 1979, em um contexto de intensos protestos e movimentos grevistas, assumiu o último presidente do período militar da República brasileira, o general João Baptista Figueiredo (1979-1985), tendo como vice o civil Antônio Aureliano Chaves de Mendonça. A atmosfera política e econômica impactou diretamente na organização político-administrativa do MEC. Para Reis (2000), o ano de 1979 representou o fim da ditadura no país, dado que a legislação de exceção, especialmente os Atos Institucionais, fora revogada. A partir daí, teve início um período de transição política em que foram assentados o

vocabulário e os acordos que serviram de base para a construção da Nova República.

Em março de 1979 o presidente Figueiredo nomeou como ministro da Educação Eduardo Mattos Portella (1979-1980)[133]. Reconhecido como o "Ministro da Abertura", sua abrangente formação e experiência acadêmica (filosofia, literatura, crítica literária) parece ter grande relação com as tensões geradas pelo seu posicionamento político naquele período. Cansado por não conseguir dos ministros da área econômica (Karlos Heinz Rischbieter primeiro e, depois, Ernane Galvêas) os recursos necessários para pagar os salários dos professores universitários, que naquele momento se mobilizavam em um inédito e longo período de greve universitária, foi ao Congresso fazer um apelo nesse sentido (PILATI, 2012). Ao que parece, em consequência de seu posicionamento, Portella foi exonerado, em 27 de novembro 1980, sendo substituído pelo general Rubem Carlos Ludwig[134], que atuou como ministro de 27 de novembro de 1980 a 24 de agosto de 1982:

> Inicialmente, houve grande receio de novo retrocesso, em direção contrária às expectativas lançadas pelo intelectual e professor Portella. De formação liberal, Ludwig não se alinhava aos militares mais radicais contrários à abertura política, e caracterizou-se pelo maior diálogo com estudantes e professores, que suspenderam a maioria das greves (PILATI, 2012, p. 44).

No que diz respeito à política esportiva, especificamente à Campanha, como já estava previsto inicialmente, a mesma havia sido desativada entre o final de 1978 e início de 1979[135]. Apesar da desativação já estar prevista desde o início da Campanha, que havia sido planejada para ocorrer em um período de dois anos, alguns acontecimentos levam a crer que sua desativação ocorreu de maneira abrupta (DACOSTA, 1981a; TEIXEIRA, 2015).

---

[133] Eduardo Mattos Portella (1932–2017). Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife e Doutor em Letras, foi assistente do gabinete da Casa Civil durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Além de atuar como ministro da Educação, foi professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro da Academia Brasileira de Letras, secretário de Cultura do Estado do Rio de Janeiro (1987-1988), diretor-geral adjunto da Unesco em Paris (1988-1993), presidente da Fundação Biblioteca Nacional e fundador e editor da revista e editora Tempo Brasileiro (PILATI, 2012).

[134] Rubem Carlos Ludwig (Lagoa Vermelha, 1926 – Rio de Janeiro, 1989) foi assessor de imprensa no governo do general Ernesto Geisel. Ao deixar o MEC chefiou o Gabinete Militar da Presidência da República (de 24 de agosto de 1982 a 15 de março de 1985), onde continuou colaborando com o processo de abertura política até o início da Nova República (PILATI, 2012).

[135] Não foram localizadas fontes que confirmem a data oficial de desativação da Campanha EPT.

Do ponto de vista econômico, diante da crise que preocupava o país, alegavam-se gastos excessivos com a Campanha. Outrossim, havia pressões de grupos resistentes à política de promoção do esporte de massa, o que pode explicar o fato dessa manifestação não ter sido incluída no Sistema Desportivo Nacional (TEIXEIRA, 2015). Mesmo com o argumento de que o fomento do esporte de massa requeria baixos custos de investimento (DACOSTA, 1981g), isso não era suficiente para abrandar o interesse incrustado no esporte de rendimento, qual seja: o de monopolizar os investimentos estatais do setor esportivo. De fato, o esporte de rendimento tinha um lugar privilegiado na divisão orçamentária da política esportiva do MEC.

Os depoimentos do ministro Ney Braga transpareciam o apreço pelo esporte de rendimento. No final dos anos 1970 o ministro afirmou por diversas vezes que era fundamental "despertar no jovem o desejo para a prática esportiva", sob o argumento de que era necessário revelar novos talentos. Nas palavras do ministro: "[...] eu sou esportista, porque acredito que o esporte é importante para o desenvolvimento da nação. Hoje já se mede o grau de desenvolvimento da nação pelos resultados que se obtém numa olimpíada" (NEY Braga, otimista, acredita muito na seleção. Jornal dos Sports, 12 de janeiro de 1978, p. 6).

No mês seguinte, o Jornal dos Sports publicou uma reportagem intitulada "Ney quer prática esportiva consciente", reportando à expectativa do ministro e do diretor do DED Osny Vasconcellos, em verem os resultados das ações desenvolvidas nas escolas de 1º e 2º graus e no ensino superior, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de uma "mentalidade esportiva" nas crianças e jovens brasileiros. O ministro cobrava resultados em virtude dos altos investimentos financeiros destinados às entidades de ensino, aos clubes, Federações, Confederações e no Esporte para Todos, para promoção do esporte nacional:

> Por lei o esporte é obrigatório, mas a obrigatoriedade importa apenas no cumprimento de uma exigência legal. O que o MEC pretende é a conscientização da prática esportiva entre os jovens [...]. Não como uma imposição legal, mas como uma satisfação pessoal. A criança deve ter amor por aquilo que descobre, por aquilo que pratica" [...] Ele quer ver a mocidade engajada na vida esportiva no País. Não quer resultados isolados de um ou de outro atleta. Quer uma força coletiva que represente com dignidade o nosso esporte nos encontros internacionais (NEY quer prática esportiva consciente. Jornal dos Sports, 05 de fevereiro de 1978, p. 10).

No que diz respeito à promoção do esporte e massa, o ministro fez questão de enfatizar que Campanha havia alcançado já nos cinco primeiros meses quase 40% dos municípios brasileiros, envolvendo cerca de 4.100 "voluntários desportivos", o que demonstra sua rápida expansão (NEY Braga mostra o que foi feito pelo esporte. Jornal dos Sports, 16 de abril de 1978, p. 11). Ao todo, Bramante *et al.* (2002) registraram que a Campanha EPT alcançou 80% dos municípios brasileiros, envolvendo cerca de seis milhões de brasileiros em cada um dos anos.

Apesar de seu nítido apreço ao esporte profissional, a presença de Ney Braga junto ao MEC era relevante na manutenção da política de promoção do esporte de massa. Em se tratando da promoção do esporte de massa, Ney Braga reconhecia a importância da política epetista, muito embora as justificativas apresentadas quase sempre tivessem como fim o desenvolvimento do esporte profissional. Nesse sentido, o anúncio de sua saída do MEC, em 1978, causou forte impacto nessa área, "enfraquecendo" a estrutura política que sustentava a Campanha EPT na época. Com o anúncio de seu afastamento, em virtude do interesse particular em concorrer no processo eleitoral ao cargo de Governador do Estado do Paraná, Ney Braga produziu um relatório da sua gestão desde o ano de 1974 (BRASIL, 1978b). O Jornal dos Sports publicou uma síntese do relatório:

> Dentro da perspectiva da educação do homem completo, qual seja a da formação harmoniosa e equilibrada do indivíduo no seio da sociedade, a Educação Física e o Desporto têm, evidentemente, um papel importante a desempenhar, complementar ao previsto nos sistemas tradicionais de educação.
> Era nosso ponto de vista que a educação deveria, portanto, preparar não somente para a prática, mas também para uma sã compreensão da Educação Física e do Desporto, a fim de que se constituíssem estes em fator de bem-estar e satisfação individual, de melhoria da qualidade de vida, de desenvolvimento da comunidade nacional e de estreitamento da cooperação e da compreensão entre os povos.
> Dentro dessa ótica, o MEC formulou três importantes metas: 1 – a formulação dos subsídios e a elaboração da Política Nacional de Educação Física e Desportos; 2 – a consolidação e atualização da legislação desportiva e 3 – a elaboração e implantação do Plano Nacional de Educação Física e Desportos [...] Assim, foram estimulados os trabalhos em três áreas principais: a educação física na escola; o esporte para todos (desporto de massa) e o desporto de alto nível (Ney Braga mostra o que foi feito pelo esporte. Jornal dos Sports, 16 de abril de 1978, p. 11).

Outro fator que parece ter contribuído para a desativação supostamente abrupta da Campanha diz respeito à preocupação com o volume de pessoas que as promoções de impacto da Campanha mobilizavam. O medo das aglomerações em

massa suscitava desconfianças sobre os possíveis efeitos das concentrações de grandes públicos naquele contexto de enfraquecimento do regime militar (TEIXEIRA, 2008; 2015). Nas décadas de 1970 e 1980 houve um crescimento rápido e disperso de práticas contestatórias – acampamento em locais públicos e passeatas – oriundas de organizações de bairros populares (associação de moradores) que demandavam por melhores condições de habitação, saúde, educação e moradia. Também eram crescentes e cada vez mais intensas as manifestações de descontentamento dos trabalhadores, órgãos sindicais e demais setores populares (KOWARICK, 1979; REZENDE, 2013).

Nesse cenário, não se pode negar que a manutenção de uma Doutrina de Segurança Nacional só poderia ser garantida a partir do momento em que toda a sociedade tivesse incorporado o sistema de valores projetado sobre ela, o que requeria, da parte do governo militar, lançar mão de estratégias de "convencimento". Naquele contexto a segurança nacional saía da órbita exclusiva do Estado para ser obrigação de todos os cidadãos (CASTRO NETTO, 2013). Desde o início de 1977, ano de lançamento da Campanha, havia uma tensão crescente entre as promessas da "Abertura" e a realidade tutelar do governo Geisel sobre o sistema político[136].

Mais ainda, como aponta Kowarick (1979, p. 26), para levar a cabo um modelo de crescimento que produziu a espoliação urbana e social, era necessário desarticular e reprimir as iniciativas dos múltiplos e numerosos grupos que foram alijados dos benefícios do desenvolvimento, "[...] posto que um crescimento econômico de caráter nitidamente selvagem supõe que a Sociedade Civil seja mantida desativada em termos de não levar adiante a defesa dos interesses vitais das camadas populares".

No âmbito do EPT dizia-se que multidões eram aceitas e até incentivadas, porém, desde que evitassem que fossem confusas e desorganizadas. A tese sobre o receio da falta de controle sobre as aglomerações foi confirmada em depoimento dado por Lamartine Pereira da Costa, quando indagado pelo então ministro Ney

---

[136] A volta das lutas operárias e dos movimentos sociais de periferias urbanas na cena pública entre 1977 e 1978 teve grande impacto na consciência liberal sobre a ditadura. O protagonismo da sociedade civil na luta por redemocratização parecia colocar em xeque o discurso da moderação e da adesão em primeira e última instância, ainda que crítica, à autoridade do governo militar (NAPOLITANO, 2017, p. 360).

Braga, e pelo diretor do DED Arlindo Lopes, sobre as aglomerações geradas nas promoções de impacto da Campanha:

> Com certeza, o passeio de bicicleta gerou incômodos, porque fui chamado à Brasília e, o ministro da Educação pessoalmente me interpelou embora eu fosse um mero servidor do Mobral. Acontece que à época eu já tinha notoriedade no esporte e então autoridades me consultavam e no caso do EPT me interpelaram (DACOSTA *apud* TEIXEIRA, 2015, p. 136).

O próprio presidente do Mobral reconheceu que a estratégia de organização do Mobral em formato de "campanha" produziu rapidamente, já no início dos anos 1970, sua dissolução administrativa. A instituição não estava preparada para acompanhar e controlar a velocidade de expansão das ações locais comunitárias que, segundo Corrêa (1979), tornavam-se cada vez mais independentes e, por sua vez, desintegradas e descaracterizadas das condições iniciais. Mesmo considerando que em 1977 já havia uma estrutura organizacional mais definida e rígida, o chamado Subsistema de Supervisão Global (SUSUG)[137], a falta de controle das ações continuava preocupando as esferas superiores do governo federal.

Teixeira (2015) apresenta outro fator que parece ter sido também relevante para desativação da Campanha, que diz respeito às disputas de poder entre o MEC e o Mobral. Em relato, Lamartine Pereira afirmou que o ministro Ney Braga o havia procurado na época expondo preocupações com relação ao presidente do Mobral:

> Eu me preocupei, inclusive. O próprio Arlindo ficou atento ao fato. Eles no MEC acharam que estava havendo abusos. E não era só esse exemplo não. O Mobral fazia o que queria. Estava se transformando num MEC dois. Os ministros que passavam por lá interpelavam sistematicamente o Mobral. E tornou-se comum funcionários da Fundação Mobral prestarem contas em todo o Brasil. Então, eu fui chamado à Brasília: "Como é que vocês fazem uma coisa dessas e nós não temos conhecimento"? Mas nós do Mobral não sabíamos. Não tínhamos a menor ideia que haveria uma grande aceitação da campanha das bicicletas em todo o país (DACOSTA *apud* TEIXEIRA, 2015, p. 137).

Em 1978 várias ações epetistas estavam acontecendo em diferentes estados e municípios brasileiros e o aparente sucesso da Campanha promovida pelo Mobral parecia preocupar o MEC. Questionava-se não somente as aglomerações,

---

[137] Para saber mais sobre o Subsistema de Supervisão Global, conferir Pereira (1979).

mas também a autonomia que o presidente do Mobral conquistara[138] (TEIXEIRA, 2015). Ao reconhecer tamanha relevância e temendo sua completa autonomia, o MEC demonstrava a intenção de controlar as ações do Mobral e, por sua vez, da Campanha. A ameaça desse controle parece ter sido mais um dos motivos, não só para o seu encerramento, mas para exoneração de Arlindo Lopes Corrêa do cargo de presidente do Mobral, o que se evidencia no relato de Lamartine:

> [...] o EPT morreu como política pública, porque o Ney Braga achava que devia ser um reflexo, era o governo que estava dirigindo aquilo, aí eu expliquei a ele que não podia ser, o máximo que a gente poderia fazer era agradecer a oportunidade como se fazia na Europa. Ele queria que eu fizesse programas, que poderiam trabalhar com programas, vai pra lá, vai pra cá isso sim é que é política pública, não é? Com que objetivos ele queria, eu não discuto. Só sei que não era possível. Esse movimento acabou. Acabou o movimento do governo, porque sobreviveu ainda nos estados e na revista (DACOSTA *apud* TELLES, 2008, p. 159-160).

A fala de Lamartine demonstra o interesse do MEC não só de controlar a política epetista no país, mas de transformá-la em um programa, o que se materializou nos objetivos do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos - 1980/1985 (III PSECD). Mais ainda, reafirma a constatação anterior de que embora o governo tenha mantido a posição de desativar a Campanha, as ações continuaram ocorrendo de modo independente do MEC. Vale destacar que foi somente na terceira edição do Plano Setorial que o Desporto passou a configurar como um eixo em seu título, o que de certa maneira evidencia que o mesmo havia conquistado um lugar de maior relevância no plano do governo.

O editorial da RCE de dezembro de 1980 traz um texto escrito por Arlindo Corrêa, poucos meses antes de ser exonerado da presidente do Mobral, que evidencia o clima de tensão vivido na época, sobretudo com relação ao envolvimento do Mobral com a política epetista:

---

[138] Nos anos 1970 o Mobral já era reconhecido pelo Ministério das Relações Exteriores como um instrumento da política externa do país, um membro atuante da comunidade internacional ligada à educação, convidado a se filiar a diversas instituições visando compartilhar suas experiências. Em 1974, por exemplo, foi institucionalizado como um agente de treinamento da Unesco, que financiou um Estágio de Organização de 11 técnicos africanos e asiáticos (BRAGANÇA, 1979).

> Eventualmente, nas críticas de que tomamos conhecimento – bastante necessárias ao nosso trabalho na área social, sempre sujeito a sucessivos reencontros com a realidade –, percebemos maior desinformação do que propriamente uma análise das realizações do Mobral.
> Típico dessa ocorrência é o nosso envolvimento com o chamado Esporte Comunitário ou de Massa, quando se declara que "o Mobral foge aos seus objetivos, avançando na área do lazer e da massificação (sic) do esporte".
> Como é de nossa obrigação esclarecer a opinião pública, podemos inicialmente destacar que o Mobral vai ao encontro dos seus objetivos exatamente quando se propõe a catalisar ou reforçar qualquer iniciativa no âmbito da ação comunitária, seja na alfabetização, na cultura popular, na saúde, na profissionalização e outras áreas, incluindo esportivas [...]
> O que temos oferecido é a nossa rede estadual e municipal, nossos recursos humanos, nosso voluntariado, nossa experiência administrativa, enfim nossa capacidade de vencer dificuldades que se tem materializado em algumas iniciativas de "Esporte para Todos" e que tem, nesta revista, um exemplo simbólico para os caminhos futuros do esporte nacional (CORRÊA, 1980d, p. 1).

Mas apesar dos esforços de Corrêa de prestar contas e justificar as ações do Mobral, no ano de 1981 ocorreram profundas mudanças na estrutura do MEC e, consequentemente, na gestão do Mobral. Pouco tempo depois da posse do novo Ministro da Educação e Cultura, Rubem Carlos Ludwig, em novembro de 1980, a estrutura administrativa do MEC foi reorganizada e foram definidas novas prioridades às ações do ministério. O Decreto n.º 85.843/81[139] conferiu autonomia ao MEC para modificar sua estrutura administrativa. As primeiras mudanças impactaram profundamente os destinos das ações do Mobral. Na capa da edição do Jornal do Brasil de 1.º de abril de 1981, consta uma chamada intitulada "Mobral troca de presidente e muda de atribuições". O texto noticiou a exoneração de Arlindo Lopes Corrêa e a nomeação do substituto Cláudio Augusto Joaquim Moreira. O ministro também subordinou o Mobral à Secretaria de 1º e 2º graus do MEC e deslocou a central do Mobral – que até então se localizava no Rio de Janeiro – para Brasília, isto é, junto à sede do MEC (MEC nomeia novo presidente para Mobral. Jornal dos Sports, 01 de abril de 1981, p. 11; MEC muda Mobral e Figueiredo exonera presidente. Jornal do Brasil, 05 de janeiro de 1977, p. 29), o que denotou o esforço do MEC em obter maior controle sobre as ações do Mobral.

---

[139] Possivelmente refere-se ao Decreto n.º 85.843, de 25 de março de 1981, que dispõe sobre a reorganização do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85843-25-marco-1981-435402-norma-pe.html. Acesso em: 20 mar. 2019.

Ao buscar argumentos para justificar e apoiar as medidas tomadas pelo MEC, o Jornal do Brasil mencionou dados estatísticos apresentados pelo Mobral no passado, que dizem respeito à redução da taxa de analfabetismo no país. Comparando-os com outros divulgados pelo IBGE, o periódico chamou a atenção para algumas divergências. A título de exemplo, enquanto no Mobral falava-se de uma taxa de analfabetismo de 13% em 1981, o IBGE apresentava a taxa de 28%. O teor da notícia denota certo posicionamento do jornal a favor do governo.

Tanto na capa quanto no texto principal da referida reportagem do Jornal do Brasil, dizia-se que o presidente do Mobral foi demitido por meio de uma ligação telefônica, o que por sua vez gerou incômodo por parte de Arlindo Lopes Corrêa. Mesmo não relatando seu ponto de vista sobre o motivo da exoneração, o mesmo registrou a seguinte afirmação: "[...] quem é demitido por telefone – depois de nove anos de trabalho no Mobral, sendo que sete da presidência, e mais sete anos de trabalho no Ministério do Planejamento – não pergunta nada" (CASARÃO da Ladeira do Ascurra estava vazio. Jornal do Brasil, 1º de abril de 1981, p. 15).

Havia outros fatores que demonstravam a vontade de alguns grupos em desvincular o EPT do Mobral. O histórico de insucesso dos atletas brasileiros nos Jogos Olímpicos, desde a edição de Munique em 1972 até Moscou em 1980, foi utilizado como argumento para retirar da tutela do Mobral a política de esporte de massa, pois era necessário e urgente "[...] tirar os brasileiros da situação pouco honrosa em que se encontram no quadro esportivo mundial" (AS OLIMPÍADAS: de Munique a Moscou (I). Revista O Cruzeiro. n.º 22, 30 de agosto de 1980, p. 94).

Diante desse diagnóstico, apresentava-se uma série de sugestões para que esse cenário de insucesso fosse revertido, na esperança de melhores resultados nas edições subsequentes dos Jogos Olímpicos. Dentre as várias sugestões, com relação ao Esporte para Todos recomendava-se sua retirada da estrutura do Mobral. Os motivos não foram devidamente explicitados, mas defendia-se que o EPT fosse transferido às Forças Armadas, dada sua extensão territorial.

Vale ressaltar o posicionamento editorial da Revista O Cruzeiro. A página nove da mesma revista foi dedicada integralmente a uma propaganda de enaltecimento do Exército Brasileiro, na qual consta a frase em destaque: "Com segurança você constrói o Brasil". Naquela época, o proprietário da revista era Alexandre von Baumgarten, um agente do Serviço Nacional de Informações (SNI), o cérebro da polícia política da ditadura militar. Baumgarten adquiriu os direitos do

título da revista em 1979 e tinha a intenção de utilizar o periódico como meio para formar uma opinião pública favorável à ditadura militar (ALBERTINI, 2003).

Vale mencionar ainda a pessoa do Coronel Luiz Carlos Calomino, citado como "coordenador" do texto supracitado. Uma busca "rápida" na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional fornece informações em vários periódicos que indicam que ele frequentou a Escola de Educação Física do Exército (RJ) nos anos 1970, atuou na CBD e foi diretor técnico da CBF. Essas informações ajudam a compreender o conteúdo do texto, que sugere maior investimento na estrutura do esporte de rendimento por vias militares.

O cenário descrito até então demonstra que havia diversos interesses e disputas de poder sobre a política esportiva brasileira. No entanto, apesar das mudanças efetuadas na estrutura do Mobral e da desativação da Campanha, isso não representou o fim da política epetista no país. O que se viu foi a ampliação de modo capilarizado das ações em território nacional. O EPT já havia adquirido certa autonomia e, munindo-se de elementos comunitários, desenvolveu novos encaminhamentos ainda mais amplos. Teixeira (2015) atribui a continuidade das ações especialmente ao sucesso dos eventos de permanência, que eram diretamente associados ao Mobral. No mesmo sentido, DaCosta (1981a, p. 3) afirmou que "[...] em razão das proporções da cobertura geográfica e a "mexida" nas estruturas vigentes, as sementes das atividades esportivas não-convencionais ficaram plantadas em praticamente todos os Estados e Territórios do País".

É fato que várias iniciativas epetistas não deixaram de ser desenvolvidas, o que evidencia, em certa medida, que o EPT alcançou um dos seus propósitos, isto é, desenvolver ações locais/comunitárias autônomas e contínuas. Foi nesse sentido que diversos autores argumentam que a desativação da Campanha não representou o seu fim no Brasil, mas o começo do que se configurou no chamado Movimento EPT (VALENTE, 1996; 1997; BRAMANTE *et al.*, 2002; TEIXEIRA, 2015;).

Nos periódicos da imprensa escrita geral não foram localizadas notícias sobre o Esporte para Todos no segundo semestre de 1978 e no ano de 1979. No entanto, isso não significa que as ações regionais ou locais não estavam acontecendo. Basta observar outras fontes, principalmente os periódicos

especializados, dentre os quais aqueles produzidos pelo MEC (RBEFD)[140] e pelo Mobral (RCE), que serão melhor explorados no capítulo seguinte. Do ponto de vista político, no interstício entre o final da Campanha e o início do Movimento EPT, isto é, o período de reformulação da estrutura interna do MEC, produziram-se mudanças significativas que influenciaram na continuidade das ações epetistas.

Vale mencionar que uma investigação mais ampliada, que extrapole os periódicos selecionados na presente pesquisa, contemplando, por exemplo, impressos de circulação local, pode revelar outro cenário. No estado do Acre, por exemplo, o periódico "O Jornal" veiculou notícias de ações locais de EPT organizadas pelo Mobral, em parceria com órgãos municipais, Projeto Rondon e Sesi, realizadas em diversos municípios do estado justamente no período de transição entre o final da Campanha e o início da Rede EPT. Dentre elas "Torneio Gigante de Futebol Pelada" (ESPORTE para Todos. O Jornal, 26 de março de 1979, p. 14); Ruas de Lazer (CAMPANHA Esporte para Todos. O Jornal, 09 de abril de 1979, p. 32); Passeios Ciclísticos em 1.º de maio (ESPORTE para Todos neste maio. O Jornal, 30 de abril a 06 de maio de 1979, p. 2; PASSEIO de bicicleta. O Jornal, 14 a 20 de maio de 1979, p. 24). Isso sinaliza a necessidade de ampliação das pesquisas sobre o Esporte para Todos em outros periódicos, especialmente aqueles de circulação mais regionalizada.

A interesse do governo militar de continuar investindo em políticas de promoção do esporte de massa não deixou de existir. Isso ficou demonstrado com a publicação do Decreto n.º 81.454, em 27 de março de 1978, por meio do qual o DED foi elevado ao *status* de Secretaria de Educação Física e Desporto (SEED) (BRASIL, 1978a). Essa mudança, em um primeiro momento, representou a legitimação e o fortalecimento das ações até então desenvolvidas pelo DED/MEC, o que incluía a política de promoção do esporte de massa (esporte para todos).

Mas foi com a publicação da Portaria n.º 522 de 1981[141] que ocorreram as alterações mais expressivas na estrutura administrativa do MEC. Decorridos mais de

---

[140] Na RBEFD, em 1978, foi localizado somente um texto sobre o EPT, escrito por Lamartine Pereira da Costa, intitulado "As atividades do Esporte para Todos" (DACOSTA, 1978).

[141] A Portaria n.º 522, publicada no dia 1º de setembro de 1981 pelo Ministério da Educação e Cultura, aprovava o regimento interno da Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED), tendo a finalidade de "planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento da Educação Física, do Desporto e do Esporte para Todos no país, em consonância com as diretrizes definidas pela

três anos de sua criação, a Portaria especificou as finalidades da SEED nas áreas de planejamento, coordenação e supervisão do desenvolvimento da Educação Física, do Desporto e do Esporte para Todos no país, em consonância com as diretrizes definidas pela PNEFD de 1975. A partir de então a SEED passou a contar com a seguinte estrutura organizacional: Conselho de Administração do Fundo de Assistência do Atleta Profissional, Subsecretaria de Coordenação, Subsecretaria de Educação Física, Subsecretaria de Desportos, Secretaria de Apoio Administrativo e Subsecretaria de Esporte para Todos (SUEPT).

DaCosta; Takahashi (1983) entendem que a criação da SUEPT representou uma chancela importante do Governo Federal na continuidade da política epetista. Também para Teixeira (2015) a Portaria n.º 522/81 oficializou a continuidade do EPT, particularmente com a criação da SUEPT. Mas o autor questiona os motivos de sua criação, na medida em que a Campanha havia sido recentemente desativada. Ao corroborar com Valente (1993) Teixeira (2015) entende que o documento oficial apenas "formalizou" a autonomia alcançada pelo EPT, na medida em que esse conquistou um estatuto comunitário, com certa autonomia, e não necessitava mais do aval do Estado para a sua continuidade.

Também o Secretário da SEED/MEC, Péricles de Souza Cavalcanti, registrou que a criação da SUEPT representou "[...] um estágio de avanço no EPT brasileiro [...]", identificado como um dos principais movimentos promotores do esporte não-formal de todo o mundo (CAVALCANTI, 1982, p. 1). Mais do que isso, o Secretário da SEED entendia que a SUEPT representava a "[...] ponta-de-lança operacional para transformação da Educação Física e Desportos brasileiros (CAVALCANTI, 1983b, p. 7).

Vale salientar, assim como o fez Teixeira (2015), o fato da Portaria n.º 522/81 adotar a expressão "Esporte para Todos", em vez de "desporto de massa", expressão utilizada desde o Diagnóstico de 1971 e oficializada na Lei n.º 6.251/75. Para o autor não se tratava do uso simples de uma terminologia. A expressão "Esporte para Todos" era na verdade uma definição conceitual que representava toda uma vertente esportiva que se ocupava de advogar o caráter comunitário do

---

Política Nacional de Educação Física e Desportos" (BRASIL, 1981). A SEED contava na época com a seguinte estrutura organizacional: Conselho de Administração do Fundo de Assistência do Atleta Profissional, Subsecretaria de Coordenação, Subsecretaria de Educação Física, Subsecretaria de Desportos, Subsecretaria de Esporte para Todos (SUEPT) e Secretaria de Apoio Administrativo.

esporte, ao contrário das demais dimensões do esporte e, ainda, das várias orientações dos modelos europeus que advinham das estruturas tradicionais do esporte.

Daí a atenção dada por DaCosta (1981b) ao esporte comunitário, visando diferenciá-lo daquele utilizado na legislação brasileira e que norteava o Sistema Desportivo Nacional, no qual o desporto de massa não estava incluído. No caso do EPT, o esporte comunitário contemplaria as práticas supostamente edificadas pelas comunidades, seguindo as competências da SUEPT, conforme previsto na Portaria n.º 522, no sentido de "[...] elaborar e propor a programação para a realização e estímulo a competições e eventos populares, em consonância com as culturas regionais" (BRASIL, 1981, p. 67).

Mas se por um lado havia o interesse do MEC em continuar investindo no EPT, por outro se entendia a necessidade libertá-lo da tutela do governo, tornando-o mais autônomo. Valente (1993) cita a realização do "Curso de Publicidade e Treinamento de Dirigentes Técnicos do Esporte para Todos", concluído em 10 de outubro de 1979, na cidade de Salvador/BA, como um exemplo nesse sentido. Desse curso participaram, 35 profissionais de Educação Física de todas as Unidades Federadas e publicitários de vários estados brasileiros. O corpo docente foi composto tanto por professores brasileiros, quanto por docentes alemães.

> Os conteúdos desse curso propiciaram aos seus participantes uma visão mais independente sobre as ações do EPT, enquanto projeto de Governo Federal. A partir dele, a grande maioria dos agentes (inclusive o autor), começou a adotar novas estratégias de mobilização e divulgação comunitárias, baseadas em iniciativas espontâneas locais, levando a SEED a perder, quase que por completo, o controle sobre esse movimento no Brasil (VALENTE, 1993, p. 97).

Paralelamente, visando subsidiar a formulação do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos - 1980/1985 (III PSECD), o MEC produziu um documento oficial visando oferecer subsídios para a elaboração do III PSECD, no qual registrou sua intenção em investir no "programa" de Esporte para Todos como meio para educação nas periferias urbanas (BRASIL, 1979b, p. 45). O documento materializou o esforço do governo em espraiar uma retórica de inclusão das camadas menos favorecidas (TEIXEIRA, 2015).

Também o documento síntese dos encontros realizados para formulação do III PSECD, intitulado "Diretrizes gerais dos encontros regionais sobre planejamento:

III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos", demonstrava que o objetivo da política continuou sendo "a intensificação das atividades físicas de aperfeiçoamento corporal" e de lazer, sobretudo nas zonas rurais e nas periferias urbanas.

> Busca-se promover o desenvolvimento da educação física escolar, visando incorporar, efetivamente, a prática da Educação Física e dos Desportos às atividades escolares, com ênfase no ensino de 1º grau. Pretende-se aperfeiçoar o desporto de alto nível, sobretudo nas modalidades olímpicas. Busca-se promover, igualmente, o atendimento da comunidade urbana, dentro da filosofia da atividade física do lazer, particularmente voltado à população sedentária, bem como estimular as competições desportivas populares, integrando-as a outros programas da área social.
> A educação física e os desportos se apresentam, sob seus numerosos aspectos, como um fenômeno social de marcante universalidade, atingindo a pessoa, quer como participante, quer como espectador. Podem e devem contribuir, no futuro, de maneira mais decisiva do que no passado, para o desenvolvimento do homem e sua melhor integração social, apoiando o esforço geral de educação fundamental primordialmente orientado para as populações pobres (BRASIL, 1979a, p. 22-23).

Apesar da retórica que justificava a importância do esporte ser a mesma, o caráter assistencial parecia mais evidenciado. O esporte era cada vez mais tratado como um meio para sensibilizar e mobilizar as comunidades, sobretudo aquelas abandonadas pelo poder público, para combater os efeitos deletérios produzidos pela desigualdade social do país (BRAGA, 1981). Nesse sentido, o esporte de lazer ganhou mais espaço nas políticas estatais[142]. A prioridade social se tornava cada vez mais um dos princípios do EPT. Nas palavras de DaCosta (1981b, p. 14):

---

[142] Cabe mencionar que no âmbito da Educação Física e dos esportes, não houve articulação consistente entre o III Plano Nacional de Desenvolvimento – 1980/1985 (III PND) e o III PSECD (TEIXEIRA, 2015). Esperava-se que os objetivos desse convergissem para a difusão das atividades físicas/esportivas de massa no seio da sociedade, contudo o que se viu no ordenamento jurídico foi a prevalência do esporte de rendimento.

> Num país como o Brasil que exibe diferenciação social de importância, é natural que seja discutível qualquer atividade que não seja incluída entre as prioridades das pessoas carentes. O EPT, entretanto, pertence às necessidades básicas da população mais pobre se entendermos que o lazer ativo é a complementação do próprio alimento e do trabalho. Verdadeiramente, o EPT é uma atividade eletiva e de direito das pessoas de menor recurso e com vistas nisso o movimento brasileiro organizou as suas bases, diferente de campanhas estrangeiras. Essas assertivas são comprovadas pela prática do futebol pelada, hoje adotado em massa pela população pobre de nosso país. Além disso, o EPT não deve ser interpretado como atividade típica de assistência social, mas sim como meio de desenvolvimento comunitário; algumas organizações, nessas condições, usam atividades de EPT para contato com as comunidades pobres que o aceitam com maior facilidade do que outras práticas sociais.

Se o III PSECD voltava-se à valorização da cultura de matriz popular, em especial àquela emergente nas comunidades localizadas nas zonas rurais e periferias urbanas, não fazia sentido a SEED/MEC fiscalizar os movimentos que nascessem em tais localidades. Paradoxalmente, é como se a SEED estivesse apta a "proteger" as comunidades de algo pernicioso que a qualquer momento pudesse surgir no encalço das práticas não formais. Mais ainda, a preocupação em firmar um código de ética [a Carta de Compromisso do Esporte para Todos] que mensurasse a atuação dos participantes, dos agentes e das instituições demonstrava a volatilidade do caráter democrático do EPT, haja vista que não se arrogava na hegemonia, mas ampliava a rede de fiscalização sobre a população (TEIXEIRA, 2015).

Valente (1993) ressalta que o "Documento Básico da Campanha Esporte Para Todos", anteriormente adotado pelo Mobral e pelo DED/MEC, foi também utilizado pela SEED/MEC, em 1981, como uma espécie de manual das diretrizes desse movimento no Brasil, direcionado especialmente aos voluntários esportivos. Apesar de reconhecer a individualidade dos agentes e das comunidades e seus respectivos contextos, paradoxalmente, demonstrou prioridades em torno de ações preestabelecidas, objetivamente elaboradas e de interesse governamental. Portanto, mesmo que a retórica discursiva buscasse sobrevalorizar a autonomia e independência do que se imaginavam ser iniciativas comunitárias, o braço do Estado estava quase sempre presente nas ações.

Devido a essa crescente inserção, o EPT passou a ter um espaço garantido no orçamento esportivo do país. Já no início dos anos 1980 foi noticiado na

imprensa geral o quantitativo de recursos oriundos da SEED/MEC destinados à promoção do esporte no país (Figura 12)[143].

Figura 12 - Recursos da SEED/MEC destinados ao esporte em 1980



SEED distribui 639 milhões para promover esporte

Brasília — A Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério de Educação e Cultura — SEED/MEC — divulgou ontem o montante da verba destinada ao esporte brasileiro este ano. Serão distribuídos Cr$ 639 milhões 600 mil, destinados a atender despesas com Educação Física no ensino de 1º e 2º graus e superior, atividades físicas de lazer (Esporte para Todos), e mais os esportes amador, estudantil e profissional.

Segundo o Secretário de Educação Física e Desportos, Coronel Péricles Cavalcanti, a intenção da Secretaria é desfazer, de uma vez por todas, a imagem de sonegadores de informação, pois, com a divulgação do montante, acredita estar cumprindo com sua obrigação, além de esclarecer dirigentes, atletas e demais pessoas envolvidas com o esporte a respeito das obrigações financeiras do setor para o ano em curso.

AS VERBAS

1. Educação Física no Ensino	Cr$132 milhões
2. Educação Física no Ensino Superior	Cr$ 59 milhões
3. Esporte para Todos	Cr$ 91 milhões
4. Confederações	Cr$ 153 milhões 400 mil
5. Desporto Estudantil	Cr$ 104 milhões 200 mil
6. Comitê Olímpico Brasileiro (COB)	Cr$ 50 milhões
7. Confederação Brasileira de Futebol	Cr$ 50 milhões

Fonte: Jornal do Brasil, 29 de fevereiro de 1980, p. 27.

O Jornal Tribuna da Imprensa noticiou a mesma distribuição orçamentária, mas informou que a divulgação dos recursos orçamentários destinados ao esporte foi uma iniciativa desse órgão visando tornar transparente o uso do recurso público. Nas palavras do Secretário de Educação Física e Desportos Péricles Cavalcanti:

> Nossa intenção é desfazer, de uma vez por todas, a imagem de sonegadores de informações. Todos os detalhes referentes ao dinheiro que vamos investir no esporte brasileiro, neste ano, podem e devem ser do conhecimento de todos. Divulgamos os números exatos, acreditamos estar cumprindo com uma obrigação, além de esclarecer dirigentes, atletas e demais envolvidos com o esporte das perspectivas financeiras do setor para o ano em curso [...] (SECRETÁRIO revela e esclarece o assunto da verba para o esporte. Tribuna da Imprensa, 28 de fevereiro de 1980, p. 12).

[143] O mesmo anúncio foi publicado também no Jornal do Acre (05 Dezembro, 1978, p. 14); No Correio do Sul do estado de Minas Gerais (nas edições de 26 Setembro, 1978; 07 Outubro, 1978; 08 Outubro, 1978; e 23 Dezembro, 1978); Jornal do Brasil (01, 05, 14 e 28 Fevereiro, 1980).

Apesar dos rumores e tensões questionando os valores divulgados e a maneira de distribuí-los, houve um aumento expressivo nos recursos destinados à promoção do EPT. Enquanto em 1977 declarou-se o investimento de Cr$ 24 milhões (BRANDÃO, 1978), no início dos anos 1980 os valores foram de Cr$ 91 milhões. Ao mesmo tempo, se comparado com o esporte de rendimento, o volume quantitativo de verbas desatinadas à política epetista expressa o menor prestígio do esporte de massa na política esportiva do MEC. Somados, os recursos destinados ao esporte de rendimento (Confederações, COB, CBF e Desporto Estudantil) chegavam a Cr$ 257 milhões e 700 mil, o que corresponde a aproximadamente 285% a mais do que os recursos destinados ao EPT. Isso desconsiderando o fato de que na Educação Física escolar e no Ensino Superior operavam em grande medida em prol do desenvolvimento do esporte de rendimento.

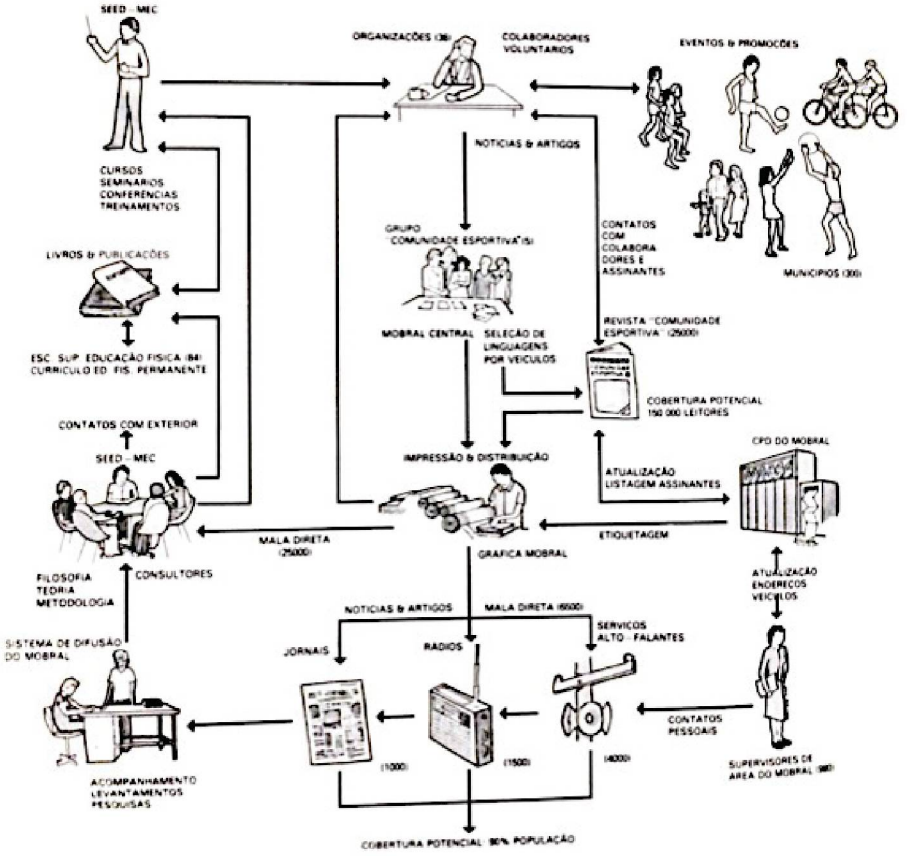
A concentração maior de recursos para o esporte profissional era esperado e até previsto pelos idealizadores da política epetista no Brasil. Em um dos princípios do EPT, denominado "Custos", dizia-se que a intenção era justamente economizar recursos financeiros da base para concentrá-los onde era "mais necessário", no desenvolvimento do esporte profissional, considerando o baixo investimento requerido pelo o suposto caráter voluntário, improvisado e espontâneo das ações. Esse era justamente outro princípio do EPT, o binômio quantidade *versus* qualidade, isto é, a ideia de que o sentido comunitário deveria se abrigar na difusão de atividades para as massas (quantidade) com o objetivo de formar uma elite de campeões (qualidade) (DACOSTA, 1981b). Como visto, confiava-se na racionalidade do modelo piramidal, segundo a qual a propagação do esporte de massa resultaria no sucesso nas competições internacionais.

> Sem um compromisso com o trabalho de base, sem uma visão prioritária com respeito à comunidade, sem buscar o impulso de baixo para cima, o esporte de massa é postiço e carente de resultados práticos. Evidentemente, grandes investimentos nesse modelo podem trazer sucesso, porém, trata-se de injustiça social somada a custos insuportáveis mesmo para países ricos. Já com relação ao modelo EPT, os recursos disponíveis podem ser concentrados em praticantes excepcionais, necessidade cada vez maior em razão da complexidade crescente do treinamento e do apoio no moderno esporte competitivo. Por outro lado, o sentido liberalizante e improvisado das atividades não-convencionais desfocalizam naturalmente a busca da performance, conduzindo os praticantes para o lazer, carência básica das comunidades em qualquer circunstância de desenvolvimento. Estamos, em síntese, diante de um modelo simples e compatível com todas as ansiedades, tanto de quantidade como de qualidade (DACOSTA, 1981a, p. 5).

No final do ano de 1981, as edições de n.º 16 e 17 da RCE publicaram uma página, anterior ao editorial, descrevendo o novo planejamento organizacional da política epetista no país. Com o título Coordenação pela Informação, o texto abaixo é seguido da Figura 13:

> O movimento Esporte para Todos (EPT), tornou forma através de 36 entidades governamentais que interpretam denominam as atividades esportivas não formais de maneira própria, além de atuarem autonomamente. O extraordinário crescimento do EPT em nosso país é devido principalmente à descentralização das iniciativas; contudo, a experiência tem mostrado a necessidade de um mínimo de coordenação. Esta pode ser obtida através da informação quando há circulação entre entidades de modo adequado e integrado (COORDENAÇÃO pela Informação. Comunidade Esportiva, n.º 17, nov./dez. 1981, n.p).

Figura 13 - Representação do Sistema de Informação da Rede EPT



Fonte: Comunidade Esportiva, n.º 17, nov./dez. de 1981, n.p.

A imagem, segundo a equipe editorial da revista, reproduz a proposta que estava vigente desde setembro de 1981, coordenada pela SEED/MEC. Novos

encaminhamentos foram escritos, dentre eles o livro "Princípios para o Esporte para Todos" (DACOSTA, 1980f)[144] e a "Carta de Compromisso do Esporte para Todos" (DACOSTA, 1983a)[145]. Esse conjunto de ações culminaram com a criação da Rede EPT em 1982, em um encontro da SUEPT/SEED/MEC realizado no bairro de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, que teve a intenção discutir novos mecanismos de comunicação e disseminação dos ideais epetistas[146].

Para Teixeira (2015, p. 147) no conteúdo de ambos os documentos supracitados "[...] primaram-se por um conjunto de orientações responsáveis por definir os contornos do movimento, assim como por blindá-lo contra quaisquer desvirtuamentos que colocassem em risco a sua difusão". Já a Rede foi criada como estratégia de manutenção das ações epetistas, tendo como suporte o próprio governo, empresas patrocinadoras e especialmente lideranças e agentes (em alguns casos voluntários) epetistas como Lamartine Pereira da Costa, George Takahashi, Lígia Paim, João Nelson dos Santos, Edison Valente, Marlene Blois, Jorge Streinhilber, Wagner Domingos, Jürgen Dieckert, entre outros (DACOSTA, 1981c; VALENTE, 1993; VALENTE; ALMEIDA FILHO, 2011; NUNES, 2012). O objetivo era:

> [...] integrar pessoas e profissionais da Educação Física e trocar informações, experiências e a descoberta de valores socioculturais das comunidades brasileiras, por meio simplificado e pelos mais diversos sistemas de comunicação. Formada por agentes de todo o País, profissionais da Educação Física, líderes comunitários, instituições e com um grande envolvimento de professores de recreação das Universidades, tinha, também objetivo de participação, mobilização e a conscientização de pessoas para a importância da prática de atividades físicas e esportivas não formais (VALENTE; ALMEIDA FILHO, 2011, p. 12).

A Rede potencializou a dispersão do EPT em território nacional, por meio de iniciativas difusas de caráter institucional, local, ações voluntárias e outras que

---

[144] Lamartine Pereira da Costa escreveu os Princípios do EPT (DACOSTA, 1980f) e, no ano seguinte, organizou a escrita do livro "Teoria e Prática do Esporte Comunitário de Massa" (DACOSTA, 1981), esse último com a intenção de oferecer subsídios para criação de uma Escola Brasileira de Educação Física e Esportes.

[145] A Carta de Compromisso do EPT foi considerada uma espécie de "código de ética" do Movimento EPT. O documento convocava os agentes a refletirem sobre as verdadeiras motivações do EPT, diante de um cenário permeado por práticas cada vez mais descentralizadas e pluralistas, e assumirem o compromisso de escapar de possíveis desvios em suas jornadas (VALENTE, 1993).

[146] O projeto da "Rede EPT" foi elaborado em 1981, após a criação da SUEPT, sendo incorporado posteriormente à SEED/MEC em 1982, sem, no entanto, ter sido essa subsecretaria seu órgão gestor (VALENTE, 1993).

contavam ainda com o apoio de emissoras de rádio, TV e de várias instituições de ensino superior. Palm (1985), ao sintetizar o panorama mundial do *Sport for All* nos anos 1980, afirmou que esse *modus operandi* da Rede, denominado por ele de *Network*, isto é, o "princípio estrutural" de toda ação de *Sport for All*, foi desenvolvido primeiramente no Brasil.

> Como um movimento comunitário, temos duas perspectivas básicas permanentes: treinar agentes e manter o fluxo de informações. As futuras ações das comunidades dependem de suas escolhas, tradições e tendências. Nesse sentido, simplesmente coletamos as conquistas dos agentes e das comunidades e emitimos um *feedback* com referências de treinamento." A Rede brasileira tem sua própria mídia como rádio, jornais e uma revista. Somente por meio de uma operação muito flexível, pode efetivamente ser desenvolvido em um país tão vasto. O *Sport for All* no Brasil está no ar todo domingo de manhã, quando mais de 800 estações de rádio transmitem sobre esse assunto. A consolidação dos agentes e instituições da Rede, os princípios da teoria e prática e o aperfeiçoamento das abordagens técnicas e de pesquisa do esporte não-formal são descritos como as tarefas atuais mais importantes (PALM, 1985, p. 18).

Mas esse assunto será objetivo do capítulo seguinte, isto é, explorar especificamente a terceira fase do EPT no país, o chamado "Movimento Esporte para Todos", iniciado com a inauguração da Rede em 1982 (VALENTE, 1993; 1997; TEIXEIRA, 2015).

3 O "MOVIMENTO" ESPORTE PARA TODOS: CONSOLIDANDO UMA MENTALIDADE ESPORTIVA PARA TODOS

3.1 NÃO FOI TEMPO PERDIDO: A PROPAGAÇÃO DA MENTALIDADE DE ESPORTE PARA TODOS NA "DÉCADA PERDIDA"

Martins (1988) e Bresser-Pereira (2016) indicam que na "era da abertura política" (1980-1985) a crise político-econômica brasileira havia atingido seu ápice. Em um curto espaço de tempo (1981-1982), a taxa de crescimento do país baixou de oito para zero por cento. Milhões de trabalhadores perderam seus empregos nas grandes indústrias. Diante desse cenário, Lohbauer (2000), aponta que a legitimidade e o prestígio da aliança militar tecnocrática foram minados. O desajuste político e ambiente social de oposição ao governo se intensificaram, produzindo uma rápida expansão e diversificação de demandas sociais e políticas.

Se por um lado indicadores como recessão, precarização do trabalho, pobreza, desigualdades socioespaciais[147] e concentração de renda fizeram alguns atribuírem aos anos 1980 o estigma de "década perdida" (LAGO, 2012)[148], no âmbito da política esportiva diversas medidas foram realizadas pelo governo. Sob o verniz da necessidade de formação de uma consciência democrática, retórica utilizada para sustentar a continuidade do governo militar, foram propostos novos rumos à política esportiva nacional. Sob a pressão de diversos grupos que articulavam a defesa da ampliação dos direitos de cidadania, o caráter autoritário, burocrático e seletivo era cada vez mais identificado, também no campo esportivo, como um mal a ser extinto (MANHÃES, 2002; LINHALES, 1996; STAREPRAVO, 2011).

No entanto, a tão almejada democratização do esporte encontrava-se ainda mais concentrada nos interesses de liberalização do setor esportivo, visto que não

---

[147] No período de 1970-1990, as metrópoles brasileiras sofreram um rápido desenvolvimento de edifícios de apartamentos produzidos para as classes médias nas áreas centrais, o que contribuiu para produzir um padrão segregador de estruturação do espaço urbano (LAGO, 2012).

[148] Na contramão dessa leitura, Versiani (2014, p. 362) argumenta que "a década de 1980 ficou conhecida, no Brasil, como 'década perdida', por ter sido um período de disparada inflacionária e forte estagnação econômica. Porém, contrariando a alcunha, ela foi também uma década de mobilização e luta da sociedade brasileira por direitos, marcada por momentos decisivos de esforço e superação, pela via democrática, do longo tempo de ditadura instituído com o golpe civil-militar de 1964".

havia, nesse âmbito, representantes de um projeto para sua democratização e consolidação como direito social. O projeto de liberalização se encontrava representado pelos grupos defensores do esporte de rendimento. O III PSECD (1980-1985) espelhou, assim, o ordenamento do período em questão.

> Na esfera do DESPORTO, o objetivo reside na intensificação das atividades físicas de lazer e de aperfeiçoamento corporal. Busca-se promover o desenvolvimento da educação física escolar, visando incorporar, efetivamente, sua prática e a dos desportos às atividades escolares, com ênfase no ensino de 1º grau. Pretende-se aperfeiçoar o desporto de alto nível, sobretudo nas modalidades olímpicas, bem como estimular as competições desportivas populares, integrando-as a outros programas da área social (BRASIL, 1980b, p. 24).

Em conjunto à narrativa em prol do desenvolvimento do esporte de rendimento, continuava-se alegando a falta de uma mentalidade esportiva na população brasileira. Desse modo, a "atividade física de lazer" – nome atribuído como sinônimo do esporte de massa – permanecia no vocabulário da SEED/MEC. Ser ativo no tempo e espaço público de lazer conservava-se como uma das maiores recomendações para a saúde da população. Atentava-se cada vez mais para a necessidade de orientação de médicos, professores de Educação Física e outros especialistas devidamente fundamentados em conhecimentos de caráter científico biológico. Quantidade, qualidade, duração, intensidade, frequência e outras tantas variáveis eram descritas cientificamente para fundamentar a importância da atividade física (AZEVEDO, 1980). Ao seguir essa racionalidade, o esporte de rendimento continuava como um modelo a ser perseguido, servindo de fundamento para legitimar e orientar as outras manifestações esportivas.

Nesse período o MEC intensificou seus investimentos nas áreas da Educação Física e do esporte. A título de exemplo, a RBEFD teve seu formato modificado na primeira edição de 1981, com tiragem ampliada de cinco mil para cinquenta mil exemplares distribuídos gratuitamente em território nacional. Elemento que indicava o esforço do MEC de investir na área. Na primeira edição daquele ano, publicada no mês de julho, chama a atenção o fato de não ser mencionada a política de Esporte para Todos. Seu editorial veiculou um texto escrito pelo então Secretário da SEED, Péricles Cavalcanti, cujo conteúdo sistematizou, segundo o próprio autor, as diretrizes que orientariam os novos rumos do país no que tange ao "[...]

desenvolvimento da Educação Física, do Desporto e da Atividade Física de Lazer no período de 1980 a 1985" (CAVALCANTI, 1981, p. 4).

De modo geral, o conteúdo do texto estava em consonância com os preceitos do II PND e o III PSECD e carregava a retórica sobre a importância das atividades físicas no tempo de lazer, sobretudo, nas regiões menos favorecidas e zonas rurais. Advogava a necessidade de investimento em espaços públicos para a prática esportiva, sob a justificativa de que baixa percentagem de praticantes acarretava resultados inexpressivos nas competições esportivas internacionais.

Apesar do EPT não receber grande atenção no periódico oficial da SEED/MEC, especificamente naquelas edições que circularam em 1980, percebe-se no conteúdo das notícias a continuidade de uma política de promoção do esporte de massa. Na RBEFD foram divulgadas outras iniciativas como: a Campanha Vida e o Programa de Iniciação Esportiva (Priesp), ambas promovidas pela Fundação Mudes (BRAGA, 1981); os JEBs; projetos de Atividade Física e Recreação em parques promovidos pelo Projeto Rondon; e outros programas de construção e ocupação de Parques de Atividade Física e de Lazer que, como já discutido, nasceram no seio da política epetista estabelecida na década anterior (LAZER: Projetos na Prática. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, n.º 47, jul./set. de 1981, p. 44).

No que diz respeito à área da educação a década de 1980 foi marcada pela intensificação dos debates sobre a natureza e a "cientificidade" da pesquisa. Aqui cabe destacar, que não por acaso a temática da educação, especificamente da educação permanente, passou a ser recorrentemente associada aos objetivos do movimento EPT[149]. Nesse sentido, com o objetivo de promover reflexões e debates na área, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)[150] criou em 1981 o periódico "Em Aberto". Sua criação coincide com um

---

[149] Nas primeiras edições da Revista Comunidade Esportiva, dizia-se que a expressão Educação Permanente tinha raízes internacionais e que, no Brasil, originalmente a expressão era Educação Onipresente. Movidos por tal racionalidade nacionalista, afirmava-se ainda que a política de esporte de massa (EPT) havia criado concepções próprias, e teria constituído "[...] a primeira escola de pensamento essencialmente nacional em toda a história da Educação Física brasileira" (DACOSTA, 1980d).

[150] O antigo Instituto Nacional de Pedagogia foi instituído no dia 13 de janeiro de 1937. O Decreto-Lei n.º 580, de 30 de julho de 1938, regulamentou a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep). No ano de 1944 foi publicada a primeira edição da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), periódico responsável por fazer circular o conhecimento produzido pela autarquia, até hoje em circulação. Em 1952 assumiu a direção o professor Anísio Teixeira, conferindo maior ênfase ao trabalho de pesquisa. Em 1972, o Inep foi transformado em órgão

momento decisivo para o país, marcado por tensões em prol da reabertura política e redemocratização que, no campo da educação, culminou com a efervescência de discussões sobre um projeto nacional de educação, a criação de importantes entidades e associações do segmento educacional brasileiro e uma ampla produção intelectual e acadêmica de estudos e pesquisas[151] (FÁVERO, 2012; SARAIVA, 2012).

Concomitantemente, no âmbito acadêmico da Educação Física a intensificação dos diálogos com as ciências sociais e humanas contribuiu, conforme aponta Bracht (1999), para a emergência de um "movimento renovador" de análise crítica aos chamados "paradigmas da aptidão física", questionando especialmente seus pilares construídos nas ciências biológicas e se aproximando de um discurso que seguia as lógicas de uma Teoria Crítica do esporte.

Conforme o que já foi abordado na presente tese, a Teoria Crítica do esporte produzida na Europa dos anos 1960-1970 estava cada vez mais presente no ordenamento da área da Educação Física e dos esportes no Brasil, que passaram a ser questionadas na sua função social ao serem analisadas como produtoras e reprodutoras do sistema social e econômico capitalista. Perspectiva essa que, segundo evidenciam Torri e Vaz (2006), Corrêa *et al.* (2014) e Souza *et al.* (2018), parece ter se intensificado justamente no período de transição democrática vivido no país. Essa perspectiva de análise tornou-se uma das interpretações hegemônicas do esporte, notadamente no início da década de 1980.

Outrossim, é necessário considerar a emergência das pesquisas no campo do lazer, que influenciaram diretamente a área (GOMES, 2005; PEIXOTO, 2007; GOMES; PINTO, 2009; BICKEL, 2013; GALANTE, 2018). Percebe-se assim que o

---

autônomo, passando a ser denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, com a missão de realizar diagnósticos sobre a situação educacional do Brasil e, assim, subsidiar a reforma do ensino em andamento – prevista na Lei n.º 5.692/71 –, bem como ajudar na implantação de cursos de pós-graduação. No ano de 1976, seguindo a linha estratégica do governo militar, a sede do Inep foi transferida para Brasília. Na Nova República, em 1985, foi suprimido do Inep o compromisso pelo fomento à pesquisa, mantendo sua função básica de suporte e assessoramento ao MEC. Atualmente o Instituto responde por um sistema de levantamentos estatísticos que tem como eixo central produzir e avaliar todos os níveis educacionais (INEP, 2015).

[151] Dentre as entidades, Fávero (2012) destacou a Associação Nacional de Pós-Graduação (mais tarde de Pós-Graduação e Pesquisa) em Educação (ANPEd), criada em 1978; o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), da Universidade Estadual de Campinas, fundado em 1979; a Associação Nacional de Educação (Ande), de 1979; a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), criada em 1988 e que, depois da promulgação da Constituição, foi transformada em sindicato nacional (Andes-SN); entre outras.

Movimento EPT sofria influências que transcendiam aos interesses do governo militar e estava inserido em um amplo campo de disputas, pois o debate sobre a política epetista havia adentrado em diversas esferas, o que em certa medida ajudou, se não a legitimar, a dar visibilidade e continuidade ao movimento.

Em se tratando do ambiente governamental e institucional, o processo de abertura política vivido no país, segundo aponta Pilati (2012) apresentou novos desafios que exigiram do MEC, e também do Inep, maiores aportes de conhecimento científico e técnico. O ministério não poderia mais apoiar-se nas proposições dos dirigentes designados. Nesse cenário, Fávero (2012, p.19) destacou as seguintes questões:

> Fértil articulação entre agências de fomento à pesquisa e à coordenação da pós-graduação, especialmente o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Inep, propondo programas especiais para a área e assumindo o financiamento das reuniões nacionais das associações, das CBEs [Conferências Brasileiras de Educação], das reuniões de editores de periódicos e dos seminários regionais de pesquisa, assim como da realização de intercâmbios e estágios de pesquisa. Destacam-se a liderança do CNPq e o apoio decisivo do Inep em boa parte dessas iniciativas, inclusive com a publicação de vários números do Em Aberto como subsídio às discussões em curso [...].

A estratégia do Inep foi de utilizar seus recursos para "[...] estimular a comunidade acadêmica a pensar, discutir, analisar e traçar o estado da arte no que dizia respeito às grandes questões educacionais levantadas tanto pelo Ministério como pela sociedade" (PILATI, 2012, p. 42). Nesse sentido, vale sublinhar que o esporte e a escola (educação) são temas que não ficaram esquecidos na política educacional brasileira nas décadas de 1970 e 1980, quando o fenômeno esportivo adentrou, como indicam Bracht (1999), Taborda de Oliveira (2012) e Kunz e Grunnenvaldt (2013), o sistema educacional como fator determinante nas aulas de Educação Física, levando a escola a alimentar-se do sistema piramidal desportivo.

Fávero (2012) e Pilati (2012), apontam que a criação do boletim "Em Aberto" teve um significado especial, pois visou suscitar a reflexão e o debate sobre temas correlatos à educação brasileira. Os autores lembram que a publicação tinha como público alvo o corpo técnico do MEC, mas a tiragem dos primeiros sete mil exemplares evidenciou o interesse do Inep de alcançar outros setores da sociedade,

alegando estar atendendo à demanda da comunidade acadêmica, que fazia uso do impresso como material didático nos cursos de graduação e pós-graduação.

Conforme afirmou o então presidente do Inep, Hélcio Ulhôa Saraiva, o periódico "Em Aberto" constituía-se como um espaço de discussão de livre debate sobre temas correlatos à educação, visando "[...] suscitar a formação de cidadãos críticos, capazes de debater, avaliar e propor soluções para os principais problemas enfrentados pelo País na área da educação (SARAIVA, 2012, p. 12). O conteúdo dos textos veiculados no periódico tendiam para a ideia da formação integral, abrangendo ainda a preparação para o trabalho, deixando a cargo dos estados e instituições definirem como isso se daria, desde que não se recaísse no sistema dual (profissional versus propedêutico).

Essa breve introdução sobre o periódico do Inep se fez necessária para que fosse possível especificar sua relevância no contexto. Pode-se dizer que o periódico materializava outras narrativas que permeavam o discurso do MEC. Assim, buscando dialogar com as áreas da Educação Física e do esporte, o "desporto escolar" foi tema da edição n.º 5 do "Em Aberto" publicado em abril de 1982[152] que contou com o auxílio da SEED/MEC para sua elaboração. Vale sublinhar que o fato de ser publicada uma edição dedicada ao referido tema evidencia a relevância e permeabilidade que o esporte tinha no âmbito da educação do período.

Na apresentação da referida edição abordam-se diversos assuntos correlatos à Educação Física, ao esporte, ao lazer e à educação. Afora os temas reconhecidamente correlatos à área da educação, o impresso trouxe já na primeira página pequenas notas sobre assuntos relacionados à política de Educação Física e de esportes no país. Contudo, no centro da mesma página, um texto introdutório trata da importância do Desporto Escolar para a "formação global do homem":

> O Desporto Escolar, reconhecido, hoje, como fator integrante desse processo de formação e educação, é o tema central deste número.

---

[152] Mais recentemente, a edição n.º 89 do Em Aberto, publicada em 2013, organizou um novo número sobre o esporte. A edição foi organizada por Elenor Kunz e José Tarcísio Grunennvaldt e trouxe como tema "Educação Física Escolar e megaeventos esportivos: quais suas implicações?". Nessa edição os seus organizadores publicaram o Enfoque com o mesmo título do periódico, no qual analisam o discurso sobre a introdução e a regulamentação do esporte escolar no Brasil desde 1982 até 2013, mormente à luz dos escritos publicados na edição n.º 5 do mesmo periódico do Inep.

> No Enfoque, a constatação de que o Desporto Escolar deve e pode ser considerado elemento de integração entre o Sistema Educacional e o Sistema Desportivo, gerando até benefícios, mesmo que indiretos, ao Sistema Social.
> Um trabalho que nos leva a refletir sobre a dicotomia existente entre educação física e desportos, propiciando uma reformulação no sentido em que ambos sejam considerados fatores da formação e educação integral e outro que nos aproxima mais da concepção da UNESCO, da relação entre educação, educação física e desportos para o enriquecimento recíproco são apresentados em Pontos de Vista.
> Na Resenha, a busca de uma solução viável para o ensino esportivo brasileiro e as linhas de ação traçadas no "Manifesto sobre o Esporte".
> Uma Bibliografia sobre o assunto e o Painel, constituído de matéria relativa ao tema central e a diversos assuntos (INEP, 1982, n.p.).

Os escritos que seguem a apresentação foram, na quase totalidade, reproduções daqueles que circularam na RBEFD dos anos 1970, o que de certo modo evidencia que a mentalidade esportiva daquele período continuava latente, ao menos no ordenamento oficial do governo federal[153]. Na seção intitulada "Pontos de Vista", foram reproduzidos textos anteriormente publicados na RBEFD: "Educação Física e Desporto: cooperação ou conflito?" (SEURIN, 1973) e "Desporto e Educação" (MAHEU, 1973b). O referido periódico do Inep veiculou ainda duas resenhas: uma delas sobre a dissertação de mestrado de Otávio Fanali[154], publicada em 1981, que advogava sobre a criação de Clubes Escolares, aos moldes da legislação em vigor que regulamentava o Sistema Desportivo Nacional, visando fomentar a iniciação esportiva aos estudantes de 1º e 2º graus para desenvolver o esporte profissional; e uma resenha sobre o MME da ICSPE, que também foi publicado na RBEFD em 1973 (MANIFESTO SOBRE O DESPORTO, 1973).

O Enfoque da referida edição do "Em Aberto" estava no texto escrito pelo organizador do número, Ruthenio de Aguiar, intitulado "Desporto Escolar". O autor propõe reflexões sobre os desdobramentos decorrentes da publicação de dois documentos oficiais produzidos pela Subsecretaria de Desportos do MEC e publicados naquele ano: a Portaria Ministerial n.º 129, de 02 de abril de 1982; e a

---

[153] Torna-se importante registrar, conforme apontou Pilati (2012), que nas primeiras edições, uma vez definido o tema, havia um esforço em contratar especialistas em regime ad hoc para produzir o conteúdo do material, embora sempre com o apoio da equipe técnica do Inep (editoração e pesquisa). Por vezes, dada a dificuldade e demora de fechamento das matérias, a execução passou a ser responsabilidade direta do Inep.

[154] FANALI, Otávio Augusto Aníbal Cattani. Plano para desenvolvimento de diretrizes para formação de esportistas de alto nível técnico, utilizando a rede escolar do 1º e 2º graus. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Universidade de São Paulo, 1981. 54p. Mimeo.

Portaria SEED/MEC n.º 001, de 07 de abril de 1982[155]. De modo geral os documentos tratam da Regulamentação do esporte escolar, o que segundo Aguiar (1982) representou a intensificação das medidas destinadas à sua implantação e expansão, especialmente o aumento considerável de recursos financeiros destinados ao desporto escolar naquele período.

O teor do texto de Aguiar (1982) distanciava o esporte das bases do sistema educativo, tendendo à defesa pelo desenvolvimento de estratégias de ampliação da massa praticante de esportes nas escolas de 1º e 2º graus. O que supostamente acarretaria no melhor "nível de desenvolvimento" da elite esportiva. Essa retórica demonstra que, apesar do investimento na promoção do esporte de massa, o mesmo continuava sendo tratado como um meio para o desenvolvimento da vertente de rendimento. O autor do texto faz questão de registrar que deixou de lado a discussão sobre a Educação Física e o EPT para abordar e defender exclusivamente o Desporto, isto é, as estratégias de procura, captação, e desenvolvimento de "talentos" que, após identificados, seriam treinados para competir em alto nível. Segundo essa racionalidade esperava-se que a escola fosse tratada como *locus* privilegiado para seleção de talentos, na medida em que:

> - a rede escolar abrange todo o território nacional, penetrando em todas as comunidades e atinge indivíduos com características biotipológicas e raciais das mais variadas e em grande escala;
> - os Sistemas de Ensino já possuem a infraestrutura organizacional necessária implantada e em funcionamento;
> - as escolas possuem os recursos humanos (professores de educação física) necessários e muitas dispõem de instalações desportivas;
> - a atividade desportiva já vem sendo praticada na escola, embora de forma assistemática, há muito tempo (AGUIAR, 1982, p. 3).

Portanto, apesar do periódico do Inep veicular textos caros aos debates sobre a promoção do direito ao esporte e, sobretudo, a ampliação do entendimento sobre o papel do esporte na formação, para além da sua dimensão de rendimento, o mesmo documento, produzido em parceria com a SEED/MEC, não abordou outras manifestações do esporte. Destaca-se que não será o propósito aqui buscar

---

[155] Após extensa busca na internet e um pedido formal realizado junto ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) do governo federal, não foi possível obter acesso à ambos os documentos.

compreender os motivos que levaram à ausência de discussões específicas sobre as outras dimensões nas páginas do referido impresso. No entanto, a ausência do debate sobre o EPT, em um impresso oficial do MEC transparece que a dimensão esportiva de maior legitimidade na política educacional estava relacionada a vertente de rendimento.

Mas o fato do debate sobre o EPT aparentemente perder fôlego em algumas instâncias não representa o desinteresse do próprio MEC e tampouco dos diversos agentes interessados em promovê-lo. Já no primeiro mês de 1980 foi lançada a primeira edição da Revista Comunidade Esportiva, publicada pelo Mobral. Já na capa um texto de apresentação do impresso escrito pelo presidente do Mobral, Arlindo Lopes Corrêa, que advoga o sucesso da primeira etapa da política epetista – a Campanha EPT. Corrêa (1980a) anuncia um novo ciclo da sua política e, ao mesmo tempo, denuncia as disputas no campo político esportivo que teriam impedido a sua inserção no Sistema Desportivo Nacional:

> Sabíamos que desde o início, que tínhamos uma corrida contra o tempo: a inovação do Esporte para Todos só se estabeleceria, como fato consumado, a curto prazo, de modo a torná-lo imune a desvirtuamentos e neutralizações dos sempre presentes tradicionalistas do esporte brasileiro. Para isso, fizemos simplificações e não procuramos compatibilizações políticas de longo prazo. Como consequência, fomos frequentemente mal interpretados e ainda permanecemos à margem do Sistema Desportivo Nacional (CORRÊA, 1980a, p. 1).

Na edição seguinte da RCE, Lamartine Pereira da Costa (1980b) escreveu o texto de apresentação tecendo críticas ao "modelo tradicional" de esporte, onde denuncia os chamados "esquemas rígidos organizacionais e metodológicos" no âmbito esportivo. Para o autor, o futuro estaria na "simplicidade" da prática esportiva não formal. O tom de crítica estava direcionado ao modelo de seleção de talentos esportivos e na pirâmide esportiva, que por sinal fora enaltecido pelo Inep:

> [...] o mito da continuidade ainda persiste entre os profissionais da nossa área, refletindo as exigências de maximização dos resultados dos exercícios. Falta-nos, no caso, consciência de que as comunidades e as pessoas assumem mais eficazmente a continuidade através de hábito adquirido pelo gosto da prática descontínua e natural.
> Outro mito, ainda mais importante, é o da instalação esportiva, objetivo histórico e obsessivo da maioria dos nossos dirigentes. A drenagem dos recursos existentes para construções que renderiam a mesma coisa ou menos do que simples improvisações tem inibido o desenvolvimento esportivo tanto na base como no alto nível (DACOSTA, 1980b, p. 1).

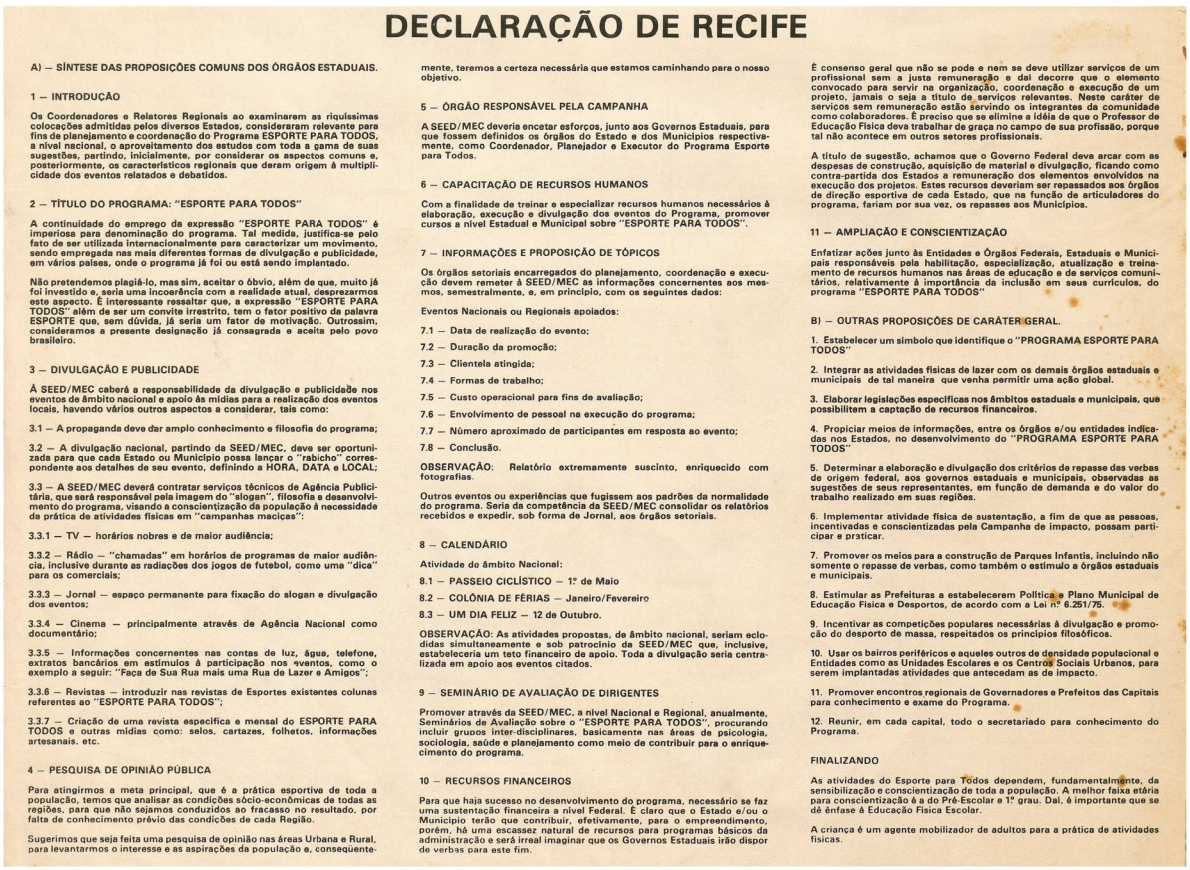
Como já abordado, é no mínimo paradoxal perceber que o modelo piramidal estava presenta nas justificativas e pressupostos da Campanha e, por sua vez, no conteúdo de diversos materiais produzidos pelos agentes epetistas. Por diversas vezes é possível perceber que uma das justificativas para a política epetista se dava pelo fato de ampliar o quantitativo de participantes e, assim, aumentar as chances de produzir novos atletas. Mesmo não sendo objeto de análise da presente tese, é oportuno mencionar que o esforço dos agentes e instituições para legitimar a política epetista parecia evidenciar disputas na área. Para isso, evocavam-se diversas narrativas, por vezes contraditórias, para justificar e legitimar as ações.

Outrossim, o periódico epetista veiculava de modo recorrente informações que enalteciam o sucesso das suas iniciativas. É fato que, em algumas instâncias o MEC parecia ainda acreditar nessa política. Por tal motivo o governo decidiu criar, no âmbito do ministério, uma repartição responsável exclusivamente pelo EPT. Ao lado do texto supracitado, verifica-se a notícia de que o governo federal estaria desenvolvendo uma nova orientação para a política epetista com início naquele ano:

> O Esporte para Todos deverá receber nova orientação por parte do Governo Federal a partir de 1980. Por decisão do Coronel Péricles Cavalcanti, Secretário de Educação Física e Desportos do MEC, foi realizado em novembro último, em recife, um seminário visando a avaliação estabelecimento de proposições para o futuro do EPT no âmbito governamental (RECIFE: novos rumos para o EPT. Comunidade Esportiva, n.º 1, janeiro de 1980, p. 1).

A notícia se refere ao Seminário de Avaliação do EPT, realizado na cidade de Recife, entre os dias 23 e 26 de novembro de 1979, organizado pela Fundação para o Desenvolvimento do Esporte em Pernambuco (Fundespe) em parceria com a SEED/MEC. O evento foi direcionado aos representantes de diversos estados brasileiros e contou com a "cobertura técnica" de agentes epetistas como: Myriam Delamare (Fundação Roberto Marinho), Person Cândido Matias (UFRJ), Ahylton da Conceição (CND), de Manfred Löcken e Jürgen Palm, os dois últimos colaboradores oriundos do Convênio de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha. Ao término dos debates foi elaborado um documento para servir de referência geral a todos os órgãos de Educação Física e Desportos do país, a chamada "Declaração de Recife", publicada na íntegra na referida edição da RCE (Figura 14), e que foi considerada o "[...] embrião da nova política do Governo Federal com relação ao EPT" (RECIFE: novos rumos para o EPT. Comunidade Esportiva, n.º 1, jan. 1980, p. 1).

Figura 14 - Declaração de Recife



DECLARAÇÃO DE RECIFE

A) — SÍNTESE DAS PROPOSIÇÕES COMUNS DOS ÓRGÃOS ESTADUAIS.

1 — INTRODUÇÃO

Os Coordenadores e Relatores Regionais ao examinarem as riquíssimas colocações admitidas pelos diversos Estados, consideraram relevante para fins de planejamento e coordenação do Programa ESPORTE PARA TODOS, a nível nacional, o aproveitamento dos estudos com toda a gama de suas sugestões, partindo, inicialmente, por considerar os aspectos comuns e, posteriormente, os característicos regionais que deram origem à multiplicidade dos eventos relatados e debatidos.

2 — TÍTULO DO PROGRAMA: "ESPORTE PARA TODOS"

A continuidade do emprego da expressão "ESPORTE PARA TODOS" é imperiosa para denominação do programa. Tal medida, justifica-se pelo fato de ser utilizada internacionalmente para caracterizar um movimento, sendo empregada nas mais diferentes formas de divulgação e publicidade, em vários países, onde o programa já foi ou está sendo implantado.

Não pretendemos plagiá-lo, mas sim, aceitar o óbvio, além de que, muito já foi investido e, seria uma incoerência com a realidade atual, desprezarmos este aspecto. É interessante ressaltar que, a expressão "ESPORTE PARA TODOS" além de ser um convite irrestrito, tem o fator positivo da palavra ESPORTE que, sem dúvida, já seria um fator de motivação. Outrossim, consideramos a presente designação já consagrada e aceita pelo povo brasileiro.

3 — DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE

À SEED/MEC caberá a responsabilidade da divulgação e publicidade nos eventos de âmbito nacional e apoio às mídias para a realização dos eventos locais, havendo vários outros aspectos a considerar, tais como:

3.1 — A propaganda deve dar amplo conhecimento e filosofia do programa;

3.2 — A divulgação nacional, partindo da SEED/MEC, deve ser oportunizada para que cada Estado ou Município possa lançar o "rabicho" correspondente aos detalhes de seu evento, definindo a HORA, DATA e LOCAL;

3.3 — A SEED/MEC deverá contratar serviços técnicos de Agência Publicitária, que será responsável pela imagem do "slogan", filosofia e desenvolvimento do programa, visando a conscientização da população à necessidade da prática de atividades físicas em "campanhas maciças":

3.3.1 — TV — horários nobres e de maior audiência;

3.3.2 — Rádio — "chamadas" em horários de programas de maior audiência, inclusive durante as radiações dos jogos de futebol, como uma "dica" para os comerciais;

3.3.3 — Jornal — espaço permanente para fixação do slogan e divulgação dos eventos;

3.3.4 — Cinema — principalmente através de Agência Nacional como documentário;

3.3.5 — Informações concernentes nas contas de luz, água, telefone, extratos bancários em estímulos à participação nos eventos, como o exemplo a seguir: "Faça de Sua Rua mais uma Rua de Lazer e Amigos";

3.3.6 — Revistas — introduzir nas revistas de Esportes existentes colunas referentes ao "ESPORTE PARA TODOS";

3.3.7 — Criação de uma revista específica e mensal do ESPORTE PARA TODOS e outras mídias como: selos, cartazes, folhetos, informações artesanais. etc.

4 — PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

Para atingirmos a meta principal, que é a prática esportiva de toda a população, temos que analisar as condições sócio-econômicas de todas as regiões, para que não sejamos conduzidos ao fracasso no resultado, por falta de conhecimento prévio das condições de cada Região.

Sugerimos que seja feita uma pesquisa de opinião nas áreas Urbana e Rural, para levantarmos o interesse e as aspirações da população e, consequentemente, teremos a certeza necessária que estamos caminhando para o nosso objetivo.

5 — ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA CAMPANHA

A SEED/MEC deveria encetar esforços, junto aos Governos Estaduais, para que fossem definidos os órgãos do Estado e dos Municípios respectivamente, como Coordenador, Planejador e Executor do Programa Esporte para Todos.

6 — CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Com a finalidade de treinar e especializar recursos humanos necessários à elaboração, execução e divulgação dos eventos do Programa, promover cursos a nível Estadual e Municipal sobre "ESPORTE PARA TODOS".

7 — INFORMAÇÕES E PROPOSIÇÃO DE TÓPICOS

Os órgãos setoriais encarregados do planejamento, coordenação e execução devem remeter à SEED/MEC as informações concernentes aos mesmos, semestralmente, e, em princípio, com os seguintes dados:

Eventos Nacionais ou Regionais apoiados:

7.1 — Data de realização do evento;

7.2 — Duração da promoção;

7.3 — Clientela atingida;

7.4 — Formas de trabalho;

7.5 — Custo operacional para fins de avaliação;

7.6 — Envolvimento de pessoal na execução do programa;

7.7 — Número aproximado de participantes em resposta ao evento;

7.8 — Conclusão.

OBSERVAÇÃO: Relatório extremamente suscinto, enriquecido com fotografias.

Outros eventos ou experiências que fugissem aos padrões da normalidade do programa. Seria da competência da SEED/MEC consolidar os relatórios recebidos e expedir, sob forma de Jornal, aos órgãos setoriais.

8 — CALENDÁRIO

Atividade do âmbito Nacional:

8.1 — PASSEIO CICLÍSTICO — 1º de Maio

8.2 — COLÔNIA DE FÉRIAS — Janeiro/Fevereiro

8.3 — UM DIA FELIZ — 12 de Outubro.

OBSERVAÇÃO: As atividades propostas, de âmbito nacional, seriam eclodidas simultaneamente e sob patrocínio da SEED/MEC que, inclusive, estabeleceria um teto financeiro de apoio. Toda a divulgação seria centralizada em apoio aos eventos citados.

9 — SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DE DIRIGENTES

Promover através da SEED/MEC, a nível Nacional e Regional, anualmente, Seminários de Avaliação sobre o "ESPORTE PARA TODOS", procurando incluir grupos inter-disciplinares, basicamente nas áreas de psicologia, sociologia, saúde e planejamento como meio de contribuir para o enriquecimento do programa.

10 — RECURSOS FINANCEIROS

Para que haja sucesso no desenvolvimento do programa, necessário se faz uma sustentação financeira a nível Federal. É claro que o Estado e/ou o Município terão que contribuir, efetivamente, para o empreendimento, porém, há uma escassez natural de recursos para programas básicos da administração e será irreal imaginar que os Governos Estaduais irão dispor de verbas para este fim.

É consenso geral que não se pode e nem se deve utilizar serviços de um profissional sem a justa remuneração e daí decorre que o elemento convocado para servir na organização, coordenação e execução de um projeto, jamais o seja a título de serviços relevantes. Neste caráter de serviços sem remuneração estão servindo os integrantes da comunidade como colaboradores. É preciso que se elimine a idéia de que o Professor de Educação Física deva trabalhar de graça no campo de sua profissão, porque tal não acontece em outros setores profissionais.

A título de sugestão, achamos que o Governo Federal deva arcar com as despesas de construção, aquisição de material e divulgação, ficando como contra-partida dos Estados e remuneração dos elementos envolvidos na execução dos projetos. Estes recursos deveriam ser repassados aos órgãos de direção esportiva de cada Estado, que na função de articuladores do programa, fariam por sua vez, os repasses aos Municípios.

11 — AMPLIAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

Enfatizar ações junto às Entidades e Órgãos Federais, Estaduais e Municipais responsáveis pela habilitação, especialização, atualização e treinamento de recursos humanos nas áreas de educação e de serviços comunitários, relativamente à importância da inclusão em seus currículos, do programa "ESPORTE PARA TODOS"

B) — OUTRAS PROPOSIÇÕES DE CARÁTER GERAL.

1. Estabelecer um símbolo que identifique o "PROGRAMA ESPORTE PARA TODOS"

2. Integrar as atividades físicas de lazer com os demais órgãos estaduais e municipais de tal maneira que venha permitir uma ação global.

3. Elaborar legislações específicas nos âmbitos estaduais e municipais, que possibilitem a captação de recursos financeiros.

4. Propiciar meios de informações, entre os órgãos e/ou entidades indicadas nos Estados, no desenvolvimento do "PROGRAMA ESPORTE PARA TODOS"

5. Determinar a elaboração e divulgação dos critérios de repasse das verbas de origem federal, aos governos estaduais e municipais, observadas as sugestões de seus representantes, em função de demanda e do valor do trabalho realizado em suas regiões.

6. Implementar atividade física de sustentação, a fim de que as pessoas, incentivadas e conscientizadas pela Campanha de impacto, possam participar e praticar.

7. Promover os meios para a construção de Parques Infantis, incluindo não somente o repasse de verbas, como também o estímulo a órgãos estaduais e municipais.

8. Estimular as Prefeituras a estabelecerem Política e Plano Municipal de Educação Física e Desportos, de acordo com a Lei nº 6.251/75.

9. Incentivar as competições populares necessárias à divulgação e promoção do desporto de massa, respeitados os princípios filosóficos.

10. Usar os bairros periféricos e aqueles outros de densidade populacional e Entidades como as Unidades Escolares e os Centros Sociais Urbanos, para serem implantadas atividades que antecedam as de impacto.

11. Promover encontros regionais de Governadores e Prefeitos das Capitais para conhecimento e exame do Programa.

12. Reunir, em cada capital, todo o secretariado para conhecimento do Programa.

FINALIZANDO

As atividades do Esporte para Todos dependem, fundamentalmente, da sensibilização e conscientização de toda a população. A melhor faixa etária para conscientização é a do Pré-Escolar e 1º grau. Daí, é importante que se dê ênfase à Educação Física Escolar.

A criança é um agente mobilizador de adultos para a prática de atividades físicas.

Fonte: Comunidade Esportiva, n.º 1, jan. 1980, p. 2.

No que parece um esforço de buscar alinhar a política EPT com o II PND e o III PSECD, os agentes epetistas registraram na primeira edição da RCE de 1980 a intenção de inclui-lo no Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED 1981-1985) (DACOSTA; DELAMARE; MATIAS, 1980, p. 2). O documento chama a atenção ao caráter centralizador da "nova" política epetista, especialmente no item 5, que versa sobre a necessidade de haverem órgãos estaduais e municipais responsáveis por coordenar, planejar e executar o programa EPT.

O texto recuperou o ordenamento da recém desativada Campanha, incluindo a retórica de que o EPT também estava a serviço da promoção do esporte de rendimento, por contribuir para o desenvolvimento da base da pirâmide esportiva. Dos Passeios Ciclísticos às Corridas a Pé, passando pelos Parques de Lazer e repousando nas Colônias de Férias, as estratégias de promoção e divulgação de suas ações não pareciam configurar aquilo que se dizia ser uma "nova" política epetista. Mais ainda, o caráter prescritivo da Declaração parece subtrair das

iniciativas epetistas o tão propagado desejo de conferir autonomia às comunidades (DECLARAÇÃO de Recife. Comunidade Esportiva, n.º 1, janeiro de 1980, p. 2).

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que a política epetista estava produzindo frutos em diversas regiões brasileiras, haja vista a multiplicidade de iniciativas acadêmicas e comunitárias que surgiram, autoproclamando-se em prol do Esporte para Todos. Sendo assim, não por acaso o governo optou, mesmo após a desativação da Campanha, em dar continuidade a essa política, criando uma superintendência específica para tal. Merece destaque o fato de que muitas das ações previstas no cronograma da Campanha, como as Colônias de Férias, Passeios Ciclísticos, Corridas a Pé e outras que até então não estavam previstas no calendário de diversos estados e municípios brasileiros, após a Campanha, passaram a compor sua programação oficial.

No tópico 2 da "Declaração de Recife", que trata da escolha do título do Programa, Esporte para Todos, afirma-se que "a continuidade do emprego da expressão "Esporte para Todos" é imperiosa para denominação do programa", justificando-se tal escolha "[...] pelo fato de ser utilizada internacionalmente para caracterizar um movimento [...]" (DECLARAÇÃO de Recife. Comunidade Esportiva, n.º 1, jan. 1980, p. 2). Na mesma edição da RCE, quatro páginas adiante, Lamartine Pereira da Costa, editor chefe do periódico, apresentava a seguinte narrativa:

> O EPT, ou por extenso, o Esporte para Todos, é apenas um nome entre vários que convergem para pontos de identificação comuns. Da Unesco recebemos a denominação "esporte de massa"; a SEED-MEC adota o "desporto de lazer", enquanto são correntes as expressões "esporte recreativo", "esporte comunitário", "esporte para qualquer pessoa", "lazer esportivo", "iniciação esportiva", etc. (DACOSTA, 1980a, p. 6).

Sem entrar no mérito de problematizar os motivos para tal contradição, o que se quer sobrelevar é o período de transição pelo qual passava a política epetista no âmbito do MEC. Mas deve-se considerar que o EPT era recebido e interpretado de modo diverso pelos agentes envolvidos. Esse fato é reconhecido pelo próprio Da Costa (1980a, p.6), quando afirma que "[...] a diversidade de nomenclaturas indica sobretudo a variedade de interpretações do significado desse fato".

Nesse cenário multifacetado, o conceito de Educação Permanente, cunhado no âmbito da Unesco, relacionava-se cada vez com a política epetista, e vice-versa. No mês de março de 1980, a RCE veiculou na capa um texto escrito por Arlindo

Lopes Corrêa, presidente do Mobral, que anunciava oficialmente os primórdios do relacionamento do EPT com a Educação Permanente:

> Algo semelhante ocorre com a Educação em geral, que está procurando novos caminhos junto à comunidade. Como anteriormente assumimos os riscos de dar partida, no Brasil, ao que hoje se chama "educação permanente", "educação alternativa", "educação popular" etc., estamos à vontade para receber este fenômeno e lhe dar o devido tratamento. Portanto, antes éramos uma Campanha, um meio do Esporte para Todos; hoje somos um meio de todos e para todos..." (CORRÊA, 1980c, p. 1).

Outro fator que merece ser registrado diz respeito ao processo de transição pelo qual passava o MEC, quando grande parte de sua estrutura estava sendo reformulada. Tratava-se do estabelecimento de uma nova organização para a SEED/MEC, o que se deu por meio da Portaria n.º 522 publicada em 1º de setembro de 1981 (BRASIL, 1981) e a consequente criação da SUEPT. Com a criação dessa, a política de Esporte para Todos "recuperou" o seu lugar junto à política de Educação Física e Esportes do MEC (SEED: mudanças, seminários e mais verbas. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, n.º 4, out./dez. de 1981, p. 46). Assim, no interstício (1979-1981) entre a desativação da Campanha e a criação da SUEPT, houve um evidente "silêncio", por parte do governo e da imprensa analisada, na publicação de conteúdos sobre a política epetista, salvo no periódico oficial do EPT, a Revista Comunidade Esportiva.

Paradoxalmente, a criação de um órgão oficial especificamente encarregado pela gestão da política epetista no país, dizia-se defensor e promotor de seu processo de descentralização. Uma das primeiras ações da SUEPT foi criar a chamada Rede Nacional de Esporte para Todos (Rede EPT). O objetivo era de desenvolver um sistema nacional para circular informações, integrando agentes e instituições, com intuito de fortalecer e disseminar ainda mais o EPT em território nacional (REDE Nacional de Esporte para Todos. Comunidade Esportiva, n.º 19, jul./ago. 1982, p. 13-14). Segundo Valente (1993), a Rede foi planejada para ser um sistema de âmbito nacional destinado a potencializar as estratégias de disseminação de informações das ações que compunham o EPT, com o objetivo de incentivar as práticas das atividades esportivas nas comunidades.

Assim, se até então o Estado havia assumido o controle das iniciativas desenvolvidas durante a Campanha, a inauguração de uma Rede EPT no ano de 1982 parecia dar um novo tom para as ações. Naquele período o governo propunha

a partilha das responsabilidades pelo fomento da educação, da cultura e do esporte no Brasil, sempre com a devida contrapartida dos chamados "parceiros" privados:

> Em nome da criatividade da iniciativa privada, e do compromisso de todos com a construção de um país melhor, a Secretaria de Educação Física e Desportos anunciava os "novos tempos" da política brasileira para o setor: a parceria entre o Estado e o grande empresariado no fomento ao esporte. Estava encerrada a fase de centralização e de protagonismo do Estado na gestão dos assuntos relativos ao esporte. Incentivava-se o fortalecimento das confederações, evocava-se o entendimento nacional para projetar o desenvolvimento esportivo. O Estado centralizador, autoritário, via-se diante do constrangimento de assumir o seu fracasso no cumprimento de metas estabelecidas uma década antes (TABORDA DE OLIVEIRA, 2012, p. 167).

O governo militar começava a se desvencilhar da tutela sobre esporte, convocando a iniciativa privada para assumir os encargos do fomento do esporte no Brasil. Entre um estado paternalista e os primeiros ventos do chamado neoliberalismo no mundo, o Brasil parecia ficar a meio caminho entre a construção de um Estado de corte liberal e a sua tradição política de forte apelo compensatório e assistencialista. Portanto, pode-se reconhecer que a criação da Rede representou um marco na inauguração de um novo ciclo da política epetista no Brasil.

3.2 A CRIAÇÃO DA REDE EPT E A DISSEMINAÇÃO DOS IDEAIS EPETISTAS

Após a criação da SUEPT foram elaboradas novas estratégias para a política epetista. Torna-se oportuno ressaltar que, apesar da imprensa geral e de periódicos oficiais do MEC pouco abordarem a temática do EPT, no período entre a desativação da Campanha e a criação da Rede, a imprensa especializada, mormente o Comunidade Esportiva, revelam que diversas iniciativas continuavam ocorrendo de maneira difusa em múltiplos estados e municípios brasileiros. Assim, a criação da SUEPT parece ter caminhado ao encontro do interesse de diversos grupos sociais que aderiram, sob diversos entendimentos, ao Movimento EPT.

Como dito, o lançamento oficial da Rede foi um marco nesse contexto. O mesmo ocorreu durante o "Curso de Capacitação de técnicos para programas EPT", realizado no período de 26 a 30 de abril de 1982, no Rio de Janeiro, que reuniu representantes das Secretarias de Educação e Cultura dos diversos estados brasileiros. Esses representantes receberam do MEC a missão de atuar como agentes de mobilização do EPT em todo território nacional. Foi firmado um convênio

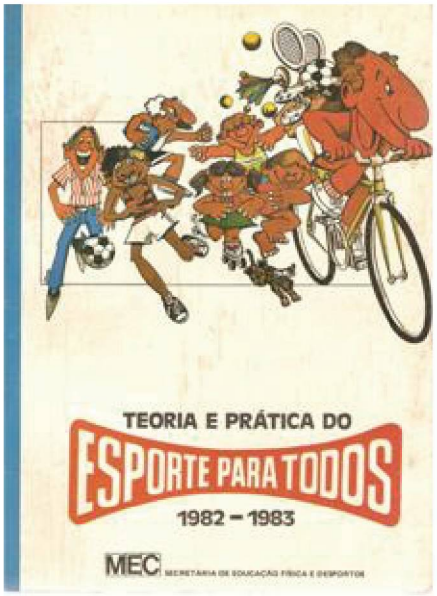
entre a SEED/PR e a Fundação Centro Brasileiro e Televisão Educativa (Funteve). A ideia era que esta promovesse a Rede via Rádio, e a RCE via material impresso.

O discurso oficial da Rede destacava com recorrência a necessidade de fortalecer a autonomia das comunidades, no sentido de desenvolver de modo descentralizado a gestão e difusão do esporte de massa. DaCosta (1981) registrou que após a desativação da Campanha, o movimento sobreviveu justamente por conta da pujança comunitária empreendida em diversas localidades do país. Houve inúmeros esforços para dar continuidade e propagar os ideais do movimento, que somados teriam constituído a Rede. Portanto, em teoria a proposta era que o Movimento EPT continuasse existindo de maneira independente do controle do Estado. Conforme análise de Valente (1993), apesar da Rede ter sido criada nos interstícios da SUEPT, ela percorreu caminhos independentes notadamente no que tange à "dimensão de comunicação".

Ao mesmo tempo, no editorial da RCE n.º 21 de 1983 o secretário da SEED/MEC enaltecia a estratégia da SUEPT de ter posicionado um agente epetista em cada Unidade Federativa – configurando a Rede – que seria responsável por formar novos recursos humanos e promover eventos não formais de esporte em todo território nacional. Assim, se no plano teórico continuava-se afirmando a intenção em promover e valorizar a autonomia comunitária, na prática as ações do Estado caminhavam no sentido de manter o controle da política epetista. Isso não significa que as ações ocorriam integralmente sob o controle e a tutela estatal. Afinal se considerar somente a amplitude e a diversidade de agentes e instituições que configuravam a Rede, pode-se inferir que era impossível, por parte do Estado e também dos agentes epetistas, manter o controle de toda das ações.

Havia um esforço também em padronizar a identidade visual do EPT, seguindo a orientação do Documento Básico da Campanha. Mas foi na década de 1980 que um símbolo para o EPT foi criado e acabou se tornando de uso comum não só nos documentos oficiais, periódicos e promoções nacionais, mas também nas ações locais. O livro "Teoria e Prática do Esporte para Todos (1982-1983)", escrito por Lamartine Pereira da Costa e editado pelo MEC, foi um dos primeiros a trazer o que foi considerada a logomarca oficial do EPT no Brasil (Figura 15).

Figura 15 - Capa do livro Teoria e Prática do Esporte para Todos



FONTE: DACOSTA, Lamartine Pereira. Teoria e prática do Esporte para Todos: 1982- 1983. Brasília: Secretaria de Educação Física e Desporto, MEC, 1983.

No Jornal do Esporte para Todos (JEPT), o seu editor Lamartine Pereira da Costa afirmou que "[...] a simbologia epetista é basicamente artesanal: o logotipo que é impresso (vide título desse Jornal) nada mais representa do que uma faixa. Essa sim é o símbolo tradicional do EPT, uma vez que pode ser reproduzida em qualquer lugar, por qualquer pessoa" (RÁPIDAS, Rápidas, Rápidas. Jornal do Esporte para Todos, n.º 7, 1983, p. 7). O teor do texto sugeria que a "simbologia epetista" havia sido criada recentemente. Vários anúncios, propagandas de serviços e promoções locais incorporaram a referida simbologia.

Figura 16 - Projeto “Férias Quentes”, Sorocaba/SP



Fonte: Jornal do Esporte para Todos, n.º 07, 1983, p. 6.

Figura 17 - Projeto “Férias Quentes”, Sorocaba/SP[156]



Fonte: Jornal do Esporte para Todos, n.º 07, 1983, p. 7.

[156] Ao lado esquerdo o personagem “Zumbinho”, idealizado por Luiz Carlos (União dos Palmares) apresentado no Seminário de Implantação da Rede EPT em Alagoas. O personagem é uma homenagem ao Quilombo dos Palmares, que se localiza no município de União dos Palmares, e foi lançado oficialmente no dia 20 de novembro de 1983. Ao centro, o índio remador de uma ação epetista no Amazonas. Ao lado direito, o símbolo de uma promoção local do EPT na Bahia, representando a Capoeira.

Nesse sentido, cabe destacar que a Rede era definida oficialmente como "[...] um sistema nacional que procura integrar pessoas e entidades, veiculando informações de forma coerente, em todas as direções e sentidos, estimulado, mobilizando e conscientizando cada um de seus elementos para a prática do EPT" (REDE Nacional de Esporte para Todos. Comunidade Esportiva, n.º 19, jul./ago. 1982, p. 3). Para viabilizar esse projeto, criou-se um grupo de coordenadores com objetivo de promover, difundir, administrar, informar tecnicamente, treinar, integrar, avaliar e, principalmente, "descobrir" todas as manifestações de EPT que aconteciam nas comunidades brasileiras (REDE Nacional de Esporte para Todos. Comunidade Esportiva, n.º 19, jul./ago. 1982, p. 3). Tais informações seriam concentradas em uma Central de Informações sobre o Esporte para Todos. Além da Funteve, outras entidades também atuaram via Rádio: Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquete Pinto (CBRERP), Secretarias de Educação e Cultura (SEC), Universidades, Rádios Educativas e Comunidades.

As estratégias publicitárias envolviam configurações ditas "artesanais" e eletrônicas, desde as trocas de informações entre os agentes até os meios de comunicação de massa, que convergiam para uma "Central de Difusão da Rede Nacional de Esporte para Todos", criada em 1982 com sede na Praça da República, cidade do Rio de Janeiro, para onde convergiam as informações produzidas pelos agentes epetistas e, posteriormente, eram disseminadas em todo o território nacional.

Tratava-se, portanto, de um sistema multimídia que reiterava a retórica sobre a autonomia, o pluralismo e a descentralização das ações para as comunidades, muito embora a Rede fosse oriunda da SUEPT, uma subsecretaria vinculada à SEED/MEC, ou seja, estava inscrito na esfera estatal, o que de certo modo leva a questionar o grau de autonomia das ações. Por outro lado, há que se considerar, conforme destacou Valente (1993), que o Movimento EPT, nos limites, também percorreu caminhos independentes e livres das ingerências governamentais.

No que diz respeito à transmissão via rádio, além do respaldo oficial, a Rede não enfrentou muitos obstáculos para se inserir nesse ambiente de comunicação. Naquele período havia a necessidade de criação de novas dinâmicas para os programas educativos. Assim, o EPT foi visto como uma possibilidade de contribuir com esse projeto, adequando-se às expectativas do Serviço de Radiodifusão Educativa do MEC (SRE-MEC). Mas por uma série de fatores esse projeto não foi

adiante, sobretudo, pela carência de profissionais especializados atuantes na Rede, pela falta de estúdios e de horários adequados na Rádio MEC para a difusão dos programas, pela necessidade de constante improvisação da equipe da Rede, por atrasos na remessa de materiais, pela omissão de algumas emissoras locais e pela precariedade na cooperação entre a Rádio MEC e a Central de Difusão da Rede EPT (DIAS *et al.*, 1986; TEIXIERA, 2015). Assim os Programas de Rádio:

> [...] passaram a ser produzidos pelo Centro Brasileiro de Rádio Educativo Roquete Pinto – CBRERP (sucessor do SER), que se responsabilizava por indicar redator, locutor e outros técnicos, cabendo à Rede EPT fornecer o conteúdo bruto a ser por eles trabalhado e avaliar o "Script" e o programa gravado do ponto-de-vista desse conteúdo. Com isso, desviou-se a proposta inicial que de participativa, comunitária sem visão única especialista e descentralizada, passou a ser vista pelo ângulo mais conservador e tradicional, pouco participativo, preponderantemente sob a ótica de elementos do Rádio, seguindo a rotina do CBRERP à época (DIAS *et al.*, 1986, p. 18-19).

A constituição de um programa radiofônico do EPT associado ao CBRERP, apesar de reduzido a uma inserção dominical de 15 minutos, tornou possível a produção e disseminação em âmbito nacional de um conteúdo sintetizado e focado nos objetivos do EPT. A Rede contou com o apoio dos estúdios de rádio do MEC sediados na cidade do Rio de Janeiro, um espaço improvisado com seis pessoas dedicadas a produzir programas educacionais e culturais semanais compartilhados por aproximadamente 800 emissoras de rádio espalhadas em território nacional (BRAMANTE *et al.*, 2002). O treinamento de agentes epetistas, para atuarem nos programas de rádio e nos diversos núcleos, eram constantes.

Todavia, apesar do valor significativo dos programas de rádio, esses eram mais uma das várias estratégias utilizadas pela Rede. Além dos programas radiofônicos também foram produzidos diversos impressos publicitários e periódicos oficiais. Reivindicava-se um caráter mais científico para as produções do Movimento. Com esse intuito, o Jornal Comunidade Esportiva, a primeira mídia do EPT, foi elevado ao *status* de Revista Comunidade Esportiva e incorporado à Rede (BRAMANTE *et al.*, 2002). Ainda no início da década de 1980 foram publicadas as primeiras Dissertações e Teses sobre o Esporte para Todos no Brasil, dentre as quais destacam-se Cavalcanti (1982) e Takahashi (1983), ambos agentes epetistas.

Um Boletim Informativo da Rede também começou a circular em julho de 1982, sendo veículo de comunicação mais simples, ágil e distribuído quinzenalmente

com objetivo de compartilhar as experiências dos agentes epetistas espalhados pelo país. A RCE pôde investir ainda mais em uma vertente técnico-científica com maior densidade teórica (DIAS *et al.*, 1986; TEIXEIRA, 2015).

Paralelamente, também foi criado o Jornal Esporte para Todos (JEPT). O periódico foi idealizado em uma reunião de avaliação do EPT na cidade de São Paulo, em 1982, que congregou diversos atuantes no movimento (empresas, professores universitários, agentes institucionais e indivíduos independentes). O escopo da publicação era similar ao Boletim Informativo, mas Dias *et al.* (1986), lembra que a periodicidade do Jornal o colocava em desvantagem em relação ao noticiário quinzenal do Boletim Informativo.

Apesar da menor periodicidade, o Jornal EPT tinha maior alcance. Em seu conjunto as duas publicações tinham a tarefa compartilhar as iniciativas dos agentes epetistas desenvolvidas nas diversas localidades do país, deixando à RCE a missão de veicular artigos, opiniões e estudos sobre o Movimento (DIAS *et al.*, 1986). Lançado em abril de 1983, o Jornal EPT tinha tiragem de três mil exemplares distribuídos em mala direta para os agentes EPT e setenta mil encartados na segunda terça-feira de cada mês junto ao Jornal dos Sports. Já o Boletim Informativo era distribuído de forma restrita aos Núcleos EPT. Torna-se necessário sublinhar que Lamartine Pereira da Costa foi o editor da RCE e do Jornal EPT. Conforme destacou Dias *et al.* (1986, p. 23), a RCE foi influenciada e influenciou a nova publicação, "[...] uma vez que este foi concebido tomando por base o modelo empregado nos primeiros números da Comunidade Esportiva (do n.º 1 ao n.º 7), mas apresentando-se como um noticiário".

Com o sucesso da RCE, que já no início de 1981 havia alcançado cerca de um terço dos profissionais de Educação Física e de esportes (quarenta mil leitores), o presidente do Mobral anunciou duas novas ações visando a propagação do epetismo: a vinculação da revista Comunidade Esportiva ao sistema internacional de informações técnicas sobre o EPT (serviço patrocinado pelo Conselho da Europa, o que projetaria o EPT brasileiro para outros continentes)[157]; e a elaboração e

---

[157] A circulação da RCE foi interrompida em fevereiro de 1984, ano em que o Jornal EPT também deixou de circular nas páginas do Jornal dos Sports. Mas em junho do mesmo a Rede começou a produzir o Jornal Comunidade Esportiva/EPT, distribuído por mala direta aos agentes epetistas que atuavam em diversas regiões do território nacional (DIAS *et al.*, 1986).

ampliação de um sistema de distribuição de informações técnicas e noticiários para seis mil veículos de difusão espalhados em todo território nacional (1,5 mil estações de rádio, 4 mil serviços de alto falantes e 500 jornais) (CORRÊA, 1981, p. 1).

Ainda, na RCE n.º 15 de 1981, ao noticiar a realização da *VII Trim and Fitness International – Sport for All*, que ocorreu no mês de outubro daquele ano na cidade de Murren/Suíça, os editores da revista anunciaram a associação do periódico ao evento, com o início da publicação de uma versão em língua inglesa para ser distribuída durante a conferência[158]. Dizia-se que essa aproximação possibilitaria "nivelar" o EPT brasileiro às suas versões internacionais do *Sport für Alle*, *Sport pour Tous* e *Sport for All* (CONFERÊNCIA "Esporte para Todos" – Murren/Suíça – 1981. Comunidade Esportiva, n.º 15, jul./ago. 1981, p. 24).

"Brasil no Esporte para Todos". Esse foi o título escolhido para a reportagem que ocupava uma página inteira no jornal Tribuna da Imprensa, noticiando o "Seminário de Publicidade" relacionado à atividade física de lazer do "Programa" Esporte para Todos. O evento foi promovido pela SEED/MEC, em parceria com a Fundação Educacional do Distrito Federal, no dia 31 de outubro de 1980 e contou com a presença de alguns de agentes precursores da Campanha *TRIM* alemã, dentre eles: Rainer Toblen (encarregado da divulgação do programa alemão); Karl Bellmer (membro da Confederação Desportiva Alemã, e coordenador da publicidade e das ações técnicas - atividades físicas de lazer - da campanha); e Reiner Beck (profissional de mídia de uma agência que trabalhava junto com a Confederação Desportiva Alemã para execução das campanhas TRIM) (BRASIL no Esporte para Todos. Tribuna da Imprensa, 3 de novembro de 1980, p. 11).

Na reportagem foi publicado que os alemães defendiam a necessidade de ações voltadas à produção de uma nova mentalidade esportiva na população brasileira, com intuito de superar a noção de esporte com um sacrifício. Reiner Beck sugeriu a construção de uma "central de organização" – reiterando a importância da dimensão publicitária e do caráter comunitário para o sucesso da política epetista, o

---

[158] Na última edição do ano de 1983 foram anunciadas algumas mudanças na linha editorial da Revista Comunidade Esportiva. Já nessa edição começou a ser patrocinada não só pela SUEPT/SEED/MEC, mas também pela ABDR. Ainda, incorporou um resumo inicial publicado em três idiomas: português, inglês e francês. Afirmou-se que as edições subsequentes passariam a circular em duas versões intercaladas, uma delas com maior "conteúdo técnico" (números ímpares) e outra seguindo a linha editorial tradicional (números pares). Contudo, ao analisar os periódicos percebe-se que esse projeto não foi implementado.

que viria a se materializar pouco tempo depois com a criação da Rede –, visando introjetar suas ações junto às comunidades, seguindo a proposta do modelo alemão TRIM. Na ocasião Karl Bellmer foi questionado sobre o sucesso da experiência alemã, especialmente no que diz respeito à efetiva mudança dos hábitos e da mentalidade esportiva da população. O entrevistador da Tribuna da Imprensa afirmou que seria mais estratégico investir no viés "psicológico" da ação, isto é, no esporte como atividade de lazer, em detrimento do esporte como promotor da saúde. O alemão assim respondeu:

> Bem, se você analisar profundamente, verá que esta [a Campanha TRIM] nunca visou a saúde e sim principalmente que o "esporte proporciona alegria, dá prazer e é um divertimento", e que se esse fato foi enfocado foi uma a conseqüência indiretamente. Esse objetivo da campanha era divulgado inicialmente e até hoje nós procuramos não lhe dar uma grande conotação. A saúde é um fato que está implícito, os cartazes ou qualquer material de propaganda sempre se aborda o esporte como algo que dá prazer, divertimento e alegria (BRASIL no Esporte para Todos. Tribuna da Imprensa, 3 de novembro de 1980, p. 11).

Uma questão evidenciada na entrevista diz respeito à definição de esporte. Nesse caso, pode-se perceber o seu entendimento como um divertimento. Nota-se que cada vez mais o lazer, um dos eixos do Decálogo do EPT, era introduzido no país e, especificamente, no discurso de legitimação do Movimento EPT. No vocabulário epetista era crescente a incorporação de expressões como "atividade física de lazer", "esporte de lazer", "atividade física não formal", "esporte não formal" e outras que foram incorporadas inclusive para descrever os objetivos da SUEPT.

> Subsecretaria de Esporte para Todos (SUEPT) desenvolve programa de **atividades esportivas não-formais**, preenchendo uma lacuna existente entre a área da educação física e do desporto formal e estudantil. Objetiva estimular a aplicação de medidas capazes de criar, predispor e motivar a participação dos diversos segmentos da população na prática regular das **atividades físico-esportivas não-formais**, como forma de utilização do tempo livre, visando atender o aprimoramento da aptidão física da população e a implementação da prática dos desportos de massa. Dentro da nova estrutura da SEED, a Subsecretaria de Esporte para Todos deu continuidade ao antigo programa de **atividades físicas de lazer** (SEED: mudanças, seminários e mais verbas. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, n.º 48, out./dez. de 1981, p. 46, grifos nossos).

A RBEFD passava a veicular textos cujo conteúdo abordava especificamente a temática do lazer. Vale mencionar que nos anos 1970 assistiu-se o desenvolvimento de uma "sociologia empírica do lazer", para usar os termos de

uma das obras de referência na área escrita pelo francês Joffre Dumazedier. Nessa década ocorre o aumento dos estudos do lazer no âmbito acadêmico, em grande parte influenciados por Dumazedier e capitaneados pelo brasileiro Renato Requixa (GOMES, 2005; PEIXOTO, 2007; BICKEL, 2013; GALANTE, 2018).

Destaca-se então que não foi por acaso que, no mesmo período, o Sesi e o Sesc reconhecem o lazer como um dos campos de atuação prioritários em suas Diretrizes Gerais/Nacionais de Ação, destacando sua suposta relevância educativa e de recuperação psicossomática (REQUIXA, 1973; 1977; GALANTE, 2018). Pouco tempo depois, na década de 1980, a Biblioteca Científica do Sesc publicou a Série Lazer, um conjunto de manuscritos dedicados a discutir o tema do lazer sob diversas interfaces. Destaca-se aqui o volume 2, intitulado "Sugestão de Diretrizes para uma Política Nacional de Lazer" (REQUIXA, 1980b)[159], que se tornou um marco nos estudos sobre políticas públicas de lazer no Brasil (GALANTE, 2018).

Em edições da RBEDF, Renato Requixa[160] introduziu debates conceituais sobre o lazer, que até então não circulavam nas páginas do referido periódico. No primeiro artigo, intitulado "Conceito de Lazer", o autor se apoia nos estudos da sociologia do lazer, especialmente nos escritos de Dumazedier para fazer uma análise conceitual do termo, trazendo a definição clássica proposta pelo intelectual francês, precisando-o como "[...] um conjunto de ocupações não obrigatórias de livre escolha do indivíduo que o vive" (REQUIXA, 1979, p. 11). No segundo, intitulado "As Dimensões do Lazer"[161], Requixa discute a oposição entre lazer e trabalho, destacando o primeiro como uma atividade livre, voluntária e prazerosa, em oposição ao segundo. Advoga-se a importância do lazer nas sociedades em virtude das precárias condições de vida geradas pelo rápido desenvolvimento urbano e industrial das cidades. Vale destacar a transposição para a esfera do lazer da

---

[159] Requixa (1980b) confere grande atenção à criação de equipamentos urbanos destinados à fruição do tempo de lazer, a necessidade de reordenação do tempo de trabalho, visando o alargamento do tempo livre do trabalhador e de uma adequada animação sociocultural.

[160] Na época, Renato Requixa ocupava o cargo de Diretor Regional do Sesc/SP, mandatário maior do órgão executivo da instituição (BRASIL, 1967), o que lhe conferia grande poder decisório dentro de uma instituição de destaque no campo do lazer, responsável pelo fomento de diversas iniciativas inovadoras e de empreendimentos como seminários, congressos e publicações na área (GOMES, 2005; NUNES, 2012).

[161] Trata-se do título dado à Conferência proferida por Renato Requixa na sessão inaugural do "Seminário sobre o Lazer: perspectivas para uma cidade que trabalha", promovido pelo Departamento Regional do Sesc em São Paulo, no ano de 1969. Em 1973 o Sesi publicou o texto da conferência, após revisão, atualização e ampliação, em formato de livro (REQUIXA, 1973).

retórica sobre a necessidade de combater os malefícios oriundos do processo de urbanização e industrialização das cidades (REQUIXA, 1980a).

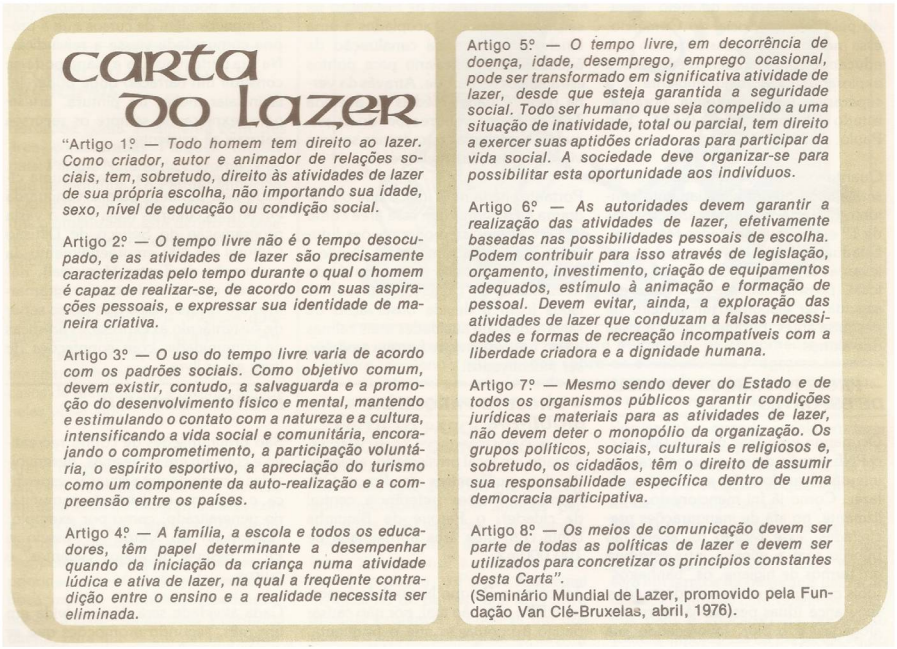
Torna-se oportuno mencionar que no entendimento de Dumazedier o esporte era um componente do lazer, ou seja, era um dos cinco "conteúdos culturais do lazer": físico-esportivo; artístico; social; manual e intelectual. Nas palavras do autor:

> Interesses físicos pressupõem, assim, a participação ativa e voluntária do indivíduo nas atividades relacionadas com a cultura física, isto é, um novo enfoque da prática esportiva e da assistência ao espetáculo. [...] Em geral, a opinião comum, e mesmo os meios especializados, costumam opor lazer e esporte. Em termos mais concretos, o passeio ou a pesca podem considerar-se atividades de lazer, mas o esporte, não. No entanto, sabe-se que, exceto no caso dos profissionais, o esporte se situa no lazer; para um trabalhador a atividade esportiva é uma atividade de lazer (DUMAZEDIER, 1980, p. 112, 114).

O debate sobre o lazer também era cada vez mais evidente nas páginas da recém-criada RCE. A edição de outubro de 1980 veiculou um texto intitulado "O Lazer", escrito por Hélio Guimarães (1980), na época funcionário do Sesi/SP. Em consonância com o debate da época, os pressupostos de Dumazedier fundamentaram grande parte do artigo e a discussão era muito semelhante àquela publicada por Requixa nas edições da RBEFD. Ao se adequar ao objetivo do periódico, que naquele momento tinha como foco compartilhar experiências e iniciativas de pessoas envolvidas com o EPT, o texto apresenta uma proposta "metodológica" criada pelo Sesi para "implantação do lazer em Centros Esportivos (GUIMARÃES, 1980).

Na edição seguinte da RCE, em novembro de 1980, foi publicada a "Carta do Lazer" (Figura 18), que havia sido elaborada durante o II Congresso Mundial do Lazer promovido pela Fundação *Van Clè*, na cidade de Bruxelas/BEL, nos dias 5 a 7 de abril de 1976, sob o patrocínio da Unesco.

Figura 18 - Carta do Lazer



carta do lazer

"Artigo 1º — *Todo homem tem direito ao lazer. Como criador, autor e animador de relações sociais, tem, sobretudo, direito às atividades de lazer de sua própria escolha, não importando sua idade, sexo, nível de educação ou condição social.*

Artigo 2º — *O tempo livre não é o tempo desocupado, e as atividades de lazer são precisamente caracterizadas pelo tempo durante o qual o homem é capaz de realizar-se, de acordo com suas aspirações pessoais, e expressar sua identidade de maneira criativa.*

Artigo 3º — *O uso do tempo livre varia de acordo com os padrões sociais. Como objetivo comum, devem existir, contudo, a salvaguarda e a promoção do desenvolvimento físico e mental, mantendo e estimulando o contato com a natureza e a cultura, intensificando a vida social e comunitária, encorajando o comprometimento, a participação voluntária, o espírito esportivo, a apreciação do turismo como um componente da auto-realização e a compreensão entre os países.*

Artigo 4º — *A família, a escola e todos os educadores, têm papel determinante a desempenhar quando da iniciação da criança numa atividade lúdica e ativa de lazer, na qual a freqüente contradição entre o ensino e a realidade necessita ser eliminada.*

Artigo 5º — *O tempo livre, em decorrência de doença, idade, desemprego, emprego ocasional, pode ser transformado em significativa atividade de lazer, desde que esteja garantida a seguridade social. Todo ser humano que seja compelido a uma situação de inatividade, total ou parcial, tem direito a exercer suas aptidões criadoras para participar da vida social. A sociedade deve organizar-se para possibilitar esta oportunidade aos indivíduos.*

Artigo 6º — *As autoridades devem garantir a realização das atividades de lazer, efetivamente baseadas nas possibilidades pessoais de escolha. Podem contribuir para isso através de legislação, orçamento, investimento, criação de equipamentos adequados, estímulo à animação e formação de pessoal. Devem evitar, ainda, a exploração das atividades de lazer que conduzam a falsas necessidades e formas de recreação incompatíveis com a liberdade criadora e a dignidade humana.*

Artigo 7º — *Mesmo sendo dever do Estado e de todos os organismos públicos garantir condições jurídicas e materiais para as atividades de lazer, não devem deter o monopólio da organização. Os grupos políticos, sociais, culturais e religiosos e, sobretudo, os cidadãos, têm o direito de assumir sua responsabilidade específica dentro de uma democracia participativa.*

Artigo 8º — *Os meios de comunicação devem ser parte de todas as políticas de lazer e devem ser utilizados para concretizar os princípios constantes desta Carta".*
(Seminário Mundial de Lazer, promovido pela Fundação Van Clé-Bruxelas, abril, 1976).

Fonte: Comunidade Esportiva, n.º 09, nov. de 1980, p. 20.

Cabe destacar que referida "Carta" era uma referência na época. No Boletim Informativo da Associação dos Professores de Educação Física do Rio de Janeiro, publicado em março de 1976, consta o item "Notícias da ABDR" (Associação Brasileira de Recreação), que registrou a seguinte nota sobre a "Carta":

> A programação do conclave, como não poderia deixar de ser, foi elaborada com muita objetividade, visando "de imediato, a atenção dirigida para a dimensão ética e social do tempo livre, como fenômeno, como dado e como problema. Além disto, pareceu importante que, a partir de uma confrontação de opiniões e pontos de vista, se pudesse constituir uma concepção universal que seria consignada durante o congresso sob a forma de uma Carta do Lazer, na esperança de que estes princípios encontrem o caminho da execução e da aplicação através dos organismos nacionais e internacionais adequados" (ASSOCIAÇÃO DOS PROFESORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA, mar. 1976, p. 6).

O reconhecimento de duas importantes associações denota a relevância e a legitimidade conferida à "Carta do Lazer". Em dezembro de 1980, a RCE publicou um texto intitulado "Recreação e Lazer, conceitos e atividades", escrito por Maria de Queiroz (1980), seguindo a linha teórica daqueles anteriormente publicados. Nele, o conceito de Recreação recebeu maior atenção, além da discussão sobre os

conceitos de Lazer e de Tempo Livre, que do mesmo modo foram elucidados à perspectiva francesa de Dumazedier.

Mas o debate não se dava apenas no plano conceitual. Outro tema recorrente, tanto na RCE quanto na RBEFD, foram os "Parques de Lazer e de Esporte para Todos". Começava a ganhar publicidade o debate do lazer como uma das dimensões mais importantes para a vida humana, sobretudo, se fosse pensado no cotidiano dos trabalhadores, em virtude da preocupação com as consequências oriundas do intenso processo de industrialização e urbanização vivido nas grandes cidades. Requixa (1977) indica que já no ano de 1969 havia a emergência de uma "consciência social" sobre a importância do lazer nos centros urbanos brasileiros. Os debates sobre o tema começaram a ganhar volume no país na década seguinte, inicialmente na cidade de São Paulo que, como já abordado, contou com o apoio do Sesc[162] e também da Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura da cidade.

> O agravamento manifesto da qualidade de vida na cidade de São Paulo colocaria em foco o problema do lazer. Naquele momento surge o brado de alerta institucionalizado. Discute-se a carência do lazer dos milhões de habitantes de uma cidade voltada, de forma quase unidirecional, para a valorização da moral do trabalho e, ao mesmo tempo, buscava-se soluções, para a criação de recursos para a prática do lazer e para a continuada preocupação intelectual através de pesquisas e estudos sobre o tema (REQUIXA, 1977, p. 92).

Reivindicava-se cada vez mais melhores recursos para o lazer dos trabalhadores. Sendo assim, os debates sobre o lazer incorporaram novas qualidades e domínios para os espaços públicos das cidades, sobretudo no que diz respeito à fruição do tempo livre da população. Consequentemente, o planejamento de áreas verdes voltadas à recreação e à prática esportiva acabou por ganhar espaço no ordenamento das políticas públicas promovidas pelo governo militar.

3.3 EM DEFESA DE UM ESPAÇO PÚBLICO ATIVO E ESPORTIVO: OS PARQUES DE LAZER E ESPORTE PARA TODOS

---

[162] No início dos anos 1970, pela suposta relevância educativa e de recuperação psicossomática, o Conselho Nacional do Sesc reconheceu o lazer como um dos campos de atuação prioritários nas Diretrizes Gerais de Ação do Sesc e do Sesi (REQUIXA, 1973; 1977; GALANTE, 2018).

Os projetos de Parques de Lazer foram provas materiais dos desejos de se fazer dos espaços públicos lugares para ampliação das possibilidades de manifestação e do próprio conceito de esporte de massa. No planejamento dos espaços públicos voltados às atividades físicas o governo parece ter atribuído grande importância aos modelos europeus, especialmente os alemães. Nesse aspecto, o Movimento EPT, conforme identificou Hirai (2009), influenciou o planejamento urbano das grandes cidades. Em São Paulo, conforme aponta o autor, durante as décadas de 1970 e 1980 o chamado Plano de Áreas Verdes foi um avanço teórico para constituição de um "sistema de espaços livres" voltados à recreação dos munícipes, que acabou influenciando a construção do Plano Urbanístico Básico (PUB) de 1968 e do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI-SP), previsto na Lei Municipal n.º 7.688/71.

> A prefeitura promoveu a construção de unidades esportivas de menor porte, sobretudo junto à periferia, sempre em áreas adjacentes às escolas municipais [...] Esses investimentos públicos no setor de lazer esportivo estavam embasados no movimento mundial "**Esporte Para Todos**", amplamente difundido no Brasil a partir de 1973, que considerava o esporte como instrumento de educação permanente e de desenvolvimento cultural. Em 1978, com a publicação da Carta Internacional da Educação Física e Desportos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a prática da educação física e do esporte tornou-se direito fundamental de todos os indivíduos, configurando-se como uma forma de preservar a saúde, enriquecer relações sociais e enfrentar de forma sadia os "inconvenientes da vida moderna" (HIRAI, 2009, p. 37-38, grifo nosso).

Nos eventos nacionais promovidos pelo governo, reiterava-se a importância do convênio de cooperação entre o Brasil e a Alemanha para elaboração de uma política esportiva de esporte (para todos) no país. Conforme levantado no Encontro Nacional de Educação Física, a importância dada ao convênio Brasil-Alemanha reforça a tese de que houve grande influência alemã na política epetista brasileira. Os preceitos alemães sobre as novas propostas voltadas ao uso do espaço público de lazer recebiam atenção privilegiada nos periódicos do governo. Além dos manuscritos mencionados anteriormente (PARQUES "Esporte para Todos". Projeto MEC-USP/SEED-Fundusp. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, n.º 42, jul./set. 1979, p. 47-68; DIECKERT; MONTEIRO, 1983), a RBEFD n.º 52 veiculou em 1983, o texto intitulado "Instalações desportivas e áreas de lazer: uma nova orientação", escrito pelo alemão Jürgen Koch, traduzido por Maria Lenk, no

qual o autor apresenta o que ele considera serem as bases fundamentais para o planejamento urbano de parques e praças de lazer e de esportes. O autor questiona a arquitetura e os equipamentos disponíveis nas praças e parques voltados ao lazer, por privilegiarem o desporto de rendimento em detrimento de práticas voltadas à "educação integrada do corpo e do movimento":

> Para a maioria de nossas instalações desportivas continuam a prevalecer as exigências e os regulamentos do esporte de competição, os quais tiveram efeitos assustadoramente negativos sobre a concepção e a configuração de espaço e meio ambiente destinados ao esporte recreativo. A influência sobre o modo de produção e cálculo dado pela indústria de construção aos critérios de planejamento de instalações desportivas e de recreação contraria fundamentalmente a necessidade de se oferecer possibilidades de movimento e vivência no sentido de uma conscientização do corpo e do movimento em seu desenvolvimento integral (KOCH, 1983, p. 23).

O investimento na construção de espaços públicos de lazer era produto, e ao mesmo tempo produtor, de novas iniciativas do MEC. A RBEFD de 1979 publicou a experiência de um projeto realizado por meio de um Convênio de Assistência Técnica entre MEC-USP/SEED-FUNDUSP (PARQUES "Esporte para Todos". Projeto MEC-USP/SEED-Fundusp. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, n.º 42, jul./set. 1979, p. 47-68). Ao tomar como referência modelos europeus, especialmente o projeto *TRIMM Park* alemão, o projeto "Parques Esporte para Todos" tinha o propósito de servir de modelo para diretores, professores de Educação Física, arquitetos, urbanistas e membros de prefeituras planejarem espaços públicos de lazer em áreas verdes no meio urbano. A primeira parte do texto, escrita pelo biólogo Mário Guimarães Ferri, advoga a importância da educação dos cidadãos para "gostarem e cuidarem da natureza". Ao alegar o desenvolvimento caótico, agressivo e desumano das cidades, Ferri defende a importância da preservação das áreas verdes como espaços para fruição do lazer.

> Apesar de as cidades europeias crescerem de maneira planejada para atingir um nível de população preestabelecido, condizente com as áreas verdes (m² por habitante), seus governos procuram uma solução para sobrepujar inúmeros obstáculos da vida moderna, aproveitando os parques e bosques e criando, quando possível, condições harmoniosas entre o homem e o meio ambiente.

> Reunindo esforços conseguiram organizar padrões que foram colocados à disposição de todos os centros urbanos, para que cada setor administrativo pudesse adaptar em suas áreas verdes programas lógicos e objetivos (PARQUES "Esporte para Todos". Projeto MEC-USP/SEED-Fundusp. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos. Brasília, n.º 42, jul./set. 1979, p. 50).

O segundo momento do texto descreve três projetos europeus considerados "padrões": *Vita Parcour* (Suiça), *Parcour* (França) e *Cross Promenade* (Finlândia). De modo geral, destacam-se em todos os projetos a realização de percursos com pisos, obstáculos e outros equipamentos e materiais variados com o objetivo de sensibilizar e motivar a prática de atividades físicas. Tais exemplos são elucidativos na medida em que os autores do texto acreditavam que tais parques poderiam servir de solução para os problemas decorrentes do crescimento excessivo e desordenado das cidades, dentre eles o sedentarismo e a ausência de áreas verdes para o lazer, retórica que não era novidade no ordenamento oficial. "A solução do problema, como na Europa, virá de Parques 'Esporte para Todos'", alegavam os autores.

> O Parque "Esporte para Todos" é um conjunto de áreas, equipamentos e instalações que proporcionam aproveitamento total de áreas verdes disponíveis, com objetivos de lazer, esporte, ginástica e saúde. Para cada área disponível, de acordo com sua topografia, serão projetados percursos que se identificarão harmoniosamente com a natureza.
> Ao longo desses percursos serão planejadas estações, onde quadros descritivos determinarão o exercício a ser executado (incluindo o número de repetições, de acordo com a idade) e a sua avaliação.
> Com o aproveitamento inteligente das interligações dos percursos pode-se criar programas menores diminuindo a intensidade (no caso de faixa etária), ou através de aumentos sistemáticos, onde se pode chegar ao condicionamento físico perfeito ou, ainda, a um treinamento especial para esportistas (PARQUES "Esporte para Todos". Projeto MEC-USP/SEED-Fundusp. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, n.º 42, jul./set. 1979, p. 51).

Tais debates, conforme aponta Koch (1983), começaram também a ser integrados ao ambiente universitário, sendo incorporados aos currículos dos cursos de formação de profissionais de Educação Física, localizados como conhecimentos específicos da Pedagogia do Esporte e da Recreação. Em certo sentido, esse fenômeno demonstra a permeabilidade e legitimidade que as ações epetistas alcançaram junto ao ambiente acadêmico. Nesse sentido, pode-se dizer que o EPT foi aos poucos incorporando novas justificativas e linhas de ação que, paralelamente, produziram e se beneficiaram da emergência dos estudos do lazer

em solo brasileiro. Isso possibilitou ainda, conferir maior legitimidade ao seu ordenamento, na medida em que o campo do lazer usufruía cada vez mais de um *status* científico e, consequentemente, de crescente inserção acadêmica no país.

No início dos anos 1980, os chamados Parques de Lazer estavam em desenvolvimento nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Amazonas, Paraná e Pernambuco. Outros 15 parques estavam em fase de construção (LAZER: projetos na prática. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, n.º 48, 1981, p. 44). A RCE também veiculou informações de projetos desenvolvidos em diversas cidades brasileiras. Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, o Diretor do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD/UFSM), professor Haimo H. Fensterseifer, nomeou uma comissão para planejar um "Parque de Esportes para Todos", que foi construído em área pertencente ao CEFD/UFSM. Com a orientação do setor de paisagismo da universidade, em uma área de 32.000 m², previa-se a instalação de percursos para atividades físicas, pistas de *Cross Promenade* (modelo finlandês) e um parque de recreação infantil. A proposta visava atender o que seria o desejo da comunidade local, isto é, uma área verde para recreação e prática esportiva (O ESPORTE para todos em mais uma universidade. Comunidade Esportiva, n.º 08, outubro de 1980, p. 11).

O convênio entre a SEED/MEC e o CEFD/UFSM, instituição onde lecionou também Jürgen Palm, idealizador da Campanha TRIM alemã, resultou posteriormente na publicação do livro "Parque de Lazer e de Esporte para Todos" , escrito por Floriano Dutra Monteiro, na época professor do curso de Educação Física da UFSM (MAZO, 2005), e pelo alemão Jürgen Dieckert. No prefácio, Lamartine Pereira da Costa registrou que o manuscrito tinha o propósito de apresentar um modelo de parque, o "Parque de Lazer e Esporte para Todos", que seria utilizado posteriormente como referência. O projeto estava fundamentado no modelo germânico *Deutsches Kinderhilfswerk* (DIECKERT; MONTEIRO, 1983).

Vários outros Parques de Lazer foram citados posteriormente na RCE e na RBEFD. Em novembro de 1980 Antonio Carlos Bramante compartilhou nas páginas da RCE a experiência do "Programa de Lazer", coordenado por ele, desenvolvido no município de Sorocaba. O "macro-objetivo" do projeto era "Educar a população, em todas as camadas sociais consideradas a utilizar de forma adequada o tempo livre de que dispõem, propiciando a cada indivíduo, condições de recuperação

psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social" (BRAMANTE, 1980, p. 16). Dentre os subprogramas Recreação Comunitária, Recreação em Microambientes e Eventos Especiais, destaca-se aqui o Recreação em Parques Municipais, que tinha a intenção de atuar em três Parques Municipais localizados no município de Sorocaba: Parque Natural de Esportes (PNE), Parque da Biquinho e o Parque Municipal "Quinzinha de Barros", para fazer dessas áreas de lazer.

Todavia, nem todos os parques de EPT acabavam por cumprir seus objetivos. Um exemplo foi o "Parque Pithon Farias", construído em Brasília.

> O parque Pithon Farias é o maior convite à prática de esportes (pistas de corrida, piscinas, bosques, campos de futebol e inúmeras quadras polivalentes). No entanto, o que se nota constantemente é a total falta de gente usufruindo dos benefícios advindos de uma vida mais ao ar livre, em contato permanente com a natureza (ARAÚJO, 1980, p. 10).

Essa situação levanta o questionamento sobre as justificativas do projeto de parques EPT, sobretudo aquelas que afirmam terem surgido do interesse da comunidade, além da necessidade em promover prática de atividades físicas em áreas verdes nos centros urbanos. Indicam assim certos limites do discurso epetista, quando afirmava que as ações propostas partiam de "baixo para cima", evidenciando que em alguns casos não eram ações espontâneas e voluntárias que partiam das comunidades locais. Vale mencionar que, desde sua concepção em 1979, a intenção do projeto Parques "Esporte para Todos" era de elaborar um Plano Diretor para a implantação de um "[...] Projeto Padrão de uma instalação esportiva para todos, detalhando várias fases e os equipamentos do programa" (PUBLICAÇÕES. Comunidade Esportiva, n.º 9, nov. 1980, p. 27).

Outro projeto noticiado durante a Campanha foi aquele desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense (UFF), especificamente nos Campus Avançados situados nos municípios de Óbidos e Oriximiná, interior do estado do Pará, em uma área demarcada como Amazônia Legal. O projeto envolveu, em um primeiro momento, a formação de professores de Educação Física para atuarem em ações locais (Escolinhas de Esportes, Ruas de Lazer, Gincanas Recreativas e outras) e a realização da I Colônias de Férias da região, da qual participaram 350 pessoas. Na segunda fase do projeto, em 1980, foram realizadas reformas arquitetônicas em escolas públicas da região, construção de equipamentos esportivos e realizada a II Colônia de Férias. As ações foram realizadas em pareceria da UFF com voluntários

das comunidades locais (A. JÚNIOR; VILELA. Óbitos e Oriximiná, uma experiência integrada da educação física. Comunidade Esportiva, n.º 10, dez. 1980, p. 2-3).

Merece destaque aqui a atenção dada aos documentos oficiais internacionais, principalmente aquilo que se refere aos modelos de parques desenvolvidos na Alemanha, Finlândia, Suíça e França. No âmbito intergovernamental, a Unesco publicou em 1978 a *International Charter of Physical Education and Sport*[163], adotada na Conferência Geral realizada em Paris/FRA. Canan *et al.* (2017, p. 1114) argumentam que apesar do documento ser oriundo de uma organização intergovernamental "[...] foi proclamada apenas como uma diretriz para que os Estados passassem a identificar no esporte, além de um patrimônio cultural, um meio para promoção de desenvolvimento social e, portanto, direito de todos". Entretanto, observando as notícias publicadas na já na primeira edição do Jornal do Esporte para Todos (PLANO da Unesco mostra as perspectivas do EPT. Jornal do Esporte para Todos, 10 de maio de 1983, p. 3), evidencia-se a utilização do "carimbo" da Unesco para conferir legitimidade aos discursos das ações promovidas pela Rede Esporte para Todos, o que será abordado mais adiante.

Torna-se notório que os pressupostos da assim chamada Carta da Unesco, que havia sido publicada integralmente na edição n.º 41 da RBEFD de 1979, serviram para justificar e dar legitimidade aos planos do governo militar, incluindo os projetos de parques de lazer, bem como o próprio EPT. Tubino (2003b) entende que os propósitos do Esporte para Todos no Brasil se consumaram com a publicação da Carta da Unesco de 1978, especialmente no que diz respeito à necessidade de democratização da prática esportiva.

> O primeiro sentido que o Movimento Esporte para Todos recebeu foi o da democratização da atividade física / prática esportiva. O EPT confrontava com o Esporte de Rendimento que era destinado aos talentos e pessoas com biótipos certos. Os propósitos deste primeiro sentido do EPT se consumaram quando a Carta Internacional de Educação Física e Esporte da UNESCO (1979) estabeleceu o Direito de todas as pessoas às atividades físicas e práticas esportivas. Foi neste primeiro sentido que o EPT difundiu-se entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (TUBINO, 2003b, p. 28).

---

[163] A Carta Internacional de Educação Física e Desportos (CIEFE) da Unesco foi publicada na RBEFD, edição n.º 41, 1979, p. 4-6.

Sem entrar no mérito de discursar acerca do grau de autonomia e influência conferido ao documento da Unesco é necessário reconhecer que a Carta foi um marco no nascimento do que Tubino (1992; 1996; 2005) recorrentemente advogava ser um "novo paradigma esportivo", isto é, quando o esporte passou a ser entendido como um direito de todos. Nas palavras do autor: "Essa carta, logo no seu artigo primeiro, interpreta o esporte [e a Educação Física] como um direito de todos e com isto consolida que além de um esporte de rendimento, existe também um esporte participativo, da pessoa comum, e um esporte educativo, para crianças e adolescentes" (TUBINO, 1993, p. 133).

> Foi esta carta que provocou uma mudança conceitual do Esporte, antes referenciado somente na perspectiva do rendimento e, depois deste documento, a partir do direito de todos às atividades físicas e práticas esportivas (artigo 1 da carta), passou a compreender todas as pessoas (idosos, portadores de necessidades especiais) aumentando a abrangência social do alcance dos fatos esportivos. De fato, a Carta Internacional de Educação Física e Esporte regulou as atividades físicas/esportivas para todos. Esta carta propôs ações para as crises da Educação Terminal e para exacerbação das práticas esportivas (TUBINO, 2005b, p. 54).

A Carta da Unesco destacou a importância da Educação Física e dos esportes para população, sobretudo para o desenvolvimento do condicionamento físico, da saúde e do "uso são dos lazeres" pelos indivíduos e suas comunidades. Reforçava a necessidade de profissionais qualificados para orientar as práticas, a importância de equipamentos e materiais de esporte e lazer, dos meios de comunicação e dos governos centrais para consolidação dos objetivos (CARTA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS, 1979).

O documento da Unesco foi considerado um dos textos universais de referência que abordava os chamados grandes temas contemporâneos e dentre eles estava o esporte (TUBINO, 2005b)[164]. Portanto, apesar de não se caracterizar como uma recomendação oficial, o documento assumiu um caráter de diretriz para o

---

[164] Outros dois documentos citados por Tubino (2008) são: A Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 1948) e o Manifesto 2000 – Por uma Cultura da Paz e da Não Violência. Sobre o primeiro, Bobbio (2004, p. 9) afirma que a Declaração favoreceu "[...] a emergência, embora débil, tênue e obstaculizada, do indivíduo, no interior de um espaço antes reservado exclusivamente aos Estados soberanos. Ela pôs em movimento um processo irreversível, com o qual todos deveriam se alegrar".

Brasil, e influenciou, na opinião de Tubino (2003b, p. 28), significativamente na consolidação do EPT no país.

> Com a Carta Internacional de Educação Física e Esporte da Unesco, que estabeleceu o direito de todos às práticas esportivas, as formas de exercício deste direito passaram a ser o Esporte-Educação, o Esporte-Lazer e o Esporte de Rendimento. O Movimento Esporte para Todos incorporou-se à manifestação Esporte-Lazer, principalmente pelas suas características e espontaneidade [...]. O Movimento Esporte para Todos, depois de concebido na perspectiva da democratização das práticas esportivas, tornou-se o meio mais efetivo de Esporte-Lazer, a partir da mudança conceitual de Esporte referenciada no direito de todos e no final do século XX incorporou nos seus objetivos e conteúdos à perspectiva de promoção da Saúde.

Portanto, na trilha das políticas internacionais voltadas à democratização do esporte, em grande medida estimuladas pela Unesco, o governo brasileiro promoveu uma política que procuraria desenvolver um "estilo de vida ativo", estimulando a prática esportiva de modo permanente pela maior parte da população. Similar ao conteúdo do Documento Básico da Campanha EPT (1977), que continuou sendo utilizado como fundamento oficial da Rede, os preceitos da Carta da Unesco se aproximam daqueles elencados nos eixos do Decálogo do EPT: Lazer, saúde, desenvolvimento comunitário, a integração social, humanização das cidades, valorização da natureza, adesão à prática esportiva e valorização do serviço à comunidade; para citar apenas os mais evidentes.

Como mencionado, o sentido comunitário foi uma marca sempre presente no discurso oficial das ações epetista. Não por acaso, o desenvolvimento comunitário foi tratado como um dos eixos do Decálogo. Além dos Parques de Lazer e Esporte para Todos, o discurso epetista pegou carona e adentrou outros projetos sociais desenvolvidos pelo governo militar naquele período.

3.4 ENTRE O URBANO E O RURAL: A INCORPORAÇÃO DO EPT NOS PROJETOS COMUNITÁRIOS

Além dos projetos de Parques de Lazer e EPT, também foram objetos de investimento epetista diversos outros programas já desenvolvidos pelo governo militar junto às comunidades, dentre eles estava o Programa Nacional de Centros

Sociais Urbanos (PNCSU)[165]. No ano da sua criação foram anunciados investimentos, tendo como uma das principais metas a implantação de 600 Centros Sociais Urbanos (CSUs) até o ano de 1979 (IMPLANTAÇÃO de 600 Centros Sociais Urbanos. Luta Democrática, 31 de outubro de 1975, p. 2). Ao recorrer à retórica que denunciava os males provocados pelo acelerado crescimento urbano, os CSUs foram projetados para serem unidades integradas voltadas à prestação de serviços sociais e promoção de atividades comunitárias, visando solucionar o crescimento "desordenado" das regiões urbanas, especialmente nas regiões de periferias. Os CSUs eram equipamentos urbanos projetados oferecer serviços essenciais às comunidades, que visavam proporcionar o acesso, além de outros serviços, à prática de atividades recreativas e esportivas (OS NÚMEROS do Ministro Velloso. Jornal dos Sports, 15 de outubro de 1975, p. 17).

> Proposto inicialmente como base física para a prestação de serviços públicos de relevância social à população de baixa renda concentrada em áreas urbanas carentes de infra-estrutura e equipamentos similares, ao CSU foi atribuído um papel de catalisador de certo tipo de relações sociais – as chamadas "**relações comunitárias**" – tidas como desejáveis e necessárias à solução dos problemas dessas áreas (BORBA, 1991, p. 405, grifos do autor).

Em correspondência com as diretrizes estabelecidas para elaboração do III PSECD (1980-1985), isto é, com as pronunciadas prioridades nacionais, no que se refere à esfera do esporte, dizia-se que o objetivo era intensificar as "atividades físicas de aperfeiçoamento corporal" e de lazer, com ênfase na população das zonas rurais e da periferia urbana. Por um lado, no ordenamento oficial esse projeto estava sustentado em uma "filosofia da atividade física do lazer" voltada especialmente à população que se dizia sedentária. Nesse caso a ideia era "[...] estimular as competições desportivas populares, integrando-as a outros programas da área social" (BRASIL, 1979a, p. 23).

---

[165] O Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos foi criado por meio do Decreto n.º 75.922, de 01 de julho de 1975, e estava alinhado com as diretrizes de política social e de política urbana da época. Para Borba (1991, p. 404-405, grifo do autor), "a escolha do PNCSU deve-se a dois motivos básicos. Primeiramente, enquanto um programa que investiu na criação de **equipamentos individualizados de uso público**, resultou na construção de mais de 500 unidades de centros sociais urbanos, espalhadas por todos os estados do País, o que configurou, na época, uma rede de porte considerável. Em segundo lugar, o Programa expressou bem uma peculiar concepção de desenvolvimento social, baseada na intervenção no espaço urbano, através da implantação de equipamento especialmente concebido para essa finalidade - o **Centro Social Urbano (CSU)".**

Por outro lado, na linha da política de Desenvolvimento de Comunidade do Governo Federal, o CSU se apresentava como mais uma estratégia visando aumentar a participação dos habitantes das cidades no processo de desenvolvimento urbano (AMMANN, 1992). O coordenador nacional do PNCSU, Marcos Villaça, afirmava que se ao final do governo, a metade dos CSUs implantados estiver em condições de passar à administração e a responsabilidade pelas respectivas comunidades o programa poderá ser considerado vitorioso (CENTROS Sociais Urbanos já consumiram quase um bilhão. O Fluminense, 17 e 18 de julho de 1977, p. 30).

O projeto apresenta sua dose de ousadia, pois além de transferir parte das responsabilidades do Estado às comunidades, as ações sociais poderiam ainda dar visibilidade e melhorar a imagem governamental junto à população. Borba (1991, p. 416), analisou a questão da seguinte maneira:

> A opção por uma rede de unidades físicas conferia visibilidade à presença dos órgãos do Governo, diretamente nas áreas urbanas consideradas problemáticas. A prestação gratuita de serviços efetivava a compensação de carências através de mecanismos indiretos e pouco custosos, pois, supostamente, só o que se necessitava era racionalizar e coordenar as ações das várias agências governamentais nos CSUs.

O planejamento participativo, isto é, a necessidade do envolvimento ativo das comunidades na formulação e condução das políticas estiveram também presentes no III PND e no III PSECD. Dizia-se que seriam respeitadas "[...] a variedade de problemas e sugestões, a riqueza e a tipicidade de posturas locais, bem como a acentuação da ótica participativa, consagrada pela valorização do desenvolvimento cultural como ambiente próprio do esforço educacional" (BRASIL, 1980b, p. 27).

Torna-se curioso perceber a aproximação desse discurso com aquele veiculado no ordenamento oficial já na Campanha EPT. Mais ainda, o periódico da Rede alegrava-se por entender que aquilo que estava sendo anunciado como as novas diretrizes do MEC há anos já vinham sendo propostas no âmbito do EPT.

> [...] as diretrizes do plano do MEC são essencialmente as preconizadas pelo Movimento do Esporte para Todos nos últimos 4 anos, em nosso país. Portanto, a antiga Campanha e agora o Movimento do EPT anteciparam-se ao setor educacional que, pelo seu plano atual, traduz as ansiedades básicas dos educadores brasileiros (PLANO Setorial: novas diretrizes na educação, cultura e desportos. Comunidade Esportiva, n.º 7, 1980, p. 1).

Como abordado no capítulo anterior, o enfoque comunitário – "de baixo para cima" –, o caráter voluntário e a "espontaneidade" das iniciativas eram pressupostos básicos também daquela política esportiva. Essa racionalidade ajuda a compreender os motivos pelos quais o EPT adentrou aos CSUs. Afinal, esses compreendiam o lazer, além de outros, como "serviços sociais essenciais" que deveriam ser ofertados pelos órgãos públicos a todo cidadão.

Os CSUs localizavam-se em regiões de periferia, onde residiam boa parte da população menos abastada. Eram regiões com alta concentração de estabelecimentos de ensino público e de equipamentos de uso comunitário, o que também servia de justificativa para implementação dos Centros Sociais, pois a ideia era aproveitar os espaços públicos e as instalações esportivas já existentes (CENTROS Sociais Urbanos beneficiarão populações. Luta Democrática, 10 de outubro de 1975, p. 5).

Dentre os objetivos dos Centros estavam o atendimento nas áreas da saúde (educação sanitária, assistência médico-odontológica, saúde materno infantil), educação e cultura, por meio da oferta de cursos, conferências, seminários, exposições e eventos de música, cinema e folclore, além da promoção do esporte de massa e do lazer ativo. Alertava-se que não haveria a preocupação com "[...] performances individuais ou mesmo coletivas [...]", mas que se buscaria a "[...] intimidade do povo com as práticas esportivas [...]" (CENTROS Sociais Urbanos beneficiarão populações. Luta Democrática, 10 de outubro de 1975, p. 5).

Paradoxalmente, prestação de serviços de educação, cultura, esporte, lazer e outros eram entendidos como condição para desenvolver a tomada de consciência, por parte dos moradores das comunidades locais, sobre as possibilidades e necessidades de sua participação no equacionamento de problemas e na definição de objetivos, visando o crescimento urbano e social. Contudo, Ammann (1992) chama a atenção para os limites dessa ação:

> Resulta, nas condições dadas, um enorme hiato entre os ideais preconizados pelo CSU e os meios por ele utilizados. Parece já amplamente aceito que não é a prestação de serviços – área específica desse Programa – que vai ensejar a participação das classes subalternas de mais baixa renda no processo de desenvolvimento urbano. Participação, na acepção abrangente do conceito, implicaria tomar parte nas decisões macrossocietárias que determinam a produção e a distribuição dos bens da sociedade dispor e usufruir desses bens na dimensão em que aquelas classes contribuem para a geração do produto, ao invés de, como permitem os CSUs, receber alguns bens residuais, segundo critérios, opções e interesses das classes hegemônicas das sociedades civil e política (AMMANN, 1992, p. 122)[166].

No âmbito da política esportiva, conforme mencionado no primeiro capítulo, o PNED, instituído pela Lei n.º 6.251/75, incorporou os pressupostos da Política Social do governo da época ao prever a mobilização das comunidades, pelas vias do voluntariado, visando a "ativação" das atividades físicas, esportivas e recreativas nos CSUs" (BRASIL, 1975b).

Ao tomar como justificativa a retórica do desenvolvimento comunitário, o programa de esporte de massa do PNED 1976-1979 carregava o ordenamento da política social e urbana em construção pelo governo militar, na medida em que tinha o objetivo de promover a prática esportiva e o lazer ativo, sobretudo, nas comunidades de baixa renda, o que deveria ocorrer também por meio dos CSUs (MEC lança hoje o Plano Nacional de Desportos. Jornal dos Sports, 28 de maio de 1976, p. 4). No segundo ano de sua implementação já estava sendo anunciado na imprensa geral a permanência do PNCSU no III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985) (PROFESSOR dá sugestões para os Centros Urbanos. O Fluminense, 29 e 30 de maio de 1977, p. 10). Nesse documento, os CSUs são citados na seção I, que trata dos Temas Especiais, especificamente no tópico IV:

---

[166] Borba (1991, p. 409), de modo semelhante afirma que "contraditoriamente, o objetivo estratégico – o desenvolvimento comunitário – foi delegado ao nível municipal, sem que as normatizações estabelecessem mecanismos claros e definidos para garantir a participação efetiva da comunidade no funcionamento e na administração dos centros (apenas algumas regras burocratizantes foram sugeridas às coordenações locais para seu relacionamento com os usuários)". De modo semelhante ao que parece ter ocorrido com a Campanha EPT, a descentralização e o participacionismo, enfatizados na concepção do PNCSU, não contaram com mecanismos institucionalizados que assegurassem sua efetiva implantação.

> O vigoroso processo de urbanização do País, a insuficiência de espaços livres e de equipamentos, a comercialização dos respectivos serviços, as dificuldades de acesso às áreas de lazer e às formas de "cultura de massa" são fatores preponderantes na formulação da política de recreação, lazer e desportos voltada para o aumento do bem-estar das populações, sobretudo dos estratos mais carentes.
> No que tange à recreação e lazer, a ação do Governo contemplará: a expansão de áreas e equipamentos, especialmente as próximas de concentrações urbanas; a adaptação de áreas urbanizadas à prática do lazer; normas para a reserva de áreas e instalação de equipamentos nos programas habitacionais; a organização e motivação das comunidades para recuperação, desenvolvimento e intensificação de formas tradicionais de lazer e de uso de equipamentos; e apoio a programas de lazer associados a programas sociais, como os dos **Centros Sociais Urbanos**, os da LBA e outros (BRASIL, 1980a, p. 95, grifo do autor).

A incorporação do PNCSU no III PND evidencia que aquele havia ganhado legitimidade no governo militar, principalmente pelas vias da promoção de atividades nas comunidades. No que tange especificamente à política de EPT, os relatos das ações epetistas realizadas nos CSUs começaram a ganhar evidência justamente nos anos 1980, o que se evidencia claramente nas páginas da RCE. Pelas vias do esporte e das atividades de lazer, o EPT se utilizou dos CSUs para dar ainda mais amplitude ao movimento, destinando uma parte nas diversas edições do periódico para noticiar a "Atuação dos Centros Sociais Urbanos", com ênfase naquilo que diziam ser ações epetistas. Dentre as diversas ações noticiadas, destacaram-se: Jogos Comunitários de CSU; Domingo Alegre; promoção da prática de modalidades esportivas e de ginástica; Acampamentos Educativos; Colônias de Férias e diversos festivais recreativos e esportivos.

Somado ao discurso em prol do Desenvolvimento Comunitário e da Promoção Social da população de baixa renda, os CSUs serviram em grande medida para fortalecer as relações de agentes e instituições envolvidos na esfera política daquele período, além de contribuir, nos limites possíveis, para materializar as intenções do governo militar. A edição 14 do Comunidade Esportiva dedicou uma página para tratar da "Atuação dos Centros Sociais Urbanos". A notícia aborda as iniciativas do "Centro Social Urbano Dona Lucy Geisel"[167], citado como o CSU "[...]

---

[167] Em 10 de outubro de 1979, o ex-presidente Ernesto Geisel e sua esposa Lucy Geisel, pouco tempo depois de deixar a presidência do Brasil, participaram na cidade de Arapongas/PR de uma solenidade de inauguração do Centro Social Urbano que levou o nome da ex-primeira-dama. A solenidade contou com a participação do então governador do estado do Paraná Ney Braga, que como visto até pouco tempo havia sido Ministro da Educação e Cultura no governo Geisel (NEY entrega Centro Social de Arapongas e de Toledo. Diário do Paraná, 10 de outubro de 1979, p. 02).

mais atuante em promoções esportivo-recreativas [...]" (A ATUAÇÃO dos Centros Sociais Urbanos. Comunidade Esportiva, n.º 14, mai./jun. 1981, p. 08). A ênfase da notícia recaiu sobre a realização do chamado III Acampamento Educativo, isto é, um evento constituído por um conjunto de ações que tinham como objetivo:

> [...] dar prosseguimento aos ideais educacionais que orientam as atividades desenvolvidas pelo Setor de Cultura, Desporto e Lazer, ou seja:
> - Levar o adolescente a conviver em grupo;
> - Criar oportunidade na solução de novos problemas;
> - Desenvolver a auto-confiança e a coragem;
> - Despertar o gosto pela natureza;
> - Desenvolver disciplina e o auto-controle;
> - Canalizar a energia do jovem para uma atividade sadia (A ATUAÇÃO dos Centros Sociais Urbanos. Comunidade Esportiva, n.º 14, mai./jun. 1981, p. 8).

Na edição seguinte, o Comunidade Esportiva voltou a dar destaque exclusivamente ao CSU D. Lucy Geisel, noticiando a realização do II Festival de Saltos, do I Festival de Pipas e Papagaios e o I Festival de Cabo de Guerra realizados pelo referido CSU na cidade de Arapongas. Torna-se oportuno mencionar que já naquela época havia centenas espelhados em outras unidades federativas brasileiras. No entanto, chama a atenção o fato do periódico dar maior destaque às ações realizadas em CSUs que carregavam os nomes de personagens políticos com posição de destaque no governo militar. No caso do CSU de Arapongas, a capa da RCE n.º 5 de 1980 refere-se a este como o "[...] um dos melhores CSU que se teve conhecimento no Brasil [...]" (A ATUAÇÃO dos Centros Sociais Urbanos. Comunidade Esportiva, n.º 5, mai. de 1980, p. 1). Nessa mesma linha argumentativa, pouco tempo depois o Comunidade Esportiva publicou um texto escrito por Luiza Moraes Corrêa Távora, presidente da Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará (Funsesce) e esposa do então governador do Ceará, Virgílio de Morais Fernandes Távora. O texto traz um breve relato das ações realizadas pela fundação, em parceria com Mobral, especialmente a criação e gestão de vinte CSUs que já estavam em atividade naquele período, com destaque

---

Destaca-se ainda que o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (PNCSU), implantado em âmbito nacional entre 1975 e 1984, foi criado justamente no governo Geisel, por meio do Decreto n.º 5.922, de 1º de julho de 1975.

especial ao recém-inaugurado CSU Governador Virgílio Távora[168], localizado na capital de Fortaleza/CE (A ATUAÇÃO dos Centros Sociais Urbanos. Comunidade Esportiva, n.º 16, set./out. 1981, p. 10-11).

Os Jogos Comunitários dos CSUs também tinham lugar nas páginas da RCE, além de outras iniciativas cada vez mais diversas e dispersas em território nacional, como: 1.ª Semana da Comunidade, organizada pelo CSU Palmeira dos Índios/AL; II Volta Pedestre de Mandacaru, CSU Monsenhor José Coutinho/PB; II Copa de Futebol Amador, CSU de Divinópolis/MG (A ATUAÇÃO dos Centros Sociais Urbanos. Comunidade Esportiva, n.º 19, jul./ago. 1982, p. 09); e Colônias de Férias em todos os CSUs do Ceará e no de Jequié/BA, seguindo o cronograma da anteriormente denominada Campanha EPT. Nesse último, ao mesmo tempo em que a criatividade, a livre expressão e o ritmo próprio eram expressões utilizadas para se referir aos objetivos das ações, o espírito cívico, o culto à bandeira, aos hinos e aos grandes vultos da Pátria e a melhoria dos hábitos higiênicos eram também valores previstos para educação dos "colonins" (AS COLÔNIAS de julho. Comunidade Esportiva, n.º 20, set./out. 1982, p. 10 e 22).

A partir do ano de 1983 a RCE deixou de publicar a seção intitulada "Atuação dos Centros Sociais Urbanos". Isso não significou o fim das notícias sobre as ações desenvolvidas nos CSUs, mas a diminuição dessas, que passaram a circular junto às outras notícias publicadas na seção "Fatos do EPT". É fato que o PNCSU não iria durar muito mais tempo, pois no ano seguinte o mesmo foi extinto com a publicação do Decreto n.º 89.501, de 30 de março de 1984.

Além do investimento nas periferias urbanas, alvo prioritário até então[169], tanto o III PND quanto o III PSECD incluíram em suas metas o investimento na

---

[168] Virgílio de Morais Fernandes Távora (Jaguaribe/CE, 29 de setembro de 1919 – São Paulo, 3 de junho de 1988) foi um militar e político brasileiro. No início de 1978, com a proximidade das eleições, Virgílio Távora foi indicado pelo presidente Ernesto Geisel como candidato ao governo do Ceará. Para voltar ao cargo, precisou superar a oposição de seu antigo adversário, o ex-governador César Cals (1971-1975), sendo eleito governador (eleições indiretas) em substituição a Valdemar de Alcântara, iniciando seu mandato em 1979. Na liderança da coligação denominada União pelo Ceará, reuniu a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), lançando as bases do que viria a ser a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) após a decretação do bipartidarismo via Ato Institucional Número n.º 2, em 1965. Após o retorno do pluripartidarismo no Brasil, em 1979, Virgílio Távora filiou-se ao PSD (TÁVORA, 2009, on-line). Torna-se oportuno registrar ainda que, a despeito do trabalho social realizado pela "Grande-Mãe", como também era conhecida Luiza Távora, o que incluiu a execução das ações comunitárias à população de baixa renda no Ceará, via CSU, aquele inaugurado na capital cearense carregou a homenagem do nome de seu marido (MEDEIROS, 2012).

modernização das zonas rurais. Não por acaso, os chamados Clubes 4-S[170] estavam em evidência justamente nesse período. Criados no Brasil em 1952, em um contexto de intensos debates sobre Educação Rural que ocorreu nas décadas de 1940 e 1950, foram implantados com a intenção de promover o desenvolvimento e a modernização econômica das regiões rurais no Brasil, áreas consideradas subdesenvolvidas. Suas ações alcançaram o auge entre os anos 1964[171] e 1970 (SILVA, 2001; GOMES, 2013), quando ocorreram alguns dos principais acontecimentos envolvendo quatroessistas em âmbito nacional, como as Convenções Nacionais realizadas no Rio de Janeiro e outros eventos que buscaram dar maior publicidade ao movimento de Clubes 4-S no Brasil (SILVA, 2001).

O intuito dos 4-S era mobilizar especialmente a juventude rural em prol da modernização agrária. Faziam parte, portanto, de um conjunto de estratégias nacionalistas, visando a educação da juventude rural brasileira em prol de um projeto de modernização do país. "A juventude deseja mudar e está disposta a provar as coisas novas", ou "os jovens tem à sua frente muitos anos produtivos" (SILVA, 2001, p. 145). Essas e outras frases ecoavam no discurso oficial daquela época, com intuito de produzir uma nova mentalidade para o jovem rural, como um indivíduo capaz de saber, de aprender e intervir para mudar a realidade do campo. Ao mesmo tempo em que se dizia que a ideia era desenvolver a autonomia

---

[169] Conforme consta no artigo 3 do PNCSU, "constituem áreas prioritárias para a implantação dos centros sociais urbanos aos que se refere o artigo anterior: I - as áreas urbanas periféricas dos grandes centros urbanos, com predominância de populações de níveis de renda médio e inferior; II - as áreas onde se localizam os grandes e médios conjuntos habitacionais; III - as áreas urbanas onde ocorrem concentrações de estabelecimento de ensino público e outros equipamentos de uso comunitário; IV - as áreas utilizadas por associações desportivas ou recreativas, que possam integrar-se no Programa de Centros Sociais Urbanos (CSU)" (BRASIL, 1975a).

[170] Os Clubes 4-S foram criados no Brasil em 1952, e mantém estreita relação com o debate sobre educação rural nas décadas de 1940 e 1950, decorrente das intenções de desenvolvimento e modernização econômica preconizadas para áreas consideradas subdesenvolvidas. O intuito dos "4-S" era mobilizar a juventude rural em prol da modernização agrária, compondo uma das estratégias de modernização da produção agrícola brasileira, que alcançaram seu auge no final dos anos 70. A sigla 4-S (Saber, Sentir, Servir e Saúde) representava o juramento prestado pelos jovens membros desses clubes: "Minha cabeça para SABER claramente. Meu coração para SENTIR maior lealdade. Minhas mãos para SERVIR mais e melhor. Minha SAÚDE para uma vida sã. Com meus 4-S, meu lar, minha comunidade e minha Pátria" (SILVA, 2001, p. 144-145).

[171] Em 1964 foi criado o Comitê Nacional de Clubes 4-S (CNC 4-S), que reunia organizações particulares e públicas interessadas em investir na juventude rural. "No horizonte do CNC 4-S estava a organização de eventos que congregassem os jovens rurais do Brasil a fim de divulgar seus trabalhos e assim promover ainda mais os clubes perante a opinião pública" (GOMES, 2013, p. 126).

produtiva do jovem rural, suas ações eram acompanhadas e vigiadas continuamente, no tempo de trabalho e de lazer (SILVA, 2001).

A SUEPT/MEC também encontrou nos Clubes 4-S excelente oportunidade para ampliar os espaços de atuação do EPT no ambiente rural. As páginas da imprensa geral e sobretudo da imprensa especializada (RCE e do Jornal EPT) revelam o envolvimento de instituições como os Clubes 4-S, a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (Fundabem), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), do Projeto Rondon e da Fundação Roberto Marinho, que somavam esforços para disseminar os ideais epetistas nas zonas rurais brasileiras.

As iniciativas de Extensão Rural dos Clubes 4-S mantiveram estreita relação com os objetivos da Rede, especialmente no que diz respeito à mobilização da juventude rural para atuar junto às comunidades locais promovendo atividades recreativas e esportivas. Os jovens eram formados no âmbito da Rede para compor quadros técnicos qualificados para produzir um estilo de vida ativo nas zonas rurais. Apesar dos Clubes 4-S terem sido criados no início dos anos 1950, na imprensa escrita os relatos de seu envolvimento com a política epetista ocorrem somente a partir dos anos 1980. Ao que parece, a SUEPT, e por sua vez, a Rede, foram importantes instituições promotoras dessa "parceria".

No estado do Rio, o jornal O Fluminense noticiou em julho de 1983 o primeiro Programa Rural de EPT do município de Nova Friburgo. A ação foi promovida pelo Departamento de Desportos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, mas coordenada pela juventude quatroessista, sob orientação de profissionais da EMATER-RJ, visando promover a prática esportiva no ambiente rural (ESPORTE para Todos. O Fluminense, 08 de julho de 1983, p. 11).

O Jornal do Esporte para Todos, o então engenheiro agrônomo da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do Rio Grande do Sul, Maurício Akceirub, nomeado como um agente epetista, relatou a parceria do EPT com o "movimento quatroessista", a Emater-RS e a UFSM. O engenheiro destacou que já havia iniciativas em prol da promoção de atividades esportivas nas zonas rurais, mas que por meio do Departamento de Educação Física e Desportos do Rio Grande do Sul teve contato com George Takahashi no MEC, o que motivou a implementação de ações em prol do chamado EPT Rural (MAURÍCIO, um grande epetista. Jornal do Esporte para Todos, 12 de julho de 1983, p. 6).

> Quando nos preparamos para participar do Congresso de Curitiba examinamos o assunto para fazer uma comunicação proveitosa. Entendemos que o grande problema do esporte rural reside na boa articulação com estruturas de apoio. E encontramos a solução no Marco de Referência da EMATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – nas Diretrizes Gerais para Educação Física/Desportos 1980/85 e no associativismo juvenil praticado pelos Clubes 4-S. Tentamos Explicar isso em Curitiba e parece que começamos a ser entendidos [...] O Clube 4-S, por ser de jovens, deve ser o ambiente do nascedouro do esporte rural no Brasil (MAURÍCIO, um grande epetista. Jornal do Esporte para Todos, 12 de julho de 1983, p. 6).

Nota-se que a visão do agrônomo sobre o EPT estava mais atrelada ao caráter recreativo das atividades, que deveriam estar voltadas à promoção do tempo e espaço de lazer dos trabalhadores rurais:

> EPT é cultura. A cultura é a manifestação humana mais universal [...] EPT, segundo entendemos, é confraternização, é recreação, é encontro de gente, realizado através do movimento, da atividade lúdica, do exercício físico, do colóquio com a nossa natureza. É vida (MAURÍCIO, um grande epetista. Jornal do Esporte para Todos, 12 de julho de 1983, p. 6).

O relato acima evidencia a mentalidade esportiva emergente em meados do século XX, quando despontou, segundo aponta Terret (2019), a faceta do esporte associada ao domínio da cultura e da educação presente no tempo e espaço de lazer da população. Percebe-se assim que os usos que se queriam, e se faziam das iniciativas de EPT eram distintos. Para alguns, a dimensão do lazer era predominante. Paralelamente, e por vezes concomitantemente, a promoção do esporte de rendimento parecia ser a razão de ser do Movimento EPT.

A última edição do Jornal EPT, que se dedicou a fazer uma análise retrospectiva das ações até então realizadas, destacou na primeira página uma notícia sobre o "EPT-Rural", afirmando esse como um fato de maior relevância do Movimento Esporte para Todos em 1983, especialmente no Rio Grande do Sul, pois simplesmente: "[...] os gaúchos provaram que o esporte pode ser praticado no campo, tentativa que em poucos países desenvolvidos lograram resultados" (EPT-RURAL. Jornal do Esporte para Todos, 10 de fevereiro de 1984, p. 1).

Torna-se notório que a adesão de entidades governamentais e não governamentais ganhava destaque na Rede. Fato que corrobora com os argumentos levantados por Dias *et al.* (1986), que indicam que houve o envolvimento de diversas empresas, que enviavam notícias relativas à promoção de atividades esportivas e recreativas, sob as suas orientações, que por sua vez eram

publicadas nas mídias impressas da Rede EPT (Comunidade Esportiva e Jornal EPT) e veiculadas das emissoras rádio.

3.5 DA RACIONALIDADE DO LAZER AO EPT NAS EMPRESAS: A DIFUSÃO NO AMBIENTE LABORAL

Como já mencionado, a década de 1970 é considerada um período importante no desenvolvimento dos estudos do lazer no Brasil. O aprimoramento dessa área produziu diversos resultados também no ambiente empresarial. Nunes (2012) destaca o surgimento de diversas associações (Associações Desportivas Classistas, Clubes, Federações e Fundações) envolvidas diretamente com a promoção de atividades recreativas, esportivas e de lazer no ambiente empresarial. Os efeitos dessa aliança entre o EPT e as empresas foram registrados anos mais tarde pelo MEC, em uma parceria entre a SEED (cujo secretário era na época Manoel José Gomes Tubino) e SUEPT, na obra intitulada "Esporte e Lazer na Empresa", que contou com a figura de Lamartine Pereira da Costa como um dos coordenadores científicos (BRASIL, 1990). No livro consta um capítulo que descreve diversas iniciativas (estudos de caso) de empresas na área do esporte e lazer.

Em se tratando especificamente da década de 1980, o I Seminário Internacional de Esporte para Todos, promovido pela SEED/MEC em dezembro de 1981, pode ser considerado um marco na disseminação do Movimento EPT no meio empresarial. O evento, patrocinado pelo Banco do Estado de São Paulo (Banespa), em parceria com a SUEPT e o CIEE, reuniu empresários e representantes de empresas dos estados de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, gerando grande repercussão na época (EMPRESAS do RJ compram idéia do EPT. Por que o EPT na Empresa? Jornal do Esporte para Todos, 13 de dezembro, 1983, p. 3).

O Seminário materializou os novos rumos dados à política epetista no país, que buscava novos horizontes no ambiente empresarial (público e privado). Porém, havia diversos interesses sobrepostos nessa aliança entre o EPT e as instituições empresariais. De um lado, alegava-se que o objetivo era difundir os benefícios da prática esportiva nas empresas estatais e privadas, visando proporcionar ao trabalhador uma vida mais saudável e alegre em família e em comunidade. Por outro

lado, era notória a presença do antigo desejo, especialmente por parte do empregador, de otimizar a produtividade do trabalhador.

Nesse contexto o EPT precisou se ajustar às demandas do mundo corporativo. Ao integrar uma racionalidade utilitária e compensatória, o discurso epetista adentrava as empresas, prescrevendo exercícios ginásticos e atividades esportivas com intuito de tornar útil e produtivo, não só o tempo de lazer dos funcionários, mas também os intervalos das jornadas de trabalho. Justificava-se a importância da atividade física para prevenir e até curar os malefícios provocados pelo ritmo acelerado e o ambiente nocivo das tarefas laborais. Era possível e necessário exercitar-se "corretamente" nos intervalos de trabalho. A Ginástica na Empresa era um dos nomes para as "atividades físicas" promovidas antes, durante e após a jornada de trabalho. A publicidade do Movimento EPT se valia disso para promover o que seria uma dimensão epetista nas empresas.

As páginas da RCE desde os anos 1980 veiculavam orientações e dicas de exercícios, além de projetos esportivos que já vinham ocorrendo no ambiente empresarial. A aliança histórica do Sesc com o EPT potencializou esse cenário (NUNES, 2012). A título de exemplo, a equipe técnica do Sesc/SP publicou um texto na RCE de dezembro de 1980 intitulado "Ginástica na Empresa". O texto inicialmente apresentava argumentos de ordem médica para justificar a necessidade de as empresas promoverem exercícios físicos antes, durante e depois da jornada de trabalho. Em seguida apresenta o GINÁSTICASESC, um projeto que propunha educar os trabalhadores para o uso adequado do tempo livre, visando "compensar" os riscos e desgastes oriundos do ritmo acelerado e das condições degradantes do trabalho. Dentre os diversos objetivos estavam:

> - oferecer oportunidade de participação em atividades físicas aos funcionários dentro da própria empresa;
> - sugerir uma nova opção para a ocupação do tempo livre das pessoas, através de modalidades esportivas simples e eficientes, como antídoto recomendado aos riscos do dia a dia;
> - promover a utilização da área e equipamento disponível dentro da própria empresa;
> - intervir em todos os aspectos da promoção ou prevenção da saúde física, em especial do funcionário adulto, considerando inclusive o seu total e tipo de trabalho;
> - contribuir para o estabelecimento e a manutenção do mais alto grau possível de bem-estar físico e mental dos funcionários (SESC/SP. Ginástica na empresa. Comunidade Esportiva, n.º 10, dez. 1980, p. 11).

Classificavam-se os tipos de ginástica aplicados nas empresas em: corretiva; compensação; e de conservação ou manutenção. Quanto aos objetivos, eram comumente organizados em físicos, organizacionais e funcionais. Tratava-se dos primórdios do que acabou por se convencionar como "Ginástica Laboral". No Programa de Ginástica Matinal promovido pela empresa Ishibras, divulgado na RCE n.º 12 de 1981, tais classificações e objetivos foram evidenciados. Do ponto de vista físico, alegava-se que após a introdução de exercícios matinais aos funcionários, verificou-se um decréscimo nos casos de contusões causados pelo esforço físico inadequado durante a jornada de trabalho, especialmente pelo fato dos trabalhadores iniciarem as atividades laborais sem um aquecimento prévio da musculatura requerida para as funções. Com relação ao objetivo organizacional, a reunião dos trabalhadores durante as atividades matinais promoveria maior "controle das massas", em virtude da disciplina e a organização desenvolvidas pelos exercícios. Do ponto de vista funcional, a ginástica desenvolveria aspectos fisiológicos, promovendo a saúde dos trabalhadores e, principalmente, a melhora na produtividade, o que notadamente era fator de maior preocupação em grande parte das notícias sobre o tema (EQUIPE TÉCNICA DA FUNDAÇÃO ISHIBRAS, 1981).

Também na RCE n.º 16 de 1981, foi publicada uma notícia sobre um projeto de Ginástica Laboral Compensatória desenvolvido pela Federação de Estabelecimento de Ensino Superior (Feevale) de Novo Hamburgo/RS, em parceria com o Sesi. O Diretor da Feevale e autor do texto, João Carlos Schimitz (1981), afirmou que a realização de pausas de 10 minutos durante a jornada de trabalho possibilitava maior bem-estar do trabalhador e dinamizava o processo de crescimento industrial. A Ginástica Laboral Compensatória ganhava cada vez mais espaços nas páginas da RCE, chegando a ser notícia de capa da edição de julho/outubro de 1984, que deu destaque ao artigo escrito por Alfredo Gomes de Faria Junior (1984) intitulado "Ginástica de pausa para datilógrafos: em busca de uma metodologia". De fato, o texto não se referia diretamente ao Esporte para Todos, mas trazia uma proposta para intervenção do profissional de Educação Física nas empresas. Sendo assim, como já mencionado, era habitual do Movimento EPT referir-se à diversidade de práticas corporais, incluindo aquelas desenvolvidas no campo de atuação profissional de Educação Física, como ações epetistas.

As empresas também aderiram às Colônias de Férias para seus funcionários. Sob diversas justificativas, que incluíam por vezes a educação cívica

dos trabalhadores, atividades físicas e especialmente esportivas, sendo as mesmas oferecidas aos trabalhadores e seus familiares. Nesse caso, a Matroginástica era o nome recorrente dado aos exercícios ginásticos voltados à família, especialmente mães e filhos[172].

Esse foi o caso do Programa Superférias Banespa, realizado nas dependências do Esporte Clube Banespa, em São Paulo, noticiado na RCE n.º 11 em 1980. A iniciativa do Banespa tinha a intenção de mudar o comportamento das crianças. Para isso as atividades eram planejadas a partir de temas integradores que versavam sobre corpo, cooperação, integração e outros. Outros valores cívicos e morais como disciplina e respeito eram também mencionados nos objetivos das ações. O hasteamento da bandeira brasileira e o canto do Hino Nacional eram ações sempre citadas como parte da rotina de tais iniciativas.

Ambientes para a atividade física de lazer durante os intervalos da jornada de trabalho também eram alvo de investimento das empresas. Esse foi o caso da empresa Promon Engenharia S/A, noticiado na RCE n.º 11 de 1981, a qual entendendo a importância do lazer ativo, construiu uma sala de recreação nas dependências da empresa para ser utilizada pelos funcionários durante o horário de almoço e/ou após expediente, visando amenizar os "desgastes" oriundos das atividades profissionais (ARALHE, 1981).

A racionalidade científica do lazer e, portanto, da política epetista adentrava cada vez mais ao ambiente de trabalho. Além da prática esportiva antes e após a jornada, recomendava-se que as empresas oferecessem aos trabalhadores a "ginástica de pausa", isto é, ensinassem diversos exercícios compensatórios direcionados de acordo com a especificidade de cada trabalho, que deveriam ocorrer no próprio ambiente de trabalho ao menos duas vezes ao dia, uma pela manhã e outra à tarde, com sessões de 10 a 15 minutos cada. Já a atividade antes ou depois do expediente deveria ocorrer em um tempo de 45 a 60 minutos, duas ou três vezes por semana, em grupos de 10 a 20 pessoas. Em meio a uma sequência de imagens com sugestões de exercícios para serem realizados no ambiente de

---

[172] Na literatura do EPT afirma-se que a Matroginástica é originária da Alemanha e foi introduzida no Brasil em 1975, por Helmut Schultz, apresentada durante o XIII Curso Internacional de Educação Física realizado na cidade de São Paulo/SP. Define-se como uma atividade física entre mãe e filhos de diversas idades, que devem cooperar mutuamente para realizar os exercícios orientados (FERNANDES, 1981a; 1981b).

trabalho (ginástica de pausa), além de um exemplo de uma sessão de ginástica na empresa, a frase "Nas empresas, o lazer dos funcionários é vital para sua produtividade" anunciava a intenção utilitária e produtiva que se queria dar ao uso racional do tempo de lazer antes, durante e após a jornada de trabalho (SESC/SP. Ginástica na empresa. Comunidade Esportiva, n.º 10, dez. 1980, p. 11).

O Jornal dos Sports também veiculou notícias sobre a política epetista no ambiente empresarial. Em dezembro de 1981 o periódico noticiou a realização do I Seminário Nacional de Esporte para Todos na Empresa, organizado pela SEED na cidade de São Paulo. Patrocinado pelo Banespa, o evento reuniu empresários de diversos estados brasileiros para discutir "[...] a difusão dos benefícios da prática de atividades desportivas nas empresas estatais e privadas" (SEED divulga o Programa. Jornal dos Sports, 17 de dezembro de 1981, p. 8). Dentre as conclusões do evento, destacou-se a necessidade de difundir aos funcionários das empresas a importância do Movimento EPT.

O Jornal do EPT, que passou a circular nos anos 1980 como um suplemento do Jornal dos Sports, contava com uma seção específica dedicada a noticiar o "EPT nas Empresas". A segunda edição do JEPT de 1983 noticiou a realização do "I Encontro de Sensibilização do Empresariado do Rio de Janeiro para atividades EPT no âmbito da Empresa", realizado na cidade de Barra Mansa em 25 de maio daquele ano, pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) do RJ, em parceria com a SUEPT/SEED/MEC (EMPRESAS reunidas em Barra Mansa pelo EPT. Jornal do Esporte para Todos, n.º 2, 14 de junho de 1983, p. 7). Essa parceria rendeu ações em diversas empresas no estado do Rio de Janeiro, que foram noticiadas principalmente nas páginas do JEPT. Nessa mesma edição foram noticiados eventos denominados "Encontro de EPT", promovidos pela SUEPT e CIEE/RJ em diversos municípios do estado do Rio de Janeiro, dentre eles Niterói e Nova Iguaçu, que reuniram cerca de 200 representantes de empresas da região.

O tema motivou a produção de uma edição específica, publicada no mês de dezembro de 1983. O número em questão foi dedicado quase que integralmente a noticiar diversas iniciativas de EPT em empresas, sobretudo, as ocorridas no estado do Rio de Janeiro. Ainda, veiculou uma notícia específica, escrita por Lamartine Pereira da Costa, respondendo à pergunta "Por que o EPT na Empresa?" Como de costume, a experiência europeia foi lembrada para legitimar a importância da ação. Segundo Lamartine as ações de EPT na empresa teriam surgido no Brasil

inicialmente em São Paulo no final dos anos 1970, sendo a primeira iniciativa de maior destaque aquela promovida pelo Banespa (EMPRESAS do RJ compram idéia do EPT. Por que o EPT na Empresa? Jornal do Esporte para Todos, 13 de dezembro, 1983, p. 3).

A adesão de outras entidades não governamentais também ganhou destaque na Rede. Dias *et al.* (1986) enfatiza que várias empresas enviavam notícias relativas à promoção de atividades esportivas e recreativas sob as suas orientações. A RCE e o Jornal EPT revelam ainda que instituições como Clubes 4-S, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), Projeto Rondon, Projeto Bosquinho, Fundação Roberto Marinho e outras contribuíram para disseminar os ideais epetistas no país.

Por intermédio da Fundação Mudes, por exemplo, foi criada uma nova mídia denominada Sistema de Informações sobre o Esporte Não Formal na Empresa, visando estabelecer maior cooperação entre a Rede EPT e institutos diversos. A intenção era alavancar mais do que o esporte, mas os rumos da Educação Física brasileira, congregando empresas, profissionais da área e agências de publicidade, por meio de ações dedicadas ao desenvolvimento do esporte, começando pelas atividades nas empresas (TEIXEIRA, 2015).

O findar dos anos 1980 parece ter demarcado os derradeiros esforços de inclusão epetista no âmbito das políticas governamentais. Nos suspiros finais da política epetista já não se falava tanto em esporte para todos, ou em esporte de massa, no lugar disso, era caracterizado como não formal. A associação do EPT às diversas expressões e terminologias (esporte de massa, esporte de lazer, esporte não formal entre outros) era um fator que gerava diversos questionamentos. Em 1983, a SEED/MEC lançou o livro Fundamentos do Esporte para Todos (DACOSTA; TAKAHASHI, 1983)[173], em que argumentava que uma das principais razões para confusão terminológica se devia à própria "natureza diversificada" do EPT. Argumentava-se que especialistas brasileiros estavam desenvolvendo análises teóricas acerca de três tipos de condução de atividades: formal, não formal e informal[174]. Em síntese, dizia-se que o EPT era uma prática esportiva não formal ou

---

[173] Parte do texto foi reproduzido na edição n.º 22 da RCE (jan./fev. 1983, p. 10).

[174] A diferença entre as três terminologias foi melhor desenvolvida posteriormente por DaCosta (1988).

informal, ou melhor, "[...] a versão não-formal da Educação Física e dos Desportos" (DACOSTA; TAKAHASHI, 1983, p. 6). No entanto, a prática informal era definida pelos autores como aquela em que "[...] o indivíduo é autônomo para estabelecer suas atividades sem interferências externas de condução" (DACOSTA; TAKAHASHI, 1983, p. 6), o que não parecia o caso das iniciativas de EPT, pois a logística da Rede não parecia conferir autonomia e dar voz às comunidades.

Assim, é possível argumentar que o fato das expressões "esporte formal" e "esporte não formal" terem sido utilizadas no artigo 217 da Carta Magna brasileira se deveu, nos limites, à relevância que a política epetista havia conferido não só para consolidação de uma nova mentalidade esportiva no país, mas também a "invenção" de um novo vocabulário esportivo, que ofereceu subsídio conceitual para justificar e legitimar a inclusão do esporte na Constituição de 1988. Tamanha foi a relevância e a permeabilidade da expressão "não formal" no âmbito da Educação Física, que nos anos 1980 via-se nascer um movimento em prol não só de outras manifestações esportivas, mas de uma "nova" Educação Física.

3.6 POR UMA EDUCAÇÃO FÍSICA NÃO FORMAL: O EPT EM BUSCA DA LEGITIMIDADE ACADÊMICA

Inserido em um contexto de disputas e relações poder, não tardou para que o EPT adentrasse também a esfera acadêmica. Por um lado, como já mencionado, a virada dos anos 1970 para 1980 foi marcada, no campo da Educação Física, pela chamada "crise de identidade" (BRACHT, 1999). Nesse contexto, o discurso epetista adentrava a área, oferecendo suas respostas para superar a chamada "crise", pois estava em consonância com o "estilo de pensar" próprio do campo acadêmico (*intelligentsia*), com o imaginário popular e, mais ainda, com a mentalidade esportiva daquele período. Por outro lado, era de se esperar seu trânsito acadêmico, na medida em que vários dos agentes epetistas estavam relativamente bem posicionados em instituições de ensino superior de relevância nacional, que respondiam pela formação profissional na área de Educação Física.

A mensagem que ecoava nos diversos ambientes publicitários e acadêmicos, incluindo os impressos da SEED/MEC, era que o EPT havia produzido uma nova Educação Física no país. No editorial da RCE de novembro de 1980, Arlindo Lopes Corrêa, presidente do Mobral, utiliza-se da expressão "esporte não

formal" para se referir a uma "[...] nova escola de pensamento da ciência dos esportes [...]" (CORRÊA, 1980d, p. 1). Ao recuperar o ordenamento discursivo da Campanha EPT, a RBEFD se referia ao Esporte para Todos como "uma nova maneira de pensar a Educação Física" no Brasil que, atrelada aos pressupostos da Educação Permanente, obteria a liberdade:

> [...] de sua posição puramente desportista e do seu isolamento cultural, para confundi-la mais diretamente com as atividades de ordem intelectual, moral, artística, social e cívica, equipando, assim, o indivíduo, para que se torne, o mais possível, o agente e o instrumento de seu próprio desenvolvimento (ESPORTE para Todos: uma nova maneira de pensar a educação física. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, n.º 50, abr./set. de 1982, p. 7).

A essa altura já não pareciam mais tão claras, também para os principais agentes epetistas, as definições e os usos das expressões "esporte para todos" e "esporte não formal". George Takahashi, juntamente com Lamartine Pereira da Costa, produziram diversos materiais, nos quais ainda era evidente essa falta de clareza conceitual (DACOSTA; TAKAHASHI, 1978; DACOSTA, 1981b; DACOSTA; TAKAHASHI, 1983). Ao mesmo tempo em que se esforçava para defini-los individualmente, notava-se que se tratava do uso de expressões distintas para definir um mesmo fenômeno social.

Vale mencionar que a ausência de clareza conceitual acerca do uso do termo esporte, e por sua vez da expressão Esporte para Todos, foi um fato evidente desde os primórdios do movimento *Sport for All* internacional. Em 1970 o Conselho Europeu publicou um documento oficial contendo a síntese de relatórios produzidos por cinco países (República Federal da Alemanha, Holanda, Noruega, Suécia e Reino Unido), sobre a política até então desenvolvida. É incontestável que o relatório, apesar de identificar o *Sport for All* como uma manifestação distinta do chamado esporte tradicional, apresentava uma definição deveras abrangente:

> O conceito de *Sport for All* – que é bastante diferente da tradicional concepção do esporte – compreende não somente o esporte propriamente dito mas também, e talvez de modo precípuo, várias formas de atividades físicas, desde jogos informalmente organizados até um mínimo de exercícios físicos regularmente realizados (COUNCIL OF EUROPE, 1970, p. 7, tradução nossa)[175].

Na penúltima edição da RCE foi publicado um texto escrito por Lamartine Pereira da Costa (1986). Nesse artigo o coordenador da Campanha EPT no Brasil apresentava a definição de Esporte para Todos que, similar àquela apresentada pelo Conselho Europeu, exprimia a abrangência, bem como a certa imprecisão que o conceito apresentava:

> Esporte para Todos é o conjunto de todas as atividades esportivas e recreativas que visam, em diferentes graus, à forma física e à socialização dos praticantes; atividades para os quais os grupos espontâneos da sociedade têm acesso sem limitações excessivas de condições econômicas, sexo e idade. Em resumo, Esporte para Todos é qualquer atividade esportiva que não é praticada nas condições do alto nível mas que lhes pode servir de base quando necessário (DACOSTA, 1986, p. 6).

Em certo sentido, mesmo que não de forma intencional, a abrangência da definição viabilizava, no limite, que o movimento adentrasse não só o âmbito da política esportiva, mas agora, e cada vez mais, o campo de formação e atuação do profissional de Educação Física. Assim, nada mais estratégico do que associar o EPT a diversas expressões, ampliando assim seus sentidos e significados. Aqui cabe destacar ainda que a política epetista teve seus pilares abalados no período de redemocratização do país, principalmente por estar associada a um governo cuja ideologia a maioria da sociedade ansiava em superar. Nesse sentido, parecia astucioso deixar de falar em Esporte para Todos para falar de esporte não formal, educação física não formal, atividade física não formal, esporte de lazer e outras expressões ditas como sinônimos naquele período.

Foi justamente nesse momento que Lamartine Pereira da Costa, em colaboração com George Massao Takahashi (DACOSTA; TAKAHASHI, 1983), desenvolveram um modelo de interpretação dos tipos de atividades esportivas,

---

[175] *The concept of Sport for All which is quite different from the traditional conception of sport embraces not only sport proper but also, and perhaps above all, various forms of physical activity, from spontaneous, unorganised games to a minimum of physical exercise regularly performed.*

denominado Formal, Informal e Não formal (FIN), sob a justificativa de tentar resolver lacunas conceituais até então existentes na política epetista e subsidiar, teórica e metodologicamente, suas ações. Conforme DaCosta (1986, p. 6), "[...] o modelo FIN lastreou-se inicialmente nas definições da UNESCO relativas à Educação Permanente, porém adquiriu configuração e conteúdos próprios vis-à-vis a necessária coerência da teoria e da prática do Esporte não-convencional".

A dissertação de mestrado de Takahashi (1984) – um Agente de EPT – defendida junto à Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo (USP), investigou um programa de atividades esportivas não formais que o autor alegava estar referenciado em princípios do Movimento EPT. Citou ainda o II PNED e o III PSEC para dizer que, no que se refere ao esporte de massa, o objetivo residia na promoção de atividades de lazer e aperfeiçoamento corporal com ênfase em programas sociais. Nesse sentido, o autor epetista se referia ao fenômeno do lazer com o elemento que distinguia o esporte de rendimento da sua vertente para todos. Todavia, ao que se deve dar maior destaque aqui é o uso das expressões esporte/atividade física não formal e esporte para todos. Quando se trata de defini-las, Takahashi (1984, p. 09) assim o faz:

> Atividades esportivas não formais:
> - a prática de modalidades esportivas simplificadas, sem preocupações com a rigidez de regras e técnicas específicas, e que se caracterizam pela participação popular, tendo os seus programas, quase sempre, se apresentado sob a forma de co-gestão.
>
> Esporte Para Todos:
> - expressão utilizada para identificar uma ideia, um movimento e uma prática de esporte comunitário em abordagem caracterizada por atividades esportivas não formais. Possui princípios próprios traduzidos por um decálogo denominado "Decálogo de EPT". Possui identidade de "locus" da prática esportiva não formal fora do ambiente escolar ou da organização esportiva formal.

Ao que parece, não existe uma diferenciação clara entre as expressões, salvo pela ligação que o EPT tinha com seu processo de institucionalização realizado pela política governamental. Mais adiante, no mesmo texto, em passagens em que o autor dialoga com a literatura da área, fica ainda mais evidente que ambas as expressões se referiam a mesma manifestação esportiva.

> Ao se propor um estudo sobre a resposta, de uma Comunidade carente, ao desenvolvimento de um programa de atividades esportivas não-formais-EPT, vale destacar que esta abordagem não formal encontra apoio na filosofia do "Esporte Para Todos", cujo reconhecimento institucional se deu há alguns anos, internacionalmente, conforme se vê no Manifesto Mundial de Educação Física, em 1965, e através da Carta Internacional de Educação Física e do Esporte, em 1978-UNESCO. No Brasil a filosofia do Esporte Para Todos é referida no Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos (1980/1985 - MEC), no documento Política Nacional de Educação Física e Desportos (1980/1985-SEED/MEC), bem como nos objetivos fixados na Lei n.º 6.251/75, além de inúmeros movimentos desencadeados formal e ou informalmente, a partir da década de 50, por entidades estatais e privadas, todos indicando posicionamentos no contexto do denominado na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como Desporto de Massa ou ainda Esporte Para Todos [...]. O "Esporte Para Todos" utilizando-se de regras simples e flexíveis, caracterizando-se como uma prática a partir de técnicas simplificadas, intencionalmente reduzindo as pressões inerentes à competição e ao treinamento esportivo formal, democratiza o acesso aos exercícios e aos jogos pela garantia de mais fácil execução dos mesmos, conseguindo, com isso, a mais ampla participação coletiva (TAKAHASHI, 1984, p. 12-14).

> [...] "Esporte Para Todos" no Brasil se traduz por um conjunto de atividades esportivo-recreativas que visa a sociabilização e a forma física dos seus praticantes. Os objetivos dessa prática são alcançados através do uso de tecnologia simplificada, técnicas adaptadas ou apropriadas e quase sempre a comunidade praticante autodirige o processo. A característica mais marcante da prática do "Esporte Para Todos" é incentivar a mais ampla participação sem limitações de qualquer espécie para a comunidade praticante - todos podem participar, pessoas de qualquer condição econômica, sexo, faixa etária, etc. (TAKAHASHI, 1984, p. 22-23).

A associação entre o EPT e o esporte não formal possibilitou que o discurso epetista adquirisse um novo *status* também no campo da Educação Física. Se até então a discussão estava mais concentrada na política esportiva, agora parecia que o EPT também ganhava legitimidade no interior da área da Educação Física. Isso ficou evidente no I Congresso Brasileiro e I Congresso Panamericano de Esporte para Todos, organizado pela SEED/MEC em parceria com a Secretaria de Cultura e Esporte (SECE) do Paraná, nos dias 17, 18 e 19 de setembro de 1982, na cidade de Curitiba. O evento foi considerado um marco da Rede e uma descrição detalhada do processo de planejamento desse foi publicada na edição n.º 18 da RCE. O texto reforçava o discurso de que o EPT havia inaugurado um movimento não só para o

esporte, mas para toda a Educação Física no país, isto é, uma Educação Física não formal.[176]

> O Esporte para Todos (EPT) já tem vida própria no Brasil e começa a se fazer presente nos países irmãos das Américas. É um novo movimento que está transformando a Educação Física e os desportos em todo o mundo, embora tenham surgido tentativas pioneiras no Brasil há mais de quarenta anos.
> Para alguns trata-se da "Educação Física Permanente", para outros "Esporte de Massa", "Esporte Comunitário", "Iniciação Esportiva", "Esporte de Lazer", etc. Todos concordam, entretanto, que chegamos finalmente à "Educação Física Não Formal", uma versão complementar da "formal" representando um futuro de abertura total à comunidade e um presente de diversas tentativas de como chegar a esse ideal avançado (1.º CONGRESSO Brasileiro, 1.º Congresso Panamericano de Esporte para Todos. Comunidade Esportiva, n.º 18, mai./jun. 1982, p. 12).

Na mesma linha argumentativa, um editorial da RBEFD de 1982 se vale da retórica sobre os benefícios da prática regular de atividades físicas para defender a promoção do lazer para toda população e a noção de educação permanente:

> Os benefícios da prática regular das atividades físicas não chegam a todos os segmentos da população brasileira. A partir dessa constatação, o momento atual requer algumas mudanças de conceitos, de práticas e, até, de nomenclatura em educação física. Daí, o esforço que se faz para uma educação física permanente, estimulando a criatividade, enfatizando as manifestações e iniciativas como a do Esporte para Todos. É a comunidade sugerindo, congregando, num esforço de um lazer ativo (EDITORIAL. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, n.º 50, abr./set. 1982, p. 2).

Paralelamente, o Jornal dos Sports reiterava a noção de que o que diferenciava a Educação Física "não formal da versão "formal" era o apelo comunitário, o caráter simplificado, a estratégia publicitária e o uso da chamada "tecnologia" (na RCE foi inicialmente denominada por Tecnologia da Escassez[177],

---

[176] Arouca (2016, p. 75) destaca que a expressão "não formal" aparece no III PSECD (1980-1985) "[...] indicando a necessidade de flexibilidade, criatividade, para atender às diferentes e específicas clientelas do país [...]", o que segundo a pesquisadora evidencia uma mudança filosófica e conceitual em relação ao II PSECD (1975-1979). Percebe-se assim outro elemento que demonstra que o EPT estava em consonância com a mentalidade da época. Os pressupostos conceituais da Educação Permanente, quando não mencionados, eram evidentes no ordenamento epetista. A noção de que o esporte deveria ser incorporado, de modo criativo e autônomo ("de baixo para cima") eram pressupostos caros também ao EPT.

[177] Em 1978 o Mobral instituiu o Programa Tecnologia da Escassez, destinado a preservar e valorizar o que considerava uma faceta importante da cultura brasileira, isto é, a riqueza cultural técnica das comunidades. "A proposta era "[...] recolher, analisar, selecionar e disseminar práticas técnicas

sendo anos mais tarde denominada Tecnologia Popular[178]). (MOVIMENTO muda Educação Física. Jornal dos Sports, 05 de setembro de 1982, p. 10).

O conceito de Tecnologia Popular (da Escassez ou Apropriada), caro aos ideais do Movimento EPT, também foi transposto ao contexto da Educação Física escolar. Em resposta aos anseios da Unesco, Oliveira e Chiapeta (1983-1984) publicaram na RCE um estudo de caso sobre a utilização de Tecnologia Popular em uma escola da rede pública estadual de Minas Gerais, localizada na cidade de Teixeiras. O estudo, desenvolvido pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), estava fundamentado em grande parte nas produções escritas da Rede.

Em relação a realização do I Congresso Brasileiro e I Congresso Panamericano de Esporte para Todos, a intenção do evento era promover a troca de experiências entre promotores e estudiosos do Esporte para Todos, visando produzir maior fundamentação teórica e projetar o EPT. Após o evento foi publicado um livro cujo conteúdo foi dividido nos seguintes temas/capítulos: uma síntese do processo de elaboração do evento; os fundamentos do EPT; estudos e relatos apresentados durante o evento; e resumo das comunicações orais apresentadas em uma das dez seções[179]. Na introdução do livro, escrita pelo subsecretário da SUEPT e Diretor Geral do Congresso, Cel. Newton Heráclito Ribeiro, o mesmo afirmou que durante o evento foi possível registrar:

---

populares, geralmente mais econômicas e ecológicas, compatíveis com o contexto cultural em que se desenvolvem (CORRÊA, 1979, p. 44)". Daí provavelmente a ideia de incorporar tal estratégia à Campanha, e posteriormente ao Movimento EPT.

[178] Em todas as edições da Revista Comunidade Esportiva, até o ano de 1981, existia uma seção especial intitulada Tecnologia da Escassez, que a partir dos números de 1982 passou a se chamar Tecnologia Popular. Tratava-se de uma parte do periódico destinada a oferecer sugestões de uso de materiais locais ou alternativos (sucatas, madeira, borracha e outros) para construir objetos, utensílios, mobiliários e equipamentos esportivos, destinados à prática ou ao treinamento esportivo e à recreação. Dizia-se nas páginas da RCE que era justamente uma das estratégias para adaptar o esporte formal, transformando-o em não formal. O tema também apareceu nas páginas de várias edições do Jornal do Esporte para Todos.

[179] Os participantes do evento poderiam se inscrever nas seguintes seções temáticas para apresentar comunicações: atividades e metodologia; visão local e comunitária; atividades e metodologia EPT nas escolas; EPT nas empresas; excepcionais; crítica ao EPT; áreas rurais e tecnologia apropriada; métodos de divulgação; propostas e conceituação; comunicações adicionais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1983, p. 4).

> [...] uma inesquecível demonstração de vitalidade e solidariedade em torno da mudança dos rumos da Educação Física e dos Desportos no Brasil. Percebemos naquela ocasião que estávamos atuando sobre ideais, muito mais acima do que meras rotinas burocráticas ou mesmo dispositivos de decisão participativas (RIBEIRO, 1985, p. 9)[180].

Deve-se destacar que Newton Ribeiro, além de ser reconhecidamente um agente epetista, usufruía de uma posição de destaque no ambiente político do período, visto que atuava como secretário junto à SUEPT/MEC. Sendo assim, considerando que seu relato traduzia, no limite, o discurso oficial do governo, evidencia-se que na retórica do Movimento EPT começava transparecer a intenção em fazer desse movimento uma referência, e porque não dizer um modelo, para formação profissional em Educação Física. Nesse sentido, não foi por acaso que localiza-se no mesmo período menções à emergência do que se convencionou chamar de "crise de identidade" da Educação Física brasileira, produto e ao mesmo tempo produtor de um movimento renovador na área (BRACHT, 1999; TUBINO, 2005b; MEDINA, 2010), o que favoreceu ainda mais a permeabilidade do movimento na esfera acadêmica e, por sua vez, no campo da Educação Física.

Poucos meses antes do referido congresso, no mês de abril de 1982 foi organizado um Encontro de Professores Universitários, na cidade de Sorocaba/SP, com a temática "A introdução do EPT nos currículos das Escolas de Educação Física". Várias universidades haviam incorporado – ou pretendiam fazê-lo – o EPT como conteúdo curricular presente em diversas disciplinas nos cursos de Educação Física. Em algumas instituições já existiam disciplinas específicas destinadas ao tema, que em alguns casos recebiam no título a expressão "Esporte para Todos" (BRASIL, 1985g).

No final de 1983 o JEPT publicou notícia afirmando ser o EPT uma nova abordagem não só para a Educação Física, mas para diversas áreas de conhecimento, dentre elas a Comunicação e a Ação Comunitária, enfatizando que o fato de ser algo novo dificultava sua inserção no currículo das instituições de ensino

---

[180] A capa da Revista Comunidade Esportiva n.º 19, de 1982, foi dedicada à notícia sobre o I Congresso Brasileiro e I Congresso Panamericano de Esporte para Todos. No editorial o Secretário da SEED/MEC Péricles Cavalcanti registrou que o evento era um marco na evolução do EPT no Brasil, reiterando o discurso de Newton Ribeiro sobre a importância e os objetivos do Congresso (1º CONGRESSO Brasileiro, 1º Congresso Panamericano de Esporte para Todos. Comunidade Esportiva, n.º 18, mai./jun. 1982, p. 12-13).

superior. Mesmo assim, lembrou exemplos de instituições que já haviam introduzido – seja como conteúdo, como uma disciplina específica ou um projeto de extensão – o tema em suas atividades. Dentre elas destacaram-se: a Universidade Gama Filho (RJ), com a disciplina de "Educação Física Permanente"; a Faculdade Dom Bosco (DF), com o projeto Bosquinho; a Escola de Educação Física da Universidade Federal de Alagoas, que introduziu a disciplina de Esporte para Todos em 1981; além de outras que promoviam estágios, seminários e "práticas epetistas", como universidades federais de Santa Maria, Paraná, Juiz de Fora, Faculdade de Educação Física da ACM de Sorocaba e Faculdade de Educação Física de Jundiaí (EPT ouvido no ciclo de debates da Câmara dos Deputados. Jornal do Esporte para Todos, n.º 7, 08 de novembro de 1983, p. 5). O JEPT também noticiou em várias edições iniciativas locais promovidas pelo Projeto Rondon e associadas ao EPT, nas quais as expressões "formal" e "não formal" são recorrentemente utilizadas para se referir às ações epetistas. O uso dessa linguagem era ainda mais contumaz em notícias cuja autoria era de Lamartine Pereira, editor do periódico em questão e principal responsável pela difusão desse vocabulário no Brasil.

As esferas acadêmica e profissional da Educação Física brasileira viviam um intenso processo de reorganização. Millen Neto (2006), lembra que nesse ínterim, a metodologia do ensino da Educação Física no espaço escolar começava a ter uma produção própria no Brasil. O autor destaca que o professor Alfredo Gomes de Faria Júnior, com o lançamento do livro Introdução à Didática de Educação Física, em 1969, foi um dos desbravadores dessa nova sistematização do conhecimento". Faria Junior foi reconhecidamente uma referência nas discussões sobre didática e metodologia do ensino da Educação Física nos anos 1970 no Brasil[181], e

---

[181] No Boletim da Fiep de 2007 foi publicado um texto que reconhece e apresenta de modo resumido a contribuição de Alfredo Gomes de Faria Junior para campo da Educação Física no Brasil. O texto é em grande medida oriundo da dissertação de mestrado de Álvaro Rego Millen Neto, defendida pela Universidade Gama Filho no ano de 2006, intitulada "Alfredo Gomes de Faria Júnior e a educação física escolar nos anos 1960 e 1970: uma história que se conta". Faria Júnior foi um agente de relevância no campo da Educação Física. De formação militar – estudou no Colégio Militar do Rio de Janeiro e na Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) – o núcleo formador de sua atuação teve notória influência de quatro esferas institucionais – esportiva, pedagógica, militar e científica. Vale mencionar que sua inserção na instituição militar e também no campo acadêmico, conferiram legitimidade ao discurso de Faria Junior e contribuíram na sua aproximação com o DED/MEC (MILLEN NETO; SOARES, 2007). Taborda de Oliveira (2001) também reconhece a contribuição de Faria Júnior para a Educação Física brasileira. Para o pesquisador, ao lado de Inezil Penna Marinho e Lamartine Pereira da Costa, Faria Júnior é autor de algumas das poucas obras da área da Educação Física publicadas no país naquele período,

considerado pela SUEPT um "especialista" da Rede EPT, conforme o registro no Catálogo de Agentes EPT (BRASIL, 1985g). Publicou diversos textos na RCE – que o reconheciam como "[...] o pedagogo do Esporte para Todos" (GENTE que faz rede. Comunidade Esportiva, n.º 2, fev. 1980, p. 8).

O livro Teoria e Prática do Desporto Comunitário e de Massa[182], na mesma linha, declarava ser o EPT um "Modelo Alternativo para a Educação Física brasileira", por propor "novas formas de atividades físicas" e ampliar o número de praticantes, proporcionando assim novos espaços de atuação para os licenciados em Educação Física. Elemento que segundo Faria Júnior (1981) não estava ocorrendo até então, pois grande parte das iniciativas epetistas se valiam do voluntariado de pessoas sem qualificação específica para atuar na área.

> A experiência do EPT e sua força como fator de desestabilização deveria ser aproveitado para elaboração de uma proposta de um "modelo alternativo" para a Educação Física brasileira. Este modelo seria "uma rede integrada de oportunidades educacionais diversificadas, colocando ao alcance de todos os indivíduos possibilidades iguais em todos os estágios de suas vidas [...] O movimento "Esporte para Todos" precursor da desestabilização, após repensado e reavaliado, constituir-se-ia num dos mais importantes sub-sistemas do "modelo alternativo para a Educação Física brasileira" (FARIA JUNIOR, 1981, p. 318).

NA RCE, o pioneirismo dessa iniciativa foi creditado à Universidade Gama Filho, na figura do professor Cláudio Reis, docente da disciplina intitulada "Educação Física Permanente", introduzida no currículo do curso de Educação Física no ano de 1979 (REIS, 1985). O professor registrou que Educação Física Permanente era uma das várias denominações encontradas no Brasil para se referir à "[...] versão formal da Educação Física", isto é, à Educação Física escolar. No mesmo texto apresenta o programa da disciplina, que dentre outros conteúdos, contempla o ensino de temas correlatos à Educação Permanente e à Educação Física Permanente:

---

algumas delas editadas e distribuídas gratuitamente aos professores pelo MEC. O intelectual era professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e faleceu recentemente, em junho de 2019.

[182] Na última página da Revista Comunidade Esportiva de dezembro de 1980, consta o anúncio do lançamento do livro "Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa", organizado por Lamartine Pereira da Costa. A notícia descreveu o manuscrito como "[...] o primeiro livro em língua portuguesa sobre a nova corrente de educação física e esportes dentro da experiência nacional".

> [...] Esporte de alto nível; Educação Física Escolar; Esporte comunitário; e lazer; além das Campanhas Mexa-se e Esporte para Todos; Eventos de impacto, de sustentação e de permanência: passeios, corrida, colônias de férias, ruas e áreas de lazer; Programas: educação física aplicada ao trabalho; Comunicação de massa; Mobilização e ação comunitária; Organização e planejamento de eventos comunitários; Lei 6.251/71 e suas implicações com o "Desporte de Massa"; Análise dos Documentos internacionais sobre Educação Física e os Desportos (REIS, 1985, p. 12-13).

Importa mencionar que, naquele ano, mesmo com a desativação da Campanha, esse e outros fatos revelam que o ordenamento presente na política epetista continuava latente e, mais ainda, havia adentrado o Ensino Superior, conforme se percebe no conteúdo programático da disciplina em questão.

Paralelamente, no editorial da RCE n.º 14 o Mobral se referia à Educação Física Não Formal como a base da recreação no ensino pré-escolar (MOREIRA, 1981, p. 1), de acordo com a proposta da entidade a partir das mudanças operadas no MEC pelo ministro Rubem Ludwig. Esther de Figueiredo Ferraz, sucessora de Rubem Ludwig no ministério, reiterava o entendimento do EPT como a versão não formal da Educação Física brasileira. Nas palavras da ministra:

> O Esporte para Todos não passa da versão não-formal da Educação Física e dos desportos e, a esse título, merece figurar nos programas de Educação Permanente de qualquer povo civilizado, como é, graças a Deus, o brasileiro (DIRIGENTES destacam a iniciativa. Jornal do Esporte para Todos, 10 de maio de 1983, p. 5).

A RCE propagava o discurso de que o EPT havia desestabilizado o modelo de Educação Física então vigente, isto é, aquele voltado para *performance*, desigual e injusto. O modelo alternativo proposto tinha um caráter não institucional e estava pautado na Educação Permanente, oferecendo, de acordo com Bressane (1983), uma Rede integrada de oportunidades educacionais diversificadas, espírito comunitário, orientação técnica polivalente, ações intermitentes/não convencionais e atendendo a todos, sem discriminação.

Para conferir maior legitimidade ao discurso, o periódico oficial da Rede evocou as prioridades da Unesco para as áreas da Educação Física e do esporte, registradas no Plano de 1984-1989 durante a terceira reunião do Comitê Intergovernamental para Educação Física e Desportos da Unesco, realizada em 22-29 de março de 1983, na cidade de Paris/FRA, a saber:

> (a) treinamento pessoal e instalação de equipamentos para a Educação Física escolar;
> (b) desenvolvimento do Esporte para Todos; e
> (c) fortalecimento da cooperação entre Estados-membros, organizações não-governamentais e movimentos de jovens (UNESCO recomenda o EPT. Comunidade Esportiva, n.º 24, 25 e 26, mai./out. 1983, p. 27).

O EPT ganhava ainda mais legitimidade nos anos 1980, na medida em que a Unesco declarava-se a favor do Esporte para Todos:

> A UNESCO propôs, em 1983, um plano de atuação para o período 1984/1989, fazendo recomendações no que concerne à Educação Física e aos Desportos, recomendações essas compatíveis e fortalecedoras dos propósitos da Educação Física e Esporte para Todos, ou seja, da Educação Física em sua versão não-formal. Pela semelhança entre as propostas do EPT brasileiro e a nova política da UNESCO, aprovada por 66 países membros de 22 organizações internacionais, a Rede e a SUEPT ajustaram seus propósitos e práticas, em vista de maior intercâmbio internacional e, principalmente, da possibilidade de prestar assistência técnica brasileira a outros países, em função da experiência já acumulada (DIAS *et al.*, 1986, p. 25).

Com a aliança do EPT brasileiro às novas perspectivas da Unesco, a Rede alargou o seu horizonte de intercâmbios, oferecendo assistência técnica e distribuindo a RCE para outros países, especialmente para a América Latina (DIAS *et al.*, 1986). Foi possível identificar nas páginas das primeiras edições da RCE, em 1980, diversos relatos de experiência do que se diziam ser as primeiras ações epetistas no Chile, Venezuela e Costa Rica.

Também foi entre 1983 e 1984 o período em que o Jornal do Sports fez circular um suplemento mensal denominado Jornal do Esporte para Todos (JEPT). O impresso tinha um formato mais resumido, com no máximo oito páginas, dedicado especialmente a noticiar os fatos e feitos epetistas. A capa das edições, em sua grande maioria, trazia temas que envolviam decisões, e tensões, no âmbito do governo, especialmente do MEC, sobre a política de EPT. Várias notícias do jornal circulavam também, de modo mais extenso, nas páginas da RCE.

A primeira edição do JEPT veiculou na capa, em "letras garrafais", a notícia intitulada "8 mil dirigentes dão apoio ao novo esporte", referindo-se ao pronunciamento da ministra Esther Figueiredo, transmitido pela TV Executiva, sobre o movimento Esporte para Todos no Brasil. Logo abaixo, pode ser encontrada a notícia "Agora, um novo pensar no esporte", referindo-se à emergência da expressão esporte não formal em substituição ao esporte de massa (AGORA, um

novo pensar no esporte. Jornal do Esporte para Todos, n.º 1, 10 de maio de 1983, p. 1). Era evidente que os primeiros anos da década de 1980 propagandeavam não só a continuidade da política epetista, mas sua legitimidade nacional e internacional.

Em resposta ao evidente desenvolvimento do movimento *Sport for All* no âmbito internacional, o COI decidiu criar um "Grupo de Trabalho" intitulado *Mass Sports*, que foi posteriormente elevado ao *status* oficial de "Comissão Esporte para Todos" (TROEGER, 1991; VAN BOTTENBURG, 2002). Essa deveria determinar a melhor forma do movimento olímpico contribuir para o desenvolvimento do *Sport for All*. A organização de um "Congresso Mundial do Esporte para Todos", de periodicidade semestral, foi uma das decisões tomadas.

Concomitantemente, o JEPT veiculou uma notícia intitulada "Plano da Unesco mostra as perspectivas do EPT". O texto ressaltava o "Plano de Médio Prazo" (1984-1989) da Unesco, produzido no final do ano de 1982 em reunião com 19 organizações intergovernamentais e 83 organizações não governamentais. A notícia dizia que o lema 'para todos' havia sido adotado para o setor Educação de um modo geral e para Educação Física em particular" (PLANO da Unesco mostra as perspectivas do EPT. Jornal do Esporte para Todos, 10 de maio de 1983, p. 3).

A SUEPT se manifestou nas páginas da RCE sobre os ajustes que seriam realizados para alinhar a política de Educação Física e esportes do país aos anseios daquela entidade intergovernamental, dentre eles: reorientação do objetivo da política epetista, visando capacitar novos agentes para oferecer cobertura especializada (via rádio, material impresso e cursos de superiores) e não somente voluntariado, oferecendo "[...] apoio à Educação Física escolar através dos métodos do EPT, tais como mobilização da comunidade, promoções esportivo-culturais, tecnologia popular (equipamentos e instalações adaptadas) etc. [...] criar um sentido de renovação da Educação Física escolar através do EPT (UNESCO Recomenda o EPT. Comunidade Esportiva, mai./out. 1983, p. 29).

Ao mesmo tempo, no Brasil a adesão e o consequente uso da expressão "esporte para todos" parecia aos poucos perder adeptos. Muitos optavam por se referir ao esporte praticado pela população geral, no tempo de lazer, através de diferentes expressões como esporte de massa, esporte de participação, esporte de lazer, esporte não formal ou outros termos correlatos. Afinal a política epetista continuava concorrendo com outros interesses. A luta para legitimar e inserir o EPT passou a ser travada não só no campo da política esportiva, mas agora também no

âmbito da formação e atuação profissional no campo da Educação Física. A essa altura vários pesquisadores e instituições foram acionados para fundamentar o debate e legitimar os argumentos, visando inserir cada vez mais o EPT brasileiro no cenário nacional e internacional. A título de exemplo, o renomado intelectual espanhol José María Cagigal foi utilizado para defender o argumento de que as escolas superiores de Educação Física deveriam ser mais bem informadas sobre o Esporte para Todos como uma das vertentes da Educação Física.

> "Há que informar", declara ele, e para isso a AISEP (Associação Internacional de Escolas Superiores de Educação Física) de que faço parte, já programou para 1987 um congresso sobre Esporte para Todos. Até lá já estamos comprometidos com outras formas de "como fazer" (DACOSTA, 1984, p. 3).

Era evidente que o EPT havia se espalhado de modo difuso em várias esferas e em diversas instituições nas áreas da Educação Física e do esporte. Sua permeabilidade e, no limite, sua legitimidade ficou ainda mais evidente quando o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), que nos dizeres da RCE representava "o novo pensamento da Educação Física e dos Esportes no Brasil" (CBCE associa-se ao EPT. Comunidade Esportiva, n.º 21, nov./dez. 1982, p. 14), associou-se ao EPT, conforme noticiado nas páginas da revista oficial do EPT. Vale mencionar que o CBCE também se beneficiaria com essa aliança, pois tinha a intenção de angariar novos sócios à entidade e ampliar seus espaços de atuação.

Também as Associações de Professores de Educação Física (APEFs), além da ABDR, começaram a se aproximar cada vez mais da Rede. Essa parceria – SUEPT/SEED/MEC, Rede EPT, ABDR e APEFs – culminou na realização, em um primeiro momento, de um Encontro Nacional de Professores de Recreação[183] que, por sua vez, preparou o terreno para realização do II Congresso Brasileiro de

---

[183] O Encontro, realizado no período de 7 a 11 de fevereiro de 1984, em Ponta Negra, na cidade de Natal/RN, reuniu professores de Recreação oriundos de diversas instituições de Ensino Superior de Educação Física no Brasil. O objetivo era "[...] refletir e reexaminar posições assumidas em Encontros anteriores, buscando uma tomada de posição para difundir e aperfeiçoar Técnicos e Educação Física Não-formal e definir canais introdutórios à pesquisa científica [...]" (ENCONTRO Nacional de Professores de Recreação. Comunidade Esportiva, n.º 29/30, mar./jun. 1984, p. 17). Ao término do evento foi produzida a chamada Carta de Ponta Negra, com diversos encaminhamentos para atuação profissional na área e, especialmente, oferecendo subsídios para realização do II Congresso Brasileiro de EPT.

Esporte para Todos, promovido pela Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte, de 5 a 8 de julho de 1984.

Acerca do que foi registrado na Carta de Ponta Negra, produzida no encontro nacional supracitado, vale registrar aqui o encaminhamento solicitado às Instituições de Ensino Superior (IES) para introduzirem "[...] conteúdos de abordagem de EPT na Disciplina de Recreação [...]", caso ainda não tivessem realizado tal inclusão. Mais ainda, até o mês de julho daquele ano, antes da realização do II Congresso Brasileiro de EPT, os profissionais de Recreação comprometeram-se a realizar ao menos uma reunião de estudo na respectiva IES com objetivo de elaborar conteúdos programáticos para referenciar o EPT nas disciplinas curriculares (ENCONTRO Nacional de Professores de Recreação. Comunidade Esportiva, n.º 29/30, mar./jun. 1984, p. 18). Esses e outros encaminhamentos evidenciam certo comprometimento acadêmico, principalmente dos profissionais ligados à recreação e ao lazer, com o Movimento EPT.

Com relação ao II Congresso Brasileiro de EPT, a programação do evento e a correspondente ficha de inscrição foram publicados na RCE de maio a outubro de 1983. Assim como ocorreu na primeira edição do evento em 1982, uma síntese do II Congresso Brasileiro de EPT foi publicada em formato de livro, editado pela SEED/MEC[184]. Nesse, as APEFs veicularam uma Carta de Intenções, na qual se comprometeram em unir esforços para promover o Esporte para Todos junto aos profissionais de Educação Física (GOES *et al.*, 1984, p. 18).

---

[184] Durante o Congresso ocorreu também "[...] o lançamento de nova feição para a reedição do Jornal Comunidade Esportiva/EPT. O jornal, antes com outro título e encartado no Jornal dos Sports, tinha sofrido um intervalo de três meses sem circulação, em razão do cancelamento de acordo anteriormente estabelecido. Tal acordo se esgotou no n.º 10 do Jornal do EPT, o que se deu em fevereiro [...]. Durante a não publicação do Jornal, a Revista passou a ter duas edições distintas – uma técnica e uma informativa – publicadas em períodos alternados" (DIAS *et al.*, 1986, p. 26). Pouco tempo depois ocorreu o lançamento do Jornal Comunidade Esportiva/EPT, integrando-se ao conjunto de mídias impressas da Rede. Não foi possível obtermos acesso a este Jornal.

Figura 19 - Capa da Revista Comunidade Esportiva



Fonte: Comunidade Esportiva, n.º 29-30, mar. e jun./1984, capa.

A partir da edição n.º 27-28 de 1984, cujo tema central foi o II Congresso Brasileiro de EPT, a RCE passou a estampar na capa um selo com a expressão "não formal" (Figura 19). A inserção da conceituação buscava produzir um novo sentido para a Educação Física escolar, motivando os professores e pesquisadores a pensar o EPT como uma possibilidade de renovação para a área. Mas, como já elucidado, os entendimentos acerca dos sentidos e significados epetistas para a Educação Física eram diversos. Um exemplo dessa diversidade pode ser encontrado nas análises empreendidas por Taffarel (1984):

> Todas as grandes questões, relacionados com o EPT, me pareceram pouco discutidas ou refletidas pelo grupo. Deu-me a impressão que o grupo de base, não está adequadamente consciente sobre o EPT e seus rumos. Deu-me a clara e nítida impressão que existe uma diferença significativa no nível de compreensão das pessoas de cúpula (dirigentes, membros da SUEPT e Central de difusão) e do grupo de agentes e professores das Universidades. Percebo ainda uma diferença sutil entre certas posições assumidas publicamente das pessoas de cúpula. Percebo ainda que muitas decisões em termos de EPT são tomadas pela cúpula sem a participação dos principais responsáveis em difundir o EPT nos Estados da Federação. Isto, provavelmente, vem gerando um determinado nível de insatisfação nas pessoas. Compreender o que tudo isto possa significar é para mim um desafio constante (TAFFAREL, 1984, p. 132).

A análise indica vários elementos para reflexão acerca do estágio evolutivo das iniciativas epetistas no país. Destaca-se aqui especialmente o fato de que havia diversas compreensões e maneiras de fazer ou operacionalizar as ações que se nominavam de Esporte para Todos. Poucos meses antes à realização do II Congresso Brasileiro de EPT, Taffarel já havia publicado um texto na RCE, intitulado "Desenvolvimento do Esporte para Todos nas Escolas de 1º grau através de métodos criativos de ensino" (TAFFAREL, 1983-1984). Em busca de um novo sentido para a Educação Física no contexto escolar, a intelectual sustentava-se nos pressupostos das emergentes metodologias críticas de ensino, mormente nas produções alemãs. A autora advogava a necessidade de uma Educação Física comprometida com o ensino do esporte de lazer e recreação, que atendesse "[...] à multiplicidade das necessidades humanas de seus interesses e motivações, através de novos modelos, conteúdos e métodos a serem desenvolvidos nas aulas [...]" (TAFFAREL, 1983-1984, p. 9). Ao questionar os métodos diretivos (voltados ao esporte competitivo) comumente utilizados nas aulas, a autora defendia a participação livre, criativa, crítica e consciente do educando. O método proposto poderia então motivar um comportamento constante e autônomo para o movimento e prática esportiva recreativa e de lazer fora do ambiente escolar[185].

O relato da autora que versa sobre a análise crítica do II Congresso Brasileiro de EPT, somado ao texto publicado na RCE, evidenciam a tese de que havia distintas maneiras de perceber e realizar ações voltadas ao Esporte para Todos, dentro e fora do ambiente escolar. A Educação Física escolar na perspectiva de Taffarel não parecia, sob o ponto de vista metodológico e epistemológico, aquela propagandeada por outros agentes epetistas.

3.7 O EPT E O PROCESSO DE REFORMULAÇÃO DA POLÍTICA ESPORTIVA BRASILEIRA

No ano de 1983 o esporte foi objeto de debate na Câmara dos Deputados. Foi criada uma Comissão de Esporte e Turismo, visando iniciar os debates sobre a

---

[185] No ano seguinte, Taffarel (1985) desenvolveu o tema no livro Criatividade nas Aulas de Educação Física, com prefácio escrito por Jürgen Dieckert.

reformulação da política esportiva no país. A Comissão foi presidida pelo Deputado Federal Márcio Braga (1983-1991), que era então candidato à presidência da CBF. Braga conquistara ampla inserção na esfera esportiva, pois fora antes e depois do mandato legislativo, por diversas vezes, presidente do Clube de Regatas Flamengo. Denominava-se defensor de um projeto a favor da democratização do esporte, reconhecendo os clubes, conforme indica Canan (2018) como sua *célula-mater* do esporte no Brasil.

Bueno (2008) e Canan (2018) salientam que no ano de 1983 a Comissão organizou o "Ciclo de Debates Panorama do Esporte Brasileiro", o qual reuniu representantes de diversas áreas correlatas às esferas da política e do esporte (dirigentes políticos e esportivos, atletas, acadêmicos, jornalistas, árbitros e outros), com objetivo de estabelecer uma nova política esportiva nacional. A respeito desse evento o JEPT, no final daquele ano, anunciou em reportagem de capa: "Deputados ouvem e a Unesco apoia EPT". A notícia destacava os esforços do secretário da SUEPT Newton Ribeiro, e dos epetistas George Massao Takahashi e Lamartine Pereira da Costa em participar do Ciclo de Debates "Educação Física na Formação do Atleta, Massificação e Recreação", promovido pela Câmara dos Deputados, em outubro de 1983, que marcava a instalação de uma Comissão de Esportes e Turismo na Câmara (DEPUTADOS ouvem e Unesco apoia EPT. Jornal do Esporte para Todos, n.º 7, 08 de novembro de 1983, p. 4-5).

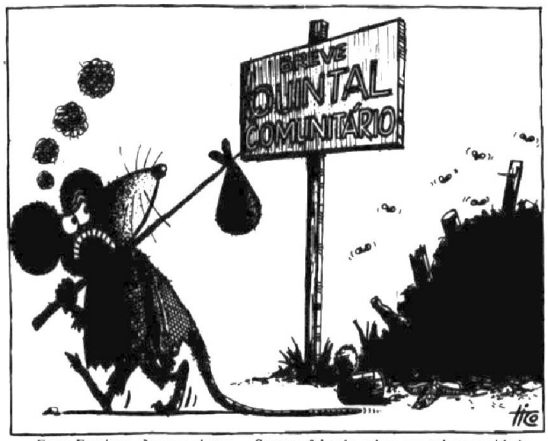
Apesar do deputado Márcio Braga justificar a realização do Ciclo de Debates recuperando a retórica sobre o esporte como "direito do cidadão" e "componente da justiça social" (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1984, p. 13), as discussões voltaram-se basicamente ao futebol profissional e à defesa da autonomia da iniciativa privada no setor esportivo. "A própria concepção de direito, na realidade parecia estar atrelada à ideia de liberalização das instituições esportiva privadas, num sentido de liberdade de associação e prática" (CANAN, 2018, p. 157).

Mas, segundo a narrativa veiculada nos impressos epetistas, a presença da SUEPT e da Rede na Câmara dos Deputados produziu alguns resultados favoráveis ao Movimento EPT. A situação foi definida pelo JEPT como uma "luta duríssima de grande pomposidade" contra um modelo que estaria sendo imposto ao esporte nacional, referindo-se a vertente de rendimento. Conforme evidencia a última edição do JEPT, publicado junto ao Jornal dos Sports, "a pressão foi vencida":

> Como o Movimento EPT brasileiro tem defendido a iniciativa local, o pluralismo e a livre evolução de ideias e técnicas para que sejam encontradas soluções culturais e adaptadas às condições da realidade local, organizou-se uma reação ao modelo proposto durante este evento de abertura da comissão, trinta dias após já chegavam às mãos dos deputados manifestações de mais de dois mil professores de Educação Física, reunidos em congressos regionais de EPT defendendo o direito de opção da proposta epetista. O resultado saiu em dezembro quando deputado Márcio Braga no seu discurso de apresentação do primeiro projeto de melhoria do esporte nacional declarou: "o esporte é direito de todo cidadão e, o que me pareceu ser o subsídio primeiro a política desportiva, só a partir daí é legítima a política desportiva. Só a partir da priorização do que chamarei de base da pirâmide desportiva: o esporte de massa ou recreativo" (VENCEMOS! Jornal do Esporte para Todos, n.º 10, 10 de fevereiro de 1984, p. 1).

O conteúdo do texto e a imagem publicada anexa à notícia supracitada (Figura 20) evidenciam os tensionamentos dos agentes epetistas com os membros da Comissão, que em sua maioria eram defensores de uma política esportiva voltada para o esporte de rendimento. Apesar das discussões sobre o EPT não estarem previstas na pauta do Ciclo de Debates sobre o Esporte realizado na Câmara dos Deputados, o tema acabou sendo "colocado à mesa" pelos agentes epetistas. Na ocasião, Lamartine Pereira da Costa fez questão de destacar a herança deixada pelo Decreto-Lei 3.199/41, especialmente no que se refere ao caráter centralizador conferido ao esporte. O intelectual advogava a necessidade de "exorcizar fantasmas" que segundo ele eram oriundos do Estado Novo e permaneciam dificultando o desenvolvimento do esporte brasileiro, como o autoritarismo, o corporativismo e o burocratismo. Como solução, os representantes da Rede defenderam a necessidade de uma estrutura organizacional que contemplasse as dimensões formal, não formal e informal do esporte, assim como faziam diversos países europeus. Para legitimar os discursos, citam as recomendações da Unesco para com a Educação Física escolar e o *Sport for All*, onde o EPT seria a melhor estratégia para "exorcizar os fantasmas" do esporte (EPT ouvido no ciclo de debates da Câmara dos Deputados. Jornal do Esporte para Todos, n.º 7, 08 de novembro de 1983, p. 5).

Figura 20 - EPT no Ciclo de Debates sobre o Esporte da Câmara dos Deputados



— Esses Epetistas são uns chatos... Sempre falando sobre essa tal comunidade... participação... respeito à cultura local... pluralismo... base municipal... Até o meu terreno foi invadido com esses joguinhos...o jeito é viajar para Brasília e trabalhar contra eles... (Colaboração Voluntária de Tico-RJ).

Fonte: Jornal do Esporte para Todos, n.º 7, 08 de novembro de 1983, p. 5.

Os agentes epetistas advogavam a necessidade de um "novo" esporte, que estivesse a serviço da população e não restrito a grupos específicos. O esforço de convencimento ficava evidente no conteúdo das notícias do JEPT:

> Tudo isso implica na aceitação do que eu citei no início desta exposição: respeito à cultura local. Neste propósito, o desdobramento natural seria de entender o EPT como um processo educativo. Se os participantes deste Ciclo fossem educadores eu começaria minhas proposições a partir deste ponto e não dos conflitos gerados pela legalização e administração do esporte brasileiro. Contudo, como bom epetista devo me adaptar à situação local, à cultura dos Senhores. Meu objetivo, portanto, é de sensibilizá-los para a causa do EPT (EPT ouvido no ciclo de debates da Câmara dos Deputados. Jornal do Esporte para Todos, n.º 7, 08 de novembro de 1983, p. 5).

Torna-se oportuno mencionar que havia alguns políticos envolvidos com o esporte, que já se posicionavam a favor do EPT. Esse foi o caso, por exemplo, do Deputado Federal Caio Pompeu de Toledo (1979-1991), que nos anos 1970 esteve à frente da Secretaria Municipal de Esportes de São Paulo, conduzindo iniciativas no âmbito do esporte e das atividades de lazer (BRAMANTE *et al.*, 2002). No dia 6 de maio de 1980 o referido parlamentar realizou um pronunciamento na Câmara dos Deputados congratulando os feitos da Campanha e enaltecendo a importância de sua continuidade. Parte de seu discurso foi transcrito na RCE daquele mês:

> Assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero congratular-me com o Mobral, na pessoa de seu presidente, educador Arlindo Lopes Corrêa, pela continuidade desse movimento chamando "Esporte para Todos, bem como, com os editores e componentes de "Comunidade Esportiva, órgão noticioso e divulgador do movimento, que através de diagramação inteligente, tem levado notícias e artigos técnicos, tornando-se um importante e imprescindível elemento de consolidação do EPT - "Esporte para Todos" no Brasil (ESPORTE para Todos é tema de discurso na Câmara dos Deputados. Comunidade Esportiva, n.º 5, mai. 1980, p. 12).

Os "ventos" ficariam mais favoráveis no início do ano de 1985, quando Tancredo Neves, candidato de oposição, foi eleito presidente por eleições indiretas[186]. Mas sua morte levou o vice José Sarney ao cargo máximo da República. Uma de suas grandes missões do novo governo era concluir o processo de redemocratização do país. Com a instauração de uma "Nova República"[187], continuou-se a investir esforços na liberalização do esporte, na crença de que estava ocorrendo sua democratização. As perspectivas de esporte educativo e de participação vieram em contrapartida à manifestação de rendimento (LINHALES, 1996; BUENO, 2008; VERONEZ, 2005; CANAN *et al.*, 2017).

Eram crescentes as pressões da sociedade por um regime de governo democrático e, nesse contexto, a política epetista também foi alvo de questionamentos. É sintomático que, no final do ano 1985, período em que o país já estava sob o comando de um presidente civil tenha circulado um texto no periódico da Rede, estabelecendo críticas consistentes ao *modus operandi* epetista. Machado (1985) abre o manuscrito exaltando a atuação do EPT no âmbito da Educação Física não formal. Amparado nos pressupostos teóricos de Karl Marx e do educador Paulo Freire, afirmava que a condição dialética do movimento epetista gerava mais

---

[186] Paradoxalmente, a derrota da Emenda das Diretas Já! Se tornou um evento impulsionador do movimento pela "Constituinte Já!". Por um lado, houve grande desmobilização social sobre os acontecimentos que o sucederam, dado o ambiente de decepção produzido na sociedade. Por outro lado, a derrota das "Diretas Já!" "[...] fez convergirem as expectativas de democratização do país para a solução paliativa de eleger indiretamente m presidente da República civil, vinculado à legenda da oposição e comprometido com a convocação imediata de uma Constituinte – ainda que com base em um pacto entre setores de oposição e ex-aliados do regime ditatorial" (VERSIANI, 2014, p. 368-369). Para a pesquisadora, o "grito" da Constituinte Já! se fez ouvir ao máximo volume nesse momento.

[187] A Nova República foi o período posterior à Ditadura Civil-Militar em que se restabeleceu um regime democrático no Brasil, quando Tancredo Neves foi eleito, por eleições indiretas, no ano de 1985, sendo o primeiro civil eleito para Presidência do país desde João Goulart, deposto pelos militares em 1964. Mesmo tendo falecido antes de assumir o mandato, sendo substituído pelo vice-presidente José Sarney, as eleições indiretas foram um marco político-institucional de um processo de Abertura Política iniciado em meados dos anos 1970 (BRESSER-PEREIRA, 2016).

perguntas do que respostas, sendo imprescindível que o profissional de Educação Física trabalhasse em favor do engajamento comunitário, o que segundo ele não parecia ser o caso das estratégias institucionais do EPT. Machado (1985) interroga se seus agentes estariam de fato atuando em prol das classes subalternas, intercedendo a favor da necessidade de estratégias verdadeiramente voltadas à mobilização popular, visando práticas libertadoras:

> Começam, então, a surgir implicações conceituais ligadas aos epetistas, tanto com vistas a sua ideologia, como por ser entendido como intelectual, uma vez que o agente EPT – professor de Recreação – é visto, também, dessa maneira, à medida que representa uma função dirigente na instituição da qual faz parte. É aceito como intelectual e levado, chamado à tendência de ser o intermediário entre a comunidade e uma instituição. Alguns estudiosos desse tema entendem que tais intelectuais deverão, com urgência, definir a quem estão servindo: se à comunidade ou à instituição, se à libertação ou à conservação. Estarão sempre expostos a interpretar e intermediar, em favor e um ou de outro: dominante ou dominado (MACHADO, 1985, p. 22).

Sinal dos novos ares começava a reinar na conjuntura política brasileira que passaria a acompanhar também o EPT. Apesar de ser um dos poucos, para não dizer o único texto que circulou na RCE que teceu críticas substanciais a essa política, é no mínimo emblemático que isso tenha ocorrido nesse momento. Teixeira (2015) apresenta alguns elementos que ajudam a responder o que poderia ter motivado os editores da revista a "autorizar" a publicação do referido manuscrito:

> [...] transparecer certa abertura propiciada pela Rede EPT durante o processo de e democratização do país, cedendo espaços a publicações de cunho ideológico diverso do apregoado pelo governo militar, no qual interlocuções como a disputa entre as classes sociais eram refutadas [...]. Sem dúvida, uma nova diretriz, se levarmos em conta que a produção da RCE esteve sob a responsabilidade direta do MOBRAL, até a sua inclusão na Rede EPT, a partir da edição de número 18, e, mesmo assim, o MOBRAL incumbiu-se dessa produção até o número 23, relativo ao bimestre de março e abril de 1983, quando, após uma interrupção duradoura, houve uma reestruturação, em que foram colocados numa só edição os números 24, 25 e 26, correspondentes ao período de maio a outubro de 1983, agora sob a responsabilidade gráfica da Palestra Edições (TEIXEIRA, 2015, p. 226-227)[188].

---

[188] Teixeira (2015) coloca em questão se na gestão de Arlindo Lopes Corrêa frente à presidência do Mobral, quando também assinava os editoriais da RCE (até a edição de número 13), haveria a possibilidade de serem publicados artigos do porte dos de Machado (1985).

Todavia, é imperioso registrar que, apesar da RCE veicular um texto que tecia severas críticas ao EPT, o mesmo não deixou de conviver com outros que, no limite, elevavam a autoestima epetista. Um destaque pode ser dado à "Declaração de Vitória", documento produzido durante o "Seminário de Avaliação do Programa EPT nas Unidades Federadas", que ocorreu na cidade de Vitória, entre os dias 25 e 29 de novembro de 1984. O documento, elaborado por diversos agentes epetistas, foi publicado em seguida ao artigo de Machado (1985), e se propunha a registrar um diagnóstico do Movimento até aquele momento, bem como assinalar perspectivas futuras. Não fosse o fato de o texto ter sido produzido no ano anterior, seria possível assegurar que tinha o intuito de responder objetivamente às críticas tecidas por Machado (1985). De modo geral a Declaração reafirma os pressupostos da política epetista. Abaixo, alguns dos itens inscritos na "Declaração de Vitória":

> [...] 2 – O EPT vem sendo considerado pelos seus praticantes como um instrumento de justiça social, gerando a necessidade de auto-organização das comunidades e liberando-as da passividade e da aceitação do tratamento paternalista; 3 – O EPT coloca, em situações concretas, o direito das comunidades no exercício do lazer de modo inteligível a todos os seus praticantes, confirmando o que preceitua a Declaração dos Direitos Humanos; 4 – O EPT reafirma os valores culturais das comunidades em suas realidades próprias, quando faz o aproveitamento das manifestações e divulga-as, impondo-lhes respeito [...] (DECLARAÇÃO de Vitória. Comunidade Esportiva, n.º 34, set./out. 1985, p. 24).

Nesse ambiente de abertura política, a atitude estatal no âmbito do esporte foi promover estratégias visando sua democratização. Com o poder autoritário enfraquecido, na iminência de uma nova Constituição, o Estado assumiu a tarefa de incluir o esporte na Assembleia Nacional Constituinte, visando garanti-lo como um direito social. Além disso, retirou-se a subsunção das instituições esportivas privadas, concedendo autonomia às mesmas para condução de suas ações e permitindo que se moldassem à estrutura mercadológica (LINHALES, 1996; BUENO, 2008). Nesse sentido, por iniciativa do MEC, através de seu titular, o senador Marco Maciel, por meio do Decreto n.º 91.452, de 19 de julho de 1985, foi instituída a Comissão de Reformulação do Desporto (CRD) (BRASIL, 1985b), que pode ser considerada um marco na inauguração de um novo ciclo de debates em prol da reformulação da política esportiva nacional.

Na Nova República o Estado se movimentou mais efusivamente em prol de ações democráticas. A figura estatal estava enfraquecida politicamente e

economicamente. Os militares entregaram um país com uma inflação de três dígitos, recessão econômica e dívidas interna e externa herdadas da influência de nações industrializadas, o que gerou densas consequências para governo do então presidente José Sarney (LOHBAUER, 2000; BRESSER-PEREIRA, 2016). Sob ambos os aspectos, político e o econômico, o Estado não poderia mais assumir sozinho a tutela do esporte. Nesse sentido, Canan (2018), salienta que as mudanças reivindicadas pela comunidade esportiva e também as internas às estruturas de governo foram capitaneadas, a partir de 1985, por Manoel Jose Gomes Tubino[189], e Bruno da Silveira[190], nomeados respectivamente Presidente do Conselho Nacional de Desportos (CND) e Secretário da SEED/MEC:

> [...] a nova gestão dirigente do esporte em nível estatal conseguiria, diferentemente do que ocorrera antes, mudar a configuração institucional do subcampo [político-esportivo] em dois sentidos: elevar a concepção plural de esporte ao nível constitucional e definir melhor como estava sendo concebida tal pluralidade, agora desvinculada do modelo piramidal (CANAN, 2018, p. 159).

O CND se esforçava para fortalecer sua função normativa, apresentando-se como um órgão central de disseminação da política esportiva nacional. Sob a liderança de Manuel Tubino, que atuou como presidente do CND no período de 1985 a 1989, as intenções eram de renovação e de construção de uma nova forma de intervenção no setor esportivo, visando desvencilhar o esporte da instrumentalização autoritária do Estado. Os objetivos do CND foram sistematizados em cinco eixos: I) consolidação do novo conceito de esporte; II) constitucionalização do esporte na Carta Magna de 1988; III) desburocratização e descentralização do esporte brasileiro; IV) criação de condições financeiras para projetos científicos e de

---

[189] Torna-se oportuno mencionar que Manoel Tubino esteve diretamente envolvido com o EPT no Brasil. O intelectual publicou o livro intitulado "Esporte Não Formal: propostas de programas para os municípios" (TUBINO, 1989). Nessa obra o autor advoga a necessidade de os municípios brasileiros desenvolverem programas de esporte não formal, entendendo-o como sinônimo de Esporte para Todos. Isso evidencia não só a aproximação de Tubino com o Movimento EPT, mas principalmente a sua influência na elaboração da base conceitual que justificaria a inclusão das dimensões formal e não formal do esporte no artigo 217 da Carta Magna brasileira.

[190] Bruno da Silveira era na época Secretário da SEED/MEC, reconhecidamente o primeiro dirigente nacional não militar com participação especial na CRD (CANAN, 2018).

capacitação de recursos humanos; e V) revisão das práticas esportivas desenvolvidas pelo esporte-educação (LINHALES, 1996)[191].

Perante a SEED/MEC, o poder de atuação do CND notadamente se fortaleceu. Os recursos financeiros destinados à SEED no orçamento do MEC caíram gradativamente, enquanto aqueles destinados ao CND sofreram acréscimo no período pós-85 (CARAM, 1989). Em 1983 a SEED respondia por 0,61% do orçamento geral do MEC. Gradualmente esse percentual cai, chegando a 0,09% em 1987. Já o CND absorvia 0,01% dos recursos do ministério em 1983, os quais foram ampliados para 0,03% em 1987. O poder de negociação do CND na arena política ficaria ainda mais evidente anos depois.

O debate sobre a necessidade de revisão do setor esportivo acabou por deslocar-se do Poder Legislativo para o Executivo. Em meados de 1985 o presidente José Sarney instituiu a Comissão de Reformulação do Desporto Brasileiro, por meio da Portaria n.º 163, de 15 de julho de 1985 (BRASIL, 1985f) e do Decreto n.º 91.452/85 (BRASIL, 1985b). A missão da CRD era de realizar estudos sobre o esporte nacional e indicar encaminhamentos para a reformulação de uma nova política para o setor. A Comissão foi composta por 33 membros, sendo presidida por Manuel Tubino[192], tendo como Secretário-Executivo o Coronel Octávio Teixeira, que desde os anos 1970 vinha atuando no âmbito da SEED/MEC, envolvido diretamente com a política esportiva nacional, especialmente com o EPT.

No Jornal dos Sports, Tubino registrou seu primeiro desafio junto ao CND, que segundo ele consistiu em "[...] levantar as circunstâncias que compunham a

---

[191] Linhales (1996, p. 176) destaca que "[...] a proposta do Conselho quanto à desburocratização e à descentralização significou, fundamentalmente, devolver às confederações e federações esportivas o poder de decisão sobre as questões relativas ao esporte de alto rendimento. Tal liberalização gerou um efeito perverso – o fortalecimento dos "feudos" esportivos do País, com expressivo destaque no futebol – na medida em que veio desacompanhada de uma revisão mais estrutural do sistema esportivo nacional em sua totalidade".

[192] Apesar de imprecisas as razões que motivaram sua escolha, a posição relevante que Manoel Gomes Tubino ocupava no campo da Educação Física e do esporte, nacional e internacionalmente, foi determinante para que seu nome fosse indicado para presidir a CRD em 1985, comissão que produziu um Relatório que subsidiou os debates durante a Assembleia Nacional Constituinte visando a inclusão do esporte na Carta Magna do país. A criação da Comissão teria se dado a partir de uma sugestão dada pelo próprio Tubino, em conjunto a Bruno da Silveira (CANAN, 2018). Tubino nutria relacionamentos próximos com pessoas diretamente envolvidas no âmbito da política esportiva, dentre eles Lamartine Pereira da Costa, um dos "convidados especiais" do Ciclo de Debates Panorama do Esporte Brasileiro de 1983. É oportuno mencionar ainda que Manoel Tubino era oficialmente reconhecido como um agente da Rede EPT, conforme consta no catálogo de agentes EPT (BRASIL, 1985g).

conjuntura desportiva nacional herdada da chamada Velha República" (TUBINO, 1986a, p. 13). Para o presidente da CRD, a análise do setor esportivo indicava que o mesmo se encontrava "doente", por apresentar os seguintes sintomas:

> 1.º sintoma – Uma legislação completamente ultrapassada, descompassada com as aspirações e necessidades da sociedade brasileira;
>
> 2.º sintoma – Uma grande falta de recursos financeiros, agravada pela falta de uma política que estabelecesse pelo menos prioridades;
>
> 3.º sintoma – Insuficiência de recursos humanos, evidenciando uma grande incapacidade de desenvolvimento desportivo;
>
> 4.º sintoma – Uma carência de estudos sobre a realidade brasileira, dificultando as menores possibilidades de estabelecimento de políticas e diretrizes;
>
> 5.º sintoma – A falta de um conceito de esporte para o Brasil. Na verdade, o esporte sempre foi entendido no Brasil pelo esporte de alto rendimento mais o futebol profissional, o que, convenha-se, constitui uma visão hipotrofiada do esporte, delimitando-o na perspectiva elitista do talento (TUBINO, 1986a, p. 13).

Os sintomas descritos diziam respeito aos temas indicados no Relatório Conclusivo da CRD. Decorridos 120 dias de trabalhos, a Comissão apresentou um Relatório composto por 80 indicações, agrupadas em cinco grupos temáticos: I) Da questão da reconceituação do esporte e sua natureza; II) Da necessidade de redefinição de papeis dos diversos segmentos e setores da sociedade e do estado em relação ao esporte; III) Mudanças jurídico-desportivo-institucionais; IV) Da carência de recursos humanos, físicos e financeiros comprometidos com o desenvolvimento das atividades desportivas; V) Da insuficiência de conhecimentos científicos aliados ao esporte (BRASIL, 1985f).

O Relatório Conclusivo da CRD, entregue em mãos ao presidente José Sarney, pelo então ministro Marco Maciel, acompanhados por Manoel Tubino e Bruno da Silveira, no dia 08 de janeiro de 1986[193], pode ser considerado um marco, principalmente por "encorpar" o discurso de reconceituação e revisão da relação esporte-estado. Além de contribuir para o processo de constitucionalização do direito ao esporte no país, na medida em que o Relatório foi "multicitado" nas discussões

---

[193] Sarney recebe hoje a reformulação do esporte. Correio Braziliense, 08 de janeiro de 1986, Esporte, p. 12.

sobre o esporte durante a Assembleia Nacional Constituinte, em alguma medida servindo de base para direcionamentos a respeito (CANAN, 2018).

> Ainda que a Comissão não tivesse qualquer poder normativo e executivo, sugeriu para os órgãos institucionais que figuravam à frente do esporte nacional à época, o Conselho Nacional de Desportos e a Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, para cada questão, várias indicações de ações, dentre as quais a constitucionalização do direito ao esporte (CANAN, 2018, p. 167).

Os jornais também deram destaque aos trabalhos da CRD, especialmente no que tange à indicação sobre a obrigatoriedade da Educação Física nos horários normais de aula, à destinação de recursos financeiros do poder público para promover a prática esportiva comunitária, a educação física e o esporte na escola e o esporte de rendimento, esse por vezes mencionado como de maior importância social (COMISSÃO define reforma do esporte. Propostas, prontas, querem criar Ministério da Educação e Desportos. Correio Braziliense, 18 de outubro de 1985, p. 12). Ao mesmo tempo os relatos do presidente da CRD tinham como tônica principal a defesa pelo esporte como um direito de todos:

> O esporte, que agora começa a ser considerado um direito social, deve ser concebido como um direito de todos, diz Manoel Tubino. Para ele, o fato de entrar na Constituição significa "erradicar a lamentável frase 'Mens sana em corpore sano'. Estamos radicando isso. A indicação entra na Constituinte como um direito de todos, conclui Tubino (COMISSÃO define reforma do esporte. Propostas, prontas, querem criar Ministério da Educação e Desportos. Correio Braziliense, 18 de outubro de 1985, p. 12).

O então ministro Marco Maciel também destacava a importância do Relatório da CRD, salientando que o documento delineava os aspectos básicos da nova política nacional para o setor esportivo. Tratava-se do prelúdio do que viria a se oficializar na Carta Magna de 1988. Nas palavras do futuro vice-presidente:

> Nesse importante documento estão delineados os aspectos básicos da nova política nacional para o setor desportivo, firmados por especialistas que ratificaram a pertinência das nossas preocupações, que se voltam para as necessidades de fazer com que o esporte cumpra as suas diferentes funções: integrar-se ao processo da educação humana, atender às necessidades do lazer e desenvolver-se como competição (MACIEL, 1986, p. 10).

Apesar do diagnóstico sobre o esporte ser preocupante, conforme apontado pelo Relatório da CRD, Manoel Tubino vislumbrava um cenário favorável em razão de algumas questões que estavam sendo desenvolvidas naquele período e que justificavam, na sua opinião, a crença em um futuro promissor para o esporte brasileiro:

> [...] percebendo-o como necessidade e direito de todos os brasileiros e consequentemente dever do Estado, iniciando a erradicação da exacerbação olímpica (não confundir com o Olimpismo, o qual continuamos a achá-lo como notável caminho ético e moral do desporto), redefinindo os papéis de todos os segmentos protagonistas nesse processo, subtraindo as violências simbólicas instaladas, enfim, criando uma atmosfera favorável para a ponderação do esporte como mais um importante meio de democratização, e promoção do homem e da liberdade, e de busca de uma nova sociedade brasileira (TUBINO, 1986a, p. 13).

Tubino propunha encaminhamentos para corrigir os rumos do esporte brasileiro em matéria publicada no Jornal dos Sports o intelectual indicava o que era necessário para "curar" o esporte da "doença" adquirida durante a Era Vargas:

> 1.ª questão – Da reconceituação do esporte e sua natureza;
>
> 2.ª questão – Da necessidade de redefinição de papéis dos diversos segmentos e setores da sociedade e do Estado em relação ao esporte;
>
> 3.ª questão – Das mudanças jurídico-institucionais;
>
> 4.ª questão – Da carência dos recursos humanos, físicos e financeiros comprometidos com o desenvolvimento das atividades desportivas;
>
> 5.ª questão – Da insuficiência de conhecimentos científicos aplicados ao esporte;
>
> 6.ª questão – Da imprescindibilidade da modernização de meios e práticas do esporte (TUBINO, 1986a, p. 13).

Destaca-se aqui especialmente a primeira questão, que apontava a necessidade de "reconceituação do esporte e de sua natureza". Torna-se mister reiterar primeiramente que tal questão estava no conteúdo do Relatório da CRD e que posteriormente serviu de base para elaboração do texto final da Constituição de 1988 (CANAN, 2018). Sendo assim, uma análise do artigo 217 da Carta Magna revela, no que tange aos fundamentos e conceitos utilizados, que as expressões "esporte formal" e "esporte não formal" parecem ter uma herança que precede a CRD e que foi gestada durante a década de 1970. Conforme já elucidado nos capítulos anteriores, tais expressões foram recorrentemente utilizadas no ordenamento da política epetista durante o governo militar. Especialmente nos anos

1980, foram utilizadas com o propósito de identificar e distinguir a manifestação do esporte profissional (formal) do esporte de massa (não formal).

Chama a atenção aqui o fato de a expressão Esporte para Todos sequer ser mencionada no conteúdo do Relatório da CRD e também nos documentos produzidos durante Assembleia Nacional Constituinte, conforme análise realizada na Biblioteca Digital do Senado Federal. Seriam necessárias investigações mais aprofundadas para se afirmar algo sobre essa questão. Em um primeiro momento, ventila-se como hipótese para a omissão do termo uma atitude de negação e resistência a tudo aquilo que tinha algum parentesco com o governo militar. A política epetista, de certa maneira, simbolizava a Ditadura Militar, afinal foi gestada por esse governo e, por isso, não parecia ser bem-vinda na Nova República.

De modo similar, no I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND/NR 1986-1989) os pressupostos da política epetista continuavam latentes, sem que a expressão Esporte para Todos fosse utilizada. "Expressão autêntica da alma nacional", "traço cultural inarredável do povo brasileiro", "força viva da sociedade brasileira", "evidente manifestação de sentido democrático", ao mesmo tempo em que ao esporte era tratado cada vez mais como um traço da cultura moderna e do novo *modus vivendi* do brasileiro, era afirmado como um direito social fundamental para o desenvolvimento da humanidade, para ascensão de comunidades carentes e, ao mesmo tempo, para transformar o país em uma "superpotência desportiva". Os primeiros esboços do I PND/NR recuperavam elementos do ordenamento da política esportiva do Regime Militar, sobretudo aquele produzido no período de transição democrática, refletindo que a mentalidade esportiva daquele período continuava latente. Alegava-se que o esporte deveria ser tratado, conforme evidencia o jurista Melo Filho (1988, p.55), como:

> [...] um instrumento a mais na resolução das questões sociais, em articulação com setores fundamentais da atividade estatal em educação, saúde, habitação e política alimentar. Isto significa que o esporte não deve assumir um papel que não é o seu, mas que deve ser colocado a serviço de uma política de desenvolvimento mais global, como um de seus suportes, coerente com outras propostas de reorientação política, mais condizentes com o perfil de uma sociedade cuja maior tarefa no momento, é diminuir as enormes distâncias que separam a pobreza absoluta das áreas periféricas urbanas e das zonas rurais, dos estratos sociais de maior renda. Para, inclusive, pretender transformar-se em superpotência desportiva, deve o País almejar garantir o acesso de sua população e padrões mínimos de vida, incluindo-se aí uma melhor oferta do Estado ao esporte de formação, que tem sua base na escola e ao esporte de tempo livre, opção da comunidade, como componentes de um projeto, de fato, democrático.

Como já abordado, a ênfase no desenvolvimento das regiões urbanas de periferia e nas zonas rurais passaram a ser metas da política esportiva especificamente com a formulação do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos - 1980/1985, no qual o MEC se comprometeu oficialmente em investir no Esporte para Todos com essas e outras finalidades (BRASIL, 1979b, p. 45). O I PND/NR, dentre outros elementos, recuperou as dimensões do esporte criadas na legislação de 1975. O ordenamento oficial da Nova República reiterava que as políticas da área deveriam abranger, como já mencionado, "[...] modalidades de educação física escolar, desporto escolar, desporto comunitário e desporto de alto rendimento" (BRASIL, 1986, p. 63). Buscava-se cada vez mais integrar a Educação Física e o Esporte ao ensino de 1º e 2º graus, fomentar a prática regular de atividades físicas como "direito e opção" e delimitar os papeis e atribuições que competem ao governo e à iniciativa privada, com intuito declarado de eliminar o poder tutelas do Estado. Percebe-se que o conteúdo do texto mantinha em grande parte os argumentos para justificar a importância do esporte, e por sua vez do EPT, utilizados durante o Governo Militar. Isso incluía também o sonho de fazer do país uma "potência esportiva" internacional.

No âmbito da Política Educacional o I PND/NR reiterava o entendimento de que "[...] as políticas dessa área abrangem modalidades de educação física escolar, desporto escolar, desporto comunitário e desporto de alto rendimento" (BRASIL, 1986, p. 63). Especificamente sobre a importância do esporte comunitário, destaca que a sociedade ainda não estava "[...] consciente da importância que assume a prática regular de atividades físicas como direito e opção de lazer" (BRASIL, 1986, p. 63). Vale lembrar que a expressão "esporte comunitário" foi introduzida pela primeira vez na legislação brasileira no artigo 11 da Lei 6.251/75.

Percebe-se, no entanto, que na nova legislação a expressão assumia outra conotação. Afinal, foi no seio da política epetista que a manifestação do esporte comunitário passou a corresponder às práticas esportivas, em um sentido amplo do termo, supostamente edificadas no interior das comunidades locais. A expressão era utilizada como sinônimo de esporte de massa ou de EPT. A ideia era diferenciá-la daquela utilizada na legislação brasileira e que norteava o Sistema Desportivo Nacional, no qual o esporte de massa não estava incluído (DACOSTA, 1981b).

A segunda questão que animava a crença de Tubino (1986a) em um futuro promissor para a política esportiva referia-se à tramitação, no Congresso Nacional,

de dois projetos de lei que, segundo ele, inauguravam de fato a reforma do esporte no país, pelos significativos avanços promovidos rumo à ruptura com um modelo elitista do esporte. O primeiro deles, o "Projeto Márcio Braga"[194], emendado no Senado Federal pelo senador Gastão Müller, propunha uma reforma na Lei 6.251/75, naqueles aspectos ditos mais autoritários e, portanto, considerados prejudiciais à reforma esportiva. Tratava-se de uma crítica à função "paternalista" e tutelar do Estado sobre o esporte.

Um dos pontos bastante representativos do seu projeto propunha desconstruir a estrutura conservadora do CND. Segundo Braga, era a parte que atingia "[...] o todo poderoso Conselho Nacional de Desporto [...]" que, segundo ele, era um órgão altamente fascista e que não havia realizado nada pela educação física e pelo esporte entre 1941 e 1984, mesmo tendo assumido um caráter tutelar sobre este último (O HOMEM que pretende salvar o nosso futebol. Placar, 11 de maio de 1984, p. 37-40). Contudo, apesar do Deputado Federal Márcio Braga se dizer defensor do esporte como direito de todo cidadão, o conteúdo das suas discussões dirigira-se sobremaneira ao futebol profissional e à defesa pela autonomia da iniciativa privada no setor esportivo.

O segundo projeto destacado por Tubino (1986a) foi o "Projeto Aécio Borba", escrito pelo então Deputado Federal Aécio de Borba Vasconcelos (PDS/CE), que apresentava uma nova proposta de redistribuição dos recursos da Loteria Esportiva. O Projeto foi proposto em um momento bastante oportuno. A "máfia da Loteria Esportiva" havia sido denunciada em outubro de 1982 e, diante desse escândalo, o projeto representava os ideais sorvidos para construção de uma Nova República (KFOURI, 1985, p. 11). Para o jornalista Juca Kfouri (1986, p.25) a finalidade do projeto era clara e circunscrita em um objetivo principal:

---

[194] O Projeto Márcio Braga é originário do Ciclo de Debates "Panorama do Esporte Brasileiro", coordenado pelo autor do projeto.

> [...] aumentar a participação das Federações e dos clubes numa arrecadação que, enfim, provém do esporte. O deputado [referindo-se a Aécio Borba], diga-se de passagem, tem importantes serviços prestados ao futebol de salão e é um esportista. Mas o presidente [José Sarney] reluta em sancionar o projeto e também tem boas razões para tanto. Ocorre que, hoje, 21% da arrecadação da Loteria é destinada ao Fundo de Ação Social [...] Metade desse dinheiro é destinada aos ministérios da Educação, Previdência e Saúde e a outra metade é gerida diretamente pela Presidência da República – que a investe em educação básica, saneamento, abastecimento de água e entidades assistenciais, em resumo, nas populações carentes. O dilema é esse: dar mais recursos a quem tem gerido tão mal o que recebe e tem sido incapaz de gerar sua própria sobrevivência, ou permanecer tapando buracos aqui e ali num país com as carências do Brasil? (KFOURI, 1986, p. 25)[195].

Já na ótica de Manoel Tubino, ao propor uma nova fórmula de distribuição da loteria esportiva, o projeto resgataria ao esporte o que havia sido perdido nos últimos anos, contemplando o esporte de rendimento, especialmente o Futebol, mas também o "esporte social", contribuindo para a: "[...] difícil solução do maior problema atual da sociedade brasileira no plano social, que é o menor carente, prevendo uma considerável fatia dos recursos originados nesses concursos de prognósticos para projetos desportivos relacionados à essa questão" (TUBINO, 1986a, p. 13).

Um outro fator que animava Tubino (1986a, p. 13) versava sobre a ação integrada do CND com a SEED/MEC, que deveriam lutar de mãos dadas para desburocratizar, descentralizar e "[...] redescobrir os valores do esporte [...]" que teriam sido negligenciados nas décadas anteriores. Tubino (1986a, p. 13) acreditava que essa aliança institucional era promissora, mesmo percebendo que ela gerava descontentamentos e reações contrárias de grupos ligados aos "[...] interesses subjetivos inconfessáveis [...]" da esfera esportiva, referindo-se às federações e confederações que defendiam a manutenção dos privilégios até então concedidos à promoção do esporte profissional.

Aqui não é demasiado mencionar que muito embora a CRD fosse composta por membros com certa notoriedade, acabava por não representar, conforme

---

[195] É importante ressaltar que o referido projeto de lei tramitou inicialmente na Câmara dos Deputados sob o número n.º 4.452, em 1977, de inciativa do Deputado José Ribamar Machado, e tratava exclusivamente da concessão de dois por cento aos Clubes Esportivos no rateio da Loteria Esportiva (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1977, p. 11.851). Posteriormente o projeto recebeu substitutivos e tramitou na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei da Câmara n.º 212, de 1985 (SENADO FEDERAL, 1985).

evidencia Linhales (1996), a pluralidade existente no setor esportivo, especialmente por não se apresentarem como legítimos representantes de algum projeto político para o esporte. Ao mesmo tempo, há de se considerar que eram agentes que, dada sua posição na esfera esportiva, conferiam legitimidade e respaldo àqueles que tivessem uma proposta para o esporte nacional. Assim, a autora afirma que:

> [...] o produto do seu trabalho acabou por ser o "retrato" dos interesses esportivos daqueles que ocupavam a instituição que o coordenou: o CND. Presidida por Manuel Tubino, a nova composição do Conselho Nacional de Desporto não se apresentava como oposição ou ruptura aos dirigentes militares que haviam comandado o setor esportivo nos últimos 20 anos. Ao contrário, muitos dos novos membros tinham sido colaboradores no período anterior e estavam, por certo, mais empenhados, agora, em processar reformas no sistema esportivo, já que as práticas arbitrárias e os abusos de poder haviam-se tornado constrangedoras com a abertura política (LINHALES, 1996, p. 173).

De fato, alguns dos argumentos utilizados pela Comissão para sustentar a almejada reforma carregavam os ideais há muito tempo propagados pelos grupos interessados no desenvolvimento do esporte de rendimento. Menos de três meses após sua criação, a Comissão já havia encaminhado ao governo federal as cinco primeiras propostas para reformulação do setor esportivo no país, dentre elas a transformação do MEC em Ministério da Educação e Desportos – o que só veio a se efetivar na forma de Secretaria Especial no ano de 1992[196] – sob o argumento de que isso fortaleceria ambas as áreas, educação e esporte. As demais propostas estavam organizadas em quatro subtítulos: dos Objetivos de uma Política Nacional de Esporte; do Processo Legislativo do Esporte Brasileiro; da Descentralização Desportiva no Brasil; e Desporto e Constituinte (COMISSÃO define reforma do esporte. Propostas, prontas, querem criar Ministério da Educação e Desportos. Correio Braziliense, 18 de outubro de 1985, p. 12).

---

[196] A indicação n.º 79 do Relatório Conclusivo da CRD indicou como providência essencial a criação junto à Presidência da República de uma Secretaria Especial de Esportes e, como indicação alternativa, a transformação do Ministério da Educação em Ministério da Educação e Esportes (BRASIL, 1985f, p. 174). O que de fato ocorreu na época foi a criação da Secretaria de Esportes do Governo Federal. Paradoxalmente a justificativa para tal indicação foi, além de outras, o entendimento de que o esporte precisava ser tratado como uma questão de Estado. Dois anos depois, Tubino posicionava-se contrário à criação de um Ministério do Esporte, alegando não ser um estágio necessário para a sociedade brasileira naquele momento (BARROSO, 1987, p. 2).

Outro resultado do debate realizado pelos membros da CRD, materializado em seu relatório conclusivo, foi a proposição de três conceitos que traduziriam, de modo mais abrangente, as principais manifestações do fenômeno esportivo:

> O *esporte-educação* deve ser entendido como aquela manifestação desportiva que ocorre, principalmente na Escola, mas que pode ocorrer em outros ambientes, e que tem por finalidade o desenvolvimento integral do homem brasileiro como um ser autônomo, democrático e participante, contribuindo para a formação da cidadania.
> O *esporte-participação*, pode ser explicado como a manifestação desportiva que abrange todas as atividades desportivas formais e não-formais colocadas à disposição da população brasileira, relacionadas ao tempo livre, e que incorporam o sentido de participação.
> O *esporte-performance*, é aquela manifestação desportiva que envolve as atividades predominantemente físicas com caráter competitivo, sob forma de uma disputa consigo mesmo ou com outros, e exercitada segundo regras pré-estabelecidas aprovadas pelos organismos internacionais de cada modalidade (TUBINO, 1988b, p. 51-52).

A classificação acima acabou não sendo incorporada ao texto da Carta Magna de 1988 (BRASIL, 1988), mas somente alguns anos depois, no conteúdo da Lei Zico de 1993 (BRASIL, 1993). Porém, torna-se importante agora visualizar como ocorreu todo esse processo de constitucionalização do esporte.

3.8 A METAMORFOSE DO EPT EM ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO: O ESPORTE SE TORNA UM DIREITO SOCIAL

Uma análise pormenorizada das partes que compõem a Seção relativa ao esporte na Carta Magna de 1988 evidencia uma ambivalência de princípios em relação à atuação do poder público no setor esportivo. Se, por um lado, o texto apresenta como dever do Estado a promoção do esporte como direito social, logo em seguida, prioriza a destinação de recursos públicos para o esporte educacional e, em casos específicos, para o de rendimento. Outrossim, trazendo para o tempo presente, é fato que a seção relativa ao esporte guarda coerência com o conjunto de conquistas sociais presentes na Carta Magna que não se encontram, ainda hoje, institucionalizadas e garantidas aos cidadãos, portadores de direitos apenas na forma da lei.

Apesar da retórica do "novo", o que se percebe no conteúdo do Relatório da CRD, e também das notícias publicadas pelas Imprensas Geral e Especializada, quando se trata de argumentar sobre a importância da promoção do esporte no país,

é uma certa continuidade dos discursos existentes desde o Estado Novo e do Governo Militar. Em 1986, no jornal O Poti, o ministro Marco Maciel registrou a prioridade social da política esportiva. Como visto nos capítulos anteriores, essa retórica já se fazia presente no ordenamento esportivo dos militares. No texto, o político denunciava as "doenças da civilização", sobretudo o sedentarismo, para advogar o esporte como meio para educação de hábitos voltados a uma vida ativa:

> Com a supressão dessa carência, teremos condições de dedicar um esforço cada vez mais consistente para que o chamado esporte do tempo livre se transforme numa preocupação comunitária, prevenindo grande parte da população dos males decorrentes da vida sedentária e da falta de atividade física (MACIEL, 1986, p. 10).

Mais ainda, sob o argumento de que a prática esportiva estava sendo garantida para apenas 20% da população escolar, o que ocasionava hábitos de vida "deformados" para grande parcela daqueles que não tinham acesso ao esporte, o então ministro defendia a necessidade de investimentos na Educação Física escolar e no esporte comunitário. Também os princípios da pirâmide esportiva continuavam latentes. Além do combate ao sedentarismo, a promoção do esporte nas escolas e nas comunidades poderia também, e porque não dizer principalmente, fomentar o desenvolvimento do esporte de rendimento: "As modificações decorrentes dessa renovação de atitudes hão de produzir resultados que se refletirão positivamente no esporte de rendimento, praticado pelos talentos e vocações, pelos atletas, no sentido estrito do termo" (MACIEL, 1986, p. 10).

Desde o início dos anos 1980, Péricles Cavalcanti registrava que o "objetivo global" da política esportiva da SEED/MEC deveria ser avaliado sob o prisma do chamado "nível de desenvolvimento", isto é, do quociente da relação entre o número de participantes e a quantidade de atletas de elite. Para o secretário da SEED toda política esportiva deveria ser pensada no seu objetivo final, qual seja, aprimorar os resultados quantitativos de atletas profissionais:

> A ampliação da prática do desporto é a dimensão primária do nível desportivo, porque toda a elite eventual depende dela e nela está compreendida. O número de praticantes é o elemento fundamental, porque a qualificação de mais ou menos desportiva que se pode dar a uma nação é função direta do desenvolvimento do desporto como prática habitual entre a sua população (CAVALCANTI, 1983c, p. 8).

Outro posicionamento que se dizia novo era o de transferir à iniciativa privada, especialmente aos clubes e associações esportivas, a tarefa de organizar as competições esportivas sem, contudo, dispensar o auxílio do Estado, que passaria a assumir um "caráter supletivo" e não mais de tutela.

Por outro lado, como assinalou Melo Filho (1989, p. 211), o alargamento e a dilatação de matérias constitucionais, nesse caso referindo-se especialmente à inclusão do esporte na Carta Constitucional brasileira, era um fenômeno generalizado naquele período, "[...] em consequência da interpenetração crescente do Estado e da sociedade civil, da expansão das necessidades coletivas e do conexo aumento de funções requeridas ao Estado". Essa nova mentalidade esportiva, que transcendia o entendimento do esporte como domínio profissional, não havia sido conquistada naquela ocasião, mas deve-se a um amplo conjunto de transformações sociais, políticas, econômicas e demográficas produzidas em grande medida na década de 1970.

Apesar de supostamente desonerar o Estado e emancipar as entidades esportivas, conferindo mais autonomia à política esportiva, o que se viu foi uma ampliação dos poderes do CND, que passou a ser o órgão responsável pelo "[...] aconselhamento do esporte e de atuação normativa, sobretudo quanto à organização, funcionamento, expansão e aperfeiçoamento do esporte". Cumpria-se o que previu o jornalista Jesus Afonso: "Quer dizer, [o CND] vai continuar mandando – e mais – no esporte em geral, ou ainda, em todo processo desportivo brasileiro" (CND sem censura. Correio Braziliense, 06 de novembro de 1985, Esporte, p. 12).

Outro fato que merece destaque diz respeito a legitimidade da CRD, especialmente na pessoa de Manoel Tubino, especificamente os desdobramentos decorrentes da ausência e omissão do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) na participação da CRD. Em resposta ao convite realizado por esta, o COB solicitou que se enviasse um documento relatando o propósito da mesma (PRESIDENTE do CND insiste em definir o papel do COB. O Fluminense, 31 de outubro de 1985, p. 9). No dia 29 de novembro de 1985, último dia para que as entidades e demais agentes enviassem suas colaborações, o COB ainda não havia se posicionado, o que gerou certo incômodo por parte do presidente da CRD. Na ocasião, o jornal Correio Braziliense reportou o caso da seguinte maneira:

> Manoel Tubino disse estar "perplexo" ante o fato do COB não ter atendido ao que, em suma, resulta numa orientação do próprio Presidente da República. "É lamentável – acrescenta Tubino – que o COB não tenha fornecido os elementos solicitados e indispensáveis ao debate, discussão e definição. Agora, tem uma coisa, se até hoje o COB insistir em desrespeitar a orientação superior, então não caberá outro caminho ao CND e à Comissão que não seja o de definir e fixar, por conta própria, o papel do COB dentro dos novos critérios de reformulação da política esportiva nacional", concluiu Tubino (REFORMAS. COB não envia suas propostas à Comissão. Correio Braziliense, 19 de novembro de 1985, Esporte, p. 13)

As tensões não se davam somente entre o COB e outras entidades representativas do esporte de rendimento. As próprias reuniões da CRD eram marcadas pela ausência sistemática de diversos membros. Dos 33 membros registrados no documento final, cerca de 18 não compareciam frequentemente aos encontros (REFORMAS. Comissão atua com muitas ausências. Correio Braziliense, 27 de novembro de 1985, Esporte, p. 13). O desinteresse e a consequente ausência de grande parte dos membros corroboram com o argumento de Canan (2018), quando este afirma que foram especialmente as influências teóricas e os posicionamentos do presidente da Comissão, Manoel Tubino, os grandes responsáveis pela constitucionalização do direito ao esporte no país.

Entretanto, apesar de inegável a influência de Tubino nas proposições do Relatório da CRD, no que se refere aos posicionamentos teóricos, não se tratavam de posições pessoais, mas de um conhecimento que, como já discutido, refletia a mentalidade esportiva daquele período, produzida a partir de um amplo processo de construção que teve seu apogeu no governo militar. Vale lembrar, a título de exemplo, que o ordenamento que subjaz os principais conceitos que traduzem as manifestações esportivas presentes no artigo 217 da Constituição Federal de 1988, possuem raízes anteriores que extrapolam as proposições teóricas e os escritos de Manoel Tubino.

No ano seguinte à entrega do Relatório da CRD, após a aprovação pelo Congresso e publicação da Emenda Constitucional n.º 26, em 28 de novembro de 1985 (BRASIL, 1985c)[197], a Assembleia Nacional Constituinte foi convocada para

---

[197] A Emenda Constitucional n.º 26 estabeleceu que a Assembleia Nacional Constituinte seria congressual e não exclusiva (composta pelos deputados federais e senadores em exercício), fato que gerou profundos questionamentos (BRASIL, 1985c).

reunir-se e dar início aos trabalhos em 1.º de fevereiro de 1987[198]. Torna-se necessário registrar que a instalação de uma nova Constituinte não foi uma iniciativa política "ofertada" à sociedade brasileira por um grupo de parlamentares supostamente comprometidos com a redemocratização do país. Versiani (2014, p.363), salienta que ela "[...] foi uma resposta a um amplo movimento social que congregou experiências e iniciativas por todo o Brasil, mobilizando entidades civis, grupos sociais e pessoas as mais diversas" (VERSIANI, 2014, p. 363).

No momento em que o Brasil se encontrava às portas de uma nova Constituição, a oitava de sua história, e em um ambiente de tensionamentos acerca do seu conteúdo, foram necessários novos esforços para inclusão do esporte nos debates da Assembleia Nacional Constituinte. Sob várias críticas, muitas delas publicadas em periódicos da Imprensa Geral, mesmo após os trabalhos realizados pela CRD, o esporte não havia sido incluído no anteprojeto constitucional. Essa situação despertou diversos agentes, incluindo os membros da CRD, que mobilizaram-se em prol da manutenção do esporte como direito social a ser garantido na Carta Magna. Canan (2018), lembra que além da presença de Manoel Tubino, outros agentes também atuaram unindo forças para que o esporte fosse incluído como um direito social na nova constituição, muitas vezes resistindo ao evidente desinteresse de diversos membros e representantes das Comissões.

O ponto de partida para o debate sobre o esporte na Constituinte havia sido dado na CRD. Manoel Tubino disseminava em diversos jornais o conteúdo do Relatório produzido pela CRD, enfatizando a necessidade de garantir uma concepção alargada de esporte na constituição, por ser um direito legítimo e fundamental do brasileiro. Reiteradamente ressaltava três formas de manifestações do esporte (participação, educação e performance) como aquelas que deveriam constar no ordenamento legal (TUBINO, 1986a; 1986b; 1986c).

No interstício entre a convocação e o início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, a Comissão Afonso Arinos concluiu seus trabalhos apresentando um Anteprojeto Constitucional que chegou às mãos do presidente

---

[198] A constituinte teve seu início em 28 de junho de 1985, quando o José Sarney encaminhou a Mensagem n.º 48 (BRASIL, 1985d) ao Congresso Nacional, propondo a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Em seguida, por meio do Decreto n.º 91.450, de 18 de julho de 1985 (BRASIL, 1985a), instituiu-se a Comissão Afonso Arinos, uma Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

José Sarney. No entanto, extraoficialmente o Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos, que havia sido refutado, acabou exercendo grande influência sobre a Assembleia Nacional Constituinte, pois várias partes de seu texto, se não na íntegra, teriam sido apresentados por parlamentares diversos na forma de propostas:

> Após a eleição do deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB/SP) como presidente da ANC, o passo seguinte foi a construção do seu Regimento Interno (RI) pelos próprios membros da Constituinte. Ele foi aprovado em 10 de março de 1987 e estabeleceu que a Assembleia Nacional Constituinte organizaria seus trabalhos em oito comissões temáticas compostas, cada uma delas, por 63 membros titulares e igual número de suplentes. Cada uma dessas comissões se dividiria em três subcomissões temáticas e possuiria, dentre seus membros, um presidente, um vice-presidente e um relator. A função das comissões e subcomissões era elaborar o projeto de Constituição com as Normas Gerais e Disposições Transitórias e Finais relativas à temática de sua competência. O presidente e o relator de cada comissão não poderiam ocupar as subcomissões (SANTOS, 2011, p. 41).

Dentre as oito subcomissões instaladas em 1.º de abril de 1987, tinha aquela denominada "Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação", especificamente na "Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes":

> Além das comissões temáticas e suas subcomissões, houve também a "Comissão de Sistematização", composta por 49 membros e igual número de suplentes, pelos presidentes e relatores das demais comissões, e pelos relatores das subcomissões. Essa comissão foi responsável por receber, sistematizar e dar parecer às emendas e ao projeto de Constituição construído e enviado a ela por cada comissão temática, além de elaborar o preâmbulo da nova Constituição. Essa comissão foi instalada no dia 09 de abril de 1987 (SANTOS, 2011, p. 41).

Além de Manoel Tubino, Canan (2018) destaca os esforços de Bruno da Silveira, dos deputados federais Márcio Braga, Aécio Borba[199] e do jurista Álvaro Melo Filho como os principais agentes responsáveis pela constitucionalização do esporte no Brasil. Esse último, Álvaro Melo Filho, presidente da Confederação

---

[199] Segundo Canan (2018, p. 174), Aécio Borba "[...] foi o principal agente responsável pela condução das discussões e do texto relativo ao esporte dentro da Assembleia Nacional Constituinte. Além de Deputado Federal e membro da Comissão de Esporte e Turismo da Câmara dos Deputados, tinha, assim como Melo Filho, profundo envolvimento com a então Confederação Brasileira de Futebol de Salão, também chegando ao cargo de presidência Pela sua inserção profunda no subcampo político-esportivo e pelo seu papel fundamental em relação ao esporte dentro da Assembleia Nacional Constituinte trata-se de um dos principais agentes responsáveis pela constitucionalização do esporte.

Brasileira de Futebol de Salão e também conselheiro do CND, foi autor de diversos projetos fundamentais para regulamentação do esporte, dentre eles o Estatuto do Atleta aprovado pelo CND. Melo Filho produziu ainda o texto acadêmico intitulado Desporto e Constituinte, datado de 1985[200], que serviu de fundamento para a proposta apresentada pelo constituinte Aécio Borba junto à Assembleia Nacional Constituinte, visando subsidiar o debate e o conteúdo do texto que viria introduzir o esporte na Constituição Federal de 1988 (MELO FILHO, 1989; CANAN, 2018).

Álvaro Melo Filho havia ficado responsável por representar o CND e apresentar uma proposta junto à Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte. Tubino (1988) identificou o texto produzido por Melo Filho (1988) e o Relatório Conclusivo da CRD (BRASIL, 1985f) como dois dos documentos que serviram de referência para a Assembleia Nacional Constituinte, no que tange ao debate sobre a reconceituação e inclusão do esporte no texto da Constituição de 1988. O então presidente do CND tinha consideração especial por Melo Filho. Em matéria publicada no jornal Correio Braziliense, considerava-o:

> [...] uma ajuda de grande peso para destinar ao esporte o seu espaço legitimo, "permitindo o seu resgate no plano social e o seu direcionamento para transfundir-se em questão de Estado que deve permear todas as atividades da sociedade, no sentido de que o esporte afirme-se como direito do cidadão e responsabilidade de todos" (TUBINO quer democratização. Correio Braziliense, 26 de outubro de 1986, p. 24).

Tubino também reconhecia a relevância das contribuições de Melo Filho, referindo-se aos seus escritos como "[...] uma ajuda de grande peso para destinar ao esporte o seu espaço legítimo [...]". Os apontamentos do jurista contribuíram significativamente na inserção do esporte no plano social e seu reconhecimento como uma questão de Estado que deveria permear todas as atividades da sociedade, afirmando-se como um direito de todo cidadão (TUBINO quer democratização. Correio Braziliense, 26 de outubro de 1986, Esporte, p. 24).

Ancorado na premissa de que o esporte é um traço cultural do povo brasileiro, representando para a sociedade "[...] uma das projeções dos direitos naturais, inalienáveis e sagrados do cidadão [...]" (MELO FILHO, 1988, p. 54), e que

---

[200] O texto foi publicado em 1985 e foi reproduzido no livro *Homo Sportivus* (MELO FILHO, 1988). Algumas de suas ideias circularam ainda nas páginas de periódicos da imprensa geral na época.

negá-lo representaria o descumprimento da cidadania, o conselheiro do CND advogava ser o esporte objeto de direito que deveria ser garantido no documento máximo do país. Para Melo Filho (1988, p. 54), um verdadeiro texto constitucional deveria incorporar, dentre outros, o "[...] direito ao desporto (aprimoramento da aptidão física da população, intensificação da prática dos desportos de massa e igualdade de acesso à prática desportiva, independentemente de faixas etárias e níveis sociais)". De maneira bastante objetiva, Álvaro Melo Filho entendia que esporte deveria integrar a nova Constituição por meio de um artigo com quatro itens:

> 1) - a educação física, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina nos horários normais em estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus;
> 2) - a prática dos desportos será livre à iniciativa privada, garantida a autonomia das entidades desportivas dirigentes quanto à sua organização e funcionamento internos;
> 3) - O Poder Público destinará recursos para promover e estimular o desporto, amparando a educação física e o desporto na escola, a prática desportiva comunitária e o desporto de rendimento, além de criar e assegurar benefícios fiscais específicos destinados a fomentar as práticas físicas e desportivas, como direito de todos;
> 4) – as ações que versarem sobre causas relativas à disciplina e às competições desportivas somente serão admitidas no Poder Judiciário depois de esgotadas as instâncias da Justiça Desportiva, que proferirá decisão final no prazo máximo de 60 dias contados da instauração do processo (ESPORTE quer garantir espaço na constituição. Proposta inclui quatro itens e bom destaque. Correio Braziliense, 26 de outubro de 1986, p. 24).

Para defender a relevância social do esporte, visando justificar sua inclusão nos debates da Assembleia Nacional Constituinte, Melo Filho recuperou o conceito de esporte de massa, em alusão à política esportiva durante o regime militar, que pelas vias EPT havia instituído uma política esportiva comprometida em promover a prática do esporte para toda população. A retórica permanecia praticamente a mesma, conforme evidencia a seguinte notícia publicada no Jornal dos Sports:

> O desporto de massa, que transformou espectadores passivos em atores, igualmente contribuiu para melhoria do nível de vida, para a divisão mais racional de tempo entre trabalho e lazer, para a elevação da taxa de escolaridade e para dilargar a política de democratização. E exatamente por estes múltiplos benefícios que o desporto – instrumento essencial à saúde físico-espiritual do povo e meio catalizador do desenvolvimento individual e coletivo –, há de ser gravado na carta magna (A GRANDE luta de Álvaro Melo Filho: Incluir o desporto na Constituição. Jornal dos Sports, 07 de janeiro de 1987, p. 20).

Mais ainda, quando se trata de definir a expressão "esporte-participação", o Relatório Conclusivo da CRD, na indicação n.º 4, se referia a mesma como uma manifestação do esporte originária "[...] principalmente do crescimento populacional, do processo de urbanização, e pelo aumento de vida ativa das pessoas [...]", e que as razões para seu sucesso se devem especialmente ao "[...] oferecimento de oportunidades de prática desportiva às comunidades [...]" (BRASIL, 1985f, p. 21). Sem entrar no mérito de discutir esses pressupostos, o que se quer destacar aqui é a permanência de tais argumentos que, desde os anos 1970, como já discutido, movimentaram a esfera esportiva brasileira.

Nesse sentido, o que era alardeado como uma "nova" conceituação esportiva representou nada mais do que a mentalidade esportiva brasileira produzida historicamente no seio de estruturas construídas pela política esportiva do país. Apesar de não fazer menção ao epetismo[201], a CRD reconheceu, a exemplo do significado que se dava à expressão "esporte-participação", citada na Indicação n.º 4 do seu Relatório, que a referida expressão recebeu historicamente outras denominações como esporte de massa ou de lazer. O texto considerava a existência de relações íntimas com o fenômeno do lazer, assim como com o desenvolvimento comunitário e com o movimento de Educação Permanente. Destacava ainda a importância dos meios de comunicação na divulgação no desenvolvimento do esporte-participação (BRASIL, 1985f). Como já evidenciado, durante os anos de 1970 tais estratégias e conceituações, se não originárias, foram sobremodo associadas oficialmente à política mais institucionalizada de Esporte para Todos. Linhales (1996, p. 174), é taxativa sobre essa questão:

---

[201] Vale registrar que a "Carta de Belo Horizonte", elaborada na ocasião do II Congresso Brasileiro de Esporte Para Todos, realizado em agosto de 1984 na cidade de Belo Horizonte/MG, e publicada pela SUEPT/SEED/MEC, foi citada como um Documento de Referência do Relatório da CRD, assim como o MME (ICSPE, 1964), o MMEF (1968), a CIEFE (1978) e outros documentos que Tubino (1985b) reconheceu como as principais fontes do Movimento EPT. Dentre os autores da Carta de Belo Horizonte estavam Lamartine Pereira da Costa e Manoel José Gomes Tubino. Contudo, a expressão Esporte para Todos não aparece no conteúdo da Carta, optando-se pela utilização das expressões esporte formal, esporte não formal e esporte informal (GOES *et al.*, 1984). Faria Junior (2001) argumenta que a Carta foi produzida a partir dos interesses de representantes das Associações de Professores de Educação Física (Apefs). Nesse sentido, conjectura-se que a ausência da expressão Esporte para Todos no texto se deve em parte a uma postura política de oposição ao governo – e em prol da redemocratização social –, que por sua vez pressupunha a negação de toda e qualquer política promovida no seio da Ditatura Militar, o que incluía a política epetista, acusando-as de estratégias promotoras de violências simbólicas dissimuladoras das desigualdades sociais.

> Assim, o que foi considerado como uma "nova" reconceituação, capaz de alterar os rumos do esporte nacional, repete a "velha" estrutura construída no período autoritário, que já apresentava a mesma divisão em forma de "Educação Física", "Esporte de Massa" e "Desporto". Quanto à forma de organização do sistema esportivo, o Relatório ratificou as variações já existentes, sem problematizar as ambiguidades e contradições que aquelas comportam (esporte federado, universitário, escolar, classista, militar, não formal e profissional).

A dura afirmativa desenvolvida por Linhales (1996) corrobora, de alguma forma, com a tese aqui desenvolvida e confirma a hipótese inicialmente levantada, de que a política epetista, produzida no seio de um processo de reformulação e reconceituação da mentalidade esportiva no Brasil, ofereceu não só substratos teóricos e conceituais, mas também legitimidade ao processo de inserção do esporte, sobretudo na sua manifestação não formal, na Carta Magna do país. No que diz respeito à origem da expressão não formal, é oportuno mencionar o argumento levantado por Valente (2011, p. 3) quando afirma que:

> A ênfase nas iniciativas locais, com suas próprias denominações, dissolveu a expressão "Esporte para Todos" e consolidou o uso da categorização "esporte não formal" de sentido mais técnico. Efetivamente, o EPT brasileiro, enquanto proposta sobreviveu, mas retornou às suas origens, confundindo-se com a recreação e o lazer.

Foi durante o governo militar, especialmente com a política epetista, que se consolidaram as bases para constituição da mentalidade esportiva que sustentou as teorizações que ecoaram no Relatório da CRD, na Assembleia Nacional Constituinte e que introduziram o esporte, nas suas manifestações "formal e não formal" no artigo 217 da Constituição Federal. Assim o esporte enfim recebeu um tratamento que foi além da liberalização e do desatrelamento, até então temáticas centrais das mudanças exigidas. Como parte integrante do Título VIII, que trata da Ordem Social, o esporte, e em certo sentido o lazer, foram incorporados como direitos de todos e, consequentemente, deveres do Estado (SANTOS, 2011).

Ao mesmo tempo, Tubino (2011) reconhecia que o esporte previsto na Constituição Federal, como um direito social, não se apresentava de maneira clara, visto que não existia certeza sobre a natureza desse direito. O intelectual entendia que o processo de democratização se daria impreterivelmente por meio da sua

dimensão de participação, mas contraditoriamente essa manifestação esportiva, apesar de sugerida no Relatório Conclusivo da CRD[202], não foi prevista na Constituição Federal de 1988. Tal presença somente ocorreu alguns anos depois, no texto da Lei n.º 8.672, de 06 de julho de 1993, a chamada Lei Zico, em referência ao seu idealizador, ex-jogador de futebol e então Secretário de Esportes do governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992). O que se constata no artigo 217, parágrafo 3.º da Carta Magna, que trata do dever do Estado de fomentar práticas esportivas formais e não formais, é que o "[...] poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social" (BRASIL, 1988). Ao excetuar o uso da expressão esporte não formal, pode-se depreender do referido parágrafo que a manifestação do esporte de participação estava contemplada também na introdução do termo "lazer" no referido artigo supracitado, que versa sobre o direito ao esporte.

Conforme análise de Prieto (1995), que atuou junto à CRD e teve suas considerações, segundo ele mesmo afirma, integralmente acolhidas por essa Comissão no Relatório Conclusivo, o lazer foi acolhido e inserido topograficamente no artigo 217 da Carta Magna, na seção reservada ao esporte: "[...] o constituinte, por força do argumento "*pro subjecta materiae*", enfatizou e reconheceu a transcendência da prática desportiva como entretenimento, diversão, desenvolvimento pessoal e participação social, ou, no dizer do legislador, "como forma de promoção social" (PRIETO, 1995, p. 60-61).

O mesmo autor se valeu da definição de *sport de loisir* de Jean-Marie Brohm (1982) para explicitar os motivos que levaram à introdução do conceito de lazer na seção que trata do esporte. Mencionou o desenvolvimento da espontaneidade, da cooperação e da interação social como características próprias da manifestação do esporte de lazer:

---

[202] O esporte-participação é conceituado pela CRD como uma manifestação esportiva que "[...] busca fundamentalmente a participação em práticas desportivas pelas comunidades, seja com atividades desportivas formais ou não-formais [...] que abrange todas as atividades desportivas formais ou não formais colocadas à disposição da população brasileira, incorporando o sentido de participação" (BRASIL, 1985b, p. 21-22). No mesmo Relatório a expressão é tratada como sinônimo de esporte-lazer, esporte de tempo livre, esporte de massa e esporte-recreação.

> Surgindo à margem das estruturas desportivas formais (clubes, federações, escolas, empresas, etc.), ou seja, desbordando as estruturas clássicas da organização desportiva, o lazer desportivo alberga atividades físicas aceitas pelas plúrimas e diferentes camadas populacionais e congrega manifestações comunitárias que utilizam as atividades desportivas como meio de lazer e como processo de interação social (PRIETO, 1995, p. 61).

Apesar de sequer mencionar a expressão esporte para todos, e sim diversas outras (esporte-lazer, esporte do tempo livre, esporte-recreação e esporte participação), Cazorla Prieto se vale do mesmo ordenamento que serviu também à política epetista para justificar a importância da promoção do esporte no tempo de lazer da população, em especial a atuação junto às comunidades.

Vale registrar, mesmo que não seja o foco principal da presente tese, que embora a lógica organizacional apontada pelo Relatório Conclusivo da CRD contemplasse concepções sobre direito e dever, acabou desdobrando-se em dois problemas principais, conforme aponta Canan (2018, p. 368):

> [...] percebe-se que as manifestações foram tratadas por Tubino e pela Comissão de Reformulação do Desporto como tipos ideais, categorias pré-construídas do esporte, com fronteiras forçadamente estabelecidas, como se fossem independentes; e nota-se que as manifestações foram incorporadas pelo ordenamento jurídico estatal, mas não as formas de organização, o que resulta, no limite, na previsão das formas de exercício do direito, mas não nas formas de cumprimento do dever do Estado [...].

Destarte o que ocorria na esfera constitucional, qual teria sido o destino da política epetista e de toda sua Rede? Do ponto de vista institucional, especificamente no âmbito do MEC, o EPT "estava com seus dias contados". Em 1988, ano da promulgação da Constituição, ocorreu a dissolução da Rede, com a extinção da SUEPT (VALENTE; ALMEIDA FILHO, 2011). Pouco tempo depois, em 1990, o recém-eleito Presidente Fernando Collor de Mello extinguiu também a SEED – sepultando de vez a política de EPT, aos moldes em que fora concebida no período da ditadura militar –, dando vez à Secretaria de Desportos da Presidência da República - cujos secretários viriam a ser os ex-atletas Arthur Antunes Coimbra, o Zico (março/91 a abril/91) e Bernard Rajzman (abril/91 a outubro/92). Se na segunda metade dos anos 1980 já não se lia Esporte para Todos nos documentos oficiais, na década seguinte a expressão passou a se consolidar como "esporte não formal" ou de "participação", conforme apontam Nunes (2012) e Bramante *et al.* (2002).

Se no Brasil parecia haver uma rejeição à política epetista, a mentalidade esportiva produzida no período de profusão do EPT continuou latente em diversos outros programas criados na virada dos anos 1980 para 1990. Muitos desses tinham forte inspiração em projetos internacionais correlatos ao movimento *Sport for All*, que também continuavam em pleno desenvolvimento. O primeiro Congresso Internacional do Esporte para Todos (*International Sport for All Congress*) realizado em 1986 na cidade de Frankfurt/ALE, em uma parceria entre o COI e a Federação Alemã de Esportes (*German Sport Federation*)[203], havia inaugurado:

> [...] o início de uma nova era, seguido pelo estabelecimento de vários órgãos de coordenação como a Comissão do Esporte para Todos do Comitê Olímpico Internacional e a Associação Internacional de Esporte para Todos/TAFISA (antiga Trim and Fitness International Associação Sport for All), bem como o lançamento de programas internacionais de Sport for All, como o Olympic Day Run (1987), o World Walking Day (1991) e o World Challenge Day (1993). O Sport for All se expandiu da Europa para o mundo inteiro com a fundação de diversos órgãos nacionais, especialmente na Ásia e nas Américas (BAUMANN, 2013, p. 312, tradução nossa)[204].

Atualmente, existem diversos programas nacionais que foram inspirados em ações internacionais de *Sport for All*[205]. Os que alcançaram maior impacto nacional foram: o Dia Mundial da Caminhada, uma versão brasileira do *World Walking Day*, promovido pela Rede Terra; o Dia do Desafio, inspirado no *Challenge Day*, organizado no Brasil pelo Sesc; e a campanha Agita São Paulo, voltada à promoção de exercícios físicos para a saúde, desenvolvida pelo Centro de Estudos do

---

[203] A Resolução do evento pode ser acessada em *International Conference on "Sport for All". World Leisure & Recreation*, v. 28, n.º 3, p. 9-10, 1986. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10261133.1986.10558943. Acesso em: 18 mar. 2020. http://dx.doi.org/10.1080/10261133.1986.10558943.

[204] *"The first International Sport for All Congress in Frankfurt (Germany), 1986, in collaboration with the IOC, was organised by the German Sport Federation (DSB). This marked the beginning of a new era, which was followed by the establishment of various coordinating bodies like the IOC Sport for All Commission and The Association For International Sport for All, TAFISA (formerly Trim and Fitness International Sport for All Association), as well as the launch of international Sport for All programmes like the Olympic Day Run (1987), World Walking Day (1991) and the World Challenge Day (1993). Sport for All expanded from Europe to the whole world with the founding of national Sport for All bodies in many countries, especially Asia and the Americas*".

[205] No âmbito internacional, na virada dos anos 1990 havia 92 países que se autodeclaravam parceiros do movimento *Sport for All*, 62 países que desenvolviam campanhas nacionais de *Sport for All* e 50 países membros da TAFISA (PALM, 1991).

Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul (CELAFISCS)[206] (BRAMANTE *et al.*, 2002; VALENTE; ALMEIDA FILHO, 2011).

> A partir de 1988, alguns poucos membros da Rede EPT passam a operar com suas próprias iniciativas quer de intervenção ou de interesse acadêmico. Em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas do Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediada então no Rio de Janeiro com ampla cobertura da mídia internacional, este grupo residual teve a incumbência da TAFISA de organizar uma caminhada em prol da defesa do meio ambiente. O resultado foi um evento sem precedentes na história do EPT em perspectiva internacional: 250 mil pessoas participaram da caminhada, inaugurando o programa da TAFISA hoje denominado de *World Walking Day* e seu correspondente brasileiro com a mesma denominação em língua portuguesa, liderado por João Nelson dos Santos, remanescente do EPT de 1977 (VALENTE, 2011, p. 4).

Além dos diversos programas supracitados, existem ainda algumas instituições internacionais engajadas nos ideais do *Sport for All*, como a Tafisa[207], a ISCA, a FISPT[208], o COI, a FIFA, a ICSSPE[209], a CSIT[210], a ASFAA, a ESFAN e a PASFAF[211] (HENRY, 2011; NUNES, 2012)[212]. No Brasil, a Tafisa reconhece o

---

[206] O CELAFISCS foi criado em março de 1981, mas desde 1974 funcionava como Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul, sob a coordenação inicial dos médicos Ana Maria Sodré Paes de Almeida e Victor Keihan Rodrigues Matsudo. A instituição reúne profissionais da área da saúde com o objetivo de fomentar pesquisas na área das Ciências do Esporte (MATSUDO *et al.*, 2004).

[207] *International Sport for All Association* - Tafisa. Fundada no ano de 1991, foi oficialmente constituída durante a Conferência Internacional "*TRIM and Fitness*", em Bordeaux/FRA, tendo seus estatutos registrados nos tribunais de justiça de Frankfurt/ALE, local onde se encontra atualmente a repartição oficial da instituição. A Tafisa se auto descreve como a principal associação internacional do *Sport for All* (TAFISA, 2017, on-line), e tem como principais parcerias o COI, a Unesco e o Agita Mundo. Atualmente é considerada a maior organização do *Sport for All*. O primeiro presidente eleito foi Jürgen Palm. A Conferência *TRIM and Fitness* ocorre bianualmente, desde 1969.

[208] ISCA (*International Sport and Culture Association* - www.isca-web.org e FISPT (*International Sport for All Federation* - www.fispt.org).

[209] ICSSPE (*International Council of Sport Science and Physical Education* - www.icsspe.org).

[210] CSIT (*Confédération Sportive Internationale du Travail* - https://www.csit.tv). Sobre a relações entre a CSIT e o *Sport for All*, conferir Nunes (2012).

[211] ASFAA (*Asian Sport for All Association* - www.asfaa.org), ESFAN (*European Sport for All Network* - www.esfan.net) e PASFAF (*Pan American Federation of Sport for All* - www.fepadet.org). Nessa última destaca-se a participação dos brasileiros Lamartine Pereira da Costa (consultor do DN do Sesi) e Danilo Santos de Miranda (Diretor Regional do Sesc/SP - www.sescsp.org.br) (NUNES, 2012).

[212] "[...] cada uma dessas instituições que aderiram ao *Sport for All* possuem diferentes objetivos e atendem aos mais diversos públicos (adultos, jovens, crianças, mulheres, trabalhadores, entre outros) focando suas ações em um grupo específico ou em vários. Ou seja, não há um conceito único do *Sport for All*, mas sim, princípios estruturadores que unem as diferentes ações e interesses (NUNES, 2012, p. 125).

Sesc/SP como o atual membro representante brasileiro do *Sport for All* (TAFISA, 2020).

Essas e outras iniciativas demonstram que, apesar da política de Esporte para Todos não estar mais presente na agenda do governo, o "velho" ordenamento que sustentou suas ações permaneceu latente na Nova República brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente tese de doutoramento procurou-se compreender como o esporte de massa foi introduzido no ordenamento estatal, disseminado por meio da política de Esporte para Todos e como impactou na organização esportiva que introduziu o esporte na Carta Magna, promulgada em 1988. O olhar se voltou especialmente para a narrativa dos documentos oficiais e de periódicos gerais e especializados que circularam durante o período da Ditadura Civil-Militar.

Em um primeiro momento, fixou-se o olhar em um conjunto diversificado de fontes, procurando-se tomar distância, sem a presunção de neutralidade, daquilo que estava sendo propagado no discurso corrente. Atentou-se para compreensão de diversas questões: 1) crítica acadêmica à política oficial; 2) discurso da imprensa geral e especializada; 3) entendimento ou a representação acerca do EPT no Brasil, o que inclui sua teleologia e os elementos constitutivos de seu ordenamento.

No que se refere ao conteúdo veiculado na imprensa geral, a despeito da natureza e das especificidades de cada impresso, o que se percebeu ao analisar as notícias que versam sobre o EPT é que se trataram de veículos de divulgação da política oficial, com pouca ou nenhuma reflexão crítica acerca das iniciativas então vigentes. As poucas e breves notícias, por assim dizer, tinham conteúdo similar nos veículos analisados. Em vista disso, seja por motivo de censura ou não, a imprensa geral não se preocupou em analisar criticamente a política epetista, mas serviu, sobretudo, como veículo de divulgação e, por vezes, de propaganda do EPT.

No que diz respeito ao ordenamento oficial, recorreu-se à legislação e a diversos outros documentos oficiais publicados dentro do recorte temporal da presente tese, além do periódico oficial da SEED/MEC, a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, e da SUEPT/MEC, a Revista Comunidade Esportiva. Amparou-se nos periódicos da SEED e da SUEPT por se tratarem do que existia de mais acabado em termos de concepção oficial de Educação Física e esportes no Brasil. Contudo, optou-se, em alguns momentos, em dialogar também com o conteúdo publicado na Revista Brasileira de Educação Física do Exército, por entender que se trata de um periódico de relevância e na área naquele período e, especialmente, porque nela foram, assim como nos demais, publicados textos de agentes diretamente envolvidos com a política epetista no país.

Corrobora-se com o entendimento de Taborda de Oliveira (2001, p. 365), que analisou mais detidamente o conteúdo da RBEFD, que nos periódicos analisados "[...] estava posto um debate internacional para a área, no qual o Brasil parecia estar entrando com pelo menos uma década de atraso". Elemento que demonstra que os impressos não podem ser tratados como monolíticos, dada a multiplicidade de compreensões, por vezes antagônicas, acerca da Educação Física e dos esportes que circulavam em seus textos. O conteúdo dos impressos demonstrou-se repleto de elementos para análise não só da conjuntura nacional, mas do ambiente esportivo internacional como um todo.

Havia naquele momento uma grande preocupação com a garantia de direitos sociais à classe trabalhadora, dentre eles o lazer, a educação integral da criança, e de diversos valores morais propagandeados em um mundo marcado por profundas mudanças. Ao mesmo tempo, sob ideais supostamente modernos, enaltecia-se a ordem, o progresso e o desenvolvimento da "nação brasileira". Nesse sentido, pode-se dizer que, embora tenham ocorrido avanços, é inegável que houve esforços para se valer da Educação Física e dos esportes como instrumentos de disciplina e controle social, essências de um regime autoritário.

A análise dos periódicos do MEC revelou, em um primeiro momento, a estreita relação entre o movimento internacional de reconceituação do esporte – ocorrido de modo mais efusivo na segunda metade do século XX e havendo culminado com a emergência do *Sport for All* – e a política epetista brasileira. No entanto, um olhar mais atento às fontes indicou diversos outros elementos, por vezes paradoxais, determinantes na construção da teleologia e dos fundamentos da política de EPT. O ordenamento epetista revelou-se estreitamente alinhado com uma nova mentalidade esportiva que se fazia cada vez mais evidente em todo o mundo.

A análise do material empírico foi acompanhada de um estudo detalhado da produção acadêmica que, no que diz respeito ao objetivo de investigação, em sua totalidade emergiu a partir da década de 1980. Grande parte da literatura sobre o tema assumiu um tom denunciativo e autoproclamado crítico. Primeiramente, por questionar o modelo de Educação Física e esporte predominante até então no Brasil. Ainda, uma produção autoproclamada crítica, ancorada em teorizações que denunciavam o esporte como um produto da sociedade capitalista. Torna-se mister registrar aqui produção acadêmica que se tomou como objetivo de investigação a

política de Esporte para Todos no Brasil. Mais ainda, dentre os pesquisadores que o fizeram, boa parcela foi também agente de EPT, como Georges Takahashi (1984), Kátia Cavalcanti (1982; 1984) e Edison Valente (1993; 1997), o que não deixou de ser ponderado na exploração do material bibliográfico. Dentre os autores que se dedicaram ao tema e não atuaram como agentes epetistas, considerando as teses e dissertações produzidas no Brasil, destacaram-se os trabalhos de Nailze Pazin (2004; 2014) e Sérgio Teixeira (2008; 2015), cuja produção data do século XXI.

Na trajetória que foi também percorrida por Pazin (2004; 2014) e Teixeira (2008; 2015), a presente tese contribui para ampliar o olhar de análises verticalizadas que, especialmente entre os anos 1980 e 1990, depositaram no governo militar o poder coercitivo das estratégias políticas, desconsiderando as múltiplas influências de agentes e instituições que, no período, atuavam no campo da Educação Física e dos esportes, assim como o potencial de autonomia, criatividade e, por vezes, intencionalmente ou não, de subversão da política.

Aqui se entra em oposição à análise feita pelo historiador Boris Fausto (1995), especificamente quando esse afirma que o governo militar não teria assumido características fascistas pois, dentre outras, não se realizaram esforços para organizar as massas em favor do governo. No entanto, é evidente, como também identificou Taborda de Oliveira (2012, p. 155), que no âmbito da Educação Física e dos esportes o governo intentou realizar alguma forma de aproximação com a população: "[...] a ditadura soube ler o contexto mundial para apropriar e difundir uma prática de grande apelo de massas e consumo, que remeteu a novas formas de subjetivação, afetando, assim, os interesses e as necessidades de grandes parcelas da população brasileira".

Ao analisar as concepções de lazer e de recreação produzidas naquele período, olhando especialmente para o conteúdo produzido nas páginas da RBEFD, Teixeira (2008) identificou que os discursos revelam expectativas de constituição de corpos obedientes e disciplinados, de modo a alinhar os desejos e hábitos da população ao ideário do Estado militar. Havia uma "missão civilizadora" e um esforço de produzir um ambiente de otimismo e alegria imbuídos no projeto militar, que no âmbito da política epetista, em linhas gerais, estava em grande medida voltado à "inserção social" da população menos favorecida. No que se refere especificamente à política epetista, Teixeira (2015) advoga que se tratou de um movimento idealizado para promover o controle social, justamente em um contexto em que o regime militar

estava enfraquecido, passando a adotar discursos voltados à participação popular/comunitária em diferentes instâncias. Na mesma linha Pazin (2004) observou que a Campanha EPT estava alinhada a um projeto desenvolvimentista do governo militar que, visando o progresso técnico científico da nação, investiu na educação corporal dos indivíduos. Mais ainda, Pazin (2014) advoga que o ordenamento epetista manifestou um esforço do governo militar, conjugado de diversos outros interesses, com objetivo de desencadear a prática do esporte de modo massivo e, ao mesmo tempo, de produzir um novo tipo de indivíduo, mais "alegre" e que se valesse de um uso racional e útil do tempo livre.

É fato que a institucionalização do esporte de massa, e a política epetista, teve início nos anos 1970. No entanto, atribuir sua realização a interesses escusos do governo militar significaria sobrevalorizar o poder dessa instituição mediante diversos outros interesses e agentes envolvidos no processo, por exemplo, nas tensões, nacionais e internacionais, que se davam na área da Educação Física, do esporte e do lazer. Vale mencionar ainda que a política de EPT começou a ser idealizada ainda na década de 1960. Um indício disso se nota no Convênio de Cooperação Técnica, firmado entre o Brasil e a Alemanha, por meio do qual estava previsto o desenvolvimento de uma política de esportes para o país, o que incluía o Esporte para Todos, inspirado na experiência alemã da campanha TRIM.

Não se trata de negar que houve interesse dos militares em se valer de uma política de caráter social para amainar os ânimos e, ao mesmo tempo, produzir uma imagem próspera do país. Na segunda metade dos anos 1970, com o fim do chamado "milagre econômico", a imagem do governo estava desgastada diante da crise que assolava a nação. Assim, ações voltadas à garantia de serviços sociais essenciais, por vezes de caráter assistencialista, foram estrategicamente produzidas com a intenção de conter a onda crescente de movimentos reivindicatórios. Daí um dos interesses em promover a prática esportiva junto às comunidades, uma das ideias-força da política EPT. Mas, somado a isso, havia outras questões em jogo que permitiram que as ações epetistas eclodissem justamente naquele período, o que inclui a consolidação de uma nova mentalidade esportiva (de massa) que já estava sendo gestada internacionalmente e que impactou profundamente o ambiente nacional no período em questão.

Destarte, essa política esportiva de massa nasceu justamente no momento da promulgação do II PND (1975/1979), que reconhecia claramente a necessidade

da redistribuição de renda imediata e, por sua vez, a garantia dos serviços sociais essenciais à população. Ainda, o planejamento urbano, tal como o planejamento social, tornou-se mais independente dos organismos da área econômica. Portanto, o II PND marcou um período de convergência das diretrizes de política social e política urbana, fruto do desenvolvimento dos contextos socioeconômico e político estabelecidos no período pós-1964, e a política epetista pode ser analisada como uma manifestação típica da estratégia do governo militar de redistribuição via investimentos na oferta de serviços e, sobretudo, na produção de novos hábitos para o uso do tempo de lazer da população.

Todavia, além da conjuntura político-econômica, outros interesses foram colocados em disputa na esfera esportiva. Para alguns, a vertente de rendimento sempre foi a razão de existência de toda e qualquer política esportiva. Para outros, a promoção da saúde da população parecia ser, ao menos na retórica, o motivo para se investir na produção de novos hábitos esportivos junto à população, especialmente em um período em que ecoavam discursos sobre os males provocados pela crescente industrialização e urbanização das cidades brasileiras.

Cabe registrar que os interesses supracitados não estavam circunscritos e bem delimitados em grupos específicos. Por vezes o argumento de uns servia para legitimar os interesses particulares de outros. Mas, geralmente, parecia hegemônica a noção de que o esporte havia se tornado um fenômeno polissêmico. Daí uma grande evidência de que, mesmo em convivência com a tradição, havia uma nova mentalidade esportiva consolidando-se no Brasil naquele período. São evidentes ainda disputas de poder entre grupos que reivindicavam maior investimento no desenvolvimento do esporte de rendimento, como estratégia para enaltecimento nacionalista e/ou como instrumento mercadológico, que por vezes defendiam o sucesso da política epetista por entendê-la como sendo a base para que novos atletas pudessem ser "revelados".

Assim, a análise da imprensa escrita brasileira ajudou a compreender que a política epetista surgiu no Brasil a partir de um amplo conjunto de transformações sociais, políticas, econômicas e demográficas vinculadas a um determinado espaço e temporalidade específica. Sua política não pode ser vista como uma força vertical oriunda do transplante cultural dos ideais de organizações internacionais e intergovernamentais (como o Comitê Europeu, ou a Unesco) ou devido ao interesse exclusivo do governo militar em disciplinar a população.

Paradoxalmente, foi no interior de um governo militar que o esporte de massa foi oficialmente introduzido no ordenamento legal do país. Assim, muito embora questionável em vários aspectos, especialmente quanto à sua coerência interna e quanto a seus resultados heterogêneos, a política epetista fazia sentido no contexto da sociedade e da política brasileira da época. Inicialmente, a Campanha EPT, uma evidência política da institucionalização do esporte de massa, foi inspirada em experiências de campanhas já desenvolvidas em países europeus, especialmente na Alemanha. Entre a perspectiva do que seria autenticamente "nacional" e o alinhamento do país à "escolha europeia", a ditadura militar foi responsável por estimular no Brasil o surgimento de um sentimento esportivo de massas sem precedentes na história. Os militares produziram as condições de possibilidade necessárias para que o esporte, nas suas distintas manifestações, entrasse na vida dos brasileiros.

Foi nos interstícios do Regime Militar – no qual o esporte e a Educação Física carregavam arcabouços tradicionais de ordem cívica, moral e nacionalista, por vezes até mesmo respaldados por posições governamentais que impediam o avanço do esporte de massa (não formal) – que foi criada a política epetista, contribuindo para produzir uma nova mentalidade esportiva que legitimou e possibilitou a inclusão do esporte não formal no ordenamento jurídico nacional, mais precisamente na Constituição Brasileira de 1988.

Do ponto de vista legal, a política de democratização do direito ao esporte nasceu com a Lei n.º 6.251/75, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Física e Desportos e possibilitou a criação, em 1976, do Plano Nacional de Educação Física e Desportos, classificando o esporte nacional em três dimensões: esporte profissional, esporte estudantil e esporte de massa. A Campanha EPT foi criada justamente nesse contexto, no qual já havia uma mentalidade e um ordenamento esportivo aberto à promoção do esporte para toda população.

A política epetista, nos limites e sob diversos tensionamentos, se constituiu em uma das prioridades do regime militar, principalmente no período de transição democrática decorrente do fim do "milagre econômico", inserindo-se no horizonte de suas políticas sociais. Vale lembrar que o EPT surgiu em um regime de governo ditatorial, mesmo que no momento de seu enfraquecimento. Para Teixeira (2015) isso pode denotar que, no limite, a despeito de suas práticas discursivas verterem-se para a espontaneidade e autonomia da população/comunidade, o EPT pode também

ter sido utilizado, inicialmente, como um mecanismo de arrefecimento das tensões sociais. Contudo, compreender a intenção daqueles que promoveram as ações não foi o foco da presente tese.

Ao fomentar atividades que cobriram grande parte do território nacional, a fim de produzir subsídios motivadores e de convencimento sobre os benefícios de uma vida ativa, sobretudo esportiva, similar ao que Fraga (2006) denominou posteriormente de "exercício da informação", as práticas esportivas não formais espraiadas pelo país ganharam legitimidade com o selo do EPT.

Em um esforço de encontrar soluções para questões políticas, econômicas e sociais, estrategicamente o EPT brasileiro se valeu da estrutura da Fundação Mobral para disseminar em todo território nacional um discurso sobre a importância do lazer ativo. Ao valer-se de diversas estratégias publicitárias, o epetismo nasceu como um veículo para a produção de uma identidade comum (TABORDA DE OLIVEIRA, 2012), e de usos comuns dos tempos e espaços públicos de lazer.

Outrossim, pode-se afirmar que o EPT contribuiu para inserir o esporte, uma tecnologia corporal altamente racionalizada e eficaz voltada ao rendimento, nas formas lúdicas de exercícios competitivos direcionados ao tempo/espaço de lazer da população. Produzir campeões para o mercado ou para os eventos esportivos internacionais parecia ser o centro de gravidade do EPT na perspectiva de diversos grupos e instituições.

Portanto, não parece exagero identificar o EPT como um dispositivo para educação corporal dos cidadãos, na medida em que era dotado de táticas vinculadas às "artes de governar", produzidas nos meandros da circulação de informações e ações responsáveis por fabricar subjetividades conexas à autonomia dos indivíduos, disseminando no corpo social discursos acerca dos benefícios das atividades físicas e esportivas.

> Os aspectos mais dignos de atenção sobre a campanha são a espontaneidade, o espírito de improvisação e o sentido popular e comunitário. Não se trata de uma realização que movimente verbas ou faça doações. O movimento, no caso, é de pessoas e de entidades em busca dos ideais do Decálogo. É, essencialmente, uma iniciativa local: um movimento municipalista ou, em outras palavras, uma "corrente para frente" do povo e para o povo (DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA, 1977, p. 15).

Há que se destacar que a educação corporal estava sempre baseada na atividade e no movimentar-se, isto é, o que importa é fazer, produzir qualquer coisa

(positiva) com o corpo e/ou por meio do corpo. A inatividade e a imobilidade, o ócio por assim dizer, não eram considerados "educativos", nem do próprio corpo e tampouco nos demais (BERTHAUD; BROHM, 1978).

Houve esforços conjugados de interesses distintos e específicos que visavam desencadear a prática do esporte de modo massivo, por meio da produção discursiva de um novo indivíduo (alegre, competitivo, grupal) e do uso útil do tempo livre (PAZIN, 2014). Nesse sentido, os saberes esporte, lazer e recreação foram orientados para a ocupação do tempo livre da população.

Mas, retomando problemática inicial colocada na presente tese, a construção discursiva acerca do EPT nos documentos oficiais e na imprensa escrita da época evidenciam aproximações com o processo de constitucionalização do esporte no Brasil?

No âmbito internacional, alega-se que o direito ao esporte teve como marco institucional inicial a publicação do Manifesto Mundial do Esporte do ICSPE (1964), e documentos subsequentes como o Manifesto Mundial da Educação Física da Fiep (1970) da Federação Internacional de Educação Física, a Carta Europeia de Esporte para Todos (1975) do Conselho da Europa, o Manifesto sobre o *Fair Play* (1976) do IFPC e a Carta Internacional da Educação Física e do Esporte da Unesco (1978), que sintetizou e ratificou os demais (TUBINO, 2000; 2005a; CANAN, 2018). Já no Brasil, Tubino (2005a, p. 4) entende que o direito ao esporte no Brasil chegou com a instituição da Comissão de Reformulação, em 1985, que "[...] estabeleceu a necessidade de renovar o conceito de esporte no país, considerando a premissa do direito de todos às práticas esportivas".

Um estudo mais aprofundado sobre a emergência do *Sport for All* no contexto internacional revela que tal iniciativa foi gestada em um momento histórico em que já havia uma mentalidade esportiva de massa. Afinal, conforme aponta Terret (2019), os pilares que até então sustentavam a monocultura do esporte profissional foram abalados como reconhecimento do esporte como um domínio da cultura que deveria estar acessível a toda população. De modo semelhante, no Brasil, mesmo sendo evidente a influência dos documentos internacionais supracitados e das primeiras iniciativas autodenominadas de *Sport for All*, especialmente o modelo alemão TRIM, uma análise acerca da emergência da política epetista revelou que a mesma só foi possível de ser implementada, em um primeiro momento, porque já havia uma mentalidade esportiva que reconhecia o

esporte como um fenômeno social de múltiplas manifestações. Aliado a esse entendimento, é necessário reconhecer a influência de diversos pesquisadores alemães que, por meio de um Convênio de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha, trouxeram significativas contribuições no âmbito do esporte e da Educação Física. Mesmo considerando que o Convênio de Cooperação Técnica já sinalizava o interesse estatal em formular uma política de esporte que contemplava não só a manifestação do esporte de rendimento, a ação epetista só teve início oficial em um período de abertura política, isto é, quando o governo militar se viu "obrigado" a lançar mão de estratégias populares, visando aliviar o descontentamento da população.

Outra questão que merece maior atenção em futuras pesquisas diz respeito a uma análise da movimentação dos agentes e instituições inseridos nos campos correlatos à Educação Física e ao esporte. Afinal, foram inegáveis os esforços de diversos agentes, notadamente aqueles inseridos na denominada Rede EPT, em implementar, difundir e manter vivo o Movimento no Brasil. A presente tese de doutoramento, mesmo não tendo se dedicado a tal análise, revela, para além das tradicionais polarizações, diversas disputas estabelecidas entre aqueles que defendiam o esporte de rendimento e os defensores do esporte para todos. Torna-se necessário mencionar que, apesar das finalidades distintas, a análise dos documentos revelou que não havia necessariamente uma polarização discursiva. Paradoxalmente, o conteúdo da retórica que legitimava o discurso de ambos os grupos estava, em diversos momentos, ancorado em uma mesma lógica.

A expressão esporte não formal foi cunhada nos interstícios do Movimento EPT, assim como a incorporação do debate sobre o lazer no âmbito do esporte, e vice-versa, o que se evidencia na aproximação da ABDR e de outros agentes e instituições precursores do debate sobre o lazer no Brasil e o Movimento EPT. Sendo assim, não foi por acaso que a partir do ano de 1983, dois anos após a criação da SUEPT/MEC, responsável pela impressão e distribuição da Revista Comunidade Esportiva, que a superintendência epetista tenha destinado à ABDR e ao voluntariado da Rede a elaboração do periódico. Esse relacionamento contribuiu para a consolidação do entendimento do esporte como uma importante manifestação no tempo de lazer da população, noção essa materializada na expressão esporte de lazer. Ademais, o EPT havia sido incorporado a diversas faculdades e universidades brasileiras, nas empresas, clubes e entidades e

associações representativas de profissionais da área da Educação Física e esportes – CBCE, ABDR, Apefs e outras.

A Comissão de Reformulação instituída em 1985 registrou no seu Relatório Conclusivo a necessidade de, preliminarmente, "[...] dilargar o conceito de esporte outorgando-lhe uma dimensão social [...]", superando a noção de esporte como atividade física, mas reconhecendo também seu caráter "[...] formativo-educacional, participativo e competitivo, nas suas configurações formais e não-formais" (TUBINO, 1985a, p. 7). Em seguida, sugeria que o esporte fosse identificado a partir de três dimensões: esporte-educação; esporte-participação; e esporte-performance. Essas foram consideradas as "[...] formas básicas de exercício do direito ao esporte" (TUBINO, 1985, p. 7). Percebe-se que as indicações da Comissão de Reformulação foram incorporadas ao texto da Constituição da República Federativa do Brasil, especificamente no Artigo 217 do Capítulo III (Da Educação, da Cultura e do Desporto) do Título VIII (Da Ordem Social):

> Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:
> I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
> II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
> III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;
> IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.
> § 1.º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.
> § 2.º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.
> § 3.º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social (BRASIL, 1988).

Apesar de não serem contempladas, literalmente, as três dimensões do esporte sugeridas pela Comissão, no ordenamento jurídico subsequente isso foi garantido. Sendo assim, é preferível afirmar aqui que as posições teóricas, manifestas no Relatório da Comissão, foram mais do que aprimoradas, constituídas, pelo ordenamento discursivo e pela mentalidade esportiva produzida em períodos anteriores. Ademais, pode-se presumir que o alcance dos manuscritos de Manoel Tubino, e sua posição como agente no campo esportivo, era menos abrangente se comparada, por exemplo, às estratégias publicitárias e aos inúmeros investimentos

realizados pelo MEC, Mobral e pelos agentes epetistas interessados em propagar os ideais do movimento. Ao mesmo tempo, é possível identificar que, em muitos aspectos, os pressupostos epetistas dialogavam com as teorizações de Tubino, um agente EPT cujas produções teóricas também se faziam presentes nos periódicos da SEED/MEC e da SUEPT/MEC.

Por que um movimento que se autodenominava renovador do esporte, e da Educação Física brasileira, não se consolidou no âmbito comunitário? Esse não é um questionamento que se buscou responder aqui, mas uma reflexão que pode ser melhor explorada em futuras pesquisas. Desse modo, a presente tese pretendeu contribuir em grande medida para ampliar o debate e a leitura que se fez, e ainda se faz, sobre o que representou a Ditadura Civil-Militar brasileira no âmbito da política esportiva. Mais ainda, apresenta uma perspectiva histórica que coloca o governo militar, paradoxalmente, como importante agência promotora de uma política de esporte de massa no país que, por sua vez, teve importante contribuição no processo de inserção do esporte na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a primeira a reconhecer o esporte como um direito social do cidadão brasileiro. Entende-se esse resultado não como produto exclusivo da sua época, mas como fruto de um amplo conjunto de fatores que há tempos estavam sendo gestados. Aqui é oportuno registrar o entendimento de Melo Filho (1989, p. 209), ao tecer considerações sobre o documento final da Carta Magna: "[...] a Constituição não se faz apenas no momento da Constituinte, mas na soma de muitos momentos, compondo um processo histórico, longo e demorado, até porque a norma constitucional não é um fim em si mesma" (MELO FILHO, 1989, p. 209).

Por fim, conclui-se o estudo destacando a necessidade de maior rigor e profundidade de análise acerca do desenvolvimento da política esportiva brasileira no período da Ditadura Civil-Militar, especialmente sobre os desdobramentos da política de Esporte para Todos (esporte de massa) na memória e no cotidiano daqueles que a consumiram. Outrossim, evidencia-se ainda o valor que poderá ter uma análise voltada a compreensão das movimentações tomadas pelos agentes e instituições diretamente envolvidas com os campos da Educação Física e do esporte, o que certamente pode revelar outras nuances até então não investigadas.

REFERÊNCIAS

Fontes

1. Audiovisual

MARTINS, Miguel Gustavo Werneck de Souza. Pra Frente Brasil, Hino da Copa de 1970. Coral de Joab. Rio de Janeiro: Gravadora Copacabana. 1970. Compacto simples. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=f4gaBRxd_TY. Acesso em: 23 abr. 2020.

2. Jornais

a) *Correio Braziliense*

A HORA e a vez da massa passar da plateia às quadras. *Correio Braziliense*, 30 de novembro de 1976, n.º 5.076, primeiro caderno, p. 17.

AGORA o esporte. *Correio Braziliense*, 10 de dezembro de 1975, n.º 4.730, primeiro caderno, p. 10.

COMISSÃO define reforma do esporte. Propostas, prontas, querem criar Ministério da Educação e Desportos. *Correio Braziliense*, 18 de outubro de 1985, n.º 8.235, Esporte, p. 12.

CND sem censura. *Correio Braziliense*. 06 de novembro de 1985, n.º 8.254, Esporte, p. 12.

ENSINO e Cultura. *Correio Braziliense.* Brasília, 24 de março de 1972, n.º 3.769, Caderno 1, p. 11.

ESPORTE quer garantir espaço na Constituição. *Correio Braziliense.* Brasília, 26 de outubro de 1986, n.º 8.603, Esporte, p. 24.

NEY BRAGA recebe o Plano de E. Física. *Correio Braziliense*, 26 de fevereiro de 1975, n.º 4446a, Caderno 1, p. 10.

NEY BRAGA quer o fim do lazer passivo. *Correio Braziliense*, 13 de dezembro de 1975, n.º 4.733, Caderno 1, p. 5.

REFORMAS. COB não envia suas propostas à Comissão. *Correio Braziliense*, 19 de novembro de 1985, n.º 8.266, Esporte, p. 13.

REFORMAS. Comissão atua com muitas ausências. *Correio Braziliense*, 27 de novembro de 1985, n.º 8.274, Esporte, p. 13.

SARNEY recebe hoje a reformulação do esporte. *Correio Braziliense*, 08 de janeiro de 1986, n.º 8.314, Esporte, p. 12.

TUBINO, Manoel José Gomes. A Constituição e o Esporte. *Correio Braziliense.* Brasília, 16 de outubro de 1986c, n.º 8.593, Esporte, p. 4.

TUBINO quer democratização. *Correio Braziliense.* Brasília, 26 de outubro de 1986, n.º 8.603, Esporte, p. 24.

UM PLANO de educação física e desportos. *Correio Braziliense*, 23 de setembro de 1971, n.º 3.937, terceiro caderno, p. 10.

b) Diário de Pernambuco

DEMOCRATIZAÇÃO do esporte é o grande objetivo. *Diário de Pernambuco*. 22 de novembro de 1974, n.º 314, p. 3.

c) Diário de Natal

PASSEIO teve 12 mil ciclistas em Natal. *Diário de Natal*. 15 de fevereiro de 1977, n.º 10.255, p. 13.

III PASSEIO Ciclístico de Natal. *Diário de Natal*. 02 de setembro de 1978, n.º 10.544, p. 9.

VERBAS da L. Esportiva deram infra-estrutura ao amadorismo brasileiro. *Diário de Natal*. 30 de janeiro de 1978, n.º 10.412, p. 2.

d) Diário do Paraná

NEY entrega Centro Social de Arapongas e de Toledo. *Diário do Paraná.* Curitiba, 10 de outubro de 1979, n.º 3.317, p. 02.

e) Jornal do Brasil

CAMPANHA Vida passa a ter dimensão nacional. *Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 1977, n.º 269, p. 29.

CASARÃO da Ladeira do Ascurra estava vazio, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01 de abril de 1981, n.º 354, 1º caderno, p. 15.

EDUCAÇÃO Física tem comissão. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 04 de junho de 1969, n.º 49, Caderno B, p. 13.

GOVERNO quer Brasil líder nos esportes. *Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro, 30 de abril e 01 de maio de 1972, n.º 12, p. 1.

LUZ, Celina. A didática da ginástica. *Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro, 28 de maio de 1973, n.º 50, Caderno B, p. 1.

MEC muda Mobral e Figueiredo exonera presidente. *Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 1977, n.º 269, p. 29.

MOBRAL faz mais do que ensinar a ler e escrever. *Jornal do Brasil*. 01 de fevereiro de 1980, n.º 297, 1º Caderno, p. 6.

O CAMINHO Olímpico. *Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1972, n.º 192, p. 52.

SEED distribui 639 milhões para promover esporte. *Jornal dos Brasil*. 29 de fevereiro de 1980, n.º 322, p. 27.

VOCAÇÃO do Rio. *Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro, 01 de maio de 1970, n.º 20, p. 6.

f) Jornal do Esporte para Todos

AGORA, um novo pensar no esporte. Jornal do Esporte para Todos, Ano I, n.º 1, p. 1. In. *Jornal dos Sports*, n.º 16.500, 10 de maio de 1983.

DEPUTADOS ouvem e Unesco apoia EPT. Jornal do Esporte para Todos, Ano I, n.º 7, p. 4-5. In. *Jornal dos Sports*, n.º 16.682, 08 de novembro de 1983.

DIRIGENTES destacam a iniciativa. Jornal do Esporte para Todos, Ano I, n.º 1, p. 5. In. *Jornal dos Sports*, n.º 16.500, 10 de maio de 1983.

EMPRESAS do RJ compram idéia do EPT. Por que o EPT na Empresa? Jornal do Esporte para Todos, Ano I, n.º 8, p. 3. In. *Jornal dos Sports*, n.º 16.717, 13 de dezembro de 1983.

EMPRESAS reunidas em Barra Mansa pelo EPT. Jornal do Esporte para Todos. Ano I, n.º 2, p. 7. In. *Jornal dos Sports*, n.º 16.535, 14 de junho de 1983.

EPT ouvido no ciclo de debates na Câmara dos Deputados. Jornal do Esporte para Todos. Ano I, n. 7, p. 04-05. In. *Jornal dos Sports*, n.º 16.682, 08 de novembro de 1983.

EPT-RURAL. Jornal do Esporte para Todos. Ano I, n.º 10, p. 1. In. *Jornal dos Sports*, n.º 16.788, 10 de fevereiro de 1984.

MAURÍCIO, um grande epetista. Jornal do Esporte para Todos. Ano I, n.º 3, p. 6. In. *Jornal dos Sports*, n.º 16.563, 12 de julho de 1983.

PLANO da Unesco mostra as perspectivas do EPT. Jornal do Esporte para Todos, Ano I, n.º 1, p. 3. In. *Jornal dos Sports*, n.º 16.500, 10 de maio de 1983.

RÁPIDAS, Rápidas, Rápidas. Jornal do Esporte para Todos. Ano I, n.º 7, p. 7. *Jornal dos Sports*, n.º 16.682, 08 de novembro de 1983.

VENCEMOS! Jornal do Esporte para Todos. Ano I, n.º 10, p. 1. In. *Jornal dos Sports*, n.º 16.788, 10 de fevereiro de 1984.

g) Jornal do Senado

PROJETO Rondon aproxima realidades nacionais. *Jornal do Senado.* Brasília, 20 de março de 2012, Especial Cidadania. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242275/120320_381.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 29 ago. 2019.

h) Jornal dos Sports

A FALA do ministro no Senado: um balanço sobre o trabalho e os planos do MEC. *Jornal dos Sports*. 15 de maio de 1977, n.º 14.447, Educação-JS, p. 8.

A GRANDE Luta de Álvaro Melo Filho: Incluir o desporto na Constituição. *Jornal dos Sports*. 07 de janeiro de 1987, n.º 17.823, p. 20.

ABERTAS inscrições ao Torneio Bom de Bola. *Jornal dos Sports*. 16 de fevereiro de 1978, n.º 14.720, p. 14

BARROSO, Manoel Antônio. Tubino quer substituir a política do "não pode" pela política do "pode". *Jornal dos Sports*. 07 de agosto de 1987, n.º 18.033, p. 2.

BOSQUINHO tem êxito na dinamização do esporte. *Jornal dos Sports*. 25 de novembro de 1977, n.º 14.642, p. 10.

CAMPANHA Vida. *Jornal dos Sports.* 04 de novembro de 1976, n.º 14.260, p. 11.

CAMPANHA Vida. *Jornal dos Sports*. 17 de novembro de 1976, n.º 14.273, p. 12

CAMPANHA Vida vais ser ampliada a todo país em 77. *Jornal dos Sports.* 05 de janeiro de 1977, n.º 14.320, p. 7.

CAPITAL cria Federação de Ciclismo. *Jornal dos Sports*. 12 de março de 1978, n.º 14.744, p. 11.

CICLISMO. *Jornal dos Sports*. 02 de maio de 1977, n.º 14.434, p. 13.

CICLISMO. O ressurgimento de um esporte dado como morto. *Jornal dos Sports*. 11 de janeiro de 1976, n.º 13.964, Caderno Automóveis-JS, p. 5

COLÔNIA de Férias. *Jornal dos Sports*. 05 de janeiro de 1977, n.º 14.320, p. 10

CORRIDA Rústica. *Jornal dos Sports*. 05 de janeiro de 1978, n.º 14.681, p. 9.

DED acerta acordo de cooperação com alemães. *Jornal dos Sports*. 23 de setembro de 1977, n.º 14.579, p. 10.

ESPORTE para Todos. *Jornal dos Sports*. 16 de abril de 1980, n.º 15.396, p. 8.

ESPORTE para Todos. *Jornal dos Sports*. 09 de junho de 1977, n.º 14.472, p. 10.

ESPORTE para Todos. *Jornal dos Sports*, 10 de Junho de 1977, n.º 14.473, p. 10

ESPORTE para Todos. *Jornal dos Sports*. 22 de agosto de 1977, n.º 14.546, p. 11.

ESPORTE para Todos (I). Osni Vasconcellos. *Jornal dos Sports*. 30 de novembro de 1977, n.º 14.647, p. 6.

ESPORTE para Todos (Final). Osni Vasconcellos. *Jornal dos Sports*. 01 de dezembro de 1977, n.º 14.648, p. 6.

FUTEBOL não terá ajuda do MEC. É independente. *Jornal dos Sports*, 05 de março de 1975, n.º 13.654, p. 4.

MEC lança hoje o Plano Nacional de Desportos. *Jornal dos Sports*, 28 de maio de 1976, n.º 14.099, p. 4

MEC nomeia novo presidente para Mobral. *Jornal dos Sports*. 01 de abril de 1981, n.º 15.740, p. 11.

MINISTRO, o Amigo dos Desportos. *Jornal dos Sports*. 12 de janeiro de 1978, n.º 14.688, p. 6

MOVIMENTO muda Educação Física. *Jornal dos Sports*. 05 de setembro de 1982, n.º 16.258, p. 10.

NEY quer prática esportiva consciente. *Jornal dos Sports*. 05 de fevereiro de 1978, n.º 14.712, p. 14.

NEY BRAGA destaca o apoio ao atleta profissional na ESG. *Jornal dos Sports*. 23 de setembro de 1977, n.º 14.579, p. 5

NEY BRAGA, otimista, acredita muito na seleção. Jornal dos Sports, 12 de janeiro de 1978, n.º 14.688, p. 6.

NEY BRAGA mostra o que foi feito pelo esporte. Jornal dos Sports, 16 de abril de 1978, edição n.º 14.779, p. 11.

O PLANO está aí. A hora do esporte amador. *Jornal dos Sports*, 23 de setembro de 1976, n.º 14.218, p. 10.

OS NÚMEROS do Ministro Velloso. *Jornal dos Sports*, 15 de outubro de 1975, n.º 13.878, p. 17.

PROJETO Rondon. *Jornal dos Sports*. 23 de março de 1968, n.º 12.146, p. 8.

RECREAÇÃO nas praças do Rio. *Jornal dos Sports*. 17 de abril de 1977, n.º 14.419, Caderno Educação-JS, p. 5.

SEED divulga o Programa. *Jornal dos Sports*. 17 de dezembro de 1981, n.º 16.000, p. 8.

SER campeão mundial, um desafio norte-americano. *Jornal dos Sports.* 11 de novembro de 1976, n.º 14.270, p. 9.

TODO jogador poderá ser técnico de Educação Física a nível médio. *Jornal dos Sports*. 24 de julho de 1977, n.º 14.517, p. 9.

TUBINO, Manoel José Gomes. A perspectiva atual do esporte brasileiro. *Jornal dos Sports*. 25 de julho de 1986a, n.º 17.659, p. 13.

TUBINO, Manoel José Gomes. A Constituição e o Direito ao Esporte. *Jornal dos Sports*. 26 de outubro de 1986b, n.º 17.752, p. 20.

i) *Luta Democrática*

CAMPANHA Vida vai de novo a Cordovil. *Luta Democrática*. 21 de dezembro de 1976, n.º 7216, p. 8.

CENTROS Sociais Urbanos beneficiarão populações. *Luta Democrática*, 10 de outubro de 1975, n.º 6.903, p. 5.

IMPLANTAÇÃO de 600 centros sociais urbanos. *Luta Democrática*, 31 de outubro de 1975, n.º 6.921, p. 2.

j) O Estado do Rio

ARRUDA convoca o povo para o I Passeio de Bicicleta. O Estado do Rio. Edição: Cabo Frio/São Pedro D'Aldeia/Araruama. In. *O Fluminense*. 29 de abril de 1977, n.º 223.582, p. 2.

ESPORTE para Todos. Rua do Lazer reuniu centenas de estudantes na Avenida Assunção. O Estado do Rio. Edição: Cabo Frio/São Pedro D'Aldeia/Araruama. In. *O Fluminense*. 21 de outubro de 1977, n.º 2.326, p. 2.

k) *O Fluminense*

CALÇÃO nele para divulgar os esportes menos populares. *O Fluminense.* 2 de abril e 1.º de maio de 1972, 3.º Caderno, n.º 21.064, p. 5.

CAMPANHA Vida começa sua quarta etapa na Quinta da Boa Vista. Esporte para Todos. *O Fluminense.* 20 de dezembro de 1976, n.º 223.490, p. 10.

CENTROS Sociais Urbanos já consumiram quase um bilhão. *O Fluminense*. 17 e 18 de julho de 1977, n. º 2.252, p. 30.

CORRIDA Rústica do Humaitá tem tudo para corresponder. *O Fluminense*. 04 de janeiro de 1978, n.º 2.383, p. 11.
DED lança Esporte para Todos, num incentivo ao lazer. *O Fluminense.* 2 de abril de 1977, n.º 223.561, p. 11.

ESPORTE para Todos. *O Fluminense*. 8 de julho de 1983, n.º 24.507, p. 11.

ESPORTE para Todos, campanha do MEC-MOBRAL, já tem Niterói. *O Fluminense*. 01 de julho de 1977, n.º 2.238, p. 10.

MALVES, Jota. Domingo está sempre na carne do espírito, O Fluminense, 25 e 26 de setembro de 1977, n.º 2.307, Caderno Encontro/Mulher, p. 2.

NA HORA do almoço, a opção da Pelada nos gramados da Ponte. *O Fluminense.* 9 de agosto de 1977, n.º 2.268, p. 3.

ORGANIZADA 1ª corrida em Niterói. *O Fluminense.* 22 de abril de 1977, n.º 223.578, p. 9.

PASSEIO a Pé em Niterói já tem trajeto definido para o domingo. *O Fluminense.* 30 de agosto de 1977, n.º 2.284, p. 5.

PASSEIO a Pé em Meriti. *O Fluminense.* 17 de setembro de 1977, n.º 2.300, p. 9.

PLANO de "desporto de massa" terá os primeiros recursos. *O Fluminense.* 14 de janeiro de 1977, n.º 223.509, p. 5.

POVO quer outro passeio a pé. *O Fluminense.* 6 de setembro de 1977, n.º 2.290, p. 5.

PRESIDENTE do CND insiste em definir o papel do COB. *O Fluminense*. 31 de outubro de 1985, n.º 25.226, p. 9.

PROFESSOR dá sugestões para os Centros Urbanos. *O Fluminense*. 29 e 30 de maio de 1977, n.º 223.610, p. 10.

PROGRAMA fluminense é aberto em Niterói. *O Fluminense.* 1º e 2 de maio de 1977, n.º 223.586, p. 9.

REGATA do Tamanco Leste 1. *O Fluminense.* 9 e 10 de outubro de 1977, n.º 2.317, Pingo de Gente, p. 15.

RUAS, Carlos. Painel. *O Fluminense*. 26 de março de 1977, n.º 223.555, p. 23.

SECRETARIA de Turismo espera 200 mil no passeio a pé em Copacabana. *O Fluminense.* 1º de setembro de 1977, n.º 2.286, p. 5.

l) *O Jornal*

ESPORTE para Todos. *O Jornal*. 26 de março de 1979, n.º 91, p. 14.

CAMPANHA Esporte para Todos. *O Jornal*. 9 de abril de 1979, n.º 93, p. 32.

ESPORTE para Todos neste maio. *O Jornal*. 30 de abril à 6 de maio de 1979, n.º 96, p. 2.

PASSEIO de bicicleta. *O Jornal*. 14 a 20 de maio de 1979, n.º 98, p. 24.

m) O Poti

MACIEL, Marco. O Esporte e o Progresso Social. *O Poti*. 26 de janeiro de 1986, n.º 4, p. 10.

II PASSEIO Ciclístico de Natal. *O Poti*. 25 de novembro de 1977, n.º 2.182, p. 15

n) Tribuna da Imprensa

BRASIL no Esporte para Todos. *Tribuna da Imprensa*, 03 de novembro de 1980, n.º 9.512, p. 11.

CRIANÇAS nas finais do "Bom de Bola". *Tribuna da Imprensa.* 11 e 12 de março de 1978, n.º 8.701, p. 5.

ESPORTE Amador: dois títulos mundiais, duas medalhas de bronze. E só. *Tribuna da Imprensa*. 3 de janeiro de 1977, n.º 8.354, p. 11.

QUEM será o Bom de Bola? *Tribuna da Imprensa*. 24 de fevereiro de 1978, n.º 8.688, p. 12.

SECRETÁRIO revela e esclarece o assunto da verba para o esporte. *Tribuna da Imprensa.* 28 de fevereiro de 1980, n.º 9.301, p. 12.

3. Legislação

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html. Acesso em: 5 mar. 2020.

BRASIL. *Constituição de 1967*. Constituição do Brasil decretada e promulgada pelo Congresso Nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 24 jan. 1967. Seção 1, p. 953. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1960-1969/constituicao-1967-24-janeiro-1967-365194-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 13 mar. 2020.

BRASIL. *Decreto-Lei n.º 526, de 1º de julho de 1938*. Institue o Conselho Nacional de Cultura. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 5 jul. 1938. Seção 1, p. 13.385. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-526-1-julho-1938-358396-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 24 mar. 2020.

BRASIL. *Decreto-Lei n.º 3.199, de 14 de abril de 1941*. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 18 abr. 1941. Seção 1, p. 7.452. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 16 mai. 2019.

BRASIL. *Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 9 ago. 1943, Seção 1, p. 11.937. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 24 jan. 2020.

BRASIL. *Decreto-lei n.º 61.836, de 5 de dezembro de 1967*. Aprova o Regulamento do Serviço Social do Comércio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 dez. 1967, col. 1, p. 12.298. Disponível em: http://legis.senado.leg.br/norma/484460/publicacao/15771660. Acesso em: 24 jan. 2020.

BRASIL. *Decreto n.º 66.296, de 03 de março de 1970*. Provê a estrutura do Ministério da Educação e Cultura e autoriza outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 mar. 1970a, Seção 1, p. 1618. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66296-3-marco-1970-407656-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 21 abr. 2019.

BRASIL. *Decreto n.º 69.450, de 1 de novembro de 1971*. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 nov. 1971a, Seção 1, p. 8.826. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69450-1-novembro-1971-418208-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 17 jan. 2019.

BRASIL. *Decreto n.º 74.156, de 6 de julho de 1974*. Cria a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - CNPU e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jun. 1974, Seção 1, p. 6527. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74156-6-junho-1974-423155-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 21 fev. 2020.

BRASIL. *Decreto n.º 81.454, de 17 de março de 1978*. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 mar. 1978a, Seção 1, p. 3.970. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-81454-17-marco-1978-430536-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. *Decreto n.º 91.450, de 18 de julho de 1985*. Institui a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 set. 1985a, Seção 1, p. 10393. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91450-18-julho-1985-441585-norma-pe.html. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. *Decreto n.º 91.452, de 19 de julho de 1985*. Institui Comissão para realizar estudos sobre o desporto nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 set. 1985b, Seção 1, p. 10394. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91452-19-julho-1985-441587-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em 27 fev. 2020.

BRASIL. *Emenda Constitucional n.º 1, de 1969*. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 out. 1969, Seção 1, p. 8.865. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-1-17-outubro-1969-364989-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 13 mar. 2020.

BRASIL. *Emenda Constitucional n.º 26, de 27 de novembro de 1985*. Convoca Assembleia Nacional Constituinte e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 nov. 1985c, Seção 1, p. 17.422. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1980-1987/emendaconstitucional-26-27-novembro-1985-364971-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. *Lei n.º 3.752, de 14 de abril de 1960*. Dita normas para a convocação da Assembleia Constituinte do Estado da Guanabara e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 abr. 1960, Seção 1, p. 7.257. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3752-14-abril-1960-354318-norma-pl.html. Acesso em: 6 abr. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971b, Seção 1, p. 6.377. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. *Lei n.º 5.700, de 1º de setembro de 1971.* Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Suplemento de 02 set. 1971c. Disponível em: http://legis.senado.leg.br/norma/547573/publicacao/15810454. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. *Lei n.º 5.727, de 4 de novembro de 1971*. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), para o período de 1972 a 1974. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 nov. 1971d, Seção 1, p. 8969. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5727-4-novembro-1971-358078-norma-pl.html. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. *Lei n.º 75.922, de 01 de julho de 1975*. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos – CSU. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 set. 1975a, Seção 1, p. 7.993. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75922-1-julho-1975-424462-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 16 ago. 2019.

BRASIL. *Lei n.º 6.251, de 8 de outubro de 1975*. Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 out. 1975b, Seção 1, p. 13460. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6251-8-outubro-1975-357712-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. *Mensagem n.º 48, de 28 de junho de 1985.* Brasília, DF, Palácio do Planalto, 1985d. Disponível em:

https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. *Portaria n.º 522, de 1º de setembro de 1981*. Aprova o Regimento Interno da Secretaria de Educação Física e Desportos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 set. 1981, Seção 1, p. 65.

BRASIL. *Portaria n.º 163, de 15 de julho de 1985*. Projeto de decreto que institui comissão incumbida de realizar estudos e de propor soluções para uma reforma da organização desportiva nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jul. 1985e, Seção 1, p. 10.395. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/marg/portar/1980-1987/portaria-163-15-julho-1985-483363-publicacaooriginal-1-me.html. Acesso em 09 set. 2019.

CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE. *Resolução CNE n.º 5, de 14 de junho de 2005*. Aprova a Política Nacional do Esporte. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n.º 157, 16 ago. 2005, Seção 1, p. 128. Disponível em: https://esporte.gov.br/secretaria/cne/arquivos/atas-reunioes/resolucaon5.pdf. Acesso em: 26 abr. 2019.

CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE. *Resolução CNE n.º 10, de 7 de março de 2006*. Aprova as Políticas Setoriais de Esporte de Alto Rendimento, de Esporte Educacional e de Esporte Recreativo e de Lazer. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n.º 64, 3 abr. 2006, Seção 1, p. 101. Disponível em: http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/conselhoEsporte/resolucoes/resolucaoN10.pdf. Acesso em: 26 abr. 2019.

COUNCIL OF EUROPE. *European sport for all charter*. 1975a. Disponível em: https://rm.coe.int/090000168067b610. Acesso: em 11 set. 2018.

COUNCIL OF EUROPE. *Resolution 38 (1966) on Physical Education, Sport and Outdoor Pursuits*. 1966. In. COUNCIL OF EUROPE. *The Council of Europe and Sport (1966-1998)*. Volume I: Legal and Political Texts. Strasbourg/France, p. 32, 1998. Disponível em: https://archive.org/details/ERIC_ED435597/page/n29/mode/2up. Acesso em: 20 abr. 2019.

COUNCIL OF EUROPE. *Resolution 41 (1976) on the Principles for a Policy of Sport For All*. 1976. In. COUNCIL OF EUROPE. *The Council of Europe and Sport (1966-1998)*. Volume I: Legal and Political Texts. Strasbourg/France, p. 52-54, 1998. Disponível em: https://archive.org/details/ERIC_ED435597/page/n29/mode/2up. Acesso em: 20 abr. 2019.

COUNCIL OF EUROPE. *Sport for All:* five countries report. Strasbourg: Council for Cultural Co-operation, 1970. Disponível em: https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED084249.pdf. Acesso em: 8 abr. 2020.

SENADO FEDERAL. *Decreto Legislativo n.º 6,* de 1964. Aprova o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado

em Bonn, a 30 de novembro de 1963. In. SENADO FEDERAL. Decretos Legislativos. Brasília: Subsecretaria de Anais, p. 54-57, 1976. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Decretos/1964.pdf. Acesso em: 5 mar. 2020.

4. Outras Publicações Impressas

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO RIO DE JANEIRO. *Boletim Informativo*. Rio de Janeiro: Departamento de Divulgação, n.º 258, mar. 1976. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/110172/PE0013.pdf?sequence=1. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRAGA, Ney A. de Barros. *Política da Educação, da Cultura e do Desporto*. Conferência na Escola Superior de Guerra, em 22 de setembro de 1977. Brasília: Ministério da Educação e Cultura – Departamento de Documentação e Divulgação. 1977. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001760.pdf. Acesso em: 5 mar. 2020.

BRANDÃO, Euro. *Educação, cultura, desporto*: Rumos e Realizações. Conferência proferida na Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica, em 23 de novembro de 1977. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1978. Disponível em: rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/6313/2/Educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20Cultura%20-%20Desporto%20-%201978.PDF. Acesso em: 5 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Educação Física e Desportos. *Lei n.º 6.251/75*. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1976a. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002156.pdf. Acesso em: 15 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Política Nacional de Cultura. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975c. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001728.pdf. Acesso em: 26 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria-geral. CODEAC. *Relatório geral do Ministério da Educação e Cultura* - 1977. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Documentação e Divulgação, 1978b. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001913.pdf. Acesso em 5 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria-Geral. *Diretrizes Gerais dos Encontros regionais sobre planejamento:* III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979a. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001913.pdf. Acesso em: 5 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria-Geral. *Subsídios para a elaboração do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1979b. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001527.pdf. Acesso em: 5 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Uma nova política para o desporto brasileiro – esporte brasileiro, questão de Estado (Comissão de Reformulação do Desporto – Relatório Conclusivo). Brasília: Secretaria de Educação Física e Desportos, 1985f.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Rede Esporte para Todos – Brasil*: Catálogo de Agentes e de Publicações para Cooperação Técnica Nacional e Internacional. Rio de Janeiro: Central de Difusão da Rede EPT, 1985g.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria-Geral. III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto: 1980/1985. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1980b. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000657.pdf. Acesso em: 5 mar. 2020.

BRASIL. *III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985)*. Brasília, DF, setembro de 1980a. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/CT_Abertura.asp. Acesso em: 23 jan. 2020.

BRASIL. *I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1986-1989)*. Brasília, DF, junho de 1986. Disponível em: http://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/iditem/491?show=full. Acesso em: 05 mar. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei n.º 4.452, de 1985. Dispõe sobre a concessão de dois por cento aos Clubes Esportivos no rateio da Loteria Esportiva. Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, Ano XXXII, n.º 147, 23 nov. 1977, Seção 1, p. 11.851. Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD23NOV1977.pdf - page=39. Acesso em: 18 mar. 2020.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *Informe Estatístico*. São Paulo: DIEESE, abr. 1975.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Estatuto Social. São Paulo: DIEESE, 2015. Disponível em: https://https://www.dieese.org.br/materialinstitucional/estatuto.html. Acesso em: 11 fev. 2020.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual Básico.* Rio de Janeiro: APEX- Gráfica e editora Ltda,1975.

FIEP. *Manifesto Mundial da Educação Física*. Federação Internacional de Educação Física, 1970. Disponível em: http://cev.org.br/biblioteca/manifesto-mundial-educacao-fisica-1970/. Acesso em: 02 abr. 2019.

ICSPE, Conseil International pour L'Éducation Physique et le Sport. *Declaration on Sport*. Paris, 1964. Disponível em: https://www.icsspe.org/sites/default/files/Declaration%20on%20Sport_english.pdf. Acesso em: 5 mar. 2020.

MOBRAL. Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização. *Relatório 1974...1978*. Ministério da Educação e Cultura: Rio de Janeiro, 1979. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002464.pdf. Acesso em: 05 jul. 2019.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. *Plano Diretor de Arborização Urbana da Cidade do Rio de Janeiro - PDAU*. 2015. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4683370/4190252/PDAU.pdf. Acesso em: 16 jan. 2019.

SENADO FEDERAL. Ata da 10ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, realizada em 28 de abril de 1977, destinada a ouvir a palestra, seguida de debate, do Sr. Ney Braga, Ministro da Educação e Cultura. In. SENADO FEDERAL. *Anais do Senado (144ª a 156ª Sessões)*. Brasília: Subsecretaria de Anais, V. 3, n.º 11, p. 4183-4195, set. 1979. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica/1979/1979 Livro 11.pdf. Acesso em: 5 mar. 2020.

SENADO FEDERAL. *Projeto de Lei da Câmara n.º 212, de 1985*, Revoga a Lei 6905, de 11 de maio de 1981, os Decretos-Leis 594, de 27 de maio de 1969, 1617, de 03 de março de 1968, e 1924, de 20 de janeiro de 1982, o artigo 48 da Lei 6251, de 08 de outubro de 1975, artigo terceiro do Decreto-Lei 1923, de 20 de janeiro de 1982, da nova redação ao inciso I e parágrafo primeiro do artigo segundo da Lei 6168, de 09 de dezembro de 1974, e fixa normas de instituição e funcionamento da Loteria Esportiva Federal. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/23343. Acesso em: 18 mar. 2020.

UNESCO. *Universal Declaration of Human Rights*, 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/SearchByLang.aspx. Acesso em: 04 jan. 2019.

UNESCO. International Council of Sport and Physical Education. *The role of physical education and sport in the education of youth*. Paris: Unesco, 1976. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/771. Acesso em: 09 jan. 2019.

UNESCO. *Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte*. 2016. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235409_por?posInSet=1&queryId=25daf36b-6db6-4ae9-895b-c26c107a3742. Acesso em: 07 mai. 2018.

5. Páginas na *internet*

COMITÉ FRANÇAIS PIERRE DE COUBERTIN. Dossier: Mieux connaître Pierre de Coubertin. *Coubertin et la pédagogie du sport*. Fiche n.º 6, n.p., 1992. Disponível em: http://www.comitecoubertin.fr/wp-content/uploads/2017/11/FichePdC06-La-pédagogie-du-sport.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

COMITÉ FRANÇAIS PIERRE DE COUBERTIN. Dossier: Mieux connaître Pierre de Coubertin. *Coubertin et le sport pour tous*. Fiche n.º 7, n.p., 1992b. Disponível em: http://www.comitecoubertin.fr/wp-content/uploads/2017/11/FichePdC07-Le-sport-pour-tous.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

CONSELHO EUROPEU. *História*. 2018. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/pt/history. Acesso em: 09 mai. 2018.

CONTRA RELÓGIO (Revista Digital). *Marcio Puga, A Lenda*. 10 de março de 2015, on-line. Disponível em: https://www.contrarelogio.com.br/colunas/perfil/marcio-puga-a-lenda/. Acesso em: 04 nov. 2019.

DITADURA MILITAR DO BRASIL. In: *WIKIPÉDIA*: a enciclopédia livre. Wikimedia, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura_militar_brasileira. Acesso em: 08 mai. 2019.

FARJ. Federação de Atletismo do Estado do Rio de Janeiro. *Nossa História*. 2--. Disponível em: http://www.atletismorio.com.br/quem-somos/. Acesso em: 04 nov. 2019.

IFPC. *International Fair Play Committee*. 2015. Disponível em: http://www.fairplayinternational.org/home. Acesso em: 17 jan. 2019.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *História*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. 2015. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/historia. Acesso em: 17 out. 2019.

PHILIP NOEL-BAKER. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Wikimedia, 2019. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Philip_Noel-Baker. Acesso em: 17 set. 2019.

PROJETO RONDON. *Nossa História*. Ministério da Defesa, c2016. Disponível em: https://projetorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/9718/area/C/module/default. Acesso em: 16 jan. 2019.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. *Histórico*. Centro de Capacitação Física do Exército, 2015. Disponível em: https://www.revistadeeducacaofisica.com/historico. Acesso em: 21 ago. 2019.

TAFISA, International Sport For All Association. *History*. 2017. Disponível em: http://www.tafisa.org/history. Acesso em: 16 mai. 2018.

TAFISA, International Sport For All Association. *National Members*. c2020. Disponível em: http://www.tafisa.org/national-members. Acesso em: 15 mai. 2020.

TÁVORA, Virgílio. *Virgílio Távora (Verbete)*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. 2009. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/virgilio-de-morais-fernandes-tavora. Acesso em: 20 jan. 2020.

6. Periódicos

a) Boletim Técnico Informativo (SEED/MEC)

FERREIRA, Arthur Orlando da Costa. Editorial. *Boletim Técnico Informativo*, Brasília, n.º 7, p. 5-7, 1969a. Disponível em: https://cev.org.br/biblioteca/editorial-202. Acesso em: 5 mar. 2020.

FERREIRA, Arthur Orlando da Costa. Editorial. *Boletim Técnico Informativo*, Brasília, n.º 8, p. 5-15, 1969b. Disponível em: https://cev.org.br/biblioteca/editorial-bti8. Acesso em: 5 mar. 2020.

b) Comunidade Esportiva

A ATUAÇÃO dos Centros Sociais Urbanos. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 5, p. 1, mai. 1980.

A ATUAÇÃO dos Centros Sociais Urbanos. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 14, p. 8, mai./jun. 1981.

A ATUAÇÃO dos Centros Sociais Urbanos. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 16, p. 10-11, set./out. 1981.

A ATUAÇÃO dos Centros Sociais Urbanos. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 19, p. 9, jul./ago. 1982.

A. JÚNIOR, Edmundo Drummond; VILELA, Eduardo Antonio P. Óbitos e oriximiná uma experiência integrada da educação física. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 10, p. 2-3, dez. 1980.

ARALHE, Hélio Rubens. Esporte comunitário na Promon Engenharia s/a. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 11, p. 16-17, jan. 1981.

ARAÚJO, Rodolfo de. A importância da mobilização. Comunidade Esportiva. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 8, p. 11, out. 1980.

AS COLÔNIAS de julho. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 20, p. 10 e 22, set./out. 1982.

BRAMANTE, Antônio Carlos. O Programa Lazer. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 9, p. 16-20, nov. 1980.

BRESSANE, Riselaine. Uma nova maneira de pensar a Educação Física. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 23, p. 7, mar./abr. 1983.

CAVALCANTI, Péricles de Souza. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 18, p. 1, mai./jun. 1982.

CAVALCANTI, Péricles. Editorial. *Revista Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 22, p. 1, jan./fev. 1983a.

CBCE Associa-se ao EPT. Comunidade Esportiva. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 21, p. 14, nov./dez. 1982.

CONFERÊNCIA "Esporte para Todos" – Murren/Suíça – 1981. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 15, p. 24, jul./ago. 1981.

1º CONGRESSO Brasileiro, 1º Congresso Panamericano de Esporte para Todos. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 18, p. 12-13, mai./jun. 1982.

CORRÊA, Arlindo Lopes. Apresentação. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 1, p. 1, jan. 1980a.

CORRÊA, Arlindo Lopes. Onde estamos? *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 3, p. 1, mar. 1980b.

CORRÊA, Arlindo Lopes. Editorial. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 9, p. 1, nov. 1980c.

CORRÊA, Arlindo Lopes. Editorial. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 10, p. 1, dez. 1980d.

CORRÊA, Arlindo Lopes. Editorial. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 12, p. 1, fev. 1981.

CORRIDA de rua. Comunidade Esportiva. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 8, p. 14-15, out. 1980.

CORRIDA de rua. Comunidade Esportiva. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 9, p. 24-25, nov. 1980.

COORDENAÇÃO pela Informação. Comunidade Esportiva. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 17, nov./dez. de 1981.

DACOSTA, Lamartine Pereira. A abordagem em rede de Lazer e do Esporte para Todos: Uma tentativa de revisão epistemológica, taxionômica e organizacional do

Esporte e da Educação Física. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 38, p. 2-17, mai./jun. 1986.

DACOSTA, Lamartine Pereira. Afinal: o que é o Esporte para Todos? *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 1, p. 6, jan. 1980a.

DACOSTA, Lamartine Pereira. Aonde vamos? *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 2, p. 1, fev. 1980b.

DACOSTA, Lamartine Pereira. Esporte para Todos: o caminho do futuro. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 5, p. 4, mai. 1980d.

DACOSTA, Lamartine Pereira. Princípios do EPT. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 3, p. 10-11, mar. 1980f.

DACOSTA, Lamartine Pereira. Massificação esportiva: muitos falam e poucos sabem do que se trata (Entrevista concedida à Guilherme de Lamare). *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 13, p. 16-19, mar./abr. 1981g.

DACOSTA, Lamartine Pereira. O Esporte para Todos assume compromisso com seu futuro. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 23, p. 20-23, mar./abr. 1983a.

DACOSTA, Lamartine Pereira. Diálogo com Cagigal. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 27-28, p. 2-4, nov. 1983 / fev. 1984.

DACOSTA, Lamartine Pereira; DELAMARE, Myriam; MATIAS, Person. SEED-MEC realiza Seminário de Esporte para Todos em Recife. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 1, p. 2, jan. 1980.

DECLARAÇÃO DE RECIFE. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 1, p. 2, jan. 1980.

DECLARAÇÃO DE VITÓRIA. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 34, p. 23-24, set./out. 1985.

DIAS, Lygia Paim Müller; SILVEIRA, Sônia; GOMES, Wagner; GOES, Gil; DACOSTA, Lamartine Pereira; BLOIS, Marlene M.; e STEINHILBER, Jorge. Trajetória da Rede Esporte para Todos. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 38, p. 18-30, mai./jun. 1986.

ENCONTRO Nacional de Professores de Recreação. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 29/30, p. 17, mar./jun. 1984.

EQUIPE técnica da Fundação ISHIBRAS. Programa de Ginástica Matinal. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 12, p. 2-4, fev. 1981.

ESPORTE para Todos é tema de discurso na Câmara dos Deputados. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 5, p. 12, mai. 1980.

FARIA JÚNIOR, Alfredo Gomes. Ginástica de pausa para datilógrafos. Em busca de uma metodologia. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 31/32, p. 2-6, jul./out. 1984.

FERNANDES, José Aparecido. Matroginástica. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 11, p. 11-15, jan. 1981a.

GENTE que faz rede. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 2, p. 8, fev. 1980.

GUIMARÃES, Hélio. O lazer. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 8, p. 8-10, out. 1980.

MACHADO, Afonso Antônio. E como vai a participação comunitária? *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 34, p. 20-22, 1985.

MORAIS, Marco Antonio; TONISSI, Mileno. Projeto Bosquinho. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 9, p. 14-15, nov. 1980.

MOREIRA, Claudio. Editorial. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 14, p. 1, mai./jun. 1981.

O ESPORTE para todos em mais uma universidade. Comunidade Esportiva. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 8, p. 11, out. 1980.

OLIVEIRA, Luci Fagundes; CHIAPETA, Silvia Maria Saraiva Valente. Tecnologia Popular na Escola. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 27 e 28, p. 15-17, mai./jun. 1983-1984.

PLANO Setorial: novas diretrizes na educação, cultura e desportos. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 7, p. 1, ago./set. 1980.

PROJETO Movimento. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 08, out. 1980.

PUBLICAÇÕES. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 09, p. 27, nov. 1980.

RECIFE: novos rumos para o EPT. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 1, p. 1, jan. 1980.

REDE EPT. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 23, mar./abr. 1983.

REDE Nacional de Esporte para Todos. *Comunidade Esportiva.* Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 19, p. 3-4, jul./ago. 1982.

SCHIMITZ, João Carlos. Ginástica Laboral Compensatória. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 16, p. 2-3, set./out. 1981.

SESC/SP. Ginástica na empresa. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 10, p. 11-14, dez. 1980.

STEINHILBER, Jorge. Visão de grande cidade – organização. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 2, p. 8, fev. 1980.

TERCEIRA Idade do EPT. Comunidade Esportiva. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 7, p. 1, ago./set. 1980.

TAKAHASHI, George Massao. Superférias Banespa. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 11, p. 2-3, jan. 1981a.

UNESCO recomenda o EPT. *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: Fundação Mobral/MEC, n.º 24, 25 e 26, p. 27-30, mai./out. 1983.

c) *Em Aberto*

AGUIAR, Ruthenio de. Desporto Escolar. In. INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Em Aberto*. Brasília: Inep, Ano 1, n.º 5, p. 1-05, abr. 1982.

FÁVERO, Osmar. Disseminação dos resultados das pesquisas em periódicos da área de educação: o papel e o lugar do Em Aberto. In. FÁVERO, Osmar; OLIVEIRA, Rosa dos Anjos (orgs.). Divulgação da pesquisa educacional: Em Aberto (1981-2011). *Em Aberto*. Brasília: Inep, v. 25, n.º 87, p. 17-36, jan./jun. 2012.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Apresentação. *Em Aberto*. Brasília: Inep, Ano 1, n.º 5, abr. 1982.

KUNZ, Elenor; GRUNENNVALDT, José Tarcísio. Educação Física Escolar e megaeventos esportivos: quais suas implicações? In. Kunz, Elenor; GRUNENNVALDT, José Tarcísio (orgs.). Educação Física Escolar e megaeventos esportivos: quais suas implicações? *Em Aberto*. Brasília: Inep, v. 26, n.º 89, p. 19-32, jan./jun. 2013.

PILATI, Orlando. Memórias Em Aberto. In. FÁVERO, Osmar; OLIVEIRA, Rosa dos Anjos (orgs.). Divulgação da pesquisa educacional: Em Aberto (1981-2011). *Em Aberto*. Brasília: Inep, v. 25, n.º 87, p. 39-52, jan./jun. 2012.

SARAIVA, Hélcio Ulhôa. Apresentação. In. FÁVERO, Osmar; OLIVEIRA, Rosa dos Anjos (orgs.). Divulgação da pesquisa educacional: Em Aberto (1981-2011). *Em Aberto*. Brasília: Inep, v. 25, n.º 87, p. 9-14, jan./jun. 2012.

d) *Revista Brasileira de Educação Física*

EDUCAÇÃO Física e desportos no Brasil de 1970 para 1980. *Revista Brasileira de Educação Física.* Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 4, n.º 12, p. 81-87, 1972.

FRANCO, Cornélio Souza Lima. Jogos Estudantis Brasileiros. *Revista Brasileira de Educação Física.* Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 5, n.º 21, p. 22-28, mai./jun. 1974.

JONES, William. Notas sobre o desporto em nossa sociedade. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 5, n.º 13, p. 78-87, jan./fev. 1973.

MAHEU, René. Desporto e Cultura. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 5, n.º 13, p. 48-55, jan./fev. 1973a.

MANIFESTO SOBRE O DESPORTO. *Revista Brasileira de Educação Física.* Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 5, n.º 14, p. 6-21, mar./abr. 1973.

MARQUES, Eric Tinoco. Editorial: o tempo de colher. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 4, n.º 12, p. 3-6, 1972.

MARQUES, Eric Tinoco. Editorial: Desporto Estudantil. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 5, n.º 15, p. 3-4, 1973.

SEURIN, Pierre. Educação Física e desportos: cooperação ou conflito? *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 5, n.º 13, p. 6-13, jan./fev. 1973.

SOUZA, Ovídio Silveira. Munique 72: culpados e inocentes. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 4, n.º 12, p. 7-20, 1972.

TUBINO, Manoel Gomes. Colônia de Férias. *Revista Brasileira de Educação Física*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 4, n.º 12, p. 54-61, 1972.

e) Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva

CORRÊA, Arlindo Lopes. Esporte e desenvolvimento. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Rio de Janeiro: FENAME/DED, Ano 3, n.º 9, p. 6-11, 1970.

EDITORIAL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva.* Ano 4, n.º 10. Rio de Janeiro: FENAME/DED, p. 5-7, 1971.

RAMOS, Jayr Jordão. *Panorama mundial da Educação Física e atividades correlatas. Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva*. Ano 3, n.º 9. Rio de Janeiro: FENAME/DED, p. 18-26, 1970.

f) Revista Brasileira de Educação Física e Desportos

AZEVEDO, Raimundo Nonato de. A atividade física na sociedade contemporânea. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Ano 12, n.º 44, Brasília: Ministério da Educação e Cultura, p. 7-19, jan./mar. de 1980.

BRAGA, Edson. Esporte, a melhor ocupação. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 10, n.º 47, p. 8-10, jul./set. 1981.

CANTARINO, Mário. Comunidade e Desporto. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 8, n.º 29, p. 55-63, jan./mar. 1976.

CARTA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 11, n.º 41, p. 4-07, ago./jun.1979.

CAVALCANTI, Péricles. As atividades físicas e a realidade brasileira. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 10, n.º 47, p. 2-4, jul./set. 1981.

CAVALCANTI, Péricles. A lógica do sistema desportivo. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 11, n.º 52, p. 2-8, abr./set. 1983c.

DACOSTA, Lamartine Pereira. Caracterizações para uma Política Desportiva Nacional. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 7, n.º 26, p. 20-41,1975.

DACOSTA, Lamartine Pereira. Implantação e Desenvolvimento da Campanha Esporte para Todos no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 9, n. 35, p. 5-27, 1977a.

DACOSTA, Lamartine Pereira. As atividades de Esporte para Todos. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 10, n. 38, p. 16-21, 1978.

DOCUMENTO BÁSICO DA CAMPANHA. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos.* Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 9, n.º 35, p. 13-27, 1977.

EDITORIAL. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 11, n.º 50, p. 2, abr./set. 1982.

ESPORTE PARA TODOS: uma nova maneira de pensar a educação física. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 11, n.º 50, p. 7-13, abr./set. 1982.

HAUGE-MOE, Per. A campanha TRIMM na Noruega. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 9, n.º 35, p. 70-79, 1977.

KOCH, Jürgen. Instalações desportivas e áreas de lazer: uma nova orientação. Trad. Maria Lenk. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 11, n.º 52, p. 22-26, abr./set. 1983.

LAZER: projetos na prática. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos.* Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 10, n.º 47, p. 44 jul./set. 1981.

MAHEU, René. Desporto e Educação. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, Ano 5, n.º 16, p. 6-23, 1973b.

PARQUES "Esporte para Todos". Projeto MEC-USP/SEED-Fundusp: Convênio de Assistência Técnica. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 11, n.º 42, p. 47-68, jul./set. 1979.

PALM, Jürgen. A visão e a realidade. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 9, n.º 35, p. 28-36, 1977.

REQUIXA, Renato. Conceito de Lazer. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 11, n.º 42, p. 11-21, jul./set. 1979.

REQUIXA, Renato. As dimensões do lazer. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 12, n.º 45, p. 54-71, abr./jun. 1980a.

SEED: mudanças, seminários e mais verbas. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos.* Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, Ano 10, n.º 48, p. 46, out./dez. 1981.

TEIXEIRA, Octávio. O momento desportivo. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, Ano 8, n.º 31, p. 17-23, jul./set. 1976.

TUBINO, Manoel José Gomes. As tendências internacionais da educação física. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, Ano 7, n.º 26, p. 6-11, 1975.

VASCONCELLOS, Osny. Estamos no caminho certo. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, Ano 7, n.º 28, p. 4-5, 1975a.

VASCONCELLOS, Osny. *Editorial*: Os Jebs e o futuro. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, Ano 7, n.º 27, p. 4, 1975b.

VASCONCELLOS, Osny. Editorial: o momento decisivo. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, Ano 7, n.º 26, p. 4, abr./jun. 1975c.

VASCONCELLOS, Osny. Editorial: Esporte para Todos. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, Ano 8, n.º 32, p. 4-5, out./dez. 1976.

VASCONCELLOS, Osny. Editorial. *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, Ano 9, n.º 33, p. 3, jan./mar. 1977.

g) Revista de Educação Física / Journal of Physical Education

PINHEIRO, Glênio. A nova dimensão: uma revista melhor, para uma Educação maior. *Revista de Educação Física / Journal of Physical Education*, [S.l.], v. 44, n.º 01, 1975. Disponível em: http://www.ipcfex.eb.mil.br/images/1975_1.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

TUBINO, Manoel José Gomes. Educação Física meio ou fim? *Revista de Educação Física / Journal of Physical Education*, [S.l.], v. 45, n.º 01, 1976. Disponível em: http://www.ipcfex.eb.mil.br/images/1976_1.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

h) Revista de Informação Legislativa

MELO FILHO, Álvaro. Desporto Constitucionalizado. *Revista de Informação Legislativa*. Ano 26, n.º 101. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, p. 207-236, jan./mar. 1989. Disponível em: http://www2.https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181915. Acesso em: 4 mar. 2020.

i) *Revista Manchete*

HELENO Nunes o homem que mudara a CBD. *Manchete*, 08 de fevereiro de 1975, n.º 1.190, p. 36-37.

j) *Revista O Cruzeiro*

AS OLIMPÍADAS: de Munique a Moscou (I). *Revista O Cruzeiro*. Ano I, n.º 22, 30 de agosto de 1980, p. 94-98.

k) *Revista Placar*

KFOURI, Juca. Duas paixões para ser respeitadas. *Placar*. 25 de outubro de 1985, n.º 805, p. 11.

KFOURI, Juca. O monstro e a polícia. *Placar*. 1.º de setembro de 1986, n.º 849, p. 25.

O HOMEM que pretende salvar o nosso futebol. *Placar*. 11 de maio de 1984, n.º 729, p. 37-40.

7. Bibliografia

ALBERTINI, Lauriani Porto. *O caso Baumgarten e a crise da ditadura (1983-1985)*. 73f. Monografia de graduação (Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2003.

ALLISON, Lincoln; MONNINGTON, Terry. Sport, prestige and international relations. *Government and Opposition*, London, v. 37, n. 1, p.106-134, 2002. Disponível em: https://www.cambridge.org/core/journals/government-and-opposition/article/sport-prestige-and-international-relations/6FD09CD88D98854EF5F2FE4FC549BD54 Acesso em: 4 mar. 2020. https://doi.org/10.1111/1477-7053.00089.

ALMEIDA, Ana Letícia Canegal de. *O Jornal dos Sports e a promoção de eventos esportivos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: https://www.bn.gov.brhttps//www.bn.gov.br/producao/documentos/jornal-sports-promocao-eventos-esportivos-rio-janeiro. Acesso em: 27 nov. 2018.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. Leisure in Brazil: the transformations during the military period (1964-1984). *Rev. bras. educ. fís. esporte*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 101-115, mar. 2013. Disponível em: http://http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092013000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 mar. 2020. http://dx.doi.org/10.1590/S1807-55092013000100011.

ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. *A pastoral do envelhecimento ativo*. 2004. 242 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4018687.pdf Acesso em: 4 mar. 2020.

AMATO, Gabriel. *Aula prática de Brasil no Projeto Rondon*: estudantes, ditatura e nacionalismo. São Paulo: Alameda, 2019.

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. 8 ed., São Paulo: Cortez, 1992.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer:* a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

AROUCA, Lucilda Schwantes. O discurso sobre a Educação Permanente (1960-1983). *Pro-Posições*, v. 7, n.º 2, p. 65-78, 16 mar. 2016. Disponível em: https://www.periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644229. Acesso em: 05 fev. 2020.

ARRETCHE, Marta. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: Teorias Explicativas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 39, p. 3-40, 1995. Disponível em: https://https://www.anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-39. Acesso em: 13 mai. 2019.

BAKER, John A. W.; TEAFF, Joseph D.; & TORRANIN, Charuaypon. Development of a Program of Sport for All in Thailand. *World Leisure & Recreation*, v. 32, n.º 03, p. 23-29, 1990. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10261133.1990.10559119. Acesso em: 4 mar. 2020. http://dx.doi.org/10.1080/10261133.1990.10559119

BAUMANN, Wolfgang. Sport for All. In. TALBOT, Margaret; HAAG, Herbert; KESKINEN, Kari. *Directory of Sport Science*. 6th edition. Berlin: International Council of Sport Science and Physical Education (ICSSPE), p. 311-320, 2013.

BERTHAUD, Ginette; BROHM, Jean-Marie. Presentación. In. PARTISANS (eds.). *Deporte, cultura y represión*, Gustavo Gili S.A.: Barcelona, p. 7 -16, 1978.

BICKEL, Marcia Cristina Pinto. O Serviço Social do Comércio e a Produção de Conhecimentos sobre o Lazer no Brasil (Década de 1970). 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: http://www.eeffto.ufmg.br/eeffto/DATA/UserFiles/files/MARCIA%20CRISTINA%20PINTO%20BICKEL%20.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOOTH, Douglas. *The Field:* Truth and Fiction in Sport History. London & New York: Routledge, 2005.

BORBA, Sheila Villanova. A produção de equipamentos urbanos como alternativa de política social: o Programa de Centros Sociais Urbanos. Revista Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 12, n.º 2, p. 403-421, 1991. Disponível em: https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1455. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRACHT, Valter. *Educação Física & Ciência:* cenas de um casamento (in)feliz. Ijuí: Editora Unijuí, 1999.

BRACHT, Valter. A construção do campo acadêmico 'educação física' no período de 1960 até nossos dias: Onde ficou a educação física? In: Encontro Nacional de

História do Esporte, Lazer e Educação Física, IV, 1996, Belo Horizonte. *Anais*... Belo Horizonte: EEFFTO/UFMG, 1996. p. 140-148. Disponível em: http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4044438.pdf. Acesso em: 4 mar. 2020.

BRAGANÇA, Isabel de Orleans e. Perspectivas e Atividades Internacionais do Mobral. In. CORRÊA, Arlindo Lopes (ed.). *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro: AGGS: Mobral, p. 431-442, 1979.

BRAMANTE, Antônio Carlos. EPT: Uma radiografia da Revista Comunidade Esportiva. *Kinesis*, [S.l.], n.º 8, p. 11-27, mar. 2013. Disponível em: http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/2001023.pdf. Acesso em: 4 mar. 2020. http://dx.doi.org/10.5902/231654648429.

BRAMANTE, Antônio Carlos; VALENTE, Edison Francisco; SOUZA, Joao Nelson; DACOSTA, Lamartine Pereira; DIAS, Maria Luiza S.; MATSUDO, Victor. Brazil: Developing Sport for All from Public Recreation (1920s) to Leisure (1970s) and Health Promotion (1990s). In. DACOSTA, Lamartine Pereira; MIRAGAYA, Ana. *Worldwide experiences and trends in Sport for all*. Oxford: Meyer e Meyer Sport (UK) Ltd., p. 675-706, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. *Esporte e Lazer na Empresa*. Brasília: MEC/SEED, 1990.

BRASIL, Eric; e NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca Digital Brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n.º 69, p. 196-219, jan. 2020. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/79933. Acesso em: 4 mar. 2020. http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942020000100011.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *A construção política do Brasil:* sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Editora 34, 2016.

BROHM, Jean-Marie. *Corps et politique*. Paris/France: Éditions Universitaires, 1975.

BROHM, Jean-Marie. *Sociología política del deporte*. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 1982. Disponível em: http://www.villaeducacion.mx/descargar.php?idtema=1315&data=ee2ebc_sociologia-politica-del-deporte.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

BUENO, Luciano. *Políticas públicas do esporte no Brasil*: razões para o predomínio do alto rendimento. 2008. 296 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2493/72040100444.pdf. Acesso em: 4 mar. 2020.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. O lazer na sociedade brasileira. In. PRONOVOST, Gilles. *Introdução à Sociologia do Lazer*. São Paulo: Senac, p. 153-203, 2011.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. O legado de Joffre Dumazedier: reflexões em memória do centenário de seu nascimento. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, v. 3, n.º 1, p. 142-166, jan./abr. 2016. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/519. Acesso em: 18 fev. 2020.

CANAN, Felipe. *Compreendendo o direito ao esporte no Brasil*: constitucionalização, teleologia e dogmática. 2018. 503 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física – UEM/UEL, Londrina, 2018.

CANAN, Felipe; MILANI, Fernanda Gimenez; STAREPRAVO, Fernando Augusto. Direito ao esporte e instituições internacionais. XX Conbrace e VII Conice, 2017, Goiás. *Anais*... Goiás: UFG, 2017. p. 2942-2947. Disponível em: http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2017/7conice/. Acesso em: 11 jan. 2019.

CANAN, Felipe; LACERDA, Paulo José Cabral; STAREPRAVO, Fernando Augusto. Direito ao esporte em documentos internacionais. XX Conbrace e VII Conice, 2017, Goiás. *Anais*... Goiás: UFG, 2017. p. 2948-2952. Disponível em: http://congressos.cbce.org.br/index.php/congoce/7conice/paper/view/8866/5290. Acesso em: 11 jan. 2019.

CANAN, Felipe; STAREPRAVO, Fernando Augusto; SOUZA, Juliano de. Posições e tomadas de posições na constitucionalização do direito ao esporte no Brasil. *Movimento* (ESEFID/UFRGS), Porto Alegre, p. 1105-1118, set. 2017. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/68924. Acesso em: 4 mar. 2020. https://doi.org/10.22456/1982-8918.68924.

CARAM, Eliana de Mello. Administração Pública e o Desenvolvimento dos Esportes no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. V. 10, n.º 3, p. 3-13, 1989. Disponível em: http://rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/issue/viewIssue/54/26_Resumo_em Anexo. Acesso em: 6 jan. 2019.

CASCO, Ricardo. Ideologia esportiva e formação do indivíduo: contribuições da Teoria Crítica do Esporte. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 29, n.º 2, p. 179-188, Ago. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642018000200179&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 mar. 2020. http://dx.doi.org/10.1590/0103-656420160149.

CASTRO NETTO, David A. Combater a crise com otimismo: a fé na "Revolução de 64" e a esperança de um futuro melhor nos marcos da abertura política (1974 – 1985). In: Congresso Internacional de História, VI, 2013, Paraná. *Anais*... Paraná: UEM, 2013. p. 01-12. Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/326_trabalho.pdf. Acesso em: 06 jan. 2020.

CAVALCANTI, Katia Brandão. A função cultural do esporte e suas ambiguidades sociais. In: DACOSTA, Lamartine Pereira (ed.). *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestras Edições, p. 301-316, 1981.

CAVALCANTI, Katia Brandão. *Esporte para todos*: um discurso ideológico. São Paulo: Ibrasa, 1982. 68 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola de Educação Física e Desportos, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982. Disponível em: http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4011855.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

CAVALCANTI, Katia Brandão. *Esporte para todos*: um discurso ideológico. São Paulo: Ibrasa, 1984.

CAVALCANTI, Péricles. Apresentação. In. DACOSTA, Lamartine Pereira (ed.). *Teoria e prática do Esporte para Todos*. Brasília: SEED/MEC, p. 7, 1983b.

CLAYES, Urbain. *A evolução do conceito de desporto e o fenómeno da participação/não participação*. Lisboa: Coleção desporto e sociedade – antologia de textos, n.º 3, DGD, 1987.

COALTER, Fred. *A Wider Social Role for Sport*. Who's keeping the score? London & New York: Routledge, 2007.

CORBIN, Alain. *A história dos tempos livres*. Lisboa: Editora Teorema, 2001.

CORDEIRO, Janaína Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n.º 43, p. 89-90, jun. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862009000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 4 mar. 2020. https://doi.org/10.1590/S0103-21862009000100005.

CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre*: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CORRÊA, Aline Jorge; SILVA, Marcelo Moraes e; SEVEGNANI, Palmira; FIGUERÔA, Katiuscia Mello; MEZZADRI, Fernando Marinho. O Esporte brasileiro entre dilemas epistemológicos: da acusação à busca por absolvição. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, v. 22, n.º 3, p. 118-125, 2014. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/4802. Acesso em: 14 mai. 2020. http://dx.doi.org/10.18511/0103-1716/rbcm.v22n3p118-125.

CORRÊA, Arlindo Lopes. Mobral – Pedagogia dos homens livres. In. CORRÊA, Arlindo Lopes (ed.). *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro: AGGS: Mobral, p. 15-58, 1979.

COUTO, André Alexandre Guimarães. *A hora e a vez dos esportes: a criação do Jornal dos Sports e a consolidação da imprensa esportiva no Rio de Janeiro (1931-1950)*. 2011. 202 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo,

Universidade Estadual do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011. Disponível em: http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4026972.pdf. Acesso em: 5 fev. 2018.

COUTO, André Alexandre Guimarães. *Cronistas esportivos em campo:* letras, imprensa e cultura no Jornal dos Sports (1950-1958). 2016. 346 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/44724. Acesso em: 4 mar. 2020.

CUBILLAS, Luis Vicente Solar. El "deporte para todos", cuestión de Estado. El deporte para todos en Europa y en España (I) 1/2. *Revista Española de Educación Física y Deportes*. n.º 410, p. 71-89, 2015. Disponível em: https://www.reefd.es/index.php/reefd/article/view/102. Acesso em: 4 mar. 2020.

DACOSTA, Lamartine Pereira. *Diagnóstico da Educação Física/Desportos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Nacional de Material Escolar, 1971.

DACOSTA, Lamartine Pereira. Estrutura e funcionamento do Mobral. In. CORRÊA, Arlindo Lopes (ed.). *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro: AGGS: Mobral, p. 85-130, 1979.

DACOSTA, Lamartine Pereira. *Esportes*. Biblioteca Educação é Cultura. v. 2, Rio de Janeiro: Bloch; Brasília: Ministério das Minas e Energia, 1980e.

DACOSTA, Lamartine Pereira. Introdução: a necessária reflexão. In. DACOSTA, Lamartine Pereira (ed.). *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestras Edições, p. 1-6, 1981a.

DACOSTA, Lamartine Pereira. Princípios do Esporte para Todos. In. DACOSTA, Lamartine Pereira (ed.). *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestras Edições, p. 9-20, 1981b.

DACOSTA, Lamartine Pereira. Bases Institucionais do Esporte para Todos. In. DACOSTA, Lamartine Pereira (ed.). *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestras Edições, p. 21-30, 1981c.

DACOSTA, Lamartine Pereira. Pressupostos Básicos para Atividades de EPT. In. DACOSTA, Lamartine Pereira (ed.). *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestras Edições, p. 33-48, 1981d.

DACOSTA, Lamartine Pereira. A dimensão publicitária do EPT. In. DACOSTA, Lamartine Pereira (ed.). *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestras Edições, p. 187-200, 1981e.

DACOSTA, Lamartine Pereira. Cronologia do Esporte para Todos EPT. In. DACOSTA, Lamartine Pereira (ed.). *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestras Edições, p. 323-326, 1981f.

DACOSTA, Lamartine Pereira. *Educação física e esportes não formais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.

DACOSTA, Lamartine Pereira; TAKAHASHI, George Massao. *Programa Esporte para Todos*. DED/MEC. São Paulo: Odefe, 1978.

DACOSTA, Lamartine Pereira; TAKAHASHI, George Massao. *Fundamentos do Esporte para Todos*. Secretaria de Educação Física e Desporto do MEC, 1983.

DALBEN, André. *Mais do que energia, uma aventura do corpo*: as colônias de férias escolares na América do Sul (1882-1950). 2014. 389 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/319162. Acesso em: 4 mar. 2020.

DIAS, Cleber Augusto Gonçalves. Corrida de Rua no país do Futebol. *Recorde: Revista de História do Esporte*, [S.l.], v. 10, n.º 1, jun. 2017. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/10846/7980. Acesso em: 09 jul. 2019.

DIAS, Cleber Augusto Gonçalves; MELO, Victor Andrade de. Lazer e urbanização no Brasil: notas de uma história recente (décadas de 1950/1970). *Movimento* (ESEFID/UFRGS), Porto Alegre, v. 15, n.º 3, p. 249-271, mai. 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/4557. Acesso em: 4 mar. 2020. http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.4557.

DIECKERT, Jürgen. *Prefácio*. Esporte de Lazer: tarefa e chance para todos. Trad. Maria Lenk. 2 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, p. VII, 1984.

DIECKERT, Jürgen. Uma retrospectiva de (meus) 30 anos de atividade de assessor, de magistério e de pesquisa na formação de professores de Educação Física no Brasil. In. TAFFAREL, Celi Zülke; HILDEBRANDT-STRAMANN, Reiner. *Currículo e Educação Física*: formação de professores e práticas pedagógicas nas escolas. Ijuí: Unijuí, p. 155-163, 2007.

DIECKERT, Jürgen; MONTEIRO, Floriano Dutra. *Parque de lazer e de esporte para todos*. Santa Maria: SEED-MEC / UFSM, 1983.

DIEM, Liselott. Report of a Longitudinal Project in Sport Promotion in Brazil as a Means of Fostering International Understanding. In. ILMARINEN, Maaret. (ed.). *Sport and International Understanding*. Proceedings of the Congress Held in Helsinki, Finland, July 7-10, 1982. Berlin: Springer-Verlag, p. 307-309, 1984.

DIEM, Liselott; MANFRED, LÖCKEN, Manfred, HUMMEL, Siegfried. *Sportförderung in Brasilien*: Bericht über die Förderung des Sports in der Föderativen Republik Brasilien durch die Bundesrepublik Deutschland 1963 bis 1982. Sankt Augustin: Verlag Hans Richarz, p. 228, 1983.

DONNELLY, Peter. Sport and human rights. *Sport in Society*, v. 11, n.º 4, p. 381-394, 2008. Disponível em:

https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17430430802019326. Acesso em: 23 mar. 2020. http://dx.doi.org/10.1080/17430430802019326.

DONNELLY, Peter. 1968 and all that: social change and the social sciences of sport. *Sport in Society*, v. 13, n.º 1, p. 1-5, 2010. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17430430903377649?journalCode=fcss20. Acesso em: 23 mar. 2020. http://dx.doi.org/10.1080/17430430903377649

DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. Série Lazer 3. São Paulo: Sesc, 1980.

EQUIPE TÉCNICA DA COMUNIDADE ESPORTIVA. Colônia de Férias. In. DACOSTA, Lamartine Pereira (ed.). *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestras Edições, p. 77-82, 1981.

FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de. Modelo Alternativo para a Educação Física brasileira. In. DACOSTA, Lamartine Pereira (ed.). *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestras Edições, p. 317-320, 1981.

FARIA JUNIOR, Alfredo Gomes de. Reflexões sobre a Educação Física brasileira – a Carta de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 23, n.º 1, p. 19-31, set. 2001. Disponível em: http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/317. Acesso em: 20 fev. 2020.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1995.

FERNANDES, José Aparecido de O.. Matroginástica. In. DACOSTA, Lamartine Pereira (ed.). *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestras Edições, p. 55-66, 1981b.

FERRAZ, Marcus V. Marques. Inquietações acerca da cerca que cerca o conhecimento em Educação Física ou considerações Históricas sobre o campo de conhecimento da Educação Física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte.* V. 21 n.º 1, p. 1225-1231, set. 1999. Disponível em: http://www.rbceonline.org.br/pt-scielo. Acesso em: 10 jan. 2019.

FLORENZANO, José Paulo. *A democracia corinthiana*: práticas de liberdade no futebol brasileiro. São Paulo: Fapesp/Educ, 2009.

FÖLDESI, Gyöngyi Szabo. From Mass Sport to the “Sport for All” Movement in the “Socialist” Countries in Eastern Europe. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 26, n.º 4, p. 239-257, 1991. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/101269029102600402. Acesso em: 15 jan. 2019. https://doi.org/10.1177/101269029102600402.

FONSECA, Anderton Taynan Rocha; SANTOS, Fernanda Cristina dos. O regime militar brasileiro e as políticas para Educação Física e Esportes: Um olhar sobre a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (1971-1974). *Caderno de Resumos - VI Encontro de Pesquisa em História da UFMG (VI EPHIS)*. Belo Horizonte: Departamento de História - FAFICH/UFMG, p. 481-488, 2017.

FRAGA, Alex Branco. *Exercício da informação*: governo dos corpos no mercado da vida ativa. Campinas: Autores Associados, 2006.

FRANZINI, Fabio. A futura paixão nacional: chega o futebol. In: MELO, Victor Andrade de; PIORE, Mary Del (org.). *História do esporte no Brasil*: do Império aos dias atuais. São Paulo: UNESP, p. 107-132, 2009.

GABORIAU, Philippe. *Les trois âges du vélo en France*. Vingtième Siècle, Revue d'Histoire, n.º 29, p. 17-34, 1991. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/xxs_0294-1759_1991_num_29_1_2335. Acesso em: 4 mar. 2020.

GALANTE, Regiane Cristina. Memórias do Celazer: influências e contribuições para os estudos do lazer no Brasil. 2018. 122 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/331732. Acesso em: 27 fev. 2020.

GOES, Gil; DACOSTA, Lamartine Pereira; PAIM, Lygia; BLOIS, Sônia Silveira; STEINHILBER, Jorge; TAKAHASHI, George Massao. *II Congresso Brasileiro de Esporte para Todos*. Belo Horizonte: Rede EPT/SUEPT/SEED/MEC, 1984.

GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In. ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 35-70, 2011.

GOMES, Christianne Luce. *Significados de recreação e lazer no Brasil:* Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). 2003. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/HJPB-5NVJWV. Acesso em: 20 jan. 2020.

GOMES, Christianne Luce. *Lazer e trabalho*. Brasília: Sesi/DN, 2005.

GOMES, Christianne Luce, PINTO, Leila. O lazer no Brasil: Analisando práticas culturais cotidianas, acadêmicas e políticas. In: GOMES, C. et al (Org.). *Lazer na América Latina/Tiempo libre, ocio y recreación en Latinoamérica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 67-122, 2009. Disponível em: https://grupootium.files.wordpress.com/2011/06/livro-1-lazer-brasil.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

GOMES, Leonardo Ribeiro. *"Progredir sempre"*. Os jovens rurais mineiros nos Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir) – (1952-1974). 2013. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9EAGMS. Acesso em: 20 out. 2019.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; BRACHT, Valter; CAPARROZ, Francisco Eduardo; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. Sentidos e significados do ensino do esporte na educação física escolar: deslocamentos históricos e proposições contemporâneas. In. MARINHO, Alcyane; NASCIMENTO, Juarez Vieira do; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli (orgs.). *Legados do esporte brasileiro*. Florianópolis: Ed. da UDESC, p. 121-162, 2014.

GREEN, Mick. From 'Sport for All' to Not About 'Sport' at All?: Interrogating Sport Policy Interventions in the United Kingdom. *European Sport Management Quarterly*, v. 6, n.º 3, p. 217-238, 2006. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/16184740601094936. Acesso em: 10 dez. 2018. http://dx.doi.org/10.1080/16184740601094936.

GREEN, Mick; & HOULIHAN, Barrie. *Elite Sport Development*: Policy Learning and Political Priorities, London: Routledge, 2005.

GRUHN, Almir Adolfo. Resumo histórico da Fiep no brasil (1949-2010). *FIEP Bulletin*. Vol. 79, n.º 2-3, p. 8-24, 2009. Disponível em: http://www.fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/view/2551/4962. Acesso em: 22 abr. 2019.

GUEDES, Simoni Lahud. Futebol e identidade nacional: reflexões sobre o Brasil. In: MELO, Victor Andrade de; PIORE, Mary Del (org.). *História do esporte no Brasil*: do Império aos dias atuais. São Paulo: UNESP, p. 453-480, 2009.

GUTTMANN, Allen. *The Olympics: A History of the Modern Games.* Front Cover. University of Illinois Press, 1992.

GUTTMANN, Allen. *From ritual to record*: The nature of modern sports. Columbia University Press, 2004.

HARDMAN, Ken. Context for sport and physical education in Germany. In. NAUL, Roland; and HARDMAN, Ken. *Sport and Physical Education in Germany*. Routledge/ISCPES: London and New York, p. 01-14, 2005.

HARTMANN-TEWS, Ilse. The idea of sport for all and the development of organised sport in Germany and Great Britain. *Journal of European Area Studies*, v. 7, n.º 2, p. 145-156, 1999. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02613539908455854. Acesso em: 10 jan. 2019. http://dx.doi.org/10.1080/02613539908455854.

HENRY, Ian. Sports development and adult mass participation: The roles of international organisations. In. HOULIHAN, Barrie and GREEN, Mick. *Routledge Handbook of Sports Development*. Routledge: New York, NY, p. 267-279, 2011.

HIRAI, Maki. *O esporte e sua inserção no sistema de espaços livres paulistano*. 2009. 110 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-24032010-150822/pt-br.php. Acesso em: 25 fev. 2020.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. O cor-de-rosa: ascensão, hegemonia e queda do Jornal dos Sports entre 1930 e 1980. In: HOLLANDA, Bernardo Buarque de e MELO, Victor Andrade de. *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 80-106, 2012.

HOULIHAN, Barrie. *Sport, policy and politics*: a comparative analysis. London and New York: Routledge, 1997.

HOULIHAN, Barrie. Politics and Sport. In. COAKLEY, Jay; DUNNING, Eric (editors). *Handbook of Sport Studies*. London: Sage Publications, p. 213-227, 2000.

HOULIHAN, Barrie; & WHITE, Anita. *The Politics of Sports Development:* Development of sport or development through sport? London and New York: Routledge, 2005.

HOULIHAN, Barrie & GREEN. *Comparative Elite Sport Development, Systems, Structures and Public Policy*, London, Elsevier, 2008.

ICSPE/UNESCO. *'Sport for all' programmes throughout the world*. A report prepared by professor Peter McIntosh for the International Council of Sport and Physical Education for submission to UNESCO in November, 1980.

JANUÁRIO, Carlos. Políticas Públicas: modelos de desenvolvimento desportivo nos municípios da Área Metropolitana do Porto. *AGIR - Revista Interdisciplinar de Ciências Sociais e Humanas*. Ano 1, Vol. 1, n.º 3, set. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/10167707/Pol%C3%ADticas_Públicas_modelos_de_desenvolvimento_desportivo_nos_munic%C3%ADpios_da_Área_Metropolitana_do_Porto?auto=download. Acesso em: 10 ago. 2019.

JESPERSEN, Ejgil. Sport for All Frail bodies. *Physical Culture and Sport. Studies and Research.* V. 65, n.º 1, p. 74-85, 2015. Disponível em: https://content.sciendo.com/view/journals/pcssr/65/1/article-p74.xml?lang=en. Acesso em: 23 mar. 2020. https://doi.org/10.1515/pcssr-2015-0013.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Construindo a Cidade Moderna: A introdução dos Esportes na Vida Urbana do Rio de Janeiro. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n.º 23, p. 17-40, jul. 1999. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2086/1225. Acesso em: 12 jun. 2019.

KEECH, Marc. Sport and adult mass participation in England. In. HOULIHAN, Barrie and GREEN, Mick. *Routledge Handbook of Sports Development*. Routledge: New York, p. 217-230, 2011.

KEYS, Barbara. The Early Cold War Olympics, 1952–1960: Political, Economic and Human Rights Dimensions. In. LENSKYJ, Helen Jefferson; WAGG, Stephen (editors). *The Palgrave Handbook of Olympic Studies*. London & New York: Palgrave Macmillan, p. 72-87, 2012.

KIDD, Bruce; & DONNELLY, Peter. Human rights in sport. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 35, n.º 20, p. 131-148, 2000. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/101269000035002001. Acesso em: 4 mar. 2020. https://doi.org/10.1177/101269000035002001.

DE KNOP, Paul; RENSON, Roland; TAKS, Marijke; & VANREUSEL, Bart. Sport voor Allen (Sport for All). In: KNOP, Paul; SCHEERDER, Jeroen; & VANREUSEL, Bart (Eds.). *Sportsociologie, het Spel en de Spelers (Sociology of Sport, the Play and the Players)*. Bohn Stafleu van Loghum, Houten, 2016. p. 237- 257.

KONDER, Cristina. Um olhar feminino no Jornal dos Sports. In: JORNALISMO ESPORTIVO: Os craques da emoção. *Cadernos da Comunicação*. Série Estudos. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: A Secretaria, p. 21-26, 2004.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979

KUNZ, Elenor; HILDEBRANDT-STRAMANN, Reiner (orgs.). *Intercâmbios científicos internacionais em Educação Física e Esportes*. Ijuí: Unijuí, 2004.

LAGO, Luciana Corrêa do. Desigualdade socioespacial e mobilidade residencial: a metrópole do Rio de Janeiro nos anos 80. *Cadernos Metrópole*, [S.l.], n.º 02, p. 11-40, maio 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/9322. Acesso em: 4 mar. 2020.

LINHALES, Meily Assbu. *Trajetória Política do Esporte no Brasil*: interesses envolvidos, setores excluídos. 1996. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996. Disponível em: http://cev.org.br/biblioteca/a-trajetoria-politica-esporte-brasil-interesses-envolvidos-setores-excluidos/. Acesso em: 4 mar. 2020.

LOHBAUER, Christian. *Brasil-Alemanha*: fases de uma parceria (1964-1999). São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

LUCA, Tânia Regina de. *Indústria e trabalho na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

LUCENA, Ricardo de F. *Esporte na cidade*: aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas: Autores Associados, 2001.

MAGALHÃES, Lívia Gonçalves. *Com a taça nas mãos*: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

MAGNANE, Georges. *Sociologia do Esporte*. São Paulo: Perspectiva, 1969.

MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de Esportes no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MANZENREITER, Wolfram. Sport Mega-Events. In. GIULIANOTTI, Richard (ed.). *Routledge Handbook of the Sociology of Sport*. London and New York: Routledge, p. 355-365, 2015.

MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Sociology of Sport: Brazil. In: YOUNG, Kevin. (org.). *Sociology of Sport*: a global subdiscipline in review. V. 09, London, UK: Emerald Group Publishing Limited, p. 391-404, 2017.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. A transição do esporte moderno para o esporte contemporâneo: tendência de mercantilização a partir do final da Guerra Fria. In: Encontro da Asociación Latinoamericana de Estudios Sociales del Deporte, 1º., 2008, Paraná. *Anais*... Paraná: UFPR – Departamento de Educação Física, 2008. Disponível em: http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/a-transicao-esporte-moderno-para-o-esporte-contemporaneo-tendencia-mercantilizacao-partir-final-guerra-fria.pdf. Acesso em: 5 mar. 2020.

MARTINES, Isabel Cristina; FUGI, Nataly de Carvalho; SOUZA, Juliano de. O Programa de Pesquisa de José María Cagigal para o Campo da Educação Física. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, Porto Alegre, p. e26013, mar. 2020. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/92691/56271. Acesso em: 24 mar. 2020. https://doi.org/10.22456/1982-8918.92691.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História* [online], v. 22, n.º 1, p. 59-79, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742003000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 4 mar. 2020. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742003000100003.

MARTINS, Luciano. A "liberalização" do regime autoritário do Brasil. In. O'DONNEL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (orgs.). *Transições do regime autoritário*: América Latina. São Paulo: Vértice, p. 108-139, 1988.

MATHEUS, Letícia Cantarela. *Comunicação, tempo, história*: Tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. 2010. 272 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFF-2_7152f01922013e450c4e2244ef4e4934. Acesso em: 4 mar. 2020.
30
MATOS, Heloiza. O discurso político oculto na comunicação do Governo Médici. *Líbero*, v. 6, n.º 12, p. 54-64, 2003. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001456466. Acesso em: 4 mar. 2020.

MATSUDO, Victor Keihan Rodrigues; CRUCIANI, Fernanda; MATSUDO, Sandra Mahecha (orgs.). CELAFISCS: 1974-2004: 30 anos contribuindo com as ciências do esporte e da atividade física. São Caetano do Sul: CELAFISCS, 2004.

MAZO, Janice Zarpelon. Memórias da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS): um estudo do período de sua fundação até a federalização (1940-1969). *Movimento (ESEFID/UFRGS)*,

Porto Alegre, v. 11, n.º 1, p. 143-167, dez. 2005. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2857/1471. Acesso em: 4 mar. 2020. https://doi.org/10.22456/1982-8918.2857.

MCDONALD, Ian. Marxist and Neo-Marxist Approaches on Sport. In. GIULIANOTTI, Richard. Routledge Handbook of the Sociology of Sport. London and New York: Routlegde, p. 40-49, 2015.

MCINTOSH, Peter. *"Sport for All" programmes throughout the world*. [s.l.]: ICSPE/UNESCO, 1980. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000500/050052eb.pdf. Acesso em: 11 set. 2018.

MCINTOSH, Peter; & CHARLTON, Valerie. *The Impact of Sport for All Policy (1966-1984) and a Way Forward*. London: Sports Council, 1985.

MEDEIROS, Moíza Siberia Silva de. *Primeiro-Dinamismo no Ceará:* Luíza Távora na gestão do social. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Humanidade e Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, 2012. Disponível em: http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/dissertacao_moiza_siberia.pdf. Acesso em: 4 mar. 2020.

MEDINA, João Paulo S.. *Educação Física cuida do corpo...e "mente"*: novas contradições e desafios do século XXI. 25 ed., Campinas: Papirus, 2010.

MELO, Victor Andrade. *Escola Nacional de Educação Física e Desportos:* uma história possível. 1996. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4015916.pdf. Acesso em: 4 mar. 2020.

MELO, Victor Andrade. *Cidade sportiva*: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2001.

MELO, Victor Andrade. Corpos, bicicletas e automóveis: outros esportes na transição dos séculos XIX e XX. In: MELO, Victor Andrade de; PIORE, Mary Del (org.). *História do esporte no Brasil*: do Império aos dias atuais. São Paulo: UNESP, p. 71-106, 2009.

MELO, Victor Andrade. Causa e consequência: esporte e imprensa no Rio de Janeiro do século XIX e década inicial do século XX. In. HOLLANDA, Bernardo Buarque de e MELO, Victor Andrade de. *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 21-51, 2012.

MELO, Victor Andrade; FORTES, Rafael. História do esporte: panorama e perspectivas. *Fronteiras*, v. 12, n.º 22, p. 11-35, jul./dez. 2010. Disponível em: http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1180. Acesso em: 26 set. 2018.

MELO, Victor Andrade; SANTOS JUNIOR, Nei Jorge. O esporte nos arrabaldes do Rio de Janeiro: o cricket em bangu (1904-1912). *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, Porto Alegre, p. 843-858, set. 2018. ISSN 1982-8918. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/77680. Acesso em: 04 mar. 2020. https://doi.org/10.22456/1982-8918.77680.

MELO FILHO, Álvaro. Desporto e Constituinte. In. TUBINO, Manoel José Gomes; FERREIRA, Vera Lucia Costa; CAPINUSSU, José Maurício. *Homo Sportivus*. Coleção Especial de Educação Física e Desportos. Vol. 5, Rio de Janeiro: Palestra Edições Desportivas, p. 53-58, 1988.

MENEZES, Nívea Maria Silva. *Uma leitura da educação do corpo promovida no programa esporte para todos no Brasil*. 2013. 169 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Metodista, Piracicaba, 2013. Disponível em: http://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/visualiza.php?cod=MTA3Mw==. Acesso em: 4 mar. 2020.

MEZZADRI, Fernando Marinho. *A estrutura esportiva no Estado do Paraná*: da formação dos clubes esportivos às atuais políticas governamentais. 2000. 169 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/275394. Acesso em: 4 mar. 2020.

MEZZADRI, Fernando Marinho; MORAES E SILVA, Marcelo; FIGUÊROA, Katiuscia Mello; STAREPRAVO, Fernando Augusto. Sport Policies in Brazil. *International Journal of Sport Policy and Politics*, v. 07, n.º 04, p. 655-666, 2015. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19406940.2014.937737. Acesso em: 4 mar. 2020. https://doi.org/10.1080/19406940.2014.937737.

MILLEN NETO, Alvaro Rego. *Alfredo Gomes de Faria Júnior e a Educação Física brasileira nos anos 1960 e 1970:* uma história que se conta. 2006. 242 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2006.

MILLEN NETO, Alvaro Rego; e SOARES, Antonio Jorge. Alfredo Gomes de Faria Junior and the Brazilian Physical Education in the years 1960 and 1970: a history that is counted. *FIEP Bulletin*, v. 77, Special Edition, p. 250-253, 2007. Disponível em: http://www.fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/view/4174. Acesso em: 03 fev. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria de Educação Física e Desportos. *Teoria e Prática do Esporte para Todos (1982-1983)*. Rio de Janeiro: Rede EPT, 1983.

MIRANDA, Pontes de. Escorço Histórico. In. MELO FILHO, Álvaro (org.). *O desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira*. São Paulo: Malheiros Editores, p. 18-33, 1995.

MORAES E SILVA, Marcelo. *Novos modos de olhar outras maneiras de se comportar*: a emergência do dispositivo esportivo da cidade de Curitiba (1899-1918).

2011. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2011. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/250966. Acesso em: 4 mar. 2020.

MUNHOZ, Virna Carolina Carvalho. Ruas de Lazer. In. GOMES, Christianne Luce (Org). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 203-206, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 43, n.º 2, p. 346-366, mai./ago. 2017. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24766. Acesso em: 5 mar. 2020. http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2017.2.24766.

NASCIMENTO, Edriane Lima do. *Políticas Públicas e Esporte Educacional: adeus ao atleta na escola?* 2016. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21439/1/2016_EdrianeLimadoNascimento.pdf. Acesso em: 5 mar. 2020.

NAVARRO, Vicente. Welfare e "keynesianismo militarista" na era Reagan. *Lua Nova*, São Paulo, n.º 24, p. 189-210, set. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 mar. 2020. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451991000200010.

NICHOLSON, Matthew; HOYE, Russell; HOULIHAN, Barrie (eds). *Participation in Sport*. London and New York: Taylor & Francis e-Library, 2010.

NUNES, Ricardo João Sonoda. *"Sport for All":* as relações entre Sesi e CSIT no campo esportivo (1996-2011). 2012. 1029 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/29285. Acesso em: 5 mar. 2020.

OLIVEIRA, Raphael. *Otimismo em tempos de repressão:* A publicidade inspirada na propaganda do Governo Médici. 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/td/1805.pdf. Acesso em: 3 abr. 2020.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Cadernos de Pesquisa.* São Paulo, n.º 103, p. 144-161, jul. 1998. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/723. Acesso em: 10 abr. 2019.

PALM, Jürgen. A situação atual do esporte para todos internacional. In. DIECKERT, Jürgen. *Esporte de lazer*: tarefa e chance para todos. 2 ed., Rio de Janeiro: Ao livro técnico, p. 163-172, 1984.

PALM, Jürgen. Sport for All: A worldwide trend in the leisure life of the eighties. *World Leisure & Recreation*, v. 27, n.º 5, p. 16-22, 1985. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10261133.1985.10558902. Acesso em: 5 mar. 2020. http://dx.doi.org/10.1080/10261133.1985.10558902.

PALM, Jürgen. New Sport for All programmes and the Olympic Movement. In. International Olympic Academy. *Sport for All and the Olympic philosophy*. p. 78-80, 1991. Disponível em: https://docplayer.net/87536875-International-olympic-academy-thirty-first-session-16th-31st-july-1991-sport-for-all-and-the-olympic-philosophy.html. Acesso em: 15 ago. 2018.

PAZIN, Nailze Pereira de Azevêdo. *Do Esporte para Todos à constituição de uma pedagogia corporal no Brasil (1970-1985)*. 2004. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88014. Acesso em: 5 mar. 2020.

PAZIN, Nailze Pereira de Azevêdo. *Esporte para Todos (EPT)*: a reinvenção da alegria brasileira (1971-1985). 2014. 304 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/130948. Acesso em: 5 mar. 2020.

PAZIN, Nailze Pereira de Azevêdo. Esporte para Todos (EPT): a reinvenção da alegria brasileira (1971-1985). In. Simpósio Nacional de História, XXVIII, 2015, Santa Catarina. *Anais*... Santa Catarina: UFSC e UDESC, 2015, p. 01-10. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434322747_ARQUIVO_textocompletoAnpuh2015.pdf. Acesso em: 06 jan. 2020.

PAZIN, Nailze Pereira de Azevêdo; FREITAS, Denize Pereira de Azevêdo. Esporte para Todos e a educação dos sentidos na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). In. MARTA, Felipe Eduardo Ferreira; MUSSI, Leila Maria Prates Teixeira; CARDOSO, Berta Leni Costa (Orgs.). *História do Esporte*: cultura, política, gênero e economia. Goiânia: Kelps, p. 131-146, 2017.

PEIXOTO, Elza. Levantamento do estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI - alguns apontamentos. *Educação & Sociedade*, v. 28, n.º 99, p. 561-586, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000200014&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 mar. 2020. https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000200014.

PEREIRA, Ely Shulz. O Sistema de Supervisão Global. In. CORRÊA, Arlindo Lopes (ed.). *Educação de massa e ação comunitária*. Rio de Janeiro: AGGS: Mobral, p. 195-238, 1979.

PHILLPOTS, Lesley. Sports development and young people in England. In. HOULIHAN, Barrie and GREEN, Mick. *Routledge Handbook of Sports Development*. Routledge: New York, NY, p. 131-142, 2011.

PINTO, Jocélio Fernandes. *Representações de Educação Física e esporte na ditadura militar*: uma leitura a partir da revista de história em quadrinhos Dedinho (1969-1974). 2003. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-85DJ5B. Acesso em: 15 ago. 2019.

PRIETO, Cazorla. Constitucionalização do Desporto. In. MELO FILHO, Álvaro (org.). *O desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira*. São Paulo: Malheiros Editores, p. 34-62, 1995.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Brohm e a organização capitalista do esporte. In. PRONI, Marcelo Weishaupt; LUCENA, Ricardo de Figueiredo (orgs.). *Esporte*: história e sociedade. Campinas: Autores Associados, p. 31-62, 2002.

REI, Bruno Duarte. Imprensa de educação e ensino e educação física escolar no brasil (1976-1979): reflexões a partir de um relato de experiência acadêmica. *Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde*, Campinas, SP, v. 16, n.º 1, p. 85-96, mai. 2018. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8649710. Acesso em: 26 abr. 2019. https://doi.org/10.20396/conex.v16i1.8649710.

REI, Bruno Duarte; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; LÜDORF, Sílvia Maria Agatti. Lutas de representações sobre o desenvolvimento de uma prática: a educação física escolar brasileira em revista (1976-1979). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 32, n.º 2, p. 203-228, jun. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000200203&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 mar. 2020. https://doi.org/10.1590/0102-4698144239.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REIS, Daniel Aarão. Introdução: As marcas do período. In. REIS, Daniel Aarão (coord.). *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010. Vol. 5. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 23-30, 2014a.

REIS, Daniel Aarão. A vida política: entre a ditadura e democracia: da modernização conservadora ao reformismo moderado, 1960-2010. In. REIS, Daniel Aarão (coord.). *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010. Vol. 5, Rio de Janeiro: Objetiva, p. 75-126, 2014b.

REQUIXA, Renato. *As dimensões do lazer*. Brasília: Sesi, Departamento Nacional, 1973.

REQUIXA, Renato. *O Lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

REQUIXA, Renato. *Sugestão de Diretrizes para uma Política Nacional de Lazer*. Série Lazer, 2. São Paulo: Biblioteca Científica – Sesc, 1980b.

REZENDE, Maria José de. *A Ditadura Militar no Brasil*: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984 [livro digital]. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestao_leitura/ditadura.pdf. Acesso em: 22 out. 2019.

RIBEIRO, Newton H. Introdução. In. BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Rede Esporte para Todos – Brasil*: Catálogo de Agentes e de Publicações para Cooperação Técnica Nacional e Internacional. Rio de Janeiro: Central de Difusão da Rede EPT, p. 9-11, 1985.

RITCHIE, Ian. Social Class and Sport. In. GIULIANOTTI, Richard (ed.). *Routledge handbook of the sociology of sport*. London & New York: Routledge, p. 210-219, 2015.

RIVERO-HERRAIZ, Antonio; SÁNCHEZ-GARCIA, Raul. José María Cagigal y su legado: una visión de la Educación Física desde las Ciencias Sociales. *The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport (ALESDE)*, [S.l.], v. 9, n.º 1, p. 64-71, set. 2018. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/60906. Acesso em: 22 ago. 2019. http://dx.doi.org/10.5380/jlasss.v9i1.60906.

ROCHA, Luiz Guilherme Burlamaqui Soares Porto. Os empresários, a pátria e a bola: nacionalismo, organização empresarial e o financiamento da seleção brasileira de futebol de 1970. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 32, n.º 68, p. 655-674, dez. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862019000300655&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 mar. 2020. http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942019000300006.

ROJO, Jeferson Roberto; STAREPRAVO, Fernando Augusto; CANAN, Felipe; MEZZADRI, Fernando Marinho; MORAES E SILVA, Marcelo. Transformações no modelo de Corridas de Rua no Brasil: um estudo na "Prova Rústica Tiradentes". *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, v. 25, n.º 1, p. 19-28, 2017a. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/6126. Acesso em: 5 mar. 2020. http://dx.doi.org/10.18511/rbcm.v25i1.6126.

ROJO, Jeferson Roberto; STAREPRAVO, Fernando Augusto; MEZZADRI, Fernando Marinho; MORAES E SILVA, Marcelo. Corrida de rua: reflexões sobre o "universo" da modalidade. *Corpoconsciência*, v. 21, n.º 3, p. 82-96, dez. 2017b. Disponível em: http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/5090. Acesso em: 05 mar. 2020.

SALGADO, Luiz Rogério. Projeto Rondon. In. DACOSTA, Lamartine Pereira (ed.). *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestras Edições, p. 253-254, 1981.

SÁNCHEZ, José Antonio Serrano. Una concepción social del deporte. El deporte para todos. *Apunts: Educación Física I Esports*. n.º 29, p. 18-30, 1992. Disponível em: https://www.revista-apunts.com/es/hemeroteca?article=963. Acesso em: 10 jan. 2019.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. *O prazer justificado* - História e Lazer (São Paulo, 1969/1979). São Paulo: Marco Zero: 1994.

SANTINI, Silvino. *Educação Física*: uma abordagem filosófica da corporeidade. 2 ed., Ijuí: Unijuí, 2003.

SANTOS, Fernanda Cristina dos. *Bola em jogo entre Brasil e República Federal da Alemanha*: cientificidade e modelagem pedagógica na formação de professores na Escola de Educação Física da UFMG (1963-1982). 2017. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/BUOS-AQQJLK. Acesso em: 5 mar. 2020.

SANTOS, Flavia da Cruz. *Procurando o lazer na constituinte*: sua inclusão como direito social na constituição de 1988. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/274713. Acesso em: 5 mar. 2020.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo:* uma história institucional da CBF. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2006. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1669.pdf. Acesso em: 2 abr. 2020.

SILVA. Claiton Márcio da. Discursos sobre a juventude rural participante de Clubes 4-S. *Revista Esboços.* Florianópolis, v. 9, n.º 9, p. 143-156, 2001. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/viewFile/568/9840. Acesso em: 5 mar. 2020.

SILVA, Marina Guedes Costa. Uma história da recreação (1952-1970): constituição inicial da disciplina na Escola de Educação Física de Minas Gerais. In. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, VI, 2006, Minas Gerais. *Anais*... Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia, 2006, p. 4639-4650.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. A operação midiográfica: A produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. 2011. 319 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/td/1296.pdf. Acesso em: 11 mar. 2020.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Trad. Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKILLE, Eivind Å. Sport for all in Scandinavia: sport policy and participation in Norway, Sweden and Denmark. *International Journal of Sport Policy and Politics*, v. 3, n.º 3, p. 327-339, 2011. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19406940.2011.596153. Acesso em: 5 mar. 2020. http://dx.doi.org/10.1080/19406940.2011.596153.

SOARES, Carmen Lúcia. Pedagogias do Corpo: higiene, ginástica e esporte. In: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 75-85, 2006.

SOUZA, Juliano de. Da força do argumento ou do argumento de força? Notas para repensar a produção teórico-crítica em Educação Física no Brasil. *The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport (ALESDE)*, [S.l.], v. 9, n.º 1, p. 108-127, set. 2018. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/60011. Acesso em: 18 out. 2019. http://dx.doi.org/10.5380/jlasss.v9i1.60011.

SOUZA Juliano; OLIVEIRA Vinícius M.; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. A "família intelectual" marxista e os estudos sociais do esporte no Brasil – recepção, rotinização e implicações epistemológicas. *Rev. Bras. Ciências do Movimento*, v. 26, n.º 2, p. 103-112, 2018. Disponível em: https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/8545. Acesso em: 5 mar. 2020.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. *Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil*: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. 2011. 422 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26132/POLITICAS+PUBLICAS+DE+ESPORTE+E+LAZER+NO+BRASIL.pdf;jsessionid=F1C101E0B81BB648FA3076C4552B9FE6?sequence=1. Acesso em: 5 mar. 2020.

STIGGER, Marco Paulo. *Esporte, lazer e estilos de vida*: um estudo etnográfico. Campinas: Autores Associados, chancela editorial Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), 2002.

STRUNA, Nancy. Social History and Sport. In: COAKLEY, Jay; DUNNING, Eric (eds.). *Handbook of Sports Studies*. London: Sage, p. 187-203, 2000.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. *A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968–1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba*: entre a adesão e a resistência. 2001. 398 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10284. Acesso em: 5 mar. 2020.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. O esporte brasileiro em tempos de exceção: sob a égide da Ditadura (1964-1985). In: MELO, Victor Andrade de; PIORE, Mary Del (org.). *História do esporte no Brasil*: do Império aos dias atuais. São Paulo: UNESP, p. 387-416, 2009.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Esporte e política na ditadura militar brasileira: a criação de um pertencimento nacional esportivo. *Movimento (ESEFID/UFRGS)*, v. 18, n.º 4, p. 155-174, out./dez. 2012. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/32108. Acesso em: 03 jul. 2019. https://doi.org/10.22456/1982-8918.32108.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. Análise Crítica. In. GOES, Gil; DACOSTA, Lamartine Pereira; PAIM, Lygia; BLOIS, Sônia Silveira; STEINHILBER, Jorge; TAKAHASHI, George Massao. *II Congresso Brasileiro de Esporte para Todos*. Belo Horizonte: Rede EPT/SUEPT/SEED/MEC, p. 131-132, 1984.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. *Criatividade nas aulas de Educação Física*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico S/A, 1985.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. Perspectivas para a continuidade do desenvolvimento da ciência do esporte no Brasil com enfoque na formação de professores da Educação Física escolar. In. KUNZ, Elenor; HILDEBRANDT-STRAMANN, Reiner (orgs.). *Intercâmbios científicos internacionais em Educação Física e Esportes*. Ijuí: Unijuí, p. 85-132, 2004.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. Jurgen Dieckert. *Motriviência*, Florianópolis, v. 27, n.º 45, p. 298-300, out. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/41144. Acesso em: 14 jan. 2019.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; HILDEBRANDT-STRAMANN, Reiner (orgs.). *Currículo e Educação Física*: formação de professores e práticas pedagógicas nas escolas. Ijuí: Unijuí, 2007.

TAKAHASHI, George Massao. Fundamentos da mobilização no EPT. In. DACOSTA, Lamartine Pereira (ed.). *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestras Edições, p. 171-176, 1981b.

TAKAHASHI, George Massao. *Resposta de uma comunidade carente a um programa de atividades esportivas não formais – EPT*. 1984. 64 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de São Paulo, 1984.

TARGA, Jacintho. O que é a FIEP? *FIEP Bulletin*. v. 82, n.º 3, p. 24-29, 2012. Disponível em: http://http://www.fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/view/3500/6810. Acesso em: 22 abr. 2019.

TELLES, Sílvio de Cássio Costa. *A construção do campo do conhecimento sobre as atividades físicas para idosos no Brasil*. 2008. 186 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://cev.org.br/biblioteca/a-construcao-campo-conhecimento-sobre-as-atividades-fisicas-para-idosos-brasil/. Acesso em: 5 mar. 2020.

TEIXEIRA, Sérgio. O lazer e a recreação na revista brasileira de educação física e desportos como dispositivos educacionais (1968-1984). 2008. 251 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13716/1/Sergio.pdf. Acesso em: 5 mar. 2020.

TEIXEIRA, Sérgio. *Programas Esportivos no Estado Militar:* ações do "Esporte para Todos" para educação popular (1973-1990). 2015. 343 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13702. Acesso em: 5 mar. 2020.

TERRET, Thierry. *Histoire du sport*. Paris: Presses Universitaires de France, 2019.

TORRES, Cesar R.; DYRESON, Mark. The Cold War Games. In. YOUNG, Kevin; WAMSLEY, Kevin B. *Global Olympic:* historical and sociological studies of the modern games. Volume 3, Oxford: Elsevier, p. 59-82, 2005.

TORRI, Danielle; VAZ, Alexandre Fernandez. Do centro à periferia: sobre a presença da teoria crítica do esporte no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Florianópolis, SC, v. 28, n.º 1, jul. 2008. Disponível em: http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/46. Acesso em: 05 jul. 2018.

TROEGER, Walter. Sport for All: aims and expected influence on the Olympic Movement. In. International Olympic Academy. *Sport for All and the Olympic philosophy*. p. 72-77, 1991. Disponível em: https://docplayer.net/87536875-International-olympic-academy-thirty-first-session-16th-31st-july-1991-sport-for-all-and-the-olympic-philosophy.html. Acesso em: 15 ago. 2018.

TUBINO, Manoel José Gomes. *Os conceitos de eficiência e eficácia como orientadores administrativos de cursos de graduação em Educação Física*. Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1977. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002228.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

TUBINO, Manoel José Gomes. Apresentação. In: DACOSTA, Lamartine Pereira (ed.). *Teoria e prática do esporte comunitário e de massa*. Rio de Janeiro: Palestras Edições, 1981.

TUBINO, Manoel José Gomes. Apresentação. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Uma nova política para o desporto brasileiro* – esporte brasileiro, questão de Estado (Comissão de Reformulação do Desporto – Relatório Conclusivo). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Física e Desporto, p. 5-10, 1985a.

TUBINO, Manoel José Gomes. As perspectivas atuais do Movimento Desportivo Internacional. In. TUBINO, Manoel José Gomes; FERREIRA, Vera Lucia Costa; CAPINUSSU, José Maurício. *Homo Sportivus*. Coleção Especial de Educação Física e Desportos. Volume 03. Rio de Janeiro: Palestra Edições Desportivas, p. 25-34, 1985b.

TUBINO, Manoel José Gomes. *Teoria geral do esporte*. São Paulo: Ibrasa, 1987.

TUBINO, Manoel José Gomes (Org.). *Repensando o esporte brasileiro*. São Paulo: Ibrasa, 1988a.

TUBINO, Manoel José Gomes (Org.). *A Constituição e o direito ao esporte*. In. TUBINO, Manoel José Gomes; FERREIRA, Vera Lucia Costa; e CAPINUSSU, José

Maurício. *Homo Sportivus*. Coleção especial de Educação Física e Desportos. v. 05. Rio de Janeiro: Palestra Edições Desportivas, p. 51-52, 1988b.

TUBINO, Manoel José Gomes. Uma visão paradigmática das perspectivas do esporte para o início do século XXI. In. MOREIRA, Wagner Wey (org.). *Educação Física & Esportes*: perspectivas para o século XXI. 17 ed., Campinas: Papirus, p. 125-139, 1992.

TUBINO, Manoel José Gomes. *O esporte no Brasil*: do período colonial aos nossos dias. São Paulo: IBRASA, 1996.

TUBINO, Manoel José Gomes. Os impactos do fenômeno do esporte na sociedade contemporânea. In: MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina (org.). *Fenômeno esportivo no início de um novo milênio*. Piracicaba: Unimep, p. 247-253, 2000.

TUBINO, Manoel José Gomes. *500 anos de legislação esportiva brasileira*: do Brasil-Colônia ao início do século XXI. Rio de Janeiro: Shape, 2002.

TUBINO, Manoel José Gomes. Fiep – 80 anos de compromisso com a Educação Física. *FIEP Bulletin*. v. 73, n.º 1-2, p. 13-23, 2003a. Disponível em: http://www.fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/view/2583. Acesso em: 02 abr. 2018.

TUBINO, Manoel José Gomes. Movimento Esporte para Todos: da contestação do esporte de alto nível a atual promoção da saúde. *FIEP Bulletin*. v. 73, n.º 3, p. 24-29, 2003b. Disponível em: http://www.fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/view/2584. Acesso em: 09 mai. 2018.

TUBINO, Manoel José Gomes. O direito à Educação Física e ao esporte. *Corpus et Scientia.* Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, n.p., 2005a. Disponível em: http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/corpusetscientia/article/view/178. Acesso em: 27 fev. 2020.

TUBINO, Manoel José Gomes. O Esporte, a Educação Física e os Valores: por uma ética nas atividades físicas e esportivas. *FIEP Bulletin*. v. 75, n.º 1, p. 47-58, 2005b. Disponível em: http://www.fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/view/2579. Acesso em: 09 mai. 2018.

TUBINO, Manoel José Gomes. *Dimensões sociais do esporte*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TUBINO, Manoel José Gomes. *Política Nacional do Esporte*. 2013. Disponível em: http://portal.esporte.gov.br/arquivos/conselhoEsporte/polNacEsp.pdf. Acesso em: 26 abr. 2019.

VALENTE, Edison Francisco. *Perspectivas históricas do movimento Esporte para Todos no Brasil*. 1993. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas,

1993. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/274817. Acesso em: 5 mar. 2020.

VALENTE, Edison Francisco. *Esporte...para Todos?* Maceió: EdUFAL, 1997.

VALENTE, Edison; ALMEIDA FILHO, Japson Macêdo de. Cronologia histórico-geográfica do esporte para todos no Brasil. In. *Fórum Virtual Esporte para Todos*, 2011, Brasil. Esporte para Todos. Textos. São Paulo: Sesc, p. 1-17, 2011. Disponível em: http://www.sescsp.org.br/forumvirtual/index.cfm?idioma=pt&conteudo_id=13&tipo=2. Acesso em: 30 jun. 2011.

VAN BOTTENBURG, Maarten. *Sport for all and elite sport policy:* do they benefit one another? IX World Sport for All Congress, Papendal, the Netherlands, 27-30 October 2002. Disponível em: https://dspace.library.uu.nl/bitstream/handle/1874/309609/Van_Bottenburg_2002_Sport_for_all_and_elite_sport._Do_they_benefit_one_another.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 mar. 2020.

VAN BOTTENBURG, Maarten; & DE BOSSCHER, Veerle. An assessment of the impact of sports development on sports participation. In. HOULIHAN, Barrie and GREEN, Mick. *Routledge Handbook of Sports Development*. Routledge: New York, NY, p. 599-613, 2011.

VAZ, Alexandre Fernandes. Teoria Crítica do Esporte: origens, polêmicas, atualidade. *Esporte & Sociedade*. Ano 1, n.º 1, 2006. Disponível em: http://cev.org.br/biblioteca/teoria-critica-esporte-origens-polemicas-atualidade. Acesso em: 5 mar. 2020.

VERSIANI, Maria Helena. Constituinte de 1987/1988: a sociedade brasileira *vive* a democracia. In. QUADRAT, Samantha Viz. *Não foi tempo perdido:* os anos 80 em debate. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 362-384, 2014.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. Quando o Estado joga a favor do privado: As políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988. 2005. 386 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/275418/1/Veronez_LuizFernandoCamargo_D.pdf. Acesso em: 5 mar. 2020.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S.l.], v. 4, out. 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12410. Acesso em: 19 out. 2018.